OBRAS COMPLETAS

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

GARRETT E OS DRAMAS ROMANTICOS

Historia da Litteratura portugueza (edição integral)

1	Introducção e Theoria da Historia da Litteratura portugueza	1 vol.
	I. Epoca medieval	
2	Trovadores portuguezes	1 vol.
3	Amadis de Gaula	1 »
4	Poetas palacianos	1 »
5	* Os Historiadores portuguezes	1 »
	II. Epoca classica	
	A.) — *Quinhentistas*	
6	Bernardim Ribeiro e os Bucolicos	1 vol.
7	* Novellas de Cavalleria e Pastoraes	1 »
8	Gil Vicente e as origens do Theatro nacional	1 »
8-A	Eschola de Gil Vicente e o desenvolvimento do Theatro nacional	1 »
9	Sá de Miranda e a Eschola italiana	1 »
10	Ferreira e a Pleiada portugueza	1 »
11	A Comedia e a Tragedia classicas	1 »
12	Vida de Camões	1 »
13	Lyricos camonianos	1 »
14	Epopêas historicas	1 »
15	Bibliographia camoniana	1 »
	B.) — *Seiscentistas*	
16	* Os Culteranistas	1 vol.
17	* Epicos seiscentistas	1 »
18	As Tragicomedias dos Jesuitas e a Comedia de Capa e Espada	1 »
	C.) — *Arcades*	
19	A Arcadia de Lisboa	1 vol.
20	Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia	1 »
21	A baixa Comedia e a Opera	1 »
22	Bocage, sua vida e epoca litteraria	1 »
23	* José Agostinho de Macedo	1 »
	III. Epoca romantica	
24	Garrett e o Romantismo	1 vol.
25	Os Dramas romanticos	1 »
26	Alexandre Herculano e o Romantismo liberal	1 »
27	Castilho e os Ultra-Romanticos	1 »
28	João de Deus e o moderno Lyrismo	1 »
29	A Eschola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo	1 »
30-31	Recapitulação da Historia da Litt. portugueza	2 »
32	Indice geral analytico	1 »

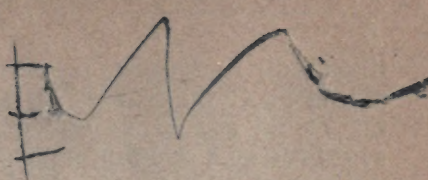
*N. B. — Os volumes notados com asterisco * estão ainda* **ineditos**; *prefere-se a sua publicação, quando não seja urgente* **refundir** *os que se acham esgotados.*

Historia da Litteratura Portugueza

GARRETT E OS DRAMAS ROMANTICOS

POR

THEOPHILO BRAGA

PORTO
LIVRARIA CHARDRON
Casa editora
SUCCESSORES LELLO & IRMÃO
1905

OS DRAMAS ROMANTICOS

Para a creação do Theatro portuguez moderno não bastava reproduzir a lucta do romantismo levantada na Allemanha, em França e na Inglaterra; tarde reconhecêmos essa tendencia para a alliança da arte com a philosophia. Depois de implantado o regimen constitucional, era necessario além de demolir instituições incompativeis pelos seus privilegios com o principio da — lei egual para todos, — crear outras fórmas em que a livre manifestação da opinião publica fosse a base da força do governo. Assim como se pensou em organisar um systema completo da Instrucção publica reconheceu-se tambem a urgencia de proceder á restauração do Theatro nacional. Garrett teve a comprehensão completa do problema, e a capacidade para realisal-o integralmente, embora contrariado pelas facções partidarias. O Theatro em Portugal fôra para a

liberdade burgueza, o mesmo que na Edade média as Cathedraes: sob as suas abobadas, ou ao pé dos carvalhos do adro da egreja, ajuntava-se a communa ou concelho reclamando a immunidade do seu foral, proclamando as garantias do costume; tambem no Theatro portuguez de 1801 a 1846 repercutiram os eccos das revoluções, e ali em estrondosas ovações politicas desabafava os sentimentos de liberdade calados por tantos seculos. Do Theatro de San Carlos, se escrevia ainda em 1842: «fundado vae em meio seculo... é ainda hoje o unico Theatro, como quer que seja, *politico*; e as obras dos maestros não lhe têm creado tantas enchentes como as scenas e ovações alternativas das parcialidades.» [1]

Durante a Edade media obliterara-se o conhecimento do Theatro classico; sómente as informes representações populares feitas pelos histriões das encrusilhadas, foram esboçando até á época da Renascença os rudimentos do drama moderno, organicamente desenvolvido das Canções bailadas. Em Portugal estes esbôços chegaram á fórma litteraria do Auto vicentino, creado entre a pompa das salas regias, ennobrecido nos serões dos paços da Ribeira, do Castello e de Almeirim, acompanhando as transformações sociaes provocadas pelos Descobrimentos: assim apparecia com a burguezia o Theatro nacional. Quando as reacções religiosas da Inquisição e do Jesuitismo, e o desastre politico da perda da nacionalidade, extinguiram a alegria das festas dramaticas,

---

[1] *Revista do Conservatorio*, p. 5.

o *Ballet* e a *Opera*, tornados moda das côrtes europêas, repelliram o Auto popular para os Páteos e Côrros da plebe, e ahi estacionou esquecido, á espera de um genio que tivesse a intuição da Alma portugueza e o trouxesse ao seu destino social e á perfeição moderna. Muitos foram os chamados para esta obra de resurgimento, mas sem exito; Antonio José (*o Judeu*), Nicoláo Luiz, Manoel de Figueiredo, e Garção comprehenderam a necessidade de dar vida a este engeitado da realeza, a este réprobo do catholicismo; debalde invocaram os manes de Gil Vicente e de Ferreira, a evocação ficou surda e a tradição inanimada. Não lhes faltava a intuição da arte; a sociedade do seu tempo é que estava atrazada, o meio social deprimente sob o despotismo politico era incompativel com qualquer expressão do sentimento nacional. Restaurar o Theatro portuguez não era sómente pôr em voga uma determinada fórma litteraria; era mais, era acompanhar nas concepções dramaticas a revolução social. Garrett, tendo collaborado com Mousinho da Silveira nas reformas politicas e economicas que fundaram a moderna sociedade portugueza, consolidou a obra do ministro revolucionario restaurando o Theatro nacional. Não bastava libertar a terra extinguindo os Foraes, garantir o trabalho abolindo os Dizimos, fazer Codigos administrativos, commerciaes e penaes, nivellar as classes perante a lei, dar publicidade aos processos, libertar as consciencias abolindo as Ordens monasticas; era preciso sentir de novo, e a restauração do Theatro nacional veiu d'esta vitalidade e independencia. Garrett, que na

mocidade se achou dominado pela auctoridade classica, e seguiu os moldes da esgotada Tragedia franceza, temperado pelos annos do destêrro, assistindo ao movimento do Romantismo em Inglaterra e França, apprendeu a conhecer como se revivifica o genio de uma nacionalidade. Fizeram desconhecer a sua profunda acção politica junto dos maiores reformadores como Mousinho da Silveira; mas esse poder assombroso de evocação — com que creou o Theatro nacional, refulge através de todos os véos, é o seu titulo de immortalidade.

Na evolução logica do seu genio artistico, Garrett, levado á comprehensão do sentimento da poesia das navegações portuguezas, que o inspira no poema *Camões;* descobrindo o thezouro das Tradições populares, que ia colligindo para o *Romanceiro*, era pela pressão dos acontecimentos da sua época levado á creação do Drama romantico, a fórma caracteristica do Theatro moderno.

Fôra preciso reagir longamente contra o prestigio da Tragedia franceza, que reproduzia uma falsa antiguidade classica, e afastava das emoções da realidade as admirações banaes de scenas patheticas de convenção. A triste influencia da litteratura franceza do tempo de Luiz XIV, que embaraçou as revelações do genio nacional em todos os povos da Europa, dominou exageradamente em Portugal como moda de côrte e pedantismo de eruditos. Contra este influxo esterilisante começou a reacção mesmo em França, conhecida pelo nome de *Proto-Romantismo.* Sobre a influencia do Proto-romantismo francez, escre-

veu Osorio de Vasconcellos, apontando em Garrett «a enorme influencia da apaixonada declamação de Rousseau nas gerações que lhe succederam. Esta influencia, que no dizer de um elevado critico moderno, fulge e irradia em Goëthe, Schiller, Wieland, em todos os fundadores da Litteratura allemã, e mais do que em todos, em Byron, foi tambem poderosa em Garrett, que antes de se inspirar em Chateaubriand, em Staël e em Lamartine, foi ferido pela magia irresistivel de Rousseau. Esta influição, aliás importantissima — no *Retrato de Venus*, e na Oração funebre de Fernandes Thomaz e no *Camões*, se manifesta por modo irrecusavel.» [1] Com a descoberta do Theatro chinez revelado á Europa pelo padre Prémare, com o conhecimento do Theatro inglez e hespanhol, Diderot, Mercier, Sedaine e Beaumarchais tentaram uma revolução na arte dramatica, que abafada em França pela influencia academica que sustentava as Tragedias de côrte, foi repercutir-se na Allemanha em Lessing, que se abalançara á creação do Theatro allemão atacando valentemente o prestigio das obras francezas. Voltaire, que já visava a mobilisar a Tragedia, dando-lhe *tendencias* philosophicas, imitou no *Orfão da China* o gosto que lhe suggeria o exotismo, mas foi impotente ante a auctoridade de Racine.

Quando no começo do seculo XIX o Theàtro indiano foi patenteado á Europa por Wil-

[1] *Democracia*, de 20 de Abril de 1881. (*Mem.*, II, p. LXVIII.)

son, viu-se que o Drama não era uma creação peculiar de dado povo, nem mesmo uma imitação adstricta ás fórmas tradicionaes legadas á humanidade pelos poetas gregos: comprehendeu-se o Drama como uma expressão humana, reflectindo a sociedade nas vivas aspirações de liberdade, nos seus costumes e opiniões. Schlegel achou analogias intimas entre a *Sakuntála*, drama de Calidasa, e as tragedias de Shakespeare, na mesma verdade da natureza, na mesma emoção do sentimento. O Oriente e o Occidente, separados por tantos seculos, depois de se terem communicado pela Navegação dos portuguezes no seculo XVI, vieram trezentos annos mais tarde a comprehender-se pelas manifestações sublimes da Arte. Deu-se a completa alliança do drama com a philosophia; estava achado o criterio para a reforma do Theatro da Europa moderna. A critica scientifica fez nascer o respeito e interesse pelas tragedias de Shakespeare, o enthusiasmo exaltado pelas Comedias famosas de Lope de Vega e Calderon. O Proto-Romantismo francez, que se iniciara pela renovação do Theatro, não póde supplantar a tragedia pseudo-classica; esse esforço continuou-se na Allemanha, primeiramente com o processo negativo de Lessing contra o gôsto francez, e depois pela circumstancia da Guerra dos Sete annos, que separou a Prussia da influencia franceza, aproximando-a da cultura de Inglaterra, que nos seus poetas lhe revelava fórmas vivas da arte em que a individualidade saxonia não podia submetter-se ao dogmatismo classico. Sobre tudo esta nova corrente é que veiu influir na

elaboração dos Dramas romanticos nas litteraturas meridionaes.

Nas pequenas côrtes da Confederação germanica na primeira metade do seculo XVIII, o typo ideal da realeza representava-se em Luiz XIV, que todos procuravam imitar, no despotismo, nas bastardias, no apparato dispendioso. Os jardins de Versailles eram reproduzidos em Dresde e em Munich, as florestas antigas desbravavam-se para fingirem taboleiros de xadrez; os *Ballets* mythologicos das nymphas e hamadryadas dos festins de Versailles copiavam-se servilmente nos festejos do Eleitor de Saxe, Frederico Augusto. A influencia franceza exercia-se na Allemanha com mais tenacidade do que em qualquer outro povo; os refugiados francezes, que ficaram banidos pela revogação do Edito de Nantes, acharam na Allemanha uma hospitalidade a que corresponderam com a sua actividade industrial e scientifica, chegando o proprio Frederico o Grande a ser educado por um francez. Voltaire reinou espiritualmente com Frederico; o gosto francez tinha seus apostolos fervorosos, como Gotsched, que para pôr em scena as peças afamadas dos tragicos francezes alliou-se a uma directora de theatro ambulante, chamada Neuber; Gellert e Holberg seguiam a imitação franceza, indo na mesma esteira Croneg e Weisse. Foi então que Lessing contra esta corrente esterilisadora do genio germanico escreveu a *Dramaturgia*, aonde pela primeira vez se conheceu a nova prosa allemã, e uma critica profunda com que atacava a fascinação que sobre o espirito nacional exer-

ciam os tragicos francezes. Não se limitando á theoria, Lessing abalançou-se tambem a escrever para o Theatro, procurando n'estas tentativas apropriar-se do gosto ou realismo inglez; fez tomar interesse pelas representações e generalisar-se a aspiração do apparecimento do Theatro nacional. Na *Dramaturgia* buscava demolir a realeza de Voltaire, proclamava a tragedia burgueza de Diderot, e mostrava a profundidade moral das tragedias de Shakespeare, que Wieland começou a traduzir. As suas theorias foram applicadas no grande drama de tendencia, o *Nathan o Sabio*, valioso pelo intuito synthetico.

A evolução da Tragedia franceza na sua fórma pseudo-classica, chegara em Corneille, Racine, Voltaire e Crébillon a uma perfeição convencional; não era um producto da arte viva, mas uma realisação artificiosa de regras mortas e incomprehendidas. O que a Tragedia classica significava em relação ás necessidades sociaes, — o grande espectaculo — só começou a ser comprehendido vagamente pelos compositores que foram construindo essa nova creação da Opera, o drama musical, em que se integravam a poesia, o canto, a dansa, o relêvo orchestral e o scenario apparatoso. No meio d'este esgotamento da Tragedia classica, viu Diderot que esta fórma banalisada pela rhetorica, tinha ainda um destino: em vez de exprimir as situações commoventes e patheticas com personagens historicos de épocas ignoradas ou sem interesse, a emoção devia procurar-se na *realidade actual*, creando-se assim a Tragedia burgueza. N'este pensamento o genio philosophico de Aristote-

les e o genio esthetico de Shakespeare encontraram-se no mesmo fóco de verdade; o Theatro inglez, impressionando simultaneamente Diderot e Lessing na renovação das doutrinas dramaticas, foi o impulsor do Proto-romantismo francez nos fins do seculo XVIII, e da regeneração do Theatro na Allemanha, quando se manifestaram as primeiras reacções contra a influencia franceza. Lessing procurava a verdade da emoção na simplicidade da Tragedia antiga sem se prender ás figuras mytho-historicas, e Diderot avançava para a definição da Tragedia burgueza ou domestica rompendo com o passado. A comprehensão dos romancistas inglezes da profundidade da emoção que existe nas situações da vida domestica, nas collisões de deveres familiaes, levou-os á creação de obras primas do genero litterario em que foram iniciadores; esses Romances emocionantes facilmente se converteram em obras dramaticas, que fulguraram com as impressões novas da Tragedia burgueza. Diderot conheceu e admirou os romances de Richardson, *Pamela*, *Clarisse Harlow* e *Grandisson*, e das suas impressões tirava a concepção dramatica da Tragedia burgueza, que realisava no *Filho natural*, (1757) e no *Pae de familia* (1758). Tambem Lessing se inspirou no romance de *Clarisse Harlow* na sua *Miss Sara Sampson*, contornada sobre o drama do *Mercador de Londres* de George Lillo, que tambem se reflecte em muitas situações do *Filho natural*. A caracteristica da vida domestica prevalecendo sobre a vida publica na arte moderna, accentua-se com toda a nitidez no drama da classe média ou da

burguezia; a egualdade civil que se ampliava pelo regimen parlamentar á egualdade politica, não podia deixar de influir na Litteratura dramatica, como sobre o Theatro inglez o comprehenderam Diderot e Lessing, precedendo as transformações da Revolução: «Era uma revolução em proveito das classes médias; fizeram o seu advento na Litteratura antes de o fazerem no Estado. Sob este ponto de vista a innovação tem sua grandeza. Todos os homens são eguaes diante da desgraça, tendo por isso direito ao interesse dramatico. Por esta rasão é que o Drama médio subsistiu, impondo-se até sobre a Tragedia.» [1] Eis o *Drama romantico.*

Quando Guilherme Schlegel, no seu *Curso de Litteratura dramatica* quiz caracterisar esta fórma definitiva do Romantismo, indicou naturalmente as suas fontes originarias, a Inglaterra e a Hespanha: «O *Drama romantico*, ao qual se não póde applicar o nome de Tragedia nem de Comedia, no sentido que lhe ligavam os antigos, só foi natural entre os Inglezes e os Hespanhoes; o genio de Shakespeare e o de Lope de Vega fizeram-o florir entre estes dois povos, quasi ao mesmo tempo.» [2] Quer pela naturalidade da expressão e da realidade da situação, ou mesmo pelo *ponto de honra* imposto pelas condições sociaes, Shakespeare e Lope de Vega encontraram-se produzindo a mesma emoção; elles foram os precursores do Drama romantico. Gar-

---

[1] Crouslé, *Lessing et le Gout français*, p. 388.
[2] *Cours*, t. I, p. 50. Trad. franceza.

rett não caminha á ventura na sua renovação do Theatro portuguez; estudou Shakespeare, quando residiu em Warwickshire, e interpretado pelas bellas Laura, Julia e Georgina Robinson, e nunca se entregava á idealisação dramatica sem procurar o estimulo do Theatro hespanhol. D'elle escreve o brasileiro Varnhagen, que esteve na embaixada em Lisboa no tempo da mais fecunda actividade de Garrett: «muitas vezes me confessou o distincto poeta Garrett... que antes de escrever qualquer composição se *enfronhava* e refrescava um pouco o espirito lendo romances *castelhanos;* e assim o praticou ao compôr em duas occasiões (e que, por um pouco doente se viu obrigado a não sahir de casa) o *Frei Luiz de Sousa* e o *Alfageme*, composições ambas de que amigavelmente me fiou os manuscriptos antes de lhes dar os ultimos retoques e de fazel-os representar.» [1] Este fio genealogico da sua elaboração esthetica dá uma rasão logica á acção innovadora; o *Frei Luiz de Sousa* é verdadeiramente a tragedia moderna, não derivando o pathetico da fatalidade que péza sobre o heroe, mas da condição social; no *Alfageme de Santarem* sente-se o pundonor das Comedias famosas de capa e espada, transformação do Romance heroico da Edade media, em que a acção narrada se torna representada.

A influencia allemã é confessada por Garrett na sua Autobiographia, dando-nos assim

---

[1] Varnhagen, *Da Litteratura dos Livros de Cavalleria*, p. 237 e 245.

o meio de conhecer-se essa profundidade de sentimento a que se elevou no periodo da maior actividade dramatica; são importantissimas as suas palavras: «Nos ultimos dias de junho de 1834 partiu — para Bruxellas na qualidade de Encarregado de Negocios.

«Nos principios de Julho estava na capital do novo reino da Belgica, aonde, pelo pouco trabalho official que tinha a satisfazer, facilmente pôde dar-se a adquirir... *o conhecimento da lingua e Litteratura allemã*, que até então não podera cultivar, — lendo a par de Herder e de Schiller, as mais difficeis composições de Goëthe. E o gosto que tomou principalmente por este ultimo escriptor, influiu de tal sorte nas suas opiniões litterarias, no seu estylo, em tudo o que se póde chamar — o genero e modo de escrever de um author — que as suas composições posteriores têm todas um cunho differente, ao menos em nossa opinião, um caracter de maior transcendencia e profundidade, pensamento mais vigoroso, estylo mais proprio e feito, mas verdadeiramente original.» [1] Goëthe era a figura primacial da côrte de Weimar, denominada a Athenas de Thuringe alentada pela paz da regencia da duqueza Amalia Augusta, que soube rodear-se de uma pleiada de sabios e poetas que se refugiaram no mundo das creações ideaes, como os luminosos espiritos da Renascença. D'aqui partiu o impulso vital do Romantismo. Goëthe creara na côrte de Weimar um Theatro, traduzindo para elle com

---

[1] *Universo illustrado*, vol. III, p. 309.

um ecclectismo intelligente as obras primas de todas as litteraturas; ora se representava o drama de Calidasa, a par de uma tragedia de Shakespeare, o *Mahomet* de Voltaire ou a *Phedra* de Racine junto com as comedias do frivolo Gozzi. Depois das fecundas discussões com Lavater, Herder, Jacobi e Wieland, era impossivel tornar a ser dominado pela influencia franceza. N'este meio é que o genio de Schiller se revelou; as ideias da Revolução franceza, as novas interpretações dadas por Fichte, suscitavam essa vibração emocional que leva a produzir as obras primas. Schiller appareceu com o drama *Os Salteadores*, em que proclamava como principio a revolta á compressão da tyrannia social; a tragedia *D. Carlos* e a *Conjuração de Fieschi*, alcançaram-lhe da Convenção nacional o titulo de cidadão francez. A renovação dos estudos historicos, no mesmo fóco e pelos homens que todos os dias estavam em superior convivio, levou Schiller para as tragedias e dramas historicos: *Wallenstein*, *Maria Stuart*, *Guilherme Tell* e a *Donzella de Orleans* são reconstrucções estheticas de investigações eruditas da realidade. Acabaram as distincções academicas dos assumptos bellos, que tinham prolongado a superstição da antiguidade e reduzido a arte a uma technica de imitação; o bello tornou-se a realidade da vida na sua verdade natural, espontaneidade e graça; acabavam as imagens de convenção e inaugurava-se o pantheismo na arte, que não mais poderia estar em desaccordo com a rasão. Goëthe e Schiller fizeram vêr que a poesia não era uma habilidade artificiosa, uma prenda de sa-

lão, mas um estado de alma, e um documento primitivo da humanidade.

Herculano, que primeiro que outrem proclamou Garrett como o iniciador em Portugal da litteratura romantica, comprehendeu que lhe competia trabalhar ao lado d'elle tal como Agostinho Thierry junto de Victor Hugo; recompondo a historia portugueza pelos processos da erudição, prestava elementos seguros para a idealisação artistica. Formulou esta missão com clareza: «Ao passo que a arte se reconstruía, reconstruia-se a historia. Ao lado de Goëthe e Schiller apparecia Herder e Müller; ao lado de Hugo, Guizot e Thierry.» [1] Herculano acompanhou Garrett nos trabalhos do Conservatorio da Arte dramatica. No *Elogio historico de Sebastião Xavier Botelho*, lido em 21 de Dezembro de 1841, na sala grande dos actos da Eschola Polytechnica, caracterisa o pseudo-classicismo do seculo XVIII, representado anachronicamente nas duas Arcadias. Ao seu conhecimento da litteratura allemã deveu Herculano a perfeita comprehensão do Romantismo, e a fórma como repellir a imitação franceza: «A litteratura allemã é talvez agora o melhor e o mais indicado remedio para o mal de que adoecêmos. A sua originalidade excentrica será contra-veneno para esta excrescencia de fórma, que, sejam *classicos* ou *romanticos* segundo o tempo, toda a nossa poesia absorvem e não deixam logar para a *ideia;* é o senão francez, exagerado por nós, como sempre por todos

[1] *Memorias do Conservatorio*, p. 130.

os proselytos se faz.» [1] Herculano bem conhecia que no Conservatorio existiam elementos antinomicos: «O Conservatorio possue no seu seio homens de convicções differentes, e até certo ponto oppostas em materias litterarias; uns pertencem ás ideias antigas, outros ás opiniões modernas.» [2] Combatendo o elemento classico, propugna pela liberdade da fórma do drama moderno ou romantico; eis o que diz dos classicos: «São taes individuos que nunca se persuadiriam, de que as chamadas trévas da Edade média não eram mais do que a chrysalida de uma civilisação maior e melhor que a grega e romana, de uma civilisação cuja aura vital era a grande transformação religiosa chamada o christianismo. São taes individuos para quem fôra baldada a demonstração de que no objecto de que n'este logar se trata — o Drama — uma nova epoca, e por consequencia uma nova fórma tinha começado com o berço das gerações modernas, e de que entre o nosso theatro e o dos antigos devia haver a mesma differença que ha entre a civilisação christã e a pagan, entre o christianismo e o polytheismo; em fim, que nas respectivas litteraturas dramaticas devia haver uma diversidade parallela á que ha entre a parte material do theatro antigo e do moderno.» *(Ib.)* Herculano doutrinava pela reflexão, solidario com Garrett na sua obra inspirada e empolgante.

A investigação do sentimento da natureza

---

[1] *Jornal do Conservatorio*, p. 101. (1840.)
[2] *Memorias do Conservatorio*, p. 78.

e do caracter de nacionalidade fez ligar uma importancia vital aos Cantos tradicionaes e lendas populares. Procuraram-se os ramos da grande epopêa da raça germanica, o *Hildebrand*, o *Waltharius;* analysaram-se os *Niebelungens* e os *Eddas* nas suas relações mythicas e syncretismos historicos, e em vez da esgotada mythologia grega, comprehendeu-se pela mythologia teutonica a alma germanica. A critica litteraria e a philologia desenvolveram esta predilecção pelo Romantismo, que ás epopêas academicas preferiu os cantos nacionaes e as narrativas lendarias. Em todos os paizes em que entrou a corrente do Romantismo começou logo a sympathia pelos Cantos tradicionaes e populares, e o romance historico, desenvolvendo as narrativas lendarias dava a reconstrucção historica do passado medieval. Quanto ao Drama acabou-se com a questão casuistica das *trez unidades;* assentou-se que os tragicos gregos nem sempre as conciliaram, e que a fórmula proposta na *Poetica* de Aristoteles era facultativa, a qual comprehendida materialmente levava a uma inevitavel pobreza de interesse artistico. Não se discutiu mais a questão academica, se a linguagem dramatica devia ser em verso ou em prosa, e estudou-se psychologicamente o caracter, a paixão, e as situações que conduzem a uma collisão moral. A esta luz o theatro de Shakespeare mostrou-se surprehendente e incomparavel. Schlegel chamava ao *Hamlet* a tragedia do pensamento; para a obra de renovação emprehendeu e levou a cabo a traducção completa das tragedias de Shakespeare.

Goëthe, como director do Theatro de Weimar, arremetteu com os problemas da concepção dramatica; o seu primeiro ensaio, o *Goetz de Berlichingen* era a rehabilitação da Edade média. Por toda a parte começou a admiração por esse periodo organico de uma moderna antiguidade, que derramava luz sobre as origens de muitas creações da humanidade. Frederico Schlegel tirou da sympathia da edade medieval a comprehensão do valor dos themas tradicionaes em contraste com as fórmas classicas, explicando pelo seu mutuo conflicto os caracteres mais ou menos organicos, mais ou menos imitativos segundo a pressão auctoritaria dos modelos impostos pela erudição. As duas epocas não eram incompativeis; a continuidade historica levava a tomar das Litteraturas classicas a perfeição da fórma na elaboração esthetica dos themas tradicionaes. Para Goëthe todas as fórmas da arte serviam para apostolisar os novos ideaes do seculo XIX; levado pelo encanto das tradições populares, recebeu a ideia do poema dramatico o *Fausto* de uma representação de bonifrates, fazendo a synthese moderna na aproximação do sabio medieval e de Hellena da Grecia, que lhe suggerira a tragedia ingleza de Marlow. Lessing tambem chegou a escrever a evocação dos espiritos pelo Doutor Fausto, quasi copiado de uma scena de títeres. Na indagação dos caracteres nacionaes e das fórmas originaes das litteraturas européas, o seculo de Luiz XIV e a admiração dos tragicos francezes decahiram criticamente demolidos; a phrase *Sturm und Drang*, estrago e violencia, tomada do titulo do drama de Klinger,

designou esta época de libertação artistica. Augusto Guilherme Schlegel começou em Vienna em 1808 umas lições publicas que formaram o *Curso de Litteratura dramatica*; a sua erudição intuitiva fel-o penetrar na essencia do theatro grego, apparecendo-lhe os theatros romano, italiano e francez como degenerações d'essa fórma pura primitiva e completa; o theatro inglez e hespanhol são por elle classificados como *romanticos*, por derivarem do genio nacional d'estes dois povos, e exemplifica com a supremacia genial de Shakespeare e Lope de Vega. O *Curso de Litteratura dramatica* produziu o seu principal effeito em França; M.me de Staël no livro *Da Allemanha* descreve a profunda impressão que lhe causaram essas lições professadas em Vienna: «Schlegel não tem egual na arte de inspirar enthuziasmos pelos grandes genios que admira.» (Part. II, cap. XXXI.) Logo em 1814 appareceu este *Curso* publicado em França, traduzido por M.me Necker de Saussure, prima da Staël. Por via d'esta mulher celebre foi tambem o Romantismo iniciado na Italia; encontra-se no *Resumo da Historia da Litteratura italiana* de Salfi esta affirmativa: «Madame de Staël, que adquirira nas escholas da Allemanha este espirito de reforma que julgava util para a litteratura e para a religião, conseguiu insinual-o na Italia a um pequeno numero de adeptos, que lhe secundaram as intenções.» (t. II, p. 198.) Nos paizes aonde as ideias da Revolução mal penetraram, foi tardía a entrada do Romantismo. Na época da Restauração tornou-se moda a pratica catholica, e os escriptores academicos

aproveitaram as tendencias retrogradas para pedirem a Luiz XVIII a prisão dos innovadores que seguiam a ideia da liberdade na arte. N'essa deploravel regressão politica, repelliase a mocidade, convergindo as ovações para o assucarado Delille, que sem o sentimento da natureza, sem verdade, nem ideal era festejado pelas duquezas inglezas que lhe endereçavam affectuosas missivas; Ducis academisava Shakespeare, recortando-o convenientemente, e o secco Geoffroy fazia critica com a férula quintilianesca. O tempo estava para o insulso Baour-Lormian, e o theatro da Restauração era occupado por uma pleiada de incolores como Arnault, Luce de Lancival e Delrieu. Apenas se destacava o sabio Raynouard, com a Tragedia dos *Templarios;* a arte encontrava uma alma n'aquelle que foi o revelador da poesia dos Trovadores provençaes, e intuitivamente presentira o fundo popular das Linguas romanicas. O estudo da Edade média, e não o prestigio de eschola, trazia-o para o romantismo. No meio da calmaria mental appareceu Victor Hugo; a primeira manifestação romantica pertenceu ao lyrismo, seguindo-se depois os Dramas romanticos, em que sobre a scena e nas platéas se deram as batalhas do gosto, que não faziam ruido nas discussões theoricas. Estas encarniçadas luctas do Romantismo começaram em 1824 com a fundação do jornal *O Globo* por Dubois e Leroux; sob a bandeira da liberdade na politica e na arte profligaram os maiores nomes da litteratura franceza, então estudantes e oppositores da Eschola Normal, taes como Darimon, Trognon, Patin, Farcy, Ampère filho,

Lerminier, Magnin, Sainte Beuve, Vitet, Hauranne, Duchatel e Jouffroy. Em 1820 Rémusat, em um artigo do *Lycée français* aconselhava a reforma do theatro francez; tocava as mesmas ideias de Schlegel sem o conhecer. Victor Hugo, depois d'esses audaciosos pensadores, appareceu com o drama *Cromwel*, em 1827, fazendo o celebre prologo doutrinario com a sua profissão de fé romantica. Rémusat analysou o drama no *Globo*, saudando o artista e o critico, e mostrando em 1829 o que havia de parodoxal na theoria do *grotesco* e do *feio* com que Victor Hugo queria pelo contraste fazer sentir o *bello*. O Romantismo entrava no seu esplendor fecundo, especialmente no theatro; Guizot apresentava uma tradução verdadeira de Shakespeare, e em seguida Barante, Villemain, Nodier, Andrieux e Rémusat publicaram as *Obras primas dos Theatros europeus*. N'esta collecção appareceu traduzida a Tragedia *Castro* do nosso quinhentista Doutor Antonio Ferreira, em 1835. Já em 1833 tinham sido publicados em uma collecção impressa em Gotha com o titulo Theatro *Español anterior a Lope de Vega*, algumas comedias castelhanas e Autos de Gil Vicente. Tudo indicava uma proxima renascença do Theatro portuguez; Garrett, nos desalentos do desterro, alegrava-se ao vêr como os sabios estrangeiros na rehabilitação das Litteraturas da Edade média, davam tambem a parte que lhe competia na civilisação europêa.

O movimento iniciado em França pela mocidade do *Globo*, encontrava na Allemanha as bellas palavras de Goëthe abençoando a

pleiada romantica pela clareza da linguagem, considerando aquella revista como a mais importante da época. Assim se manifestava nas suas conversas com Eckermann. Magnin publicára pouco depois a sua obra sobre as *Origens do Theatro moderno* ou Historia do genio dramatico desde o seculo I até ao seculo XVI, precedida de uma introducção sobre as origens do theatro antigo. A actividade litteraria concentrava-se no theatro, e nos tribunaes judiciarios vinham terminar as luctas que nas platéas suscitavam os dramas de Victor Hugo.

Quando o Romantismo entrou na Italia, Monti ainda se encostava com orgulhosa serenidade ao cajado poetico da Arcadia de Roma, tal como Castilho socio d'essa corporação se arreiava em Portugal com o titulo de Mémnide Eginense. Debatia-se tambem a questão de qual dos dialectos da Italia devia de ser o preferido para as composições litterarias. Contra esta apathia ante a admiração dos modelos classicos insurgiu-se Manzoni; o novo poeta fôra educado em França. Iniciou a revolução litteraria pela poesia lyrica, publicando de 1812 a 1823 os seus *Hymnos*, começando mais tarde a reforma do theatro A celebre tragedia *Conde de Carmagnole*, especie de *Goetz de Berlichingen* da Italia, publicou-a em 1820. Não contente de produzir o modelo para restaurar-se a tragedia italiana, escreveu tambem uma theoria de arte na celebre Carta a Fauriel, *Sobre a unidade de tempo e de logar*. Seguiu-se a segunda tragedia *Adelghis;* ambas foram atacadas pelos auctoritarios, ao passo que na Allemanha

Streckfuss, e em França Fauriel e Trognon as traduziam. Manzoni tambem implantou as fórmas do romantismo em Italia no romance historico á Walter Scott, no incomparavel *I promessi Sposi*. Ugo Foscolo morreu no exilio sem conhecer todo o desenvolvimento de Manzoni, que realisára as suas aspirações.

Em Hespanha a eschola classica defendia-se com os esforços de Burgos, de Martinez la Rosa, Lista e Moratin contra a invasão romantica; mas o sentimento nacional não os deixava renegar as obras primas da velha litteratura castelhana, da novella picaresca, da Comedia famosa e do romance historiado. Não era preciso esforço para reconhecerem que a litteratura nacional tinha florescido sempre em plena originalidade e liberdade de concepção. Em Hespanha o Romantismo era ingenito.

Não se encontrava a mesma energia em Portugal. Garrett, depois da queda da Constituição em 1823, emigrou para Inglaterra, indo residir para França de 1824 até 1826; ahi assistiu ás luctas accesas entre Classicos e Romanticos, a que allude no prologo do poema *Camões*. Os Romanticos representavam em politica a aspiração do futuro, queriam a democracia, evangelisavam-a nas suas obras; os Classicos, afferados ao passado, inimigos da novidade, lisongeavam a Restauração, e conseguiam do governo excluir do theatro pela censura official os dramas da nova eschola. Garrett assistiu a estes combates, que recordavam os dos antigos oradores gaulezes, e tendo na mocidade seguido com respeito o pseudo-classisismo francez renegou d'elle pelo

criterio novo que ahi adquiriu, reconhecendo que na litteratura portugueza estava tudo por crear. Os seus primeiros trabalhos de idealisação foram poemas lyrico-narrativos, como a *D. Branca* e *Camões;* na segunda emigração de 1828 a 1832, a vida angustiosa em Inglaterra e França até ao embarque da expedição para a Terceira, os trabalhos de reformas politicas e a incerteza do triumpho dos liberaes nem lhe davam ensejo para pensar na situação do theatro portuguez. As novas instituições politicas é que lhe revelaram a necessidade da restauração do theatro nacional. Decidida acção exerceu sobre este pensamento a publicação dos Autos de Gil Vicente em 1834, pelo benemerito companheiro da emigração José Victorino Barreto Feio. Elle tinha encontrado a primeira edição dos Autos de Gil Vicente de 1562 na Bibliotheca de Goettingen; e com o auxilio de Gomes Monteiro estabelecido em Hamburgo, publicou na officina Langoff uma nova edição em trez volumes. Era a restituição de um monumento nacional; o trabalho critico sobre a vida de Gil Vicente pouco adiantava ao que em 1817 escrevera Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato na memoria academica *Sobre o Theatro portuguez;* a edição traz imperfeitas leituras do texto em typo gothico mal impresso por impericia do copista, mas teve o merito de authenticar os germens organicos do theatro nacional. Garrett comprehendeu admiravelmente esta ideia fundando o seu primeiro drama romantico em um episodio da vida de Gil Vicente. Enche a ultima época da sua vida a generosa empreza da restauração do theatro

portuguez, realisada nos violentos conflictos da Carta outorgada, em 1836, 1842-1843 e 1847. Garrett teve o dom de enthuziasmar a multidão; os seus dramas romanticos fizeram uma revolução nas almas, mesmo n'aquellas que estavam mais absorvidas nas revoluções politicas, como Passos Manoel. Esta relação explica a rasão intima do exito de uma empreza em que genios dramaticos bem dotados se acharam impotentes. Elle comprehendeu que as novas instituições politicas motivavam novas creações estheticas, que só eram possiveis por esta dependencia organica. E vivificava este pensamento no *Alfageme de Santarem*, «pintando a face da sociedade em um dós grandes cataclysmos por que ella tem passado em Portugal.» [1]

No seculo XVIII o Theatro inglez foi conhecido em Portugal; Garção citava na Arcadia as tragedias inglezas como violadoras das trez unidades; Manoel de Figueiredo traduzia o *Catão* de Addisson, e a comedia de Congreve *A Noiva de luto* era traduzida em folha volante ou de cordel por Nicoláo Luiz e por José Antonio Cardoso. As Comedias famosas hespanholas corriam tambem traduzidas em portuguez e misturadas com as de Goldoni, formando esse typo da baixa Comedia do seculo XVIII. Com estes elementos, que suggeriram os *Dramas romanticos*, e em que Garrett soube genialmente achar as novas fórmas do Theatro moderno, por que é que os poetas do seculo

---

[1] Autobiographia. (No *Universo illustrado*, t. III, p. 326.)

XVIII, por que é que Arcades e Neo-árcades não poderam emancipar-se das Tragedias pseudo-classicas francezas? E' porque os *Dramas romanticos* eram uma expressão do predominio de uma classe média, da burguezia que se elevára á vida politica depois da Revolução e sob a transição ingleza do regimen das Cartas. Garrett teve a lucida consciencia d'esta relação do Drama romantico ou a Tragedia burgueza, como lhe chamára Diderot, com a nova ordem social, de que elle fôra um dos mais poderosos organisadores politicos. Em uma carta escripta em 12 de Novembro de 1841 ao auctor do drama *O Emparedado* proclamava esta relação do Theatro com o Parlamento, o ideal esthetico com a elevação politica: «Eu tenho fé no Theatro — no Theatro verdadeiramente nacional, para a civilisação d'esta nossa terra.

«Muitas vezes tenho pensado, e creio que os *Lusiadas* têm sido melhor cidadella para defender a independencia d'este nosso reininho, do que o forte da Graça e a Torre de San Julião. Pois para a illustrar hão de fazer tambem mais os Dramas nacionaes, que lhe fallem do que foi, — que o corrijam do que é — que lhe apontem o que póde ser, do que as prégações dos nossos jornaes — ou os nossos palratorios de *legislatorios* de S. Bento.

«Andemos com a missão por diante, que é nobre e generosa, e deixemos dar vaias aos tolos, ou mofar os superciliosos patetas...» [1]

---

[1] *Revista litteraria* do Porto, t. VIII. *Obras completas* de Garrett, t. II, p. 803.

Regressando a Portugal em 1835 da sua missão em Bruxellas, tendo visto os sumptuosos theatros de Londres e de Paris, Garrett veiu encontrar o theatro nacional acantoado nos barracões do *Bairro Alto* e do *Beco da Comedia*, nos pardieiros do *Salitre* e da *Rua dos Condes*, tendo por actores borrachões pouco menos que analphabetos, que declamavam em melopêa emphatica, sem comprehenderem o que representavam; o repertorio condizia com o mais, reles traducções de máos dramas francezes apimentados com solecismos e obscenidades. Garrett comprehendeu que tinhamos uma divida em aberto de quatro seculos para com o theatro nacional. A natureza do mal indicava-lhe a ordem dos remedios:

1.º Crear o Drama portuguez; e educar uma nova geração para dedicar-se ao estudo e perfeição da scena; [1] organisando á maneira de França e Inglaterra um *Conservatorio da Arte dramatica*.

2.º Para tornar os theatros dignos de respeito, e serem recebidos como eschola, urgia o estabelecimento de uma *Inspecção geral dos Theatros*. Em França tambem existia uma Intendencia dos Theatros.

3.º Levantar um edificio digno das Tradições do Theatro nacional, a par da ideia de instituição social que se lhe ligava na Europa.

---

[1] Na sua Autobiographia, escreve com verdade: «com o exemplo, com as lições e com uma abnegação admiravel de amor proprio, conseguiu fazer apparecer um numero de jovens auctores, que tanto promettem...» (*Univ. illustr.*, III, p. 311.) A previsão não se realisou por causa de um attentado contra a nacionalidade.

Estes trez problemas, occuparam a attenção de Garrett no meio dos mais absorventes trabalhos politicos; em relação intima com os homens do poder, soube aproveitar o momento decisivo de uma revolução politica para dar realidade a esta alta iniciativa.

Tendo abandonado cheio de desgostos a carreira diplomatica, sem crença nos homens publicos nem nas instituições, no meio dos conflictos partidarios do sophismado regimen liberal reconheceu, que além do Parlamento surgia tambem o Theatro como orgão systematisador da opinião. Antes mesmo de reconhecer a necessidade de crear fundamentalmente o Theatro portuguez, dando-lhe dramas typicos, scena e actores intelligentes, essa fórma esthetica, que elle cultivára em Coimbra na imitação pseudo-classica, apparecia-lhe como a manifestação definitiva do seu genio. Podia applicar a si, e em relação a quantos o atacavam ou deprimiam na sombra, o verso de Juvenal — *Quod non dant proceres, dabit histrio.* Pelo poder da eloquencia dominou no parlamento, acatado ou temido pelos governos; mas a acclamação das platéas dava-lhe a emoção unanime da sympathia, com que unificava as almas pelo sentimento de Nacionalidade.

No prefacio da tragedia *Catão*, publicada em 1822, Garrett, já conhecedor das luctas doutrinarias entre *Classicos* e *Romanticos*, propozera a combinação das duas escholas litterarias: «que este genero romantico combinando-se com o classico, dando-se e recebendo mutuos soccorros, formassem um genero novo, cujos caracteres são bem salientes e cuja

belleza incontestavel.» Tendo, passados treze annos, tomado conhecimento das obras de Goëthe durante a sua missão diplomatica na Belgica, o criterio esthetico alargou-se-lhe fundamentalmente, actuando no seu genio poetico. E em 1839, ao reimprimir o *Catão*, referindo-se á ideia eccletica, diz: «Mal, e como creança ahi vem comtudo já presentida a ideia de Goëthe na ultima parte do *Fausto*, sobre a combinação do Classico com o Romantico, que deve produzir e fixar a poesia moderna.

«Foi o ultimatum, a derradeira sentença do grande oraculo da nossa edade: a união da arte antiga com a arte moderna, a plastica com o espiritualismo,—do bello das fórmas com o bello ideal, da Hellena *homerica* com o Fausto *dantico* e de cujo consorcio tem de nascer o bello Euphorion, o genio, o principio, o symbolo da arte regenerada.» Garrett applicou este principio nas creações poeticas da ultima phase da sua vida, desde 1838 a 1848, e d'ahi a surprehendente alliança dos themas tradicionaes com as fórmas perfeitas de uma arte universalista.

III

Garrett e a restauração do Theatro nacional

(1834 a 1854)

—

Quarta epoca

Está restaurada a Carta constitucional *outorgada* por D. Pedro IV aos seus subditos em 29 de Abril de 1826; mas esta immensa derrocada de uma sociedade atrazada, as miserias soffridas, dos patibulos, carceres, desterros, os assedios, e combates destemidos por homens que conseguiram proclamar a propria liberdade, seriam para restaurar esse favor politico só exequivel quando se estabelecessem instituições que ainda não estavam creadas? A hesitação ante esta pergunta e os meios de a illudir conservando a dictadura imperial e a ministerial, eis o *alto equivoco* que tanto caracterisa o regimen das Cartas. Na grande crise politica e social da Europa, as Cartas outorgadas foram uma alta *provisoria*, conforme a phrase significativa de Comte. Não o quizeram entender assim os retrogrados fau-

tores da Santa Alliança dos Reis contra os Povos colligados pelo tratado de 26 de Septembro de 1815, pretendendo restabelecer o decahido systema catholico-feudal. Exerceram uma acção repressiva até á Revolução de 1830, em que a França e a Inglaterra se separaram d'essa colligação obnoxia mantida depois pelas trez potencias do norte.

Esse movimento de 1830 é que veiu dar aos foragidos liberaes portuguezes todo o estimulo para uma acção decisiva, a que foi arrastado D. Pedro IV; e o triumpho de 1833 motivou o plano da *Quadrupla Alliança*, em que a Inglaterra e França garantiam as instituições liberaes das duas nacionalidades peninsulares. A *alta provisoria* podia bem chamar-se uma *transição ingleza*, pelo accordo de todos os elementos sociaes ou a totalidade da nação unificados na Carta constitucional; mas era preciso reconhecer, que esse codigo outorgado não era definitivo, estavel, e muito menos de favor *a generosa outorga*. Limitando as transformações sociaes ás classes médias ou burguezas (proprietarios, capitalistas e letrados) conformes com o egoismo das classes superiores em disfructarem uma ordem apparente, a Carta constitucional era o apoio de todo o obcecado conservantismo. Pretendendo desconhecer o seu caracter transitorio, o regimen liberal tornou-se uma burla, uma exploração, a que na propria Inglaterra se chamou a hypocrisia das fórmulas, e que Stuart Mill denominou a *Pedantocracia* pela preponderancia do banal doutrinarismo da classe média dos letrados, magistrados, professores e jornalistas, na pratica dos sophismas politicos. N'esta

resistencia, discriminaram-se os campos na lucta dos conservadores e democratas; no fundo este dualismo vem de longe, desde quando praticamente se manifestou a acção da vontade nacional.

O Absolutismo, ou a Monarchia que se impozera ás Ordens, cahiu em Inglaterra com os Stuarts, e embora esta revolução (1688) se não repercutisse na Europa, o seu espirito de autonomia social suggeriu a base da Constituição americana em 1787, que immediatamente se reflectiu na Constituição franceza em 1789, provindo d'esta a base nova das Monarchias *constitucionaes*. Pertencem a esta categoria a Constituição hespanhola de 1812, tambem a portugueza de 1822, e mais ainda a Constituição do Brasil de 1823, mais approximada do codigo politico da republica americana. Todas se entroncam nos principios proclamados na Revolução franceza.

Obedecendo á tremenda reacção politica da Santa Alliança, a Carta outorgada por Luiz XVIII á França em 1814 regressava á representação das Ordens, considerando como revolucionario o reconhecimento da totalidade da nação como um poder ou a fonte dos poderes. Obedecendo a esse espirito, D. Pedro outorgava a Carta de 1826 a Portugal fazendo-a jurar pelas tres ordens, tal como D. Miguel se fizera tambem acclamar pelas tres ordens (clero, nobreza e povo); mas muitos principios revolucionarios da Constituição brasileira foram transcriptos na portugueza, que por isso se tornára suspeita aos governos conservadores. Estas antinomias produziram o *alto equivoco*, como lhe chama Comte, isto é,

uma liberdade no papel, que se sophisma continuamente na pratica. D'este equivoco provieram todas as luctas que ainda perturbam Portugal, desde as reacções da Infanta D. Isabel Maria e de D. Miguel á Carta constitucional de 1826, dictadura da Regencia de D. Pedro IV, até ao golpe de estado de D. Maria II, reacções de Cartistas, tréguas da Regeneração e continuados ministerios de resistencia. E' sob este *alto equivoco*, que vamos assistir á nova éra inaugurada em 1834, e é n'este meio deprimente que o genio de Garrett, unificando-nos pelo sentimento, paira sempre *acima de todas as nossas miserias.*

Descrevendo os longos sacrificios e porfiadas luctas para revindicar a liberdade da nação e a segurança individual contra a compressão sangrenta do absolutismo, Garrett, na sinceridade da sua emoção, chega a reconhecer a immensa poesia d'essa epopêa de um povo quasi aniquillado: «As atrocidades do partido absolutista converteram muita gente de boa fé, e muita gente atéhi ignorante ao partido da boa doutrina: e a pobreza e desgraça da emigração contiveram o progresso da corrupção moral, ao menos em seus effeitos. Foi preciso soffrer privações? soffreram-se com animo e nobreza. Foi mister pelejar? pelejou-se: acções de heroismo ha seculos não vistas, tornaram-se acções ordinarias; prodigios de valor e de devoção civica, que a serem feitos por gregos e romanos atroariam o mundo nas historias, fizeram-se communs e vulgares no perseguido e abandonado partido constitucional desde que se achou só com a sua virtude e com a sua espada.

«Recontar a série de façanhas e portentos, que obrou o podêr pequeno lusitano, pertence á historia e á poesia — Ditoso historiador que só os contar! Mais ditoso poeta que um dia se banhar em tanta gloria...» A esta mesma emoção a que se elevára no artigo do *Portuguez constitucional* de 2 de Julho de 1836, torna Garrett a remontar-se celebrando a data de 8 de Julho, quando a Expedição liberal chegára ás praias do Mindello; elle sente que n'esse facto historico ha uma extraordinaria poesia: «A esta hora (no primeiro crepusculo da alvorada) 7.500 corações generosos batiam com ancia, queriam estalar de impaciencia, porque aguardavam ha muito o tardio signal de ir beijar aquellas praias que alli estavam sob nossos olhos, quasi a tocarmos-lhe, e que pareciam, com o mar que as affagava, estarem-nos convidando a ir fartar saudades. Saudades de quatro annos para quasi todos, e que para tantos eram quatro annos cansados de desgostos e amarguras, das vergonhas do desprezo, do desconsolo sem esperança, muita vez da penuria, — quantas da fome. Heroes eram todos então, que aquelle foi sacrificio que todos peccados remiu, e fez grandes as mais pequenas almas.—

«Esvoaçamos para os limites poeticos. Quem lhe hade poder valer? — Escarneçam-nos de poeta: paciencia. Quem fará prosa de tanta poesia? Quem, ao contal-o, terá o talento de fazer acanhado, chão e chato, o mais sublime e poetico feito, a mais alta concepção do seculo? Em taes casos está a epopêa no heroe e não no canto. — 80.000 homens de peleja com 7.500 — elles em casa, abastados

de munições, senhores da terra — nós pobres, maltrapidos, e proclamando a abolição de quasi todos os tributos que o paiz pagava ha seculos.

«E os 80.000 homens combateram todos — e foram vencidos... e a lei da liberdade proclamou-se...»

Apezar de se terem encontrado n'esta nova Marathona poetas e escriptores de pulso, nenhum dos *Mindelleiros* se inspirou como outr'ora os *Marathonomacos*, creando bellas obras de arte sobre esse momento de revivescencia nacional. Como explicar a esterilidade e mesmo a chateza dos poetas officiaes do liberalismo?

É porque a má fé politica, a hypocrisia liberal, como um fermento putrido, veiu dissolver a união das almas; uma oligarchia do paço mascarava o absolutismo com os sophismas da Carta outorgada. Já desde a emigração, como o notou Palmella, os foragidos estavam divididos em dois partidos; essa dualidade foi-se accentuando mais desde o cêrco do Porto até ás luctas parlamentares, e aos ministerios de resistencia; degladiando-se com golpes de estado e intervenções armadas, com revoltas nas praças que se propagavam pela nação inteira, e cujo espirito inconciliavel ainda persiste. Garrett define esses dois partidos, cuja antinomia constitue toda a historia politica moderna de Portugal. É preciso conhecel-os para comprehender essa emaranhada historia; Garrett descreve-os com mestria:

«Não havia ainda partido constitucional, (em 1820) formou-se então. O pequeno numero de apostolos e discipulos da liberdade,

que no poder não avultava, e que por sua inexperiencia não tinha conseguido acreditar-se, agora, quando dispersados pelo exilio, pelos carceres, engrandeceu-se, e propagou por seu illustre martyrio a crença de principios que até alli nem exame tinham merecido. O povo portuguez começou a reflectir, a comparar. Podiam ainda pouco os principios mal conhecidos; mas já os abonavam as acções dos que os professavam e prègavam. Viram-os ir pobres para o desterro, mendigar nas cadeias, e padecer resignados pela causa que abraçavam: e quem deixava, depois de tres annos o governo de Portugal, como D. João de Castro deixára o da India, não precisava justificar-se aos olhos do povo.»

Depois d'este elemento *vintista*, descreve Garrett os liberaes da *Constituição das Ordens:* «D'entre a gente de corrupção lançaram-se no absolutismo (do governo de D. Miguel) quantos poderam e couberam; vieram para nós cobrindo estolas de martyrio os que outro remedio não tiveram. Segue-se a historia da emigração, e de suas disputas e *regateios*, a de D. Miguel e de suas ferezas barbaras. Parece á primeira vista que se devia, com uns e outros, aniquillar o partido constitucional. Não succedeu assim. As atrocidades do partido absolutista converteram muita gente de boa fé, e muita gente atéhi ignorante ao partido da boa doutrina; e a pobreza e desgraças da emigração contiveram o progresso da corrupção moral...» Pelos erros e vicios da Expedição, Garrett descreve com a altura de um Tacito a *facção corrupta*, a qual logo se agglomerou em tôrno do podêr desde

que houve *esperança d'elle:* «Ainda não havia reino, nem côrte, nem empregos, nem fôro, nem tribuna, nem egreja, nem fazenda publica. Mas já detraz dos baluartes do Porto, defendidos pela mais nobre e leal gente que ainda pegou em armas, já se tinha feito uma loteria de titulos e officios, de mitras e patentes, de cadeiras de deputados e de mantos de pares, de governos de provincias e chaves de camaristas, de bécas de magistrados, emfim, e de quinhões, nos jogos de fundos. Importava pouco se o homem convinha ao emprego, ou o emprego ao homem. Todo o iniciado mettia a mão na urna e tirava o que lhe cabia. Jurava defender a facção, prègar suas doutrinas, fazer guerra mortal de calumnias, de injurias, de infamias a quantos não fossem do gremio...»

«Como á sorte e a esmo foram nomeados, a consequencia era obvia e não tardou a mostrar-se. Appareceu julgando os povos muito juiz que não sabia a lei, governando-os por novos systemas o que nem velhos nem novos sabia, ou queria consultar, fiscalisando a fazenda o que nem sua nem alheia tivera jámais fazenda ou fizera ideia do que fosse. Convocaram-se côrtes, e tambem os predestinados apparecem pares e deputados, alguns, coitados, façamos-lhe justiça, bem maravilhados e corridinhos de se vêr em taes dibuxos.

«Então os combatentes pozeram as armas, e olharam á roda de si. Vociferaram, e *protestaram que não era para isto que tinham pelejado.* O povo, liberto das crueldades de D. Miguel... clamava que não conhecia taes homens, nem taes leis; e que o beneficio do

systema, em que já acreditava, com tal gente e taes leis, ficavam annullados. Os parasitas responderam que eramos uns ingratos, que elles é que tinham libertado a patria, e a governariam como lhes approuvesse.» Tal é o o retrato dos *Pedristas*, dos que se arrogavam depois da morte do imperador, como base da sua oligarchia, o titulo de — *amigos de Dom Pedro*, e que se chamaram mais tarde os *Cartistas*.

O Duque de Palmella tambem faz um quadro d'esta divisão dos partidos, chamando *agitadores* aos vintistas, interessado na conservação da ordem publica pelos pedristas. Embora haja uma inversão dos caracteres differenciadores, Garrett e Palmella definem egualmente a dualidade politica, em que se tem esgotado o regimen da Carta, alcunhando-se de *Pastelleiros* e *Exaltados*, *Devoristas* e demagogos, *Cartistas* e *Septembristas*, vindo depois das metamorphoses de *Regeneradores* e *Historicos* ou Progressistas a unificarem-se no rotativismo de exploração politica.

Na *Memoria historica sobre Vieira de Castro* allude Garrett á opposição que já em 1834 se manifestára conscientemente contra os abusos dictatoriaes, que se mantinham: «N'esse mesmo anno de 1834 se procedeu ás eleições geraes para deputados. Eram as primeiras depois da restauração; já as disputava com o governo a opposição recrescente pelo que eram ou se reputavam abusos de longa e larga auctoridade que elle se costumára a exercer em tempo de guerra, e que não queria ou não sabia limitar-se depois da paz. A opposição era então mais um descontenta-

mento, uma separação quanto a modos, quanto a ideias de pessoas e a fórmas de cousas, do que a hostilidade de principios, aberta e despregada, que depois veiu a constituir-se; a opposição era quasi todo o partido liberal menos os ministros, seus immediatos apaniguados, e poucas pessoas mais que, por timoratas ou demasiado prudentes, não diziam o que sentiam, ou não obravam como diziam.»

Em um relatorio sobre o estado politico do paiz, appresentado pelo Duque de Palmella á rainha em 27 de janeiro de 1835, descreve-se a divisão do partido constitucional, que ia actuar na marcha do novo regimen: «infelizmente já antes da victoria, e ainda fóra do reino, se tinha dividido em duas parcialidades: uma composta das pessoas mais sensatas e interessadas na conservação da ordem publica, e não querendo pôr em risco o que com tanto trabalho haviam recuperado, *se accolhiam á sombra do Imperador*, e se uniam em roda da sua bandeira; outra composta de individuos inquietos, a maior parte dos quaes tem muito a ganhar nas mudanças e pouco a perder, de pretendentes desattendidos ou não saciados, *e de agitadores que trouxeram de fóra o frenesim de um movimento precipitado na marcha social.* Com estes se constituiu dentro e fóra da camara um partido de opposição, não occultando mesmo alguns d'elles o projecto de excluir da Regencia o Imperador... Foi, porém, desde o fatal momento da morte do Senhor Duque de Bragança, que o partido da opposição tomou mais força e desenvolvimento, a ponto de destruir quasi a unidade, que por interesse de todos, e para

segurança do throno devia existir, etc.» Estas duas facções liberaes, os *amigos de D. Pedro IV*, e os que sustentavam a tradição *vintista*, iam em breve, por golpes de estado e revoluções militares ou populares, constituir-se em dois partidos irreconciliaveis, o *Cartista* e o *Setembrista*, um sophismando as liberdades *outorgadas*, o outro proclamando a soberania nacional como base de todo o poder politico.

Garrett, no citado artigo inicial do *Portuguez constitucional*, verbera os pretendidos *amigos de Dom Pedro* «que tão pouco eram alguns, que bem mal o mereciam ser outros. Acabem com essa impostura; basta de atroar com essas grandes palavras os ouvidos do povo que já os não crê...

«Elles sós os *amigos de D. Pedro!* Por que? Porque abusando de seus derradeiros dias, que amarguraram e encurtaram, se cobriram de honras e mercês, *se despacharam a si proprios* para os primeiros e mais pingues logares do estado?...»

Entre os inquietos e agitadores Palmella visava Passos Manoel, que se manifestára em opposição contra a Regencia; o phrenesim do movimento que trouxeram de fóra, referia-se ás doutrinas da soberania nacional, que o vehemente liberal publicára em Paris.

No opusculo *Memorial sobre a necessidade e meios de destruir promptamente o tyranno de Portugal e restabelecer a Carta de 1826*, escreveram os Passos (Manoel e José) categoricamente o seu credo politico:

«Sômos partidarios obstinados do principio da *soberania popular*, velhos democratas

incorrigiveis, que n'este ponto nada aprendemos, nem esquecemos, como disse o snr. Chateaubriand em agosto de 1830,—principio grande, generoso e protector, que a nossos paes guiou como uma estrella no Campo de Ourique e na sala de Almacave, principio que atravessou intacto em duas dynastias os melhores seculos da nossa gloria, e depois os 60 annos de escravidão da patria, principio que derrubou os despotas estrangeiros do throno portuguez, para collocar o duque de Bragança, ao depois revindicado para a nação em 1820.»

Sobre este principio fundamental, os dois talentosos jurisconsultos, então emigrados, assentavam o que havia a fazer n'esta lucta do liberalismo:

«Que reconhecemos a legalidade da *Revolução de 1820*, e a Carta de 26 como a sua continuação e cumprimento das promessas de Villa Franca...

«E dos principios que deixamos expostos, segue-se: 1.º Que queremos a Carta de 26, *mas reformada*, já por o principio da omnipotencia parlamentar, já por que o periodo marcado para a sua reforma está completo, e na verdade, a Carta, tal como está, bastante para 26 e para outorgada por um rei, é muito pouco para 1831, e para decretada por a nação.»

No artigo que serviu de introducção ao periodico *O Portuguez constitucional*, datado de 30 de Junho de 1836, Garrett esboça com traços incisivos a historia das luctas do partido liberal desde a revolução de 1820 até ao momento em que se appresentára um minis-

terio de resistencia em 20 de abril de 1836. N'esse artigo, tão lucido nas caracteristicas das facções liberaes, como quem tinha acompanhado todos esses successos historicos, ha uma previsão, que revela a altura do seu genio politico: «Desde este momento (a dissolução do parlamento) o partido corruptor e o partido constitucional *ficaram bem e distinctamente extremados.* — Ha homens de bem que, por cegos uns, cansados outros, por timidos muitos, nominalmente se deixam ainda contar nas fileiras para que os seduziram. Muitos as têm já abandonado; todos os dias lhe foge gente. Cedo a mascara hade caír de todo, e pessoa nenhuma a quem reste coração no peito e pudor nas faces quererá ficar nem mais uma hora em tal partido.

«Desde este momento, dizemos, toda a hesitação é criminosa; todas as duvidas acabaram. Ha schisma no governo constitucional; não sômos nós que o fazemos. E' forçoso abraçar um partido: tomamos o da liberdade.

«Queremos liberdade: este é o nosso partido.»

Isto que apperecera no primeiro numero de 2 de julho de 1836, dois mezes depois era um facto capitalissimo, a *Revolução de Setembro*, que reatava as tradições vintistas da soberania nacional, combatida pelas traições militares, pelas intervenções diplomaticas e pelas conspirações de palacio, colligadas sob o titulo de *Cartistas.*

Garrett não podia deixar de proclamar-se *septembrista;* não era um despeito contra ministros que o hostilisaram ineptamente como Joaquim Antonio de Aguiar, Agostinho José

Freire e Conde de Villa Real, era a sequencia logica dos seus principios: « Explicado o modo como temos observado a revolução (1820) e suas phases (1823, 1826, 1828, 1832) temos manifestado nossas opiniões politicas. Ainda não desmentimos d'ellas em nossa vida. Podemos calar-nos, se cumpre. Faltar á nossa consciencia, nunca.» Foi com a potencia das suas ideias, que no momento da dictadura ministerial, na hora da acção, se encontraram Passos Manoel, e Sá da Bandeira. E se se apurar o que ficou da Revolução de Septembro e seu governo, até á contra-revolução cartista, que foi muito, e que ainda está de pé, a melhor parte foi obra de Garrett.

Gomes de Amorim, que examinou todos os papeis de Garrett, declara que entre elles «avultam as cartas, e officios de pedidos de trabalhos para as Secretarias sobre todos os ramos de administração publica, desde 1836 até 1852; convites para reuniões nos diversos ministerios, com Palmella e com outros estadistas; de rogos para emendar trabalhos, fazer relatorios, consultas, proclamações, representações á rainha e até minutas de cartas para a soberana escrever.« (*Mem.*, II, p. 2.) Tudo isto explica a hostilidade surda dos dirigentes em o conservarem em um plano subalterno, em apagarem o reconhecimento do seu poderoso impulso nas transformações sociaes, em cevarem mesquinhos odios partidarios tornando-o odioso ao paço, calumniado no caracter, na vida, ridicularisado na pessoa, e até a imputarem-lhe indecorosos plagios para lhe apoucarem o talento litterario. E Garrett, que algumas vezes com saberano desdem re-

pelliu estupidas calumnias, chegou a esta affirmação ingenua: «E' uma das maiores ignorancias em que vivo a da rasão por que tenho tantos inimigos.» *(Mem.*, III, 371.) A rasão estava na heterogenia da sua superioridade, com que os mediocres se affrontam, estava na vastidão dos serviços a que não convinha prestar reconhecimento, estava na sinceridade do sentimento, no poder sobre as almas, que convinha degradar tornando-o ridiculo como postiço e vaidoso.

A implantação do novo regimen liberal formulado na Carta outorgada em 1826 não se fez sómente com o sacrificio heroico dos emigrados portuguezes, e com o interesse dynastico de Dom Pedro IV dirigindo as operações militares na regencia da Terceira, no cêrco do Porto, e na tomada de Lisboa. Esse triumpho seria inefficaz, se, mais fortes do que a bravura das armas, não cooperassem intelligencias transformando as bases da velha e atrazada sociedade portugueza, creando as novas instituições civis, administrativas, judiciaes, militares, economicas, sem as quaes a Carta de 1826 ficaria letra morta. As leis dictatoriaes da Terceira e do cêrco do Porto, abriram os alicerces fundos da nova construcção. *Destruam et aedificabo:* «A Carta constitucional não podia conciliar-se com as bases do velho regimen, e as alterações administrativas, judiciaes, militares, economicas e religiosas realisadas pela Regencia *contribuiram não menos poderosamente que as armas*, para a victoria do regimen liberal. Sem essas reformas o regimen liberal não poderia mantêr-se; e segundo um publicista notavel, a dynastia

constitucional teria sem ellas cahido com a constituição. Estas reformas lançaram os fundamentos duradouros e firmes do regimen liberal; e a Carta constitucional, vigorando de 1826 a 1828, não conseguiu lançar raizes, nem adquirir a firmeza que lhe adveiu dos decretos formulados por Mousinho da Silveiro.» [1] E' valiosa esta consideração que leva a comprehender, quanto Garrett, como collaborador de Mousinho da Silveira em todas as leis da dictadura, e membro das commissões de redacção dos Codigos commercial e criminal e da organisação da Instrucção publica, foi a alma d'esta revivescencia da nacionalidade. O instituidor não foi menos que o artista; mas este aspecto supremo do seu influxo esteve continuamente offuscado pelos militares grosseiros que monopolisaram o governo, e que recorriam sempre a elle para dar fórma lucida ás ideias. Fallando d'esse trabalho de reformas que cimentaram a execução da Carta, escreve o Dr. Lopes Praça, sem conhecer a parte capital que coube a Garrett: «Essas medidas de um vasto alcance têm sido e continuarão a ser apreciadas sob diversos aspectos. Destruiram pelos fundamentos o velho edificio da nossa organisação politica anterior, evitando a imprevidencia dos legisladores de 1820 e das côrtes de 1826 a 1828. Mais proprias a provocar a resistencia á causa liberal da parte das classes privilegiadas, tiveram comtudo a

---

[1] Dr. Lopes Praça, *Collecção das Leis e subsidios para o estudo do Direito constitucional portuguez*, t. II, p. 234.

vantagem de vir na occasião opportuna. Providencias de tal alcance seriam inexequiveis quando houvessem serenado as tormentas politicas. Sanccionadas pelo duque de Bragança impozeram-se ao respeito de todos os governos liberaes.» (*Ib.* 234.) A Mousinho da Silveira foi facil precipital-o do poder, desgostal-o, inutilisal-o pelo desalento; a Garrett, como poder occulto, desviaram-o para longe de Portugal, para uma missão diplomatica, quando todos os foragidos regressavam á patria; e não bastando este verdadeiro ostracismo, intrigaram-o com a rainha, feriram-o no seu credito, cercaram-o de lendas deprimentes, que se tornaram inocuas diante da supremacia de tão alto espirito. Esta ultima época da sua vida é extremamente fecunda e assombrosa, *alma sublime elevando-se acima de todas as miserias* de um regimen de hypocrisia liberal.

1.º A missão diplomatica em Bruxellas

Em outubro de 1833 conseguiu Garrett chegar a Lisboa com a esposa, que deixára em Inglaterra ao partir na expedição para os Açores; a titulo de meia passagem Abreu e Lima abonára-lhe por conta do governo outo libras, e pretendendo um pequeno auxilio por conta dos seus ordenados vencidos como official da secretaria de estado dos negocios do reino, foi-lhe declarado pelo conde do Funchal, que o que se lhe devia seria pago em Lisboa. Abandonado pelo governo, que no-

bremente servira, em paiz estrangeiro, [1] em Lisboa ao reclamar os seus ordenados vencidos, que legalmente estariam depositados, apenas obteve como resposta que estava á sua ordem na Junta administrativa do Cofre commum a quantia de 13$936! Sempre roubado, como poeta e espirito desinteressado, emquanto os anonymos e mediocres se locupletavam e se faziam valer á sua custa. O officio que em data de 3 de Novembro de 1833 dirigiu ao ministro Joaquim Antonio de Aguiar sobre a situação em que se vira abandonado no estrangeiro e defraudado no seu regresso a Portugal, tem valiosos traços autobiographicos de clamorosa justiça: «digne-se v. ex.ª dar um momento de attenção a *tantos e tão longos trabalhos e padecimentos de mais de dez annos;* e considere-me depois privado de meios de subsistencia, coberto de dividas, perdido de saude,—e vendo por fim negar-se-me até pelos srs. officiaes da secretaria d'estado o deposito sagrado de uma bagatella que nem o governo da usurpação ousou negar-me abertamente... vendo por cabo de tudo, e para mais não restar que vêr, que se me nega este deposito... por estes mesmos senhores que, uns continuaram a servir a tyrannia, emquanto ella os quiz, outros sempre e sem interrupção, outros que só ha dois dias servem o es-

---

[1] Em um officio ao ministro dos negocios estrangeiros, diz categoricamente: «não ter nada recebido do tempo que servi de secretario na missão especial que em 1832 foi enviada ás côrtes de Londres, Paris e Madrid, e cujo chefe era o duque de Palmella.» *(Obras completas*, t. II, p. 654.)

tado, quasi todos mais modernos que eu, nenhum que soffresse os trabalhos que eu soffri, menos ainda que prestasse *os serviços que eu gratuitamente tenho prestado á causa da liberdade* e da rainha, e ao estado; todos elles cobertos de mercês e honrarias, disfructando aos pares pinguesissimos empregos, muitos dobrada e mais que dobradamente cumulados,—emquanto eu vivo de umas sôpas que me dão por esmola, perdi tudo na causa da rainha, e não recebo um real do seu thezouro.» Garrett instruiu este officio com numerosos documentos; mas não consta de providencia em que fosse attendido. A situação que descreve n'esse papel é a que com o mesmo aspecto de persistente hostilidade o acompanha toda a sua vida.

Por decreto de 2 de Novembro de 1833 é creada a commissão «para propôr um plano geral de Estudo, educação e ensino publico, a creação de Estabelecimentos litterarios que julgar necessarios, e a competente reforma dos que existem, comprehendendo a Universidade de Coimbra, as differentes Academias, Collegios, Escholas e quaesquer outros.» Para esta commissão foram nomeados Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, Joaquim Antonio de Magalhães, Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, Francisco Soares Franco, José Ferreira dos Santos Valle, Matheus Valente do Couto; Garrett vem nomeado como secretario. A commissão entrou logo em trabalho, e Garrett elaborou um Plano geral de Instrucção publica, que se entregou ao governo em 1 de Abril de 1834. No officio de remessa escreveu Garrett: «Este trabalho *ha mais de*

dez annos occupa as vigilias do vogal secretario da commissão, que por ella teve a satisfação de o vêr approvado, foi durante cinco mezes amadurecido por longas revisões...» Os membros da commissão da reforma dos estudos eram verdadeiramente eminentes, o que legitimava a satisfação de Garrett. Na sua autobiographia attribue á doença, que seis mezes depois victimava D. Pedro IV, o não ter sido posta em execução essa reforma fundamental, que «ahi tem servido para d'ella se copiarem aos pedaços e sem unidade do systema com que fôra concebida, quasi todos os planos de reforma que successivamente se têm adoptado.» Nos contôrnos geraes da reforma que appareceram publicados na *Chronica constitucional*, em 2 de Abril de 1834, achamse apontadas as instituições pedagogicas realisadas pelo governo da Revolução de Septembro, taes como a *Academia Polytechnica*, a *Eschola do Exercito*, *Escholas geraes secundarias* (Lyceus), *Academias de Bellas Artes*, *Escholas de Agricultura*, de *Commercio*, *Escholas normaes*, e aquelle sonho a que votou os melhores annos da sua vida, o *Conservatorio de Musica e Arte dramatica.* Fornecendo ahi poderosas iniciativas para muitos ministros, era natural que procurassem afastal-o para longe da arena politica, depois de pôrem em duvida os seus serviços, como fez Joaquim Antonio de Aguiar. Por decreto de 14 de fevereiro de 1834, referendado por Agostinho José Freire, foi Garrett nomeado Encarregado de Negocios junto ao Governo do rei dos Belgas, com o vencimento de 2.000$000, devendo servir juntamente o emprego de Consul

geral. Esta nomeação obedecia ao intuito de um afastamento; comprova-se pelo facto de perder a eleição de deputado pela Terceira em Agosto de 1834, combatido pelos empregados do governo, que sustentavam as candidaturas officiaes, accusando-o outros tambem de *Palmellista*. [1] O terror de o vêrem no parlamento activaria este despacho para a missão da Belgica; em carta ao ministro Agostinho José Freire se dá por feliz com este destino: «V. ex.ª bem vê, pelo meu desejo de saír de Portugal *n'uma epoca em que toda a carreira das ambições está aberta aqui*, que eu só procuro fugir de todas ellas e viver em paz: pois bem facil me fôra escolher bandeira de partido e ser tambem ambicioso. Esta garantia que dou tam segura que *só quero na paz do meu gabinete occupar-me de meus estudos* e ser util á patria, julgo deve merecer alguma coisa ao governo de sua magestade imperial...» Os partidos a que allude já se tinham accentuado durante as incertezas da emigração e no cêrco do Porto: eram os sectarios da Regencia, Pedristas e Palmellistas, e os devo-

---

[1] Em uma carta de Manoel da Silva Passos dirigida a João Bernardo da Rocha datada de Eaubonne, de 30 de Agosto de 1831, lê-se que era accusado de anti-palmellista: «Os Palmellistas dizem que ha em Londres um club de opposição á Regencia e ao Imperador, de que são directores L. de Vasconcellos, *Garrett* e Ferreira Borges. Fazem grande matinada sobre a gordura do Vasconcellos, que elles tem por impropria para fadigas parlamentares. Isto mal o podemos combinar com o que V. S.ª me diz de *Garrett;* e por consequencia queremos ser informados da verdade.» (Ap. *Supplemento ao Dicc. bibliographico*, t. XVI, p. 330.)

tados á rainha, uns contentando-se com a restauração da Carta outorgada, outros exaltados e agitadores trabalhando para uma Constituição. Garrett não quiz escolher bandeira, resolvido a resignar a toda a lucta politica, confinando-se na vida de estudos da sua predilecção; por isso na carta referida pedia licença por trez mezes, para depois de organisada a pequena legação: «ir a França estudar certas coisas praticas e aperfeiçoar os meus longos trabalhos sobre Administração publica e Fazenda, de que ha muitos annos me occupo, e com que espero ser de muito grande utilidade á minha patria. V. ex.ª lembrar-se-ha que eu fiz na ilha a *Lei de Administração* que hoje rege, e que este estudo é por tanto um dos meus mais constantes cuidados.» E' certo que n'esta direcção de estudos sociaes afastava-se da sua vocação artistica, chegando mesmo a offender-se por lhe chamarem poeta, titulo com que os dirigentes tentavam amesquinhal-o. Mas, mesmo longe d'essa carreira aberta das ambições, ellas lá foram perturbal-o no encanto do estudo da grande litteratura allemã, que lhe temperava o seu genio litterario, voltando por necessidade á lucta das facções e ao conjuncto de circumstancias que deram relêvo ás suas capacidades estheticas.

Por ordem do thezouro, em 26 de fevereiro de 1834 foi-lhe adiantado 1.500$000 para ser descontado pela quinta parte dos seus vencimentos, abonando-se-lhe 666$000 e tantos réis para ajuda de custo; em 30 de Abril em decreto referendado por Bento Pereira do Carmo ficou arbitrado: «que durante a sua

missão continue a vencer o ordenado de official de secretaria em attenção aos seus padecimentos e serviços á causa da rainha e á Carta.» (*Mem.*, II, 193.) Esta perspectiva pareceu um favor partidario, mas não correspondeu á realidade, ficando esquecido na Belgica pelo ministro dos estrangeiros, sempre privado dos seus honorarios, e desconsiderado por omissões de confiança politica. «Não chegou a estar dois annos em Bruxellas...» escreve elle na sua autobiographia, «sendo odiosamente expoliado do seu cargo por o imaginarem de rendimento pingue.» Esses dois annos de Bruxellas foram um ignominioso calvario, que actuou na sua existencia physica pela doença que nunca mais o largou, e pela derrocada moral, que pezou como uma fatalidade sobre a sua vida inteira.

Como Garrett se demorasse em partir para a sua missão diplomatica, o ministro dos estrangeiros ordenou-lhe em portaria de 26 de junho de 1834, que «partisse para Bruxellas no primeiro paquete que se fizesse de véla, *sob pena de perder o seu emprego.*» Era peremptorio e militaresco; a vontade de o afastarem de Portugal era clara.

A partida por via de Londres effectuou-se em 27 de junho de 1834 no Royal Tar, tendo-se demorado não só pela necessidade de encerrar e fazer entrega dos livros da Commissão da reforma dos Estudos dissolvida em 10 do mesmo mez, como para liquidar a partilha de sua mulher, pelo falecimento de D. Anna Candida de Athayde Midosi, sua sogra. Em 29 de julho era recebido na côrte da Belgica, e em 30 fazia a visita de chegada aos varios

membros do corpo diplomatico; na carta ao ministro faz sentir a necessidade de uma norma de proceder politico mais explicita, attendendo á situação da Belgica ligada com as duas nações que romperam a *Santa Alliança* das potencias do norte: «A transcendente importancia europêa da posição d'este paiz faz com que a sua residencia seja, sem questão, ao menos actualmente, a melhor eschola diplomatica que existe. V. ex.ª conhece, melhor do que eu, que aqui se cruzam agora os interesses e as pretenções de duas grandes secções politicas em que de feito estava ha muito dividida a Europa, e de *direito*, se é propria a expressão, o ficou agora pelo tratado da *Quadrupla Alliança*. No meio e em torno d'ellas giram os das potencias menores, anciosas, a maior parte, de se chegar a nós. Para qualquer mediocre observador, se sua posição lhe fornece os meios, não póde haver campo de maior e melhor instrucção. As mesmas grandes côrtes não o pódem offerecer nem egual.» [1] Garrett via claro o problema politico; se a França e Inglaterra, depois da revolução de 1830 patrocinavam em Portugal e Hespanha o regimen liberal garantindo o seu estabelecimento, a Austria e a Prussia ainda sustentavam o pacto da retrogradação ao absolutismo. A Russia, a Prussia e a Austria mantinham, em favor de D. Carlos e D. Miguel, a *Santa Alliança;* a França e Inglaterra pelo tratado da *Quadrupla Alliança* de 22 de Abril de 1834, feito com Portugal e Hespa-

---

1 *Obras completas*, t. II, p. 636.

nha, obrigavam-se a sustentar D. Maria II e D. Isabel II, contra a rebeldia dos dois pretendentes. Este tratado separava o occidente constitucional da colligação retrograda das trez potencias do norte; era ao que Garrett chamava as *duas grandes secções politicas, em que de facto está dividida a Europa*, que se convertera em um novo direito. Mas por uma perversão capciosa d'esse tratado da *Quadrupla Alliança*, hade elle nos conflictos do regimen da Carta servir de fundamento para o pedido criminoso de uma *intervenção armada estrangeira*.

A importancia que Garrett ligava a esse centro diplomatico da Belgica, campo de maior instrucção que as grandes côrtes, em breve se confirmará, quando Leopoldo se achar dirigindo a politica da côrte de D. Maria II. N'um pequeno estado havia muito que comparar e adoptar nas instituições portuguezas; em carta de 5 de Agosto de 1834, escrevia ao ministro: «N'este systema belga, que tomou como o nosso de 1832, a base franceza, ha todavia combinações taes, e em sua discussão appareceram idéas tão luminosas, que entendo seria de grande proveito e auxilio para as côrtes portuguezas (que decerto se hãode occupar de taes materias) o ter amplo conhecimento do que aqui se tratou.— Não merece menos attenção o estudo e organisação fiscal d'este paiz, cujo systema, fórmulas e funcções publicas todas estão de certo mais aperfeiçoadas que na mesma França d'onde vieram.

«Não creio que paiz nenhum civilisado da Europa esteja no caso de fornecer melhores exemplares em todo o genero de administra-

ção do que este. Situado ao pé da França, d'onde lhe vieram todos os elementos da sua organisação actual; perto da Inglaterra, e em taes e tão intimas relações com ella, que as sympathias francezas se modificam visivelmente em tudo pelo contacto aliás comarcão da Allemanha, litteralmente da Prussia, — typo obsoleto e unico em muitos generos de administração —; ha pouco separado de outro notavel povo, a Hollanda, a Belgica é como o centro de um grande e vasto circulo de civilisação, cujos raios todos para elle convergem. Assim deve a Belgica á sua excellente administração o ter um exercito no melhor pé de bons 50:000, tres tribunaes de segunda instancia, um de Cassação; uma organisação administrativa, propriamente dita, completa; vastos estabelecimentos scientificos, litterarios, de ensino, de educação; uma arrecadação fiscal egualmente completa; tribunaes e inspecções commerciaes; e poder sobre tudo isto applicar vastas sommas para obras publicas, e até para estabelecimentos de mero ornato e quasi luxo nacional.» (Ib., 638.)

Que contraste se formava no seu espirito ao vêr como o regimen da Carta era exercido por oligarchias dos militarões que tinham posto no throno D. Maria II, e se davam o titulo privilegiado de *amigos de Dom Pedro IV*. As difficuldades começavam para Garrett com os descontos que em Portugal lhe faziam do adiantamento que recebera, e da falta de pagamento dos ordenados que lhe competiam e foram arbitrados como official da secretaria de estado dos negocios do reino. Em officio de 8 de Agosto de 1834, pedia ao minis-

tro que se lhe fizesse o desconto na totalidade com os seus ordenados vencidos; e fundamentava: «Doze annos de emigração pela causa da liberdade, uma assidua e provada applicação litteraria, minha vida toda passada ou sob a proscripção ou nos carceres, duas vezes encarcerado, duas privado por longos annos de todo o emprego, o confisco de meus poucos bens,—uma familia a meu cargo, a saude perdida, e sobretudo o tenuissimo de meus ordenados actuaes, a par de uma despeza que tenho receio que v. ex.ª julgue exagerada por mim, mas que de certo não é... Certo é um paiz barato a Belgica; mas a côrte é, como todas as côrtas, carissima; e, apezar da triste villã figura com que sou obrigado a representar o governo de sua magestade por meus estreitos limites, não sei como poderei occorrer ainda ao mais estricto necessario. Não dou jantar, ando a pé, sou o meu proprio secretario, e em muitas cousas o meu proprio creado; mas posso eu deixar de ter uma casa decente, de acceitar os convites da côrte, e de fazer as mil e uma despezas que absorvem tudo?—Antes de saír de Lisboa consumi em pagar as minhas proprias dividas todos os avanços recebidos: e com viagens e principio de arranjo de casa e da legação, *fiquei reduzido a viver de credito.*—Desde o mez de fevereiro, que data o imperial decreto, *já levo vencidos mais de dois quarteis e nada recebi ainda.*» No emtanto davam-se 100:000$000 de réis a cada um dos generaes e altos personagens que sustentaram a campanha liberal por interesse proprio.

As acclamações de D. Maria II feitas por

varias Camaras municipaes sem alludirem á Carta constitucional *restaurada*, principalmente os autos das Camaras do Porto e Lisboa, revelavam a D. Pedro IV, que a nação tinha consciencia dos seus sacrificios na revindicação da liberdade, não tomando em consideração a *outorga* de 1826. A questão da Regencia continuada em D. Pedro, na menoridade da filha, dependia agora de deliberação do parlamento, que appresentava uma vigorosa opposição contra a sua permanente dictadura. Accumulavam-se os factos deploraveis, que suscitavam conflictos que tendiam á explosão da revolta. A Convenção de Evora Monte em fins de maio de 1834, garantindo a D. Miguel a pensão annual de 60:000$000 réis e a amnistia de todos os crimes politicos desde a reacção de 1826 até ao termo da campanha, garantindo as patentes aos officiaes miguelistas, seriam actos generosos de D. Pedro IV, mas pensando que assim captava o partido absolutista, affrontava a trinta mil desgraçados que acabavam de saír das masmorras miguelinas. A indignação publica fulminou D. Pedro IV, quando appareceu com a familia real no camarote do theatro de S. Carlos, e reclamaram a demissão do ministerio; na hallucinação do momento, ante a estrondosa pateada, elle bradou: *Fóra, canalhas!* A platéa retrucou-lhe com palavras injuriosas, indo caír no camarote muitos patacos arremessados por desprezo e affronta. D. Pedro não podia viver depois d'isto; todas as profundas lesões organicas que soffria se aggravaram e appressaram o desenlace fatal. No auto official do seu falecimento, escripto pelo primeiro

medico da camara real, vêm apontadas todas essas lesões: hypertrophia do grande lobulo do figado e já alterado, baço amollecido quasi a desfazer-se, hydrothorax do saco pleuritico direito, pulmão esquerdo adherente á pleura costal, coração hypertrophiado, com adherencias, rins alterados. Todos estes padecimentos eram de antiga data; os abalos moraes determinaram as complicações. [1] D. Pedro deixou a regencia ao sentir-se prostrado pela doença, e tratou do casamento da filha, indicando o duque de Leuchtenberg, seu cunhado. Quanto á regencia, lembraram-se os da facção pedrista da Infanta D. Isabel Maria, ou a Imperatriz Amelia, madrasta da joven rainha; mas deante das considerações do descredito e espirito reaccionario da Infanta, e a aversão entre a rainha e a madrasta, entenderam melhor o proclamar o parlamento a sua maior edade. Por aqui se vê como D. Maria II, criança de quinze annos, obedeceria violentada á vontade do pae, casando com o duque de Leuchtenberg, percebendo o influxo da madrasta que assim se continuaria na viuvez. O Duque de Palmella, nos seus *Apontamentos*, escreveu: «O Duque de Leuchtenberg possuia muitas qualidades que podiam desejar-se no marido de uma Rainha tão moça, e gosava a bem merecida fama de juizo, prudencia e decisão. E' certo que pelo seu nascimento lhe faltava, pelo menos do lado paterno, a condição de

---

[1] Folha de 4 pag. Datada do Paço das Necessidades, 28 de Septembro de 1834. Na Impressão de João Nunes Esteves e Filho.

pertencer a uma das familias reaes da Europa...»[1] Conta Palmella que a joven rainha ordenou sem hesitação, que tratassem do seu casamento com o duque de Leuchtenberg; era a primeira revelação do feminil caracter.

Longe de Portugal na sua missão de Bruxellas, escreve Garrett em officio de 7 de Outubro de 1834 para o ministro dos estrangeiros: «Recebi hontem pelo correio de terra, a circular, sob n.º 4, em que v. ex.ª me annuncia haver sua magestade imperial o senhor duque de Bragança, obrigado pela lamentavel e gravissima enfermidade que o affligia, declarado *a sua impossibilidade de exercer a regencia*, e que em consequencia as côrtes geraes e extraordinarias da nação haviam declarado maior s. m. f. a rainha reinante;... Profundamente afflicto pelo motivo doloroso que trouxe estes grandes successos, inda me restava todavia até hoje alguma debil esperança de que Portugal não tivesse de chorar tão prompto a deploravel perda... Mas as folhas inglezas, que n'este momento acabo de receber, me tiraram toda a esperança.

«A lamentada morte de sua magestade imperial tem sido n'este paiz verdadeiramente sentida como a de um principe generoso...

«Não devo todavia occultur a v. ex.ª que as mudanças na administração, originadas por aquelle fatal acontecimento, foram vistas com a maior satisfação por todos os partidos, em rasão de agoirarem d'ellas mais segura e prompta consolidação de um systema prudente

---

[1] *Vida do Duque de Palmella*, III, 47.

e avisado, que, sem empecer o progresso interno e avisado, nos reconcilie todavia com as potencias estrangeiras, que nos olham ainda com muita desconfiança.» Garrett referia-se ao ministro da Austria e encarregado de negocios da Prussia, que sustentavam a *Santa Alliança*.

Tambem o Duque de Palmella, que presidia ao primeiro ministerio da rainha, escreveu nos seus *Apontamentos*, ácerca da morte de D. Pedro IV: «A inconstancia extrema do seu caracter dava-lhe mais tendencias para innovar do que para consolidar a obra emprehendida.»—«É bem de suppôr que as mesmas qualidades e os mesmos defeitos, que caracterisaram a sua vida inteira, o não teriam deixado occupar-se tranquillamente de colher e de fazer colher aos portuguezes o fructo da sua victoria. É por isso que me inclino a pensar, que sob este ponto de vista foi opportuna á sua fama a morte que tão cedo o levou.» (*Vida*, t. II, 574-6.) Vê-se que Palmella sustentava o *alto equivoco* do regimen constitucional com o das ordens.

Garrett anciava por vir a Portugal, lembrando ao ministro a licença que supplicára: «A inquietação em que vivo depois que recebi o fatal golpe da morte de meu pae, pelo estado de minha mãe, e familia, tem aggravado os meus padecimentos...» Esse regresso ia dar-se por occasião do casamento da rainha com o noivo indicado pelo ex-imperador.

Em data de 26 de novembro de 1834, escrevia Garrett ao ministro dos estrangeiros dando parte de terem chegado á côrte de Bruxellas o Marquez de Ficalho e o Visconde de Sá da Bandeira com a missão de conduzirem

a Portugal o Duque de Leuchtenberg, que ia casar com a joven rainha. Garrett expõe uma difficuldade diplomatica que applanou, pelas relações affectuosas em que estava com o rei Leopoldo: «Creio que v. ex.ª não ignora, que S. A. real o principe Augusto de Portugal, então duque de Leuchtenberg, ha tres para quatro annos esteve quasi eleito rei da Belgica. Esta circumstancia o tornou até *um certo ponto* obnoxio ao rei actual; e n'este caso tratou de fazer valer a pouca benevolencia do gabinete das Tuillerias (aqui omnipotente) habilmente exercida pelo ministro d'aquella côrte e apoiada pelo de Hespanha; os quaes não deixaram ambos de me procurar bastantes embaraços, que apesar da minha inexperiencia e mesquinha representação n'esta côrte tive comtudo a boa fortuna de vencer, auxiliado da pessoal bemquerença com que me honra el-rei...» Tratava-se da passagem do duque de Leuchtenberg pelo territorio da Belgica, e se lhe prestariam honras officiaes em Bruxellas. Garrett obteve a declaração positiva de que Augusto de Leuchtenberg seria recebido com todas as honras em Bruxellas, com um jantar no palacio e a offerta de uma gram-cruz da ordem de Leopoldo. Não era isto um triumpho banal, porque as familias reaes da Belgica, França e Inglaterra, achavam indigna a elevação de um Beauharnais ao throno de Portugal. Mas era a vontade manifesta de D. Pedro IV, que assim elevava o cunhado e conseguia um defensor natural para a rainha, que ficava na menoridade. Garrett descreve em minuciosos officios a recepção do principe-consorte, e como se apro-

veitava da concessão de o acompanhar até Lisboa. Coincidia esta viagem com a licença que tinha de trez mezes para ir vêr sua mãe, de pouco em viuvez; D. Luiza Candida ficou em Bruxellas, e n'esta ausencia do marido até fins de maio, em que regressou ao seu cargo, passou ella as scenas aventurosas, de que iniquamente quizeram fazer Garrett responsavel: «sabe-se que D. Luiza não acompanhára o marido a Lisboa. D'ahi os desastres sobrevindos...» (*Mem.*, II, 112.) D'este tempo em diante existiu a separação entre os conjuges, embora cohabitassem.

Nas negociações que se entabolaram para o casamento de D. Maria II com o principe Augusto, que o pae lhe escolhera, o noivo revelou logo o intuito de partilhar da soberania e não ficar reduzido a *simples propagador da especie*, como em tom chulo respondera ao conselheiro Ildefonso Bayard, que lhe objectava a impossibilidade de taes pretenções perante a Carta constitucional. E em carta do principe Augusto ao Conde de Mejan, dizia, que acceitando a união com a joven rainha, o seu pensamento era sustentar as instituições que D. Pedro dera ao seu povo; mas que para realisal-o se via impotente «se em Lisboa não fôr senão o esposo da rainha, e se eu não tomar parte alguma nos actos do seu governo.» —«quero ter de direito e de facto, uma participação qualquer nas discussões que precedem os actos do governo; não quero ser nem um ente nullo, nem um inutil.» Estas veleidades de Augusto Leuchtenberg foram accalmadas por Palmerston, por intervenção do ministro inglez em Vienna, fazendo-lhe sentir a urgen-

cia de effectuar-se o casamento real. Ao prestar o juramento na camara dos pares o principe declarou-se continuador de D. Pedro IV, tendo-se por conversas identificado com elle em espirito. D. Maria II nomeou-o em 20 de março de 1835 commandante em chefe do exercito portuguez, por «*ser herdeiro da inclyta espada com que meu augusto pae — restaurou o meu throno...*» No parlamento levantou-se uma celeuma comparando-se a nomeação do principe Augusto á de Beresford, e como uma ameaça para a liberdade.

Estava-se em 26 de março, quando D. Augusto, por causa de uma insolação em uma caçada, atacado de uma angina diphterica, succumbia na tarde de 28; a surpreza do acontecimento provocou suspeitas de envenenamento do principe, e deu logar a manifestações hostis contra Palmella e o ministerio. A fatalidade não deu azo a que Leuchtenberg fosse sequer um *simples propagador da especie;* D. Maria II detestava-o, por motivos de orgulho de nascimento e de odio á madrasta a imperatriz viuva. Quando em 1836, Garrett, já em Lisboa, redigia *O Portuguez constitucional*, allude a esse *tumulto das Chagas* com desdem: «a policia dos inauferiveis esgotou a materia (as pavorosas), que o Bastos tornou ridicula, e que *certa assuada do anno passado contra envenenadores de principes* — assuada cuja verdadeira origem e auctores *nós sabemos* e diremos se instarem — acabou de todo vulgarisar *até á sensaboria*, um meio que (lembrem-se) além de immoral, e portanto impolitico, por fim vem sempre a dar na cabeça a quem o emprega.» Pelo que se deprehende

dos *Apontamentos* do duque de Palmella, um dos auctores do tumulto foi o seu collega no ministerio Agostinho José Freire, que por essa manifestação de impopularidade julgava forçal-o a demittir-se.

A demissão do ministerio de Palmella, em 28 de abril de 1835, por que se considerava sem o apoio do gabinete conservador de Wellington na sua resistencia contra o partido liberal portuguez, determinou a chamada de Saldanha, então considerado o chefe dos democratas. O novo ministerio, em que tornou a entrar Palmella para a pasta dos negocios estrangeiros, foi festejado com girandolas, musicas, illuminações, e á noite, no theatro de S. Carlos, no meio do regosijo delirante e vivas á liberdade, a platéa pediu o Hymno de 1820. Cantava-se a *Fausta* de Donizetti. «No fim da dansa, os espectadores exigiram que se cantasse o Hymno de 20. Não houve remedio se não transigir com elles, sendo executado por tres cantores da companhia. Era a primeira vez que, depois de tantos annos de pressão e reacção, se ouvia aquelle hymno que outr'ora tanto enthuziasmára o povo portuguez. O que se passou então é indescriptivel, chegou ás raias do delirio. O hymno foi saudado com estrondosas e repetidas salvas de palmas, bravos e muitos vivas á liberdade.» [1] O ecco d'esse hymno repercutiu no paço e nos conluios dos conservadores, chamados os *devoristas*, acordando a lembrança de uma

---

[1] Dr. José de Arriaga, *Historia da Revolução de Septembro*, t. I, p. 637.

epoca em que a nação portugueza teve consciencia da sua soberania. Se ella acorda outra vez, tem de tomar conta dos seu destinos, sacudindo de si essa sarna que a traz manietada com um codigo de sophismas, submissa a uma politica de intervenção estrangeira da chamada *Quadrupla alliança.*

D. Maria II, talvez para mostrar o seu pouco sentimento pela morte de Leuchtenberg e para libertar-se da acção educativa da madrasta, apressou o seu segundo casamento; em um bilhete datado de 11 de julho de 1835, escrevia ao presidente do conselho de ministros, em phrase sêca: «Mande dizer ao Conde de Lavradio que trate com a maior brevidade possivel o meu casamento com o principe de Carignan. MARIA, *Rainha de Portugal.*» O Conde de Lavradio informava «que elle tinha vinte e quatro a vinte e cinco annos, que *era bello homem.*» Tratava-se de passar a procuração da rainha para o casamento com o Carignan quando se pretextou, que elle tinha apenas dezenove annos; pensou-se no Duque de Nemours, filho de Luiz Philippe, mas como nota Palmella nos seus *Apontamentos:* «chegaram a dar-se alguns passos com relação ao Duque de Nemours, *suscitou logo por parte da Inglaterra ciumes e obstaculos, que era prudente cortar.*» Rejeitados estes dois principes pela influencia interesseira dos Coburgo, que puchavam para a familia essa preza de um throno, ficaram germens de odios e resentimentos que por cartas anonymas azedaram a côrte de Lisboa.

Palmella, para lisongear a côrte ingleza, perguntou ao Conde de Lavradio se não ha-

veria um principe allemão apparentado com a familia real britanica. Foi por este quesito que surgiu o principe Fernando Augusto de Saxe Coburgo, sobrinho do rei dos Belgas, Leopoldo, e da duqueza de Kent. [1] Os de Carignan e Nemours ficaram postos de banda, e Palmerston mandou logo correio a Vienna para levar a proposta ao Duque de Saxe Coburgo para ceder o filho, que tinha então dezenove annos. A edade do noivo levou o pae a impôr condições humilhantes, sendo a primeira que a Inglaterra se obrigasse a sustentar o governo de D. Maria II e a sua successão, e a dar-se uma dotação a D. Fernando, que o indemnisasse dos bens a que renun-

---

[1] A Duqueza de Kent, mãe da rainha Victoria, e irmã do Duque de Saxe Coburgo, puchava avidamente para o engrandecimento da sua familia, e foi ella que lembrou ao governo inglez, que impuzesse seu sobrinho Fernando de Saxe Coburgo para Princepe-consorte da rainha de Portugal. No mesmo interesse da familia casou depois tambem a filha com o primo Alberto. Palmella, nos seus *Apontamentos* autobiographicos revela-o: «O Conde de Lavradio tinha sido mandado pelo governo a Londres, com instrucções a este respeito, para colher informações e examinar se de *entre as familias dos numerosos princepes da Allemanha*, haveria algum que podesse preencher as condições exigidas.» — «A proposta (de Fernando de Saxe Coburgo) foi acceita, como era natural, com a maior promptidão, para o que contribuiram tambem os bons officios da *Duqueza de Kent, mãe da rainha de Inglaterra e tia* do Princepe Fernando.» Por esta via ficou a politica portugueza sob a influencia directa do rei da Belgica, Leopoldo, irmão da Duqueza de Kent, que pelas intrigas diplomaticas, sob titulo de proteger seu joven sobrinho e a infantil rainha, fazia o seu jogo de avidez interesseira dos Coburgo.

ciava deixando o seu paiz. A avidez fez-se sentir desaforadamente: 100:000$000 de dotação annual, 50 contos pagos pela nação e 50 pela Casa de Bragança; o Commando em chefe do Exercito, e logar immediato á rainha. O proprio conde de Lavradio chegou a enojar-se com tantas exigencias. Esta ganancia constou em publico, e D. Fernando, que toda a sua vida se julgou em paiz conquistado, era denominado pelo povo com o nome sarcastico de *José Nabo*. Globet, que estava junto do Coburgo por ordem do rei da Belgica, diz da sua chegada a Portugal: «a população só lhe testemunhou uma frieza visinha da desconfiança e da hostilidade.— O paiz começava, não sem razão, a desconfiar, que o contracto matrimonial garantisse ao segundo marido da rainha todas as dignidades e prerogativas concedidas ao duque de Leuchtenberg.» Era a nomeação de Commandante em chefe do exercito portuguez, que se exigia para o insignificante Coburgo! [1] Foi o fermento de revoltas militares, e da intervenção odiosa de Leopoldo da Belgica na côrte portugueza; mas nada d'isto equivale ao fer-

---

[1] Em 1 de janeiro de 1836 D. Maria II, para se firmar o contracto de casamento, por arbitrio seu nomeou o noivo Marechal general do Exercito portuguez; e no momento da sua chegada a Lisboa, a Camara dos deputados, como votasse a extinção do Commando em chefe do Exercito, foi immediatamente dissolvida; em 4 de maio de 1836 já D. Fernando Coburgo assignava uma ordem do dia como Commandante em chefe do Exercito portuguez. Todo este prepotente descaro impellia para a Revolução de Septembro.

mento de devassidão de costumes que o joven Coburgo trouxe d'essa horda insolente e atrazada de princepes allemães querendo em meio da crápula manter um feudalismo degradante na egualdade civil moderna.

Tratando-se do segundo casamento da joven rainha com Fernando Coburgo, sobrinho de Leopoldo da Belgica, era curialissimo que o encarregado de negocios na côrte de Bruxellas soubesse d'esse arranjo de familia. Garrett, por uma conversa com o ministro dos estrangeiros Mulenaere em 29 de Septembro de 1835 é que teve a humilhante surpreza d'essa negociação: «Posto que os boatos das gazetas me tivessem um tanto prevenido, não pude deixar de me surprehender com esta confidencia, principalmente pelo receio de deixar conhecer *a verdade*, isto é, que nada sabia... Respondi, pois, com um gesto de intelligencia, sem aventurar uma palavra; e o ministro continuou:

«— El-rei Leopoldo regressará de Inglaterra á volta do dia 7 ou 8. Sabe que a sua viagem não é extranha aos negocios de S. M. F. E o correio que hontem recebi de Vienna me faz esperar que á volta de el-rei o negocio do casamento estará de todo concluido.— Em Vienna recebe a approvação geral este casamento. O princepe é o mais bello mancebo da Allemanha, e seu pae, riquissimo e o mais habil general de cavalleria ao serviço da Austria. Suppõe-se que elle acompanhará seu filho. Comtudo o pae, que é um homem mui prudente e pausado, não deixa de ter um *como que receio de tanta elevação para seu filho.* =*Il est presque craintif de l'éclat d'une cou-*

ronne pour son fils (são as formaes palavras). Comtudo el-rei (Leopoldo) deseja muito esta alliança, e a tem resolvido. Duvido que sem os conselhos de el-rei seu irmão se resolvesse; por que é de uma natureza timida e talvez em extremo cautelosa.»

Depois d'esta confidencia do ministro belga, revela-lhe um facto «*plus intime à votre égard*, e é que ultimado o contracto, o nosso Encarregado de negocios em Lisboa será substituido por um Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario. *É uma missão de familia.*» Era simplesmente um residente ladino para dirigir a politica da côrte portugueza no intuito de Leopoldo, chefe da familia dos Coburgo, que parasiticamente se alastravam pelas côrtes da Europa.

No officio de Garrett lêem-se estas observações magoadas: «Fazendo el-rei da Belgica, como faz, *o negocio seu;* e sendo elle por sua alta categoria e pela deferencia de toda a sua familia, considerado como chefe de uma Casa a quem a fortuna e o merito de seus augustos membros promettem os mais illustres destinos, v. ex.ª convirá facilmente que excluir absolutamente de toda a participação de tão alto negocio ao residente do novo governo n'esta côrte, equivale a declaral-o nullo e incapaz da confiança da sua soberana.» Em officio de 6 de dezembro de 1835 o Conde de Lavradio communicou a Garrett ter-se concluido em Coburgo a convenção matrimonial de D. Maria II, com Fernando de Saxe-Coburgo Gotha.

Em um dos officios para o ministro pede «o favor de uma licença de um mez para ir a

a Paris a vêr se consultando alli os facultativos posso recobrar-me, ou pelo menos paliar a molestia interior que me consome, e que por infelicidade tem até agora sido desconhecida dos professores d'esta terra.» E referindo-se a este officio de 18 de outubro de 1835, escreve em outro de novembro: «fui obrigado a antecipar sobre a permissão — e me ausentei por espaço de quinze dias d'esta capital, indo a Paris consultar os facultativos sobre a minha perdida saude — e desenganado que o meu estado já não era susceptivel de melhora, contentei-me com os paliativos que recebi, e voltei ao meu posto onde ha outo dias me acho sem melhoras essenciaes, mas seguindo um regimen que me vae sustentando a vida, e sobretudo resignado, que no meu estado é o que mais importa.» Era uma doença chronica o seu soffrimento, originada de grandes abalos nervosos e desgostos moraes; o regimen que mais lhe aproveitava era o da tranquillidade de espirito. Relacionamos com a sua ida a Paris a ideia da publicação das suas *Obras completas*, que appresentou ao livreiro francez J. P. Aillaud, e sobre que iniciaram negociações; parece como um refugio mental no meio dos constantes desgostos da sua vida publica e domestica. A base appresentada por Aillaud para a edição era de 30 francos por folha de 27 linhas, em vez dos 100 da proposta de Garrett, allegando a morosidade da venda dos livros portuguezes; não chegaram a accordo no ajuste. No emtanto podemos formar uma ideia aproximada do que seria o plano e conteudo das suas *Obras* em 1835. Quasi todos os seus livros foram publicados

sem nome de auctor fóra de Portugal, e restrictamente espalhados pelos subscriptores das pequenas edições. O *Retrato de Venus* fôra supprimido. A edição geral deveria então comprehender, além dos livros esgotados, aquelles annunciados em capas de brochura desde 1828:

Retrato de Venus.
Camões.
D. Branca.
Adozinda. (Na brochura da *Adozinda*, a publicar-se brevemente: THEATRO, 2 vol.)
Lyrica de João Minimo.
Catão.
Mérope, Tragedia em cinco actos.
Albuquerque, Drama historico em cinco actos.
Edipo, Tragedia em tres actos.
Os Namorados extravagantes, Drama em tres actos.
D. Fernando ou o Regulo portuguez, Tragedia em cinco actos.
Uma Comedia portugueza, de caracter e costumes nacionaes.

Esta collecção será precedida de um breve quadro da *Historia do Theatro portuguez.*

Portugal na Balança da Europa.
Tratado de Educação.
Opusculos politicos e pequenos Ensaios criticos e litterarios *(Resumo da Historia litteraria de Portugal.)*
Lyceu das Damas.
Dois annos da minha vida: Reminiscencias da Emigração e Memorias do Cêrco do Porto.

Garrett não perdeu a ideia de realisar este primeiro plano, que só se lhe tornou exequivel em 1839, modificado depois pelas novas maravilhas que se seguiram ao *Auto de Gil Vicente*, que assignala a sua maior epoca litteraria. Este amor pela sua Obra deu-lhe

apoio e resistencia no meio dos desastres mortaes a que se viu exposto.

Quando Garrett foi de Bruxellas a Paris em 1835 fazer a consulta medica, ou tratar da edição das suas obras com o livreiro Aillaud, duas recordações pungentes lhe acudiriam ao espirito: dez annos antes, em profunda miseria de desterro, acabára o seu poema *Camões*, na rua *Saint Honoré;* n'esse anno de 1835, em 20 de fevereiro, um novo traductor francez dos *Lusiadas*, Émile Rouland, achando-se na mais desolada indigencia, deixou-se morrer de fome para não pedir esmola. O desgraçado poeta morava na rua Saint-Honoré, n.º 149; Alfred de Vigny, alludindo ao facto succedido tres dias antes da representação do seu drama *Chatterton*, lamenta o não ter sabido da atroz situação d'esse novo *Chatterton*, para lhe acudir. [1] Garrett, ouvindo em Paris essa narrativa tragica do suicidio de Émile Rouland, recordar-se-hia que soffreu eguaes senão maiores angustias, e que o salvára através de tudo um ideal que servia e que o inspirava — Patria e liberdade. Aguas ainda mais amargas terá de atravessar até ao termo de sua vida, mas esse poder do ideal que fortifica vigorisou-o na sua acção e consciencia moral.

No desprezo e indifferença em que Garrett se via abandonado pelo governo de Portugal na côrte de Bruxellas, elle escreve ao ministro dos estrangeiros com amargura: «não ha mo-

---

[1] *Revue des Deux Mondes*, 1900, 1 de outubro, p. 594.

destia humana, não ha humildade e desinteresse que se não revolte com a ideia de vêr premiar a todos, a muitos que pouco serviram, a muitos que nada serviram, e vêr-se excluido, unico, quasi marcado *com a barra sinistra da bastardia* entre todos os filhos da patria. Se pois eu commetti falta ou crime, que assim me colloque n'uma excepção *odiosa* para com o governo da minha soberana, por quem tenho dado fortuna, honra e vida... melhor fôra que por essas faltas ou crimes (que ignoro) eu fosse julgado e castigado. Mas a consciencia não me accusa de nada; e não sei explicar a minha infelicidade senão por azo de pouca fortuna, e por falta de protecção amiga que faça valer a justiça, que por si só e sem amparo, mal pôde vêr-se, quanto mais attender-se.» *(Obr. compl.*, II, 659.) Garrett tocava no nó vital da questão. Era em volta da rainha, então uma creança de dezesseis annos e mal suggestionada, que se formava uma lenda deprimente contra Garrett, com o fim de darem o seu logar a um fidalgo favorecido da camarilha. A embaixada da Belgica, organisada laboriosamente por Garrett, era de terceira classe; porém pelo casamento de D. Maria II com Fernando de Coburgo, sobrinho do rei Leopoldo da Belgica, essa embaixada ia ser elevada a segunda classe, augmentando-se-lhe os proventos. Era isto o que se preparava na côrte, e já se indicava o fidalgo a quem se daria tal benesse. Garrett foi avisado secretamente de Lisboa do trama que se urdia. O ministro dos negocios estrangeiros, em despacho de 7 de novembro de 1835, deu-lhe a noticia da sua transferencia proxima.

No officio em que lhe responde Garrett, vem phrases pungentes: «Vejo com sentimento misturado (v. ex.ª me permitte dizel-o) de satisfação e *receio*, *a certeza* que me dá de haver sua magestade decidido conferir-me *outra missão diplomatica*—pedirei licença a v. ex.ª para lhe dizer, que muito antes de receber este seu dito despacho de 7 do corrente, recebera eu aviso de Lisboa de que=*estivesse acautellado*, [1] por que já tinha successor nomeado para esta missão, a qual era elevada a categoria de segunda ordem; e que em tal caso, a minha pessoa não fôra julgada digna de ser Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em uma côrte parente como esta ia ser.=Mas eu, costumado, em quinze annos de serviços e sacrificios, e de um procedimento em que nem os inimigos ousarão pôr sombra de macula, a ser sempre preterido, sempre sacrificado aos que sabem vir no dia depois para aproveitar dos sacrificios da vespera, eu fui forçado a acreditar o aviso amigo que me deram; e tratei logo de começar a tomar as minhas medidas para que não fosse tão completa a minha ruina, e não me ficasse até a honra na destituição que me ameaçava. Deliberei preparar-me para poder voltar ao meu canto e á minha obscuridade de homem de lei e de homem de letras independente, visto que me lançavam do serviço publico, em que rematava uma carreira com tal premio; etc.»

---

[1] Carta de 30 de outubro de 1835 do ministro Jervis de Athouguia, então seu intimo amigo. (Amorim, *Mem.*, II, 154.)

(*Obr. comp.*, II, 666.) Em um officio ao novo ministro da pasta dos negocios estrangeiros, o marquez de Loulé, em 18 de novembro, escreve: «Pouco presumpçoso e desvanecido de meu natural, têm-me forçado a crêr que valerei um pouco mais do que eu mesmo me avalio, a constante perseguição dos inimigos da liberdade, o desprezo dos nescios, as injustiças, insultos e acintosas preterições dos corruptos de toda a especie.» Havia dois dias que chegára a Bruxellas o diplomata que o ia substituir, sem aviso ou acto official; escreve Garrett: «Posto que, segundo já tive a honra de escrever a v. ex.ª e ao seu antecessor, *eu estava prevenido por um amigo officiosamente* que se me nomeara successor, não podia todavia imaginar que este successor me fosse mandado, sem ao menos me avisarem de tal... fui *em pessoa* á hospedaria indicada visitar o meu *collega* ou successor, ou o quer que fosse, que tão nobremente se me annunciava (um recado de bocca, por um creado — se tinha cartas para elle). Achei com effeito, e n'um deploravel estado de saude, que em parte explicava aquelle procedimento *seu*, a D. Luiz da Camara, que me disse achar-se nomeado para me succeder e tomar conta d'esta legação como *ministro residente* n'esta côrte e na de Coburgo. — Então pedi ao meu successor os diplomas e papeis necessarios de que elle devia ser portador, a minha carta de *rappel*, e o officio de v. ex.ª, quero dizer o despacho que me participasse esta determinação do governo e a minha translação. — Não posso, ou antes mais exactamente, não devo expressar a v. ex.ª qual foi a minha admiração, acom-

panhada de outros muitos sentimentos que não designarei, quando ouvi em resposta, que nada trazia para mim; nem despachos, nem cousa alguma.» (Ib., 669.)

Deixando de transcrever o quadro descriptivo da situação em que Garrett e D. Luiz Maria da Camara se achavam em presença da côrte de Bruxellas, esta affronta pessoal foi attribuida á mudança de ministerio. [1] Como no ministerio cahido em 18 de novembro se achavam o duque de Palmella e Rodrigo da Fonseca Magalhães, ambos amigos de Garrett, attribuiu-se a clamorosa injustiça a imposição da rainha; Amorim diz: «Entre os papeis do poeta encontram-se algumas cartas d'esses amigos, dizendo-lhe que *fôra a rainha* quem escolhera D. Luiz da Camara, e o impozera ao governo;» Amorim não acredita no poder da intriga do paço, conjecturando outras causas.

Na *Vida do Duque de Palmella*, appre-

---

[1] Amorim cita o trecho de uma carta do barão da Torre de Moncorvo, embaixador em Londres, a Ildefonso Bayard: «Esta historia do *Camara com o Garrett*... junto com a falta de credencial, tem dado muito que fallar em Bruxellas e nas côrtes immediatas.» (*Mem.*, II, 191.) O governo belga pelo seu ministro dos estrangeiros, communicou a D. Luiz da Camara, que «tomou parte no desgosto que deve ter tido o sr. cavalheiro Almeida (Garrett), parte tanto mais viva quanto foram agradaveis as relações que com elle manteve...» manifestando desejo que estes sentimentos «possam suavisar-lhe a magoa que teve, por circumstancias independentes da vontade d'este governo.» (*Mem.*, II, 192.) Se D. Luiz da Camara comprehendesse a sua situação, deveria demittir-se.

senta D. Maria Amalia Vaz de Carvalho um extraordinario documento, que illiba o ministro da demissão abrupta dada a Garrett: «Pois n'uma pequena carta da rainha a Palmella vem o segredo d'esta *demissão quasi cruel, inopportuna e injusta.* Garrett soffrera pela rainha todas as miserias da emigração. Com o Imperador estivera na Terceira, com elle desembarcára no Mindello, com Palmella sahira a barra do Porto, em meio de terriveis perigos...

«Na hora do estabelecimento do regimen constitucional, Garrett foi nomeado Encarregado de negocios de Portugal junto ao governo da Belgica, e é ali, que sem prévio aviso, é surprehendido pela chegada de Luiz da Camara, que ia substituil-o, e que tambem — inevitavel desordem da iniciação de todo um regimen politico — nem credenciaes levava ainda junto da côrte em que ia representar o governo portuguez. —

« Sabemos agora a quem attribuir esse acto de Palmella, o qual embora attenuado e como que compensado pela transferencia para melhor posto (Copenhague) não estava comtudo na indole do bondoso estadista.

« Garrett foi demittido por ordem expressa da rainha, dada por quem não sabia ainda os limites constitucionaes da sua missão regia...

«Eis textualmente copiado, até com o seu erro de orthographia, o imperioso bilhete que arrancava do seu posto o mais brilhante engenho de Portugal, aquelle que será a gloria suprema do reinado de D. Maria II, para o seu logar ser dado a um protegido da realeza, cujo unico predicado consistia em pertencer a

uma familia de perto aparentada com a gente que então dominava no paço:

=*Duque de Palmella.*—*Quero que mande passar o decreto nomeando o Luiz da Camara ministro em Bruxellas, e ao Garretti* (sic) *pode-se arranjar em outra parte.*—MARIA. *11 de Outubro de 1835.*=

«De passagem quizemos tirar da memoria, para nós querida do Duque de Palmella, a accusação de ter de motu proprio preferido Luiz da Camara a Garrett, e de ter offendido cruelmente o coração do seu companheiro de adversidade e exilio, d'aquelle que velára junto d'elle, em noite inolvidavel, ao pé do cadaver do seu tão amado Alexandre.

«Tambem seria injusto não accrescentar que a Rainha *de quinze annos de edade* e educada por fórma que a não dispunha a apreciar bem o merecimento litterario do grande poeta, não tem n'este caso uma culpa muito grave.—Mais de uma vez o Duque de Palmella allude á triumphante camarilha que então dominava o espirito da rainha, impellindo-a no sentido do poder pessoal e da arbitrariedade caprichosa.» *(Op. cit.*, t. III, p. 50 a 53.)

A personalidade de D. Luiz Maria da Camara, segundo tenente da Armada, explicava a razão do bilhete de D. Maria II ao duque de Palmella; elle era sobrinho de D. Leonor da Camara (Marqueza de Ponta Delgada), que entrara para o serviço de D. Maria da Gloria em março de 1829, acompanhando-a para o Rio de Janeiro, para Londres, e Paris, até ao

regresso a Lisboa em 1833. Tinha uma plena influencia no espirito da joven rainha, a quem sempre lisongeara incutindo-lhe a ideia de que era soberana, quando os *pedristas* impelliam D. Pedro a restaurar para si o throno de Portugal ou mesmo a realisar a unificação iberica. Garrett tinha escripto o *Tratado de Educação* em fórma de cartas dirigidas a D. Leonor da Camara, instituidora da joven rainha, sendo depois obrigado a eliminar-lhe o nome, quando o tratamento de rainha se tornava perigoso ante a reacção absolutista dos gabinetes da Austria e de Inglaterra. Agora, no momento em que D. Maria II estava no exercicio da soberania, D. Leonor da Camara era uma das figuras mais preponderantes da camarilha feminina, que tudo perturbava. Tendo sido agraciada com o titulo de Marqueza de Ponta Delgada com o juro e herdade logo em uma segunda vida, em seu sobrinho, o Conde da Ribeira Grande, quiz tambem contentar o irmão d'este D. Luiz Maria da Camara com a embaixada de Bruxellas, que se elevou a segunda classe com maiores subsidios. Sobre este augmento escreveu Garrett em officio ao Marquez de Loulé: «O governo acaba de reconhecer quanto eram inadequados os meios que me fornecia, quando concedeu ao meu successor, solteiro, sem familia, e que tem menos encargos que eu... 2.000 cruzados mais apezar do que me deu a mim, apezar de tantas supplicas e instancias...» (*Ib.*, 671.) O nepotismo é sempre de um egoismo feroz, e mal suspeitava Garrett, que D. Leonor da Camara é que exigira da infantil soberana a ruina da sua carreira diplomatica para entretêr os

ocios de um sobrinho sem valia. Para obter esse *Quero* do bilhete da rainha, algumas suggestões a prepararam; espalharam, que D. Luiza Candida Midosi faltára á fidelidade conjugal, tornando-se escandalosa a situação de Garrett na côrte de Bruxellas. Gomes de Amorim accentúa esta causa: «no animo de D. Maria II, embora de austeras virtudes, actuaram *circumstancias particularissimas*, ignoradas de Garrett, e das quaes não tinha a menor culpa, embora em Lisboa se presumisse o contrario, por insinuações malevolas dos invejosos da sua gloria. A rainha impoz-lhe a responsabilidade moral dos *actos praticados por outrem*, e persuadiu o seu governo a seguir-lhe as vistas. Tão certo da sua innocencia, quanto *ignorante da sua desdita*, o poeta continuava protestando e pedindo reparação e justiça... iniquidade monstruosa suppôl-o *connivente ou tolerante nas alludidas faltas.*» (*Mem.*, II, p. 175.) Ainda ouvimos o ecco das lendas affrontosas. [1] Gomes de Amorim escreve sobre esta situação domestica: «Ignoro se a mulher o acompanhára da Belgica para Lisboa, se viera antes ou depois. Sei sómente que *já em Bruxellas tinha elle tomado a irrevogavel resolução de separar-se d'ella.* E prova-se que no mez de junho convieram em que nunca mais fariam vida de casados, nem tornariam a reunir-se.» (*Ib.*, II, p. 203).

Na carta intima de Jervis de Athouguia,

---

[1] Referia o Dr. Ernesto Adolpho de Freitas (o *Freitas-Má lingoa*) que Garrett deixando a mulher em algumas casas, dizia-lhe: — Diverte-te, menina.

de 30 de outubro de 1835, dizia-lhe secretamente que Palmella e Rodrigo o não defenderam da ordem da rainha, por que fôra promovido para a Dinamarca; de facto o Duque de Palmella fez assignar em 7 de novembro o decreto em que era nomeado «ministro residente junto da côrte de Copenhague com o ordenado de 3.200$000 rs.» Mas em 9 de janeiro de 1836 o Marquez de Loulé exonerava Garrett d'esta missão diplomatica «por ser incompativel com as circumstancias presentes o augmento de despeza da elevação da dita missão, sem que d'ella resultasse utilidade alguma.» Vê-se que a corrente da calumnia prevalecia na camarilha. Garrett, accusando a recepção d'este decreto, escreve ao ministro: «Pésa-me que a secretaria de estado a que v. ex.ª hoje preside nunca se dignasse dar-me conhecimento d'este decreto de 7 de novembro, e me privasse assim da occasião de mostrar a sua magestade, *por minha submissa recusa*, que eu não era capaz de ser cumplice de um acto offensivo da lei e interesse publico... Julgo ter direito a sentir-me de que na redacção do decreto *que me desonera de um logar que eu não pedi, nem acceitei* (e por minha honra juro que não acceitaria) não coubesse uma só palavra de menção de alguns serviços que tenho feito, e que mostrasse que não era mera e banal formalidade a promessa de ser empregado no serviço de sua magestade em se offerecendo occasião opportuna.» Loulé mandou archivar este officio, sem mais satisfação; é pasmosa esta inconsciencia dos serventuarios da camarilha e a cegueira moral com que era tratado o maior vulto da nova

época social. Garrett comprehendia *o plano de iniquidade*, appellando para a interferencia de Ildefonso Leopoldo Bayard, para lhe accudir na solução dos seus debitos officiaes para poder saír de Bruxellas.

Em carta particular do marquez de Loulé, foi offerecido a Garrett o ir «substituir no Rio de Janeiro Joaquim Antonio de Magalhães, na mesma graduação em que elle se acha.» [1] E pedia-lhe «quanto antes resposta sobre este objecto.» Garrett não acceitou a proposta, ou por não ter confiança em Loulé, que pertencia como parente da rainha á camarilha, ou pelo estado de doença em que se achava, depois de uma dolorosa operação. Em officio de 5 de abril de 1836 escrevia ao ministro: «Illudido até aqui com a esperança que me deviam dar augustas promessas, não me resolvia a tomar destino positivo. Mas estou tal, que não devo esperar mais, e me resolvi a tomar o *de voltar á minha patria* e á vida obscura que minha insufficiencia e *origem plebêa* reclamam.»

Esta simples intenção de regressar a Portugal não lhe foi facil, depois de estar substituido na legação de Bruxellas. Garrett fizera certas despezas com o lucto de D. Pedro IV, com a passagem do Duque de Leuchtenberg pela côrte da Belgica, pouco depois com o seu lucto, e em seguida com a passagem de Fernando Coburgo, segundo marido de D. Maria II; todas estas despezas foram approvadas pelo ministro dos negocios estrangeiros, mas não satisfeitas. Não podia por tanto Garrett

---

[1] Extracto, ap. Amorim, *Mem.*, II, 192.

sahir de Bruxellas em quanto não saldasse estes debitos por que era responsavel, passando-se mais de tres mezes, sem que o governo portuguez attendesse ás suas urgentes reclamações. Escreve elle no seu officio de 5 de abril de 1836: «Ha trez mezes que vivo n'este estado, e ultimamente, apezar de todos os privilegios diplomaticos, soffri a desfeita de um sequestro em minha mobilia pelo resto da renda das casas da legação, *resto que é devido pelo tempo que já as não occupo*, mas que a imprevista demissão que recebi me obriga a pagar. — A situação em que aqui fiquei, deshonrado pelo meu proprio governo, não é nem póde deixar de ser senão para ser deshonrado por todos.

«Reduzido a este estado, resolvi-me a vender algum resto de prata e roupa que possuia para pagar as dividas *que não são minhas*, e para não continuar a não fazer mais, transportando-me assim para Londres, onde espero encontrar quem me empreste os meios de me transportar para Lisboa.»

Na remessa de dinheiro para pagar aquelles encargos officiaes, foi-lhe omittida pela agencia do governo portuguez em Londres a parcella de £ 283. Garrett reclamou contra a omissão, em presença do despacho ministerial de 11 de março de 1836; mas receiando as continuadas evasivas, escrevia para o ministro:

«A consequencia fatal d'este engano, ou não sei como lhe chame, será que aqui ficarei ainda mais *alguns mezes*, sobre trez que tenho estado exposto á mofa, ao escarneo e aos insultos que de toda a parte chovem sobre

mim, recompensa e galardão unico com que prouve ao governo de sua magestade agraciar um servidor fiel e zeloso!»

Effectivamente Garrett só conseguiu partir para Londres em junho de 1836, tendo sido avisado por officio de 27 de abril, sendo ministro o conde de Villa Real, seu inimigo, que desde 14 de dezembro de 1835, em que fôra substituido, não lhe competia vencimento algum. Garrett partiu de Londres no *Manchester*, e em carta de 17 de junho de 1836, datada da rua do Arco do Bandeira, n.º 15, escrevia a José Gomes Monteiro: «Tive muita pena que o tempo nos não deixasse entrar no Porto, cuja barra passámos eu e seu irmão, que ambos lá iamos desembarcar no *Manchester*.—Eu larguei todo emprêgo de fóra para vir fixar-me em Portugal e dar o meu pobre quinhão de ajuda a este *carro* que tanto lhe custa andar.» Garrett achava-se em Lisboa diante do ministerio de 20 de abril, composto de homens que lhe eram hostis, Agostinho José Freire, Joaquim Antonio de Aguiar, Conde de Villa Real; havia outo mezes que fôra despachado ministro para Copenhague, ficando o decreto sem effeito até lhe darem nova collocação. Pede a Ildefonso Bayard para que interceda por uma resolução que o tire da «*incerteza em que estou ha outo mezes*, e em que não posso viver,—pois ha bem tempo que espero, e parece-me que com uma resignação bem *exemplar*.» Parece que por ludibrio lhe propozeram acceitar o logar de governador civil na provincia. Garrett teve a comprehensão do caminho a seguir: demolir esses conservadores da Carta outorgada, os chama-

dos *amigos de Dom Pedro*, ou os *devoristas*, a que o vulgo chamava por irrisão os *pasteleiros;* organisou uma empreza para a fundação de um jornal, de que foi o principal redactor, e em 2 de julho saía a publico o primeiro numero de *O Portuguez constitucional.* [1] Em artigos vibrantes de eloquencia e verdade historica, fez Garrett o retrato dos *amigos de D. Pedro* e arrancou-lhes a mascara com que se cobriam, e patenteou quaes foram os que soffreram pela liberdade, e implantaram o regimen constitucional, para ávidos parasitas o explorarem e infamarem. Filia os principios que triumpharam no cêrco do Porto na tradição de 1820. Póde-se dizer que a influencia de artigos scintillantes como os do *Portuguez constitucional*, é que acordaram o espirito publico, e que a *Revolução de Septembro*, que se esperava rebentaria no

---

[1] Em o numero de 1 de Septembro de 1836, respondendo aos ataques dos jornaes ministeriaes, a *Revista* e *O Artilheiro*, que accusavam Garrett de ter vendido «a sua penna habil por tres mil cruzados annuaes» e parte na empreza do *Portuguez constitucional*, elle replicou esmagadoramente, que este é o mesmo *Portuguez* de 1826: «Onde estavam n'essa epoca os escriptores ministeriaes *todos?* Então, que fazer opposição era metter o pescoço na corda da forca! Então que tanto patriota que hoje blasona de *amigo de D. Pedro* abandonou covardemente a causa do seu rei e da liberdade da Patria! — Qual dos actuaes escriptores ministeriaes que tão alto falla hoje, que então ousou pegar na penna e arrostar com os precursores de D. Miguel, com os rancores do Bispo de Viseu, com as republicas do Bastos! Mas não fallemos n'isso que é vergonha:...» É esta solidariedade com o *Portuguez* de 1826, que mais valorisa os intuitos do *Portuguez constitucional* de 1836.

Porto, irrompeu espontaneamente em Lisboa com a mais espantosa surpreza, que foi a maior das suas forças. Ao homem que se viu defraudado pela camarilha da rainha e por ministros sem alcance mental, tiveram de pedir a Garrett o apoio do seu espirito de concordia, por que elle foi o pensamento e a acção de todas as reformas e iniciativas que ficaram da Revolução de Septembro.

Na lucta dos partidarios da Carta, os seus jornaes arrojavam as maiores affrontas aos liberaes constitucionaes a que chamavam *exaltados*. O jornal *O Raio* era o que feria mais desbragadamente; e como Garrett, no *Portuguez constitucional* patenteava todas as fraudes e hypocrisia dos que se chamavam *amigos de D. Pedro*, era por elle assim atassalhado: «É este um *leitão* que parece *porco*, ou seja pelo costume de fossar e enlamear-se nos lodaçaes, ou seja pelo seu proprio desalinho e falta de limpeza; a verdade é que foi *alugado* aqui por uma sociedade em que muito figura o barão dos cacos, a qual tem em vista derribar o governo, para elevar a pandilha e acabar com o *Nacional*.» Garrett, accusado pelo *Raio* de ladrão e venal, via agora renovado o mesmo vocabulario arrieiral de 1826, empregado nas parouveladas do P.e José Agostinho de Macedo. Mas, o que é triste, para o homem que se sacrificou intemerato por verdadeiros principios politicos, servindo sincero e desinteressado a sua patria, é que de todo esse acervo de calumnias de que o cobriram os cartistas-conservadores, alguma cousa se lhe pegou e se transmittiu na tradição. Gente que desconheceu a acção politica e a obra littera-

ria de Garrett, mostrou-se convicta de que foi uma individualidade versatil, corruptora, movida por vaidades e interesses vis. E a tenacidade d'esta lenda sobreviveu á geração dos homens que o combateram, chegando a ser acreditada e repetida pelos que vieram a seguir a sua orientação litteraria. Elle affrontou todas essas infamias, soffreu-as, e não sucumbiu, porque servia um alto ideal. [1]

A) A Revolução de Setembro de 1836

Na sua Autobiographia, referindo-se a este fecundo movimento politico que realisava as tradições vintistas, escreveu Garrett: «Aqui

---

[1] Em uma nota ao seu Discurso na sessão de 9 de outubro de 1837 diz: = «apenas cheguei a Portugal— tomei ostensivamente minha parte na opposição em que sempre estive ao partido que agora se quer chamar da Carta.» N'esta nota refere-se ás calumnias com que pretendiam feril-o os Cartistas:

«Uma era que sendo Encarregado de Negocios em Bruxellas, me intitulava alli não sei se barão, ou conde, ou talvez duque.—Os coitadinhos não sabem (quem lh'o havia de ensinar?) que um agente diplomatico leva na sua credencial os nomes, cargos, honras, titulos e condecorações todas que tem; e que é assim o *unico viajante*, no estrangeiro, que *não póde absolutamente* intitular-se nem um ápice mais do que é na sua terra.

«A outra calumnia não tem menos graça: era que, não sei por que nem para que, eu fizera contrabando: ignorava tambem a pobre gente, que um chefe de missão em toda a parte tem as alfandegas livres para entrarem e sahirem todas quantas cousas elle declarar serem para seu uso ou serviço.—O caso é que se os nossos libellistas não fossem tão ignorantes, inventavam com mais similhança de probabilidade. Mas tambem é certo que não tinham tanta graça.» (*Discursos*, p. 64.)

começa uma nova e brilhante éra na vida publica...» E no elenco em que esboçou as epocas da sua vida, accentua esta, ajuntando a actividade politica com a esthetica: «Deputado ás côrtes constituintes. — Litteratura.»

Esta nova e brilhante éra, destaca-se de um longo periodo de depressão artistica, em que profundas decepções lhe esterilisaram o espirito. Ao terminar o poema *Camões*, accentuára o comêço d'essa depressão, quando ao revoltar-se contra a desdenhosa ignorancia do logar da sepultura do Epico nacional, protesta abandonar para sempre a poesia:

> ....meu canto
> Canto de indignação, ultimo accento
> Que jámais sahirá de minha lyra
> ....
> E eterna a voz me gelará nos labios.

Ao annotar estes versos na reedição do poema em 1839, confirmou Garrett o seu abandono da poesia durante esse longo periodo de depressão artistica: «Realmente desde essa época (1825) não tornei a emprehender uma obra poetica, nem tornei propriamente a fazer versos. A Canção á Victoria da Terceira, assumpto que faria poeta a burra de Balaam do mais prosaico jornalista — com dois ou tres peccadilhos mais, se tanto, são os unicos de que me accuso. Cousas velhas e anteriores, emendei e conclui muitas.» Referia-se Garrett á publicação da *Lyrica de João Minimo*, da *Adozinda*, e a composições avulsas mais tarde incorporadas nas *Flôres sem fructo*. Houve de facto uma crise no seu genio creador, desde o apparecimento dos poemas *Camões* e *D. Branca*

até á elaboração do drama *Um Auto de Gil Vicente;* e Garrett explicava-a: «é porque já não *creio;* e para ser poeta é mister *crêr.*» As causas que o levaram a este estado de descrença resaltam nas determinantes da Revolução de Septembro; a confiança, cooperação e communhão de ideal com os chefes d'esse movimento de 1836, que renovam a aspiração vintista, acordaram-lhe a crença com que inicia um novo periodo de actividade esthetica, como creador do Theatro nacional, e em que exerce um pleno poder espiritual na vida publica.

Esta nova e brilhante éra appresenta tres phases caracteristicas, embora intimamente ligadas: de 1836 a 1838 occupa-se attentamente de todas as questões parlamentares, redige a Constituição, e organisa as principaes fundações artisticas da Dictadura septembrista; de 1839 a 1847, violentamente hostilisado pela facção cabralista dominante, concebe as suas principaes obras dramaticas, *Auto de Gil Vicente*, *D. Philippa de Vilhena*, *Alfageme de Santarem*, *Frei Luiz de Sousa* e *A Sobrinha do Marquez;* depois de 1847 á Regeneração de 1851, diante do crime da *intervenção armada estrangeira*, pedida pela rainha, sente-se desalentado pela teimosia das emboscadas palacianas, pelos ministerios de resistencia, pela transigencia dos tribunos, e succumbe envolvendo-se na hallucinada paixão amorosa, que se reflecte surprehendentemente no lyrismo das *Folhas cahidas*.

Vejamos como o rompimento da Revolução septembrista foi um symptoma de vida nacional, que ficou assignalado na historia portu-

gueza pelas instituições que fundou e que ainda subsistem.

A dissolução da Camara dos Deputados á chegada do Coburgo, por ter supprimido o cargo de Commandante em chefe do exercito que D. Maria II exigira para o marido, veiu produzir um abalo em todo o paiz com uma lucta eleitoral, que desmascarou todos os vicios do regimen, em tudo egual a essa epoca deploravel de 1826 a 1828. Faltava ao parlamento mais do terço dos deputados, não tendo sido nunca preenchidas as suas vagas. A imprensa jornalistica estava amordaçada pelo violento art.º 20, com que o governo se sustentava; as demissões dos funccionarios e officiaes eram a réplica ás opposições liberaes; os dinheiros publicos eram distribuidos em pensões de 100:000$000 pelos Duques da Terceira, Saldanha, Palmella, e outras differentes maquias pelos da quadrilha dominante; a propriedade particular era assaltada legalmente pela lei das indemnisações; os melhores cargos eram dados a miguelistas como meio de enfraquecer esse partido; os bens nacionaes eram malbaratados em praça entre amigos, como a venda das Lesirias por junto, por dois mil contos, menos da quinta parte do seu valor; os emprestimos na praça de Londres eram descaradamente onerosos, e as antecipações de receitas andavam por tres a quatro mil contos. A politica externa fazia-se por artigos secretos que o parlamento ignorava, como os da *Quadrupla Alliança*, em que sob o jugo leonino da Inglaterra, o regimen constitucional se encarnou n'esses tres ludibrios de Luiz Philippe, Isabel II e D. Maria II.

Os dois primeiros foram empurrados para fóra do throno merecidamente; D. Maria II, para se aguentar na queda, recorreu ao crime de lesa-nacionalidade pedindo a *intervenção* armada estrangeira!

Em todo este acervo de torpezas e violencias que vinham desde 1834 com o regimen do ludibrio liberal, o orçamento geral do estado, que já se não discutia desde 1826, continuava no mesmo systema de contas de saco ao dissolver-se o parlamento. Por isso o grito da reforma da Carta era unanime; já então a Carta outorgada era considerada capa de ladrões. Para a lucta eleitoral foram chamados ao poder os *amigos de D. Pedro*, a quem o povo alcunhava com os epithetos de *devoristas*, *chamorros* e *pastelleiros*. Não se contentando para vencer com o processo das eleições indirectas, com o poder judiciario e administrativo centralisados, ainda fizeram que o Coburgo, marido da rainha, fosse ao Porto com o seu estado maior de Commandante em chefe do exercito para se impôr á cidade, aconselhando a «empregar os meios que estivessem ao seu alcance — para fazer recahir a eleição sobre aquelles homens que julgue mais aptos.» [1] Fernando Coburgo era odiado pela nação, pelas insolentes exigencias do contracto de casamento, e pela influencia da Inglaterra, que se obrigava a sustental-o no seu logradouro. Mas por detraz do governo inglez estava seu tio Leopoldo, um Coburgo que explo-

---

[1] *O Independente*, n.º 114. Apud Dr. José de Arriaga, *Hist. da Revolução de Septembro*, t. II, p. 9.

rava a Belgica. Escreve Theodoro Justus, na historia d'este personagem: «Leopoldo enviou a Lisboa Mr. Van der Veyer, seu ministro em Londres, *para sustentar e dirigir os jovens principes*, que ás vezes mostravam receios de tempestade. No principio do outono (de 1835) o general Goblet foi duas vezes a Inglaterra, para interessar o visconde de Melbourne e lord Palmerston, tornados ministros... na sorte perigosa da rainha D. Maria II. Leopoldo queria que a Inglaterra reagisse aos constitucionaes, isto é, aos ultra-liberaes; que a rainha se refugiasse no castello de Belem e se collocasse sob a protecção da esquadra ingleza. E no caso de necessidade, não lhe repugnava mesmo recrutar uma legião estrangeira para que embarcasse em navios britanicos.» Mas não parava aqui a infamia do Coburgo da Belgica; o seu general Conde de Goblet revela ainda mais: «O rei Leopoldo interessava-se por tal modo com *os seus jovens parentes*, *que para lhes firmar o throno*, offerecia-lhes muitos milhares de soldados, caso a Inglaterra os quizesse transportar a Portugal e assoldadal-os. Esta ultima condição não me parece ter offerecido difficuldade; porque pensava-se, que *Portugal poderia hypothecar á Belgica, em garantia de todas as despezas, uma das possessões da costa de Africa.*»[1] Já se planeava a depredação dos colonias de Portugal, e já o Coburgo da Belgica, para sustentar cá o sobrinho, sonhava no futuro Es-

[1] Ap. Dr. José de Arriaga, *Hist. da Revolução de Septembro*, t. II, 155-6.

tado livre do Congo. Em um officio de Garrett de 1 de dezembro de 1835 ao ministro dos estrangeiros, vê-se como o plano da rapacidade de Leopoldo se ia desdobrando: «Apresso-me a participar a v. ex.ª que de novo recebi insinuações e quasi aberturas do ministro dos negocios estrangeiros mr. de Mulenaere para um tratado commercial comnosco.—Se nós quizessemos deitar mais adiante e *permittir-lhes entrada em nossas colonias de Africa...»* (*Mem.*, II, 162.) Garrett não comprehendeu a perfidia do ministro do rei Leopoldo. Pelo casamento do Coburgo, o rei da Belgica tratou de collocar em Lisboa um embaixador mais intelligente, como fôra annunciado a Garrett, e o governo inglez collocou no Tejo uma esquadra para assegurar a tranquillidade do venturoso e inexperiente par conjugal, que ia prolificar abundantemente sobre o desgraçado paiz.

Os movimentos politicos de Hespanha repercutiam-se sempre em Portugal, progressivamente, como pelo espirito da Constituição de Cadiz de 1812 na revolução de 1820 e Constituição portugueza de 1822, ou reaccionariamente, como na colligação dos Apostolicos, arrastando-nos em 1823 e 1828 ao absolutismo sanguinario. Quando os liberaes hespanhoes annullaram o *Estatuto real* outorgado em Aranjuez em 10 de abril de 1834, e restabeleceram a Constituição de Cadiz pelo decreto de 13 de agosto de 1836, este facto capital foi como a faisca incendiaria que veiu decidir os liberaes portuguezes não já a contentarem-se com a reforma da Carta de 1826, mas a proclamarem o principio da *Soberania*

nacional representado em uma Constituinte. O anniversario do dia 24 de agosto de 1820 foi celebrado em Lisboa e por quasi todo o paiz com um enthusiasmo fervoroso, que suscitava o pensamento da Revolução. Virá esse generoso impulso do Porto ou de Lisboa? Segundo a phrase de Napier, a tyrannia *miguelina* fôra substituida pela tyrannia *pedrista*, e desde 1834 a 1836 «governava um partido em vez da nação.» O rompimento da Revolução de 9 de Septembro de 1836, que se manifestou immediatamente forte, e achou a adhesão de todo o paiz, impoz-se ás colligações diplomaticas da Belgica, da Inglaterra e França, por que era uma manifestação inequivoca da vontade nacional. Manoel da Silva Passos, que sustentára sempre, desde a emigração, o principio da soberania da nação contrapondo-se ás liberdades de outorga, tendo embaraçado a Revolução de Septembro de proclamar-se no Porto, ao desembarcar em Lisboa juntamente com os deputados do Douro e alguns da Beira Alta, achou-se, por impulso da multidão, acclamado o chefe d'esse movimento. Uma onda de milhares de cidadãos, entre foguetes e hymnos marciaes, acompanharam os deputados até ao largo das Côrtes, victoriando a Constituição de 1820, proclamada pelos revolucionarios de Lisboa. A Guarda nacional, em que predominava o sentimento democratico, e a tropa de linha, descontente com as vaidades do Coburgo feito Commandante em chefe do Exercito, fraternisaram, por fórma que a reacção palaciana, dirigida pelos diplomatas belga e inglez, achou-se sem meios de resistencia. D. Maria II

succumbiu, quando lhe disseram que o regimento de Caçadores 5, para quem ella bordára a bandeira, tambem fraternisára com o povo. No quartel do Carmo redigiu-se á pressa uma Mensagem á rainha, expondo-lhe a urgencia de acudir aos males publicos, fazendo a «proclamação immediata da Constituição de 1820, com as modificações que as Côrtes constituintes julgarem por bem fazer-lhe», e a escolha de um ministerio que promova «o bem estar da magnanima nação portugueza.»[1] Dom Fernando Coburgo tinha expedido o barão de Campanhã com o regimento de Caçadores 5, com um de cavallaria 4, e de artilheria para suffocar o movimento popular, mas essas tropas ligaram-se á Guarda nacional. A deputação voltara com uma resposta da rainha, que era simples embuste para ganhar tempo em quanto não chegavam ás Necessidades Van de Weyer, o ministro da Belgica, e lord Howard, ministro da Inglaterra. Povo e tropas desfilavam para as Necessidades, entre vivas á Constituição de 20; restava uma esperança á camarilha — o Visconde de Sá da Bandeira, para constituir um ministerio de confiança. Antes d'este se decidir a prestar-se a esta burla, que não pôde sustentar, os diplomatas estrangeiros engenharam planos de contra-revolução: Van de Weyer entendia que D.

---

[1] Na Narrativa inedita da Revolução septembrista de Moraes Mantas, vem consignado: «Só a *Constituição de 20* proclamada, era remedio efficaz e capaz de supplantar o colosso orgulhoso dos despotas e mandões.» (Ap. Dr. José de Arriaga, *Hist. da Revolução de Septembro*, t. II, p. 30.)

Fernando se pozesse á frente das tropas de linha, mas caducou o alvitre ante as revelações do barão de Campanhã. O Conde de Goblet, alma danada da intervenção de Leopoldo, reconheceu ante a crueza dos factos: «a resistencia torna-se tão inutil quão perigosa. Só havia dois partidos a seguir: ficar, cedendo, ou retirar, protestando. Os ministros e conselheiros de estado expuzeram á rainha *a difficuldade de chegar á esquadra ingleza* através da cidade sublevada. O ministro da Belgica replicou que era, ao contrario, este o unico meio de se manter a ordem e de salvaguardar a dignidade da rainha. *O principe D. Fernando fôra d'este aviso; e pediu á rainha o seguisse;...»* Os parasitas são sempre poltrões; Dona Maria II, deu-lhe alli uma lição solemne: «com uma energia, que foi uma verdadeira revelação para todos, declarou, que — deixar o palacio era abdicar» mas acima d'isto estava a ideia fixa, o seu odio á madrasta ex-imperatriz: «que *não queria vèr proclamada a regencia da viuva de D. Pedro...»* [1] Não foi nenhum sentimento de patriotismo ou reconhecimento da vontade nacional que fez assignar o decreto de 10 de

---

[1] Em carta ao Duque de Palmella, de 14 de Julho de 1835, D. Maria II, escrevia: «Duque, o que deviamos fazer é *pôr certa personagem fóra do Paço*, bem me entende.» Conhece-se que alludia á madrasta, a Imperatriz viuva, que procurava modificar a sordidez habitual da joven rainha, e moderar-lhe os destemperos da falta de educação em que fôra creada sem mãe desde os seis annos na côrte do Rio de Janeiro. Pelo casamento com o Coburgo, a ex-imperatriz tinha de viver em palacio á parte.

Septembro de 1836, referendado por Manoel da Silva Passos, em que «concordando com as representações de grande numero de cidadãos e a outras claras demonstrações *da opinião nacional* a favor do restabelecimento da Constituição politica de 23 de Septembro de 1822, declarava em vigor a dita Constituição»; [1] criança de dezesete annos, um pouco boçal e teimosa, só procedia pelos impetos do

---

[1] Dá-se aqui um affrontoso equivoco em que o grito nacional pedindo a *Constituição de Vinte*, é illudido pelo restabelecimento da Constituição de 1822. Na sessão parlamentar de 21 de Janeiro de 1837, declarava Passos Manoel no parlamento que o Povo queria a Constituição de 20 e não queria a de 1822, e concluia: «A execução da Constituição de 1822 seria um crime horroroso, por que eu perderia a revolução e a liberdade, e a papeis e livros sacrificaria a revolução e a liberdade do paiz.» O Dr. Lopes Praça, na *Collecção de Leis e subsidios para a Historia do Direito constitucional portuguez*, t. II, p. 210, commenta este facto: «O grito de guerra era a Constituição de 1820! Este grito significava que o povo queria o dogma da Soberania nacional, queria uma Constituição dada pela nação e não outorgada pela corôa; etc.» O Dr. José de Arriaga, escreve, que a Rainha assignara o decreto para a promulgação da *Constituição de 20* (Hist. da Rev. de Sept., II, 51), mas no decreto restabelece-se a Constituição politica de 23 de Septembro de 1822.

O que era esta tão temida *Constituição de 20?* Era simplesmente a Constituição de Cadiz de 1812, que na Parada geral de 11 de Novembro de 1820 se proclamou com as instrucções para se elegerem os deputados ás Cortes de 1821, e vigorando até á approvação das Bases de 8 de Janeiro approvadas em 9 de Março de 1821. Nos *Codigos españoles*, de Mura Martinez, lê-se que a Constituição hespanhola de 1812 fôra proclamada em Portugal em Outubro de 1820, (t. II, p. 291 e 292.) Não é erro, como suppoz Lopes Praça, e que o discurso de Passos Manoel esclarece.

temperamento impulsivo. Na sua impotencia covarde, D. Fernando agarrou-se ao braço de Sá da Bandeira, dizendo que lh'o não largava sem que dissesse que formava ministerio. Sá da Bandeira comprehendeu e impoz condições taes, que os ministros da Belgica, Inglaterra e D. Fernando acceitaram: «harmonisar tanto quanto possivel a Constituição de 1822 com a Carta Constitucional de 1826.» Isto o confessou o proprio Sá da Bandeira em carta impressa a Goblet. Era a infiltração do virus palaciano, ou o *ludibrio liberal*, que aniquillaria em breve a Revolução de Septembro. Depois de D. Maria II ter assignado o decreto da nomeação do novo ministerio, e na ausencia de Sá da Bandeira, lord Howard apressou-se a ir combinar com o almirante da esquadra ingleza, para que a rainha ahi se refugiasse protestando em nome da Carta, appellando para as potencias; quando voltou ao palacio das Necessidades com o seu trama combinado, a rainha prestou-se a assignar o protesto e teria fugido para bordo de uma náo ingleza, se o novo ministerio não tivesse apparecido n'esse momento. Assim o narra o conde de Goblet; a rainha, no seu rancor, replicou aos ministros: «que iria no dia seguinte protestar á face das Côrtes estrangeiras contra a *supercherie*, de que tinha sido victima.» O movimento combinado da esquadra ingleza alarmou as tropas e o povo, que affluiram ás Necessidades, dando vivas á Constituição de 20. Os ministros da Inglaterra e da Belgica ainda impellem a desvairada rainha para a resistencia, mas ante a multidão enorme que preclama a Constituição

vintista, o proprio Sá da Bandeira, que estava na confiança da camarilha, diz-lhe que é preciso assignar o decreto restabelecendo a Constitução de 1822. Assignando esse decreto em um ataque de choro convulsivo, D. Maria II entrega ao corpo diplomatico um protesto, que, segundo escreve Goblet: «no espirito de lord Howard Walden e de Mr. Van de Weyer podia ulteriormente *servir de base á exigencia de uma intervenção estrangeira.*» Sempre o mesmo espirito de covardia e traição dos Braganças contra Portugal: ou fugindo diante do perigo, ou chamando as armas do estrangeiro para firmar-se no throno.

A Revolução de Setembro estava triumphante; era preciso agora exercer em uma rapida dictadura o mandato da vontade nacional que se affirmava dignamente. Os ministros eram homens de acção, altos caracteres; e n'esse momento de suprema energia careciam de uma intelligencia que lhes suggerisse ou désse nitidez ao seu pensamento. Garrett foi esse Espirito, que vivificou intellectualmente a Revolução de Septembro, continuadora do seu ideal da Revolução de Vinte. No ultimo numero do *Portuguez constitucional*, publicou, a pedido de Passos Manoel, a narrativa do dia 9 de Septembro, e o ascenso ao poder do novo ministerio. As proclamações dirigidas por Sá da Bandeira ao Paiz, e á Guarda nacional em ordem do dia, foram redigidas por Garrett, como verificou Amorim diante dos manuscriptos conservados entre os papeis do poeta; Sá da Bandeira, em 11 de Septembro escrevia-lhe: «Peço-lhe que me arranje um projecto de reforma do Corpo diplomatico.»

«Tambem um projecto da Junta de Contabilidade *(Cour des Comptes.)*

«Tudo, quanto antes.»

Pelo seu lado o tribuno Manoel da Silva Passos recorria ao poder do seu estylo, para que explicasse o movimento:

«Meu Garrett — o homem da *penna de ouro.*

«Peço-lhe que faça um artigo de fundo para o jornal de ámanhã. Falle da lealdade da nação — do brio nacional — do respeito para com sua magestade a rainha... que é um dia de *festa e reconciliação* nacional...»[1]

E' n'este periodo ardente que Garrett exerce uma acção revolucionaria profunda, aproveitando a chamada segunda dictadura para dotar a nação com instituições importantissimas. Era a alma da Revolução de Septembro, no que ella teve de creadora e fecunda. E' interessante o esboço narrativo d'essa revivescencia nacional feita pelo grande poeta.

Na Memoria historica sobre Vieira de Castro, allude Garrett ao rompimento inesperado da Revolução de Septembro, que ia firmar o poder executivo na sua origem da soberania nacional:

«N'esta eleição geral de 1836, — no dia 9, ao desembarcar em Lisboa a deputação do norte do reino, pela maior parte opposicionistas, se manifestaram no povo aquelles

---

[1] Amorim, que revolveu todos os papeis de Garrett, achou ahi muitos rascunhos de documentos officies, e cartas pedindo-lhe projectos.

primeiros symptomas da revolução, que n'esta noite rebentou e não pôde ser contida.» E em phrase incisiva accentua: «um facto de tanta magnitude como foi esse de Septembro de 1836. — O mais perigoso e assustador symptoma d'aquella crise era a desconfiança, que por malévolos e interesseiros enrêdos, se tinham insinuado entre a corôa e o povo. Entre a côrte e o partido popular de certo houve sempre...

«Muitos dos homens que até então haviam estado á frente dos negocios, tinham com rasão ou sem ella incorrido no odio do povo... Muitos d'esses homens entenderam que deviam combater a causa popular, que elles só reputavam como causa da revolução, demittindo-se dos empregos que occupavam e até dos seus logares na ordem judicial. — No emtanto, e simultaneamente com esses actos de abjuração politica se preparava a infructuosa *tentativa de Belem*, que a população da capital então pôde repellir tam facilmente, por que tinha os meios que, depois, em mais necessaria conjunctura, lhe faltaram:

«Rebentar a contra-revolução de Belem, ser demittido o ministerio popular, substituir-se-lhe outro de favor aulico ou *estrangeiro*, proclamar-se a restauração da Carta, alçar-se, como um só homem, toda a tremenda massa da população da capital, e desapparecer deante d'ella toda essa obra de capricho e cegueira, como um sonho de que nem os proprios que o sonharam conservam distinctas as imagens fugitivas, tudo isso foi obra de vinte e quatro horas. O ministerio de 10 de Septembro reassumiu o governo;...

«Não menores difficuldades lhe vinham por outro caminho. As fórmas accidentaes da Constituição estavam alteradas, mas não era definido como; algumas das consagradas no codigo de 1822 ficaram incompativeis com as reformas de 1832 e 1834; as outras da Carta de 26 offendiam os principios da economia, que tam justa e necessariamente se requeriam por todos os partidos; por outro lado, essas mesmas reformas da chamada *primeira dictadura* tinham deixado tanta ruina de instituições antigas a obstruir o paiz de infelizes e descontentes, e a pezar no orçamento com inutil dispendio, tinham de tal modo dissolvido, até á anarchia, os vinculos sociaes, pela desconnexão dos novos institutos; e era tão urgente acudir de prompto a tudo isto...

«Eis aqui a origem do que se chamou *segunda dictadura*, de que — usaram com a moderação, acerto e prudencia que, disputada então pelo austero escrupulo de alguns de boa fé, calumniada pela suspeitosa severidade de outros, hoje é reconhecida, louvada e abençoada por todos os que não desejam vêr esta pobre terra lançada para um dos extremos em que sempre a têm jogado — *anarchia de leis sem poder*, ou *oligarchia de poder sem leis.*»

«A revolução tinha-se nacionalisado no seu ministerio, tinha-se defendido e triumphado de seus inimigos, tinha-se illustrado pelo fomento dado ás Sciencias, ás Artes, á industria, tinha commettido menos excessos, tinha sido mais generosa do que nenhuma revolução de que haja memoria. A causa do povo, que elles tinham recebido desamparada

e ameaçada, entregaram-n'a agora aos representantes do povo, não ganha por certo, não livre de inimigos, mas com outro poder e outra força, uma clientella immensa, com muitos interesses para a defenderem, com *muitas instituições para a radicarem.*»

N'esta obra das novas instituições, apparece Garrett no primeiro plano, e é por este poder organisador que elle distingue a Revolução de Septembro das outras anteriores; escreve assim no prologo do *Auto de Gil Vicente*:

«Fizeram-se revoluções; as primeiras sem o povo saber: eram desavenças, de frades, fidalgos, desembargadores e soldados, sobre quaes haviam de governar. E o povo a vêr.

«Cahiram uns, levantaram-se outros; disputaram muito de direitos de homens, depois do throno e do altar; cada um puchava para a sua banda pela velha machina social, até que ella desaba toda, e quebrou a cabeça á maior parte dos disputantes.

«O povo começou a levantar a sua.

«—Vamos vêr o que isto é,—disse por fim a Nação. Aquellas conclusões magnas que as suas oligarchias tinham estado defendendo e arguindo durante bons vinte annos, não as entendia bem o povo; mas começavam-lhe a agradar algumas palavras.

«D'ahi, quiz as cousas que as palavras significavam.

«Aqui é que são ellas. Os utopistas, os theoristas eram liberaes de palavras. Cousas nem as queriam muito fazer, nem sabiam fazel-as.

. . . .

«Por fim, foram-se embora os frades, puzeram-lhe os deputados em San Bento. Foram-se os fidalgos, entraram os agiotas; acabaram as procissões, vieram as logeas dos pedreiros — quando veiu a revolução de Septembro, que desarranjou tudo, — houve ahi trez mezes, ou cousa que o valha, *um governo que era nacional*, embora fosse extra-legal...

«Fizeram-se Escholas e Academias, [1] decretou-se o *Pantheon*.

«Mofaram d'elle os sensaborões; pois deviam-se envergonhar, que era um pensamento nobre, nacional, util, necessario, que podia salvar tanto monumento para a historia, resuscitar tantas memorias que se apagam, levantar tanto animo baixo que decáe, fazer

---

[1] Garrett referia-se ás seguintes fundações pedagogicas:

— *Academia de Bellas Artes*, — 25 de Outubro de 1836.

— *Creação dos Lyceus nacionaes*, — 17 de Novembro de 1836.

— *Conservatorio de Artes e Officios* — 18 de Novembro de 1836.

— *Academia de Bellas Artes do Porto* — 22 de Novembro de 1836.

— *A Eschola do Exercito.*

— Reforma da *Universidade de Coimbra.*

— *Academia polytechnica do Porto* (transformação da Academia de Marinha e Commercio.)

— *Eschola polytechnica de Lisboa* (transformação da Academia real de Marinha) — 11 de Janeiro de 1837.

— *A Casa Pia de Evora.*

— *Azylo rural militar.*

— *Escholas primarias.*

renascer talvez o antigo enthuziasmo portuguez pela gloria, que morreu afogada nas theorias utilitarias.

«Decretou-se tambem o *Theatro nacional* e o *Conservatorio dramatico*.—Foi o irmão gémeo do *Pantheon*, disse ainda o outro dia um dos taes.—Seria, foi, e fizeram-lhe a mesma chacota a mesma gente...

«Ora eu que sou um pobre homem gostei do *Pantheon* e do *Theatro nacional* e do *Conservatorio*,—não cria por elles em si, que são possiveis e faziveis,—mas porque sei onde vivo e com quem.

«Acanharam-se, e recuaram com o *Pantheon*; fizeram mal. E' preciso animo para affrontar até com o ridiculo:—é o peor inimigo que ha, mas é necessario encarar com elle de olhar direito, e não lhe ter medo, quem quer fazer alguma cousa util e boa, em terras pequenas sobretudo, e onde ha tanta gente pequena.

«E' o que eu fiz com o *Conservatorio* e o *Theatro*. Fui por diante, não fiz caso dos sensaborões, e levava-os de vencida.

«Mas tem máos figados a tal gentinha. Quebrou-se-lhes a arma do ridiculo, tomaram sem escrupulo a da calumnia. Veiu a religião, veiu a economia, chamou-se tudo para anathematisar um pobre instituto innocente, cuja despeza é insignificante, cujo proveito é tamanho.

«Que proveito?

«O de *crear um Theatro nacional, que não temos*.

«Como?

«Dirigindo a censura theatral, como faz;

encaminhando os jovens auctores na carreira dramatica, como fez a tantos; formando actores, como está fazendo—devagar, que isso é o mais difficil de tudo—edificando uma casa digna da capital de uma nação culta, como tambem já principiava a fazer.

«Se ha defeitos na instituição, condenem-n'os, mas não destruam, que é de barbaros, não calumniem, que é de vilões.»

N'estas linhas, em que Garrett falla da Revolução de Septembro no seu aspecto creador, estabelece a transição para as instituições vivificadoras da Litteratura nacional de que elle teve a luminosa iniciativa. Sem Garrett, fazendo-lhe sentir a consciencia nacional, Passos Manoel inutilisar-se-ia entre Sá da Bandeira e o conde de Lumiares, com que a camarilha das Necessidades pretendia manietar o grande tribuno. Com a confiança de Passos Manoel conseguiu Garrett fundar instituições, que tinham sido o sonho encantador da sua mocidade; foi o primeiro a creação do *Pantheon nacional.*

Em uma nota do poema *Camões* consignara Garrett o pensamento ou aspiração patriotica de se transformar a Egreja dos Jeronymos em PANTHEON das glorias portuguezas. Quando em fim de 1836 se achou exercendo um pleno poder espiritual junto do governo da Revolução de Septembro, esse pensamento converteu-se em um acto da fecunda dictadura. Importa approximar os trechos da nota de 1824 do decreto referendado por Passos Manoel: «O templo de Belem em que me não canso de fallar, é o nosso Westminster;... Um nobre e precioso relicario de tudo

quanto fosse gloria do nome portuguez deverá ser aquella bella egreja. Alli o verdadeiro PANTHEON. Alli jazigo de reis—quanto melhor que n'um escasso recanto de S. Vicente! Alli todos esses tumulos que desapparecem e se obliteram todos os dias por essas egrejas devastadas de Lisboa e seus arredores. — Alli, digo eu, em Belem o nosso *Poets-Corner*, para desaggravar os manes de Camões, para dar poisada honrada ás cinzas de antigos e modernos que, pobres e desprezados em toda a vida, deviam ao menos ser acatados na morte. Mas em Portugal nem posthuma vem a justiça a ninguem.» (Cant. III, Nota 71.) Nunca este pensamento deixou de actuar nas idealisações artisticas de Garrett, quando symbolisava nos grandes vultos historicos a expressão do sentimento da apagada nacionalidade. Um dos primeiros actos da dictadura septembrista, dezesete dias depois da revolução, foi o decreto de 26 de Septembro de 1836, creando o *Pantheon nacional*, e especialisando em o seu primeiro artigo o limite moderno na data de 24 de Agosto de 1820. Garrett tinha a consciencia do facto social que ligava estas duas datas de revivescencia. O relatorio que fundamenta o decreto é uma pagina ignorada da bella prosa de Garrett:

« Senhora — A Nação portugueza tem sido notada como ingrata para com seus melhores Cidadãos. Não me queixaria eu se depois de serem perseguidos em vida, ao menos quando mortos fossem honradas suas cinzas, e abençoada sua memoria. Os extranhos não cansam de nos lançar em rosto o pouco apreço que

fazemos do Princepe dos nossos Poetas, o insigne Camões, e de muitos outros Varões excellentes, mas não foi aquelle grande engenho o unico que na vida, e depois d'ella, experimentou as ingratidões da Patria; e talvez d'ahi procedeu não querer o immortal Dom Pedro, Duque de Coimbra, que se levantassem Estatuas que cedo lhe podiam ser derribadas.

«Porém uma nova éra se abriu em Portugal, e Vossa Magestade já principiou a pagar uma divida, que Vossa Magestade e a Nação deviam ao generoso Infante Dom Henrique, pae da Civilisação moderna. Assim ninguem deixará de ter disperto o animo para grandes emprezas, sabendo que debaixo do venturoso reinado de Vossa Magestade não ficará nunca o merecimento sem o devido galardão. E' para animar os felizes engenhos, e os corações generosos, que me atrevo a propôr a Vossa Magestade a creação de um Monumento publico consagrado á MEMORIA DOS GRANDES HOMENS QUE BEM MERECERAM DA PATRIA. Eu poderia desde logo appresentar a Vossa Magestade o nome do augusto Pae de V. Mag.de duas vezes Libertador da Nação portugueza, Princepe magnanimo, que generosamente cortou pelas prerogativas da Corôa para alargar a Liberdade publica, e que tão valente se dignou desembainhar sua espada contra o feroz tyranno, que por tanto tempo opprimiu a Nação portugueza; mas entendo seria melhor que o grande Princepe recebesse tão merecida honra do voto livre dos representantes da Nação, do que do amor filial de V. Mag.de, e por isso tenho a honra

de propôr a V. Mag.de o seguinte decreto. — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 26 de Septembro de 1836.=*Manoel da Silva Passos.* [1]

---

[1] Segue-se o DECRETO:

«Tomando em consideração o Relatorio do Secretario d'Estado dos Negocios do Reino; Hei por bem decretar o seguinte:

ARTIGO 1.º Um dos Edificios nacionaes deverá ser destinado a receber as Cinzas dos Grandes Homens, mortos depois do dia vinte e quatro de Agosto de mil outo centos e vinte.

ART. 2.º Só o Corpo legislativo poderá decretar as honras do Pantheon.

ART. 3.º Nenhum cidadão poderá receber esta honra senão quatro annos depois da sua morte.

Art. 4.º Só o Corpo legislativo poderá decretar as excepções a favor dos Grandes Homens mortos antes do fausto dia vinte e quatro de agosto de mil outocentos e vinte.=O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Palacio das Necessidades, em 26 de Septembro de mil outocentos e trinta seis. = Rainha. = *Manoel da Silva Passos.*

PORTARIA

«Manda Sua Magestade a Rainha, que uma Commissão, composta de *João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett*, Antonio Nunes de Carvalho, Francisco Antonio da Silva Cazense, José da Costa Sequeira, e José Gregorio Lopes da Camara Sinval, dos quaes o mais velho em edade servirá de Presidente, e o mais moço de Secretario, proponha sem perda de tempo, por este Ministerio, um Projecto de Regulamento, e das providencias necessarias para a execução do Decreto de 26 de Septembro proximo passado, que creou o Pantheon consagrado á memoria dos Grandes Homens, devendo a mesma Commissão designar desde logo o Edificio mais proprio para a fundação d'aquelle Monumento. E Sua Magestade espera que tão distin-

Deu-se com Manoel da Silva Passos a alta comprehensão do accôrdo entre o poder espiritual e o temporal; espirito dirigente da dictadura septembrista, cercou-se de homens sinceros que elaboraram as reformas, que elle levou á pratica n'aquelle momento excepcional. A dictadura foi rapida, mas foram profundas as instituições que ella fundou, e que ainda hoje são o que ha de vivo e progressivo no regimen da ficção liberal. Garrett, o *homem da penna de ouro*, como elle lhe chamava, achou-se collaborando com o intemerato ministro, com toda a pujança de talento e da boa vontade. A revolução davalhe ensejo para realisar o seu grande ideal: a creação do Theatro portuguez. Se Manoel Passos não fosse um homem culto, com a comprehensão das necessidades intellectuaes

---

ctos Patriotas Artistas e Litteratos, no zelo com que desempenharem esta importante incumbencia, darão mais uma prova do muito que se interessam pela Gloria da Nação portugueza. Palacio das Necessidades, em 3 de Outubro de 1836. = *Manoel da Silva Passos.* »

Por decreto de 21 de Novembro de 1836, se estabeleceu no Art. 1.º: «O *Pantheon portuguez*, creado por Decreto de 26 de Septembro do presente anno, será estabelecido na sumptuosa Basilica de S. Vicente de Fóra, comprehendendo o Claustro contiguo, que faz parte do edificio do extincto Mosteiro dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho.

Art. 2.º — Nenhumas alterações se farão na referida Basilica, nem no actual seu destino, senão as absolutamente necessarias para a collocação dos tumulos, inscripções e quaesquer outros monumentos funerarios que n'elle houverem de erigir-se para recolher as cinzas, ou conservar a memoria dos Varões illustres a que as Côrtes tivessem decretado as honras do Pantheon. »

e artisticas do seu tempo, acharia ridiculo tratar do Theatro quando era urgente proceder ás reformas administrativas. Não foi Garrett que exerceu o seu influxo sobre Passos Manoel para encetar as medidas legislativas conducentes á fundação do theatro portuguez; o ministro é que teve a iniciativa, como o proprio Garrett o confessou na dedicatoria que lhe fez do drama *O Alfageme.* Ao tomar conta da pasta do ministerio do reino, Passos Manoel ahi encontrou um officio datado de 28 de Janeiro de 1836, dirigido pelo governador civil de Lisboa Joaquim Larcher acompanhado de uma memoria, em que dava conta dos trabalhos organisados para a edificação de um theatro na capital; tinha elle tratado de formar uma associação para por meio de acções se comprar o terreno adequado, ponderando-se que o terreno da Annunciada, onde era o theatro da rua dos Condes, estava nas melhores condições. Joaquim Larcher tambem consultara Garrett sobre este plano. A Revolução de Septembro não veiu embaraçar o magnifico projecto; deu-lhe maior alcance. Tomando conhecimento do Officio de 28 de Janeiro, Passos Manoel entrega todos esses planos a Garrett, encarregando-o por portaria de 28 de Septembro do mesmo anno de 1836, de organisar um theatro nacional. Roproduzimos aqui esse documento pela sua importancia historica:

«Manda S. M. a Rainha, que João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett proponha sem perda de tempo por esta Secretaria de Estado *um Plano para a fundação e organisação de um Theatro nacional* n'esta

capital, o qual sendo uma Eschola de bom gosto contribua para a civilisação e aperfeiçoamento moral da nação portugueza, e satisfaça aos outros fins de tão uteis estabelecimentos; informando ao mesmo tempo ácerca das providencias necessarias para levar a effeito os melhoramentos possiveis dos Theatros existentes. E espera S. M. que o dito João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, no desempenho d'esta commissão se haverá com o zelo e intelligencia que são proprias do seu patriotismo e reconhecidos talentos. Palacio das Necessidades, em 28 de Septembro de 1836. *Manoel da Silva Passos.*» [1]

Por officio de 4 de Outubro d'este mesmo anno lhe foi tambem entregue todo o processo elaborado por Joaquim Larcher, para esta empreza.

A portaria transcripta contém implicitas as bases do trabalho, que Garrett realisou cabalmente:

1.º Fundar um Theatro nacional. (Plano da edificação.)

2.º Organisar o Theatro, o qual sendo uma eschola de bom gosto, contribua para a civilisação e aperfeiçoamento moral da nação. (Ideia de um *Conservatorio da Arte dramatica.*)

3.º Informar sobre as providencias para levar a effeito os melhoramentos possiveis dos theatros existentes. *(Inspecção geral dos Theatros.)*

Em 12 de Novembro appresentou Garrett

---

[1] *Diario do Governo*, n.º 231 (29 de Septembro de 1836.) *Revista do Conservatorio*, p. 22.

um projecto de lei, que foi assignado pela rainha em 15 de Novembro, e referendado por Passos Manoel. No pequeno espaço que medeia entre a portaria e o decreto, assombrosos acontecimentos se passaram, como esse da *Belemsada*, em 3 de Novembro, em que a Rainha fugiu do paço das Necessidades para o de Belem, para ahi receber apoio da esquadra ingleza contra o movimento nacional septembrista.

No relatorio com que Garrett acompanhou o projecto, allude a estas calamidades publicas: «projectos e estudos de minha primeira e ditosa edade, que uma e outra me apparecem agora quasi como um sonho afortunado e impossivel no meio das calamidades, das agitações e anciedade por que ha treze annos todos os portuguezes temos passado, que se não póde dizer vivido.

«Foi mister um esforço de ânimo bem difficil, e uma contracção bem violenta do espirito, para o trazer, *em tempos como estes*, aos suaves pensamentos das Bellas Artes, que, é verdade em nenhuma desgraça nos abandonam; que até de mim posso dizer, que nos carceres e degredos, em que tantos annos andei por ser fiel a V. M. e á causa da civilisação e liberdade do meu Paiz, me desampararam nunca, mas que certas nos abandonam a todos sempre no meio das discordias civis.

«O desejo porém de coadjuvar, com o meu pouco, o *Ministro mais sinceramente patriota* que V. M. ainda se dignou chamar a seus Conselhos, e *o primeiro que de coração e puro zelo se tem dado a melhorar a sorte da nossa desgraçada terra;* este desejo

e o zelo pela gloria de V. M. reanimaram minhas extinctas forças.» Eram apenas passados oito dias, em que D. Maria II tinha dado um golpe de estado, demittindo o ministerio septembrista, e sob o influxo dos embaixadores da Belgica e Inglaterra, proclamado a restauração da Carta. Passos Manoel salvou-lhe o throno, e manteve-a generosamente da abdicação que lhe fôra intimada pelo conselheiro Trigoso. As palavras de Garrett são altamente significativas.

Em quanto Garrett trabalhava no desempenho da empreza que lhe fôra commettida pela portaria de 28 de Septembro de 1836, esteve a causa da Soberania nacional por um momento a ser annullada pela traição de D. Maria II conhecida pelo titulo da *Belemsada*. A rainha habitava no palacio das Necessidades, que era considerado pelo embaixador inglez Howard como muito dentro da cidade, para que as tropas da esquadra britanica podessem protegel-a contra os revolucionarios. Conspirava-se no paço com o corpo diplomatico para se fazer uma intervenção estrangeira, que restabelecesse a Carta outorgada; dirigia os planos o rei da Belgica tio do Coburgo, sendo o ponto estrategico refugiar-se D. Maria II nos paços de Belem, sendo ahi mais facil collocar-se sob a protecção da esquadra ingleza. O Conde Goblet fôra a Londres tratar com Palmerston sobre este plano, e sabendo que o almirante da esquadra ingleza já tinha auctorisação para occupar uma das fortalezas da barra, confessa na obra já citada; «convenci-me definitivamente que para tornar efficaz a protecção da

esquadra, *a rainha devia retirar-se para o palacio de Belem.*» Tambem em carta de 27 de Outubro de 1836, Leopoldo da Belgica escrevia ao seu enviado Goblet: «Volto sempre ao que disse já: é preciso que a rainha tenha um ponto de apoio, *e é em Belem*, ou n'algum outro ponto *sob o canhão da esquadra ingleza*, que ella deve ter esse apoio. — No palacio das Necessidades isto parece-me impossivel.» E estando Palmerston de accordo com Leopoldo, escreve este: «Partilhei da opinião *que a rainha dê um passeio até Belem*, que permaneça lá, e exija ao almirante uma guarda para a defender.» Os dois militarões Saldanha e Terceira estavam na conspiração palaciana, aquelle propondo um levantamento das tropas nas provincias, e este arrebanhando as povoações em roda de Belem; era já o conluio da ulterior *revolta dos Marechaes.* Todas estas intrigas eram denunciadas pelos jornaes septembristas, e os membros do corpo diplomatico promoviam difficuldades a Passos Manoel, denunciando aos seus governos uma espantosa anarchia em Portugal. Repentinamente chamou a rainha Passos Manoel, para se queixar que a Revolução de Septembro era republicana; o ministro acha-se ahi nas Necessidades em frente dos ministros da Inglaterra Howard e Van der Weyer, que dirigiam a conspiração. Passos Manoel pacificou o animo da rainha, dizendo-lhe que era amada por todos os portuguezes, e garantia a sua segurança com a vida do ministerio. Os diplomatas da traição recrudesceram no plano, como conta Goblet: «Os principaes chefes da reacção reconheceram que era tempo

de se pôr mãos á obra. Uma especie de conciliabulo teve logar em casa de lord Howard entre este ministro e o da Belgica, e o marechal Saldanha. — Sua Magestade devia então regressar ou *para Belem*, ou para bordo de uma fragata de guerra portugueza, d'onde declararia que a Constituição lhe foi imposta pela força, e nomearia depois um ministerio de homens novos; convocaria Côrtes segundo a Carta e reclamaria officialmente o soccorro da Belgica e da Inglaterra. — *A rainha já tinha formulado o seu pedido de soccorros por uma carta autographa* a seus augustos alliados, ... » Goblet declara que lord Howard tinha á sua disposição nas aguas do Tejo *2:000 homens e 365 boccas de fogo*; e Van der Weyer era de voto que se prendesse o ministerio septembrista. Estava tudo preparado para a *Belemsada*, e em 1 de Novembro, dia dos fieis defuntos publicou a Revista, glorificando em um artigo o regimen da *outorga*, que tinha a *protecção das potencias*, e chasqueando da *Soberania nacional*, como um ensaio que a experiencia mostrou inexequivel. D. Fernando foi jantar a bordo da esquadra ingleza para assentar o plano que havia de soprar á consorte. Entre os rumores, que D. Maria II tencionava refugiar-se a bordo da esquadra ingleza, o ministerio appresentou-se nas Necessidades, e Passos Manoel declarou-lhe que se tal fizesse, isso se considerava uma abdicação. A rainha e a sua camarilha hesitaram diante d'esta firmeza, e os ministros mantiveram-se sempre vigilantes, até que no dia 3 de Novembro D. Maria II chamou o presidente do conselho dos ministros, Conde de Lumia-

res para declarar que resolvera deixar o paço das Necessidades, e ir para Belem, por que tinha alli mais socego, e que não queria a intervenção estrangeira (que estava pedida por uma carta autographa!) nem a contra-revolução (que estava organisada pelos duques da Terceira e Saldanha). Effectivamente ás quatro horas da tarde partiu para Belem, e alli, cercada de toda a familia real, D. Isabel Maria, Imperatriz viuva, a rainha ia dar o golpe de estado chamando alli o ministerio. A intenção era conhecida, e o ministerio, reunido em casa de Passos Manoel, resolveu mandar a Belem o ministro da justiça Vieira de Castro, o qual regressou a declarar que a contra-revolução estava desmascarada. Passos Manoel resolveu os seus collegas a partirem para Belem, e alli a rainha declarou-lhes que os demittira, e que estava já nomeado um novo ministerio, de que era presidente o marquez de Valença. Os ministros septembristas voltaram para Lisboa, e parece que consideraram finda a sua missão, quando entregaram o decreto demissionario a Sá da Bandeira. Uma voz inesperada propoz a resistencia, e ás duas da madrugada, reunidos os batalhões da Guarda nacional, convergiram todos para o Campo de Ourique; populares e patriotas reuniram-se tambem ahi pedindo armas, os batalhões provisorios e o batalhão do Arsenal. Os vultos septembristas mais importantes, onde se encontrava Costa Cabral, ahi reunidos, com os commandantes dos corpos, resolveram que se mandasse uma mensagem á rainha, para que regressasse a Lisboa, caminhando-se sobre Belem se ella não annuisse. Passos

Manoel propoz que a mensagem fosse vocal, sendo escolhido juntamente com Ribeiro Saraiva para ir notificar á rainha a determinação em que estavam todos. Pelo seu lado a rainha, tendo-se já telegraphado a restauração da Carta, chamou ao paço os ministros de 1835; foi n'esta occasião que Agostinho José Freire, seguindo para Belem em uma carruagem fechada, sendo descoberto recebeu um tiro de um soldado da guarda municipal, á Pampulha. Quando no Paço constou o assassinato do ex-ministro que era considerado o Polignac portuguez, a camarilha covarde ficou desorientada. [1] E' digna de mensão a narrativa do belga Goblet: «Os cartistas de Lisboa ficaram occultos em suas casas, e os que iam para Belem, dispersaram-se deixando as armas. No palacio o panico era enorme; nada se podia obter dos ministros; *os decretos já assignados ficavam sem execução; as proclamações da rainha foram retiradas da imprensa*, e a camarilha preparava-se, quer para voltar secretamente para Lisboa, quer para se refugiar a bordo da esquadra ingleza.»

---

[1] A morte de Agostinho José Freire tendo produzido a anullação do golpe de estado da Belemsada, deve ainda assim considerar-se como uma perda nacional. A emigração ensinou a este grande ministro quaes as reformas de que Portugal carecia. Depois do restabelecimento do governo absoluto em 1823 e da aviltante jornada da Villafrancada, Agostinho José Freire emigrou para Jersey, percorrendo depois a França, Inglaterra, Allemanha e toda a Suissa. Com o regresso de D. Miguel a Portugal em 1828, teve segunda vez de emigrar para o estrangeiro: «N'esta segunda expatriação, como na primeira, tão inimigo da ociosidade

N'este momento critico Passos Manoel, depois de ter atravessado o perigo dos assalariados da camarilha, foi por Saldanha conduzido aonde estava a rainha, que se achava rodeada de toda a côrte, do conselho de estado, do corpo diplomatico, dos commandantes das esquadras estrangeiras que occupavam o Tejo, dos ministros da legislatura passada, generaes e dignatarios ferrenhos cartistas.

---

como do despotismo, o nobre emigrado empregou utilmente o seu tempo viajando por toda a Europa, assistindo ás prelecções de varios sabios e cultivando a communicação de distinctos litteratos, que n'elle não só amavam a polidez de suas acções, as graças do seu espirito e a sua vasta instrucção, mas tambem veneravam o orador e o Presidente das Côrtes portuguezas.» (*Resumo historico da vida de Agostinho José Freire*, p. 9. Lisboa, 1837.)

A Agostinho José Freire se devem pelos seus brilhantes planos estrategicos o triumpho definitivo da causa liberal; elle fez adoptar o plano que levou ao Algarve uma força de 2500 homens, que sahiram do Douro em 22 de Junho de 1833, que proporcionou o ser tomada Lisboa em 24 de Julho d'esse mesmo anno. No decreto de 31 de Janeiro de 1835 se patenteam estes factos. Por tudo isto D. Pedro IV aconselhara a sua filha uma confiança illimitada em Agostinho José Freire. Foi a causa da sua morte, na occasião de ser chamado ao paço para consolidar a contra-revolução da *Belemsada;* prostrou-o um popular com um tiro, hallucinado pela vista da farda e medalhas do ex-ministro. Manoel da Silva Passos não faltou á verdade quando no seu relatorio de 26 de Novembro de 1836 dizia: «Duas revoluções tiveram logar em menos de dois mezes, (9 de Septembro e 4 de Novembro) e sem embargo não consta de um só crime ou excesso praticado.» Referia-se o tribuno directamente a essas duas revoluções, separando-as de qualquer crime particular individual.

Passos Manoel beijou a mão á rainha, desnorteando com esse acto os que espiavam o revolucionario para o assassinarem, e que mais se desconcertaram quando lhe ouviram dizer que se apresentava ao chamamento de sua magestade e vinha receber as suas ordens.

O embaixador inglez lord Howard de Walden com um boçal orgulho fallou em que a Inglaterra não consentia certas reformas; o embaixador da Belgica Van der Weyer reforçou a intimativa, sustentando que a rainha não admittia a abolição da Carta, como homenagem á memoria de seu pae. Os condes de Villa Real e de Lavradio e o duque de Palmella tambem fallaram a favor da Carta de 1826.

Passos Manoel, além da sua eloquencia de parlamentar possuia o temperamento de advogado, e defrontou-se com altura com todos esses personagens. Mostrou em breves traços á rainha como a Carta se tornara o que outros estadistas depois lhe chamaram — capa de ladrões, e que fôra chamado aos conselhos da corôa para effectuar a reforma da Constituição de 1822, em que lhe seriam acatadas todas as prerogativas. E para o embaixador Van der Weyer disse: — Se fizermos uma constituição como a da Belgica, não a podereis achar má. — Para com lord Howard a replica foi mais altiva: — Que Portugal era uma nação independente, não devia sujeição a nenhum povo da terra — que a nação portugueza, pelo principio da *soberania nacional*, elevara ao throno a Casa de Aviz e a de Bragança, — que por este principio os portugue-

zes podiam fundar uma republica como a Hollanda e a Suissa e mudar de dynastia, mas que elles não queriam senão reformar suas instituições politicas, como os francezes tinham feito em 1830, como os inglezes tinham feito com o bill dos catholicos, e a reforma do parlamento; — que os inglezes e francezes tinham fundado republicas, mudado dynastias e justiçado reis, e portanto não eram suas nações que mais habilitadas estavam a dar-lhes lições de fidelidade monarchica...»

Depois de repellir com fina ironia as ameaças guerreiras de lord Howard, voltou-se para a rainha: — «Que esperava tivesse S. Magestade assás dignidade para regeitar os offerecimentos de Inglaterra, pois que os não necessitava, bastando-lhe o apoio do seu povo; que nutria a esperança que emquanto a nação seguisse seus conselhos, nem Portugal seria uma prefeitura de Inglaterra, nem S. M. a rainha um commissario das ilhas Jonias.»

N'este momento em que toda a dignidade e autonomia da nação portugueza estava representada no grande cidadão, D. Fernando de Coburgo, a quem o vulgo chamava por irrisão *José Nabo*, dirigiu-se-lhe em voz fanhosa tratando-o por *Monsieur le roi Passos.* A torpeza da chufa abriu os olhos a alguem que alli diante de todos esses estrangeiros pediu ao tribuno, que visse como a rainha estava abatida e humilhada, e concorresse para a tirar da horrivel situação. O conselheiro de estado Trigoso declarou á rainha, que depois do passo imprudente que dera só lhe competia abdicar; e como a rainha estremecesse

com essa ideia, elle completou a phrase: para reinar só entregando-se á generosidade de Manoel Passos. [1] Foi essa generosidade que prejudicou a Revolução de Septembro, em poucos mezes restabelecida a facção cartista e o predominio da Caverna de Caco, então assim denominado o paço pelo renegado jornalista Sampaio. Depois que os dois emissarios saíram do paço de Belem para o Campo de Ourique a appresentar as bases de um accordo com a rainha, esta, cheia de dissimulação apesar da sua juventude, mandou chamar lord Howard, dizendo-lhe que não tinha confiança nas tropas que guardavam o paço, e pediu um desembarque de tropas da esquadra ingleza; o embaixador hesitou, mas cedeu fazendo desembarcar na Junqueira 600 a 700 soldados com 4 peças, postando-se entre Alcantara e Belem. Saldanha reconheceu o perigo d'este feito, e Sá da Bandeira exigiu que as tropas da esquadra reembarcassem para que se procedesse aos actos preliminares da convocação das côrtes. Assim se mallogrou o desembarque das tropas da esquadra franceza que lord Howard e Van der Weyer tinham pedido ao barão Bois le Comte. A guarda nacional marchava compacta sobre Belem, e no meio de fortes terrores pediram os da camarilha a Sá da Bandeira, que fosse ao seu encontro e a detivesse. [2] Elle tudo conseguiu

---

[1] Teixeira de Macedo, *Traços da Historia contemporanea*, p. 14 a 36.

[2] Dr. José de Arriaga, *Historia da Revolução de Septembro*, vol. II, cap. 3 e 4.

pelo ascendente moral de que então dispunha, aconselhando á rainha que regressasse para o palacio das Necessidades. Atravessando por meio das forças septembristas, D. Maria II entrou ás dez horas da noite do dia 4 de novembro no palacio das Necessidades, tendo por duas vezes perdido a corôa, que lhe foi mantida pela *generosidade* de Manoel Passos.

A *Belemsada* tomou outros aspectos, cada vez mais covardes e odiosos, á medida que o Coburgo foi explorando o fetichismo da rainha pela Carta outorgada, e procurando o apoio decisivo na côrte da rainha Victoria, sua prima e cooperadora do engrandecimento dos Coburgos. Foi n'esta atmosphera de violencia, de traições, de indignidade e desafôro, que Passos Manoel, outra vez reconduzido com o ministerio da dictadura septembrista, realisou as capitaes reformas, a que as facções cartistas procuraram apagar as datas reproduzindo-as em novos decretos.

Este vulto politico de Manoel da Silva Passos, que abriu a epoca das mais fundamentaes reformas da nação portugueza, é verdadeiramente digno das palavras de consagração firmadas por Garrett. A sua vida foi um alto modelo de civismo e de consciencia politica; tendo fé no talento de Garrett, achou n'elle um cooperador em todos os momentos difficeis em que a acção prompta carece de quem elabore as ideias, ou as suggira.

Encontral-os-hemos sempre de accordo em crises decisivas, e por isso é indispensavel fixar-lhe alguns traços biographicos. Manoel da Silva Passos nasceu em 5 de Janeiro de 1801, no concelho de Bouças (Porto) de um lavra-

dor remediado, que o pôde sustentar na frequencia da Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Leis em 1817. Seu irmão José Passos, nascido em 1800, foi seu companheiro de estudo, seguindo ambos as ideias liberaes, quando rebentou a Revolução de 1820; ambos servindo esse grande ideal da independencia da nação, começaram a publicar o jornal *O Amigo do Povo*, que a reacção do partido dos *Apostolicos* supprimiu em 1823. Os dois irmãos foram inseparaveis, por que além do mesmo ideal politico, unira-os a desgraça da emigração. Eram dois temperamentos diversos, que se completavam; Passos Manoel era orador eloquentissimo, argumentador irretorquivel, ingenuo pela sinceridade que lhe dava força, e de uma bondade natural que lhe quebrava a intransigencia nas violentas crises revolucionarias em que se viu; Passos José, era um trabalhador incansavel, um organisador silencioso, um homem de acção capaz de virar o mundo, como se diz na linguagem popular. Vieram depois de formados em leis para o Porto em 1822, inscrevendo-se como advogados na Relação e Casa do Porto; o seu temperamento e comprehensão juridica dos phenomenos sociaes levou-os a tomarem parte na insurreição de 16 de Maio de 1828 contra a usurpação de D. Miguel, a qual sendo abafada pelo exercito inglez de occupação, produziu a deserção da *Belfastada*, tendo os dois irmãos de emigrarem para a Corunha, d'ahi para Plymouth, passando depois para a Belgica e França. Passos Manoel e José estudaram com intelligencia as novas instituições politicas, admi-

nistrativas, economicas e juridicas, e tomaram parte nas varias polemicas da Emigração, sobre o governo de D. Miguel, sobre Saldanha e a *Belfastada*, sobre o coronel Pisarro e as questões da Regencia. Assignando com o titulo de Dois Advogados da Relação do Porto, tambem nas cartas intimas assignavam com o pseudonymo de *Irmãos Donatos*. Regressaram a Portugal em 1833, servindo ainda José Passos no cêrco do Porto como tenente do batalhão nacional provisorio de Santo Ovidio; e foi eleito presidente da primeira Vereação municipal do Porto, onde reagiu contra a execução da lei das Indemnisações de 15 de Agosto de 1833. Nas eleições para o parlamento em 1834, Passos Manoel foi eleito deputado pelo Minho, e Passos José pela provincia do Douro, e ambos em côrtes votaram contra a regencia de D. Pedro IV. N'esta lucta parlamentar, salientou-se Passos Manoel, creando uma opposição intelligente e digna contra a continuidade da dictadura militar de D. Pedro acobertada com o nome da Regencia, e contra a oligarchia dos *amigos de D. Pedro*, os pedristas ou devoristas, sustentando com vigor o principio de todo o direito politico — a Soberania nacional — e reclamando pela necessidade de fundar o pacto politico na deliberação de uma Constituinte. Poderoso orador, achou-se logo rodeado de todos os sinceros liberaes que conservavam a tradição *vintista*. Combatendo de um modo implacavel a lei das Indemnisações, o seu espirito democratico apoiava-se sobre conhecimentos profundos de jurisprudencia, de administração e de historia politica e social com a

belleza da fórma litteraria, por que Manoel Passos era um elmanista, *(Almeno Dameta)* e um encantador pela delicada sociabilidade. O partido dos *Devoristas*, que exploravam a Carta outorgada em beneficio da sua oligarchia *(os amigos de D. Pedro)* fizeram correr este epigramma contra os dois irmãos:

Somos dois Bachareis
Formados em Leis,
Enchemos papeis,
E queremos ser Reis.

E effectivamente os acontecimentos tornaram em parte verdadeiro o epigramma; em 1836 Passos Manoel, pela Revolução de 9 de Septembro, achou-se investido da Soberania da nação na chamada segunda Dictadura, e foi digno do supremo mandato, repellindo com dignidade uma tentativa de intervenção armada, na traição da rainha em 4 de Novembro de 1836; seu irmão José Passos, na revolução da Patuléa em 1847, suscitada pela *emboscada de Outubro*, outra traição da rainha, teve o poder moral de alevantar as provincias do norte e de organisar a Junta do Porto. Passos José acompanhou o irmão na Revolução de Septembro de 1836, trabalhando como Sub-secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e em 1837 foi nomeado pelo governo para ir ás provincias do norte dirigir a resistencia contra a *revolta dos Marechaes*. O seu desinteresse levou-o a servir sem ordenado algum o cargo de Sub-secretario dos Negocios da Fazenda e Inspector do Thezouro. Na Revolução da Patuléa, em 1847, Passos Manoel formou a Junta de Santarem,

dirigindo as da Extremadura. Eram verdadeiros espartanos. Pelo conhecimento intimo que tinha Garrett d'esses seus patricios e generosos tribunos, acompanhou-os sempre nas luctas da Soberania nacional contra a burla palaciana do Cartismo. Foi com Garrett que Passos Manoel e Sá da Bandeira se encontraram para as proclamações ao paiz, para os manifestos, para os projectos de reformas. Nenhum facto significativo se passou na Revolução, em que Garrett não fosse ouvido, ou não interviesse na sua realisação directa. D'ahi o profundo rancor com que a oligarchia da Carta o feriu sempre.

No Relatorio que acompanha o plano da organisação do Theatro nacional, appresenta Garrett considerandos historicos, sobre a evolução da Arte dramatica em Portugal, em traços nitidos e expressivos: « Senhora, o Theatro portuguez nasceu no palacio dos nossos reis; ao bafo e amparo dos augustos avós de V. M. se accendeu e brilhou o facho luminoso, que depois foi illuminar outros paizes. » E' certo que a Côrte e a Egreja foram na Edade média os dois fócos aonde a Canção popular bailada ou propriamente dramatica teve o seu desenvolvimento artistico. Os Autos do Natal e da Paixão foram prohibidos nas egrejas pelas Constituições episcopaes; foi na Côrte de D. Manoel, nos paços da Ribeira, do Castello, e de Almeirim, que Gil Vicente deu fórma litteraria a esses rudimentos populares, começando pelo *Monologo do Vaqueiro*, para festejar o nascimento do principe D. João. A sua tentativa encontrou uma lucida comprehensão na rainha D. Leonor, viuva de

D. João II, que lhe pediu novas composições; morta ella, o bafo da Côrte e o amparo foram a censura ecclesiastica, os Indices Expurgatorios e as deturpações dos Qualificadores do Santo Officio, a quem a realeza dera um incondicional poder. O Auto vicentino não evolucionou; o genio hespanhol desenvolveu-o na *Comedia famosa*, fórma dramatica enriquecida pela invenção de muitos talentos portuguezes. E' por ventura a esta phase, que se referem as palavras de Garrett: «Escusado é recordar que entre as joias que da Corôa portugueza nos levou a usurpação de Castella, não foi a menos bella esta do nosso theatro.»

Ha n'este relatorio uma affirmação que nos pareceu exagerada nos nossos primeiros estudos sobre Garrett, quando attribue a Portugal a origem do Theatro moderno: «O mesmo genio poderoso que mandava descobrir a India, e que alterava o modo de existir do universo, *mandou abrir a scena moderna da Europa.* — Mas tudo nos tem sempre assim ido em Portugal, *cujo fado é começar as grandes cousas* do mundo, vêl-as acabar por outros — acordamos depois á luz — distantes já do facho que accenderamos, olhar á roda de nós, e não vêr senão trevas!

«Com effeito, desde aquella época nunca mais houve Theatro portuguez. *Todos os povos modernos foram, um de póz o outro, pelo caminho que nós encetáramos*, adiantando-se na carreira dramatica: nós voltámos para traz e perdêmos o tino da estrada, que nunca mais acertamos com ella.»

Hoje comprehendemos melhor estas affirmações de Garrett, que se tomaram por um erro

historico. Quando começou o Theatro moderno na Europa, Gil Vicente procedeu simultaneamente com Naharro, com Hardy, com Hans Sachs, escrevendo todos estes poetas creadores na fórma rudimentar, de que o Auto é o mais immediatamente derivado do germen popular. N'este sentido, Portugal *abriu a scena moderna da Europa.* Nos outros paizes esses rudimentos litterarios transformaram-se até ás grandes obras primas, como a Comedia molieresca; mas em Portugal *perdeu-se o tino da estrada.*

Garrett, descrevendo a decadencia do Theatro portuguez e os baldados esforços para o restaurar, tira da historia a direcção para a sua tentativa: «Alguns esforços, algumas tentativas se têm feito, assim por individuos como pelo governo: todos infructuosos, por que se não deu impulso simultaneo aos *tres elementos que é preciso crear, porque nenhum d'elles existe.*»

Esses trez elementos, simultaneamente realisados na *Inspecção geral dos Theatros e Espectaculos nacionaes*, no *Conservatorio da Arte dramatica*, e na formação de uma Sociedade para a *edificação do Theatro*, absorveram toda a energia de Garrett, dando-lhe uma actividade e fecundidade creadora, em que se revela verdadeiramente grande. As exigencias do partido nacional, que elle serve no parlamento, na imprensa e nas commissões politicas; as perseguições que soffre nas violencias das reacções cartistas, as calumnias anonymas, e os embaraços domesticos, no meio de demissões affrontosas, não o esgotam, nem o quebram. Doente, fraco, contra-

riado, tem um ideal que serve, e é esse ideal que o torna invencivel.

1.º Inspecção geral dos Theatros nacionaes

Antes de conseguir a construcção do Theatro portuguez e de educar uma geração capaz de continuar a nossa tradição dramatica, Garrett entendeu começar immediatamente pelo mais facil e pratico — melhorar os theatros existentes.

O estado da scena portugueza por 1836 era ainda deploravel; os actores tinham decahido outra vez no desprezo da sua profissão, apesar da lei do Marquez de Pombal terlhe abolido o estygma de infamia; os actores saíam dos officios mechanicos para virem sobre a scena dar vida e interpretação a typos e caracteres. Em um artigo da *Chronica Litteraria* de Coimbra, escripto em 1840, observa-se este contrasenso: «a muito custo ainda pisavam o palco scenico *homens que passavam o dia trabalhando com o martello ou sentados na tripeça.*» N'este mesmo artigo vem uma referencia ao estado do theatro do Salitre, bastante caracteristico pelo confronto com o theatro de S. João, do Porto: «O theatro do Salitre era o unico regular de Lisboa, e este mesmo, que mais se assimelhava a uma baiúca do que a um logar de recreio publico, só era frequentado pela classe infima da sociedade; *ali as graças mais obscenas eram unicamente applaudidas, os ditos mais deshonestos os que melhor soavam áquella platéa.* No bello theatro de S. João, da cidade do Porto, não era mais feliz a arte dra-

matica. A selecção dos dramas estava a cargo de homens indoutos, e a execução d'essas mesmas peças era confiada a uma companhia que mais do que uma vez appresentou em scena actores embriagados.»

Ainda na primeira metade do seculo XIX o repertorio do theatro portuguez constava da repetição de serodias comedias de cordel moldadas pela eschola de Antonio José e Nicoláo Luiz, e alguns dramas traduzidos por anonymos mercenarios. Por isso escrevia Braancamp no citado artigo sobre o *Theatro portuguez:* «Se um *Gomes*, um *Xavier*, ainda enriquecem o nosso theatro, são quaes scintillantes estrellas em céo nebuloso.» O critico academico admirava ainda as traducções que João Baptista Gomes fizera das apagadas tragedias francezas, e os arranjos dramaticos de Antonio Xavier Ferreira de Azevedo. Essas composições, já destituidas pela critica, conservavam o gosto da declamação emphatica e retumbante, que era a gloria dos actores mais populares. Em um soneto de João Evangelista de Moraes Sarmento, escripto antes de 1808, vem o exagerado elogio: «*A José Antonio Ferreira de Sousa Lopes, primeiro actor do Theatro do Porto*, que representava o *Fayel*, traduzido por Gomes:

Tu que o bravo *Fayel* representaste,
Que *tanto em cega Furia e raiva ardeste,*
Que inda mais que Fayel *te abraziaste:*

Só c'uma carta que cioso leste,
A gloria dos Portuenses elevaste,
E o orgulho dos Romanos abateste.»

(*Poes.*, p. 42.)

A actriz Josepha Thereza Soares, que representava no Theatro de S. João a *Escrava de Mariemburgo*, drama de Xavier, tambem mereceu ao arcadista Sarmento um soneto, em que renegando a obra do dramaturgo, exalta o calor com que desempenhava o papel de escrava:

Fiel ás leis da critica severa,
Eu não posso applaudir o inculto escripto,
Forçada acção, dialogo exquisito,
Que ás vezes no da farça degenera.

Sim, Josepha, o bom senso não tolera
Que se falte ao que a historia nos tem dito;
Vêr Pedro o Grande um Pedro pequenito,
E ouvir baixa mulher ralhar tão féra.

Magoa foi (pelo menos, magoa minha,)
Que empenhasses calor, talento e arte
Na fria Escrava, producção mesquinha.

Porém, já n'isso a industria teve parte:
Quizeste, dando brilho ao que o não tinha,
Dar-nos rasão maior para louvar-te.

(*Poes.*, p. 44.)

Em Lisboa o theatro decaíra na mesma degradação; em 1806 passava o Theatro do Salitre, que sempre conservara a tradição dramatica, da direcção do letrado Joaquim Francisco Nossa Senhora e Manoel José Fernandes para um certo Faria, que com a representação das *Covas de Salamanca* alcançou para cima de 25:000 cruzados. O Theatro do Salitre tornou-se um azylo para os litteratos pobres, assalariados para trucidarem a arte e a lingua com traducções de dra-

mas francezes. Entre esses traductores figuravam o padre José Manoel de Abreu, e Ludovice, que aggravando a decadencia do theatro não obstaram ao empobrecimento do Salitre. Não era possivel saír d'este rebaixamento profundo, que reflectia o estado social n'essas terriveis crises que provocaram as luctas do liberalismo; e já sob o novo regimen, reappareciam os aspectos d'essa degradação artistica.

Percorrendo os jornaes de 1836 lá se encontra mantendo o interesse popular a farça de Antonio Xavier, *Manoel Mendes*, e as *Astucias de Zanguizarra*, de Ricardo José Fortuna «farça portugueza de insipido entrecho e *toda cheia de pouco decentes equivocos.*» [1] As emprezas theatraes, quando Garrett empenhava os seus primeiros esforços, viam-se forçadas a recorrer «a quantas farças antigas por ahi se acham, sem attender muito á escolha.» No anno de 1840, observava um critico, que conservavam ainda grande acceitação: «as muito ouvidas, e não muito modestas farças do principio d'este seculo.» Rebaixamento moral e incapacidade artistica dos actores, repertorio abjecto de obras sem ideal, tendo por scenario *Páteos* e barracões immundos, tudo concorria para que o publico considerasse o theatro como uma casa de protervia. *Ir á comedia*, era um signal de perdição para um bom pae de familia; a reacção absolutista procurava fortalecer-se com a moralidade de apparato annexa á divisa do throno

[1] *Jornal do Conservatorio*, p. 54 e 56.

e altar. O novo regimen politico exigia a revivescencia do theatro portuguez, como fórma espontanea da liberdade de reunião e de opinião; como levantal-o á dignidade de uma instituição nacional? Garrett, encarregado d'essa generosa missão, começou pelo trabalho preliminar de melhorar os theatros existentes; este o pensamento que fez crear a *Inspecção geral dos Theatros*, pelo decreto de 15 de Novembro de 1836:

«A *Inspecção geral dos Theatros* será immediatamente sujeita ao Secretario de estado dos negocios do Reino.

«A *Inspecção geral dos Theatros* será confiada a um cidadão de reconhecido patriotismo, sabedoria e conhecimentos especiaes n'este ramo.

«As funcções de Inspector geral *são todas gratuitas, e por ellas não haverá ordenado algum nem emolumentos.* [1]

«Ao Inspector geral incumbe: 1.º velar e provêr em tudo quanto não fôr a policia externa dos theatros e mais espectaculos; 2.º approvar as peças e mais representações que se hão-de dar ao publico; 3.º interpôr juizo de equidade e conciliação em todos os casos de desintelligencias, que possam occorrer entre os Artistas de theatros e seus Emprezarios ou Directores, e que não pertençam aos

---

[1] Garrett, tendo de ser investido na Inspecção geral dos Theatros, é sublime no seu desinteresse, em quanto outros escriptores crearam commissões historicas e pedagogicas, que foram largamente subsidiadas. Por isso mesmo foi Garrett sempre atacado como um vendido...

juizes e tribunaes; 4.º dirigir e fiscalisar a boa regencia dos Conservatorios e Escholas, etc.; 5.º convocar e presidir ao jury dos premios; 6.º propôr ao governo todas as providencias que julgar necessarias ao melhoramento dos estabelecimentos que lhe são confiados.»

Nomeado Garrett Inspector geral dos Theatros, por decreto de 22 de Novembro de 1836, procurou organisar uma companhia de actores, aproveitando a circumstancia de se achar em Portugal desde 1835 uma companhia dramatica franceza, da qual os mais distinctos actores eram Mrs. Paul, Charlet, Roland, e M.mes Charton e Roland. Pela primeira vez o publico costumado ás más traducções do *Gamin de Paris*, (o Gaiato de Lisboa) e do *Piou-Piou* (O Galucho) soube avaliar o que era caracterisação perfeita, naturalidade na declamação, e espirito. Foi essa a primeira eschola dos actores, installados como companhia em 7 de janeiro de 1837 no theatro da rua dos Condes. O primeiro drama que representaram, e em que se conheceu a benefica influencia da declamação e caracterisação franceza, foi o intitulado: *Dezeseis annos ou os Incendiarios*. Lê-se a proposito da sua execução em o *Jornal do Conservatorio*: «vimos derramar suaves lagrimas, e esse vêr nos fez perdoar ao drama os seus defeitos.» (p. 8.) Depois que voltaram do Salitre para a rua dos Condes, ahi se estrearam com o drama *Duqueza de Vaubalière*. Pouco se demorou a companhia franceza, que fôra uma primeira eschola. Garrett procedeu com um tino admiravel: «O primeiro trabalho da Inspecção

geral dos Theatros foi organisar e dar fórma de companhia, introduzir alguma ordem e regimento n'essa anarchia da miseria e da fome, a que estavam reduzidas as derradeiras reliquias, que se chamavam actores portuguezes. Vencidas pasmosas difficuldades e incriveis obstaculos, finalmente a Inspecção geral effectuou a desejada organisação pelo acto de 7 de Janeiro de 1837. Installou-se no theatro da rua dos Condes a nova companhia; e os ensaios regulares, o vestuario proprio, e a mais assidua applicação dos artistas, obtiveram logo do publico o premio, com que elle nunca falta, da sua cooperação e applauso. »[1]

A par d'este primeiro esforço foi creada a *Eschola de Declamação*, e pelo officio de Garrett de 17 de Dezembro de 1836, se vê que elle se aproveitava dos melhores actores da companhia franceza para este fim: « Mr. Paul, um dos mais eminentes actores do Gymnasio de Paris, mais por amor d'arte do que pela modica gratificação com que se contentará, está prompto a tomar a seu cargo a direcção

[1] *Revista do Conservatorio.* Introducção. Escreve Amorim (*Mem.*, II, 389): « E' indubitavel que o bafo creador do genio de Garrett produzia ou reanimava auctores e actores. Emilio Doux, apoiado por elle, pelo conde de Ferrabo e por outros homens illustrados, tomara a empreza do theatro da rua dos Condes. Por essa occasião, e sob essas influencias beneficas, appareceram os nossos melhores artistas: Tasso, Epiphanio, Rosa, Dias, Vannez, Sargedas, Theodorico, *Emilia* (das Neves), Delphina, Soller, Talassi, e outros. Doux, apesar de ser mediocre, sabia como mestre. Ao seu ensino e ao do presidente do Conservatorio, se deveu a reforma da declamação. »

da Eschola dramatica. D'entre os nossos actores portuguezes e que offerece mais probabilidade de cooperação, o snr. Lisboa, egualmente se promptifica a professar na mesma eschola sob a direcção de Mr. Paul.»

Os emprezarios da Companhia franceza, em requerimento assignado por Mr. Paul, em data de 27 de Dezembro de 1836, ao ministro do reino, propunham-se contractar a companhia portugueza com as mesmas condições dos artistas francezes, com a intenção «*de melhorar a Arte dramatica em Portugal e dotar a nação com um theatro com que se ensoberbecesse.*» A direcção era representada por Dias, Emile Doux e Paul, que pediam ao governo um subsidio de oito contos de reis: «*pour accomplir ce grand œuvre... et qu'alors la Compagnie portugaise sortira de l'état miserable où elle est maintenant.*»

A empreza para este requerimento fundava-se no art.º 8 do decreto de 15 de Novembro de 1836, que estabelecia: «Os subsidios votados pelas côrtes, para auxiliar os theatros da capital, serão repartidos entre elles todos, na proporção de suas necessidades, e do proveito do publico que d'elles resultem.» O requerimento não foi attendido, e a companhia franceza deixou Portugal. Estava-se nas vesperas da abertura do parlamento, e a camarilha cartista conspirava incessantemente.

No meio d'estes desinteressados trabalhos abundavam os descrentes e malevolos; queixa-se bastantes vezes d'elles Garrett. A censura theatral que fôra no seculo XVI privativa da Inquisição, e no seculo XVII attribuida tambem a Desembargadores e Camaras mu-

nicipaes, passou por decreto de 9 de Novembro de 1839 para os membros do Conservatorio. Por este meio Garrett dava-lhe uma competencia mais artistica do que administrativa, convertendo o Conservatorio em corporação academica. N'este intuito, na sessão do 9 de Maio de 1841 appareceu no Conservatorio a proposta para a publicação de um Repertorio de todos os dramas mais perfeitos das principaes litteraturas, pelo modelo da *France dramatique;* discutida e modificada esta proposta em 15 de Junho d'esse anno, não chegou a effectuar-se. Os Cartistas já triumphantes em 1841, atacaram esta obra do septembrismo, e Garrett foi demittido por Costa Cabral, renegado do Club dos Camillos e do Campo de Ourique, do logar gratuito de Inspector geral dos theatros: «Desintelligencias politicas... chegaram a ponto que elle *foi demittido d'este cargo, tão laborioso e que sempre servira gratuitamente*, pelo notavel decreto de 16 de julho de 1841.» [1] E' n'esta atmosphera de odios, de violencias e attentados contra a liberdade da nação, que procedeu Garrett, pessoalmente visado pelos governos de reacção, servindo intemerato um ideal reconstructivo. Na laboriosa gestação das Côrtes extraordinarias e constituintes que se abriram em 18 de Janeiro até ao seu encerramento em 4 de Abril de 1838, Garrett manteve-se na estacada sustentando o principio da *Soberania nacional*, e estabelecendo a continuidade da tradição *Vintista* que se

---

[1] *Revista do Conservatorio*, p. 25.

restabelecia na nova Constituição por elle redigida. E' sómente depois d'esta missão incomparavel que retoma a sua actividade artistica.

Em carta de 17 de Junho de 1836, dirigida para o Porto a José Gomes Monteiro, falla-lhe na sua candidatura pela sua terra natal: «Ora senhor, vamos ás eleições:... Mas o que o meu amigo devia fazer tambem era fazer-me eleger por essa nossa terra, que tem sido até agora uma *ingrata* para commigo. Sei que o partido que come (alludia aos *Devoristas*) me será contrario, mas ainda temo mais as intenções e vistas particulares dos nossos proprios. — O meu amigo sabe os meus principios, opiniões e affeições, não preciso fazer protestos. Por meus interesses pessoaes, não lhe occultarei tambem que o levo e grande, mas um *só unico* em sahir eleito... Escreva pois logo, logo; e responda a *isto*, que fico ancioso por saber o que *entende e espera* a este respeito.» Gomes Monteiro excusou-se de toda a participação politica, ainda sob o terror dos acontecimentos de 1829; pela carta de Garrett, de 22 de junho de 1838, se determinam as suas opiniões: «Exconjura a politica; em bem o fez. Mas não fallemos mais em politica, se quizer. — Se os loucos e interesseiros fizeram sós a tal damnada causa da politica, olhe que acaba isto por nos levar a bréca a todos, tanto aos que *se mettem*, como aos que se *não mettem* n'ella. Assim, fóra da tenda os Achilles, se não querem os troyanos a espatifar tudo. — Quanto a mim, sem falsa modestia, nem escrupulo algum, lhe digo que trago *atraves-*

sado na garganta o não ser eleito pela minha terra.» Esta ideia tornou-se-lhe uma obsessão, como se vê pela carta de 11 de Março de 1840, ao mesmo amigo do Porto: «Você póde fazer triumphar ahi a minha eleição: eu sou do Porto, dóe-me se me não elegerem os meus patricios porque em verdade mereço-lh'o.» A hostilidade fomentada no Porto contra Garrett visava simplesmente a enfraquecel-o na sua acção politica, como continuador da tradição vintista. Ninguem glorificara mais do que elle o Porto n'essa Ode em que graceja do *grande aldeão;* ahi faz a prophecia da Revolução que se effectuou um anno depois:

> Os sãos costumes, puro amor da Patria,
> A nobre independencia de outras éras
> Resurgirão d'aqui...

O systema da calumnia com que os partidos conservadores atacaram sempre Garrett, envolveu todas as fórmas da sua existencia, e ficaram rastos, que iniquamente conspurcam o glorioso vulto; e quanto mais alto ascenderem as manifestações do talento e dos seus sentimentos de liberdade, mais será ultrajado na apotheose triumphal.

No capitulo XXII do *Arco de Sant'Anna*, allude Garrett, com ironia, ao Porto, que nunca o quizera eleger deputado, sem se queixar da «*muito nobre, sempre leal e invicta* cidade do Porto, á qual eu fiz dar e confirmar todos esses titulos...

«Fiz, sim, em um decreto por mim lavrado no mais retumbante estylo de proclamação patriotica, recta pronuncia e phrase de bra-

zão. N'esse decreto, que o meu amigo M. P. (Manoel Passos) propoz á regia approvação, e a obteve, lhe reformámos as Armas, lhe démos a insignia da Torre-e-Espada, *lhe collocámos, em escudo de honra, no meio o coração de D. Pedro*... Mas dizem os Barões do Porto, que nem um nem outro honrámos a memoria de D. Pedro, que sômos demagogos e não sei que mais...»

Garrett alludia a este facto, pelo despeito de não ter sido eleito deputado pelo Porto, sua terra natal, e ter recebido o mandato legislativo de Angra (Terceira) sua patria adoptiva. Com a data de 12 de Janeiro de 1837, assignou Passos Manoel o decreto que conferia o titulo de *Angra do Heroismo* á capital da ilha Terceira; [1] e só em data de 14 de Ja-

[1] Desejando que na lembrança dos vindouros fique memoria de minha gratidão, assim como perpetuamente hade ficar na historia a dos extraordinarios serviços e sacrificios, que á minha causa e á de toda a Nação portugueza, que é a santa Causa da Liberdade e da Civilisação, fizeram os leaes habitantes da Ilha Terceira, unico refugio que em toda a vasta monarchia portugueza acharam os poucos leaes, que no meio da defecção de tantos, ahi foram protestar por essa honra e pela do Povo portuguez, a qual tão nobremente rehabilitaram depois, levando aos combates e á victoria a flor da mocidade d'aquella Ilha, assim na reconquista do Archipelago dos Açores, no memoravel Cêrco do Porto, como em todos os illustres feitos que se fizeram até á completa restauração do Reino; pcr todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza com que tantos annos permaneceu inabalavel em sua constancia aquelle pequeno rochedo no meio do Oceano, dando um exemplo de constancia e de tão subida lealdade, como não se recordará nunca egual. E já que todo este tempo foi a Cidade de Angra da referida Ilha

neiro é que redigiu Garrett o decreto dando o titulo de — *Invicta* — á cidade do Porto. Eis os considerandos que em nome de D. Maria II, dirigiu Garrett á vereação do Porto: «Por quanto meu augusto pae de saudosa memoria com *o precioso legado do seu coração* deixou satisfeita a divida em que ambos estavamos a uma Cidade que é o generoso berço d'esta monarchia, e que havendo dado nome a Portugal, tantas vezes o tem rehabilitado á face do mundo, e restituido á primitiva gloria e esplendor de sua origem. E não me sendo possivel juntar nada áquelle testemunho com que o libertador de Portugal assim firmou a memoria de seu agradecimento, como a dos serviços da mais illustre das cidades portuguezas,... quiz eu todavia, como rainha de Portugal e como filha do senhor D. Pedro IV, consignar pelo modo mais authentico e solemne...

«Aos titulos de antiga, muito nobre e leal,

Terceira a Séde do legitimo Governo e Capital do Reino; e tambem á Villa da Praia coube a fortuna de ser theatro de uma das mais pasmosas façanhas, que ainda obrou a lealdade e valor portuguez, na memoravel batalha do dia 11 de Agosto de 1829: é devido que n'estas duas mais consideraveis Povoações da dita Ilha fique Padrão do muito que ahi se fez, e de tanto que ellas bem mereceram da Patria e do Principe; e ordeno portanto:

— A Cidade de Angra da Ilha Terceira será denominada d'ora em diante = Cidade de *Angra do Heroismo.*

....

A Villa da Praia, da Ilha Terceira será d'ora em diante denominada — Villa da *Praia da Victoria.*» (Decreto de 12 de Janeiro de 1837, referendado por *Manoel da Silva Passos.*

se accrescentará o de — INVICTA — e assim será designada... »

Conta Amorim, (II, 265) que o Barão de Telheiras, por indicação de Passos Manoel pedira a Garrett que desse *mais alguma cousa ao Porto*, e que a publicação do decreto honorifico de Angra não antecedesse o da Cidade *Invicta*. Garrett sentiu-se toda a vida de ter perdido a sua eleição pelo Porto, e attribuiu a opposição malevola ao verso — « este *grande aldeão* que chamam Porto, » que se lê na Ode datada de Junho de 1819, que publicara em 1829 na *Lyrica de João Minimo*. Annotando esta Ode, passados annos, explicava a hostilidade que sempre lhe levantaram no Porto: « Sempre hei-de consignar aqui todavia como verdadeira curiosidade litteraria, digna da collecção de D'Israeli — e não menos interessante curiosidade politica — o ter eu perdido uma vez a minha eleição no Porto porque um zeloso e integerrimo patriota bozinou com estes pobres versitos ás orelhas dos eleitores — que deviam de ser boas e grandes orelhas, para lhes fazer vêr que eu era máo e renegado cidadão da cidade invicta. » (Not. I.)

Em 18 de Janeiro de 1838 reuniram-se as côrtes, nas quaes se iria discutir a nova Constituição. Os grandes oradores estavam a póstos para degladiarem entre as liberdades de outorga e a soberania nacional. Garrett, nomeado Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Madrid em 9 de Janeiro de 1837, não acceitou o despacho; o governo septembrista carecia da sua capacidade de reformador, do seu tino politico e assombrosa

eloquencia. O momento era solemne, e o paço, vencido na sua traição da *Belemsada*, empregou outra estrategia para embaraçar a acção das Côrtes constituintes: em 25 de Janeiro commetteu-se um *attentado escandaloso* contra D. Fernando, disparando um individuo um tiro contra o marido da rainha! O ministro da justiça mandou proceder com todo o rigor, [1] mas a cousa ficou nos livros findos; visava-se a causar impressão nas côrtes estrangeiras, para pretexto de uma intervenção da Quadrupla Alliança. Por via de um escriptor estrangeiro, Gabriel Peignot, no seu livro *Noticia dos attentados contra Soberanos*, é que consta do escandaloso attentado, por que ahi inclue o Coburgo «époux de Dona Maria, reine de Portugal, a vu ses jours menacés par un nommé Mercier, qui dit-on lui a tiré un coup de fusil sans l'atteindre.» Vê-se pelo nome de Mercier, que o regicida era um homem alugado, e que o tiro fôra de polvora secca; o Coburgo era então dirigido por um pedagogo, que o acompanhara, o conselheiro Dietz, que foi posto fóra de Portugal, por determinação do governo inglez.

As Côrtes constituintes proseguiam na sua missão, e em 5 de Abril de 1837 começou a discutir-se a Constituição; de accordo com a Rainha e o Coburgo, a opposição cartista tomou um caracter militar na chamada *revolta*

---

[1] *Collecção de Leis e Documentos officiaes: 1.º Semestre de 1837*, p. 148. Joaquim de Araujo, na *Revista*, Anno I, p. 156, é que esclareceu este facto ignorado.

dos Marechaes. Em 27 de Julho de 1837 o Saldanha, a quem no paço chamavam sarcasticamente D. João VII, revolta-se com uma força de lanceiros; e em 18 de Agosto, o duque da Terceira, heroico servo da rainha, revolta-se com um destacamento de infanteria 7, indo ambos para Torres Vedras a unir-se a Mousinho de Albuquerque, para marcharem sobre Lisboa e estabelecerem uma regencia provisoria; como não acharam apoio, retiraram-se, sendo batidos em Ruivães pela Divisão portugueza que regressava de Hespanha. Os dois militarões prestaram-se a este attentado para embaraçarem a nação de fundamentar as suas liberdades em um Codigo politico. Foram pagos e repagos pelos seus actos equivocos, e ainda persistem officialmente envolvidos em lendas gloriosas.

Foram esses mesmos Saldanha e Terceira que em 1823 cooperaram para a restauração do absolutismo quando D. João VI perjurou a Constituição de 1822; ainda contra este mesmo Codigo elles se revoltaram, quando as Côrtes geraes o apropriavam á situação presente, pondo-o «em harmonia com as outras monarchias representantivas da Europa.» São estas palavras de uma Mensagem que em 28 de julho de 1837 as Côrtes constituintes resolveram que se mandasse a D. Maria II, protestando contra a traição dos Marechaes, e garantindo a firmeza do cumprimento do seu mandato. Elegeu-se a commissão de redacção da Mensagem, ficando encarregado de escrevel-a, em quanto a camara se conservava em sessão permanente, Garrett. Em hora e meia escreveu elle a Mensagem, ligei-

ramente modificada e logo approvada. E' digno de conservar-se o seu julgamento sobre a *revolta dos Marechaes*:

«Este mandato da nação, que escrupulosamente havemos começado a cumprir, e que executaremos religiosamente, é calumniado por uns intrigantes que tomando o nome de V. M. em vão, invocando sacrilegamente as saudosas recordações de seu augusto pae e nosso libertador, *abusaram da boa fé de soldados inespertos para a rebellião*, — a nação os conhece já a elles, e suas tenções, pois que até d'entre os mesmos soldados illudidos tantos se desenganaram logo, voltando as costas á traição a que os tinham querido levar. Mas os verdadeiros fins dos auctores da revolta não são os que ella ostenta, e bem certos estão de o não conseguir. O seu unico objecto é *provocar a anarchia*, e tomar assim uma vingança de barbaros contra a nação que os repulsa.»

A provocação da anarchia era um meio para justificar a *intervenção armada* estrangeira, para a qual, na Belemsada, o Saldanha e Terceira tanto tinham trabalhado. D. Maria II estava de accordo com o plano dos Marechaes, por impulso do Coburgo seu marido; mas estacou diante da firmeza do parlamento, que na Mensagem lhe affirmava: «E' nossa obrigação, senhora, como portuguezes, e como representantes de Portugal, vir solemnemente declarar diante do throno de V. M., e á face da nação, que *as Côrtes constituintes fieis ao seu mandato, e com plena confiança no povo*, que representam, hãode tornar impossiveis as machinações de seus inimigos, hãode

sustentar a liberdade no meio da ordem, e conservar intacto o deposito sagrado que lhe confiaram.» Entre os quatorze constituintes nomeados para appresentarem a Mensagem á rainha, Garrett foi o primeiro d'entre os deputados. A resposta da rainha, que tomaria a fórma de Proclamação ao Paiz, foi tambem, a pedido do governo, redigida por Garrett, embora retocada no texto do Diario do Governo de 22 de Julho de 1837. D. Maria II subscrevia as phrases: «A minha vontade é a vontade nacional... Os que invocam o meu nome contra a causa nacional, abusam indignamente d'elle.» (*Mem.*, II, 333.)

A *revolta dos Marechaes* forçou o governo a mandar Sá da Bandeira pacificar as provincias do norte, sendo nomeado José Passos, que exercia um extraordinario prestigio no Douro e Minho, para o acompanhar. As Côrtes extraordinarias tiveram de votar uma suspensão de garantias, e reconheceu-se a necessidade de dirigir um Manifesto das Côrtes constituintes á Nação; varios deputados, José Estevam, Leonel Tavares e visconde de Fonte Arcada, appresentaram projectos de proclamações. Era necessario unificar esses elementos, e por escrutinio secreto foi Garrett eleito para lhes dar fórma. Com a sua clara comprehensão da relação historica dos factos politicos, Garrett assentou o principio: que a causa que a nação sustenta é a legitimidade da sua soberania affirmada em 1820, interrompida em 1823 por facto e não de direito. O Manifesto datado de 22 de Agosto de 1837, foi distribuido por milhares pelo paiz, precavendo-o contra os falsarios de-

fensores da liberdade agitando o espantalho de D. Miguel, e da ignominiosa exploração da anarchia. Garrett devia de ser profundamente odiado pelos *Cartistas*, que já começavam a usar d'este embuste para mascararem o seu devorismo e traições contra a nação; e o odio motivava o systema de calumnias que o feriram sempre ainda além da morte.

N'estas luctas parlamentares Garrett era considerado como um espirito dirigente, devendo-se-lhe o projecto da Constituição de 1838; elle tomou parte em todas as questões capitaes, taes como a formação da segunda Camara, a organisação dos serviços de Ultramar, a reforma administrativa e as negociações com a Curia romana.

Em 27 de Janeiro de 1837 fôra eleita a commissão que tinha de preparar o projecto da nova Constituição, sendo o seu presidente José Liberato Freire de Carvalho, relator Leonel Tavares e secretario Julio Gomes da Silva Sanches; fez-se a sua primeira leitura na sessão do soberano Congresso de 6 de Março. Garrett é que elaborara o projecto da Constituição, como se verifica pelo manuscripto achado entre os seus papeis, assim descripto pelo Dr. C. Guimarães:

« Este manuscripto datado *Sala da Commissão em 18 de Janeiro de 1838* — e assignado pelos Snrs. José Lopes Monteiro, José Liberato Freire de Carvalho, Leonel Tavares Cabral, José da Silva Passos, e *cuja redacção foi confiada ao snr. visconde de* ALMEIDA GARRETT, *acha-se por elle emendado, sendo muitos dos artigos escriptos pela sua*

penna.» [1] Em todo este movimento da Dictadura septembrista e da laboriosa Constituinte perturbada pela *revolta dos Marechaes* e pela demagogia da *Arsenalada*, foi sempre Garrett o espirito generoso que dava pensamento ás aspirações indefinidas, conciliando os sentimentos por um alto ideal da patria. Elle trabalhava sem alarde, confinando-se em plano secundario para que as cousas se fizessem. Os que se utilisavam dos seus serviços por vezes procuravam apagar-lhe a individualidade; quando o não calumniavam na vida intima e na dignidade pessoal, pensavam amesquinhal-o chamando-lhe —*poeta.* Elle, insurgindo-se com a magestade do genio, fulminou-os em um dos seus mais eloquentes discursos: «Sou poeta, e d'essa arguição me honro muito. Mas a minha poesia é a que invoca as grandes memorias nacionaes, não para que o paiz se reja por tradições e por conceitos affonsinhos; mas para que n'essas recordações illustres aprendamos a ser tambem como eram nossos avós, e para que, fieis ás necessidades da nossa epoca, aproveitemos comtudo no exemplo dos passados. Sou poeta. Mas a minha poesia é a que falla ao coração do patriotismo, e aos sentimentos generosos da philantropia. E' a que em Athenas enramou as espadas de Harmodio e Aristogiton, quando deceparam a cabeça da tyrannia, e restituiram a ordem e a liberdade ao estado.» [2]

---

[1] Ap. *Helena*: Catalogo dos Autographos, p. XXXVI.
[2] Diario das Camaras, 1837, vol. I, 165. (Amorim, *Mem.*, II, 289.)

A obra do *poeta* foi ainda mais constructiva do que a do politico, e as duas missões não se pódem separar. E' n'este periodo intenso das luctas parlamentares, que elle lança as bases para a restauração do Theatro portuguez, com a fundação do *Conservatorio da Arte dramatica* e com a idealisação dos dramas mais bellos da historia portugueza.

Na *Historia da Revolução de Septembro* o Dr. José de Arriaga, ao descrever as figuras predominantes das Côrtes constituintes, falla assim de Garrett:

«No centro esquerdo brilhava a grande intelligencia do poeta e orador Garrett. Este grande vulto da politica e das letras patrias era a personificação mais pura e completa d'aquelle grupo de constituintes de 1837.» Passando um traço sobre o retrato que elle faz de Garrett bordando com estylo todas as calumnias que o partido cartista espalhou contra o poeta, e que ainda se repetem inconscientemente, são insuspeitas estas apreciações finaes: «Garrett era o orador mais valioso do centro esquerdo. Esse gigante da penna e da palavra era um luctador temivel. Versado nas sciencias, nas letras e na historia, era rico de conhecimentos, e tendo á sua disposição a palavra de orador de primeira plana, este grande vulto decidiu da sorte da Revolução pela influencia que exerceu no Congresso constituinte, ou na maioria.

«Era difficil resistir aos seus brilhantes discursos, que faziam sensação tanto dentro como fóra do parlamento. Foi a alma do centro esquerdo. Elle poz á disposição d'este as subtilezas da sua intelligencia superior, seus

abundantes conhecimentos, os ardis da sua argumentação de sophista e de habil contendor, as ricas imagens da sua phantasia de poeta e os attractivos da sua palavra brilhante. A natureza dotou-o de todas as armas para ser um campeão temido de qualquer causa que advogasse. — A nova politica de Passos Manoel não podia conquistar um defensor mais importante e valioso. Da palavra d'elle dependeram muitas vezes as importantes questões politicas que se debateram no congresso. Convencia, porém, mais pela oratoria, pelo artificio da argumentação e pelo attractivo do genio, quando falla, do que pela sinceridade de principios, pela logica e pela verdade. Era um orador para as massas impressionaveis, e por isso tanto mais perigoso. Arrastava; não convencia.» [1] Ha n'este juizo o preconceito do historiador, que attribue a Garrett falta de sinceridade politica, fazendo d'elle um Petronio do imperio; o atticismo de Garrett só se manifestou em assembleias cultas, e nunca diante da multidão. Tinha um ideal, que serviu com todas as suas faculdades, não lisongeando *nem o palacio nem o comicio*, como elle o declarou com altura; esse ideal era — «a nação, como ella appareceu em agosto de 1820, como ella se mostrou em Septembro, e mais decididamente em novembro de 1836, unida, unanime, invencivel.» [2]

Um dos pontos mais debatidos nas Côrtes

---

[1] *Historia da Revolução de Septembro*, t. II, p. 271 e 273.

[2] Manifesto de 22 de Agosto de 1837.

geraes foi sobre se deveria admittir-se duas Camaras, ou simplesmente uma; durou a discussão todas as sessões de 28, 29 e 30 de Septembro de 1837, vindo a terminar pela admissão das duas camaras, votada na sessão de 2 de Outubro. Foi n'esta questão acalorada, que Garrett proferiu os dois fundamentaes discursos, que revelam o poder da eloquencia e o conhecimento de direito politico, que o tornavam o *leader* da Constituinte; nas sessões de 9 e 12 de Outubro, em que discursou sobre a *Formação da segunda Camara das Côrtes*, appresentou a ideia da conciliação entre os dois partidos, como veiu a realisar-se em 1851 com a *Regeneração*. E fallando da sua posição independente, dizendo que não hade ser nunca o homem de ninguem, proclama com firmeza: «Bem sei que *para mim não ha, não pode haver nem o favor dos palacios*, nem a aura dos comicios. Abnegação que (devo em lealdade dizel-o) para outros seria grande, mas é insignificante de minha parte: o unico estado e profissão que tenho e préso, nem de um nem de outro depende, e a *ambição que ainda pode algum tanto commigo*, não são elles que a satisfazem. *O pobre homem de letras tem ao menos esta vantagem.*» Garrett sabia que era odiado no paço, desde a missão de Bruxellas, e que as suas ideias politicas que o tornaram um poderoso inimigo da Carta, o expunham a uma perseguição occulta. E' quando se lembra que as letras são mais do que um refugio, uma missão, em que não serve nem o *favor dos palacios* nem a *aura dos comicios*.

Na sessão de 1 de Março de 1837 definira Garrett o que era o *partido da Carta* «escondendo detraz d'este nome respeitavel seus feitos e vergonhosos intentos. O partido pseudo-cartista, cujo fim é a anarchia, a desgraça publica, e a pilhagem particular, é composto de muito differentes elementos. Alardêam elles de contêr aquell'outros limpos soldados em suas *leprosas fileiras;* mentem. Este é o residuo, ou antes, as fezes de todos os partidos, que rejeitados de todos, foram adherir pelas *affinidades* da corrupção, e hoje fórmam um todo, aliás composto de partes heterogeneas, cujo nexo unico é a tendencia egual que todos tem ao mal publico, ao bem particular, em uma palavra, á *devoração.*

«Agiotas que engordaram com a substancia da viuva e do orfão, de cujas lagrimas fizeram trafico e ganancia; demagogos falidos na opinião e que já não tem farrapo de falsa popularidade que vender ao poder; follicularios sem consciencia, que barato vendem talentos banaes, que pouco lhes custou a adquirir. Que principios professam? Nenhuns. D'elles ha muitos, muitissimos, que foram absolutistas, que adoraram o bezerro, não de ouro, mas de ferro de D. Miguel; d'elles que declamaram contra a Carta, e que appellidaram de estrangeiro seu augusto auctor. Este é partido... que d'antes se dizia dos *amigos de D. Pedro,* de quem renegaram. E que hoje se diz da Carta, que elles perderam, assassinaram e entregaram á furia popular contra elles sublevada para salvarem covardemente as vidas!»

O golpe de estado da *Belemsada,* em 4

de Novembro de 1836 e a *revolta dos Marechaes* em julho de 1837, foram duas traições dos Cartistas, ao serviço das intrigas do paço, que eram dirigidas pelos embaixadores da Belgica e da Inglaterra. A independencia da nação triumphara pela firmeza das suas Guardas, que forçaram o reembarque das tropas inglezas, e pela vigilancia dos Clubs revolucionarios. Quando em 1838, proseguia o trabalho das Côrtes constituintes, no paço das Necessidades, sob o plano do agente belga Conde de Goblet, e de Dietz, preceptor do Coburgo, planeou-se o massacre das Guardas nacionaes. Começou a executar-se o plano pela nomeação de Costa Cabral para Administrador geral de Lisboa, e em seguida com a dissolução do Batalhão do Arsenal. O paço contava com a resistencia para proceder á mortandade, e como a convenção effectuada no botequim de Marcos Filippe afastasse todo o intuito de resistencia, voltou-se a perfidia contra a Guarda nacional, espalhando noticias terroristas de uma *Junta central revolucionaria*, que a dirigia. A' sombra d'este embuste Costa Cabral proclama a patria em perigo, chama ás armas, conseguindo assim que os cidadãos sahissem de casa para os quarteis da Guarda nacional. E' depois d'isto, que as forças militares de Bomfim e outros foram impellindo diante de si todas as companhias da Guarda nacional, que se acharam no Rocio em numero para cima de 500 a 600 homens. Era na noite de 12 de Março; e emquanto Sá da Bandeira combinava um accôrdo para a dissolução da Guarda nacional, uns tiros perdidos disparados por mão trai-

çoeira foram o signal para que Bomfim metralhasse esses seiscentos homens, que retiraram deixando no Rocio estendidos em um charco de sangue cem cadaveres de soldados e populares. Conta o agente belga Goblet: «quando os generaes victoriosos se appresentaram no paço em a noite de 13, *a rainha irradiava de satisfação.*» Depois do massacre do Rocio, escreve Goblet: «Eu apressei-me a levar ao conhecimento do rei Leopoldo todos estes acontecimentos. Este soberano felicitou SS. MM. portuguezas *pelo feliz resultado* d'esta crise...» Ainda o mesmo Goblet projectara collocar o Coburgo, esposo da rainha, á frente das tropas destinadas ao massacre da Guarda nacional, e assim consultara Sá da Bandeira; este respondeu-lhe que era mais conveniente deixar tal responsabilidade ao ministerio. Realisada a carnificina do Rocio: «no dia seguinte a rainha, cheia do maior regosijo, mandou apromptar uma carruagem e toda triumphante foi passar por cima do sangue das victimas metralhadas!» [1] Goblet, Dietz, Lord Howard e o Coburgo estavam vingados do mallogro da *Belemsada* e das derrotas de Ruivães e Chão da Feira. No emtanto as Côrtes foram proseguindo nas discussões da Constituição de 1838, na qual, o deputado Antonio Luiz de Seabra via — «*a melhor parte dos principios consignados na Carta — e sopeado o espirito revolucionario.*»

Se a revolução de Septembro achou todo

---

[1] Dr. José de Arriaga, *Historia da Revolução de Septembro*, vol. III, p. 107.

o seu poder dictatorial na vontade e confiança da nação, a sua acção reformadora foi constantemente perturbada por movimentos militares combinados com a camarilha palaciana, que embora vencidos, embaraçaram as discussões da Constituinte, na elaboração do novo Codigo politico. Reunidas as Côrtes constituintes em 18 de Janeiro de 1837, sómente na sessão de 20 de Março de 1838, é que o novo codigo pôde ser assignado pelos deputados, e jurado em 3 de Abril. D. Maria II veiu no dia 4 ao seio da representação nacional jurar a Constituição, contra a qual não cessou de conspirar, lendo do throno as seguintes palavras, que devem retêr-se para se vêr a monstruosidade do seu perjurio:

« Sinceramente me congratulo por vêr chegar este dia tão desejado. A obra da sabedoria nacional, o fructo de vossos longos e assiduos trabalhos, vae satisfazer a primeira de nossas necessidades, cimentando a união da familia portugueza, que, estou firmemente convencida, nos ha-de trazer a ordem, a paz e a prosperidade publica.

« No momento solemne *em que tomando a Deus por testemunha*, vou ligar-me invariavelmente á Lei fundamental que decretastes e eu acceito, sinto a mais doce consolação em vos annunciar, que heide começar a pôl-a em pratica com o exercicio de uma das mais preciosas prerogativas, que ella me concede, impondo *perpetuo silencio e esquecimento sobre todas as fataes discussões, que tem affligido a nação.* » O presidente das Côrtes geraes respondendo á allocução e juramento da rainha, frisou o pensamento da pacificação anciada:

«No meio das funestas dissenções politicas que tem dilacerado a nação portugueza, a amnistia que V. M. se digna conceder, usando de uma das mais preciosas prerogativas da Corôa, deve sem duvida cicatrisar as feridas abertas pelas discordias civis, e sobre ellas lançar o balsamo do esquecimento.

«As Côrtes esperam confiadamente que V. M. saberá sustentar a Constituição do Estado, e que a fará cumprir e executar religiosamente, porque é principalmente da sua religiosa observancia que depende a ordem e a paz que a nação tanto deseja e necessita.» [1]

Jurada a Constituição n'esta sessão de 4 de Abril de 1838, foram encerradas as Côrtes geraes extraordinarias e constituintes. Era uma trégua momentanea, por que D. Maria II estava suggerida pela ideia fixa da *outorga* de seu pae; o Coburgo, seu marido, com a petulancia feudal de principelho allemão, era agente de Leopoldo da Belgica, que visava em fazer na Africa um imperio colonial á custa de Portugal, e servia por via do primo o Principe Alberto os interesses da Inglaterra mantendo o affrontoso protectorado politico. Os conspiradores, militares, ministros e personagens preponderantes, que se appellidavam Cartistas, eram assalariados do paço. Não se pensou senão em botar abaixo a Constituição de 1838 e restaurar a Carta da *outorga* de 1826.

E' caso para investigar que antinomias existiam entre esses dois codigos politicos,

---

[1] *Diario do Governo* de 1838, n.º 82, p. 339.

que forçavam a rainha a um vergonhoso perjurio. Escreve o Dr. Lopes Praça, na sua *Breve historia das Constituições de Portugal*, referindo-se á Constituição de 1838: «A Constituição de 1822 e a Carta de 1826 *não* podiam deixar de ter grande parte na nova lei. E deve dizer-se: as constituintes houveram-se com inesperada moderação, fazendo n'aquella Constituição alterações não menos importantes do que na Carta.»

Quaes foram as alterações da Carta? Simplesmente a eliminação da fórmula byzantina *por graça de Deus* attribuida á Soberania, substituida pela vontade da nação expressa pelas Côrtes que decretam. A distincção entre o Poder executivo e o Pedro moderador é eliminada; e n'este ponto observa o Dr. Lopes Praça: «Mas n'este, como n'outros pontos, a superior perfeição relativa da Constituição de 1838 sobre a Carta *era mais nominal que real.*» As eleições que pela Carta eram indirectas passaram a ser directas; e a camara hereditaria e vitalicia passou a ser electiva e temporaria, renovando-se por metade, sempre que houvesse eleição de deputados. Em nada as prerogativas regias eram diminuidas na Constituição de 1838; ao ser entregue á rainha essa Constituição já assignada pelos deputados, se lhe declarou na Mensagem: «N'ella verá V. M. conciliada a *liberdade e independencia* da Nação com as prerogativas e attribuições do Poder real; *os direitos do povo* com o respeito e obediencia devida ao monarcha, como chefe do estado.» Era um protesto authentico contra os imaginarios sustos da rainha, que chegara a escre-

ver por sua mão o pedido da intervenção armada estrangeira para lhe sustentar o throno. Sá da Bandeira, que fôra mettido por D. Fernando no ministerio da Revolução septembrista, e procedera submisso aos empenhos de D. Maria II, depois de jurada a Constituição escreveu na Carta ao conde de Goblet: «Deve-se egualmente ter presente que a 4 de Abril de 1838 a rainha prestava juramento solemne á nova Constituição votada, *a qual semelhante á da Belgica, approximava-se mais da Carta de 26* do que da Constituição de 22.» (p. 47.) Todos os cumplices d'estes crimes de traição á patria foram glorificados com titulos nobiliarchicos, com altos cargos rendosos. Garrett, o accusado de versatil, de venal, de vaidoso, como se encontrou no meio d'esta restauração dos devoristas, agora officialmente chamados Cartistas? Privaram-no do seu direito á eleição senatorial e não deixaram que fosse eleito deputado; e successivamente demittiram-o dos cargos gratuitos que exercia! Que prova mais patente de que elle nunca foi feito n'este jogo da traição palaciana; e estava, como elle mesmo diz, «fóra das *extremidades briguentas.*»

Na carta ao ministro do reino Antonio Fernandes Coelho, datada de 13 de Novembro de 1838, descreve Garrett a situação em que se achava em relação ao governo e aos partidos: «Não sou deputado; nem proposto fui pelos meus amigos politicos, ou que deviam sel-o, em nenhum circulo do reino, excepto em Lisboa onde a minha adhesão ao governo me fazia obnoxio a ambos os partidos contendores. Tambem mencionarei de pas-

sagem que fui riscado, por acto arbitrario e acintoso do governo, da lista senatoria, manifestamente contra lei, emquanto n'ella foram incluidos meros commissarios do governo, de uma categoria transitoria como a sua commissão.

«Doente portanto, não podendo defender as minhas opiniões na camara, calumniado por servidor do governo, com quem não tenho a minima relação ou vinculo, além dos de amisade pessoal e consideração com os snrs. ministros, não posso senão prejudicar ao estado e a mim conservando-me na commissão administrativa de que S. M. se dignou nomear-me vogal por decreto de 3 de agosto ultimo, e rogo a V. Ex.ª queira pôr aos pés de S. dita M. a minha supplica para haver de ser exonerado da referida commissão.» N'este documento dirigido ao ministro Fernandes Coelho, allude á recente morte de seu irmão e ao estado de quebrantamento moral em que se acha: «vêr-me por fim, abandonado e lançado á margem.» E' este o seu titulo de gloria, n'esta nova campanha para o restabelecimento da Carta outorgada. Aquelles que procuravám afastal-o do campo politico, tornavam-o tambem odioso a D. Maria II. Em uma carta dirigida por elle a Rodrigo da Fonseca Magalhães em data de 27 de Abril de 1841, authentica o facto d'essa intriga no anno anterior: «Uma intriga injusta e calumniosa, que não motivou o mais leve dito ou facto meu, me tinha pintado como desmerecedor da estima, e incurso no desagrado de S. M. el-rei e de sua augusta familia...» Tratava-se do Coburgo, que já usava o titulo de

rei pelo nascimento do filho primogenito; D. Fernando, pela monita insinuada pelo tio Leopoldo, fazia a bocca doce aos homens superiores. Lê-se por isso na referida carta de Garrett: «S. M. tinha-se dignado asseverar-me por vezes que eu não estava incurso em tal desagrado...» E' certo que Garrett não foi manchado com a capatação do Coburgo, como aconteceu a Herculano feito seu empregado. E Garrett no meio d'estas defecções dos caracteres, admirava-se das hostilidades que o cercavam: «tantos inimigos que tenho não sei por que, porque sabes que tenho feito muito bem a muita gente e nenhum mal a ninguem.»

Admittido o principio da elegibilidade e renovação do Senado, que começára a ser discutido na sessão de 3 de Outubro de 1837, entre as categorias para ser eleito senador, indicava-se no n.º 8: «Os Embaixadores e os Enviados extraordinarios, Ministros plenipotenciarios com cinco annos de exercicio na carreira diplomatica.» Foi por este fundamento que por officio de 9 de Maio de 1838 se perguntou a Garrett se antes da missão da Belgica, exercera qualquer outra funcção diplomatica, para se lhe contar a effectividade de categoria. Garrett informou sobre os seus serviços diplomaticos como addido á embaixada de Londres em 1829, e na missão extraordinaria enviada do Porto a differentes côrtes da Europa em 1832, ainda sob as ordens de Palmella. Na Procuradoria geral da corôa, exigiram os documentos da nomeação d'estes serviços, pedindo-lh'os Sá da Bandeira em officio de 12 de junho. Garrett conheceu logo que se tramava contra o seu di-

reito, e respondeu com um soberano desdem: «não me admira que o não saiba o procurador geral da corôa, que não soffreu os encommodos nem presenciou as *irregularidades* da nossa *governação de emigrados*, e que se são diplomas formaes expedidos pelas estações regulares do estado os que elle exige, desde 1828 até 1834, *só os que serviram a usurpação* os pódem appresentar.»

Era a Sá da Bandeira que elle escrevia: «Contra vontade, e com não pouco nojo, entro n'esta contestação de chicana em que de verdade não comprehendo o que vem fazer o procurador geral da corôa; — Mas se é seu desejo que eu não seja (como devo ser) incluido na lista da ordem senatoria, póde fazel-o S. Ex.ª livremente, que eu não reclamarei, pois da minha qualidade senatoria me não heide aproveitar nunca em nenhum caso e para nenhum effeito. Já fui honrado com a procuração do povo assim na provincia do meu nascimento, como na da minha adopção; desempenhei-a, não fiz d'ella degrão para me elevar, não me manchei em intrigas, nem em miserias pessoaes, e já não tenho de que ter ambição.»

O senado electivo reuniu-se em 9 de Dezembro de 1838; a animadversão occulta contra Garrett fez valer o sophisma da falta de documentos authenticos que provassem os seus serviços diplomaticos em uma crise de luctas sangrentas e na instabilidade de um governo dictatorial. Garrett era amigo dos tres ministros que mantinham o poder, e bem conhecia d'onde partiam as malevolencias. N'esta atmosphera de odio é que o *homem*

de letras se voltava para as suas ambições, que eram as suas creações dramaticas.

Em carta de 23 de junho de 1838, a Gomes Monteiro, escreve: «Quanto a mim, sem falsa modestia, nem escrupulo algum lhe digo que trago atravessado na garganta o não ser eleito pela minha terra.» Em officio ao ministro Fernandes Coelho, demittindo-se da Commissão da reforma administrativa, justifica-se: «Não sou deputado» e referindo-se á perda da eleição por Lisboa, explica-a por ser «*obnoxio a ambos os partidos.*» Angra do Heroismo elegeu-o espontaneamente, e só em 10 de Abril de 1839 é que entrou no parlamento. Logo em 18 de Maio de 1839 appresentou o *projecto sobre a Propriedade litteraria*, cuja ideia surgira no seu espirito, quando para alcançar o desenvolvimento da Litteratura dramatica, entendeu garantir os *direitos de auctor* aos escriptores.

2.º O Conservatorio da Arte dramatica

Pelo decreto dictatorial de 15 de Novembro de 1836 (art. 3.º) fôra creado o *Conservatorio da Arte dramatica*, composto de trez Escholas: de Declamação, ou propriamente dramatica; de Musica; e de Dansa, Mimica e Gymnastica especial. (§ 2.º) N'este estabelecimento era incorporado o *Conservatorio de Musica* fundado na Casa Pia em decreto de 5 de Maio de 1835, (§ 3.º) referendado por Agostinho José Freire. Estatuira-se: «O Inspector geral proporá sem perda de tempo um Plano de Estatutos e Regimento d'estas Escholas, em que pelo systema de premios e ac-

céssos, se fundamente e proteja a Arte dramatica e mais subsidiarias tão abandonadas e perdidas entre nós.» Garrett não pôde logo elaborar estes Estatutos, achando-se absorvido nas violentas luctas parlamentares das Côrtes geraes, extraordinarias e constituintes abertas em 18 de Janeiro de 1837. Em officio de 17 de Dezembro de 1836, dirigido ao ministro do reino dando conta do que de combinação com o compositor Bomtempo effectuara para a organisação do *Conservatorio de Musica*, e com Mr. Paul «um dos mais eminentes actores do Gymnasio de Paris» para a *Eschola de Declamação*, conclue: «Mas a todo este edificio, cujos materiaes estão promptos e prestes a collocar-se, falta a base material, sem o que não se póde progredir, isto é, uma casa para n'ella se collocar o Conservatorio.» Em 23 de dezembro de 1836 o ministro do reino ordenara ao administrador geral de Lisboa para que de accordo com o Inspector geral dos Theatros «designasse um edificio no qual houvesse de ser collocado o Conservatorio.»

Desde esta data até 12 de Janeiro de 1837, em que o edificio do extincto convento dos Caetanos foi dado para séde do Conservatorio, Garrett não se poupara a diligencias, como o declara no citado officio: «Debalde tenho procurado por toda a parte e com o auxilio de auctoridades administrativas, que me têm ajudado, descobrir um local em que podesse collocar-se o Conservatorio, para pedir alguma cousa determinada a V. Ex.ª e lhe não fazer a requisição vaga que hoje sou obrigado a submetter-lhe. — De todos os edi-

ficios publicos de Lisboa, nenhum póde convir a este Estabelecimento se não fôr central; além das outras condições... rogo instantemente a V. Ex.ª que proveja esta urgente necessidade, pois que toda a benevolencia de S. M., todos os desejos de V. Ex.ª, e todos os meus fracos mas zelosos esforços ficarão inuteis sem esta base.—Apenas V. Ex.ª me dê os meios de a obtêr, farei immediatamente subir á sua presença, para ser elevado á soberana approvação de S. M., um plano de Estatutos para o Conservatorio, que tenho trabalhado sobre os de Paris, Milão e Londres applicando-os á nossa pequena escala e circumstancias especiaes de economia.» Sobre esta declaração categorica, veiu o decreto de 20 de Março de 1837, ordenando que o Inspector geral dos Theatros propozesse sem perda de tempo o plano de Estatutos e Regimento, conforme o § 5.º do art.º 3 do decreto de 15 de Novembro de 1836.

Passada a grande lucta parlamentar através de todas as perturbações dos cartistas e da extrema esquerda septembrista, Garrett, approvada e jurada a Constituição de 1838, pôde desempenhar-se do seu compromisso da organisação do *Conservatorio da Arte dramatica*. Em 24 de Novembro de 1838 appresentou ao governo o Regimento do Conservatorio; merecem consignar-se as palavras do relatorio, que o acompanha: «Muitas e *quasi invenciveis difficuldades* se têm opposto ao cumprimento da obrigação que me impõe o art.º 7 do mencionado decreto de 15 de Novembro (1837) mandando-me formar os Estatutos das Escholas do Conservatorio, que

só hoje posso offerecer á regia approvação. De trez Escholas e de um Collegio para alumnos internos se compõe o Conservatorio; só a Eschola de Musica tinha alguns professores quando foi incorporada. Para as outras era mister esperar que as côrtes designassem o numero e os ordenados dos professores; e o provimento das cadeiras, feito por concurso publico, levou muito tempo, e ainda não está completo.» Effectivamente só por carta de lei de 7 de Abril de 1838 se determinaram os ordenados para as trez escholas, e pensões alimenticias para os collegiaes, na importancia de 5:406$000 rs; para o jury dos concursos e dos premios do Conservatorio, só se proveu nos decretos de 1 e 24 de Septembro de 1838. No seu relatorio de 24 de Novembro escrevia Garrett: «Senhora: Dois annos já decorreram desde que V. M., ouvindo benignamente o ministro zeloso e patriota, que em seus conselhos advogou a causa das Artes portuguezas, se dignou estender a sua mão poderosa ao nosso desvalido Theatro. As esperanças de sua regeneração verdadeira estão n'este Conservatorio, que é feitura de V. M., e que poderá ser sua gloria se V. M. se dignar tomal-o debaixo da sua regia protecção, dando impulso a este poderoso meio de Civilisação tão precisa no seu reino, em que as necessidades d'ella já todas se conhecem e desejam, mas em que tão poucos sabem ainda e pódem satisfazel-as, pelo atrazo da publica instrucção.»

Estas palavras generosas de Garrett dirigidas a D. Maria II, então na florescencia dos seus dezenove annos, envolviam uma sugges-

tão para se elevar acima da mesquinha camarilha que a compromettia com conspirações de palacio e traições á patria sob o influxo do Coburgo seu marido, instrumento de Leopoldo da Belgica e absorvente intervenção ingleza. Mas D. Maria II era incapaz de perceber essas palavras; se não fosse uma mulher estupida, pelo poder suggestivo feminil, em vez de desvairados golpes de estado, como a *Belemsada*, *revolta dos Marechaes*, e pedidos de *intervenções* armadas estrangeiras, ella teria creado uma epoca brilhante na Civilisação portugueza, como Philippa Carlota, na côrte de Brunswick, e Amelia Augusta na de Weimar, uma attrahindo Lessing para a obra da creação do Theatro allemão, esta outra abrindo a *Era dos Genios*, cercando-se d'essa plaiade de Herder, Wieland, Goëthe, Schiller! Só a feminilidade tem este poder de concordia. A' malevolencia com que D. Maria II se manifestou sempre contra Garrett (o *Garretti*, como ella escrevia quando lhe tirou a embaixada da Belgica) correspondeu o poeta servindo-a com sinceridade até á morte, glorificando-lhe a dynastia no drama *D. Philippa de Vilhena*. Como mulher, D. Maria II se não fosse privada de educação, de delicadeza de espirito, assim como provocou extraordinarias dedicações dos emigrados politicos, teria exercido uma influencia fecunda nos artistas, poetas e escriptores que appareceram sob o novo regimen. Tendo perdido a mãe aos sete annos, ficou acompanhada de pessoas mercenarias e servís que a bajulavam deixando á solta um temperamento agitado que se brutalisava em uma côrte sem eti-

queta como a do Rio de Janeiro. Tendo nascido cercada de militares que a collocaram no throno, e declarada a sua maioridade aos quinze annos, tornou-se imperiosa e grosseira no trato, acreditando em um fetiche, que a sustentava — a Carta *outorgada* por seu pae, diante da qual nem mesmo a nação existia. Arte, poesia, talento, creação de espirito, tudo isso era letra morta para D. Maria II, que o casamento com o Coburgo mais obcecou, reduzindo-a á funcção de mãe exemplar, que em quanto chocava conspirações dotava a nação com um filho cada anno. N'este fim de 1838 começa uma alta passageira na lucta dos cartistas contra os septembristas; o Coburgo, testemunha da *Belemsada*, convenceu lord Howard e o conde Goblet, que as luctas á mão armada não davam resultado, e seguindo o conselho do rei Leopoldo era melhor ensaiar a corrupção das altas individualidades politicas, litterarias, emfim captar todos os valores moraes. Garrett conheceu o jogo, mas não foi envolvido pelo paço, como o provam as suas demissões de 1841. E' n'esta alta transitoria, que o poeta, dirigindo o Conservatorio, cria essas excepcionaes obras dramaticas como verdadeiros modelos de estudo. Não bastava formar actores, era preciso educar a mocidade portugueza, despertar-lhe o gosto litterario, fazer-lhe comprehender o genio nacional, provocal-a a escrever e a enriquecer o repertorio do Theatro novo. Para conseguir este fim, empregou Garrett dois meios: primeiramente a creação de prémios para os dramas appresentados ao Conservatorio, que merecessem esta distincção; para o

jury dos premios aggregou os principaes escriptores portuguezes, como Herculano, fundando assim a critica dramatica, e elevando o Conservatorio a uma verdadeira Academia. O segundo meio consistia na composição de bellos dramas, como *Um Auto de Gil Vicente*, *D. Philippa de Vilhena*, *Alfageme de Santarem*, escriptos ainda n'esta ligeira trégua que vae de 1838 a 1842, em que o Cartismo toma a fórma pessoal do façanhudo Cabralismo.

No meio das violentas luctas parlamentares, em que sustentou Garrett todas as generosas aspirações do septembrismo, escrevia elle em carta datada de 8 de junho de 1837 a Gomes Monteiro, confessando-lhe: «aborrecimento e fastio de todas as cousas d'este mundo, pêco de trabalho zanguento e *desanimado*, e incapacidade d'ahi resultante para tudo.

«Ha quasi um anno que ainda antes de creada a benefica instituição de Manoel Passos — o *Pantheon* — já eu tinha feito aqui (no Pateo do Pimenta) em um buraco debaixo quasi da terra, uma especie de lura de coelho, o meu *Pantheon à moi*, onde vivo com quatro livros velhos... cultivando o agradavel nojo que tenho tomado a quanto se faz, sobretudo na nossa terra de Portugal. Sahi, apesar d'isso a periodicar sem esperança nenhuma de fazer bem. E não me enganei. Fiz-me depois *palrador em S. Bento*, onde cuidei ao principio que algum se poderia fazer. Enganei-me. Mas já me desenganei e não palro. A prosa é cousa insignificante, meu amigo; e estou com muita vontade de tor-

nar aos versos. Mas d'onde me hade vir o animo?

«Por ora, e *en attendant* não faço nada; tenho um quintalejo em que me entretenho, cultivando flores; e é hoje a unica cousa a que tenho algum apêgo.» Os topicos d'esta carta, que traz como localidade *Pantheon*, revelam-nos uma nova phase da vida intima de Garrett. Estava já desde junho de 1836 separado definitivamente de sua mulher por accordo mutuo: «convenção amigavel e verbal, que já em junho de 1836 haviam feito, tendo-se então — Garrett obrigado a dar — a sua esposa uma mezada, para seus alimentos... na proporção de seus meios, que são unicamente os ordenados que — percebe como empregado publico, porque não ha outros no casal.» [1] Garrett fôra nomeado em 30 de Septembro de 1836 Juiz do Tribunal do Commercio de segunda instancia, entrando em 9 de Novembro em exercicio; era o seu ordenado um conto e duzentos mil reis, e d'elle tirava a mesada para D. Luiza Candida Midosi: «reconhecendo mutuamente a impossibilidade de fazerem vida commum pela incompatibilidade absoluta de genios e condições...» N'esta parte Garrett deixou-se carregar com responsabilidades, que pezavam gravemente sobre o pórte de D. Luiza.

No seu lar isolado do Pateo do Pimenta, [2]

---

[1] Da Escriptura de separação, de 10 de Outubro, de 1839. Amorim, *Mem.*, II, p. 204 a 208.

[2] Ainda em 13 de Septembro de 1837 morava na rua de San Francisco, n.º 40, como se vê da carta dirigida ao Cons. Costa e Sá.

Garrett sente vontade de voltar á poesia, mas não sabe d'onde lhe hade vir o animo. N'este tempo Garrett sahira a *periodicar*, como elle diz, com o *Entre Acto, jornal de Theatros;* por ventura n'este meio que frequentava, é que se passou a aventura amorosa com uma dansarina estrangeira, da qual mais tarde lhe appareceu um filho vindo da America, como refere Amorim, (*Mem.*, III, 37) que pretendia usar o seu appellido.

No *Memorandum* (vol. ms. in-4.º de 8 202 pag.) enunciando pelos peccados mortaes os seus primeiros sete namoros, ahi se lê:

7 — Priguiça: *Lady Pag.*[t]

Esta abreviatura parece referir-se mnemonicamente á dansarina com quem se encontrava no Alfeite e Corroios: *Pageant* é o nome que no velho theatro inglez se dava ao carro que levava os actores e o scenario das representações ambulantes. Terminaria a aventura pela preguiça que poz termo ás digressões á Outrabanda? No *Entre Acto*, dava Garrett com summo gosto conta das recitas de San Carlos, sobre que recebia cartas de damas e a que respondia dando-se por «um pobre doente, consumido de cuidados e desgostos, ermitão desenganado d'este mundo...» Mas havia uma alma feminina que se sentia attrahida para elle; e referindo-se a uma Canção da Opera os *Puritanos*, diz que as suas coplas são: «tão lindas e tão viçosas como as primeiras flores de *esperança de um amor nascente*. Ponho-as aqui, não traduzidas, mas como ellas me fizeram *cá dentro* ecco, nas recordações e nas saudades de certa historia que *eu sei*, eu e mais alguem... E o leitor

que lhe importa com isso? Importará talvez a *leitora*...» Este fio nos explica os versos *A minha rosa*, 183? que incorporou depois nas *Flores sem fructo*, que são esse ecco de dentro, *essa esperança de um amor nascente:*

Quem, se uma vez poz os olhos
N'aquella face tão bella,
Não viu n'ella a sua estrella,
Rainha dos seus amores?
Em seus labios um sorriso
E' a luz do paraiso;
E o córar da face linda
E' desabrochar de rosa,
Que a manhã, com sua vinda,
Debruçou na hastea mimosa
Para inveja das mais flores,
—Assim fôra ella — singella
A minha rosa tão bella,
Nem mudasse assim amores
Com as outras, folhas e côres?

Tinha dezoito annos a mulher que inspirou estes versos a Garrett, e que lhe entregou o seu primeiro e absoluto amor. Seria Garrett o seductor de uma criança ingenua, deslumbrada pelo seu talento? Não; Garrett é que era o seduzido, como vêmos com outros amores pouco antes d'esta crise da sua vida. A poetisa franceza M.elle Pauline Flaugergues, preceptora das filhas da Infanta D. Anna de Jesus Maria, admirava immensamente Garrett, celebrando-o em uma poesia da collecção *Au bord du Tage;* sobre o que escreveu Amorim: «Alguem disse que as musas serviram de medianeiras para que entre o poeta e a poetisa se estabelecesse *affectuosa intimidade.*» (*Mem.*, II, 238.) Camillo no opusculo *Carlos Ribeiro* diz que ella não era esquiva

com os escriptores. O encontro de Garrett com a familia da menina, que tinha uma quinta em Bemfica, seria originado nas festas da quinta do Pinheiro? e d'ahi as suas visitas em Lisboa, a D. Jeronyma Deville, mãe d'ella.

Como começaram os amores de Garrett com Adelaide Pastor? Conservou Bulhão Pato essa noticia, fallando da «singular criança de dezoito annos, cheia de talento, primorosamente educada, bella e sobretudo fina, que se enamorara perdidamente do genio e da viuvez de coração de Almeida Garrett, cujo nome era saudado nos jornaes, applaudido no theatro, coroado no parlamento e nas academias!

«Elle emprestou-lhe a *Nova Heloisa* do apaixonado João Jacques. O livro levava a lapis umas notas intencionaes.

«Adelaide respondeu a ellas; e um dia, cega, arrebatada, perdida, pungido o coração que exhaurira, na ancia de amar, as derradeiras notas de prazer, deixou tudo, tudo... o enleio das suas phantasias virginaes, o ambicionado futuro de uma união santa, o mundo e a fama, e o seio materno, para refugiar-se, transportada, nos braços do genial poeta! [1]

---

[1] Amorim (*Mem.*, II, 319) confirma a tradição conservada por Bulhão Pato: «Quaesquer que fossem os motivos que influiram n'esta gentil senhora, o certo é que, aos dezoito annos de edade, se são verdadeiras as datas postas no seu tumulo, ella votou alma e vida ao poeta, acolhendo-se ao placido retiro do Pateo do Pimenta; e que ali foi amada e feliz, quanto é possivel...» No tumulo no cemiterio do Alto de S. João, lê-se na inscripção: *N. a 24 de Novembro de 1819.*

«Quem lhe não havia de perdoar o seu erro, o seu crime — se crime foi — redimido por tamanho amor!» (*Mem.*, t. I, p. 210.) Foi como Francesca di Rimini, que se perdeu na leitura do poema de *Lancelot*. Como ella, tambem Adelaide não leu mais as notas a lapis da *Nova Heloisa*. Desde que ella conversou com Garrett, e lhe ouviu a voz harmoniosa e attrahente ficou envolta na sua atmosphera de fascinação, e por Março de 1837 fugiu para a casa solitaria do poeta no Pateo do Pimenta. A austeridade moral, n'esse organismo forte de trinta e outo annos, seria uma brutalidade inqualificavel. E ser amado assim! era uma apotheose unica, e quando a fraqueza de Luiza o forçara a uma separação irrevogavel! Adelaide atirou-se áquelle oceano de sentimento, e não se enganou. Quando em casa de Adelaide deram pela falta d'ella, a mãe, D. Jeronyma Deville, foi procural-a ao Pateo do Pimenta a casa de Garrett para a trazer comsigo. Passou-se uma scena rapida; á primeira exigencia o poeta appresentou-lhe a filha, deixando ao seu arbitrio o ficar ou acompanhar a mãe. Adelaide declarou com decisão que ficava. Dizia um contemporaneo de Garrett, que contava esta scena, o advogado Freitas Má-lingua: «Adelaide não quiz ir com a mãe; ella já tinha comido as cebolas do Egypto.» A situação de Adelaide era excepcional; quando D. Jeronyma Deville casara com o negociante Pastor já tinha essa filha, que não fôra legitimada no acto de matrimonio. Seria a consciencia da situação na familia, que determinaria a sua resolução extrema? Tudo se lhe perdôe, por que amou

muito. Ella aqueceu o coração de Garrett para a creação de novas obras de arte, e prendeu-o á vida por uma filha, que sobreviveu a ambos.

Tinha sido a paixão pela arte, pela poesia, que levara Adelaide para Garrett; o poeta reconhecia-lhe o seu elevado sentimento e aspiração ao ideal, e era de arte que lhe fallava, quando a acompanhava para Bemfica, aonde ia convalescer, na quinta da Buraca, pertencente ao negociante Pastor. Trabalhava em 1840 Garrett na coordenação do *Romanceiro*, e dedicou a *Adelia* (fórma poetica de Adelaide Deville) o romance intitulado *Bernal francez* na sua elaboração artistica. A pequena Ode da dedicatoria, tem por data — *Bemfica, 12 de Maio de 1840*; n'esses versos deixa entrevêr, que Adelia o afastava da contemplação da natureza para a concepção de um poema de gloria, ao que responde:

Na escarpada, selvatica brenha
Não se colhem senão rudes flores,
Bem o sei — crescem-lhe hirtas na grenha,
. . . .
Mas são flores que nascem na serra
Onde todo o seu mundo se encerra,
Porque ahi tem — o seu bem — seus amores.

(*Rom.*, I, 101-3.)

Quando o poeta publicou este volume do *Romanceiro* em 1843 já Adelaide tinha fallecido; com data de 15 de Outubro de 1842, escreveu estas linhas cheias de piedade no prologo do *Bernal francez:* «No verão de 1840, quando aprompteí para a presente

edição esta parte do volume, dediquei o *Bernal francez* a uma joven senhora, que juntava a outras admiraveis qualidades a de possuir, no mais eminente gráo que ainda encontrei, o sentimento do bello, do grande, do verdadeiro nas artes. Este romancinho era o seu valido d'entre as minhas escreveduras poeticas: consagrei-lh'o... Hoje é um monumento! bem pobre e mesquinho para *memoria de tanta saudade!*

«Todavia o seu desejo e empenho era que eu fizesse uma verdadeira Epopêa, e me deixasse d'estas cousas que nunca podiam passar de bonitinhos. A perda de D. Sebastião em Africa era o assumpto que me dava; dizia — e dizia bem — que devia ser o reverso da medalha dos *Lusiadas*, e que podia ser o mais popular e nacional de todos os poemas portuguezes depois d'aquelle.» [1]

No seu testamento falla Garrett da desditosa Adelaide, com uma emoção commovente: «uma donzella honesta, hoje falecida, *cujo nome occulto por consideração e respeito para com a sua memoria*, e por que essa unica fraqueza em sua vida recatada e exemplar, terá merecido a esta hora a suprema indulgencia, assim como deve merecer a dos homens.» (*Obr. comp.*, II, 828.)

Este episodio na vida de Garrett, que se

---

[1] Amorim, (*Mem.*, II, 388) referindo uma conversa de Garrett, escreveu: «Muitas vezes me dizia: *D. Sebastião* em poema, e a *Castro*, no theatro, fazem-me umas cócegas!... Se alguma vez podér, deito-me a elles ambos, já que ninguem lhes péga.» A suggestão de Adelaide não se apagara no seu espirito.

sanctificou pelo soffrimento e pela morte de Adelaide, exerceu nas suas faculdades artisticas um fecundissimo influxo. Nos odios e luctas dos partidos politicos e abalos das revoluções, Garrett sentiu-se sempre sustentado por um ideal artistico, que o levou a realisar as suas obras mais bellas. Adelaide, n'este curto periodo da sua vida de 1837 a 26 de Julho de 1841, em que faleceu, achou-se sempre assaltada pelas doenças da maternidade; o filho primogenito, Nuno, nascido em 25 de Novembro de 1837, succumbe em 9 de Fevereiro de 1839; o segundo genito, João, apenas viveu de 6 de Novembro a 16 de Dezembro de 1839; depois do nascimento de Maria Adelaide, a herdeira do poeta, em 14 de Janeiro de 1841, é que a mãe sempre doente expira com vinte e dois annos. Bem verdadeiras se lhe tornaram as palavras da Imitação: «*In amore non vivitur sine dolore.*» O que torna necessario accentuar este episodio affectivo, é o seu reflexo no espirito de Garrett, que reconheceu em Adelaide o sentimento do bello em um grão eminente. Nas suas doenças Adelaide ia convalescer para Bemfica, para a quinta da Buraca, do seu padrasto o negociante Pastor, cuja familia acatava esta união de Garrett. Foi ahi em Bemfica, n'esse refugio piedoso que datou Garrett muitas das suas principaes obras; o *Auto de Gil Vicente*, tem no prefacio: Bemfica, 24 de Agosto de 1841; *O Alfageme de Santarem*, traz no prefacio: 1 de Outubro de 1841, lendo-se no texto: «Delineou-se este drama em meados de 1839, e effectivamente se compoz agora.» E pouco mais de dois mezes an-

tes do falecimento de Adelaide, dedica-lhe o romance do *Bernal francez*, que ella tanto preferia, subscrevendo: « Bemfica, 12 de Maio de 1841. » Foi em Bemfica, em 1843, quando Garrett conservava ainda a memoria piedosa d'aquella donzella honesta, já falecida, que elle concebeu o *Frei Luiz de Sousa* com a visão d'aquella filha que terá vergonha do seu nascimento; e foi em Bemfica, na quinta do Pinheiro, que essa inimitavel tragedia teve a sua primeira representação. Toda a actividade e assombrosa creação artistica de Garrett, de 1837 a 1844, passa-se amando e soffrendo junto de Adelaide, e guardando o culto da sua dolorosa recordação, que uma imprevista fatalidade o fará abjurar.

Sigamos o estadio da sua complexissima actividade.

Nomeado Inspector geral dos Theatros, em 22 de Novembro de 1836, a sua posição official e preponderancia entre os actores davam-lhe ensejo para regressar á vocação dramatica revelada nos seus primeiros annos. Abandonando a poetica dos tragicos francezes do seculo XVIII, competia-lhe iniciar a applicação das doutrinas do Romantismo; e o espirito que idealisou a *Merope* e *Catão*, teve o rasgo genial de consubstanciar em um drama a nova emoção artistica e o pensamento da restauração do Theatro nacional. O desterro e as duas emigrações em Inglaterra e França, e a missão diplomatica em Bruxellas, patentearam-lhe novos horisontes, o espirito do tempo penetrou-o e fel-o — « Olhar para a restauração ou antes fundação do nosso Theatro como para um objecto santo e sublime,

uma questão de independencia nacional.» (*Obr.*, III, 303.) Dominado por esta ideia escreveu Garrett o seu primeiro drama romantico; intitulava-se no primeiro esboço *A Côrte de Dom Manoel*, destacando-se no fundo d'esse quadro apparatoso a figura do creador da scena portugueza Gil Vicente. Garrett sentia a sua solidariedade esthetica com o creador da Arte rudimentar, mas profundamente nacional, e o culto do poeta quinhentista appareceu-lhe como a personificação sublime do theatro portuguez. Já desde 1833 se conhece pela correspondencia de Garrett o interesse que lhe suscitou a noticia de ter apparecido na bibliotheca da Universidade de Goethingen um exemplar das Obras de Gil Vicente, da edição de 1562; em carta a Gomes Monteiro pedia-lhe informações d'esse achado, e noticias do seu amigo José Victorino Barreto Feio, que fôra a Hamburgo imprimir a sua traducção de Tito Livio. Effectivamente no anno de 1834, foram publicadas em Hamburgo as Obras de Gil Vicente, correctas e emendadas pelo cuidado e diligencia de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro, na Officina typographica de Langhoff, em 3 volumes. Decidida acção exerceu a publicação dos Autos de Gil Vicente no impulso da restauração do Theatro portuguez: restituia a tradição dramatica do seculo XVI authentica e completa. Comparando-se a reimpressão de Hamburgo com o texto de 1562 vê-se que tem muitas inintelligencias de leitura dos apagados caracteres semigothicos, e o estudo critico sobre a vida de Gil Vicente pouco adianta ao que em 1817 escrevera Aragão Morato na *Memo-*

ria sobre o Theatro portuguez. Garrett comprehendeu admiravelmente a ideia fundamental implicita, fundando o seu primeiro drama em um episodio da vida de Gil Vicente. Em um artigo do jornal litterario, *O Panorama*, de 13 de Maio de 1837, intitulado *Origens do Theatro moderno: Theatro portuguez até aos fins do seculo* XVI, fazem-se louvaveis referencias á edição de Hamburgo. Seria este estudo que despertaria de novo a attenção de Garrett para a obra de Gil Vicente, que elle, desde 1833 até ao seu regresso a Portugal em 1836, não tivera um momento de descanso para trabalhos de litteratura. Em 1837 estava Garrett em convivencia com José Victorino Barreto Feio, uma das figuras mais proeminentes e sinceras da Revolução de Septembro; e por elle obteria um exemplar da edição de Hamburgo e essa faisca de enthusiasmo que levou Garrett a uma quasi improvisação, em menos de um mez.

No *Catalogo dos Autographos* de Garrett publicado pelo Dr. Carlos Guimarães, o manuscripto do drama *Um Auto de Gil Vicente* tem a seguinte indicação: «Rascunho começado em 11 de Junho de 1838 e acabado em 10 de Julho do mesmo anno.» Observando o seu texto, diz o catalogador: «Os seus autographos, fluentes, ao correr da penna, attestam a admiravel espontaneidade de sua composição. Um mez incompleto promiscuamente com tantas occupações e preoccupações,—lavores constantes da sua inquieta existencia—foi-lhe bastante para a composição do drama *Um Auto de Gil Vicente.*» (*Helena*, p. L.) O valor do drama, a despeito de menos interesse

theatral ou de qualquer incongruencia historica, consiste indiscutivelmente na invenção. Com uma excepcional intuição leu a rubrica historica da tragicomedia das *Côrtes de Jupiter* e achou o quadro do seu drama; lê se na rubrica inicial: «A Tragicomedia seguinte foi feita ao muito alto e poderoso Rei D. Manoel, o primeiro em Portugal d'este nome, á partida da illustrissima Senhora Iffanta D. Beatriz, Duqueza de Saboya: da qual sua invenção é: Que o Senhor Deus, querendo fazer mercê á dita Senhora, mandou sua Providencia por mensageira a Jupiter, Rei dos Elementos, que fizesse Côrtes, em que se concertassem Planetas e Signos em favor da sua viagem. Foi representado nos Paços da Ribeira da Cidade de Lisboa, éra de 1519.» Até aqui o scenario apparatoso; o drama nasce de uma pequena circumstancia achada por Garrett, que elle genialmente liga com a lenda dos amores do poeta Bernardim Ribeiro com a infanta D. Beatriz. No fim da tragicomedia, depois de comparecerem os Elementos, Jupiter, Marte, Sol, Lua, Venus, apparece uma Moira encantada chamada Taes: «a qual entra com terçado e *annel* e *dedal de condão*, entrega-os á joven Duqueza de Saboya, dizendo, que o *annel* lhe dará tudo quanto pedir e lhe descobrirá todos os segredos.» Sobre estas duas circumstancias architectou Garrett o novo drama; introduz Bernardim Ribeiro hallucinado pela perda dos seus amores, entrando em scena disfarçado sob a figura da Moira Taes, depois de illudida a boa fé de Gil Vicente, e em vez de entregar á Infanta D. Beatriz o *annel* de con-

dão mette-lhe no dedo a antiga e agora inutil prenda de amor que recebera. A invenção é feliz e delicada, fundando sobre esta situação o segundo acto. O terceiro acto funda-se na suspeita dos ardilosos Embaixadores italianos, que procuram certificar-se da paixão do poeta Bernardim Ribeiro, que entrevêem. Sobre este lance é que Garrett finalisou o drama com verdadeira mestria.

No momento em que Garrett elaborava o seu drama, Herculano descobrira na bibliotheca da Ajuda, cuja direcção lhe entregara o Coburgo, um manuscripto descrevendo a partida da Infanta D. Beatriz para Saboya, e por esse documento se conhece que o Duque D. Carlos separou a esposa D. Beatriz dos cavalleiros portuguezes que a acompanhavam e os tratara muito mal. Herculano ligou muito valor a esta relação manuscripta, e publicou-a por inteiro no (*Panorama*, III, 276): «porque d'ella se pódem deduzir violentas suspeitas que favoreçam a tradição dos amores da Infanta com o poeta.» Apesar de Garrett ter escripto o *Auto de Gil Vicente* de Junho a Julho de 1838, e Herculano publicar o documento alludido em 31 de Agosto de 1839, é innegavel que lhe fôra communicado fortificando-o na realidade da lenda amorosa. No prologo do *Romanceiro* Garrett escreve: «O snr. Herculano, bibliothecario da real bibliotheca da Ajuda—tambem me tem ajudado não pouco com os seus *preciosos achados*, que no seu incessante lavrar das minas archeologicas, tem encontrado e *repartido commigo*.» Pelo seu lado Herculano dando publicidade á descripção da Ida da Infanta,

faz uma referencia ao drama como quem se compraz de ter contribuido para elle: «Estes amores, celebrados já por Faria e Sousa, deram ainda ha pouco materia ao — em tudo — primeiro drama dos que vieram começar a época do renascimento do nosso Theatro — o *Auto de Gil Vicente* do sr. Garrett. Esta tradição tão poetica, andava sepultada por livros velhos, antes de apparecer no theatro, onde se tornou popular. O genio a restituiu á memoria dos homens, dando-lhe nova vida e novas galas e formosura.» E' consoladora esta consagração da iniciativa de Garrett, a par da surda hostilidade de auctorisados academicos e rhetoricos.

A lenda dos amores de Bernardim Ribeiro com a Infanta D. Beatriz desfez-se em 1895 diante da luz historica de um documento de 1642, achado pelo professor Antonio Maria de Freitas, e em confronto com os dados genealogicos da familia dos Zagalos tambem descobertos pelo insigne linhagista visconde de Sanches de Baena, [1] e reforçados com outros documentos da Torre do Tombo. Por esses achados archeologicos sabe-se que Bernardim Ribeiro, filho de Damião Ribeiro, recebedor das rendas da Casa do Duque de Viseu, nascera em 1482; tinha por tanto vinte e dois annos quando nasceu a Infanta D. Beatriz, e trinta e nove annos quando ella casou com o Duque de Saboya. Mas a lenda tem um fundo de realidade, restabelecendo as circumstancias que a tornam o facto verdadeiro, que estava

---

[1] *Bernardim Ribeiro*, Lisboa, 1895, in-4º, de 49 pag.

confundido. Durante as perseguições de D. João II contra os que se achavam envolvidos na conspiração do Duque de Viseu, a mãe de Bernardim Ribeiro, D. Joanna Dias Zagalo, refugiou-se em Cintra em 1484 na quinta dos Lobos de seus primos Desembargador Antonio Alvares Zagalo e D. Ignez Zagalo; ahi cresceu a criança até aos treze annos, e sob o governo de D. Manoel, que rehabilitou as familias perseguidas, Bernardim Ribeiro veiu para a côrte, tendo recebido uma doação regia das Terras e Azenha de Ferreiros para seguir os estudos juridicos da Universidade de Lisboa, que cursou de 1506 a 1512. Pelo nascimento da Infanta D. Beatriz, viera servir-lhe de ama D. Ignez Dias Zagalo, sua prima e mãe da formosa Joanna Tavares Zagalo, a *Aonia* por quem Bernardim Ribeiro se apaixonou, e cujos amores refere sob allegorias pastoraes no livro da *Menina e Moça*. Quando a Infanta D. Beatriz partiu para Saboya, a situação moral de Bernardim Ribeiro era muito tragica; apesar do seu profundo amor pela prima D. Joanna Tavares Zagalo, o rei D. Manoel casara-a com Pero Gato, filho do Capitão de Çafim, que pouco depois de um anno morrera mysteriosamente assassinado. Joanna Zagalo na sua viuvez e sob grandes soffrimentos nervosos foi recolhida no mosteiro de S. Clara em Extremoz, occultamente, e sua mãe partia para a Italia acompanhando como ama a Infanta D. Beatriz, e de lá escrevia em data de 15 de Agosto de 1522 a D. João III, recommendando-lhe a filha. Bernardim Ribeiro não sabendo onde estava Joanna Zagalo, iria na sua angustia a Saboya

saber da mãe d'ella, D. Ignez Dias Zagalo, o destino ignorado; foi no seu regresso por 1524, que o poeta cahiu na loucura, de que não mais saíu até á sua morte em 1552. [1] Pela indicação d'estes factos fica justificado o syncretismo tradicional da Infanta D. Beatriz em vez de D. Joanna Zagalo. Mas com a dissolução da lenda dos amores principescos do poeta em nada fica prejudicado o *Auto de Gil Vicente;* se fosse preciso restituir á verdade a situação dramatica, elle penetrava em scena mascarado, não para se despedir da Infanta, mas para descobrir se D. Joanna Zagalo, que lhe fôra escondida e que elle ignora aonde está occulta, irá com sua mãe, ama da Infanta, para Saboya. E não a descobrindo ahi na festa da côrte, a bordo da náo Santa Catharina do Monte Sinay, no saráo da noite de 6 de Agosto, vespera da partida, que ahi se deu, é que no seu desespêro se arroja ao mar. Um simples retoque em algumas phrases, tornavam este drama historicamente verdadeiro.

Quando Garrett o concebeu, fixou a sua importancia mais no quadro espectaculoso, do que no episodio apaixonado; elle o confessa: «Foi em Junho de 1838. O que eu tinha no coração e na cabeça — a restauração do novo Theatro, seu fundador Gil Vicente, seu primeiro protector el-rei D. Manoel, aquella grande epoca, aquella grande gloria, de tudo isto se fez o drama.» (*Obr.*, III, 148.) Eis como

[1] A relação d'estes factos biographicos com as obras do Poeta estão tratadas no livro *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*. Porto, 1897.

Garrett tracejou este gracioso quadro, matisado com o interesse dos amores de Bernardim Ribeiro: Passa-se o primeiro acto em Cintra; no páteo do palacio está Pero do Porto ou Pero Çafio, talvez algum cantor da Capella real, pois que na tragicomedia vem citado n'estes versos:

> Com elles Pero do Porto
> Em figura de çafio,
> Meigo congro d'este rio,
> *Cantando* mui sem conforto...

Pero do Porto está estudando o papel que hade representar nas *Côrtes de Jupiter;* anda de um para outro lado trauteando o romance popular que Marte offerece para perpetuar a partida da Infanta: «Niña era la Iffanta, etc.» A madrugada mal despontava, e quando resmungava contra estas coplas ensoadas por Gil Vicente, vê sahir o poeta Bernardim Ri-Reiro todo embuçado e de cara coberta pelo sombreiro, vindo acompanhado por Paula Vicente. O poeta acabara de ter os ultimos colloquios com a Infanta; n'essa mesma noite seria o magnificente saráo da partida a bordo da náo Santa Catharina. Bernardim quer esconder-se de Pero do Porto, mas entram em conversa, o poeta devaneando largamente e Pero respondendo-lhe com alvar bom senso. De repente a conversa anima-se:

«BERNARDIM:—Levam mascara as figuras?

PERO: – Mascara! Só se fôr a Moira Taes, a Moira encantada que vem nó fim. E' verdade, sim, de mascara hade ir a moira Taes, a que entrega o *annel* á Infanta Duqueza.

BERNARDIM:—Como disseste? Um *annel?*»

Illumina-se a alma do poeta com esta descoberta; é d'aqui que nasce o interesse do drama, e sobre o qual se tece a intriga do primeiro acto. Bernardim sáe apressado, por que os Embaixadores italianos andavam já tomando o frêsco nas avenidas do parque de Cintra.

Eis que chega o italiano Chatel, vem arteiramente para fazer fallar Pero Çafio: pergunta-lhe pela Duqueza: «E' muito moça a Infanta; e tem comtudo um cabedal de instrucção, que admira. (Alludindo a seu mestre e amante Bernardim Ribeiro.) Lê muito, folga com livros de Cavalleria e Cancioneiros; (Alludindo ao livro das *Saudades*) protege muito os homens de letras... A proposito, que é feito do seu mestre de litteratura e poesia?» Pero Çafio apesar da sua pouca argucia não escorrega, e logra Chatel, o secretario da Embaixada.

D. Manoel entra com a Infanta D. Beatriz e toda a côrte para passear nos jardins de Cintra, discorrem sobre as navegações e conquistas de Portugal; a Infanta cansada pede para ficar atraz da comitiva acompanhada por Paula Vicente; el-rei manda que o bispo de Targa lhe faça companhia. D. Beatriz, para confidenciar com a sua amiga, despede o Bispo e manda-o para as suas devoções. Ficam ambas sós; a Infanta conta a extrema angustia em que se acha ao arrancarem-a ao seu amor e casarem-a com um princepe extranho, para longes terras. O acto é pequeno e pobre de situações, mas animado.

O segundo acto passa-se com todo o apparato nos paços da Ribeira, onde de facto se

representou a tragicomedia das *Côrtes de Jupiter.* Paula ama silenciosamente Bernardim Ribeiro; sente-se humilhada pelo mister de actriz. N'isto recebe um bilhete do apaixonado trovador, pedindo para obtêr-lhe a permissão de entrar na sala do ensaio. A' ultima hora a actriz Joanna do Taco não quer desempenhar o papel da Moira Taes, por que deu-lhe para embirrar com as palavras mascavadas dos versos que tem de recitar. Este nome de Joanna do Taco foi tomado das allusões de Gil Vicente. Os caprichos dos actores impacientam Gil Vicente, e Paula manda entregar a Bernardim Ribeiro um fato para poder entrar sob pretexto de figura do Auto. E' no meio do ensaio que chega o exaltado poeta; Gil Vicente cuida que elle vem simplesmente para vêr a Tragicomedia, e maravilha-se quando sabe que é para entrar na peça e representar no tablado. Paula arranja-lhe o papel de Moira Taes, que é representado com mascara. Depois de estarem todos a póstos, um pagem avisa que El-rei já está na sala do docel. Começa a representação do Auto; chega afinal a vez de Bernardim Ribeiro ir ajoelhar-se diante da adorada Infanta, e de metter-lhe no dêdo o *annel de condão*, recitando os arrevesados versos da Moira encantada. Exaltado e fervente, Bernardim prorompe em um lyrismo fogoso, que assusta a Infanta Duqueza, e os que sabiam do segredo. Gil Vicente diz á parte: «Endoideceu! estou perdido. E o meu Auto, o meu nome! E os italianos! Deus se compadeça de mim.» A Infanta desfalece; alli terminava o Auto, mas a côrte levanta-se interdicta E' então que

nascem as suspeitas do Secretario da embaixada italiana.

O terceiro acto passa-se a bordo do galeão Santa Catharina; as scenas são conversas e despedidas; Garcia de Resende suspira pela côrte de D. João II. A Infanta fica sósinha na recamera da náo, lendo o Livro das *Saudades*. Garrett, pelo seu alto tino esthetico, escolheu o episodio do Rouxinol que veiu poisar-se em um ramo, e d'alli se pegou a cantar, a cantar, e cahindo na corrente foi levado sobre a veia da agua. Paula Vicente vem tambem despedir-se e confidenciar com a Infanta; Bernardim Ribeiro apparece na recamara, Beatriz desfalece. No maior transporte apparece o séquito de D. Manoel atravessando o passadiço que dá da terra para a náo. Bernardim, no extremo enlêvo, demora-se a declarar ainda um sentimento; torna-se já impossivel a sahida; El-rei vem perto; vê-se quasi irromper o escanhalo, o galeão começa a mover-se, e é então que Bernardim Ribeiro, protegido pela escuridão da noite, se atira repentinamente ao mar.

E' impossivel fazer mais e tão idealmente com tão poucos elementos historicos. O *Auto de Gil Vicente*, na sua belleza, ensina como se elaboram as tradições, e se emprega a linguagem pittoresca do drama. Garrett patentêa esse segredo da linguagem dos seus dialogos, e que ajuda tanto o actor na declamação; exemplifica-o este monologo de Gil Vicente:

« Oh Paula, Paula, que me dirás tu d'aquelles versos da Providencia.

PAULA, *(seccamente)*: Que eu fiz.

GIL VICENTE, *(resentido):* Que fizeste, não ha duvida, foste tu; quem t'o nega? Fizestel-os para gloria de teu pae, que te creou, *(com lagrimas nos olhos)* que te trouxe ao colo, te serviu de pae e de mãe... Levou-nol-a Deus, tua mãe, eu fiquei para te velar as noites ao pé do teu berço, roendo nas unhas muita noite de inverno, e fazendo trovas em quanto dormias, accalentando-te quando rabujavas. — Fizeste, Paula, são teus os versos; e eu que em ti puz minhas esperanças, ensinei-te quanto sabes, dei-te mestres de tudo. Poucos letrados sabem tanto em Portugal; d'isso te presumes e tens rasão; mas eu é que te fiz o que és, minha filha; cuidei que te lembravas mais d'isso que dos versos que compunhas...» (Act. II, sc. 3.) Este trecho, um dos mais bem escriptos do drama, encerra a expressão de dôres que têm de mover todas as gammas da declamação.

O modo como foi representado *Um Auto de Gil Vicente*, na memoravel noite de 15 de Agosto de 1838 é tambem um titulo de gloria para Garrett; elle foi o principal ensaiador. Os actores portuguezes do Theatro da rua dos Condes eram então dirigidos por Emile Doux, de uma companhia franceza que viera a Portugal; Garrett como Inspector geral dos Theatros seguia este aperfeiçoamento scenico e entendeu cooperar na parte litteraria. O critico da *Chronica litteraria* de Coimbra accentúa estas particularidades: «O sr. Garrett entendeu o mandado com vistas mais largas: só lhe haviam encarregado inspeccionar os theatros, elle resolveu dar-lhes vida; havia sido nomeado para conservar restos que ain-

da existiam, elle determinou formar com estes mesquinhos cabedaes um novo edificio, começar nova éra theatral. E não foi sómente com preceitos que trabalhou para tal reforma; mas sim deitou mãos á obra abrindo caminho que ha muito ninguem se atrevia a trilhar... Lançou mão de *alguns actores ainda mal ensinados, e que um estrangeiro havia amestrado* a recitar mal pessimas traducções, e lhes entregou como victima para o sacrificio, um drama composto por elle. A impaciencia e genio do poeta dobrou o cantor de Camões *a ensaiar pessoalmente* a linda comedia *Um Auto de Gil Vicente;* a delicadeza do homem cortez forçou elle a soffrer submisso as intrigas de bastidores, que só avalia quem de perto as conhece. Mas tantos trabalhos teve por bem empregados quando universaes applausos amostraram ao auctor de *Catão* o aprêço em que todos tinham aquella nova obra, e os cuidados que lhe devera a sua execução. — Da representação do *Auto de Gil Vicente,* data uma nova época theatral; é a meta que separa o theatro antigo do começo da sua restauração. As palmas dadas a esta comedia, repercutidas em muitos corações, foram uma faisca que despertou no peito da juventude portugueza o estro dramatico...» Este artigo assignado com as iniciaes A. B., era escripto por um joven academico e septembrista, Anselmo José Braamcamp, que veiu a ser individualidade preponderante na ultima remodelação d'esse partido. A impressão causada pelo *Auto de Gil Vicente* foi profunda. No seu prologo escreveu Garrett: «E o desempenho todavia foi além das mi-

nhas esperanças. Os actores fizeram gosto de cooperar n'este primeiro impulso para a libertação do theatro, e obraram maravilhas.

«O publico entrou no espirito da obra e applaudiu, não o auctor, mas certo e visivelmente, a ideia nacional do auctor.» Para a creação d'este monumento, entendia Garrett que convinha *formar o Repertorio nacional*, suscitando as novas vocações á composição dramatica, pela impossibilidade de se fundar um theatro só com traducções. Escreve em nota: «Esta convicção me fez provocar o decreto de 12 de Outubro de 1838, que facilitou os premios do Conservatorio real para as peças originaes, e me fez aturar os despeitos e malquerenças que d'essa instituição resultaram. Todos os que, levados do impulso que effectivamente se tem dado a este genero de litteratura, ahi têm escripto para o theatro, *experimentaram a desinteressada vontade, e quasi abnegação propria com que procurei auxilial-os.*» Garrett teve de lêr todos os dramas que concorreram ao Conservatorio, retocando-os, e por vezes reescrevendo-os completamente como o *Camões do Rocio*, [1] de

---

[1] No Relatorio sobre as peças que o Conservatorio considerou dignas de serem submettidas ás provas publicas, lê-se sobre a comedia *O Camões do Rocio*: «Vamos á comedia classica de costumes, intitulada O Camões do Rocio. — *O merito d'esta composição*, de um genero seguramente mais difficil na litteratura do que esse outro todo de paixões violentas e sanguinarias, *deveu muito a este Conservatorio, na fabula, no estylo, na conducção das scenas, na ordem total do drama, — em summa no desenho e no colorido d'esse bonito quadro, concorreu tanto para que* seu appli-

Feijó, e o *Amor da Patria*, que se tornou a *D. Philippa de Vilhena*.

Servindo ainda este pensamento, continúa Garrett na referida nota B ao *Auto de Gil Vicente:* «Para os animar (os novos escriptores dramaticos) e proteger, propuz e consegui fazer passar na Camara dos Deputados a *Lei da Propriedade litteraria*, que lhes segurava o rasoado premio de seus trabalhos; e se passar na outra Camara, estou certo que basta ella para nos dar um Theatro nacional. Infelizmente a lei tem-se demorado quatro annos. Quiz supprir a sua falta formando uma especie de Associação de *seguro-mutuo* entre Auctores para se protegerem contra as duras e *proverbiaes* tyrannias dos emprezarios. E communicando o meu plano aos snrs. A. Herlano e A. F. de Castilho, que por tantos motivos eu desejava se pozessem á frente da associação, chegou ella a estar, se póde dizer, formada; e por duas vezes, em 1838 e 1839,

---

cado e docil auctor recebesse a primeira e nova palma que se cortou para taes composições. Hoje é opinião quasi geral que — o *Camões* — é, de quantas peças tendes a julgar, a que menos defeitos encerra, e está mais bem acabada. O juizo do publico manifestou-se decididamente n'esta peça; tantas vezes a tem applaudido em scena...» (*Mem. do Conservat.*, p. 88.)

Todos estes retoques, que os relatores Varnhagen e Margiochi attribuem ao Conservatorio sobre o aperfeiçoamento do *Camões do Rocio* foram exclusivamente feitos por Garrett. Em carta a Gomes de Amorim de 6 de Agosto de 1852, ao pedido d'essa comedia, escrevia Garrett: «O *Camões do Rocio*, tenho escrupulo que se reclame *a parte, ainda que a maior, que n'elle tive.*»

tive quasi arranjadas com a empreza do theatro as estipulações necessarias.

«Não só falharam as minhas diligencias e esforços; mas d'ellas quiz tirar pretexto *a má fé acintosa e baixa* para me arguir do espantoso crime de querer tirar grossos proveitos de minhas composições theatraes. — Estão vivos e sãos os distinctos litteratos que sabiam, approvavam e cooperavam nos meus projectos, que sabem e testemunham o desinteresse (quasi ridiculo n'estas éras utilitarias em que vivemos) com que os emprehendi e promovi. — Levei o meu louco escrupulo — certamente louco — ao ponto de entregar nas caixas do Conservatorio real, para se applicar ás despezas das Escholas, o producto dos honorarios que recebera *O Auto de Gil Vicente.*»

Não basta ter talento para cumprir uma missão; é preciso coragem para arrostar com as calumnias e malevolencias dos mediocres. E fallando da sua *missão*, diz Garrett: «era uma cousa que eu sinto melhor do que sei explícar, e que desde que me entendo me fez sempre olhar para a restauração ou antes fundação do nosso Theatro como para um objecto santo e sublime, uma questão de independencia nacional, um ponto de honra para este paiz em que nasci.»

Nos trechos que ficam transcriptos, Garrett queixa-se das ferozes calumnias que o atassalharam, quando alcançou do governo um subsidio para se dividir pelos dois theatros da rua dos Condes e do Salitre; imaginaram que elle pendia mais para aquelle onde tivera o exito brilhante do *Auto de Gil Vicente.* Emile Doux, emprezario do Theatro

da rua dos Condes, pretendia o subsidio todo para si; Alexandre Herculano e Castilho, queriam que se repartisse egualmente com a empreza do Salitre. Como Inspector geral dos Theatros, Garrett escrevia-lhes: « A intenção com que se pediu e obteve o subsidio foi a de formar em Lisboa um Theatro nacional, e por consequencia unico. O subsidio já é pequeno, e dividil-o é annullal-o. » Mostra que os dois theatros só pódem merecer o subsidio com condições, como a de: « mais dramas normaes prometter, melhor moral, mais exacção nos *costumes*, mais verdade nas scenas e decorações... » E para afastar toda a a ideia de parcialidade, confessa-lhes: « na rua dos Condes tenho um drama a ensaiar; estou acabando outro, que espero me acceitem no Salitre. Mas isto foi esforço, que nem a saude nem o tempo me deixarão repetir tão cedo. De outro lado não ha ninguem, bem o sabem, que escreva, e ha quem represente melhor. » Herculano e Castilho, advogando a causa do Salitre, ferem Garrett: «Nenhum dos dois directores póde satisfazer as condições principaes e necessarias, nenhuma das companhias é completa: para os caracteres comicos incontestavelmente tem o Salitre melhores actores, para os caracteres medios e tragicos tel-os-ha melhores a rua dos Condes: o Salitre poderá vir a ter *abundancia de dramas originaes*, a rua dos Condes talvez mais apropriado vestuario e melhor scenario. De que lado estará a vantagem? » Não era aqui que ia a offensa a Garrett, que tinha em ensaios na rua dos Condes o drama original do *Auto de Gil Vicente*, era no final da carta:

«Emfim esperamos que v. ex.ª antes de se decidir, considere a questão a esta luz, e deixe por falso propheta ao *mr. Doux, que publicamente se gaba de que a prestação será para elle e só para elle.*»

Emile Doux chegara a formar uma proposta para Garrett lhe fornecer todos os dramas originaes e traducções, pela quantia de 2:500$000 annuaes; e sabendo que o Conde de Farrobo ficara com o Theatro da rua dos Condes, açulou contra Garrett os partidarios da empreza do Salitre. Pela sua parte o Conde de Farrobo pretendia seis peças originaes para a sua empreza; Garrett sobre este ponto escrevia a Herculano: «Tambem tinha escrupulo pela occasião, pois que se trata nas côrtes de uma votação *tabáquica*. E se ou elle, ou eu, ou alguem poder suppôr que n'este arranjo comprometto o meu voto, nada faço, porque antes de tudo, cara limpa.» Era n'estas malhas que procuravam envolvel-o, não perdendo occasião para o dilacerarem com affrontosas calumnias sobre os *grossos proveitos* das suas composições dramaticas.

Os premios foram instituidos pelo § 1 do art. 4.º do Decreto de 15 de Novembro de 1836: «Do mesmo modo se estabelecerão premios para os Auctores dramaticos, assim de peças declamadas, como de peças cantadas ou lyricas, que merecendo a publica acceitação, concorrerem para o melhoramento da Litteratura e Arte nacional.» Pelo decreto de 12 de Outubro de 1838 conseguiu Garrett que fosse regulada a adjudicação do subsidio ao theatro normal de Lisboa, sendo o empreza-

rio obrigado por escriptura a pôr á disposição do Conservatorio dramatico a quantia destinada aos premios. A 26 de fevereiro de 1839 publicou Garrett um edital, que acompanhava o regulamento dos prémios: «Tres premios são destinados ás peças grandes de tres ou quatro actos, sejam Tragedias, Comedias ou Dramas historicos.—A peça que n'esta classe fôr creada ou approvada em primeiro gráo, obterá o premio de 96$000 rs.—A peça que n'esta classe obtiver *accessit* receberá o premio de 50$000.—Os outros tres premios são destinados ás Peças pequenas de um ou dois actos.—A peça que n'esta classe fôr coroada ou approvada em primeiro gráo, obterá o premio de 64$000.—A peça que n'esta classe obtiver o *accessit* receberá o premio de 36$000 rs.»

As composições dramaticas tinham de ser dirigidas ao Inspector geral dos Theatros, que as distribuia a tres jurados tirados por sorte da secção de Bellas Lettras, que dentro em outo dias deviam appresentar o seu parecer, que era ratificado por uma discussão publica. Approvado o drama, era admittido ás provas publicas, entregando-se ao emprezario do Theatro normal (então na rua dos Condes). No fim da terceira representação o auctor devia depositar no Conservatorio uma copia da peça, para no fim do anno em conferencia geral, ser proposto a premio. Tambem se estabelecia (art. XIV) que as peças não appresentadas ao Conservatorio, de qualquer genero que fossem, e tivessem obtido manifesto applauso do publico nos theatros, seriam consideradas como appresentadas, fazendo-se so-

bre ellas um relatorio para se lhe adjudicar o premio devido.

Publicado este regulamento, que constava de quatorze artigos no Diario do Governo, immediatamente se accendeu a imaginação dos escriptores noveis, tanto em Lisboa, como no Porto e Coimbra. Do anno de 1839 escreveu Garrett: «bem póde considerar-se como o primeiro de uma cadêa de regeneração para a Arte dramatica em Portugal.» (*Jorn. do Cons.*, p. 25.) De todos os dramas appresentados ao Concurso, só quatro se consideraram dignos de affrontar as provas publicas; foram o *Emparedado*, o primeiro que se appresentou ao Conservatorio, em seguida os *Dois Renegados*, o *Dom Sisnando Conde de Coimbra*, a *Actriz*, o *Camões do Rocio*, o *Marquez de Pombal*, *Dois Campeões*, *Ausenda*, o *Cativo de Fez* e *Um noivado em Friellas*. No Theatro do Porto representaram-se os dramas: *O Conde Andeiro*, *Pedro Grande*, *Almanzor*, *Aben-Afan*, *Affonso III*, e outros. Tambem em Coimbra, encontrou Garret o enthuziasmo fervoroso que vence impossiveis. Os estudantes da Universidade quizeram fundar um Theatro academico. No prologo da *Chronica Litteraria* acham-se estes importantes dados: «Fôramos nós um punhado de moços desajudados e inexpertos, quando em 21 de Fevereiro de 1838, concebemos a ideia grandiosa de formar em Coimbra um estabelecimento dramatico, que, unico n'este genero em todo o Portugal, rivalisasse com os melhores theatros do reino, e servisse de proveitosa diversão á mocidade academica, nas poucas horas que diariamente lhe cabem

de usual descanso. — Reparámos os desmoronados muros do extincto Collegio de S. Paulo; e as mesmas paredes que nas épocas remotissimas do nosso explendor politico e litterario presencearam a Comedia da *Serra da Estrella* e outros formosos Autos de Gil Vicente, que ahi foram declamados ante a côrte de el-rei D. João III, e os *Vilhalpandos* de Sá de Miranda, e as immortaes *Castro*, *Cioso* e *Bristo*, recitadas pela mocidade academica d'essas éras, em obsequio do seu auctor e lente da Universidade, o insigne poeta Ferreira; — essas mesmas paredes, desornadas de primores, machinismo e illusões da moderna scena, que retumbaram com os éccos melodiosos d'aquelle puro, singelo e portuguezissimo dizer dos nossos classicos, vão agora apoz tres seculos de estupido silencio, testemunhar a festa e o triumpho da nossa patriotica regeneração das letras... assistir á emancipação da nossa litteratura dramatica, que incuria nacional e jugo estrangeiro houveram traiçoeirameute escravisado.» [1]

A tradição dos Autos de Gil Vicente e do theatro classico do seculo XVI, suscitava esta vida na mocidade academica. O primeiro espectaculo no theatro da Nova Academia dramatica realisou-se em 24 de junho de 1839.

Em uma falla de Garrett á rainha proclama-se esta nova energia: «Começámos ha pouco mais de um anno, e vinte e tantos dramas originaes têm apparecido já n'esta lingua portugueza, que ha outo seculos se falla, ha

---

[1] *Chronica litteraria*, p. 2. Coimbra, 1840.

quasi cinco que tão elegante se escreve, que por mais de outo milhões de homens é hoje fallada, e que ainda tanto não tinha feito desde que nascera.» (*Jorn. do Cons.*, n.º 2.) N'este mesmo anno de 1839 até Alexandre Herculano compoz um drama em trez actos em prosa, *O Fronteiro de Africa*, e pelo influxo de Garrett manifestou-se critico dramatico; no parecer sobre o drama *D. Maria Telles*, condemnando o estylo rhetorico ultra-romantico, para que tendia a mocidade, recommenda o exemplo de Garrett, apontando-lhe o *Auto de Gil Vicente*: «Victor Hugo e Dumas não precisam de taes meios, e para citarmos de casa, já que temos cá o exemplo, que esses noveis vejam se nos dramas do nosso primeiro escriptor dramatico, se no *Auto de Gil Vicente* ou no *Alfageme* ha essa linguagem de cortiça e ouropel, ha essas expressões turgidas e desconnexas que fazem arripiar o senso commum, e que offendem a verdade e a natureza.» [1] Tambem n'uma proposta apresentada por Bomtempo e Migone para a composição de peças instrumentaes para a abertura do theatro nacional, allude-se a Garrett seguindo o seu processo de renovação: «O Conservatorio que já fez resurgir quasi milagrosamente o espirito de *Gil Vicente* e de Ferreira, que parecia não poder voltar á nossa terra, por este modo fará resurgir tambem o grande genio de Marcos Portugal.» (*Mem. do Cons.*, p. 263.)

Em fins de Novembro de 1839, através

---

[1] *Mem. do Conservatorio*, p. 144. (1842.)

dos golpes de estado e traições palacianas, escrevia Garrett no prologo da 3.ª edição do *Catão:* «De quinze annos entrei no mundo, tenho vivido muito em pouco; já creio que não ha circumstancia na vida publica ou particular — porque não tenha passado; e todavia quando hoje, nas horas de mais socego e paciencia, me applico a receita do Oraculo de Delphos, *sinto-me a mesma tempera do espirito que me deram;* o que padeceu foi só o corpo.» E effectivamente é n'esta phase fecunda em que se sente intellectualmente forte, que elle elabora novos dramas como o *Alfageme* e a *Sobrinha do Marquez*, que teve de interromper, quando em 1838 a esboçara para ser representada no beneficio de Emilia das Neves, que elle trouxera á scena portugueza. (*Mem.*, II, 387.)

Quando Garrett se viu em Paris em Junho de 1833 sem recursos, abandonado do governo por ter findado a missão de Palmella, que acompanhara como secretario, ahi entregando-se aos seus estudos litterarios teve noticia de que Barreto Feio e Gomes Monteiro se occupavam de uma reproducção dos Autos de Gil Vicente. Na carta dirigida a Monteiro com data de 12 de Junho de 1833: «Tenho casualmente sabido novas suas postoque indirectas, bem como dos amigos Barreto Feio e Santos; mas quero sabel-as directas, e por isso lhe escrevo. — Sei que foi a Hanover, e *que se occuparam de* GIL VICENTE; dê-me noticias d'isso que muito desejo.» No anno de 1834 é que que appareceram impressas as Obras de Gil Vicente, em tres volumes, reproduzindo o texto de 1562, extremamente raro.

E' preciso repetir, que José Victorino Barreto Feio, companheiro de Garrett no exilio em 1824 e nas luctas septembristas, é que dirigiu litterariamente a edição de Gil Vicente feita em Hamburgo; Gomes Monteiro contribuiu com os meios pecuniarios, sacrificio em extremo louvavel mas compensado por assignar a obra como collaborador. Em carta datada do Porto de 29 de Abril de 1842, José Gomes Monteiro, pedindo a Garrett para lhe obter um exemplar do Cancioneiro de Resende (edição de Stuttgart), ainda se refere á publicação das Obras de Gil Vicente, contribuindo assim para a creação do seu novo drama: «Conto com o meu amigo — lembre-se, e lembre a quem cumprir lembral-o, que eu, sem ser duque, restitui ao mundo litterario o *Gil Vicente*, e que a minha edição foi um dos livros mais fecundos que em Portugal tem apparecido. — O *Auto* foi ali concebido e gerado.»

N'esta carta promette um estudo critico sobre o *Auto de Gil Vicente*, considerado por Castilho menos theatral que o *Alfageme de Santarem*, com o que Monteiro não concorda: «Vi já um não vulgar artigo na *Revista universal*, reproduzido na *Revista litteraria*, onde junto ás graças do estylo havia alguns bons pensamentos. Pareceu-me porém vaga a discussão, e muitas vezes falso o juizo, como por exemplo, quando para se elevar um se deprime outro. Quando o auctor diz que *Gil Vicente* (o *Auto)* é para o gabinete sómente por insufficiencia do elemento dramatico, assim como o *Alfageme* é eminentemente theatral — parece-me que ha alli confusão de ideias.

Póde ser que eu me aventure a escrever alguma cousa sobre o genio do auctor de ambos os dramas, olhado principalmente como inventor dramatico, e então desenvolverei como souber, mas com a franqueza digna de tão elevado assumpto, todo o meu pensamento.» E tendo recebido o exemplar do *Auto de Gil Vicente*, escreve: «Cá chegou, finalmente, o terceiro volume das suas obras, com o meu querido *Gil Vicente* e *Merope*. Chegaram muito a tempo para o meu projectado trabalho. Deus queira que não fique em projecto!» Monteiro era impressionista improductivo, e nunca escreveu a promettida critica.

Eis o juizo de Castilho na *Revista universal lisbonense*: «*Um Auto de Gil Vicente* foi obra de costa muito mais a cima. O ter ousado concebel-a denunciava um poeta; e o executal-a por tal arte abonou um poeta grandissimo. Tal genero de drama não tinha ainda antecedente na nossa Litteratura; mas como obra scenica para o povo, que não é letrado nem poeta (nem o póde ser) *Um Auto de Gil Vicente* devia parecer falto de interesse.

«Fôra n'elle o principal empenho representar a Côrte memoravel, e o feliz reinado do Senhor D. Manoel; este é o quadro principal. A acção, posto que recommendavel pelos nomes e qualidades dos personagens, não occupa senão um logar inferior; e, por mais engenho que o Auctor dispendesse com ella, não era possivel que tal desfecho satisfizesse. E' pois, repetimol-o, mais uma tentativa litteraria de um genero especial, e por ventura novo, um delicioso painel historico represen-

tando uma grande época, do que uma peça theatral segundo as leis acceitas.

« E todavia, que riquezas não semeou por toda ella ás mãos chêas o poeta? Que recursos podia haver na historia, na phantasia, no coração ou na linguagem, que o Auctor não empregasse com admiravel facilidade; o grande Rei, e os seus grandes homens! a gloria, e o poderio portuguez! o mar e as diffusas armadas! o Oriente, assoberbado de trophéos! por outra parte, os saráos, as festas, e os Autos, dirigidos por aquelle nunca assás estimado Gil Vicente (o rei dos lyricos da nossa terra, se em outra edade houvera nascido), enfeitiçados pela presença da formosa Infante namorada, poetisados pelos amores, tão *amores*, e tão *saudades*, de Bernardim Ribeiro, perfumados e floridos pela circumvisinhança de Cintra.

« *Um Auto de Gil Vicente* será em todo o tempo delicias para quantos forem dignos de o lêr; mas ahi, no gabinete, é que elle tem o seu lugar, e não no tablado.

« *A Espada do Condestavel*, sim, é verdadeiro drama; e, como tal, sobreleva logo ao *Auto de Gil Vicente*, assim como, por marcado com todo o apuro do gosto moderno, deixa o *Catão* muitos passos apoz si. »[1]

Para fugir a desgostos intimos, como o fallecimento do primeiro filho que lhe dera Adelaide, e ás intrigas dos dois partidos que o temiam pela sua superioridade politica, Gar-

---

[1] Reproduzido na collecção *Vivos e mortos*, t. III, p. 14.

rett concentrou-se algum tempo no trabalho de coordenação das suas Obras, dando-lhes uma disposição systematica para a edição completa. Em 20 de Abril de 1839 era publicado em differentes jornaes o prospecto das Obras, umas esgotadas, e outras ainda ineditas, formando ao todo dezoito volumes. Esse catalogo merece considerar-se por que, incluindo já o *Auto de Gil Vicente*, a primeira manifestação da sua ultima e mais brilhante phase artistica, não podia indicar a série de novas creações, como a *D. Philippa de Vilhena*, o *Alfageme de Santarem*, o *Frei Luiz de Sousa*, a *Sobrinha do Marquez*, o *Arco de Sant'Anna* e as *Viagens na minha Terra*. Ao traçar o quadro da sua actividade em principios de 1839, mal suspeitava Garrett que as grandes desgraças da patria, que recomeçaram em 1841 a 1851, retemperariam o seu genio poetico para novas manifestações imperециveis de sentimento nacional. O prospecto de 1839 começa pelo:

CAMÕES (Poema, 3.ª edição), 1 vol.

Foi effectivamente reimpresso n'esse anno, na typograpia Morando; em 1838 tinham-se impresso duas contrafacções brasileiras, a do Rio de Janeiro, e a da Bahia com o nome de um escandaloso plagiario que dedicou o poema a uma Snr.ª D. Ignacia, dando-se por auctor do livro.

ADOZINDA, Romances (1.ª parte, 2.ª edição). Só veiu a reimprimir-se em 1843 com o titulo *Romanceiro e Cancioneiro*, vol. I.—(2.ª parte inedita.) Appareceu em 1851 completando os vol. II e III do *Romanceiro*.

LYCEU DAS DAMAS (inedito) do estylo e

pela fórma das *Cartas a Emilia*, de Demoustier, com o fim de aperfeiçoar a educação do bello sexo, 1 vol.

Com o titulo de *Lyceu das Damas*, — *Lições de Poesia a uma joven senhora*, 1823, encetara Garrett umas digressões sobre Litteratura, entremeadas de trechos poeticos, das quaes imprimiu quatro lições no jornal *O Chronista* em 1827, já em contraste flagrante com o seu gosto revelado nas obras romanticas *D. Branca* e *Camões*. Entre os papeis de Garrett (Catalogo dos Autographos) foram encontradas 27 Lições, e com certeza formariam o annunciado volume inedito, dividido em trez Livros, contendo: I Principios geraes: 1 — Principio das Artes — o Bello. 2 — Fim das Artes: prazer e instrucção. 3 — Poesia, sua antiguidade, seus varios generos. 4 — Poesia antiga até Homero. 5 — Homero. 6 — Hesiodo, Alceu. 7 — Sapho. 8 — Anacreonte. 9 — Pindaro, Corina. 10 — Thespis; Eschylo. 11—Sophocles, Euripides. 12—Aristophanes. 13 — Poesia na Sicilia.

Livro II: Poesia latina. 14 — Poesia na Italia: Enio, Scipião, etc. 15 — Plauto, Scipião. 16 — Aperfeiçoamento da Poesia latina pela conquista da Grecia. Lucilio, Lucrecio, Catullo. 17 — Horacio. 18 — Virgilio. 19 — Phedro, Persio, etc.

Livro III: Poesia moderna. 20 — Invasão dos Barbaros. 21 — Meia Edade: formação das linguas vivas. 22 — Poesia do Norte e Meio Dia. 23 — Trovadores, primeiro elemento da Poesia moderna. 24 — Bardos, segundo elemento da Poesia moderna. 25 — Arabes, terceiro elemento de Poesia moderna. — 26 For-

mação da poesia moderna, suas divisões. Conclusão. (Ap. *Helena*, p. XXXIII.)

Garrett veiu a reconhecer quanto estes ensaios estavam atrazados sob o ponto de vista da historia e da critica; não os incluiu no plano final da edição das suas obras.

RESUMO DA HISTORIA LITTERARIA DE PORTUGAL. (2.ª edição), 1 vol.

Era um desenvolvimento da introducção do *Parnaso lusitano*. Na edição do *Romanceiro*, de 1853, not. B, alludindo a este seu antigo trabalho, escreveu Garrett: «Foi o meu primeiro ensaio de critica litteraria, e *muito ha que devo ao publico reimprimil-o emendando-o e additando-o*, como tanto precisa. E' trabalho que demanda porém o vagar de outros cuidados e uma serenidade de espirito que não tenho tido. Heide fazel-o e breve.» Infelizmente os cuidados augmentaram, e a serenidade nunca mais o acompanhou.

THEATRO, comprehendendo o *Catão*, (4.ª edição) *Gil Vicente*, — *A Padeira de Aljubarrota* e outros Dramas ineditos, 3 vol.

A tragedia *Catão*, impressa em 1822 e 1830, só podia contar quatro edições com contrafacções brasileiras, hoje não conhecidas. O *Auto de Gil Vicente*, veiu á publicidade em 1841.

A *Padeira de Aljubarrota*, não appareceu entre os papeis do poeta. Os outros dramas ineditos, seriam a *Sobrinha do Marquez* começada em 1838? por ventura alguma das obras dramaticas annunciadas nas capas da *Adozinda*, em 1828, como *Affonso de Albuquerque*, drama heroico em 5 actos, os *Namorados extravagantes*, drama em dois actos,

não indicados entre os trabalhos perdidos na barra do Douro em 1832, 3 vol.

JOÃO MINIMO (1.ª parte) 2.ª edição. Reproduzia a edição de 1829. — 2.ª parte (inedita) Comprehenderia todas as poesias do genero ainda arcadico, incorporadas em 1845 nas *Flores sem fructo*, 2 vol.

DOIS ANNOS DA MINHA VIDA, — *Reminiscencia da Emigração*, e *Memorias do Cêrco do Porto*, (inedito), 1 vol.

Comprehenderia as recordações de viagem, de que appareceram alguns excerptos nas Memorias, por Amorim; e algumas narrativas, que em 1843 destinava ao livro *Vinte annos da Historia de Portugal*.

O RETRATO DE VENUS, (2.ª edição), 1 vol.

Só se reimprimiu sete annos depois da sua morte.

D. BRANCA. (2.ª edição), 1 vol.

Foi reimpressa com grandes retoques n'esse anno de 1839.

TRATADO DE EDUCAÇÃO, 2 vol.

Vê-se que o poeta completava a obra de 1829, refazendo o 2.º volume perdido.

PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA. (2.ª edição), 1 vol.

Só se reimprimiu dezesete annos depois da sua morte.

ORAÇÕES ESCOLHIDAS, 2 vol.

Comprehenderiam os seus principaes discursos proferidos nas Côrtes constituintes de 1837-38; Oração funebre a Fernandes Thomaz; o Elogio necrologico de Carlos Infante de Lacerda, etc.

Este prospecto appareceu acompanhado de considerandos geraes sobre o merito re-

conhecido das obras apontadas. Ahi se precisa a sua missão litteraria: «fundando a nossa Litteratura sobre a nossa historia, e a nossa Poesia sobre as nossas crenças, nos libertou assim, no pensamento, do jugo latino e grego, como Filinto Elysio nos libertou, no estylo, do jugo francez; e se collocou d'esta sorte á testa de uma *eschola verdadeiramente nacional* e independente; *romantico* nas idéas sem os desvarios grotescos de Victor Hugo, classico na linguagem, sem o servilismo academico de affectados puritanos.»

Depois de caracterisar cada um dos livros, e as referencias elogiosas que receberam de *Portugal illustrated*, e do *Foreign quarterly review*, em 1828, 1831 e 32, chama a attenção para o novo drama: «O *Auto de Gil Vicente*, que ainda o outro dia fez correr toda Lisboa á rua dos Condes, veiu mostrar que nem o orador e patriota eloquente tinha quebrado nos debates da tribuna o seu grande engenho poetico, nem o diplomatico, o homem de estado presava mais as honrarias das côrtes e as distincções dos palacios, de que a sua corôa de poeta, o seu titulo querido de *homem de letras.*»

Como observação da empreza editora vem os seguintes elementos de historia externa: «De quasi todas estas obras, algumas das quaes já tiveram segunda e terceira edição, muitos mil exemplares se tem esgotado; d'outras já não resta um só. Especuladores brasileiros têm subrepticiamente reimpresso algumas. E constando-nos além d'isto, por amigos do A. que tantas composições ineditas jaziam na sua carteira, e talvez se viriam a

perder, como durante o cêrco do Porto ouvimos que não poucas se lhe extraviaram, com grande perda da nossa litteratura; tratámos de obtêr, e obtivemos o consentimento e a cooperação do A. para esta edição de todas as suas obras impressas e ineditas; que todas reviu e augmentou consideravelmente, e cuja correcção se encarregou de superintender.»

Muitos jornaes transcreveram o Programma para a publicação das Obras de Garrett, e na revista litteraria o *Panorama*, (n.º 12, de 22 de Junho de 1839) Alexandre Herculano dedicou-lhe algumas considerações lucidas fundadas no criterio da historia litteraria:

«Nas obras do sr. Garrett, como poeta, ha além do merito extraordinario que as distingue, uma circumstancia que lhes dá o primeiro logar na litteratura portugeza do seculo 19.º e vem a ser, que ellas começam o periodo de transição entre a velha litteratura da Eschola chamada *classica*, e a da Eschola que denominam *romantica*, e a que nós chamamos ideal nacional e verdadeira. Antes de *Dona Branca*, a nossa poesia, moldada pelo typo da poesia franceza e italiana do seculo passado, não era senão um reflexo pallido da luz serena da Arte grega reverberado frouxamente no poetar dos romanos, e ainda mais descorado no da época de Luiz XIV. A influencia da nossa Arcadia se destruiu os desvarios gongoristicos do seculo 17.º matou tambem a nacionalidade e a vida intima da poesia. — A fórma da Arte era o fim da Arcadia; era com as fórmas que Macedo guerreava Camões... A influencia da philosophia litteraria allemã tinha-se espa-

lhado na Europa, e uma poesia livre, e robusta fazia curvar diante do pensamento a fórma, diante do ideal o material, diante do nacional o extranho, diante do poeta a poetica. Foi n'esta época que o snr. Garrett atirado pelas revoluções para as praias do desterro, no vigor da mocidade e do talento, viu de longe passar o saímento das Eglogas, dos Sonetos, dos Dithyrambos, das Elegias e das Odes pindaricas... conheceu que a elle, que nascera poeta, que estava fóra da influencia escholastica, e que viu surgir de roda de si a poesia da consciencia e da inspiração, cumpria tomar na litteratura patria o logar que Scott, Byron, Crabbe, Goëthe, Schiller e Burger, Lamartine e Soumet tinham nas litteraturas ingleza, allemã e franceza. *D. Branca* e o *Camões* foram por certo o resultado d'esta convicção. *D. Branca* é o ideal da Edade média portugueza convertido em typo poetico; *Camões* o ideal do poeta christão, valente e generoso, revelado no quadro da longa agonia dos ultimos annos do rei dos poetas modernos. Estes dois poemas, lançados sem discussão preliminar na arena litteraria de Portugal, fizeram estremecer de horror os homens das regras, os homens das poeticas e rhetoricas. E com effeito, esta apparição não podia ser comprehendida; porque a transição era repentina, e porque ninguem percebera que as tradições da Arcadia deviam perecer logo que fossem definidas, que ellas o tinham sido, e que as suas rigorosas consequencias se haviam completamente deduzir. Os criticos agarraram-se á linguagem, ao estylo, á metrificação, emfim, áquillo que valiam, ás fór-

mas; mas o espirito e o resultado d'estes dois poemas ficou sem ser percebido, nem calculado, e hoje é que elles se começam verdadeiramente a sentir.

«Como todos os escriptos do snr. Garrett trazem o sello da sua missão regeneradora; como a influencia d'elles na litteratura actual se tinha desenvolvido, não o podemos examinar aqui, e um tal exame equivaleria á historia litteraria dos ultimos quinze annos. — Entendemos que a edição das Obras do snr. Garrett é um bom serviço que os editores fazem ás letras portuguezas, e que todos os que as amam os devem ajudar em tão honrado proposito. Repetil-o-hemos: além do seu merito absoluto, ellas têm o mais valioso ainda — de principiarem uma época de verdadeira regeneração litteraria.»

Ninguem teve como Alexandre Herculano uma comprehensão mais clara e elevada da obra de Garrett; falla com respeito e admiração do homem, como rapaz generoso e sem inveja do verdadeiro talento. No meio das vilezas dos politicos, que appropriando-se dos seus serviços, o relegavam para o segundo plano, este juizo nitido de Herculano devia causar-lhe uma profunda consolação. Herculano allude a alguns criticos que se agarravam á linguagem, ao estylo, á metrificação de Garrett; podemos confirmar essas hostilidades de velhos academicos e rhetoricos. — Em uma carta particular do bispo conde D. Fr. Francisco de San Luiz, datada de 23 de Fevereiro do 1839 vem uma desdenhosa apreciação do Romantismo, que nos mostra como era considerada a nova eschola: «O *toque* de

que acima fallo é o *romantico*, sobre o que julguei conveniente explicar-me.

«Devo confessar, que ouvi e li muitas vezes esta palavra, sem poder conhecer bem o que ella significava, e tendo vergonha de o perguntar.

«Um dia lembrou-me de ir consultar o *Diction. français-portugais et portug.-franc.*, que me dizem ser feito por alguns portuguezes doutos e impresso em Paris em 1812 ou 1816. Achei com effeito este artigo:

«ROMANTIQUE, adj. m. et femin., *que lembra novellas, situações d'ellas, etc. Diz-se dos sitios.*

«V.ª S.ª julgará se esta definição é clara e adequada: eu pouco aproveitei com ella. Quando ouvia fallar em certas peças de Theatro, que agora se fazem em *quadros*, diziam-me: é *romantica*. Quando li algures versos que eu não entendia á primeira leitura, dizia eu: Camões, Ferreira, Sá de Miranda não escreviam assim; a resposta era: *é estylo romantico*. A isto instava eu: *romantico* dizem que é *o que lembra novellas*.... Eu tenho lido com gosto, por exemplo, o *Palmeirim*, e entendo-o bem; logo o estylo romantico não é o que se esvaece em elevações mysticas inintelligiveis, etc.

«Um dia apertei, um pouco demais, um apaixonado das *romanticidades* e elle que não achou refugio, disse-me por ultimo, que em tudo havia modas, e que esta era actualmente a *moda da linguagem*. D'aqui para diante não podia o argumento dar mais passos; porque quem se oppõe á moda é *jarreta*, é *tonto*, é do *tempo dos Affonsinhos*, e eu não queria nenhum d'estes *sobriquets*.

«Veiu emfim de Paris um meu amigo e bom litterato, e pedi-lhe que me dissesse o que lá entendiam por *romantico*. Respondeu-me, que *era o desprezo das regras estabelecidas pelos classicos em todos os generos de litteratura*. Veja V. S.ª se eu podia ser amigo do *romantico*, entendido n'este sentido.

«Comtudo é necessario que nos entendamos bem. Eu tenho lido as novellas antigas, os romances, etc., e não lhes tenho odio. Eu tenho lido *Mad. Staël* e entendo-a e gosto d'ella, até nas suas elevações mysticas. Tenho lido *Chateaubriand* e entendo-o bem, principalmente no *Genio do Christianismo*, e gosto d'elle. Não é pois nem o genero romantico, nem o estylo romantico, que me desagrada em geral: é (fallando com ingenuidade) o excesso, a falta de discrição, com que empregam muitos escriptores estrangeiros, e alguns nossos eruditos, que querendo imitar os mestres (digamos assim) do *romantico*, não têm capacidade necessaria para os imitarem convenientemente.

«Lembro-me que quando ha muitos annos começou a apparecer em Portugal o *Genio do Christianismo*, e o li, e reli com grande prazer, dizia eu a alguns amigos: — Este estylo é encantador; mas hade vir a corromper a lingua franceza, como entre nós succedeu, quando alguns escriptores quizeram imitar o estylo de Jacintho Freire. Não sei se então advinhei; mas ás vezes me parece que sim.

«Em resumo: escrevam-se embora novellas; escrevam-se historias pittorescas; escrevam-se bellas descripções de logares, de sitios, de vistas de paizes; pintem-se com côres

proprias os grandes quadros da natureza, as suas obras grandiosas e magnificas, os seus ornamentos, os seus brincos, todas as suas lindezas; mas faça-se tudo isto em portuguez intelligivel, casto, fluido, lucido, — no portuguez de Camões, de Fr. Luiz de Sousa, de Lucena, de Fernão Mendes, de Francisco de Moraes, etc. etc.

«A lingua portugueza, (dizia eu a um romantico, que me parece não levou a bem a minha advertencia amigavel) a lingua portugueza é, mais que todas, amiga da clareza, e não prescinde d'esta excellente qualidade, ainda quando se eleve ao sublime. — Já vê V. S.ª pois qual é o sentido em que eu desapprovo o *romantico.* Eu leio *La Gaule poétique* de Marchangy, e gosto muito d'ella. Eu leio as novellas de Walter Scott, e entendo-as, e gosto d'ellas. Leio Ferdinand Denis, e não desgosto de o lêr, etc. — Não sou tão dos tempos antigos, que me reduza a só *laudator temporis acti;* não queria (nem por sombras) reprimir os esforços, os arrojos, os felizes atrevimentos de uma imaginação viva, ardente, ás vezes impetuosa, etc. O que só quero, ou desejo, é que em tudo isto haja *modo* e *regra* e *temperança*, etc.» [1]

Esta carta visa directamente Garrett na sua obra de renovação litteraria; é natural que D. Frei Francisco de S. Luiz tivesse certa animadversão pelas ideias politicas do poeta. Quando pelo decreto de 1 de Septembro de 1838 se fizeram as nomeações dos individuos

---

[1] Publicado no *Conimbricense*, n.º 3781.

que constituiram o jury de litteratos e artistas do Conservatorio, Garrett participou em officio datado de 15 de Septembro a D. Frei Francisco de S. Luiz, que fôra nomeado vogal do jury de premios e exames no Conservatorio geral da Arte dramatica. O Bispo-Conde excusou-se em officio de 19 do mesmo mez nos seguintes termos: «Bem sabe v. ex.ª o empenho que tenho, e sempre tenho mostrado por tudo o que póde concorrer para o progresso das letras, das artes e da verdadeira civilisação entre nós. E debaixo d'este aspecto não duvidará v. ex.ª de quanto me foi lisongeiro vêr o meu nome entre os de tantos litteratos, professores e artistas nomeados no mesmo real decreto... Duas considerações pódem n'esta parte diminuir a minha satisfação. A primeira é o estado progressivamente decadente de minha saude, que me não deixa ter um dia por meu para qualquer trabalho ou applicação. A segunda, não menos attendivel, é a perfeita ignorancia em que estou de tudo quanto póde pertencer á *arte dramatica*, pois confesso a v. ex.ª ingenuamente, que nunca entrei em theatro algum publico, nem tenho d'esta nobre arte se não as ideias geraes méramente theoricas que se pódem obter pela lição dos livros. Se apesar da incapacidade, que me resulta d'estas causas, eu poder prestar algum serviço ao Conservatorio, mui prompto e gostosamente o farei, etc.» [1]

---

[1] Ap. Marquez de Resende, *Mem. hist. de D. Fr. Francisco de S. Luiz*, Annot. e Peças justificativas.

Um outro inimigo de Garrett, um dos que propalava a lenda dos plagios do poeta, dando-se como auctor de obras escriptas por seu tio o bispo D. Frei Alexandre, era o P.e Francisco Freire de Carvalho, mestre da princeza Amelia e auctor de livros rhetoricos. Odiava o Romantismo; felicitando em carta de 8 de agosto de 1840 seu sobrinho o lente da Universidade Francisco de Castro Freire por ter sido nomeado vogal do Conselho de Instrucção publica, louva-o pelo seu purismo litterario: «oxalá que por um tal escripto modelasse as suas composições essa mocidade academica; quanto *á de cá, estragada pelo novo Gongorismo da actual Eschola franceza*, tenho perdido a esperança de a vêr trilhar o bom caminho.»

O pezo d'estas auctoridades academicas e rhetoricas incidia sobre Garrett, encommodadas pelo prestigio d'esta sua fecunda phase artistica; por isso o apoio de Herculano caracterisando magistralmente a iniciação da nova éra litteraria, e reconhecendo em Garrett o genio que abrira outros horisontes, e uma indiscutivel superioridade, veiu converter as admirações espontaneas em uma opinião consciente.

Quando Alexandre Herculano publicou em 1838, em trez fasciculos, a *Harpa do Crente*, collecção dos seus versos lyricos, offereceu-os a Garrett, como mestre. Agradecendo-lh'os em uma preciosa carta, Garrett classifica lucidamente esse romantismo emmanuelico da *Harpa do Crente:*

«Cotovia, 15 de 7.^{bro}

«Ill.^{mo} S.^{r} e Am.^{o}

«Muito sinceramente obrigado pelo rico presente dos seus versos. Eu já conhecia a 1.ª e segunda parte da *Harpa*. Gostei muito mais d'esta 3.ª D'estes versos não se faziam por cá; — o grande e sublime pensamento de Deus no o entendiam os nossos poetas; queriam fazer versos de impiedade estupida, e perdiam-se nas somnolentas alegorias da eschola encyclopedica! Cuidei que não sahiamos d'aqui: porque era preciso muita superioridade de engenho para ousar mostrar o caminho e fazer com que o seguissem. Inda bem que V. S.ª dedicou o seu bello talento a esta missão generosa e regeneradora! O bem que faz a poesia não se sente logo: ha quasi trinta annos que Mr. de Chateaubriand começou a explorar a preciosa mina do Christianismo; e que poucos o entendem ainda! Ao principio quasi ninguem. E este seculo de padecimentos e desgraças devia ter quebrado (e quebrou sem duvida) as ultimas cordas da lyra. Quem quizer entoar seus lamentos (o mais que póde fazer o poeta) que tanja a harpa triste do bardo, ou do propheta. Acaso o desgarrado alaúde do trovador póde ser ouvido quando falla dos tempos velhos? A harpa é de coração e d'alma. E a sua chegou a ambos: tive uma verdadeira consolação de lêr cousas d'aquellas em portuguez.

«Não lhe disse logo tudo isto porque queria vêr se achava alguns dos meus opusculos para lhe mandar. Tenho perdido quasi tudo: e só achei estes que vão e lhe peço que

acceite como lembrança d'um seu verdadeiro admirador. Se eu tivesse saude, havia de refundir quasi tudo que publiquei, e de que pela maior parte não gosto hoje. Mas que lhe heide eu fazer agora que me sinto acabar, e sem gosto para nada!

«Desempenhei a commissão para com o meu velho amigo Bispo-Conde, que fica muito penhorado ao seu favor.

«Acredite que sou devéras e com muita estima e consideração

De V. S.ª

Am.º C.do e Vd Obrg.º

J. B. de Almeida Garrett.» [1]

O decreto de 7 de Fevereiro de 1839 pelo qual foram agraciados com o habito da Torre e Espada Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho, foi devido a uma representação de Garrett, pedindo para elles essa condecoração como membros do Conservatorio da Arte Dramatica. Em officio de 17 de Abril de 1841, pediu tambem para José da Silva Mendes Leal o habito da Conceição «como o auctor do Drama historico — *Os dois Renegados* – que tanto applauso publico mereceu quando representado, e a quem outras composições originaes na Arte dramatica caracterisam como um dos seus mais esperançosos cultores na nossa terra.» Estas homenagens suscitadas pela sinceridade com que

---

[1] Publicada no *Archivo historico portuguez*, vol. I, p. 129. — Attribue-se-lhe ahi a data de 1838.

Garrett procurava unificar a acção dos escriptores, não venceram as antipathias das mesquinhas luctas politicas, que iam irromper com a reacção cabralista: Herculano, Castilho e Mendes Leal eram do partido da Carta *outorgada*, e pozeram-se ao serviço da sophisma liberal. Para reagir contra o preconceito de indignidade que ainda envolvia a profissão de actor, Garrett conseguiu que fossem condecorados os dois excellentes artistas dramaticos Epiphanio e Dias; bem como aos compositores Jordani e Migone. E para relacionar Portugal com os principaes centros litterarios europeus, fez com que o governo distinguisse com diplomas honorificos os escriptores inglezes John Adamson, que estudou com elevado criterio a obra de Camões, Robert Southey, que escreveu a Historia do Brasil, Reiffenberg, que estudara as antigas relações de Portugal com Flandres, e o sabio Quetelet, fundador da sciencia da estatistica. N'estes actos, que isoladamente pareceriam uma transigencia com pequenas vaidades, o seu conjuncto revela-nos o desempenho de uma digna missão.

Depois do mallogro da *Belemsada* e da *revolta dos Marechaes*, o manhoso Leopoldo da Belgica escrevia ao seu agente Goblet: «O paiz, fatigado com agitações, e transtornos, lançar-se-ha com toda a energia nos braços da primeira auctoridade que lhe offereça alguma garantia de fixidez.» O Coburgo, esposo da rainha, comprehendeu este principio machiavellico, e fomentou continuas agitações quando pôde assalariar os mais exaltados septembristas como Costa Cabral. Mas antes

de realisar esta estrategia, seguiu-se á risca os conselhos paternaes do rei Leopoldo: «Desisti, pois por momento de toda a ideia de contra-revolução, e deveis convencer-vos de que a acção do tempo, por isso que é lenta, é mais poderosa.» E recommendava ao agente Goblet, que estudasse as individualidades preponderantes em politica, e os homens de talento, para se exercer uma attracção sympathica em volta do throno, e na nova Constituição podessem estatuir o *Veto absoluto* e uma Camara de *pares de nomeação regia*, e benevolencia para com a Egreja. E com todo o descaro formulava: «Para chegar a isto deverá pôr-se o palacio em contacto com os homens publicos de todos os partidos. — E' necessario que a rainha, a quem não falta bom senso, e que poderá entender-se com o marido sobre os assumptos das conversações a escolher, falle ella mesmo aos homens da situação, para produzir as impressões que se desejarem no momento dado. O rei (o Coburgo ficou com este titulo pelo nascimento do primeiro filho) conhece bastante Portugal para poder tratar verbalmente as questões mais importantes. Podereis calcular a vantagem que a côrte póde tirar da distribuição dos titulos e condecorações, que só d'ella pódem emanar. — Se a côrte tem firmeza e ao mesmo tempo a perspicacia necessaria para uma marcha politica d'esta natureza, alguns mezes bastarão para colher d'ella bons fructos.» N'este regimen vivia a familia real, e seguiu á letra os bons conselhos do tio belga.

Entre os papeis de Garrett encontrou Gomes de Amorim varias cartas de camaristas

de semana, datadas do paço das Necessidades dizendo que a rainha lhe deseja fallar. (*Mem.*, t. II, 432.) Era por 1839; Amorim via n'isto uma homenagem ao seu tino politico. Mas é certo que Garrett foi hostilisado na nomeação para senador, na eleição para deputado, e seguidamente demittido de Inspector geral dos theatros, de Director da Eschola de Declamação e de Chronista mór do reino. Antecipam-se estes factos, para mostrar que elle nunca contradictou o seu ideal politico.

O Coburgo, agora rei Dom Fernando, aconselhado pelo astuto Goblet, tratou de acercar-se dos talentos e dos audaciosos que podiam servir a causa do egoismo dynastico. Conta Goblet: «Fiel aos conselhos de Bruxellas, o rei Fernando dava-se a longas conversações com as principaes notabilidades do paiz, que elle seduzia facilmente com sua benevolencia e amenidade.» O ingenuo Alexandre Herculano, que combatera a Revolução de Septembro na *Voz do Propheta*, recebeu do Coburgo o benesse de seu bibliothecario, glorificando-lhe os perfidos intuitos como seu salvador das borrascas politicas no prologo da *Historia de Portugal.* Por isso escrevia Goblet: «Comprehende-se facilmente que o successo d'estas novas recepções excedesse ainda a espectativa do rei Leopoldo. Ellas não modificam bruscamente a marcha geral da politica; mas popularisam a pessoa de sua magestade, e ligam a ella certos espiritos que até ahi se manifestaram adversarios systematicos da influencia real, prepararam emfim o terreno para uma intervenção mais accentuada da corôa no governo da monarchia.»

Evidentemente Goblet referia-se aqui ao revolucionario do Club dos Camillos, o façanhudo Costa Cabral, com quem D. Fernando preparava um golpe traiçoeiro contra a Constituição de 1838. E Goblet, vendo como a facção aristocratica septembrista de Loulé, Fronteira e Taipa se rojava ante a rainha, commentava: «Pódem-se deplorar as fraquezas humanas quando são exploradas, quer no interesse da ordem, quer no da anarchia; mas não se póde negar a irresistivel seducção que a hospitalidade dos reis exerce sempre sobre a independencia dos cidadãos.» [1] Poucos sahiram limpos, n'este meio de indignidade contagiosa. Embora sempre hostilisado, nem por isso Garrett deixou de ser alvo de odiosas calumnias. Amigo pessoal e companheiro da emigração dos chefes cartistas e paladinos da rainha, sem renegar o seu ideal, podia dizer como Thierry, que escrevera estas palavras em 1830: «*l'âge m'a rendu moins enthusiaste des idées, et plus indulgent pour les faits.*» Assim se achou em dissidencia com José Estevam na legislatura de 1840, quando na resposta ao discurso da corôa, lhe replicou com o celebre discurso do *Porto Pyreu*, tomando esta imagem do orador da opposição. [2]

---

[1] Vêr estes trechos de Goblet commentados pelo Dr. José de Arriaga, na *Hist. da Revolução de Septembro*, t. II, p. 441.

[2] No seu livro sobre a *Pluralidade dos Mundos*, traz Fontenelle estas palavras sobre o erro anthropocentrico:

«Nós todos sômos como aquelle doido atheniense, que se lhe tinha encasquetado na cabeça que todos os

Por ventura lembrando-se que João Bernardo da Rocha Loureiro fôra nomeado Chronista mór do reino pela Regencia constitucional de 1820, pelos seus serviços como jornalista em favor da liberdade, — Garrett tambem se sentiu lisongeado em ser investido n'aquelle cargo, representando a tradição vintista na Revolução de Septembro. Era-lhe devida essa homenagem, pelo que significava. Merecem consignar-se as phrases do decreto de 20 de Dezembro de 1838:

«Tendo em muito preço o merito e serviços litterarios do conselheiro João Baptista de Almeida Garrett, meu enviado extraordinario ministro plenipotenciario; e desejando que o seu talento e conhecimentos já provados nas muitas obras, com que tem enriquecido a lingua portugueza, sejam mais efficazmente aproveitados na illustração de nossas antigas glorias, para que a memoria dos passados sirva de instrucção aos presentes e futuros: Hei por bem nomeal-o Chronista mór do reino. E para que este não seja sómente um titulo e graduação honorifica de que a nação nada utilise, determino que por elle *não haja ordenado ou pensão*, mas desem-

---

navios que abordavam ao Porto do Pyreu lhe pertenciam; a nossa loucura é de crêr tambem que toda a natureza, sem excepção, é destinada aos nossos usos, etc.» Esta comparação estava vulgarisada, e foi n'este espirito personalista que se inspirou Garrett nas finas ironias, que levaram Rodrigo da Fonseca Magalhães a considerar «o discurso capitão de todos quantos se tem feito n'este parlamento desde que ha d'isso em Portugal.»

penhando-o como espero, e lhe hei por bem recommendado, terá direito á gratificação que for arbitrada pelas côrtes, para o fim de se escreverem e publicarem nossas historias, e para sobre ellas dar, o dito Chronista mór, leitura publica em certos e regulados tempos, conforme o regulamento que para esse fim mandarei fazer.»

Sómente em 22 de Março de 1839 é que foi publicado o regulamento, que definia como obrigação do Chronista mór do reino, apresentar um trabalho escripto, ou prelecções publicas de um curso regular, tendo por objecto a historia politica ou litteraria, a chronologia e archeologia nacional, sendo o programma préviamente approvado pelo ministro do reino e publicado no Diario do Governo. Vê-se por isto que não era uma instituição viavel. A Historia, como sciencia tratada pelos Ranke, Thierry, Guizot e outros, era uma sciencia independente do influxo official, e um Chronista do estado ou da dynastia reinante tinha de submetter-se ao criterio preconcebido d'essas entidades. O programma das prelecções préviamente approvado era condição que apagava o fervor da livre critica que estimula todos os que estudam. Foi talvez por isto, que Garrett apenas fez uma Conferencia publica em que expoz o seu plano geral, que suscitou algumas observações a Herculano sobre a seducção da fórma.

Pela noticia da sua primeira leitura effectuada em 12 de Abril de 1840 na sala da Instrucção primaria no local do Carmo, que appareceu no Diario do Governo do seguinte dia, póde-se fazer uma ideia do seu methodo

e plano geral: «Que adoptaria — o methodo modernissimo, que é o analytico: observando-se o que dão os factos, e pelas suas séries descobrindo as leis..., que este é acreditado pelos grandes luminares da civilisação actual, Thierry, Guizot, — que a historia deve ser encarada debaixo das suas diversas phases: religiosa, litteraria, scientifica, artistica, etc.; que sem todos os factos reunidos de todas estas feições se não achará a historia de um povo; que no progresso das sciencias está a historia politica e militar, pois que se não póde estudar, por exemplo, Vasco da Gama sem se saber de Pedro Nunes.

«Que na religiosa succede o mesmo, pois se não poderá entender a historia de Affonso de Albuquerque sem se lêr S. Francisco Xavier, as aventuras de Fernão Mendes Pinto, as Chronicas dos frades... Que o mesmo tem logar com a civil, por que nas collecções Affonsina e Manuelina, e nas nossas outras leis se encontram mais segredos historicos que em todas as Chronicas.

«Que tambem se acha a historia na chamada litteraria, exemplos: Camões, Gil Vicente, Jorge Ferreira, as Canções populares, etc.; e na artistica; e que já os antigos faziam as suas grandes Epopêas nos conventos e basilicas.»

Ao dividir as épocas no quadro geral da historia portugueza, despresou as divisões convencionaes ou arbitrarias contadas pelas mortes dos reis, accessões de dynastias, batalhas ou grandes successos» determinando-as «pelas visiveis alterações no modo de existir da sociedade, nos seus progressos de civili-

sação.» Ao caracterisar as épocas, determinou na da *reacção contra os Arabes*, accentuando: «que as nossas Asturias foram a terra da Feira, Beira, etc.»; e ao fixar a da *constituição*, da extensão de territorio, diz: «D. João I teve de appellar e dar força á democracia.» Na epoca da *restauração*, ou Revolução de 1640, aponta o principio da Soberania popular sanccionado nas Côrtes, e finda a historia antiga «com a Revolução de 1820, que n'esse anno rebentou, mas que ha muito estava nas ideias.» Bastavam estes trez phenomenos revolucionarios de 1383, 1640 e 1820 para revelar a segurança do criterio de Garrett. Sómente d'ahi a dois annos é que Herculano ia publicar o primeiro volume da sua *Historia de Portugal*, considerando esse campo exclusivamente seu, como elle proclamava á mocidade que concorria ao Conservatorio só com dramas historicos: «Deixae que outros a quem alguma vocação fatal leva para este genero de estudo, o mais tedioso talvez de todos, vos reconstruam os tempos que se dissolveram em pedaços. Então podereis livremente escolher a urdidura de vossa têa e bordal-a com os ricos matizes das vossas inspirações.» (*Mem. do Cons.*, p. 137.)

No jornal *O Portuguez*, (n.º 81) de 14 de Abril de 1840, appareceu um juizo critico sobre a primeira leitura de historia, que parece ter sido escripto por Herculano, segundo crê Amorim. (*Mem.*, II, 418.) O estylo, as ideias e um fundo de sympathia por Garrett, revelam que esse juizo é de Alexandre Herculano; louva a iniciativa das leituras: «O meio das leituras em objectos de sciencia e litteratura,

novo em Portugal tem as vantagens geralmente sabidas, que se pódem determinar pela profunda impressão que no animo e espirito dos ouvintes fazem as verdades ditas em relação ás escriptas, e pela popularidade e generalisação que recebem essas verdades...» Louva a concepção da Historia pela «superioridade de talento e saber que geralmente lhe reconhecem, e a preeminencia que deu ao systema moderno...» Concorda com a lucta dos trez principios, a aristocracia, a realeza e o povo «que as convulsões sociaes dos ultimos tempos tem tendido a regularisar e equilibrar»; e termina pedindo a Garrett, que fuja á tendencia natural do seu estylo, aos poderes da sua eloquencia, que tanto fascina com agradavel encanto, submettendo-se ao caracter severo e sobrio de uma exposição em que Guizot tambem deve servir de norma. E quem assim fallava sabia que seria desculpado «pela alta modestia e superioridade intellectual do sr. Garrett, por que o conhecemos mui de perto.»

Em 23 de Março de 1840 publicou-se o Programma dos festejos que se haviam de celebrar e se effectuaram pelo Conservatorio dramatico de Lisboa por occasião do anniversario da rainha D. Maria II. Compunha-se o festival de tres partes: constava a primeira de uma Cantata composta pelo professor Francisco Xavier Migone, letra de Cesar Perini di Luca; os alumnos da Eschola de Musica faziam os papeis de Venus, Camões, Apollo e Côro. Intitulava-se a Cantata *Apotheose*, e era dividida em cinco scenas, em um — «Sitio delicioso dos bosques Idalios.»

Lamenta Camões as desgraças da patria, as discordias civis e a decadencia das Artes. «Quer partir, mas pára repentinamente ao som de suaves accentos.» Venus cantava dentro uma ária de esperança. Camões fica «maravilhado e mais tranquillo» e depois sae. A segunda scena é occupada por Venus, que admira a angustia do sublime vate. Depois «entram em scena diversos Amorinhos, que formam engraçados grupos em torno de Venus. Vê-se apparecer uma concha marinha tirada por pombas e guiada pelo Amor.» Venus annuncia-lhe a felicidade da Lusitania, a renascença das Artes, e a gloria da Rainha. Despede o Côro para fallar a sós com Camões; a scena IV é toda intercortada:

VENERE: Víeni, o vate, tergi il pianto;
CAMÕES: Triste, ai tanto
VENERE: Che alla Patria derelitta,
CAMÕES: Cosi afflita,
VENERE: Oggi arride un nuovo albore
Pien d'amore.

A scena é interrompida por uma musica vaga; Camões tece uma corôa, e n'isto: «Abre-se o fundo do theatro, e apparece sobre um magnifico pedestal o busto de S. M., a quem fazem engraçada corêa Apollo e varios amorinhos com instrumentos artisticos na mão e grinaldas de flôres; vendo-se egualmente agrilhoados em torno do pedestal a Ignorancia, o Odio, a Discordia.» — «Corre Venus a collocar a corôa sobre o busto, emquanto Apollo e o Côro exclamam: Filha do luso Heroe, que o orbe inteiro admira...» A *Apotheose*, como se vê, é o antigo Elogio

dramatico, das festas reaes do fim do seculo XVIII. As allusões ás luctas civis e desgraças da patria tinham plena actualidade; mas o genero encomiastico é de sua natureza esteril.

A segunda parte do festejo constava do drama *Amor e Patria*, que no programma trazia o seguinte argumento: «O mais famoso e popular episodio da Revolução de 1640, que elevou ao throno a serenissima Casa de Bragança, deu argumento a este pequeno drama. A Condessa de Athouguia, D. Philippa de Vilhena, armando seus filhos para a Revolução, fórma a principal e verdadeira parte d'este quadro historico, que a musa dramatica livremente ornou de seus enfeites.» O drama *Amor e Patria* foi composto para ser representado pelos alumnos da Eschola de Declamação do Conservatorio: José da Silva Reis, Maria do Nascimento Barata Salgueiro, José Gerardo Moniz, Maria José dos Santos, Candido J. X. Lopes, Antonio Joaquim Pereira, Vasco da Gama Cabral, Francisco Caetano Lobo e José Gonçalves. (*Progr.*, p. 27.) O drama foi elaborado anonymamente. Lê-se no *Jornal do Conservatorio* (p. 199): «Não estamos authorisados a dizer, nem talvez sabemos o nome do auctor da peça; só sabemos asseverar com certeza que não é pessôa extranha ao Conservatorio.» Foi representado o *Amor e Patria* no theatro do Salitre em 30 de Maio, no dia do santo do nome do esposo da rainha. Na primeira vez que se representou, Garrett apenas tinha esboçado o drama, sendo a linguagem escripta pelos professores da Eschola de Declamação Cesar Perini di Luca, João Nepo-

muceno de Seixas, e José Augusto Corrêa Leal, o denominado *Recta pronuncia.* Cesar Perini punha em pratica o systema do theatro italiano, da improvisada *comedia sostenuta;* para a representação Garrett refez o segundo acto, refundindo depois todos os trez actos, quando lhe deu a fórma litteraria que imprimiu seis annos depois com o titulo de *D. Philipa de Vilhena.* No prologo confessa: «Foi um improviso esta comedia, e a sua historia é quasi como a de *Catão:* ia-se compondo e ensaiando, acabou-se e representou-se.» Para dar vida a esta formosa tradição da Condessa de Athouguia armar os filhos para a Revolução de 1640, Garrett recorreu a uns amores entre D. Leonor e seu primo D. Jeronymo de Athayde.

O drama é pobre de acção em um periodo tão rico de grandes lances e commoções; comtudo no seu prologo Garrett colloca-o acima do celebre drama *Pinto* de Nepomucene Lemercier; é provavel que conhecesse tambem o drama de José Anselmo Corrêa Henriques, [1] *A Revolução de Portugal*, escripto em 1808, como se infere d'estas palavras: «Não se quiz pintar a acção exterior de uma revolução, como em tantas composições modernas, nem em todo o seu movimento interno, como no citado *Pinto*, e *em outras muitas.*» [1]

---

[1] José Anselmo Corrêa Henriques foi consul de Portugal em Hamburgo, onde se fez notado pelos seus bons ditos, e por uma grande tendencia para não reconhecer crédores. Quando já não tinha quem lhe fiasse ao menos o indispensavel para o sustento de um dia, convocou todos os individuos de quem era devedor,

No intervallo da terceira parte do Festival, um discipulo da Eschola de Declamação desempenhou uma scena que compozera, intitulada o *Parricida*. A ultima parte do espectaculo foi desempenhada pela Eschola de Dansa com uma feéria em dois actos intitulada *Bella, rica e bôa*, ou as *Trez Cidras do Amor*, composta pelo director Francisco York, e posta em musica pelo professor João Jordani.

Garrett queria popularisar o Conservatorio, garantil-o contra o boçalismo de qualquer ministro, lisongeando a Casa de Bragança com essa festa e glorificação do drama *D. Philippa de Vilhena*. Affervorando o respeito á ideia monarchica, nem por isso deixou de vêr a instituição do Conservatorio da Arte dramatica atacada no parlamento pelos cartistas, e ameaçada de suppressão por um ministro-salvador. Quando Garrett na inauguração das Leituras historicas esboçou as épocas da historia de Portugal, não passara desappercebido o seu pensamento sobre a Revolução de 1640; na referencia a esse monumental discurso, que appareceu no dia seguinte no Diario do Governo (n.º 89), vem como summula: «A nona (epoca) a da restauração pelo snr. D. João IV... n'ella foi re-

---

fez-lhes um longo e sentido discurso, e depois de muitos argumentos e protestos, chegou a convencel-os que pagaria integralmente a todos, e para prova leu uma longa lista pela ordem de suas antiguidades. Mas quando os credores se retiravam esperançados, Corrêa Henriques preveniu-os de que passaria para o fim da lista aquelle que primeiro lhe reclamasse a sua divida.

staurado o reino, *mas não a monarchia livre dos nossos avós;...* n'ella floresceu J. Pinto Ribeiro, *tivemos Côrtes, foi o principio da Soberania popular sanccionado n'essas Côrtes, mas ficou no papel.*» O Coburgo e o seu intelligente mentor Dietz comprehenderam que não podiam applicar a Garrett a receita de captação aconselhada pelo matreiro Leopoldo da Belgica. A desconfiança palaciana reflectiu-se nas demissões que lhe infligiu um ministro cartista, de Chronista-mór e de Inspector gratuito dos Theatros.

Tendo appresentado ao parlamento em 1839 o projecto de Lei sobre a *Propriedade litteraria*, só entrou em discussão em 1840, arrastando-se intervalladamente na ordem do dia, até que foram dissolvidas as côrtes em 25 de fevereiro; na nova camara em que tomou assento em 5 de junho, novos esforços empregou Garrett para se proseguir na discussão do projecto interrompido, ficando outra vez posto de parte até resurgir em 8 de fevereiro de 1841. Decididamente Garrett era extranho a todos os conluios que se estavam formando para novos golpes de retrocesso politico; mas approveitavam-se do seu talento para os trabalhos diplomaticos; depois de ter regularisado as questões pendentes com a Curia, foi nomeado em 2 de julho de 1840 plenipotenciario para estabelecer um Tratado de Commercio com os Estados Unidos da America, assignando-o em 2 de agosto d'este mesmo anno. Lendo-se os seus relatorios da missão da Belgica, vê-se como estudava com interesse scientifico questões de administração e economia publica.

3.º Construcção do Theatro normal

Estavam creados escriptores dramaticos embalados pela dôce illusão dos retoques e aperfeiçoamentos feitos por Garrett; faltava um palco em que essas novas composições podessem ser apresentadas ao publico, que se mostrava enthuziasmado com este renascimento. Tal o poder do genio, cujo dom é elevar as almas ao ideal de que está possuido. A falta de um edificio do Theatro nacional tornava incompleta a obra da sua restauração. Existiam dois theatros, o da rua dos Condes e do Salitre, em condições deploraveis, como mostrou Herculano, quando as duas emprezas disputavam o subsidio do governo. Para uma festa do Conservatorio, foi preciso recorrer ao theatro do Salitre, onde se representou o *Amor e Patria;* para mandar os dramas de concurso ás provas publicas, mendigava-se a admissão ao director do theatro da rua dos Condes, então conhecido pelo titulo do *Theatro nacional e normal:* «A sua empreza ou direcção desdenhou sempre os dramas originaes portuguezes; os que não podia deixar de pôr em scena por serem mandados pelo Conservatorio ás provas publicas, sempre os fez representar sem prestigio algum scenico.» — «Antepõe, por systema, as versões do francez aos originaes portuguezes, com offensa do titulo e obrigações do mesmo theatro; com injuria dos talentos nacionaes, e com gravissimo detrimento para a nossa litteratura.» [1] Por estas palavras, por ventura es-

[1] *Revista do Conservatorio*, p. 6 e 7. (1842.)

criptas pelo proprio Garrett, se vê que depois de regularisada a existencia do Conservatorio da Arte dramatica pelos Estatutos de 15 de Novembro de 1841, estes se tornavam letra morta emquanto se não edificasse um theatro. Fora este o primeiro pensamento de Garrett; pelo decreto de 20 de Novembro de 1836 mandava-se organisar uma empreza para levar a effeito essa edificação: «O Secretario de Estado dos negocios do Reino dará immediatamente ao Inspector geral as necessarias instrucções para que, accordando com os *cidadãos zelosos e amigos das Artes, que propozeram formar uma Sociedade para a fundação do Theatro nacional*, se effectue quanto antes esta transacção, do modo mais conveniente.» Estes cidadãos zelosos, a que se refere o artigo do decreto, eram os accionistas inscriptos na lista, que acompanhou o officio de 28 de Janeiro, em que o governador civil Larcher fazia a proposta para se construir em Lisboa um Theatro nacional.

Estava já creado o Conservatorio, e da sua existencia fazia Garrett depender a importancia que os antigos accionistas dariam ao seu convite para formarem a nova sociedade. Em 1836 escrevia elle ao ministro do reino: «A organisação do Conservatorio, além das suas vantagens intrinsecas, terá demais a mais, a de dar animo para promover a effectiva associação das pessoas zelosas, que já offereceram unir-se para a construcção de um Edificio, em que decentemente se possam representar os dramas nacionaes.» A sorte da edificação do theatro dependia em 1836 da organisação do Conservatorio; a lucta e as

difficuldades que Garrett venceu na creação da Inspecção geral dos Theatros, e na installação do Conservatorio da Arte dramatica, foram nada em comparação com o longo processo para achar o local e ahi levar a effeito a construcção do edificio monumental para o theatro portuguêz. De 1836 a 1842 percorreu Garrett um itinerario de contrariedades, que todas se resumem na hostilidade odiosa da facção cartista, que por fim quando se achou no governo o demittiu affrontosamente da Inspecção dos theatros e se apoderou da sua iniciativa mandando construir o theatro que se denominou de D. Maria II. Garrett não se lamentou: via levantado o templo da arte, acreditando que pela comprehensão do genio nacional se havia de regenerar este povo. Bastava-lhe esta satisfação intima. E' de justiça expôr a somma de esforços que custou esta ultima parte da obra de Garrett.

Quando o governador civil de Lisboa, Joaquim Larcher, propoz em officio de 28 de Janeiro de 1836, a edificação de um theatro na capital, o terreno que se indicava era o da Annunciada, perto do Theatro da rua dos Condes. Sendo Garrett ainda n'esse anno nomeado Inspector geral dos Theatros, foi o seu primeiro cuidado escolher um local appropriado para a construcção; era sobre esta base que elle queria organisar a associação, convocando os signatarios da lista que Larcher já tinha appresentado ao governo. Vistorisados todos os sitios aptos para a edificação de um theatro digno da capital, reconheceu-se que o edificio da extincta Inquisição do Rocio, era o que offerecia melhores con-

dições, não só por ser central, como por vir a tornar-se um embellezamento para a cidade de Lisboa.

O palacio da Inquisição, que mandara queimar vivo o desgraçado Antonio José da Silva que dera vida ao theatro portuguez no seculo XVIII, ia ser convertido agora em um theatro no qual a nação iria fazer a profissão de fé da sua secularisação e emancipação de consciencia. Garrett fez a proposta ao governo para que se destinasse aquelle edificio para a construcção do theatro, em officio de 20 de Dezembro de 1836. O governo acceitou a proposta, e pelo ministerio da fazenda, em portaria de 28 de Dezembro foram expedidas ordens terminantes á Junta de Credito publico, mandando-se em outro de 10 de Janeiro de 1837, que se mantivesse separada a parte destinada á nova rua de Camões. [1]

O architecto Chiari foi encarregado de compôr um plano para o Theatro, orçando a obra entre sessenta e cinco a setenta e cinco mil cruzados. Mas esta apparente facilidade, acobertava grandes embaraços para a realisação da obra. Tentou-se emprehender a con-

---

[1] S. M. a Rainha, attendendo a que o local mais adequado para a construcção de um theatro nacional é aquelle em que se acha o Edificio incendiado na Praça novamente denominada de D. Pedro, em que esteve o Thezouro publico; e tanto para o aformoseamento da mesma Praça e commodidade dos habitantes de Lisboa, como pela pouca despeza com tão importante obra de que muito se carece, e que S. M. se compraz de auxiliar, pelas vantagens que d'ella resultam — se pode emprehender; e tomando a mesma Augusta Senhora em consideração o que lhe representou o Inspe-

strucção por via de capitalistas, que a nada se resolveram apezar de todas as vantagens; o capital é conservantista. Voltou-se á ideia de uma Companhia de accionistas, por onde começara o governador civil Larcher. Regeitado o risco de Luiz Chiari, mandou o ministro que o Inspector geral junto com os architectos da Academia de Bellas Artes elaborassem um novo plano. A portaria de 24 de Março de 1837, que isto mandava, foi inefficaz, pelas grandes perturbações politicas da conspiração palaciana-militar. Durou até ao fim do anno de 1838 a interrupção de toda a actividade para realisar-se esta obra. Pela sua parte Garrett nas sessões do Conservatorio trabalhava para vêr se restabelecia o andamento da empreza. Em conferencia de 21 de Outubro d'este anno, em que a nova Constituição facultava uma trégua politica, foi eleita uma commissão de cinco membros do Conservatorio para se entenderem com os accionistas. Quando estavam investidos dos necessarios poderes, e impetravam a auctorisação do governo para levarem a effeito a organisa-

---

ctor geral dos Theatros, e as Informações que sobre este assumpto se houveram: Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda, que a Commissão interina da Junta de Credito Publico faça expedir as ordens necessarias, a fim de que o mencionado Edificio tenha o destino indicado, na intelligencia porém de que ficam subsistindo as disposições do Decreto de 9 de Novembro ultimo, por que foi dada outra applicação á parte do dito officio ao poente da nova rua denominada Camões. Paço das Necessidades, em 10 de Janeiro de 1837. =*José da Silva Passos*. (Para a Commissão interina da Junta de Credito publico.)

ção da Companhia, já o governo tinha alienado o Palacio da extincta Inquisição do Rocio, amortisando com elle parte da divida á Camara municipal de Lisboa.

Perdida a esperança de levantar o theatro no palacio do Rocio, reconheceu Garrett que sem ter um local não podia conseguir formar a Companhia de Accionistas, e tratou de pedir ao governo, por officio de 25 de Outubro de 1838, a cêrca do convento de San Francisco da Cidade, cuja concessão foi logo decretada em 4 de Dezembro. A 6 de Janeiro de 1838 publicaram-se as condições para a formação da Companhia, e a subscripção dos accionistas chegou a 30:700$000 rs., sendo em breve a lei da concessão do terreno sanccionada pelo parlamento em 4 de Maio de 1839, e por portaria de 16 d'esse mesmo mez commettida a sua prompta execução ao Inspector geral dos Theatros.

Quando Garrett começou a pôr em pratica a lei, ajudado pela deputação dos cinco membros do Conservatorio, o Conde de Farrobo, presidente d'ella, e que tambem especulava como emprezario do theatro da rua dos Condes, declarou que não podia conseguir a formação da companhia; e que n'este caso, sendo-lhe a cêrca de San Francisco da Cidade «*vendida por baixo preço e por contracto privado, e de modo que o theatro viesse a ficar propriedade sua*» o edificaria á sua custa. Garrett bem conheceu o lado venal que havia n'esta proposta, mas accedeu a tudo o que ao presidente da deputação lhe lembrou de estipular; elle interpoz a responsabilidade da sua bôa fé perante o governo que foi au-

ctorisado pelo corpo legislativo a vender o terreno por contracto particular, «*sem dependencia de arrematação em praça publica, e mediante a avaliação que as leis da inspecção de Lisboa mandavam fazer para os terrenos incendiados.*» Fez-se a lei de 20 de Julho de 1839 á vontade do Conde de Farrobo, e por portaria de 8 de janeiro de 1840 mandou o governo que a Inspecção geral dos Theatros estipulasse as condições da venda. O Conde de Farrobo, ou por que se arrependesse da nova empreza em que entrava, ou por qualquer outro motivo ignoto, allegou estar offendido com as condições da venda e desistiu de todo o contracto e compromisso. Assim ficaram inutilisadas a lei de 4 de Maio de 1839 que cedia a cêrca do Convento de S. Francisco da Cidade para a Construcção do Theatro, e a lei de 20 de Julho que o vendia *particularmente* e *por baixo preço* ao Conde de Farrobo. Pela segunda vez foram aniquilados os esforços de Garrett.

Era preciso começar de novo. Deputado na legislatura de 1840, propoz na camara em 19 de Outubro um projecto de lei para a construcção de casa para o Theatro nacional, fornecendo o estado o terreno, bem como os materiaes desaproveitados de outros edificios destruidos, e ficando auctorisado a applicar para esta edificação qualquer terreno ou predio nacional, *comprando-o ou trocando-o por outros quaesquer bens*. N'esta clausula levava Garrett em vista vir a recuperar o palacio da Inquisição cedido á Camara municipal de Lisboa. Esta proposta, com a da formação de uma companhia pelo governo, e das vanta-

gens ou garantias que se lhe dariam, foi convertida em lei de 6 de Novembro de 1840.

Convidaram-se architectos para examinarem diversos terrenos, e todos optaram pelo palacio da Inquisição, ao Rocio; em uma consulta ao governo pedia-se auctorisação para que a Inspecção geral dos Theatros entrasse em contracto com a Camara municipal para obter por troca ou compra o Palacio do Rocio, como se estabelecera na lei de 6 de Novembro de 1840. Depois d'esta consulta de 12 de Janeiro de 1841, a Camara municipal, comprehendendo a intenção patriotica da edificação do Theatro, e como um embellezamento para a cidade de Lisboa, cedeu o palacio por dez contos de reis, como consta da acta e consulta de 11 de Março de 1841, «*pelo interesse que tomava na realisação de uma obra que a civilisação e a politica tão altamente reclamavam.*» [1] Abriu-se immediatamente concurso para o risco do theatro, publicaram-se as condições para um emprestimo de cem contos de reis, em que a obra fôra orçada, trabalhava-se para confirmar as subscripções de 1839, quando Garrett foi bruscamente demittido dos cargos *gratuitos* de Inspector geral dos Theatros e de Chronista mór do Reino. Estavam desde Junho no poder os seus ferrenhos inimigos *cartistas*, Joaquim Antonio de Aguiar, Conde de Villa Real, e o renegado septembrista Antonio Bernardo

---

[1] Escriptura de 18 de Maio de 1841. — Decreto de 29 de Maio de 1841.

da Costa Cabral. Eis o miserando decreto, lavrado em nome da rainha:

«Hei por bem exonerar ao conselheiro João Baptista de Almeida Garrett dos logares que exercia na Inspecção geral dos Theatros e Espectaculos nacionaes, e no Conservatorio real de Lisboa, e bem assim de Chronista mór do Reino, para os quaes tinha sido nomeado na conformidade dos decretos de 22 de Novembro de 1836, e de 20 de Dezembro de 1838. O presidente do Conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, o tenha assim entendido e faça executar. Paço de Cintra, em 16 de Julho de 1841. = Rainha = *Joaquim Antonio de Aguiar.*» [1]

E' preciso a coragem da inconsciencia para pôr o nome n'este decreto; o rancor politico levava a tanta cegueira moral. Na *Revista do Conservatorio*, (p. 25) falla-se na demissão «d'este cargo tão laborioso, *e que sempre serviu gratuitamente.*» E por fim é o ministro Costa Cabral, que assim como apagava as leis da dictadura septembrista pondo-lhe refundições cartistas, quem se arrogou as glorias de ter dotado Lisboa com um theatro nacional. Contra uma dôr só ha o refugio em outra dôr mais forte; e no meio d'esta decepção Garrett estava completamente absorvido em um soffrimento mudo e irremediavel. [2]

---

1 *Diario do Governo*, de 17 de Julho de 1841, N.º 167. — *Mem.*, t. II, p. 644.

2 «A 26 de julho de 1841, succumbiu á enfermidade a bella Adelaide Pastor, contando apenas vinte e dois annos de edade... De tres filhos que tivera ape-

A demissão de Garrett é tanto mais odiosa, quanto se esclarecem os antecedentes do decreto de Aguiar. O ministro Antonio José de Avila entendeu fazer economias atacando no orçamento a dotação do Conservatorio dramatico; tinha a fortifical-o a vacuidade palavrosa de Agostinho Albano da Silveira Pinto, que Garrett retratou no typo de Gil Eannes do *Arco de Sant'Anna*. Na sessão de 15 de Julho de 1841, Garrett proferiu esse monumental discurso conhecido pelo titulo da discussão da lei da Decima, em que fulminou com a omnipotencia do sarcasmo a inconsciencia do financeiro e das suas medidas de Salvaterio. Na impressão em opusculo, accrescentou uma introducção explicativa: «Na parte em que rebate os descommedimentos do ministro, o discurso é violento, é *catilinaria* se quizerem; mas não é indecente como as phrases que o provocaram e que vêm transcritas no Diario da Camara, (sessão do dia 12 de Julho.)—Pêsa-me pois que o descom-

---

nas ficava viva D. Maria Adelaide.—Em 29 officiou (Garrett) á camara, pedindo-lhe desculpa de faltar a essa e a mais algumas sessões, por causa das suas molestias. Outo dias andou como alheiado, comparecendo por vezes no parlamento... e a 4 de Agosto pedia vinte dias de licença, declarando, comtudo, que frequentaria as sessões, sempre que podesse. Foi-lhe concedida; e n'esse mesmo dia reconheceu a impossibilidade de gosal-a; o bulicio das discussões prestava-se melhor para afogar-lhe a memoria do coração.—Voltou, pois, em 5, a tomar parte nos trabalhos parlamentares, fallando n'este dia até muito depois da hora, sobre a questão dos tributos. O seu discurso toma onze columnas do Diario das Côrtes.» (Amorim, *Mem.*, II, 649.)

medimento de um dos ministros me obrigasse a ser violento! injusto não fui; sem provocação, e muito forte, nunca usei de uma palavra desabrida desde que fallo. — «Offendeu-me a proposta da destruição do Conservatorio. E' verdade. E como não havia de offender-me a proscripção inutil e manifestamente acintosa de um estabelecimento que eu tinha creado com tanto zelo e desinteresse, cujo proveito via crescer todos os dias, e no qual acreditava, e ainda creio que estavam firmados grandes interesses de civilisação?

«Posso dizel-o hoje com mais confiança e desaffogo, por que *já todos sabem que d'elle me não vinha proveito algum;* e se algum amor proprio entrava na questão, era d'aquella especie que não faz vergonha, antes honra.

«Para mim foi uma fortuna esta proscripção, porque trouxe o exame da verdade, que se andava calumniando em cochichos e agora se ouve alta.

«Para aquella instituição nascente, cuja despeza era uma bagatella, (que podia comtudo reduzir-se, como eu ha dois annos tinha proposto, e o anno passado provara á Commissão de Instrucção publica), e que de certo havia de restaurar o nosso Theatro, — aliás *creal-o*, que nunca o tivemos — para esse foi golpe de morte, de que os proprios algozes, quando lhes passar a furia, se hão de pejar.

«Tenho este sentimento; é o unico; paixão nenhuma tenho já.»

Na introducção d'este Discurso, Garrett, indicando os motivos da sua opposição ao ministerio aponta um facto que veiu a manifestar-se na reacção cartista de 1842: «Vi

que *eram levados pela torrente de uma reacção cega e desatinada*, que imaginou poder fazer d'este reino dominio exclusivo de meia duzia de pessoas e terra de escravidão para todos os mais.» Essa torrente cega irrompia pouco depois sob o nome de *Cabralismo.*

A carga sobre a vaidade do ministro da fazenda Antonio José de Avila, que alcunharam de *pavão*, é de um immortal sarcasmo: «A vivacidade de meus sentimentos, a religião das lettras em que fui creado dá-me ás vezes, já o confessei, momentos de fanatismo quando as vejo maltratadas por leigos insolentes, ou por garraios de ôcca sciencia, que ainda são peóres que os leigos, por que são mais atrevidos. —Parco e modesto, tenho eu sido, serei sempre de mim; mas com uma vida publica tão innocente e devota para com o paiz que me gerou, para com a liberdade que me trouxe ao collo, com vinte annos de duro serviço na causa d'essa mesma liberdade, de trabalhos e sacrificios, de inalteravel constancia em principios, de indomavel firmeza em opiniões, *custa a ouvir os homens novos n'esta causa* que se deviam honrar de seguir as pisadas dos veteranos da liberdade, *empoleirar-se em seu throno de cannas e cacarejar como o vaidoso marido da gallinha, enamorado de sua plumagem inutil, de sua propria e esteril sufficiencia.*»

Todos conheceram o retrato; e Antonio José de Avila doeu-se profundamente, por que Garrett sabia que elle viera do campo miguelista para os liberaes já triumphantes nos Açores, e que a sua cultura se limitava

ao latim e theses de logica de uns frades insulanos. Por isso Garrett, depois d'esse retrato, proseguia:

«Ha na sociedade moderna uma aristocracia nova e pessoal, que eu respeito sobre todas, e que, d'onde quer que ella venha, onde quer que ella esteja, me levanto para a saudar com respeito, para reconhecer nos que a possuem os optimos, os proceres da republica. E' a dos talentos, a dos serviços. Queres que te eu respeite, queres que me curve diante de ti, mostra-me em que tens illustrado a patria, com a tua espada, com a tua penna, com as tuas descobertas, com a tua industria.» E como quem, pelo contraste, se dirigia ao ministro da fazenda:

«A causa da monarchia e da liberdade precisou do testemunho de seus filhos; quando e aonde appareceste para lh'o dar? Careceu de martyres que assellassem com o seu sangue e os seus sacrificios a verdade que sustentavamos; onde estava o teu zelo e a tua dedicação? A tyrannia opprimia a patria, a usurpação occupava o throno; toda a alma generosa e livre, todo o que hoje póde ter direito a levantar a cabeça entre nós e a dizer: *Conhecei-me*, sou eu! — todos resistiram; e nos carceres, ou no patibulo, ou no exilio, ganharam o direito de ser nomeados e respeitados por nós. Que te não chegou então a nobre ambição de ganhar legitimamente esses titulos ao nosso respeito, que *pela intriga e pelo compadresco pretendes usurpar*, e cuidaste que tinhas ganho por que te deram um papel vasio de sentido, vasio de verdade que está embargado na chancellaria da opinião

publica até que tão demasiadas esperanças se convertam em alguma realidade.»

Depois d'este inquerito sobre a nullidade dos serviços do estadista do *Salvaterio* financeiro, faz o exame dos seus trabalhos intellectuaes:

«Este paiz precisa ha muito illustração; este povo precisa que as lettras e as sciencias se cultivem n'elle; a industria, as artes precisam esclarecidas, a sua historia precisa escripta e estudada; onde estão os volumes do novo Thiers, as prelecções d'este Guizot, as sublimes inspirações d'este Chateaubriand e Lamartine? Nas tribulações da patria não te encontrámos, nem sequer a chorar, quanto mais a combater ao pé de nós; nas tarefas de Minerva não te conhecêmos; o teu nome não se liga na republica das lettras senão a artigos panegyricos, em que, novo Homero de periodicos, cantas a tua propria Illiada em linguagem mascavada, em que, Xenophonte de ti proprio, escreves a romanesca Cyropedia de teus altos feitos que ninguem viu.

«D'onde virá tanto orgulho e tão nojenta vaidade? d'onde virá a audacia de comparar uma vida publica *celebre só em manejos e intrigas eleitoraes*, com a dos veteranos da liberdade que ha vinte annos trabalham, luctam, padecem pela defensão d'esta causa em que só apparecem depois da victoria?»

Na pequena introducção com que reproduziu Garrett este discurso, vem uma phrase que synthetisa o alto valor d'este julgamento: «Conheço a historia do meu tempo, sei-me servir d'ella; e heide fazel-o quando e contra quem fôr preciso.»

Passado pouco mais de um mez, depois d'este monumental discurso, escrevia Garrett o prologo do *Auto de Gil Vicente*, datado de — Bemfica, 24 de Agosto de 1841, — e ahi apontava o deploravel ataque contra a creação do Theatro portuguez:

«Parou tudo com a perseguição de *Salvaterio:* a casa com o terreno e parte do material já comprado — e bôa somma de contos de reis já assignada — o repertorio com um bom par de dramas, em que ha alguns com muito merito, tudo parou.

«Consummará esta gente a sua obra de vandalismo brutal e estupido? Creio que sim. O povo que lh'o agradeça. — Não quero ainda dizer a quem pelos seus nomes. Por pouco que vivam estes meus livrinhos, sempre hão-de viver mais alguma cousa do que elles: não lhes quero dar mais esses dias de vida.

«E talvez ainda se envergonhem. — Duvido.»

No seu retiro de Bemfica, Garrett refugiou-se de todos os seus desgostos na elaboração esthetica, e absorveu-se completamente na composição de um novo drama *O Alfageme de Santarem.* No seu prologo, deixou os seguintes traços pessoaes:

«Delineou-se este drama em meados de 1839, e effectivamente se compoz agora. Bemfica, 10 de Outubro de 1841.» Cortavam-lhe a sua acção como Inspector geral dos Theatros em que trabalhava para a construcção do Theatro normal; não poderam prival-o do poder creador com que fundou com mais uma obra prima a litteratura dramatica portugueza. Imaginaram que no *Alfageme de San-*

tarem estava um protesto contra o boçalismo auctoritario de que Garrett fôra victima. E' certo que irrompia n'esse ministerio, em que entrara Costa Cabral, a reacção absolutista de D. Maria II contra a Constituição de 1838 nascida do mandato da soberania nacional. Garrett via para onde se dirigiam os acontecimentos, e escrevia no seu prefacio: «Quiz pintar n'este quadro a face da sociedade em um dos grandes cataclysmos porque ella tem passado em Portugal. O pintor isolou-se de todo o sentimento e sympathia — paixões politicas não as tem — para vêr e representar como elles foram, são e hãode sempre ser, os dois grandes elementos sociaes, o *popular* e o aristocratico.» Na crise que irrompia em 1841, o elemento popular era a totalidade da nação, que em uma Constituinte delegara a sua vontade; a aristocracia era uma decahida classe privilegiada que se encostava aos caprichos de uma rainha criança inintelligente, envolvida pelo esposo Coburgo nas intrigas do Coburgo da Belgica e do outro Coburgo de Inglaterra, sob o sophismado restabelecimento da Carta outorgada. Imaginaram que deveriam existir acerbas allusões no *Alfageme de Santarem*, e d'ahi os embaraços que em 1842 difficultaram a sua representação. Garrett não se desalentava; dava-lhe força a consciencia da missão que servia.

Em carta de 12 de Novembro de 1841, dirigida por elle ao auctor do drama *O Emparedado*, formulava a sua ideia sobre a importancia do Theatro na renovação da sociedade portugueza: «Eu tenho fé no theatro — no Theatro verdadeiramente nacional, para a ci-

vilisação d'esta nossa terra. Muitas vezes tenho pensado e creio, que os *Lusiadas* têm sido a melhor cidadella para defender a independencia d'este nosso reinosinho, do que o Forte da Graça e a Torre de S. Julião. Pois para o illustrar hãode fazer tambem mais os dramas nacionaes que lhe fallem do que foi, — que o corrijam do que é, — que lhe apontem o que póde ser, — do que as prégações dos nossos jornaes ou os palratorios e *legislatorios* de S. Bento.

« Andemos com a missão por diante, que é nobre e generosa, e deixemos dar vaias aos tolos, ou mofar os superciliosos patetas, que realmente cuidam que são alguma cousa, por que os vomitou a balêa da urna n'esta nossa Ninive peccadora, onde nenhuma *conversão* fazem — só se fôr de fundos para maior gloria de suas illustres algibeiras. » [1]

Depois da demissão de Inspector geral dos Theatros, em 16 de julho de 1841, sómente em 13 de Novembro d'este anno, é que Joaquim Larcher foi nomeado para esse logar; elle era intimo amigo de Garrett (apparece nomeado seu testamenteiro) e tambem enthuziasta pela edificação do Theatro nacional. Foi talvez por esta circumstancia, que Garrett não deixou de frequentar o Conservatorio da Arte dramatica sob a presidencia d'aquelle seu amigo e condiscipulo.

Em 21 de Dezembro de 1841 celebrou-se na Sala dos Actos grandes da Eschola Polytechnica uma sessão real em memoria dos so-

---

[1] Ap. *Conimbricense*, n.º 5.438 (1899.)

cios falecidos do Conservatorio; D. Fernando Coburgo devia presidir a essa primeira sessão real, em que Garrett iria lêr o *Elogio historico do Barão de Ribeira Sabrosa*. D. Fernando «mandou declarar que não podia vir exercer as funcções de presidente.» Elle conspirava então com Costa Cabral para um golpe de reacção militar contra a Constituição de 1838, e bem sabia que a sua presença suscitava uma corrente antipathica. N'essa sessão, José Estevam, que proclamara no parlamento o principio da *Soberania nacional*, leria tambem o Elogio do patriota industrial Ferreira Pinto. A sessão foi brilhante, tanto na parte musical executando-se composições originaes de Bomtempo, como nos quadros biographicos, traçados e lidos pelos principaes escriptores; em officio de 7 de Novembro de 1841 Garrett confessava-se *vivamente interessado* n'esta sessão commemorativa.

Vejamos como a iniciativa de Garrett se tornou um titulo glorioso de Costa Cabral: Joaquim Larcher esperou que passassem as difficuldades politicas do momento, e em 25 de Abril de 1842 fez uma representação ao governo, propondo os unicos meios que havia para se conseguir levar a effeito a construcção do Theatro. Eram elles: Que tendo os Caixas do Tabaco obrigação de sustentar a Opera italiana no theatro de S. Carlos, durante o anno inteiro, fossem elles absolvidos d'este encargo em os seis mezes de Maio a Outubro, applicando esse encargo nos annos de 1843 a 1846 para a edificação do Theatro nacional. Assim a transacção com os Caixas do Tabaco, que evitavam grandes prejuizos,

devia produzir n'esses tres annos 40:000$000 de reis; com a quantia de 10:000$000 reis subscriptos pela rainha em 1839; com os reis 5:000$000 subscriptos pelo Duque de Palmella, em 1841; com mais 5:000$000 rs. de outras subscripções já feitas; com a importancia do subsidio do theatro nacional dos annos de 1843 a 1846, os cinco contos cada anno: 20:000$000 rs.; com mais 10:000$000 rs. da isempção de direitos na Alfandega e auxilio de materiaes da repartição de obras publicas e arsenaes, o que tudo fórma o total do 90:000$000 rs. que era a somma arbitrada em diversos calculos.

O ministro do reino acceitou esta proposta. Os caixas do Tabaco accederam á transferencia do encargo, e offereceram para a construcção da obra o risco do architecto Lodi. Os trabalhos começaram em 17 de Julho de 1842. Nos *Apontamentos historicos para a vida de A. B. de Costa Cabral*, obra anonyma, mas escripta por D. José de Lacerda, lê-se: « Um pensamento grandioso occupava de ha muito Costa Cabral, e era a edificação de um Theatro portuguez, digno da capital (e de que tanto ella carecia), que significasse o adiantamento que tinha entre nós a arte dramatica, hoje necessidade dos povos, e de que mui grande proveito póde tirar-se sob mais de uma consideração. Todavia este arduo empenho, porque faleciam absolutamente os recursos, e parecera amarga zombaria á situação do paiz emprehender as quantiosas despezas que tinha de requerer para tal obra para ser o que cumpria e se destinava que fosse. Porem Costa Cabral não era facil em ceder diante

dos obstaculos: perservou no intento percebido, e achou como verificar o que todo o outro se affigurara impossivel. Os Decretos de 14 e 27 de Junho de 1842, e a lei de 29 de Maio de 1843, contém todas as providencias e disposições necessarias para assegurar, sem gravâme do thezouro publico, a realisação d'este proficuo pensamento. E a resolução, o que é mais não ficou no papel: poz-se immediatamente por obra: e a formosa praça de D. Pedro ensoberbece-se já com a aprimorada fabrica do *Theatro de D. Maria* II, theatro que dentro de um anno (1844) posto remate a todos os trabalhos, deve achar-se em exercicio, e desde o presente é objecto de não suspeitos louvores de nacionaes e estrangeiros.» (*Op. cit.*, I, 217.)

Pela sua parte Garrett não desanimava com estas usurpações da gloria; nas Notas aos *Apontamentos historicos*, explicando-se como foi realisado o projecto da edificação do Theatro, citam-se os esforços de Garrett, sem citar-lhe o nome:

«O governo, auctorisado pelas leis de 4 de Maio e 30 de Julho de 1839 e pela lei de 6 de Novembro de 1840 a proceder aos contractos e condições convenientes para a edificação de um Theatro nacional em Lisboa, estipulou com a Camara municipal d'esta cidade a troca do terreno e edificio incendiado na Praça de D. Pedro por alguns bens nacionaes do mesmo valor, para alli ser levantada a casa do novo theatro, nos termos constantes dos decretos de 5 e 29 de Maio de 1841. (Doc. n.º 5 e 6.)

«Sendo todavia impraticavel levou-se a

effeito a edificação do theatro com os unicos recursos estabelecidos pelas citadas leis, o governo aproveitou o feliz ensejo que se lhe offerecera, de obter dos Caixas actuaes do contracto do tabaco um donativo de 40:000$000, e bem assim o adiantamento, como emprestimo por conta de subsidio ao theatro normal da quantia de mais vinte contos, sem vencimento de juro...» (Doc. n.º 7.)

«Com estes fundos, com os auxilios concedidos pela lei de 6 de Novembro de 1840, e com a isemção de direitos estabelecida provisoriamente pelo ministerio da fazenda a favor dos objectos importados de paizes estrangeiros para a edificação do Theatro nacional, começaram logo as obras d'aquelle edificio, nas quaes se prosegue com muito zelo e grande actividade, segundo as instrucções dadas pelo decreto de 27 de Junho de 1842.» (Doc. n.º 8.)

Garrett via realisar-se o seu sonho. A edificação d'este theatro na praça do Rocio, sobre as ruinas da tremenda Inquisição, era o triumpho da sociedade burgueza, que sacudira o pezadello do monachismo. Foi ainda assim preciso vencer os preconceitos da ignorancia nos seus Salvaterios, e os apódos dos retardatarios. Castilho dera ao theatro de D. Maria II o titulo de *Agrião*, por ter os seus alicerces sobre estacaria em um terreno humido; Garrett acceitou o apódo, e lembrando-se das dissidencias entre cartistas e septembristas, escrevia no *Arco de Sant'Anna*, que a lettra dos nossos hymnos politicos devia — «passar á posteridade gravada na fachada do *Theatro Agrião*...» (cap. XXV.)

B) A restauração da Carta outorgada

A queda do ministerio Ribeiro Saborosa foi um golpe dirigido calculadamente ao funccionamento da Constituição de 1838. Saldanha, que fôra posto de parte pela Revolução de Septembro, dera pretexto a essa queda, em ponderações á rainha intimidando-a dos perigos de complicações internacionaes, especialmente com a Inglaterra, que pedia indemnisações e renovação do ominoso tratado de Methwen. Abriram-se as côrtes em 1839 com ministros cartistas, como Bemfica, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral. Esta figura sinistra revelou immediatamente ao paiz os intuitos de uma reacção palaciana organisada; manifestaram-se tumultos em 11 de Agosto de 1839, que fôram abafados por Caçadores 23; em 26 de Agosto de 1840 dá-se na provincia a revolta do coronel de infanteria 6 Miguel Augusto, e o ministerio é reforçado em 9 de junho de 1841 com individualidades mais accentuadamente cartistas.

Caminhava-se para uma reacção palaciana, dirigida pelo renegado septembrista, que se tornára o homem de confiança depois da carnificina da Guarda nacional em 13 de Março de 1838; [1] por tal facinorismo, confes-

---

[1] No panegyrico de Costa Cabral, que vem na *Resenha das Familias Titulares*, lê-se esse feito como seu titulo de gloria: «nova tentativa, que se verificou no dia 13, a qual, tendo maior desenvolvimento, *só póde ser debelada a ferro e fogo*, travando-se combate nas ruas da cidade, sendo aggressores os revolucionarios, cuja audacia subiu de ponto, quando souberam que se tratava de outra convenção na — Pomba de Ouro —

sa o seu panegyrista: «As vistas voltaram-se então para o homem, a cuja energica acção se deveu o terem abatido as tentativas revolucionarias dos dias 9 e 13 de Março de 1838.» Mesmo fóra de Portugal os Coburgos contavam com Costa Cabral, dando-lhe a grã-cruz de Leopoldo da Belgica, e a de Saxe-Coburgo-Gotha de Ernesto Pio. Ministro da justiça, Costa Cabral vae ao Porto em visita de familia em 27 de janeiro de 1842, e ahi depois de ouvir missa na egreja da Lapa, faz um pronunciamento militar restabelecendo a Carta outorgada de 29 de Abril de 1826. Foi um effeito combinado para se fazerem outros pronunciamentos militares pelas provincias, e assim o paço impôr-se á capital. Depois de um tal acto o ministerio teve de demittir-se, seguindo-se o *ministerio de entrudo* que durou dois dias, e por fim o ministerio de 9 de Fevereiro de 1842 sob a presidencia do Duque da Terceira, o qual durou quatro annos, até 20 de Maio de 1846. Costa Cabral entrou para este ministerio em 24 de Fevereiro de 1842, e esses quatro annos de poder constituem o periodo feroz do *Cabralismo*, que provocou a terrivel serie de levantamentos, revoltas mili-

---

casa de pasto muito conhecida então. *Correu sangue em quantidade;* nunca se soube ao certo o numero das mortes, porque as auctoridades fizeram retirar de noite os cadaveres, que fôram lançados ao Tejo. Foi com o tempo que se notou *a falta de alguns homens conhecidos pela sua exaltação*, que ninguem mais tornou a vêr.

«A *lição foi severa*, mas proficua. Acabou n'aquelle dia o predominio da Guarda nacional, que até então se impunha...» (Op. cit., vol. II, vbº. THOMAR.)

tares, revoluções populares e intervenções armadas que chegaram ao extremo em 1847.

E' n'este violento periodo do *Cabralismo*, que o talento de Garrett servindo a causa da liberdade nacional cria as suas mais bellas obras litterarias. Sem se conhecer este movimento politico não se explicam nem se penetra o sentido intimo d'essas creações estheticas, que têm uma relação viva com a sociedade portugueza. No prologo do *Romanceiro*, de agosto de 1843, escrevia o poeta: «pelos tempos em que vivemos, tão baralhado anda tudo, que *até a historia litteraria e poetica se confundem com a dos successos e relações politicas.*» Esses successos de 1842 reflectem-se na comprehensão do *Alfageme de Santarem*, de 1842; no trabalho das tradições nacionaes do *Romanceiro* em 1843, na creação do *Frei Luiz de Sousa* em 1842-3, na origem das *Viagens da minha terra* em 1845, no *Arco de Sant'Anna*, na *Sobrinha do Marquez*, e na promessa infelizmente não cumprida dos *Vinte annos da Historia de Portugal.*

Os cartistas mais sinceros, aquelles mesmos que tinham protestado contra a Revolução de Septembro, na Exposição ao Congresso, datada de Paris em 21 de Dezembro de 1837, como o Duque de Palmella e Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, já reconheciam que a Carta outorgada carecia de reformas, e tiveram de organisar uma opposição parlamentar contra o Cabralismo; diante d'esta transigencia, Garrett entendeu approximar-se d'esse elemento conservador, sem renegar os seus principios, preparando de longe uma fusão que veiu a realisar-se em 1851.

A incomprehensão do seu intuito tornava-o alvo das calumnias; diz elle no discurso da lei da decima, de 1841: «E' terrivel precalço do Systema representativo — que os caracteres se gastem depressa; que as armas da calumnia e da inveja não percam um só dos tiros que lhes assestam, que os odios particulares aproveitem os erros privados (que não são justiçaveis do publico) para empanar com as máculas mais perdoaveis do homem, o brilho puro e ingenuo da mais immaculada vida de cidadão.»

Para comprehender todas as luctas durante esses quatro annos do *Cabralismo*, e o seu prolongamento até 1851, é preciso apontar o facto permanente que as determinou: a promessa de D. Maria II, no decreto de 10 de Fevereiro de 1842, de que as côrtes se reuniriam com os *mais amplos poderes* para se reformar a Carta outorgada, promessa que foi sempre illudida até ao levantamento em que pela colligação dos partidos se decretou o *Acto addicional.* Havia uma insania ou desvairamento n'esta perfidia da rainha ou de quem a aconselhava, que levando-a á mais monstruosa das traições, um pedido de *intervenção armada*, precipitou a nação nas maiores calamidades. Perjurando a Constituição de 1838, D. Maria II por decreto de 10 de Fevereiro de 1842 manda declarar, que se acha em vigor a Carta constitucional de 1826 como lei fundamental do Estado, e ordena que se reunam as Côrtes extraordinarias no dia 10 de Junho «devendo os deputados eleitos para ellas vir munidos dos *mais amplos poderes.*» Era então presidente de conselho o Duque da

Terceira, espada sempre ao serviço pessoal de D. Maria II, e como tal garantia da lealdade da promessa firmada tambem por José Jorge Loureiro e Mousinho de Albuquerque. No relatorio que precede o decreto lê-se, que «aconselharam a Rainha a esta medida por que era o desejo manifestado pelas provincias do norte e centro, e já patente na maior parte do povo e reino e generalidade da força armada; e a que fôssem convocadas com a maior brevidade as Côrtes que representassem a nação segundo a mesma Carta.» A entrada de Costa Cabral no ministerio foi para impedir o cumprimento da promessa do decreto de 10 de Fevereiro, no qual, como deblateravam os cabralistas, Mousinho de Albuquerque: «introduziu a condição dos *amplos poderes* aos Deputados...» Costa Cabral, como ministro do reino, por decreto de 5 de Março de 1842 transferiu as eleições de 10 de Junho para 10 de Julho sem se referir a poderes necessarios para qualquer reforma da Carta. Estava iniciada a lucta violenta, em uma série de calamidades:

Em 24 de Septembro de 1842 revolta-se em Marvão Caçadores 26, proclamando a Constituição de 1822.

Em 5 de Fevereiro de 1844 irrompe a insurreição de Torres Novas, que vae finalisar vencida em Almeida em 28 de Abril d'esse anno.

Nas atrocidades do governo, que imitava o facinorismo do governo hespanhol dos Narvaez e Gonzales Bravo, manifestou-se a Revolução do Minho em Maio de 1846, chamada da Maria da Fonte; para salvar o throno de

D. Maria II, o Duque da Terceira para lançar fóra do governo Costa Cabral pediu a sua demissão.

Na cegueira da traição, D. Maria II, pela *Emboscada de 6 de Outubro* de 1846, demitte o novo ministerio Palmella, no qual entrava Mousinho de Albuquerque, nomeando um ministerio inteiramente opposto á reforma da Carta outorgada de 1826. Contra esta teimosia estupida surge a revolução de 9 de Outubro, formando-se no Porto a Junta Governativa; e como o Duque da Terceira mandado ao Porto como logar-tenente da rainha ahi fôsse preso por ordem da Junta, D. Maria II, para segurar-se no throno pediu a *intervenção armada* da Quadrupla Alliança, que impôz a Portugal a Convenção de Gramido, de 29 de Junho de 1847. E apesar de tudo isto, Costa Cabral, feito já Conde de Thomar, é chamado outra vez ao poder, constituindo ministerio em 1849, sendo apeado em 1851 por despeitos pessoaes de Saldanha, que o tinha recommendado á Rainha.

Tal é o encadeamento dos factos complicados, mas de uma logica simplicidade diante das perfidias com que se embaraçaram o cumprimento das reformas promettidas no decreto de 10 de Fevereiro de 1842. Dentro d'este quadro, vê-se em toda a sua luz a acção politica de Garrett, e a sua maravilhosa creação artistica estimulada pelas convulsões sociaes; conhece-se a sua situação moral diante dos partidos extremos, e a origem das calumnias que envolveram por todas as fórmas a sua alta individualidade. Em data de 12 de Abril de 1842, escrevia Garrett em carta dirigida a

Silva Abreu, bibliothecario em Braga, e seu companheiro da emigração, referindo-se á restauração da Carta: «Desagrada-me o estado das cousas e a tendencia dos homens. Sou *pasteleiro* pelo coração e pela cabeça: sentimento e reflexão me fazem desejar e crêr, que não seja nacional nem fixo todo o governo exclusivo e intolerante. E então n'este Portugalsinho tão pequeno, do qual todo junto ainda custa a espremer gente para uma só governança; que fará para tantas andainas exclusivas quantas exige o exclusivo e brutal ciume dos partidos? — Eu queria e quero a Carta para que ella fôsse, ou seja reagente contra estas immoraes amalgammas das *cottéries*. Mas parece-me que vamos ainda peior. Portugal não é dos Septembristas nem dos Cartistas, é dos portuguezes; e eu não posso adherir a nenhum partido que se queira fazer Carta privilegiada, e declarar caipóras ou párias aos outros: é contra minha religião politica; seria desmentir aos meus principios tantas vezes e tão solemnemente professados... Tive-me á barba com os heroes de Septembro, luctei com elles por este principio, — dizem que não sem gloria, — como heide eu querer quinhoar a responsabilidade moral d'est'outros? — Eis aqui o cavaco que dou a poucos... para lhe explicar porque me não ligo com o actual ministerio. De todos sou amigo, de nenhum tenho queixa; quizeram obsequiar-me; e pesa-me por alguns d'elles, e mais que tudo pela bandeira que alçaram, não poder estar n'aquellas fileiras. Não posso. Sustente-se a Carta; mas seja bandeira de paz e de união da nacionalidade — não vexilo

de discordias, balsão de despiques, — bandeirola de vingancinhas de bairro e bairristas.»

D'este isolamento em que se collocou Garrett na restauração da Carta, acha-se uma referencia na *Revista universal lisbonense*, de 1842: «Isolado de todas as influencias de valimento ou de poder, sem ligação de partido politico, este e outros testemunhos que ultimamente tem recebido o nosso litterato, assim de muitos individuos distinctos como de varias associações respeitaveis, tanto honram a quem as recebe como a quem as tributa.»[1] N'este mesmo anno de 1842, a situação de Garrett como politico era apreciada pelo cartista D. João de Azevedo, no quadro biographico da galeria parlamentar, como de um sceptico desdenhoso: «Talento monstro, primeiro orador portuguez, primeiro poeta peninsular, e litterato quasi encyclopedico, Garrett é o sceptico mais desalmado que seguramente se tem sentado em cadeira de parlamento. Ouvil-o e não lhe ficar pendurado dos labios, é dar a mais evidente prova de que ou o coração é de bronze ou a cabeça de marmore. Mal porém que remata, adeus impressões produzidas! adeus moral da Escri-

---

[1] Alludia ao presente da 1.ª edição dos *Lusiadas* de 1572, feito a Garrett por J. P. Palha: «feito de pura consideração e enthusiasmo pelos talentos e amabilidade do nosso admiravel escriptor, que, orando no parlamento, julgando no tribunal, conversando na sociedade, ou escrevendo no gabinete em tantos e tão diversos generos, tem sabido attrahir com a estima e respeito geral, a affeição que sempre obtem os raros caracteres que sabem conciliar a *independencia* do pensamento e a cortezia do trato, a elegancia das fórmas polidas e a

ptura! adeus magnetismo poetico! De tudo que se lhe ouviu, o que apenas sobrevive ao discurso é a lembrança caustica do Rabelais, que assassina a de S. Chrysostomo. — Seria amor que o fez sceptico? — seria a ruindade dos homens? — seria o bafo pestilencial da politica? Estamos que foi o ultimo.» E através dos encomios extremos, depois de increpal-o de sceptico, diz que tem Garrett uma crença que muito o afaga — «a de que effectivamente é gigante...» [1] Dom João de Azevedo de Sá Coutinho, fidalgo de Braga, e auctor de dramas representados por curiosos, admirava mas não comprehendia a supremacia social de Garrett; d'essa accusação de scepticismo contra o homem que mais creu na autonomia do genio nacional, resentiu-se o poeta no prologo das *Viagens na minha terra*. N'esta derrocada dos caracteres, póde-se dizer que elle era a consciencia pura da nacionalidade, e que vindicava a sua dignidade. Em 1842, o principe de Licknowsky, que viera a Portugal como viajante, publicou n'esse mesmo anno o livro *Portugal Erinnerungen aus dem Iahre 1842*, apparecendo immediatamente impressa em Lisboa uma tra-

---

singeleza que só vem de um coração bom e leal.» C. M. J. *(Rev. univ. lisb.*, vol. 2.º, n.º 5, p. 57). — A outra homenagem, era o livro de M.lle Pauline Flaugergues, *Au bord du Tage*, que traz a Ode *Alcyon do Cabo*, dedicada a Garrett, e a versão franceza da *Caverna de Viriatho*, poemeto lyrico das *Flôres sem fructo*, e uma *Ode sobre o Poema Camões.*

[1] *Quadro politico, historico e biographico do Parlamento de 1842*, por um Eremita da serra d'Arga.

ducção portugueza. O ajudante de campo de D. Carlos entendera servir assim o partido do Coburgo; Garrett, no prologo das *Flôres sem fructo* de 1845, allude ao princepe: «o aventureiro, que aqui andou ha dois annos a rabiscar semsaborias a respeito da nossa terra, mettendo para o saco quanta calumnia e mentira lhe deram *os estrangeiros e estrangeirados, que nos devoram e detestam*, para as espalhar depois pela Europa, a fim de que o mundo diga:=Muito favor lhe fazem os oppressores d'aquelle bruto e estupido Portugal em o governarem a pontapés...» Esses estrangeiros e estrangeirados pôr-se-hão mais em evidencia no crime nacional de 1847.

Com data de 5 de Março de 1842, a do decreto de Costa Cabral addiando a eleição de 10 de Junho e supprimindo aos deputados os amplos poderes, escrevia Garrett ao seu amigo Silva Abreu: «Grandes cousas se passaram depois que aqui fallámos. Deus as fade bem. Desejo-o, sem o esperar, por que desesperei de mim e da nossa terra portugueza.» E depois de lhe dar noticia do drama *O Alfageme de Santarem*, escreve: «Mais uma palavra de politica, e acabou-se. Folgo com a Carta; creio que me crê; não folgo no modo como se restituiu nem com o uso que d'ella se faz. Sou portanto da opposição, mas ao ministerio.» Era na idealisação litteraria que o espirito de Garrett se apoiava na sua resistencia contra os desvarios politicos dos partidos; o *Alfageme de Santarem*, publicado n'esse anno, depois de ter sido embaraçada a sua representação pelo governo, era um terrivel encargo economico para o poeta. Envia-

va exemplares aos amigos: «a vêr se os passava, para não pagar as despezas da impressão todas, que têm crescido n'esta boa terra com o decrescimento do progresso typographico.»

Em outra carta ao mesmo amigo, de 18 de Maio de 1842: «Aperta-me a maldita Imprensa Nacional para lhe pagar a impressão do *Alfageme;* veja se póde liquidar os livrecos, e mandar isso para ajuda de me libertar. Tiveram a confiança de me fazer pagar por uma cousa que está bem longe de ser bem feita, cento e setenta e tantos mil reis... só porque eu fui exigente em lhe alterar as suas costumeiras rançosas; com o que perdi muito tempo e paciencia. Isto não é terra de gente, nem o ha de ser nunca.»

Tomavam-lhe estas phrases de desgosto ou de nojo por scepticismo, mas a obra esthetica d'este terrivel periodo dos conflictos da Carta outorgada é sublime de fé, uma vivificação do sentimento da nacionalidade. A' luz d'essa epoca tempestuosa de traições e de heroismos é que melhor se comprehende o poder creador de Garrett; todos esses personagens cahiram no esquecimento, e do reinado odioso de D. Maria II é a obra de Garrett que o illumina com sympathia.

1.º O ALFAGEME DE SANTAREM — FREI LUIZ DE SOUSA

A epoca em que Garrett elaborou este primeiro drama explica o pensamento posto em acção; no prologo, datado de 1 de Outubro de 1841, consigna: «Delineou-se este drama

em meados de 1839 e effectivamente se compoz agora.» Era o periodo da lucta dos partidarios da Carta contra a Constituição de 1838, instigados pelos *estrangeiros*, os Coburgos da Belgica e de Inglaterra, cujos embaixadores dirigiam aqui a camarilha palaciana. No seu prologo diz Garrett: «Quiz-se pintar n'este quadro a face da sociedade em um dos grandes cataclysmos porque ella tem passado em Portugal. O pintor isolou-se — paixões politicas não as tem — para vêr e representar, como elles fôram, são e hão-de ser, os dois grandes elementos sociaes, o popular e o aristocratico.» E' intensamente vital esse evento historico que decorre de 1383 a 1385, em que a nacionalidade portugueza affirmou a sua autonomia e a defendeu pelas armas; é n'esse momento que um povo livre tem consciencia da sua independencia social e politica, e se fortifica nas suas tradições. Garrett sentiu a poesia d'essa grande epoca synthetisada na figura de Nuno Alvares Pereira, o *Santo Condestabre* das endechas populares. No seu prologo declara: «Tomou para a primeira luz do quadro as principaes figuras da interessante anedocta da espada de Nuno Alvares Pereira e da prophecia do Alfageme de Santarem, tão sinceramente contada n'aquelle ingenuo estylo patriarchal da primeira *Chronica do Condestabre*, d'onde passou depois para os historiadores e poetas que a repetiram.» Garrett, que trabalhava então na coordenação do Romanceiro, adquirira o tino para reconhecer o valor esthetico das tradições, e a lenda da *Chronica do Condestabre* revelou-lhe um mundo de poesia ao folhear esse documento es-

cripto no principio do seculo XV.[1] Para avaliar a elaboração artistica de Garrett, importa transcrever a preciosa lenda referida no capitulo XVII e completada no capitulo LII da velha Chronica, para se vêr os elementos idealisados no drama.

«Chegando o Priol, e com elle Nunalvres a Santaren, Nunalvres foy bẽ apousentado em Sãcta Maria de palhãees, e hũ dia a tarde depois de çeea sayo Nunalvres a folgar pella praya do tejo a fundo contra Sancta Eyrea, e passou perante a porta de huũ alfageme que morava acerca da praya, e vyo-lhe teêr ante a porta hũa espada muyto lympa e bem guarnida de seus guarnimentos, e tomou-a na mаão e fez pergũta ao alfageme se lhe corregeria assy huũa sua, e elle lhe respondeu que sy, e muyto milhor; e Nunalvres mandou logo por ella, e mandoua dar ao alfajeme que

---

[1] Pelo seguinte trecho de Azurara, na *Chronica da Conquista de Guiné*, póde-se determinar quando foi escripta a *Chronica do Condestabre:* «Cá sem embargo de se em todollos regnos faazerem geeraes cronicas dos rex d'elles; nom se leixa porém de screver apartadamente os feitos dalguns seus vassallos, quando o grander delles he assy notavel de que se com razom deve fazer apartada scriptura; assy como se fez em França do duc Joham senhor de Lançan, e em Castella dos feitos do Cid Ruy Dias, e ainda no nosso regno dos do Conde Nunalvares Pereira, da qual cousa os princepes reaaes nom devem seer pouco contentes, ca tanto mais a sua honra he alevantada, quanto elles ham senhoryo sobre mayores e mais excellentes pessoas...» (Cap. 1.) Esta Chronica de Guiné foi mandada escrever por D. Affonso V, e terminada em 18 de Fevereiro de 1453; d'onde se infere que a redacção da Chronica anonyma do Condestavel lhe é muito anterior.

a corregesse. E em outro dia aa tarde hyndo Nunalvres folgar per aquelle mesmo lugar, e chegando aa porta d'aquelle mesmo alfajeme viu já a sua espada estar corregida bem e muyto a sua vontade, e tomou a na sua maão, e foy com ello muy ledo, e mandou logo ao seu comprador que pagasse o alfajeme muyto aa sua vontade, e o alfajeme lhe respondeo:

«— Senhor eu por agora nom quero de vos nenhuma paga, mas hyrees muyto emboora, e tornareeis aqui Conde d'Ourem, e entom me pagareeis.

«E Nunalvres lhe respondeo:

«— Nom me chamees senhor, ca o nom som, mas todavia quero que vos paguem bem.

«E o alfajeme tornou a dizer:

«— Senhor, eu vos digo verdade, e assi será cedo prazendo a Deos.

«E assy foy verdade, que da hy a pouco tempo tornou hy cõde Conde d'Ourem. E elle pagou bem o corregimento da espada, como se adiante dirá em seu lugar.» (Cap. XVII).

«Em Santaren avia huũ alfajeme que morava na ribeyra a sob Sancta Maria de palhães; o qual a tempo da morte de Ioão Fernandes Andeyro, corregera huã espada ao Condestabre em sendo Nunalvres, e o Condestabre lhe mandava pagar bem seu trabalho, e elle o nom quis receber dizendo-lhes que hiria e vinria muyto emboora a Santarem Conde de Ourem, e entom lhe pagaria, segundo já no começo d'este livro se fez mençom. Este alfajeme era caudeloso e bem andante, e era muy chegado e liado com os Castellãos, emquanto em Santaren estiveram,

assi como de nom seer portugues. E tanto era com elles emborilhado que lhe chamavam cismatico, como naquelle tempo chamavam aos maaos portugueses. E por elle assy seer dos cismaticos, huũ escudeyro quando El Rey vinha para Santarem despoys da batalha, lhe pedio os beẽs daquelle alfajeme, e ainda ho corpo por captivo. E el Rey lhe outorgou todo polla maa informaçom que delle avia. E como el Rey chegou a Santarem o escudeyro tomou logo posse dos beens do alfajeme; e ho prendeu como seu captivo. E a molher do alfajeme como vyo seu marido preso e os beẽs filhados, foy-se ao Condestabre honde estava hy em Santarem, e falloulhe na razão que a seu marido com elle aviera polla espada que lhe corregera, que lhe nom quisera pagua, mas que lhe pagaria quando viesse a Santarem Conde de Ourem. E que pois a Deos graças elle era Conde de Ourem, e seu marido era captivo, e seus bẽs tomados, que lhe enviava pidir por mercê que em paga da espada, houvesse com el Rey que o mandasse soltar e lhe mãdasse entregar seus beẽs. O Condestabre foy bem lembrado de todo o feyto como se passara. E logo cavalgou, e se foy a el Rey, e lhe contou todo o que lhe acontecera com aquelle alfajeme, e lhe pedio por merce que por sahyr de tal divida lhe mandassse soltar aquelle alfajeme, e lhe mandasse entregar seus beẽs. E a el Rey aprouve muyto, e lhe fez merce do corpo e dos beẽs do alfajeme pera desobrigar ao Condestabre a que tanto devia. E assy foy pago o alfageme do corregimento da espada, que corregeu ao Condestabre, a qual paga per

elle foy prophetisada grã tempo avia.» (Cap. LII).[1]

Garrett começa o drama por uma situação achada genialmente, em que representa a alma popular quando se agita a atmosphera das revoluções; é ao alvorecer, quando começam a bater os malhos nas officinas do alfageme; canta-se o romance tradicional do *Conde de Allemanha*, quando já era sol nado e elle ainda com a rainha dormia. Aquelles versos do romance velho tornavam-se impunemente apódos revolucionarios contra os amores do Conde Andeiro com a rainha D. Leonor Telles, e assim a intuição genial de Garrett lançava-nos n'esse momento convulsivo que vae explosir na revolução do Mestre de Avis. Como a tradição poetica do Romanceiro lhe servia e era interpretada:

> Já lá vem o sol na serra,
> Já lá vem o claro dia,
> Inda o Conde de Allemanha
> Com a (tosse: *hum, hum, hum*...) dormia.

Duran já achara n'este romance uma certa allusão ao Conde Garci Fernandez.

E' possivel que malevolos quizessem vêr n'estes versos referencias á rainha e ao seu ministro favorito Costa Cabral, como o insinuaram os desenhos do Supplemento burlesco, para assim annullarem a creação do poeta.

---

[1] *Coronica do condestabre de purtugall Nuno alvarez Pereyra* (Retrato do Condestavel em madeira) Lisboa, 1526, por Germam Galhardo emprimidor. In-folio de LXV fl., e quatro não numeradas da «Tavoada dos capitollos.»

Mas esses cantos populares, essas melodias portuguezas cantadas em lingua patria eram uma revelação commovente de nacionalismo. Quando se sabe como a politica andava perturbada pela intervenção de Leopoldo da Belgica e do Principe Alberto, exercida junto de D. Maria II á sombra do Coburgo seu marido, por Vander Veyer, Lord Howard, Goblet e Dietz, parece que fere fogo esta phrase do Alfageme: «*Estrangeiros* senhores do reino, do reino e da rainha! E para nós tributos não faltam. Veremos; veremos; que *isto não está para muito*, e *não tarda o dia de juizo.*» (Act. I, sc. 1.) De facto o poeta previa esses terriveis levantamentos de 1844, 1846 e 1847, abafados pela intervenção armada estrangeira. Até a doce figura de Alda exprime egual presentimento: «Tambem m'o adivinha o coração: que *cedo havemos de ter grandes alterações n'esta terra.*»

E as palavras do Alfageme ao Condestavel são o protesto que por si formulava o poeta na imprensa e no parlamento: «Braveza chamaes á justiça, a rasão de quem *não quer vêr em mãos de estrangeiros este reino* que é nosso, *que tanto sangue nos custou*, a nossos paes para o resgatar das mãos dos mouros!» Das garras do Absolutismo, queria dizer Garrett. Continúa o Alfageme: «em uma cousa nos entendemos, e trabalharemos juntos, em castigar *esse estrangeiro que nos opprime e nos deshonra e nos desalenta*, em libertar o reino d'esta insupportavel tyrannia.» Visava a ávida intervenção dos Coburgos. O Alfageme dirigindo-se ainda ao nobre Condestavel, accrescentava: «*Contae com o*

povo, senhores cavalleiros. *E pelo de Santarem vos respondo eu.*» Em 1842, quando Garrett imprimia este drama, já o generoso tribuno Manoel da Silva Passos se refugiara na vida rustica na sua quinta de Alpiarça, em Santarem, e em breve de Santarem se organisariam as Juntas populares para resistirem ás violencias do Cabralismo ou da camarilha. O drama *O Alfageme de Santarem* devia ser comprehendido por Passos Manoel no seu intuito intimo; no exemplar que lhe foi offerecido pelo poeta lê-se esta dedicatoria:

> *Ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Manoel da Silva Passos, que me metteu n'esta intallação de poeta dramatico depois de eu estar homem serio, offerece este exemplar*
>
> J. B. DE ALMEIDA GARRETT. [1]

Por vezes a figura do Condestavel parece desenhar a individualidade de Sá da Bandeira, a quem Herculano chamara o Bayard portuguez; e no bondoso Frei Froilão accentua-se o P.e Marcos, esmoler de D. Maria II, com quem Garrett tratava para resolver por accordos as impetuosidades da camarilha. No dialogo do Alfageme com Frei Froilão, diz-lhe: «Para que, achaes que *fazemos mal em renegar dos estrangeiros e punir pelos nossos direitos? — E metter medo a traidores para que nos não vendam?* — A paz já não é possivel. Sobre quem accendeu a guerra caía todo o mal que d'ella vier, todo o sangue

---

[1] Vid. *Conimbricense*, n.º 5509 (4-IX-1900).

que se derramar. Nós somos innocentes.» Ao que Froilão responde, como se fosse em 1842: «*na guerra civil* não ha innocentes nem culpados.» O alfageme synthetisa a situação da causa popular, quasi sempre prejudicada pelos seus chefes: «é ruim sina a do povo, que nunca a sua causa soube defender, — precisa de um homem, de um nome, de um phantasma — da sombra de qualquer cousa, com tanto que não seja a sua, para tomar calor por ella. Não querieis rainha para não servir o estrangeiro: tinheis razão. — As côrtes... as côrtes... Meia duzia de homens que lá mandam, o seu bando d'elles. — Com a melhor fé e a melhor vontade se começam quasi sempre, quando pelo povo estas alterações; rara vez os que sopram á labareda desejam que se ateie o incendio destruidor que depois vem.» (Act. IV, sc. 5.) Garrett conhecia de perto as revoluções, em que fôra envolvido ou em que tomara parte directa, por isso as suas reflexões dos dialogos são cheias de verdade. Ha uma figura ideal de mulher, Alda, amada ao mesmo tempo pelo Condestavel e pelo Alfageme, mas deriva da realidade da *Chronica* anonyma, em que a mulher do Alfageme vae pedir a promessa feita pelo preço do corregimento da espada. Garrett pelo tempo em que escrevia, impressionado pela doença de Adelaide Deville, que succumbia, representou-a n'esse typo de Alda, da qual diz no prologo: «O amor é essencial parte do drama, porque o drama é a vida, e o amor é essencial parte da vida. Em Alda está o amor puro e estreme de vaidade, muito menos raro na mulher que no homem, mas sempre raro.» Aquella

sympathia que Adelia sentia pelos romances populares, é tambem caracteristica em Alda, conversando com o Alfageme, referindo-se aos seus cantares:

«Bem me agrada a musica e a toada; é singela e de folgar. — A letra que hoje cantastes é que é...

«ALFAGEME: As letras!... nem eu sei já o que foi: algum romance velho que já se não usará de cantar por saráos de senhores — cousas cá da gente do povo; é o que nós sabemos.»

E quando Alda vae communicar-lhe os seus presentimentos, um Côro, dentro, canta os versos do romance do *Conde Alarcos*, quando a princeza declara ao rei com quem é que queria casar. Com que delicadeza Garrett revela o começo dos amores entre Alda e o Alfageme: «Alda perturba-se e córa... — E' um descante continuado esta visinhança.» (II, 1.)

Em outra scena, Alda confessa: «A mim nunca me fez rir a musica. Nenhuma toada por mais alegre me causa nunca senão tristeza.» E quando o Côro canta parodiando o *Conde Alarcos:*

> Conde Alarcos... Conde Andeiro,
> Que ahi vae a degolar.

Alda observa: «Que frias letras. E' pena... que ha por ahi tão bonitas coplas, tão gentis vilancetes, e vós e vossa gente, ha dias a esta parte levaes a cantar estes mal agourentos romances, que não resam senão de feias mortes, e feios peccados que as trouxeram.»

«ALFAGEME: O cantar do povo anda com as Canções dos seus amos... O povo canta só mortes e castigos quando os espera, na esperança da justiça de Deus...» Na scena entre o Condestavel e Alda, recordando os seus brinquedos infantis, é tambem consagrada a poesia popular; diz-lhe ella: «Eu era a *Bella Infanta*, dizias tu, no meu jardim assentada, e tu eras o Cavalleiro que vinha da Terra santa perguntar-me pelo annel das sete pedras, de que me tinhas deixado metade... NUN'ALVARES *(mostrando-lhe a mão esquerda, e fazendo acção de tirar o annel:)* Pois a minha eil-a aqui.» Como a novella de *Lancelot*, que fizera desvairar de amor Francesca di Rimini e Paolo, tambem agora o romance da *Bella Infanta* serve para se revelar a antiga affeição do Condestavel. Alda acha-se entre dois pretendentes; crê na sinceridade de Nun'Alvares, mas reconhece a incompatibilidade dos nascimentos e prefere o plebeu alfageme, Fernão Vaz, afogando toda a intima sympathia por aquelle com quem fôra creada no solar da Flôr-da-Rosa. O typo do Alfageme, com que Garrett symbolisa o povo nas suas fortes e sinceras energias, não escapou aos chronistas, que o apresentam com traços sympathicos. Segundo a *Chronica dos Carmelitas*, do P.e José Pereira de Santa Anna, fallando do vaticinio do Alfageme, diz: «Chamava-se João de Guimarães, e era homem de conhecida virtude.» [1] O armeiro sempre grato ao Condestavel, que o salvou

---

[1] *Chr.* cit., t. I, § 692. — Lisboa, 1745-1751.

das traições dos seus inimigos, acompanhou-o n'aquella phase mystica, entrando tambem para a ordem do Carmo; escreve o citado chronista: «Obrigado a tanta clemencia o dito João de Guimarães, sempre acompanhou o Santo Condestavel, não só no seculo, mas tambem depois que tomou o habito e viveu na religião. Morrendo pois n'este Convento, o mesmo fundador lhe destinou honrada sepultura, onde por armas lhe mandou esculpir a marca de que usava nas espadas, e por epitaphio lhe fez lavrar no marmore, como de pessoa virtuosa, a occupação e o nome.» E descrevendo as sepulturas celebres do claustro do Convento do Carmo de Lisboa, escreve o chronista, de que essa tinha «hum letreiro gothico, que diz: *Esta sepultura he de João de Guimarães Alfageme.*» E localisa-a: «está na parede immediata á porta que para o mesmo Claustro dá entrada aos que vêm da egreja. Fica em altura de huma vara levantada do pavimento, hoje (1751) encoberta com o painel de azulejo, em que se representa o nosso P.e S. Cyrillo presidindo no Concilio Efesino...» E' commovente esta situação do Alfageme, achando ainda na morte a protecção do cavalleiro e santo.

Na sua Autobiographia, escripta em 1843, Garrett ao referir a demissão de Presidente do Conservatorio, da Inspecção geral dos Theatros, e de Chronista-mór do reino, escreve: «Parece não fez grande impressão este acto do governo no animo do nosso auctor, porque n'esse mesmo tempo se occupava elle tranquillo e agradavelmente nos seus cuidados litterarios. A sua obra littera-

ria mais fortemente concebida, do mais poderoso e rico estylo, e que parece feita com animo repousado e tranquillo, o *Alfageme de Santarem*, foi composto n'esta epoca...» Eram as azas com que se elevava acima das miserias terrenas, idealisadas em um seu canto lyrico. Na historia externa d'este drama reflectem-se todas as malevolencias que cercaram aquelle que pugnava pelo sentimento nacional na arte e na politica. A *Espada do Condestavel*, eis o primeiro titulo com que foi conhecida a lenda dramatisada do armeiro de Santarem, como se lê no «Rascunho, apontamentos de estudo e passagens desprezadas que ficaram da composição do drama.» Tinha por sub-titulo: «ou *O Alfageme* — 1841.» Na copia que serviu nos ensaios do Theatro da rua dos Condes em 1842, e na edição d'esse anno, vem o titulo definitivo *O Alfageme de Santarem.* Na primeira pagina do manuscripto lê-se a NOTA: «*Entregue ao Snr. Conde de Farrobo para o Theatro da rua dos Condes pelo Author, que por ora não deseja dar o seu nome ao publico.*» Não era isto uma exquisitice, mas um legitimo receio das hostilidades dos cabralistas, que por algum tempo lhe embaraçaram a representação. Na sua Autobiographia levanta uma ponta do véo: «Estavam já adiantados os ensaios do *Alfageme*, quando rebentou no Porto a revolução de 27 de janeiro de 1842.» Era a restauração da Carta por Costa Cabral; d'ahi até 9 de Março se complicaram os embaraços da representação do drama, vendo-se forçado Garrett a imprimir com sacrificio pecuniario de 170$000 reis a peça litteraria. Na sessão do Conserva-

torio de 26 de Março de 1842, offerecendo um exemplar do *Alfageme*, escreveu-se na acta respectiva: «O snr. Garrett, mostrando que muito desejava vêr estabelecido nas Conferencias o uso de se lêrem trabalhos, prometteu appresentar um Memorial onde exporia os motivos porque deixou de submetter ao Conservatorio o seu drama — *O Alfageme* — antes de o fazer representar, e egualmente o fim que teve em vista na concepção e execução d'este drama, que hoje submette á illustrada censura dos seus collegas.» *(Mem. do Conserv.*, p. 273.) As difficuldades levantadas para embaraçar a representação apparecem narradas na *Revista universal lisbonense*, n.º 7, de 11 de Novembro de 1841; merecem transcrever-se:

«Theatro da rua dos Condes. — Falla-se em representações de dramas novos e originaes, que não pódem deixar de ser importantes. O que primeiro provavelmente irá á scena tem por titulo o ALFAGEME ou A ESPADA DO CONDESTAVEL; é obra do Snr. Garrett: parece que lhe apparelham scenario de esmero, digno de hospedar a mui senhoril musa de tão grande author; e que já para Santarem se mandaram pintores para trasladar algumas vistas.»

N'esta mesma revista, appareceu em 24 de fevereiro de 1842, o seguinte artigo:

«No nosso artigo 152 do 1.º volume, isto é, no dia 11 de Novembro preterito, e por consequencia ha hoje mais de tres mezes, annunciavamos como proxima a representação da ESPADA DO ALFAGEME, drama do Snr. Garrett, no theatro da rua dos Condes. Era

prometter um acontecimento de monta, não só para a classe illustrada, mas para todo o publico, por que o talento do Snr. Garrett é uma d'aquellas illustrações nacionaes, que já passaram em julgado, e que doutos e indoutos egualmente reconhecem. Accendeu-se portanto com o nosso annuncio um desejo, uma ancia, uma impaciencia de o vêr realisar; impaciencia que trez mezes de espectação tem ainda augmentado em logar de amortecer. Mas, quem o creria? agora já quando todas as difficuldades estavam vencidas, os papeis aprendidos, o drama inteiro ensaiado e correcto, o vestuario escrupulosamente estudado, talhado e talvez prompto, o scenario trasladado do natural, e por ventura concluido; quando, para satisfazer a justissima avidez de toda a capital, não faltava mais do que pregar os cartazes, accender as lanternas e o lustre, e correr o panno, lança-se no publico uma voz, de que já não vae á scena a ESPADA DO ALFAGEME; que não póde, que não deve ir á scena a ESPADA DO ALFAGEME; — e esta voz obtem credito, porque é official; sahiu do *director* do theatro. A sentença contra a ESPADA DO ALFAGEME, sentença em que tanto somos lesados, nós, e a gloria nacional, deu-a elle mesmo: elle, ainda hontem... e hoje rico homem de caldeira e pendão na nossa Litteratura: deu-a, mas ao menos teve a generosidade de a fundamentar: os fundamentos eil-os aqui; se a comedia se mallograr, valham ao menos elles por comedia: = A ESPADA DO ALFAGEME, snr. Emprezario, disse elle, não deve ser representada, por que é uma satira aos ultimos acontecimentos politicos de Portugal,

e o *partido*, a quem n'ella se faz affronta, virá com toda a razão pateal-a e punir o auctor que a escreveu, os actores que a executam, e o emprezario que o permittiu. = Diz-se, que esta representação tivera no animo do emprezario effeito de ordem, e que a Peça fôra completamente retirada. Mas, eis ahi o que nós não podemos, não devemos, não queremos acreditar, por que o tomar-se por satira aos acontecimentos de Fevereiro o que já a 15 de Novembro estava decorado, e escripto e lido perante muitas e mui respeitaveis pessoas ha mais de um anno; e que, de mais a mais, nem por coincidencia fortuita, aliás possivel, tem relação ou semelhança alguma com as realidades politicas e pessoaes do presente, é um absurdo tal, que nem para calumnia serve; é um artificio tão grosseiro, que nem a vontade mais hostil póde com elle fazer obra; é uma invenção tão ridicula, que atiral-a ao publico com esperança que elle a acceite, é injurial-o atrozmente; é finalmente uma tontice estupida e nojenta.

« A ESPADA DO ALFAGEME, felizmente está impressa; e nós a vimos, e hão de vêl-a quantos quizerem. A ESPADA DO ALFAGEME pertence á Litteratura patria, e não póde a mão de um pobre estrangeiro arrancar-lh'a, por que NUNO ALVARES PEREIRA e JOÃO BAPTISTA GARRETT, o heroe e o cantor, são duas glorias tão robustas, e n'este caso tão abraçadas uma á outra, que as invejas ou os odios particulares não têm remedio senão fechar os olhos e deixal-os passar, por que pertencem á posteridade, e lá têm de ir infalivelmente. O theatro, estamos certissimos, ha de repre-

sentar, e cem vezes, a ESPADA DO ALFAGEME. E a unica indignação manifestada pelos espectadores será contra quem, por *maçonaria* de bastidores e camarins, procurar enegrecer nos odios politicos uma obra pura, historica e litteraria, que se alguma cousa tem com parcialidades, é o pertencer toda á parcialidade portugueza. E eis ahi talvez o grande segredo da perseguição!...» (J. S. da Cunha e Silva, *Rev. univ.*, vol. II, n.º 7, p. 82.) [1]

No n.º 8 da mesma *Revista*, de 3 de Março de 1842, sob o titulo *O Alfageme de Santarem ou A Espada do Condestavel*, lê-se:

«Com prazer annunciamos, que depois de ámanhã, sabbado, se representará pela primeira vez no Theatro da Rua dos Condes, o tão esperado e tão retardado drama do Snr. Garrett, intitulado *O Alfageme.*

«Felizmente, não para o auctor, mas para o Publico, abortaram os mal tecidos enrêdos,

---

[1] No n.º 64 do *Correio portuguez*, (22 de Fevereiro de 1842) lê-se ácerca da demora da representação do ALFAGEME DE SANTAREM, lido em fins de Septembro de 1841: «por informações que temos por seguras, nos veiu a noticia que o notorio director do Theatro da Rua dos Condes (Emile Doux) depois de tres mezes de ensaios demorados e preparativos que nunca acabavam, fôra dizer á empreza: — que o *Alfageme de Santarem* era uma satira dos ultimos acontecimentos que restauraram a Carta constitucional; que os Cartistas ameaçavam de ir pateal-a e insultar o auctor e a peça, se ella fôsse á scena; e que era forçoso portanto retiral-a infalivelmente.» No n.º 67 do *Correio Portuguez*, Emile Doux veiu justificar-se; em 9 de Março effectuou-se a primeira representação do *Alfageme*, máo grado o despeito da reacção cabralista contra Garrett septembrista.

de que em o nosso artigo 97 fizemos querella por ponto da Litteratura e honra nacional. Todos os que assistiram á representação d'esta mui portugueza, mui formosa, e mui innocente peça, admiraram a delicadeza, com que em tempos de tantos e tão encontrados melindres politicos, o engenho do auctor, correndo sempre á vela cheia, soube maravilhosamente evitar todos os cachópos e baixios, a ponto de que nem o mais destro forçador de textos poderá encontrar em todos os cinco actos uma só phrase, de que faça allusão offensiva para quem quer que seja.

«Nada mais por hoje: o resto para o numero seguinte, quando podermos dar conta de como os actores comprehenderam o poeta, e o publico o soube apreciar.» (p. 94.)

Na sua Autobiographia, Garrett allude á representação, referindo circumstancias especiaes: «Representou-se no theatro da rua dos Condes, em Março do anno seguinte (9, de 1842) com grande apuro e perfeição nos costumes e muito apparato; mas a doença do actor, que fazia o principal papel, a impropria e mal executada musica dos córos diminuiram muito a grandeza do effeito dramatico. Felizmente o drama foi elegantemente impresso logo e correu por todo o reino.» Esta primeira edição é memoravel pela circumstancia de trazer na capa da brochura a distribuição dos papeis: «Drama representado a primeira vez no Theatro da rua dos Condes em 9 de Março de MDCCCXLII.» E em seguida o elenco:

PESSOAS	ACTORES
O Alfageme (Fernão Vaz).	Snr. *Dias*
Nun'Alvares Pereira (o Condestavel).	» *Tasso*
Froilão Dias, Freire do Hospital . .	» *Epiphanio*
Mendo Paes, cavalheiro de Santarem.	» *Victorino*
O Alcaide.	» *Matta*
Gil Serrão, official do Alfageme . .	» *Lisboa*
Braz Fogaça, dito	» *Sargedas*
Alda, sobrinha de Froilão.	Snr.ª *Emilia*
Dona Guiomar, irmã de Mendo . .	» *Talassi*

Na Revista, que então redigia Antonio Feliciano de Castilho, acham-se por elle consignadas as impressões recebidas na representação do *Alfageme;* transcrevemos os trechos que fixaram o effeito geral: «Acabamos de assistir, no Theatro da rua dos Condes, á 1.ª representação da *Espada do Condestavel.* Nem na platéa, nem nos camarotes cabia mais uma pessoa; enchente mais completa não é possivel imaginal-a.

«Muitas causas havia para tamanha espectação: os antecedentes litterarios e dramaticos do Author; o genero, todo nacional, da sua composição; os mesquinhos enrêdos, com que a haviam pretendido matar antes da nascença; as balelas encontradas, que a seu respeito grassavam; e até um zum-zum, que talvez adrede se havia feito correr, de que tal representação não podia chegar ao fim; tudo isto eram causas para encher um theatro dez vezes mais vasto.

«Ignoramos se havia inimigos, ou sequer dissidentes, entre os espectadores; o que sabemos, é que uma ovação theatral mais completa nunca algum dramaturgo a conseguiu; e se attendermos a que a peça é d'aquellas

que não cabem em tablados tão pequenos como o dos Condes, a que alguns actores não chegavam á altura do seu papel, e grande o numero das bellezas mais mimosas do estylo, que se perdiam na recitação; se considerarmos que a parte cantada, quasi toda, por culpa aliás mui desculpavel em quem não é cantor de profissão, era mal cantada, e o genero e estylo da musica, se bem que pela maior parte accommodados a todas as relações das pessoas, logar e tempo, eram entretanto pouco proprios para namorar ouvidos costumados a Donizzetti e Bellini...; se emfim reflectirmos em que, posto não haja em todos os cinco actos uma unica satira *politica*, os fanaticos das differentes parcialidades poderiam, por suggestões de sua consciencia, sonhar offensas, não em palavras do Author, mas em alguns corollarios de circumstancias indispensaveis ao andamento do drama,... confessaremos forçosamente, que tal ovação antes mereceu nome de triumpho incomparavel. —

«O favor desmerecido deshonra a quem o dá, sem aproveitar a quem o recebe; e julgar falsamente os productos do talento, desfigurando, por odios ou affeições, o testemunho intimo, é corromper o juizo da multidão, e tornar por ahi impossivel toda a gloria litteraria de um Povo.

«Por hoje só dizemos: que o *Alfageme*, como escripto e como drama, era crédor em nosso entender, da boa estrêa que logrou. Os applausos que recebeu pelo decurso da representação, não fôram de palmas e brados, d'essas palmas indomitas, d'esses brados

bravios, que interrompem e quebram a attenção onde mais se carece d'ella, e que muitas vezes assassinam aquillo mesmo que mais pretendem exaltar: fôram d'aquelles sussurros que espontaneamente se levantam, e nos quaes o louvor se está sentindo, sem o ouvir; fôram de lagrimas distiladas no meio do mais profundo silencio, e que ninguem se lembrava de esconder nem disfarçar. Nos entreactos, sim, rompeu o enthuziasmo nas suas notas mais estrepitosas; e o Author, que já em alguns d'elles havia sido victoriado pelas publicas acclamações, depois de corrido pela ultima vez o panno, foi por mais de um quarto de hora clamorosamente chamado entre palmas.

«O publico pagou pois ao Poeta a sua obra na unica moeda digna d'elle; mas pagou o Poeta ao publico o amor que lhe elle testemunhava? O snr. Garrett não appareceu!»

Passados outo dias, Castilho fez uma analyse mais demorada do drama na *Revista universal:* «Já vimos, como, desmentindo todos os sinistros agouros, o drama do snr. Garrett foi esplendidamente inaugurado no Theatro portuguez.—N'aquelle escrito, que já impresso tinhamos lido, superabundantemente se contém quanto póde concorrer para a satisfação de quaesquer ouvintes, por de pessimo contento que os supponhâmos: clareza, caracteres, enrêdo, variedade, moral, poesia, estylo, linguagem.—E' obra, que tanto irá sendo gostada, quanto mais fôr sendo entendida;—porque é uma peça inteiramente da nossa terra, inteiramente para nós

e para o nosso tempo.» Castilho funda os toques do realismo do *Alfageme* no conhecimento que tinha Garrett das revoluções que convulsionaram a sociedade portugueza, e em que tomara parte: «Esta nova rama de loiro... que lhe não custou mais, do que alguns poucos dias de ocio e retiro no campo em Septembro do anno passado, (1841) como a poderia elle, com todo o seu talento, haver colhido, se, nascendo nos abençoados tempos de pacifica ignorancia de nossos paes, não tivesse presenceado o que nem as lições da Historia, nem as operações do entendimento, nem o instincto do genio, ou da poesia, poderão nunca fazer entender com clareza a quem o não viu? os movimentos intestinos da sociedade, os vicios e as virtudes das differentes parcialidades, os modos, as circumstancias, e os effeitos do mutuo fuzilar das ambições, de esphera para esphera, dentro no immenso e variadissimo systema dos destinos humanos.

«As edades que nada d'isto viram, que acharam e deixaram o mundo em calmaria, não podiam, nem produzir, nem avaliar devidamente este genero de obras. A nós... a desgraça nos fez mestres; e, como taes podemos á justa apreciar (oxalá que já antes tanto não digam nossos netos) o que é, e o que vale *A Espada do Condestavel*, e reconhecer que só quem reunisse, como o snr. Garrett, a uma grande penetração, e a uma dóse não commum de philosophia social, a triste vantagem de ter atravessado tantas revoluções, a poderia com egual primor desempenhar.

«Mas não está ainda aqui tudo.

«Se, vendo-o pintar tanto pelo natural os

pensamentos, as palavras e os feitos, das diversas classes, se reconhece que o Author tem vivido e lidado com ellas alevantadas, e entre ellas e com ellas tem padecido e soffrido; por outra parte, a imparcialidade com que as trata, a plena justiça que faz a todos e a tudo, parecem inexplicaveis.

«Dir-se-hia, que a alma do Escriptor, emquanto os seus sentidos estavam recebendo de perto as mil impressões das realidades presentes, lá de cima, de uma altura inaccessivel ás paixões e interesses, de uma esphera desanuviada e luminosa, contemplava impassivel o redemoinhar do mundo...

«Tomado por este lado, como é forçoso que tambem o tomemos, o drama — é de um merecimento, que nenhum auctor poderia exceder, e muito poucos, ainda com a melhor vontade, chegariam a egualar.»

Castilho faz em seguida a comparação entre estes principaes trabalhos dramaticos: «Das tres joias com que o snr. Garrett tem opulentado a nossa Musa scenica, é esta, em nosso entender, a mais notavel.

«O *Catão*, com toda a grandiosidade do seu romanismo, com todo o esplendor da sua linguagem, e com tantos versos invejaveis (até para mestres), é uma obra classica toda concebida da leitura dos Antigos, toda vasada na fórma aristotelica e horaciana. A maior parte do seu merito preexistiu á sua feitura, pertence mais ao genero, que ao Author.» Castilho esqueceu as relações do *Catão* com o enthuziasmo revolucionario de 1820, que predomina sobre o espirito classico.

«*Um Auto de Gil Vicente* foi já obra da

costa mais acima. O ter ousado concebel-a denunciava um poeta; e executal-a por tal arte abonou um poeta grandissimo. Tal genero de drama não tinha ainda antecedente na nossa litteratura;... Fôra n'elle o principal empenho representar a Côrte memoravel e o feliz reinado do senhor D. Manoel;... Que recursos podia haver na Historia, na phantasia, no coração ou na linguagem, que o Auctor não empregasse com admiravel felicidade? — o grande rei e os seus grandes homens! a gloria e o poderio portuguez! o mar, e a diffusão das nossas armadas! o Oriente, assoberbado de trophéos! por outra parte, os saráos, as festas e os Autos, dirigidos por aquelle nunca assás estimado Gil Vicente (o rei dos lyricos da nossa terra, se em outra edade houvera nascido), enfeitiçados pela presença da formosa Infanta namorada, poetisados pelos amores, tão *amores* e tão *saudades*, de Bernardim Ribeiro, perfumados e floridos pela circumvisinhança de Cintra.»

Castilho concluía, que *Um Auto* de Gil Vicente era mais para o gabinete do que para o tablado, sem se lembrar que tambem o vivifica esse sentimento social acordado em Garrett pela Revolução de Septembro de 1836. Continúa na sua comparação:

«A *Espada do Condestavel*, sim, é verdadeiro drama;... A gente horaciana poderia recusal-o, apesar da sua rigorosa unidade de logar, por falta da unidade de tempo (como elles a entendem), e talvez tambem por não vêrem ahi rigorosamente obedecido o *simplex et unum*.

«O povo mais numeroso dos hypermoder-

nistas, taxal-a-hia de pouco enredo, poucos espantos, poucos terrores, carencia absoluta de carceres, venenos e cadafalsos, adulterios, cemiterios, incestos, e mais gentilezas, havidas hoje pela principal mola dramatica, posto seja de todas a mais pobre.

«Os partidarios de Dumas não adoptarão um drama, onde o amor não é um frenesi todo physico, onde as paixões são todas sensuaes.

«Os amoucos de Victor Hugo reprovarão caracteres, que agradam por sua verdade, mas não espantam por contrastes repugnantes em cada individuo; chamarão desalinhado a um estylo, que se contenta ser natural e não refulge pespontado todo de lantejoulas e palhetas lyricas.

«O pequeno numero dos eleitos de De Vigny extranhará, que a corda elegiaca não resoasse mais...

«Não; *A Espada do Condestavel* não se ha de classificar em nenhum dos generos *a la moda.* E' o drama mixto e moderado, nacional e verdadeiro, litterario e moral; é, pelo maior numero de pontos possivel, conchegado com a nossa indole portugueza, com as nossas recordações e gostos, com o nosso geito peculiar, privado e publico, com os nossos costumes, assim da casa como da cidade; é o drama como o havemos de mistér, resgatado da escandalosa e absurda servidão estrangeira; é um balsão de rico homem, arvorado em defensa da nossa já tardia independencia litteraria, em volta do qual, esperamos em Deus que alguns pelejadores accudirão a reunir-se.»

Castilho accentuando a acção restauradora de Garrett no decahido theatro portuguez, accrescenta: «N'esta completa abstinencia de nacionalidade e normalidade se achava o Theatro Nacional e Normal, quando o snr. Garrett, tomando sobre si os peccados de todos, querendo pagar e sacrificar-se por todos, conseguiu (todos hoje sabem que foi façanha) fazer representar o seu *Alfageme.*

«Oxalá, repetimol-o, que esse rebate de alarma abale animos generosos para encetar contra *desportuguezes* e *antiportuguezes*, segunda cruzada! e oxalá que mais bem succedida que a primeira!»

Castilho passa a analysar os caracteres e reconhece: «Os caracteres são, em geral, quanto a nós, mui correctamente desenhados. Em cada um dos principaes ha quanto baste de ideal para o podermos haver por legitimamente dramatico, sem comtudo disparatar dos typos usuaes da natureza humana. — A verdadeira *acção* aqui não é a amorosa, senão a politica. — O espectaculo verdadeiro e dominante é a lucta das ambições na terrivel arena da successão a um throno; e essa lucta, no meio dos episodios que a rodêam, lá se vê constantemente sobrepujar, como figura primaria do quadro. Tal é pelo menos o effeito, que em nosso senso intimo produziu a primeira representação.»

Castilho, que tanto propugnava pela creação da musica portugueza, não podia deixar de notar o emprego da musica no *Alfageme*, feita pelo compositor Francisco Norberto dos Santos Pinto; diz conscienciosamente: «O snr. Pinto ousou pôr de parte o seu riquissimo ca-

bedal musico estrangeiro; não quiz rivalisar Bellini ou Mayerbeer; contentou-se de escrever conforme ás palavras do Poeta, que eram populares, humildes, singelas e graciosas, em summa, *xácara* ou *romance.* Ouvindo os seus Córos, a sua Canção do Alfageme, a sua Rainha Ginebra, e a sua *Bella Infanta*, não é impossivel que nos lembrem Bellini ou Donizzetti; mas tambem não é possivel que deixem de nos acudir á memoria, entre milhões de saudades, as nossas avós, a nossa infancia, os nossos serões; e tudo isto vale pelo menos tanto como as cousas que mais valem.

«Não somos nós musicos; mas n'esta terra nos creámos, e mais temos vivido n'ella do que em S. Carlos. Como taes podemos afiançar ao snr. Pinto, não palmas e louros que a nós não compete adjudicar, porém corôas mais formosas... se continuar a provar a mão n'este genero, em que tão agradavelmente se estreou.» Castilho lamenta os córtes e suppressões que essa musica soffreu cantada por gente sem cultura nem voz: «corôa de espinhos tambem para o Musico!» Do desempenho do *Alfageme* escreve: «Tanto bem como do escripto dissemos, quizeramos dizel-o da representação; mas, n'esta, a fóra o vestuario estudado com a mais escrupulosa erudição, quasi nada achámos que não fosse mediocre, ou d'ahi para baixo, com progresso sempre crescente, em quantos se lhe têm seguido.

«Drama, que *tão completamente desentendido por quasi todos os que o recitam*, ainda assim grangea tão continuados applausos dos espectadores, grande realidade de meritos deve possuir!» Castilho vaticinando sobre o

futuro do *Alfageme*, assim deturpado, conclue: «E quando a Deus prouvér, que tenhamos um theatro, uma eschola de declamação, uma companhia, e em tudo isso e *em nossas almas nacionalidade*, então resurgirá na scena para nunca mais sahir d'ella.»

O *Alfageme* levado á scena em 1846, depois das tumultuosas e heroicas eleições de 1845, e já sob a tempestade social provocada pelo Cabralismo na Maria da Fonte, era uma peça de combate, que acordava a nacionalidade nas almas para a resistencia. Foi essa representação no theatro de D. Maria II em 5 de Julho de 1846; a actualidade politica era illuminada pelos acontecimentos. Na *Revista universal lisbonense*, de 9 de Julho d'esse anno, dando conta do seu desempenho, insiste sobre o quadro politico:

«Os dois grandes elementos sociaes, o aristocratico e o popular, n'esse tempo tão unidos na essencia como separados na fórma, encontram-se ahi face a face com toda a consciencia da sua força, com todas as preoccupações da sua classe. O amor é sim o laço que ata no drama toda a urdidura d'elle, mas esta é mais nobre, mais real, mais caracteristica, mais instructiva; grandiosa no pensamento, bella na execução.

«Cada um dos sentimentos que o auctor quiz pôr em acção no seu drama está personificado n'uma figura. — Não sei porém a que deva dar a preferencia, se a todas estas qualidades reunidas, se á belleza do dialogo, singeleza do estylo e propriedade da linguagem em que o drama está escripto.

«O drama estava bem posto em scena, e

a vista da Ribeira de Santarem, deixando vêr bem a encosta dos montes sobre que se ergue a villa, e bem no topo o famoso castello mourisco, é magnifica. A musica nem sempre, nem do mesmo modo foi feliz em todas as peças lyricas... o romance da *Bella Infanta* em sua tonadilha peculiar, e talvez alguma copla mais, pareceram-me de uma melodia bonita e adequada.» (Vol. VI, p. 81.)

Ainda depois 1851, as agitações que dissolveram a Regeneração, encontravam nas representações do *Alfageme* um enthuziasmo, que foi decahindo, quando se foi pela dissolução dos caracteres apagando o espirito de resistencia. Assistindo Fialho de Almeida á representação do *Alfageme*, já achou o drama despido de interesse e vida, sustentando-se apenas pelo dialogo magistral. O espirito que inspira esse drama, o *sentimento da nacionalidade*, não se extinguiu, é redivivo quando se comprehender o seu intuito, relacionando-o com o meio social em que nos desaggregamos.

Do *Alfageme de Santarem*, exaltado, tumultuoso no seu patriotismo vibrante, representando a agitação popular e a fé revolucionaria, como um lampejo ultra-romantico, Garrett eleva-se ao drama *Frei Luiz de Sousa*, conseguindo o maximo dos effeitos com o minimo dos recursos da arte, a intensidade da emoção fulgurando na simplicidade da situação, a naturalidade tornada sublime pela sua flagrante verdade. Dá-se em Goëthe uma egual transição do drama shakespireano e complicado o *Goetz de Berlichingen*, para a serenidade sophocleana da tragedia classica *Iphigenia em Taurida*, em que o poeta vivifi-

ca o mytho hellenico, interpretando-o e modificando-o no sentido humano. De facto Garret elevou-se ao universalismo na arte, e essa visão esthetica como a consciencia da fórma deveu-a á leitura de Goëthe; elle o confessa na sua Autobiographia: «Nos ultimos dias de junho de 1834 partiu para Bruxellas na qualidade de Encarregado de Negocios junto do rei Leopoldo. Nos principios de julho estava na capital do novo reino da Belgica, aonde, pelo pouco trabalho official que tinha a satisfazer, facilmente pôde dar-se a adquirir, o que ha muito desejava, o *conhecimento da lingua e da litteratura allemã*, que até então não podera cultivar.

«O ardor com que se deu a este estudo fez que em breve podesse ousar accometter as maiores difficuldades d'elle, lendo a par de Herder e de Schillir, as mais difficeis composições de Goëthe. E o gosto que tomou principalmente por este ultimo escriptor, influiu de tal sorte nas suas opiniões litterarias, no seu estylo, em tudo que se póde chamar — o genero e modo de escrever de um auctor — que as suas composições posteriores têm todas um cunho differente, ao menos na nossa opinião, um caracter de maior transcendencia e profundidade, pensamento mais vigoroso, estylo mais proprio e feito, mais verdadeiramente original.» Esta confissão de Garrett é inapreciavel; simplifica o processo critico de investigação probativa. Se realmente se sente ainda no *Alfageme de Santarem* alguma cousa do caracter heroico dos typos dos dramas de Schiller, no *Frei Luiz de Sousa* ha a consciencia de um Goëthe dando fórma re-

flectida da natural simplicidade ás situações moraes as mais impressionantes. Na leitura de Herder adquirira Garrett o conhecimento do valor artistico e philosophico dos cantos do povo, das tradições nacionaes; depois do que elle antes de 1834 fizera pelas sympathicas recordações da infancia e pela saudade da patria distante, como nos poemas *Camões* e *Dona Branca*, nos dramas da sua crise de renovação artistica a Tradição appareceu-lhe como a tela originalmente poetica para sobre ella vivificar o passado, as epocas gloriosas da nacionalidade, os seus typos representativos: a lenda dos amores de Bernardim Ribeiro, a lenda genealogica de D. Philippa de Vilhena, a lenda da espada mysteriosa do armeiro da ribeira de Santarem, foram elaboradas estheticamente em trez dramas, muito antes de Wagner ter proclamado a riqueza poetica d'esses productos tradicionaes que encerram mais verdade moral do que a historia.

E ao mesmo tempo que Garrett assim buscava os seus themas dramaticos no thezouro das tradições portuguezas, Herculano imitando a severidade de Guizot, mas não as suas especulações sociologicas, afastava com desdem as tradições nacionaes das narrativas da Historia de Portugal. Garrett poderia reproduzir com verdade as observações de Goëthe a Eckermann em 1825: «Por uma verdade mesquinha aniquilla-se uma grande que nos prestaria serviço. Até hoje toda a gente acreditava na alma heroica de uma Lucrecia, de um Mucio Scevola, e por elles se deixava inflammar e exaltar. Hoje a critica historica

vem-nos dizer, que estes personagens nunca existiram, e que devemos consideral-os como ficções e fabulas, poesias produzidas na grande alma dos Romanos. Que quereis vós fazer de uma tão mesquinha verdade? Se os Romanos eram bastante grandes para inventarem taes poesias, nós deveriamos pelo menos ser bastante grandes para tomal-as como verdadeiras.» No seu estudo sobre a Poesia popular portugueza, Garrett chegara á affirmação já formulada por Jacob Grimm, que o povo deturpa, syncretisa, transforma as tradições, mas não mente; esta é a verdade, que tanto interessa ao historiador como ao poeta.

Todas as obras de Garrett estão intimamente ligadas ás circumstancias do meio e do momento historico em que foram produzidas; esse lado externo é indispensavel para a sua intelligencia. No *Frei Luiz de Sousa* foramse accumulando no seu espirito todos os elementos pessoaes, domesticos e sociaes, que se fundiram em uma creação incomparavel, como que de um jacto, por uma circumstancia fortuita. Na sua Autobiographia revela-nos o facto: «A sessão parlamentar d'esse anno (1842) não tinha chegado ainda ao ponto de interesse que depois tomou, quando um golpe dado accidentalmente em uma perna reteve o illustre deputado *desde os principios de Março até ao fim de Abril* em forçada reclusão. [1] A litteratura ganhou com este ocio in-

---

[1] Conta Bulhão Pato, no seu livro *Sob os Cyprestes*, t. I, que uma forte canellada obrigara Garrett a este repouso; e que passados quinze dias, fora Herculano

voluntario. *Frei Luiz de Sousa*, o mais perfeito e original drama, que hoje conta o nosso theatro, foi composto n'este intervallo. Antes de ser conhecido pela imprensa, um grande numero de pessoas tiveram a satisfação de o admirar na leitura, que o auctor d'elle fez em sessão plena do Conservatorio, e na representação, que depois teve no theatro particular da quinta do Pinheiro.

«Quando apresentou o seu drama ao Conservatorio real, leu uma Memoria sobre os principios e theorias litterarias que adoptara n'aquella composição. E' um verdadeiro prologo de Victor Hugo, uma obra gerada ao pé da outra.» Todas as suas observações e notas patenteam o estado da consciencia artistica a que se elevara, a que nunca chegou Victor Hugo sempre impressionista e rhetorico. Por isso a verdadeira corôa litteraria de Garrett é o drama *Frei Luiz de Sousa*, traduzido em

---

visital-o ao Pateo do Pimenta, lendo-lhe então Garrett, primeiro que a ninguem, a nova creação do *Frei Luiz de Sousa*.

Alludindo a esta mesma circumstancia, escreveu Castilho em Maio de 1843, na *Revista universal lisbonense*:

«Sabemos que s. e.ª o snr. Garrett empregou o forçado ocio em que o teve a molestia de que felizmente acaba de saír, na composição de um novo drama em trez actos, intitulado *Frei Luiz de Sousa*. Quasi que abençôamos uma reclusão, que produziu um novo laurel para a nossa Litteratura. O enredo é simples, e ao mesmo tempo interessante; os caracteres bellos, perfeitamente conservados; as situações, dramaticas; e o estylo, rico de singeleza, de propriedade e de affecto.» Castilho exprimia as suas impressões depois da leitura feita por Garrett no Conservatorio.

quasi todas as linguas da Europa, e com razão considerado o typo da tragedia moderna, em que o pathetico domina subjectivamente na simplicidade das situações moraes. Antecedeu dezenas de annos os processos dramaticos de Ibsen. [1] Como Wagner, Garrett através das lendas incoherentes que envolvem a vida de Frei Luiz de Sousa, reconstrue pela poesia a verdade da natureza offuscada debaixo da pressão moral de uma sociedade funebremente catholica e politicamente degradada.

A lenda de Frei Luiz de Sousa, tal como se encontra narrada nas chronicas monasticas, apresenta dois aspectos, conduzindo ambos para o Divorcio santo dos dois esposos; o primeiro, é o que se funda na situação dramatica do apparecimento do primeiro marido, regressando ao fim de annos como peregrino, do cativeiro de Africa; e é assim contado por Frei Antonio da Encarnação, Frei Lucas de Santa Catharina, Frei José da Natividade,

---

[1] «E' estranho e singularmente feliz para nós os portuguezes, vêr em Garrett desenhar-se com tanto vigor uma fórma d'arte que, só muito mais tarde, outros encontrariam em paizes muito afastados do nosso e sem o menor contacto mental comnosco; porque é certo que a densa atmosphera de terror que envolve o drama garrettiano, e o personagem neurotico, vidente e fatalista de Maria de Noronha, se diriam concebidos dentro dos processos de Ibsen e da galeria das suas para nós exoticas figuras. —

«O que, porém, Ibsen não attinge é o alto sentimento de fatalidade que se encontra no drama de Garrett e o emparelha com as grandiosas expressões do theatro grego.» Antonio Arroyo, *A esthetica do Frei Luiz de Sousa*, p. 12.

Antonio Tournon e Frei Francisco de Santa Maria. O outro aspecto é o da morte da filha de Manoel de Sousa Coutinho e D. Magdalena de Vilhena, D. Maria de Noronha, falecida durante a ausencia do pae fóra do reino, fatalidade que determina a explosão mystica da pobre mãe, e o refugio de ambos na clausura monastica. Garrett seguiu a primeira lenda, mais dramatica no seu quadro social, consistindo o seu trabalho em pôr em contraste as emoções pessoaes, taes como a natureza as sentiu através do prisma religioso que as transforma. As figuras do drama têm uma psychologia provada pelos dados dos documentos historicos, que Garrett desconheceu, mas que adivinhou pela logica das situações. Fez uma incomparavel obra de arte, que hoje pertence a todas as litteraturas.

Como todas as grandes obras de arte, o *Frei Luiz de Sousa* deve ser estudado nas suas origens, nas primeiras impressões que determinaram a sua elaboração. Quando se estuda a origem do *Fausto* na tentativa de Lessing, ou em Goëthe na obra de toda a sua vida, não se desdenha a impressão por esses genios recebida em um theatro popular de bonifrates *(puppenspiel)*. Como por uma analogia de grandeza congenita, a ideia do drama *Frei Luiz de Sousa* foi despertada em Garrett quando fortuitamente viu um arremedo d'este quadro lendario representado por uma companhia ambulante; refere elle na Memoria lida ao Conservatorio: «Ha muitos annos, discorrendo um verão pela deliciosa beira-mar da provincia do Minho, fui dar com um theatro ambulante de actores castelhanos fa-

zendo suas récitas n'uma tenda de lôna, no areal da Povoa de Varzim, além de Villa do Conde. Era tempo de banhos, havia feira e concorrencia grande; fômos á noite ao theatro: davam a *Comedia famosa*, não sei de quem, mas o assumpto era este mesmo de Frei Luiz de Sousa. Lembra-me que ri muito de um homem que nadava em certas ondas de papelão, emquanto n'um altinho, mais baixo que o cotovello dos actores, ardia um palaciosinho tambem de papelão... era o de Manoel de Sousa Coutinho, em Almada.

«Fôsse de mim, dos actores ou da peça, a acção não me pareceu nada do que hoje acho, grande, bella, sublime de tragica magestade. Não se obliteram facilmente em mim as impressões que se entalham, por mais leve que seja, nas fibras do coração: e as que alli recebi estavam inteiramente apagadas, quando annos depois lendo a celebre Memoria do snr. Bispo de Viseu D. Francisco Alexandre Lobo, por causa d'ella, a romanesca, mas sincera narrativa do padre Frei Antonio da Encarnação, pela primeira vez attentei no que era de dramatico aquelle assumpto.»

Garrett procurou esse esboço dramatico, como confessa em uma nota: «Revolvi muitas collecções de Comedias famosas, que são bastantes e volumosas as que temos em Lisboa, e não pude achar aquella que vi na Povoa em 1818.» Sómente em 1821 é que appareceu publicada pela Academia das Sciencias a *Memoria historica e critica ácerca de Frei Luiz de Sousa e suas obras (Hist. e Mem.*, t. VIII); mas depois de uma longa epoca de perturbação é que pôde Garrett tomar conheci-

mento d'esse trabalho: «Versei muito e com muito affincada attenção a *Memoria* que já citei do douto socio da Academia... e colleccionei todas as fontes de onde elle derivou e apurou seu copioso cabedal de noticias e reflexões; mas não foi para ordenar datas, verificar factos ou assentar nomes, senão para estudar de novo, n'aquelle bello compendio, caracteres, costumes e côres do logar e o aspecto da epoca, aliás das mais sabidas e averiguadas.» Para bem apreciar a creação d'este drama é indispensavel conhecer a lenda mais pura sobre que Garrett trabalhou, determinar os elementos poeticos que teve de aproveitar, como fôram interpretados, e que situações novas introduziu no drama. Eis a lenda de Frei Luiz de Sousa, como a refere Frei Antonio da Encarnação: «veiu a casar com Dona Magdalena de Vilhena, viuva de poucos annos de D. João de Portugal, que ficou juntamente com seu pae D. Manoel de Portugal, primeiro Conde de Vimioso, na batalha de Alcacer em Africa, servindo e seguindo a el-rei D. Sebastião. Com esta senhora esteve casado alguns annos, sem d'ella ter mais que *uma filha, que faleceu de pouca edade;* [1] até que ambos de commum consentimento fizeram um divorcio santo, e se meteram na religião. — Sobre o motivo que tiveram para uma resolução tão notavel, ouvimos fallar variamente; porém, tomando informação que d'isso tinham certa

---

[1] Base da lenda do Divorcio santo, pelo desgosto da morte de D. Maria de Noronha, que assim se chamava esta filha.

sciencia, achamos que foi o seguinte: Moravam na sua quinta de Almada, e succedeu que estando ausente Manoel de Sousa Coutinho, visitou o Padre Frei Jorge Coutinho, seu irmão, um dia sua cunhada D. Magdalena; estando ambos praticando, lhe deram recado que lhe queria um Peregrino, que vinha de fóra do reino. E mandado vir á sua presença, disse: — Senhora, sou portuguez, fui por devoção visitar os logares santos de Jerusalem, e querendo-me já voltar para este reino, me foi demandar um homem portuguez, segundo se colhia do seu fallar, o qual depois de se informar de quem eu era, e como vinha para Portugal, me encommendou que passasse por esta villa; e sendo vossa mercê viva lhe dissesse, que ainda por lá vivia quem se lembrava de v. mercê; isto é o que me trouxe aqui. Ficou D. Magdalena suspensa, ouvindo este recado, e perguntou que estatura de corpo, que feições e côr de rosto tinha o homem de quem dera aquelle recado? O Peregrino lhe foi descrevendo todos os accidentes pessoaes assi como os tinha visto com os olhos; e tudo quanto quadrava ao vivo, á pessoa de Dom João de Portugal. Deu um desmaio a D. Magdalena de Vilhena, o que vendo o Mestre Frei Jorge Coutinho levantou-se e saíu com o Peregrino para a sala de fóra, aonde havia muitos quadros, entre os quaes estava tambem o retrato de D. João de Portugal, e disse ao Peregrino: — Se virdes a imagem d'aquelle homem que vos deu o recado em Jerusalem, conhecel-o-heis? Respondeu, que sim; e correndo os olhos pelos quadros sem demora, apontou para o quadro de

Dom João de Portugal, dizendo, que o homem que lhe fallara, todo se parecia com aquella imagem, e com isto se despediu.— Este foi o motivo que houve para se apartar Manoel de Sousa Coutinho de D. Magdalena de Vilhena, depois de viverem tantos annos tão bem casados; por que, chegando elle de fóra, ella lhe relatou tudo o que tinha passado com o Peregrino, e o mais que tinha visto seu irmão o Mestre Frei Jorge, e assi que visse o que na materia se devia fazer. Não se suspendeu, mas respondeu logo, dizendo:— Até aqui, senhora, vivi em boa fé comvosco; e creio de vós que na mesma vivestes commigo; porque fio de vós que não casarieis outra vez se não tivereis por certa a morte de vosso primeiro esposo D. João de Portugal; porém, se foi engano inculpavel, ou isto é ordem de Deus para escolhermos melhor vida, desde logo para sempre nos apartemos. Não daremos de nós boa conta a Deus, se he ordem sua, que estas sempre tem por alvo, o que mais he perfeição; e nem ainda ao mundo, se ficarmos n'elle apartados; o que mais convem he fugir para o sagrado da religião. Não fugiremos de todo ao mundo, se fugirmos para onde possamos vêr tratos, convém apartar d'elle de sorte, que nem nos veja mais, nem o vejamos. O caminho está franco; pois *um penhor que tivemos foi Deus servido de o levar para si em tenros annos;* está no céo, assi o creio, para lá nos chamam as saudades; já a edade nos desengana; a vaidade do mundo a vozes clama; a occasião presente nos obriga; o exemplo dos Condes de Vimioso, que com santo divorcio se retiraram, elle

para o convento de Bemfica, ella para o do Sacramento, novo espelho de perfeição, exemplar escondido de virtude, em tudo deleitoso jardim pera o Céo, nos convida e anima juntamente a seguir seus passos pelos mesmos caminhos; esta eleição parece necessaria, este emprego julgo melhor. — Mal tinha acabado de fallar com esta viva eloquencia, quando D. Magdalena se mostrou em tudo mui conforme, sem o minimo signal de sentimento, por que lhe ditava o juizo interiormente, e a vontade abraça tudo quanto estava ouvindo. Tinham os Condes de Vimioso D. Luiz de Portugal e D. Joanna de Mendonça, fundado n'aquelle tempo o Mosteiro do Sacramento, que ainda estava junto ao Postigo do Arcebispo, abaixo de San Vicente de Fóra, aonde a Condessa professara; e o Conde estava em San Domingos de Bemfica; seguiram ambos a mesma derrota, D. Magdalena tomou o habito no Sacramento, e Manoel de Sousa Coutinho em San Domingos de Bemfica; e pela grande amisade que tinha com o Conde, até o nome de Manoel renunciou e tomou o de Luiz; ella se chamou Soror Magdalena das Chagas, e emquanto viveram não se viram mais, nem se fallaram, nem se trataram por escripto.» [1]

São estes os contornos da lenda como se referia na segunda metade do seculo XVII, conforme pessoas *que d'isso tinham sciencia*

---

[1] Fr. Antonio da Encarnação, *Historia de S. Domingos*. Parte II, no prologo e vida de Fr. Luiz de Sousa. Lisboa, 1662.

certa; este Frei Antonio da Encarnação foi Vigario do mosteiro do Sacramento onde vivera D. Magdalena de Vilhena, e por 1650 fôra Prior de Bemfica, onde dezoito ou vinte annos havia que ahi falecera Fr. Luiz de Sousa. [1]

Aqui se vêem os dados que idealisou Garrett: tornou Frei Luiz de Sousa mais politico, como o cavalleiro de Malta que fôra, e o captivo de Argel; tornou D. Magdalena mais apaixonada apesar da sua exaltação mystica, e identificou o Peregrino com o proprio D. João de Portugal. Todos estes toques eram indispensaveis para dar vida ao drama; tiram-lhe essa monotonia sinistra da preoccupação mystica e da sombra do monachismo. Mas a creação mais pessoal e impressionante de Garrett é D. Maria de Noronha, a filha querida d'aquelle santo amor, que elle põe como testemunha da enorme catastrophe moral, e que morre de vergonha ao tomar conhecimento da tragica verdade. Por que não seguiria Garret n'este ponto a lenda monastica? Em uma nota, Garrett explica o motivo da alteração: «Francisco de Santa Maria chama D. Anna, e eu D. Maria de Noronha, fundado na grande auctoridade de meu tio D. Frei Alexandre, que assim o tinha emendado no exemplar do seu uso, e era homem de escrupuloso rigor em todos os pontos.» (Not. G.)

A preferencia do nome de Maria era suscitada pela creança nascida dos amores de Ade-

[1] D. Francisco Alexandre Lobo, *Memoria*, nas Obras, t. II, p. 117.

laide Deville, e que agora lhe restava d'esses quatro annos de sonho; a filha de Garrett um dia sentiria a mácula do seu nascimento, estando ainda viva a mulher legitima, e o poeta antevia esse sentimento, a que deu relêvo e realidade na sua concepção artistica. Era uma situação delicada, subjectiva, que só elle podia exteriorisar e dar o colorido natural da verdade. Rebello da Silva, no juizo critico sobre o *Frei Luiz de Sousa*, que tanto agradou a Garrett, roçou por esta circumstancia casualmente: «Foi por isso que tomando para primeira luz do quadro, não a separação dos dois esposos pela volta de D. João, mas as consequencias que d'ahi resultaram para *uma filha unica*, criada entre tanta meiguice, e tão estremecida de ambos, suppria, com o interesse d'esta situação sublime, a falta de acção do facto principal. Desde que ha mundo ha amor de pae; mas a expressão, as circumstancias, o nó que este desperta é o mais perfeito, mais original, mais profundo que até agora nos appresentou o theatro.

«Aquella filha, pura rosa virginal ainda em botão, traz já no seio a morte; vae murchando a pouco e pouco...» Quem passados annos lêr as cartas de Garrett á filha, com a preoccupação da sua debilidade, e até de uma magoa que D. Maria Adelaide occulta ao pae, recorda-se da Maria do *Frei Luiz de Sousa*, que se vae tornando uma realidade. Continuando a transcripção do juizo de Rebello da Silva, as suas palavras quasi que pintam uma situação que veiu a manifestar-se: «Aos treze annos, em que a vida se desata tão florida de esperanças, em que se alarga descuidada

por futuros doirados, ella vê a campa a vacillar erguida... E todavia nem o suspeita:... adivinha cousas que espantam na sua edade, solta uma ligeira ironia de criança, um riso que despedaça, um talento, um acêrto, uma agudeza que é como o ultimo lampejar da lampada quasi extincta. N'este caracter tão novo e difficil, o snr. Garrett copiou a natureza, estudou, sentiu profundamente esta contradicção que punge, que dilacera;... E sobre a dor dos paes... aquelle ferrete de infamia que a sociedade vae pôr na fronte da candida filha dos seus amores! São as scenas mais tragicas que conhecemos...» A creação de Garrett era um presentimento; em uma carta á avó D. Jeronyma Deville, descreve-lhe os sobresaltos em que o traz a melindrosa saude da filha: «porque me desenganei que precisa de mim e de olhar eu sempre por ella, porque cousas que n'outra creança importam pouco, n'esta querida filha são de dar cuidado e precisam ser atalhadas e attendidas logo. Emfim, minha senhora, é uma creança que eu em consequencia não posso nem devo deixar um dia sem a ter debaixo dos meus olhos!» Em uma carta á filha revela Garrett que lhe estranha uma tristeza, que o preoccupa; talvez as madres do convento do Bom Successo onde ella era educanda, lhe desvendaram a circumstancia do seu nascimento? Na carta do poeta lê-se: «Minha querida filha, não gostei de te vêr o outro dia, e tenho estado triste pensando em que motivo terias de estar de máo humor. E' uma boa qualidade, minha filha, ter imperio sobre si, e saber dissimular as contrariedades incessantes da vida. Mas

com seus paes e paes extremosos, que desejam contentar os filhos em tudo quanto é rasoavel e em que não ha mal, nenhum bom filho deve dissimular d'elles os seus proprios desgostos. Ao contrario, é uma prova de amor e gratidão que satisfaz o coração do pae que é o melhor e mais verdadeiro amigo que nunca havemos de ter no mundo. Occultar, recear, ter medo d'elle é a maior offensa. E eu de cousa alguma me poderia jámais doêr tanto de ti se tal cousa praticasses commigo que tantas provas te tenho dado de indulgencia, e de só me custar e perdoar que, seja o que fôr, o occultes de mim.» Esta carta fixou a primeira impressão do occulto desgosto que D. Maria Adelaide conservou toda a vida confinada no isolamento domestico, e quasi desinteressada da gloria do pae.

Desconhecendo-se esta vibração psychica é que se póde considerar o typo de Maria no drama *Frei Luiz de Sousa* de exagerada sensibilidade, como aconteceu a Camillo Castello Branco. [1]

O typo do velho escudeiro Telmo Paes, antigo na casa de D. Magdalena de Vilhena, pertence inteiramente a Garrett: representa

---

[1] Joaquim de Araujo no *O Fr. Luiz de Sousa, de Garrett*, discutiu este facto: «Camillo Castello Branco, no seu admiravel romance do *Amor de perdição*,... nos prurido de ironia em que foi sempre eximio, não tem mão em si que não escreva que a «morte de vergonha é uma morte inventada pelo visconde de Almeida Garrett, no *Frei Luiz de Sousa*».» E em seguida mostra como no drama de Camillo, *O Condemnado*, a filha de Jacome da Silveira morre tambem de vergonha.

um passado incerto e tenebroso que ameaça constantemente a felicidade d'aquelle lar; elle embala a imaginação de Maria na crença do regresso de Dom Sebastião, e á sombra d'esta esperança, confia em que D. João de Portugal não teria morrido na mal-aventurada expedição de Africa, esperança que elle cala em si. A presença do escudeiro, andando sempre a avivar a memoria do seu primeiro amo, e a manifestar a crença de que vivo ou morto D. João de Portugal ha de vir do captiveiro, fazem nascer no espirito de D. Magdalena de Vilhena esta obsessão, que por vezes a traz em sobresaltos. O susto augmenta com o receio de que o venha a saber sua innocente filha, e pede a Telmo Paes para que nunca lhe falle n'estas cousas. E' bella a situação em que D. Magdalena se justifica, dizendo que empregára todos os meios para certificar-se se D. João de Portugal estaria vivo:

« MAGDALENA: Tudo foi inutil, e a ninguem mais ficou resto de duvida.

TELMO: Senão a mim.

MAGDALENA: Duvida de fiel servidor, esperança de leal amigo, meu bom Telmo! que diz com vosso coração, mas que tem atormentado o meu... E então sem nenhum fundamento, sem o maís leve indicio... Pois dizei-me em consciencia, dizei-m'o de uma vez claro e desenganado: a que se apega esta vossa credulidade de sete... e hoje mais quatorze... vinte e um annos?

TELMO *(gravemente)*: Ás palavras, ás formosas palavras d'aquella carta escripta na propria madrugada do dia da batalha, e entregue a Frei Jorge, que vol-a trouxe. *Vivo*

ou morto, resava ella, *vivo ou morto*... Não me esqueceu uma letra d'aquellas palavras; e eu sei que homem era meu amo para as escrever em vão: *vivo ou morto, Magdalena, hei de vêr-vos pelo menos ainda uma vez n'este mundo.* Não era assim que dizia?

MAGDALENA *(aterrada)*: Era.

TELMO: Vivo não veiu... inda mal! E morto... a sua alma, a sua figura...

MAGDALENA *(possuida de grande terror)*: Jesus, homem!

TELMO: Não vos appareceu, de certo.

MAGDALENA: Não; credo!

TELMO *(mysterioso)*: Bem sei que não. Queria-vos muito; e a sua primeira visita, como de rasão, seria para minha senhora. Mas não se ia sem apparecer tambem ao seu aio velho.

MAGDALENA: Valha me Deus, Telmo! Conheço que desarrasoaes, e comtudo as vossas palavras metem-me medo... Não me façaes mais desgraçada.»

Esta scena é na realidade shakespeareana; Garrett elevou-se a tamanha altura porque se approximou da immensa poesia da natureza, que guardára em uma reminiscencia da sua propria infancia. Era assim que no lar domestico, na quinta do Castello, quando contava nove annos, lhe fallava a velha mulata Rosa de Lima, não acreditando na apparição do seu antigo amo José Bento Leitão, por que se viesse a este mundo, primeiro se mostraria a ella pelo muito que o estimára. E' das situações vividas que o poeta representa com linhas de realidade o seu ideal, e em Garrett, as emoções pessoaes, as reminiscencias

domesticas e as crises sociaes convergiram para se integrarem n'esta creação unica.

Garrett sentiu a raça lusitana, que se caracterisa no seu tronco anthropologico por mil annos de esperança; a este ramo ligurico tambem veiu essa fibra tenaz que se não desalenta, e tão adaptada a consolar-se com o messianismo religioso e politico. Todos os grandes abalos da nacionalidade portugueza suscitaram uma explosão de credulidade e esperança, de prophetismo e de heroes salvadores. As prophecias de Merlin fôram lidas em Portugal no fim do seculo XIV, e as lendas de San Brendan alentaram os nossos exploradores maritimos, que iam pelo Mar Tenebroso á procura das *Ilhas empoadas*, as Ilhas brancas das tradições britonicas. No desastre nacional que determinou a perda da autonomia de Portugal, incorporado por laços de parentesco dynastico na unidade castelhana, a esperança da independencia da patria ligava-se com o regresso de D. Sebastião em um dia de nevoeiro, vindo restabelecer Portugal como o *Quinto Imperio do Mundo*, depois das Quatro grandes Monarchias da antiguidade. Garrett representou n'esta esperança de Sebastianismos o estado dos espiritos oppressos sob uma realidade que os affrontava; e esse maravilhoso, em harmonia com o genio nacional, pela primeira vez se comprehendeu o seu valor esthetico illuminando com elle uma esplendida obra de arte. Não foi isto em Garrett um effeito casual; no plano do seu *Romanceiro*, apresentado em 1843, elle consignava um livro especial de *Lendas e Prophecias*. Infelizmente teve de abreviar o seu

plano. A litteratura das Prophecias populares é opulentissima, prestando-se a bellas paginas da vida moral da sociedade portugueza; floresceu nos emigrados de Portugal no seculo XVII, e nas luctas partidarias que sob o nome de *Encoberto* trabalhavam por darem a D. Pedro II o throno e a mulher do irmão; appareceram na terrivel crise das invasões francezas, principalmente em 1811, quando pelo nascimento do principe D. Sebastião Carlos, se explorou a credulidade popular a favor da juncção das duas corôas no filho da primogenita de D. João VI. Fôram violentas as polemicas dos follicularios na questão do *Sebastianismo* na primeira decada do seculo XVIII, e á mocidade de Garrett chegaria o ecco d'essa polemica em que José Agostinho de Macedo sustentava a causa do bom senso. Em Angra, na ilha Terceira, para onde se refugiára a familia de Garrett, foi ahi receber o poeta as primeiras impressões do Sebastianismo, na contemplação do retrato authentico do joven monarcha.

Sob esta impressão da mocidade, escreveu Garrett essa scena eloquente da lucilante Maria com o seu pagem, no drama *Frei Luiz de Sousa*, diante do retrato de D. Sebastião:

« Mas então, vamos, tu nada me dizes do retrato. Olha: aquelle do meio, bem sabes se o conhecerei, é do meu querido e amado Rei D. Sebastião. Que magestade! Que testa aquella tão austera, mesmo de um rei moço, e sincero ainda, leal, verdadeiro, que tomou ao sério o cargo de reinar, e jurou que ha de engrandecer e cobrir de gloria o seu reino! Elle alli está. E pensar que elle havia de mor-

rer ás mãos de mouros, no meio de um deserto, que n'uma hora se havia de apagar toda a ousadia, que está n'aquelles olhos rasgados, no apertar d'aquella bocca...»

Em nota, Garrett descreveu a origem da sua suggestão esthetica: «De todos os retratos de D. Sebastião que sei existirem, creio que o mais authentico é o que está, ou estava pelo menos até 1832, em Angra, na ilha Terceira, no Palacio do Governo, que antigamente fôra Collegio dos Jesuitas. — E' tradição ter sido para alli mandado por El-Rei, mesmo em sua vida. *Muitas vezes contemplei longamente aquelle retrato na minha mocidade*, e por elle é feita a descripção que puz na bocca de Maria.»

Este retrato foi transferido em 11 de septembro de 1848, segundo relata o jornal *O Angrense*, para a sala do docel do palacio do governo, da casa que dava entrada para a sacristia do Collegio, onde estava. Felix José da Costa, redactor do *Angrense*, em uma breve descripção que fez d'esse retrato: «provou que o Snr. Garrett havia fielmente copiado na phrase o que estava na tela.» Eis aqui a breve descripção:

«O retrato é de todo o corpo, pintado sobre escuro. O Rei está com vestido de malha, espadim, calção preto, botas de montar com esporas. — Tem á roda do pescoço um roquete branco — punhos brancos, e luvas de côr cinzentas. Na mão direita tem o sceptro, e pendente sobre o peito a fita e a insignia da Ordem de Christo. Não tem inscripção alguma. Ao lado esquerdo tem um pequeno bufete sobre que está um elmo com pluma azul;

e no alto do quadro ao lado direito as armas de Portugal.»[1]

Em uma nota do drama, Garrett mostra o valor poetico do Sebastianismo:

«A incredulidade popular sobre a morte d'el-rei D. Sebastião começou logo com as primeiras noticias que chegaram ao reino da derrota de Alcacer-Kebir. Querem alguns que as esperanças do povo fôssem adrede sustentadas pelos que mais haviam instigado aquella triste jornada, para evitarem a responsabilidade de seus fataes conselhos. — Os varios impostores que em diversas partes appareceram tomando o nome de D. Sebastião, em vez de destruirem, confirmaram as suspeitas nacionaes. O verdadeiro ou falso D. Sebastião que foi entregue em Veneza e atormentado em Napoles, deixou duvidas profundas nos animos mais seguros.

«Menos bastava para dar côr e crença á multidão de fabulas romanescas e poeticas de que se encheu logo Portugal, e que duraram até os nossos dias. O Sebastianista é outro caracter popular que ainda não foi tratado, e que em habeis mãos deve dar riquissimos quadros de costumes nacionaes. O romancista e o poeta, o philologo e o philosopho acharão muito que lavrar n'este fertilisssimo veio da grande mina de nossas crenças e superstições nacionaes.» Ninguem em Portugal tinha uma visão mais nitida da arte e do genio nacional, do que Garrett.

---

[1] *Revista universal lisbonense*, t. VII, p. 551. (1848.)

No *Frei Luiz de Sousa* o Sebastianismo tem a sua actualidade; o revolucionario septembrista, o coordenador da Constituição de 1838, perseguido pelo Cabralismo desenfreado ao serviço dos desvarios da rainha, tem ainda uma esperança, crê no povo para a revolução nas provincias, e crê na sinceridade de alguns cartistas para reagirem pela dignidade da nação contra os prejurios destemperados de D. Maria II, arrastada pelo Coburgo seu marido. Evocava o symbolo das esperanças que tinha na alma.

Quando concebeu Garrett esta creação dramatica? Conta-o na Memoria lida ao Conservatorio: «Ha dois annos (1841) e aqui n'esta sala, quando ouvi lêr o curto mas bem sentido relatorio da commissão que nos propoz admittir ás provas publicas o drama *O Captivo de Fez*, é que eu senti como um raio de inspiração nas reflexões que alli se faziam sobre a comparação d'aquella fabula engenhosa e complicada com a historia tão simples do nosso insigne escriptor.» Fôra esse relatorio lido por Francisco Adolpho Varnhagen, o qual se apaixonou tanto pelo drama do *Frei Luiz de Sousa*, que promoveu e conseguiu que se realisassem as traducções allemã, italiana e hespanhola, que tanto fortificaram o espirito de Garrett. [1]

---

[1] Em uma nota, a pag. 237 da obra *Da litteratura dos Livros de Cavalleria*, Varnhagen referindo as suas relações pessoaes com Garrett, dá-nos a origem das varias traducções do *Frei Luiz de Sousa*. «Em obsequio áquellas, havia eu conseguido persuadir ao Conde de Luckner, então encarregado da Dinamarca

Não faltou quem para amesquinhar esse homem de genio e o seu extraordinario drama, fôsse desenterrar o romance em 2 volumes *Luiz de Sousa*, publicado em 1837 pelo lusophilo Ferdinand Denis;[1] romance de aventuras, sem idealisação de epoca ou de individualidades. Garrett consignou o facto: «Quizeram-me depois fazer crêr que o *drama portuguez era todo tirado*, ou principalmente *imitado d'esse romance francez* de que já vos fallei, e que eu ainda não tinha lido então. Fui lêl-o immediatamente, e achei falsa toda

---

em Lisboa, que traduzisse em allemão, e fizesse publicar, o *Frei Luiz de Sousa;* o que elle fez, conferindo commigo a traducção, e pedindo-me que escrevesse, para prologo d'ella, um artigo ácerca do mesmo Garrett, que escrevi, e que na mesma traducção anda com o meu nome. Foi egualmente por indicação minha que o meu illustre amigo Cav. Vegezzi Ruscalla, já mui conhecido entre nós pela sua traducção da *Marilia de Dirceu*, passou egualmente ao italiano o *Frei Luiz de Sousa:* resolvendo benevolamente associar a esta ultima traducção o meu nome; — nada menos que por uma para mim mui honrosa dedicatoria impressa, que precede a mesma traducção publicada em 1852.

« D'essa tal qual influencia que me coube em sorte para estas traducções, nunca eu disse ao benemerito auctor do *Frei Luiz de Sousa* uma só palavra; mas da traducção allemã soube-o elle, e m'o lembrava ainda quando em carta de 17 de fevereiro — de 1851, me dizia: — Não fará com que o ponha ahi em castelhano algum d'esses nossos visinhos? Eu estimava. Digo sobre isto: o meu amigo que tanto contribuiu para que *Fr. Luiz de Sousa* se fizesse tedesco, é que devia fazer nacionalisal-o tambem na lingua e na terra de Calderon. = »

[1] D'este livro escreve Raczynski: « Ce livre à eté brulé dans l'incendie de la rue du Pot-de-fer. »

a accusação; mas achei mais falsa ainda a preferencia de ingenuidade que a esse romance ouvia dar. Pareceu-me que o assumpto podia e devia ser tratado de outro modo, e assentei fazer este drama.» Era pela indicação do romance de Ferninand Denis, que começa a Memoria lida ao Conservatorio em 6 de Maio de 1843:

«Um estrangeiro fez, ha pouco tempo, um romance da aventurosa vida de Frei Luiz de Sousa. Ha muito enfeite de maravilhoso n'esse livro, que não sei se agrada aos extranhos; a mim, que sou natural, pareceu-me empanar a singela belleza de tão interessante historia. Exponho um sentimento meu; não tive a minima ideia de censurar, nem sequer de julgar a obra a que me refiro, escripta em francez, como todos sabeis pelo nosso consocio o snr. Fernando Denis.» O que se passava com o *Frei Luiz de Sousa* era uma repetição dos juizos sobre os plagios do poema *Camões* das *Scenas sob os Tropicos* de Ferdinand Denis.

Antes do romance de Ferdinand Denis já a tradição de Frei Luiz de Sousa figurava em uma velha e interessante novella franceza *Don Sebastien, Roy de Portugal*, que Thomas Amaubry imprimiu em Lyon em 1679. [1]

Este thema do regresso de um inesperado ausente acha-se tambem referido nas Cartas do Cavalheiro de Oliveira, em que um individuo considerado morto pelos parentes, volta da Africa e dá-se a conhecer á familia apon-

---

[1] Apontada por Joaquim de Araujo no seu estudo *O Frei Luiz de Sousa, de Garrett*, cap. II.

tando para o retrato que ainda se conservava. E' provavel que pela sua muita leitura dos classicos portuguezes conhecesse esta passagem das Cartas do Cavalheiro de Oliveira, sendo tambem uma suggestão que um dia se effectuou em uma obra de arte. Este mesmo thema foi tratado por Balzac em 1832, no seu bello conto *O Colonel Chabert*, um dos extraviados da campanha da Russia, que regressa a Paris, quando já de muitos annos era dado por morto.

Vejamos como Garrett dispoz todos estes elementos lendarios e biographicos, n'uma plena harmonia entre as situações e os caracteres. D. Magdalena de Vilhena reside em Almada com seu segundo marido Manoel de Sousa Coutinho; o fructo d'aquella felicidade é uma filha de treze annos de edade D. Maria de Noronha. Na ausencia de seu marido, D. Magdalena soffre o presentimento de uma vaga tristeza, que o velho escudeiro Telmo Paes aggrava sempre com as esperanças phantasticas de que seu antigo amo não está morto, como lhe fazem crêr certas palavras que escrevera em uma carta antes da fatal batalha. D. Magdalena continúa receiosa, mas esta sombra desvanece-se com uma preoccupação maior — a demora de seu marido, sendo já noite fechada, grassando a peste em Lisboa, e principalmente o *tempo das alterações* politicas. O velho Telmo Paes vae ao convento dos Dominicos perguntar a Frei Jorge, irmão de Manoel de Sousa, se ha alguma novidade. D. Maria apparece cantando o romance da batalha de Alcacer, e fica fazendo companhia a sua mãe; a segunda vista de que é dotada,

a rara intelligencia e sensibilidade doentia que ella manifesta são presagios de uma dolorosa fatalidade. Frei Jorge viera tambem do convento anciado com a demora de Manoel de Sousa; traz uma noticia, que prepara o lance final do primeiro acto: que o Bispo D. Miguel de Castro vem fugido da peste hospedar-se no seu convento, sendo então o presidente do Governo posto por Philippe II. Momentos depois entra Manoel de Sousa com uma perturbação extraordinaria: sabe que o Governo dos traidores á patria vem estabelecer-se na sua casa de Almada fugindo á peste de Lisboa. Diz para sua mulher, que é necessario sahirem todos antes que cheguem os Governadores do Reino. D. Magdalena hesita, não querendo ir habitar a casa que fôra de seu primeiro marido D. João de Portugal, dominada por ideias aziagas que a obsidiam. Mas o tempo urge, os Governadores estão prestes a chegar ao palacio, e Manoel de Sousa, levado pelo pundonor de portuguez, protesta contra esta espoliação, e lança fogo á bella residencia de Almada, onde passára os mais felizes annos da sua vida.

O acto termina admiravelmente, com magestade epica. Como incomparavel artista, Garrett deu fórma ao esbôço que vira em 1818 na comedia famosa de uma companhia de actores ambulantes. Romero Ortiz, no seu estudo sobre *A Litteratura portugueza no seculo* XIX, approxima d'este lance do incendio do palacio a tradição castelhana do Conde de Benavente, quando Carlos V mandando-o saír do seu palacio para ser entregue ao Duque de Bourbon, o orgulhoso fidalgo lhe lança o

fogo; situação sobre que o Duque de Rivas compoz o seu romance *Um Castelhano leal.*

Poder-se-ha inferir, como pretendem Romero Ortiz e Arturo Farinelli, que a situação dramatisada por Garrett proviesse da imitação da obra do Duque de Rivas? Joaquim de Araujo prova que o contrario é que se deu:

«A acção de Garrett reflectiu-se na renovação da litteratura hespanhola, como já dominára na brasileira. Um erudito madrileno escrevia em 1845:=a la vuelta de su emigracion, hizo al Portugal la revolucion del *gusto nuevo*, y la carta que en 1828 publicó en Londres como prefacio de su *Adozinda*, llena de excellentes doctrinas, y que *tanto contribuyó à lanzar à nuestro Duque de Rivas en el rumbo de las nuevas ideas de emancipacion literaria*, prueba que su recto juicio y templado comprehendió desde luego—el principio de independencia y tolerancia como primer dogma de las letras.=»[1] Além d'isto a originalidade na arte está no relêvo da fórma conduzindo ao effeito ou emoção, e nada excede esse lance simples e da maxima impressão.

Segundo os dados biographicos Manoel de Sousa andou homisiado por causa d'esta solemne affronta aos Governadores postos por Castella. Garrett aproveitou-se com alto tino d'esta situação capital.

O segundo acto passa-se no palacio que fôra de D. João de Portugal, onde D. Magdalena vive temerosa. Segundo noticias histori-

---

[1] Leopoldo A. Cueto, *El Laberinto*, vol. II, 166. —J. de Araujo, *Op. cit.*, cap. IV.

cas, Manoel de Sousa esteve na America entregue a especulações mercantis; no drama a sua ausencia é devida ao homizio em uma quinta além do Alfeite. A innocente D. Maria de Noronha traz a custo o velho escudeiro Telmo Paes a uma sala escura para que lhe diga de quem é o *retrato*, que tanto perturba sua mãe quando entra descuidada n'aquella casa. Telmo hesita, tartamudêa; porém Manoel de Sousa apparece embuçado como quem chega do seu esconderijo, e responde á curiosa pergunta: — « Aquelle era D. João de Portugal, um honrado fidalgo, um valente cavalleiro. » E fica conversando com a filha para lhe desvanecer preoccupações, e á espera que D. Magdalena de Vilhena acorde. Então chega Frei Jorge a dar parte a seu irmão de que está livre das suspeitas dos Governadores e de Miguel de Moura, vindo alli para convidal-o a ir com elle agradecer ao Arcebispo, que está de volta de Lisboa. Maria pede com fervor ao pae para que a leve comsigo, quer visitar no convento do Sacramento D. Joanna de Castro. O unico obstaculo que lhe oppõe é o estado de abatimento em que sua mãe estava; a final Maria obtem a licença, e Frei Jorge fica acompanhando a cunhada. E' então que D. Magdalena de Vilhena lhe confessa os temerosos sobresaltos em que anda, os presentimentos, que se tornam mais terriveis, quando lhe é annunciada a chegada de um Romeiro que pretende fallar-lhe. O lance está á altura de Shakespeare, ainda mesmo na simples tradição monastica do seculo XVII; mas o talento de Garrett foi adiante, identificou o Peregrino com o proprio D. João de Portu-

gal. A mensagem que o obscuro Peregrino vae dando, apenas leva a crêr que ainda existe o primeiro marido de D. Magdalena; mas as suas respostas á promettida protecção de Manoel de Sousa, fazem sentir que elle está presente:

« FREI JORGE: Deus quiz trazer-vos á terra de vossos paes; e quando fôr sua vontade ireis morrer socegado nos braços de vossos filhos.

ROMEIRO: Eu não tenho filhos, padre.

FREI JORGE: No seio da vossa familia.

ROMEIRO: A minha familia... já não tenho familia.

MAGDALENA: Sempre ha amigos...

ROMEIRO: Parentes!... Os mais chegados, os que eu me importava achar... contaram com a minha morte, fizeram a sua felicidade com ella; hão de jurar que me não conhecem.

MAGDALENA: Haverá tão má gente... e tão vil que tal faça?

ROMEIRO: Necessidade póde muito... Deus lh'o perdoará, se podér.

MAGDALENA: Não façaes juizos temerarios, bom romeiro...

ROMEIRO: Não faço. De parentes, já sei mais do que queria! amigos, tenho um; com esse conto.

FREI JORGE: Já não sois tão infeliz?

MAGDALENA: E o que eu podér fazer-vos, todo o amparo e gasalhado que podér dar-vos, contae commigo, bom velho, *e com o meu marido*, que ha de folgar de vos proteger.

ROMEIRO: Eu já vos pedi alguma cousa?»

E' n'esta comprehensão da alma humana,

n'esta synthese philosophica que se revela o artista, abrindo-se-lhe á intelligencia o mundo moral. O dialogo eleva-o succesivamente a uma altura, que torna o final sublime:

«MAGDALENA *(aterrada)*: E quem vos mandou, homem?

ROMEIRO: Um homem foi, e honrado homem... a quem unicamente devi a liberdade... a *ninguem* mais. Jurei fazer-lhe a vontade, e vim.

MAGDALENA: Como se chama?

ROMEIRO: O seu nome, nem o da sua gente nunca o disse a *ninguem* no captiveiro.

MAGDALENA: Mas emfim, dizei vós...

ROMEIRO: As suas palavras trago-as escriptas no coração com as lagrimas de sangue que lhe vi chorar, que muitas vezes me cahiram n'estas mãos, que me correram por estas faces. *Ninguem* o consolava senão eu... e Deus! Vêde se me esqueceram as suas palavras.»

Como no processo musical wagneriano, Garrett tres vezes emprega o pronome ninguem, preparando para o effeito supremo em que essa palavra é um poema completo. Frei Jorge leva o Peregrino á sala dos retratos, e pergunta-lhe se entre aquelles quadros visse a figura de quem aqui o mandou se o reconheceria? O Peregrino apontou insensivelmente para o retrato de D. João de Portugal. Pergunta-lhe outra vez Frei Jorge, e attonito:

«Romeiro, romeiro, quem és tu?» e elle responde apontando para o retrato:

«Ninguem.»

No *Auto da Lusitania*, de Gil Vicente, es-

tudou o Dr. Sousa Viterbo a scena em que apoz um rico mercador chamado *Todo o Mundo*, apparece «um homem vestido como pobre, este se chama *Ninguem*.» Desenvolve-se entre os dois typos um dialogo critico de grande interesse moral. E referindo-se á scena do *Frei Luiz de Sousa*, observa: «Seria essa leitura que lhe suggeriu a ideia do *Ninguem?* E' possivel, mas deve-se observar, que é muito differente a intenção dos dois poetas, assim como são differentes as situações dramaticas. Em Gil Vicente é a ironia da intelligencia, em Garrett é a ironia do sentimento. N'um o *Ninguem* é sentencioso; no outro é tragico; no primeiro ha uma affirmação philosophica; no segundo ha o quer que seja de vago, que nos arrasta ao paiz do sobrenatural e phantastico. — Se Gil Vicente foi o veio que forneceu a inspiração, é inegavel que Garrett foi um explorador genial d'esse veio.» [1]

Se Garrett tivesse seguido servilmente a lenda monachal, com o apparecimento do Peregrino terminava o drama, porque não se soube mais d'elle. Mas a existencia d'essa filha do casamento de Manoel de Sousa e a presença de D. João de Portugal, prestam-lhe situações para o acto final, ainda mais intenso do que os dois anteriores.

Os terrores de Manoel de Sousa ao vêr que sua filha vae aos treze annos ficar sem pae e sem mãe coberta de opprobrio, de repente ferida na sua candura e sensibilidade;

---

[1] *Manoel de Sousa Coutinho* e a Familia *de sua mulher*, (Memorias da Academia, tomo IX, parte I, p. 26.)

o encontro do Romeiro com o seu velho e fiel aio Telmo Paes; a profissão de Manoel de Sousa e a de sua mulher, recebendo o habito de San Domingos, e a filha D. Maria de Noronha entrando na egreja a pedir que lhe declarem que ella não é filha do crime, e em seguida a sua morte repentina de vergonha ao vêr o Romeiro alli no templo, não tem eguaes nas litteraturas modernas da Europa. O pedido do Romeiro a Telmo Paes para que vá salvar aquelles conjuges declarando que elle é um impostor, um aventureiro mandado pelos inimigos de Manoel de Sousa, lança sobre o quadro uma sombra indefinivel em que o espirito se abysma. Tinha razão Edgar Quinet, quando no seu livro *Vacances en Espagne* aconselhava aos francezes que traduzissem este drama de Garrett. Ha no *Frei Luiz de Sousa* o quadro da sociedade portugueza depois de um grande desastre nacional e da perda da autonomia, que lançam nos espiritos uma sensibilidade doentia, umas esperanças messianicas que se particularisam no Sebastianismo, e um tedio da vida que se refugia na monotonia e sombra monachal; eram frequentes os divorcios santos, facto ignorado por Arturo Farinelli, que julga phantasista e excessiva a separação de Manoel de Sousa e de D. Magdalena de Vilhena só pelo apparecimento do Romeiro. N'esse drama situações e caracteres são *tão portuguezes*, que não póde um estrangeiro por mais illustrado julgar essa obra de arte universal se não vir n'ella a expressão da nossa historia e da nossa ethnologia nacional. Mesmo um publico que se compraz com os effeitos scenicos que

o não forcem a pensar, é incapaz de apreciar a profundidade do sentimento e a grandeza das situações d'este drama, todo dos principios do seculo XVII e muito portuguez.

Garrett procurava dar ao Conservatorio um caracter academico, e em conferencia de 6 de Maio de 1843 apresentou-lhe a sua nova composição dramatica, lendo então uma Memoria sobre os processos artisticos que empregára, ou as suas theorias de arte. Transcrevemos alguns dos seus pensamentos fundamentaes, que resumem a sua esthetica: «Eu tive sempre na minha alma este pensamento, ainda antes — perdoae-me a innocente vaidade, se vaidade isto chega a ser — ainda antes d'elle apparecer formulado em tão elegantes phrases por esses escriptores que allumiam e caracterisam a epoca... O estudo do homem é o estudo d'este seculo, a sua anatomia, e physiologia moral as sciencias mais buscadas pelas nossas necessidades actuaes. Colligir os factos do homem, emprego para o sabio; comparal-os, achar a lei de suas séries, occupação para o philosopho, e politico; revestil-o das fórmas mais populares, e derramar assim pelas nações um ensino facil, uma instrucção intellectual e moral que, sem apparato de sermão ou prelecção, surprehenda os animos e os corações da multidão, no meio dos seus proprios passatempos — a missão do litterato, do poeta. Eis aqui porque esta epoca litteraria é a epoca do drama e do romance, porque o romance e o drama são ou devem ser isto.» E depois de explicar o intuito originario das suas obras até chegar aos estudos da poesia popular, deduz: «Este é um seculo democra-

tico: tudo o que se fizer hade ser pelo povo e com o povo... ou não se faz. Os princepes deixaram de ser, nem pódem ser, Augustos. Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na causa publica como sua; querem ir como Euripedes e Sophocles, solicitar na praça os suffragios populares, não como Horacio e Virgilio, cortejar no paço as sympathias de reaes corações. As côrtes deixaram de ter Mecenas; os Medicis, Leão x, D. Manoel, Luiz XIV, já não são possiveis; não tinham favores que dar nem thezouros que abrir ao poeta e ao artista. — Os leitores e os espectadores de hoje querem ponto mais forte... mais substancial: é povo, quer verdade. Dae-lhe a verdade do passado, no romance e no drama historico, — no drama e na novella da actualidade offerecei-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo... Eu sempre cri n'isto; a minha fé não era tão clara e explicita como hoje é, mas sempre foi tão implicita.»

Nas Notas do *Frei Luiz de Sousa*, accentuou mais estas ideias: «Esta continua e reciproca influencia da litteratura sobre a sociedade, e da sociedade sobre a litteratura, é um dos phenomenos mais dignos da observação do philosopho. — Quem vier a escrever e a estudar a historia d'este nosso seculo, nem a entenderá nem a fará entender de certo, se o não fizer pelos livros dos sabios, dos poetas, dos moralistas que caracterisam a epoca, e são ao mesmo tempo causa e effeito de seus mais graves successos. — Nas obras de Chateaubriand e de Guizot, de Delavigne e Lamartine, nas de Victor Hugo e até de George Sand, nas de Lamennais e de Cousin, está o

seculo XIX com todas as suas tendencias indefinidas, com todas as suas timidas saudades do passado, seus terrores do futuro, sua desanimada incredulidade no presente.» E escrevendo sob a affrontosa pressão do sophisma liberal do Cabralismo, elle caracterisa «o vulgar dos timidos litteratos, que nos campos das luctas civis se condemnam a soneteiros de bastardos Mecenas» e aquelles que ambicionam «a augusta corôa do poeta popular, que em nossos tempos, como nos de Alceu e de Sophocles, e como nos de Dante, tem espinhos debaixo dos loiros, e precisa tanta coragem como talento para se trazer com dignidade. — E a vida da carne é tão curta para o homem de lettras!... a da gloria não lhe põem termo os homens.» (Not. F.) Tal era a situação de Garrett diante da pedantocracia liberal.

Relacionando o seu drama com as tradições que lhe embalaram a mocidade, proclama: «A poesia verdadeira é esta, é a que sae d'estas suas fontes genuinas; não são arrebiques de phrases tiradas de gregos ou latinos, de francezes ou de inglezes segundo é moda;... A litteratura é filha da terra, como os Titans da fabula, e á sua terra se deve deitar para ganhar forças novas quando se sente exhausta.» Levado por esta comprehensão, define o caracter nacional, que representa no assombroso drama: «E' singular condição dos mais bellos factos e dos mais bellos caracteres que ornam os fastos portuguezes, serem tantos d'elles, quasi todos elles, de uma extrema e estreme simplicidade. As figuras, os grupos, as situações da nossa historia —

ou da nossa tradição — que para aqui tanto vale, — parecem mais talhados para se moldarem e vasarem na solemnidade severa e quasi estatuaria da tragedia antiga, do que para se pintarem nos quadros, mais animados talvez porém menos profundamente impressivos do drama novo, ou para se interlaçarem nos arabescos do moderno romance.» E' esta a linha com que traça o desenho do *Frei Luiz de Sousa:* «Nem amores, nem aventuras, nem paixões, nem caracteres violentos de nenhum genero. Com uma acção que se passa entre pae, mãe e filha, um frade, um escudeiro velho, e um peregrino que apenas entra em duas ou tres scenas... sem um máo para contraste, sem um tyranno que se mate ou mate alguem...» E antes d'isto escrevera: «difficuldade era extrema pela extrema simplicidade dos meios que adoptei. Nenhuma acção mais dramatica, mais tragica do que esta; mas as situações são poucas: estender estas de invenção era adelgaçar a força d'aquella, quebrar-lhe a energia. Em um quadro grande, vasto — as figuras poucas, as attitudes simples, é que se obram os grandes milagres da arte pela correcção no desenho, pela verdade das côres, pela sabia distribuição da luz.

«Mas, ou se hade fazer um prodigio ou uma semsaboria.» Garrett realisou conscientemente esse prodigio, que pelo seu profundo caracter nacional de *estreme simplicidade,* raro será bem comprehendido pela critica estrangeira.

Depois de lida a Memoria, os membros do Conservatorio pediram que o drama fôsse

lido n'aquella mesma Conferencia; Garrett accedeu para «observar o effeito que produziria em auditorio tão escolhido a sua nova tentativa.» Com o seu poder extraordinario de dicção, e com as vibrantes emoções a que dava realidade, o effeito excedeu tudo quanto ambicionava. A obra prima do *Frei Luiz de Sousa* ficou reconhecida e consagrada.

A segunda leitura do drama *Frei Luiz de Sousa*, fel-a Garrett em casa da familia Krus, depois da primeira impressão produzida no Conservatorio: «Foi isso causa de lhe pedirem, e o auctor fazer com muito gosto outra leitura d'elle na sociedade intima de uma familia que prèsa como sua, e á qual o prendem laços de sincera e estreita amizade — não só, nem tanto, as relações de algum contraparentesco, mas muito mais as de affeição verdadeira, de estima bem fundada e experimentada em qualidades que se vão fazendo cada dia mais raras n'esta terra.»

As senhoras d'esta familia professavam por Garrett uma admiração profunda, a que o poeta correspondia, enriquecendo os seus Albuns com calorosas poesias lyricas. No Album de D. Maria Krus, aquella que chegou a inflammal-o, escreveu a deliciosa poesia *Retrato;* no de D. Josepha Krus, a odesinha que se intitula *Saudades;* e no de D. Julia Krus a pequena ode *Album.* [1]

N'este meio feminino adquiriu o poeta a segurança da verdade da profunda emoção, quando lhes leu o *Frei Luiz de Sousa*, que não

[1] Todas encorporadas nas *Folhas cahidas.*

se ouve sem lagrimas; por isso confessou ácerca das mulheres: «em cousas de arte o seu voto é decisivo.» A impressão produzida deduz-se das consequencias: «Desde aquella leitura o auctor começou a acreditar na sua obra como composição dramatica, pois até então ingenuamente a reputava mais um *estudo* para se examinar no gabinete, do que proprio quadro para se desenrolar na exposição publica da scena.

«Resolveu-se alli logo, e na excitação do momento, representar o drama em um theatro particular. Distribuiram-se as partes, começaram os ensaios, e em poucas semanas, apesar de todas as difficuldades, subiu á scena na quinta do Pinheiro...» N'esta representação, o papel de *Magdalena* foi desempenhado por D. Emilia Krus, e: «O proprio auctor suppriu, no papel de *Telmo*, a falta de um amigo impossibilitado.» O talento extraordinario de D. Emilia Krus, que assombrava nas recitas da Sociedade Thalia, como se viu no papel de Kitti, do *Chatterton* de Alfredo de Vigny, o que não faria d'esse typo de D. Magdalena de Vilhena, que desempenhou na recita da Quinta do Pinheiro! [1]

---

[1] Transcrevemos aqui uma noticia, pela relação que então estabeleceu a critica entre o *Frei Luiz de Sousa* e o *Chatterton* de Alfredo de Vigny.

Em fevereiro de 1851 começaram os bailes do carnaval na Sociedade Thalia; representou-se primeiramente o drama *Chatterton* de Alfredo de Vigny. Lê-se em uma descripção d'esse tempo: «A Thalia não esqueceu as suas tradições. E' um baile essencialmente litterato, e digno por conseguinte de uma cordeal commemoração. Ahi não se vae unicamente dansar e fazer

Alexandre Herculano, que tivera a fortuna de ouvir a primeira leitura do *Frei Luiz de Sousa*, assistiu á sua representação no theatro da quinta do Pinheiro; a impressão que lhe ficou no espirito, e que referiu passados dez annos, quando atacava Garrett por causa da lei da propriedade litteraria, tem o valor de nos descrever o effeito d'essa inolvidavel recita, em que o proprio Garrett tomou parte: «Quando um dos dramas a que não faltou senão a fortuna de ser escripto em alguma das linguas principaes da Europa, o fran-

---

espirito, namorar ou politicar: agitam-se as mais graves questões da arte feminil...

«O baile, todavia esteve d'esta vez algum tanto monotono e frio...

«Talvez tambem concorresse para a monotonia da primeira parte da soirée, a impressão profundamente triste que em todos os animos deixou a representação do *Chatterton*. As ultimas scenas, sobretudo, são de um effeito por tal modo tragico e agonisante, que o espirito fica preoccupado e abatido; e parece disposto para a banal sensualidade de uma contradansa regrada ou de uma polka bastarda.

«O *Chatterton* é um producto da litteratura moderna, da familia dos *Renés* e dos *Obermans*, de que descende em linha recta incontestavelmente o *Bardo* do snr. Castilho. Existencias excepcionaes, quasi inimaginaveis, apenas incomprehensiveis. Creações phantasticas de genios valetudinarios, representando ao mesmo passo uma terrivel realidade.

«Como drama, o *Chatterton* é uma ideia simples, descomplexa, grande, bella e pavorosa; essenciaes condições de qualquer tragedia severa. O tempo, o logar, e acção, tudo ahi está fiel e estheticamente indicado, sem que nenhuma das unidades possa prejudicar os effeitos. Quando o vimos em scena, vieram-nos á mente as immensas affinidades que tem com o *Frei Luiz de Sousa* do nosso mais dintincto litterato. Parecem a mes-

cez ou o allemão, para ser um dos mais notaveis monumentos litterarios da nossa epoca, quando *Frei Luiz de Sousa* fazia correr as mudas lagrimas de um auditorio extasiado, ou lhe arrancava ruidosos applausos de enthuziasmo, pensava acaso v. ex.ª nas edições legitimas ou contrafeitas, nos honorarios da representação, nas provisões da lei da propriedade litteraria? Atrevo-me a protestar que não: atrevo-me a jurar que v. ex.ª se reputava sobejamente grande com fazer vibrar as cor-

---

ma obra, começada em francez e acabada em lingua portugueza. A mesma severidade e concisão de estylo, egual pavor do principio até ao fim, pairando sobre o espirito dos espectadores; eguaes sentimentos, effeitos semelhantes. O *Chatterton* entrevê a gloria, e adivinha o amor, não consegue nem uma nem outra, e refugia-se no suicidio. *Frei Luiz* é poeta egualmente, e cavalleiro esplendido; leva a gloria atada aos cópos da sua espada, e o amor preso ao coração de D. Magdalena de Vilhena. A sorte porém nega-lhe o goso de ambos, desata-lhe aquelles dois nós tão formosos e amados; e tambem o arranca ao suicidio, egualmente espontaneo, imperplexo, inexoravel; talvez de certo mais terrivel que o de *Chatterton*. Este vae esquecer tudo debaixo da lousa ignorada de um cemiterio obscuro; *Frei Luiz* atira-se a um sepulchro de homens vivos; encerra-se em clausura para dormir egual somno; aqui porém, interrompido e cortado pelos acerbos pezadellos d'esse mundo, que remoinha lá fóra das grades claustraes. O drama francez é por assim dizer a aurora d'aquella grande tragedia portugueza, o *Frei Luiz de Sousa*.» [1]

---

[1] (*Revista universal lisbonense*, t. III, 2.ª série, p. 285 a 288.) Este artigo traz o pseudonymo TACITUS. Ninguem, a não ser Garrett possuia estas vistas criticas n'esta elegancia de estylo. Os louvores a D. Emilia Krus, que desempenhou assombrosamente o papel de Kitty, levam-nos esta inferencia.

das da dôr e da piedade em tantas almas, com essas manifestações ardentes que respondiam ao verbo do seu genio, digamos assim, encarnadas n'um espectaculo scenico.» Como argumento não vale contra o desinteresse de Garrett em toda a sua actividade litteraria, mas é o testemunho de uma emoção observada e ainda sentida por Herculano passados dez annos. [1] Porém o *Frei Luiz de Sousa* encontrava uma certa antipathia nas regiões officiaes, a inintelligencia dos estrangeirados e a cegueira do facciosismo cabralino. Essa hostilidade conheceu-a Garrett, quando deram realce ao pobre romance de Ferdinand Denis, e mais cruamente quando lhe embaraçaram a representação em theatro publico.

---

[1] O poder commovedor do *Frei Luiz de Sousa* acha-se referido no seguinte facto acontecido com o traductor para allemão, o Conde de Luckner; transcrevemos as palavras de F. A. Varnhagen:

«Mais uma noticia curiosa a respeito do *Frei Luiz de Sousa* inserirei aqui, pois é por si outro drama; — O dito Conde de Luckner era protestante, de uma communhão que permitte novo casamento passado o divorcio. Depois de ser pae uma vez, divorciara-se d'elle a mulher, rica filha de um eleitor de Hesse Cassel, quando ainda mui joven, e se casára com outro (um Barão de Watzdorf), de quem tivera tres filhos, e de quem acabára de enviuvar, quando em 1847, no theatro de Dresda, onde ella vivia, se representou a traducção de *Frei Luiz*, a que foi assistir. A analogia das situações produziu a reconciliação; e o Conde de Luckner casou segunda vez *com a sua propria mulher*, e feliz em companhia d'esta e do tenro fructo da terceira lua de mel da mesma esposa (retrato ao vivo da rainha D. Maria II) vivia em uma quinta acastellada a uma legua de Dresda, quando no verão de 1853 fui ahi fazer-lhes uma visita. Devo accrescentar que o facto d'este *reca-*

A impressão do *Frei Luiz de Sousa* acha-se expressa com caracter synthetico por *Edgar Quinet*, no livro *Mes vacances en Espagne*, narrativa das suas viagens em Hespanha e Portugal de 1843 a 1844. A epoca era terrivel, porque estava-se sob a tremenda reacção cabralista, e as palavras de Edgar Quinet são um depoimento fulminante que ficará na historia. Eis como descreve a ordem publica: «O que ha ahi de medonho, é que em nenhum paiz da Europa, a apparencia é melhor guardada, a exterioridade mais regular e mais rica, a policia melhor organisada, *o povo o mais docil.* O que hoje entre nós se chama a ordem está alli realisado com uma perfeição formidavel, a tranquillidade soberana do tumulo. Com isto tudo, Lisboa de D. Maria II parece a capital do reino de Ignez de Castro, que, desenterrada e assentada sobre um throno posthumo, governa, entre a banca-rota e o jesuitismo, uma monarchia defuncta.—

«E comtudo, apesar d'este entorpecimento mortal, eu juraria que o fogo moral se ateia ainda em qualquer parte; esta terra começára a tremer e a lançar relampagos. Por que ha em Lisboa uma fibra que estremece. Esta nacionalidade ferida, calcada aos pés da Ingla-

---

samento do meu agradavel amigo Luckner fez bulha, e chegou até a ser assumpto de artiguinhos nos jornaes francezes.» *(Da Litteratura dos Livros de Cavalleria*, p. 245. Vienna 1872.) Sobre este caso escreveu Julio Cesar Machado um folhetim no *Diario de Noticias*, n.º 6486, de 14 de fevereiro de 1884: *Influencia amorosa do Frei Luiz de Sousa.*

terra, eriça-se contra todo o espirito estrangeiro. Ella defende-se, não pelos seus odios sómente; refugia-se nos seus poetas, e nada merece tanta attenção como a liga que se fórma entre alguns escriptores para tentar erguer um povo naufrago. —

«O chefe do renascimento litterario é Almeida Garrett; primeiro soldado raso, (no batalhão academico) hoje em dia deputado, acostumado aos carceres, ao exilio, perdendo aqui e além os seus manuscriptos nas viagens por mar, continúa na sua vida aventurosa as provações dos poetas portuguezes. No dia em que o vi, estava elle com receio de ser arremessado a uma enxovia. [1] Estas alternativas de

---

[1] Este facto aconteceu depois da derrota de Almeida; conta Gomes de Amorim: «Ao mesmo tempo diligenciavam os espiões da policia apoderar-se das pessoas que tinham opiniões politicas eguaes ás dos vencidos, embora essas pessoas houvessem ficado extranhas á insurreição. Assaltaram por differentes vezes a casa de Garrett para o prender e deportar, por ser dos condemnados sem culpa formada. Salvou-o porém o ministro do Brasil, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond, em casa de quem jantára no dia do primeiro assalto. Drumond, informado a tempo, não o deixou sahir, e alli esteve protegido pela bandeira do Brasil, até as perseguições terminarem.

«Furiosos por lhes ter escapado a preza, os esbirros do governo procederam, no dizer do perseguido, como bando de beduinos. Revolveram-lhe a casa toda, arrombaram-lhe as gavetas, sequestraram-lhe os papeis, e até, (Oh *politica!*...) obrigaram a sahir da cama, onde estava gravemente doente, a filhinha do immortal poeta! Abriram-lhe os colxões e enxergões com as bayonetas, em procura de provas de cumplicidade revolucionaria, que não appareceram, e que seus inimigos não ousaram forjar.» (*Mem.*, III, 96.)

angustia não o impediam de trabalhar na creação do theatro nacional em Portugal. Na sua peça de *Gil Vicente* conseguiu enthuziasmar esta impassivel Lisboa. O espectaculo da côrte do rei D. Manoel, e tantas memorias de poesia e de conquistas repentinamente despertadas, commoveram profundamente a cidade que parecia morta. Desde esse tempo Garrett não deixou de revolver as cinzas de Portugal.» Em nota a este periodo, escreve Edgar Quinet: «Eu bem desejára inspirar a alguem a ideia de traduzir estes dramas: *Gil Vicente — A Espada do Condestavel — Luiz de Sousa.*» E continuando o seu texto, em que analysa a obra prima de Garrett:

«N'esta ultima peça, elle tocou as fibras as mais intimas do seu paiz, pondo em scena uma das historias mais populares, que só respiram poesia e paixão. D. João de Portugal, um dos companheiros do rei D. Sebastião, foi deixado por morto com elle na batalha de Alcacer-Kebir. Passados muitos annos, a sua viuva D. Magdalena de Vilhena, desposou um outro cavalleiro, Manoel de Sousa, que ella amava desde muito tempo em segredo. Uma vaga incerteza sobre a morte do seu primeiro esposo envenena todas as suas alegrias; este presentimento, alimentado pela crença popular da volta de D. Sebastião, converte-se em um invencivel terror. D. João de Portugal acaba effectivamente por apparecer sob os trajos de peregrino. A' sua vista, D. Magdalena e Manoel de Sousa retiram-se um e o outro para o convento; sua filha morre de vergonha.

«O poeta faz pezar com muita arte, como

a fatalidade antiga sobre o destino de uma familia, a vaga esperança nacional da volta do rei Dom Sebastião. O enthuziasmo credulo da menina, que espera no salvador de Portugal, o terror de sua mãe que n'isso só aguarda morte e deshonra, fórmam uma lucta tragica.

Na sua simplicidade empolgante, este drama representa o fundo intimo da vida portugueza, com o mixto de espera, de *saudade*, (em nota: Solitude, desir, regret, tout celà à la fois) de esperança envenenada de felicidade apparente e impossivel, que conduz a esta melancholia ardente, para a qual a lingua de Camões tem uma palavra que não se encontra em nenhuma outra lingua. O effeito é tanto mais lancinante, quanto a esperança realisada não serve senão para quebrar todos os corações; a final, quando os principaes personagens dizem os seus adeuses ao mundo para entrarem em convento, parece que toda a nação veste o habito.

«A nacionalidade reapparece hoje na litteratura, entre os Hespanhoes como uma festa, entre os Portuguezes como um soffrimento. Para estes, a poesia é este D. João de Portugal, que depois de ter passado por morto durante longos annos, vem pedir, com um semblante contristado e apêrto de coração, o antigo amor perdido. Accrescentae, que estes dois renascimentos se effectuam entre dois povos visinhos sem que um se importe com o outro, sem que influam um no outro. Não pergunteis em Lisboa em que região do globo fica Madrid; estas duas cidades não se conhecem nem sequer de nome.

«Tal é, em summa, o fervor sincero, que em Lisboa têm-se composto n'estes cinco annos ultimos mais dramas, do que em um seculo, outr'ora; e a opinião sob este aspecto está mais agitada do que nunca o foi desde os *Lusiadas*.

«No mutismo que os rodêa, estes homens têm o ár de continuarem a batalha em volta do corpo do rei D. Sebastião. Ninguem, na Europa se importa com o que elles fazem; elles proprios tão occupados estão a alevantarem os seus mortos, que nem o pensamento lhes vem de se queixarem do isolamento. Eu os observei entre dois estados de sitio. O que ha de certo n'este despertar da litteratura é que a rhetorica não entra n'isto por cousa alguma, e que representa um estado real do espirito no Meio Dia.

«Por fim, esta lava de indignação, de esperança, de revolta ou de dôr, que fermenta em todas as almas poeticas e viventes n'este tempo, seja qual fôr o seu nome, glorioso ou obscuro, mortal ou immortal, Espronceda, Larra em Hespanha, ALMEIDA GARRETT *em Portugal*, Manzoni, Berchet, Nicolini, Leopardi na Italia, Uhland, Boerne, Heine, Herwegh na Allemanha, Kollar na Bohemia, Mickiewicz na Polonia, a final este fermento de justiça, de colera explodirá inesperadamente. Estes irmãos, que se não conhecem, tocar-se-hão um dia; e podesse eu approximal-os! A conspiração das almas não será sempre contraminada; a verdade, a honra não serão eternamente do dominio da rima. Todas estas vozes que no Meio Dia e no norte se ajustam dizendo a mesma cousa, soltando o mes-

mo grito, chamando a mesma resurreição, penetrarão, a final, melhor do que espadas, o coração d'aquelles que hoje se mostram surdos. »[1]

Depois d'este capitalissimo juizo de Edgar Quinet sobre o *Frei Luiz de Sousa* e a missão social de Garrett, é que se avalia a boçalidade do governo contra as creações d'aquelle preclaro espirito, que não podia intimidar, nem corromper.

Em um artigo sobre a Censura dramatica publicado na *Revista universal lisbonense* em 12 de Agosto de 1847, vê-se como se trabalhava para annullar a obra de Garrett e afastar da scena os seus dramas, sob o governo que succedeu ao — 6 de Outubro:

« D'ahi em diante o theatro cahiu no maior desamparo. Para o podêr foi como se não existisse. O theatro, que a nação adoptou solemnemente por uma lei; e a sociedade, que ahi se estabeleceu confiada na protecção promettida pelo governo — não mereceram o menor auxilio ou favor. Negou-se-lhe tudo. — Envergonha referir esta perseguição calculada, que um estrangeiro, se lh'a contassem, nunca poderia acreditar. » — « Fallamos do modo inaudito porque é hoje exercida a censura moral da Inspecção geral dos Theatros. » Era então Inspector geral dos Theatros o Marquez de Fronteira, mas deixara o encargo da censura ao secretario Lopes de Andrade, que impunha os mais discricionarios absurdos: « A cen-

---

[1] Quinet, *Oeuvres complètes*, t. IX, p. 239 a 243. Ed. Pagnerre, 1857.

sura moral, em vez de proteger a scena, esmera-se em a vexar. Demora semanas e semanas os dramas, sem os lêr; guerreia as virgulas e as palavras; suspende-os á ultima hora; tenta tudo para desgostar os auctores, sujeitando-os ao humilhante *placet* de um individuo sem habilitações nenhumas; e faz de cada poema que se licenceia o objecto de uma espinhosa negociação.

«E' util que o publico não ignore até que ponto se atreveu a alçada censoria.

«O bello drama *Fr. Luiz de Sousa*, a obra prima do Snr. Garrett, elogiada pela douta Allemanha, coroada de sinceros louvores pela mais escolhida sociedade portugueza, intimou-se *verbalmente* o theatro do Salitre para o não pôr em scena; e se depois se concedeu subir elle ao palco, foi mutilado com ineptas tezoiradas! O Conservatorio que nas suas reuniões vira com enthuziasmo este monumento de gloria, hoje saberá, que tinha victoriado uma obra peccaminosa; uma heresia litteraria!...

«Para suspender e depois mutilar *Fr. Luiz de Sousa* argumentou-se com Hespanha! O rasgo nobre de um portuguez não póde nunca offender um castelhano. — *Frei Luiz de Sousa*, sabia o illustre censor o modo de o expurgar. Era mudar-lhe a cabeça para os pés... Eliminar o bello feito de Manoel de Sousa no final do 1.º acto para evitar complicações diplomaticas, e sobre tudo apear uma Senhora do Amparo que alli apparece em imagem com extremo desacato da religião. Convertido assim o mais regular e admiravel dos nossos dramas n'um monstro informe, a

censura licenceia-o! — Estes incriveis attentados da censura, que eram dignos da punição da comedia, se não ferissem interesses e direitos, provocam a indignação da imprensa, que é socia do theatro pela liberdade do pensamento.

« *Frei Luiz de Sousa* acha-se impresso, e o nome do seu auctor junto ao conhecimento dos que o lêrem, basta para condemnar a censura. — Querer fazer do theatro portuguez uma especie de folha official, aonde cada drama serve de artigo de fundo! E' a primeira vez que o palco se vê elevado á altura da questão politica. » [1]

Escrevia Francisco Maria Bordalo, em 7 de Dezembro de 1848: « Não vae longe a epoca em que o nosso theatro era completamente nullo. Não tinhamos casa para as representações, nem repertorio, nem actores. — Este mal carecia de um heroico remedio; porém todos se inclinavam a crêr que a enfermidade era incuravel — com o mesmo desânimo que nos acobarda á idéa de qualquer genero de regeneração. Todavia o milagre fez-se — e foi um verdadeiro milagre! — Tivemos um theatro, talvez mais rico do que comportavam as nossas debeis finanças; tivemos dramas... muito regulares; escriptos em portuguez castiço, e cheios de interesse; — e finalmente a nossa scena enriqueceu-se com uma collecção de actores de subido merecimento...

---

[1] O artigo é assignado por L. A. R., por ventura Luiz Augusto Rebello (da Silva); o estylo assim leva a inferir.

«Mas com este complexo de elementos, alcançados á custa de tanta fadiga, que monumento erguemos á Arte? — Apenas elevado, desabou. — O rico theatro lá está com os seus marmores e douraduras — porém que espectaculo nos dão ahi? — Uma ou outra má traducção;... O *Frei Luiz de Sousa* ainda não mereceu as honras da representação em o nosso primeiro theatro!

«Ora — auctoridades theatraes não faltam! Inspector e seu Secretario; a Commissão do Theatro de D. Maria II e o seu Fiscal, — e em ultima instancia o Ministro dos Negocios do Reino...» [1]

Apesar de todas as consagrações europêas que o *Frei Luiz de Sousa* recebeu, o facciosismo cartista ou melhor cabralista era tão contrario a Garrett, que essa maravilha da scena portugueza só chegou a ser representada no theatro de D. Maria II em 24 de Fevereiro de 1850.

No drama *Frei Luiz de Sousa*, Garrett revelou aquelle estado de espirito, a que os allemães chamam *Gemüth*, a faculdade de sentir todas as cousas intimamente e com delicadeza, dirigindo toda a vida intellectiva e pratica, tomando o sentimento como criterio supremo e impulso intimo. Este temperamento que se acha altamente representado em Goëthe, a elle se elevou Garrett ao estudar as suas creações estheticas, que lhe abriram novos horisontes do mundo moral, como elle o

---

[1] *Rev. univ. lisbonense*, t. VIII, (1848) p. 56.

confessou na sua Autobiographia. O nome de Goëthe foi conhecido pela primeira vez em Portugal em 1827 pela *Gazeta de Lisboa*, de 22 de Agosto, a proposito do Instituto dos Surdos-mudos da Suecia, no extracto do relatorio publicado em Stockolmo:

«*Goëthe*, o primeiro poeta e escriptor classico da Allemanha. Tem passado a maior parte da vida em Weimar, attraíndo a admiração dos seus compatriotas e a estima dos soberanos. Tem 75 annos, e apenas se lhe conhece a edade.»

A influencia sobre Garrett depõe a favor da superioridade do poeta portuguez entre todos os seus contemporaneos. Justificam-o excepcionaes individualidades; Jacobi, em carta a Wieland em 1774, escrevia ácerca de Goëthe: «E' o genio dos pés até á cabeça.» Wieland sentindo-se empolgado por Goëthe no seu primeiro encontro, confessava: «que se sentia embebido d'elle como a gotta de orvalho cheia de sol matinal.» A impressão das obras de Goëthe recebida por Garrett, não proveiu do espirito de um exotismo banal, mas de uma receptividade superior, como a de Lavater, Jacobi, Wieland e Schiller diante d'esse genio consciente na sua fecundidade creadora; póde-se comparar esse influxo ao que modificara o genio de Schiller disciplinando-lhe a impetuosidade da imaginação pela serenidade da representação mental.

A obra de Goëthe imprimiu no espirito de Garrett uma como transfiguração: o artista que até aquelle tempo fôra intuitivo e inconsciente, sentia-se agora altamente consciente e reflexivo. Goëthe considerava o Poeta como

um somnambulo que atravessa por abysmos seguro na confiança do seu sonho, e ai d'elle se abre os olhos á realidade, despenha-se. Mas, a superioridade de Goëthe consistiu em poder alliar estas duas forças, a intuição artistica com o conhecimento scientifico, abrindo assim os horisontes do mundo moral. Foi a esta alliança que por um momento aspirou o genio de Garrett, e n'esse intuito escreveu o drama intensissimo do *Frei Luiz de Sousa*, e o lyrismo espontaneo mas profundo das *Folhas cahidas.*

Wagner, que tambem attingiu esta phase psychica, tornando-se consciente na inconsciencia, descrevia-a na sua manifestação esthetica: «A obra de arte produzida inconscientemente pertence a epocas separadas da nossa por immensos intervallos. A obra de arte de um periodo de alta cultura não póde ser produzida senão por um artista plenamente consciente de si. A poesia christã da Edade media, por exemplo, era puramente espontanea e inconsciente: ora, a obra prima perfeita não nasceu n'esse momento; — essa gloria coube a Goëthe, na nossa epoca de *objectividade.* Só em um genio de extraordinaria riqueza é que se póde produzir esta alliança maravilhosa do espirito consciente e reflectido com a potencia creadora immediata e espontanea; eis porque esta alliança apparece tão raramente realisada. Mas se temos rasões para duvidar que um genio d'esta cathegoria se manifeste por vezes, deve-se em compensação admittir, que em todo o artista que faz realmente avançar a sua arte, póde-se achar de ora em diante um mixto mais ou menos

feliz d'estes dois dons oppostos...»[1] Define admiravelmente a situação de Garrett, dirigindo-se ainda em certa inconsciencia para o romantismo que elle renega seguindo-o, amando as tradições nacionaes pela ingenuidade popular; mas existiam na sua alma as qualidades complexas que a seu tempo se unificaram em creações geniaes e unicas.

Pela sua delicada sensibilidade, o genio de Garrett sob a influencia de Goëthe tornar-se-ia um estheta puro idealisando a mulher como uma fórma ou expressão do bello, como um symbolo da Arte; mas aquelle temperamento erotico revelado nos precoces amores por Isabel Hewson, no repentino casamento com D. Luisa Midosi, e na romanesca aventura bem dolorosa de D. Adelaide Deville, define o caracter a que Mantegazza chama *estheta erotico*. A mulher é para elle uma suggestão que o torna inventivo, inspirado, multiplicando todas as suas capacidades; precisa d'esse estimulo pela conversa, pelo galanteio, pela intriga, pela paixão, e até pelas decepções e desenganos. Todas estas vibrações sensoriaes têm a sua resonancia em concepções poeticas, na representação de situações vividas, de emoções soffridas. E desde que lhe foi conhecido este temperamento ou caracter de erotismo esthetico, as mulheres da alta sociedade que elle frequentava viam n'elle um idealisador, e eram as primeiras a provocal-o,

---

[1] Carta de 1 de janeiro de 1847 escripta por Wagner a Hanslick. Ap. Lichtenberger, *Ricard Wagner, poeta e pensador*, p. 177.

para ouvir a dicção incomparavel, o galanteio original, achar-se cantada em uma ode lyrica, possuir uma carta de amor do extraordinario estylista. N'este campo os inimigos de Garrett eram odientos invejosos da sua superior sociabilidade, das venturas, e vingavam-se fazendo-lhe a lenda de devasso. E' bem comprehendido esse caracter do erotismo esthetico, exemplificado por Mantegazza com os nomes de Byron, Raphael e Phidias; podemos accrescentar a esse grupo Garrett. [1] Depois da creação do *Frei Luiz de Sousa*, Garrett foi assaltado pela admiração das damas lisbonenses, como se viu na representação do theatro particular da Quinta do Pinheiro.

Para acompanhar esta paixão pelos diverti-

---

[1] Justificam-nos as lucidas palavras de Julio de Mattos:

« Pensando que as fórmas rudimentares e sensuaes do amor constituem o ponto de partida necessario do mais depurado altruismo; . . . d'este obscuro facto interno deriva toda a série de nobres emoções e de actos generosos, que são o thema das obras de arte e da moral, como da differença da sensação externa derivam todos os possiveis juizos e raciocinios, que são os instrumentos da sciencia e o objecto da logica . . . »

« Estabelecidos estes irrecusaveis factos, por que desdenhar o amor instinctivo, e sobretudo, por que occultar a sua interferencia na vida de um excepcional espirito?

« Ser normal no amor é dar uma prova de equilibrio e de saude no exercicio da funcção physio-psychologica mais melindrosa, por mais susceptivel de preversões e de desvios; não o é quem quer, mas quem possue uma organisação nervosa superiormente condicionada. Mas, precisamente por que traduz e documenta um forte equilibrio estavel do systema nervoso, essa normalidade, variavel dentro de afastados limites, é

mentos scenicos, fundou-se a *Sociedade dramatica Thalia*, em que a par de bailes deslumbrantes se realisavam recitas encantadoras. Garrett nomeado vice-presidente da Sociedade Thalia, teve de pôr-se ao serviço das exigencias dramaticas, vendo-se forçado a traduzir comedias francezas. Tal é a origem das Comedias *Tio Simplicio* e *Fallar verdade a mentir;* um sacrificio do talento, mas salvando-se sempre pela sua supremacia artistica. O *Tio Simplicio* foi representado a 11 de Abril de 1844 por curiosos; no seu prologo explica: «O *Tio Simplicio* foi composto para a abertura do elegante Theatro da *Sociedade* chamada *Thalia*, aonde concorrem como actores e espectadores as primeiras pessoas e as

---

companheira habitual de altas virtudes sociaes, que sem ella, mal se comprehendem.»

E em outro paragrapho anterior, observára o Dr. Julio de Mattos o facto, que applicamos a Garrett: «Effeito de uma organisação e causa de uma actividade, este facto contribue — para a interpretação moral do grande morto.» — «Esse amor das mulheres, — explica em grande parte a prodigiosa vida moral... Procedente d'esse amor, o seu altruismo não foi, como o de Anthero, quietista e idealisante, mas operoso e fecundo em obras positivas de bondade; não foi feito de renuncias asceticas e retrahimentos, mas de effectivas compartições nas desgraças humanas e de apaixonados combates contra a dôr... Como o seu amor não foi um vago sentimento, mas um desejo concreto, o seu inegualavel altruismo não se exerceu condemnando a actividade, e prégando a libertação pela morte, mas alliviando soffrimentos, auxiliando miserias, protegendo fraquezas, produzindo, emfim, actos de caracter = distributivo, = que o psychologo inglez (Maudsley) descobriu no fundo mesmo das funcções genesicas.» Ap. *Sousa Martins — In Memoriam*, p. 327 e 329.

principaes familias do reino. O auctor é vice-presidente d'aquella esplendida Sociedade, e como tal a quiz brindar com uma composição nova. Representou-se com naturalidade e primor, obteve geral applauso, e repetidas vezes alli tem ido á scena.» Na livre imitação, Garrett imprimiu-lhe na linguagem, nos costumes e caracteres o cunho portuguez, por fórma que nem de longe lembra a sua contextura franceza; é um modelo da graça nacional. E com aquelle fino tacto critico compara a sua imitação com as comedias *latinas* que Plauto e Terencio tomaram da scena grega, por egual processo. Da Comedia *Fallar verdade a mentir*, declara no prefacio: «Egualmente foi escripta esta peça para o *Theatro de Thalia*, e n'elle representada com muita acceitação e applauso.» E sob o titulo: «Representada a primeira vez em Lisboa, no Theatro de Thalia, pela Sociedade particular do mesmo nome, em 7 de Abril de MDCCCXLV.» Sobre a sua origem, confessa: «A ideia geral tambem é do repertorio francez, como a antecedente; mas a ideia é o menos aqui, apesar de galante e engenhosa.» A comedia é livremente imitada do *Menteur véridique*, vaudeville de Scribe, representado pela primeira vez em Paris no Gymnasio dramatico, em 24 de Abril de 1823. Garrett chrismou os personagens *Franval* em Braz Ferreira, *Lucie* em Amalia, *Edouard de Sainville* em Duarte Guedes, *Lolive* em José Felix, *Comte de Saint Marcel* General Lemos, *Rose* em Joaquina; apparecem tambem um lacaio e creado sem libré, aproveitados da comedia de Scribe. O elogio de Garrett está no nacionalismo do chiste, no

tom pittoresco das modernas locuções e girias populares com que accentua os typos contrastando com as situações. Por isso aponta no pequeno prologo: «O estylo, os modos, a phrase, o tom do dialogo, a verdade dos costumes são tudo. Este é um verdadeiro e *portuguezissimo* quadro de genero, como se diz, em que não ha caricatura, mas tão naturaes semelhanças que ninguem deixa de conhecer os originaes e de rir com elles. Os originaes porém são typos genericos bem conhecidos, sem de nenhum modo serem individuaes; são as feições de uma parte da sociedade, mas não as de nenhuma pessoa d'ella.»

Na creação do Theatro nacional, Garrett preoccupava-se tambem com o desenvolvimento da Comedia popular; revela-o a sympathia com que reviu e transformou em uma obra litteraria *O Camões do Rocio*, que o fez tomar interesse pela epoca social que depois vivificou magistralmente na comedia *A Sobrinha do Marquez*, começada em 1838. Como Lessing, elle foi procurar os typos nacionaes, e reconheceu o grande tino com que o árcade Manoel de Figueiredo ia buscar os seus themas comicos aos costumes populares, tal como o *Casamento da cadêa;* na mesma comprehensão dos typos, sabia avaliar o alto merito de Garção. Garrett era dotado de uma fina ironia, que lhe revelava todos os segredos da linguagem comica, e os contrastes das situações. As grandes decepções da vida e desillusões de um temperamento apaixonado prepararam-o para fixar a Comedia popular portugueza, aperfeiçoando o molde da comedia de cordel, que imitara no *Corcunda por amor.*

A fina sociabilidade forçava-o a composições comicas improvisadas, como *O Noivado no Dá fundo* ou *Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso.* D'esta composição escreveu Francisco Palha, que guardára o precioso inedito: «A estas poucas scenas, esboçadas em trez ou quatro horas para serem ensaiadas e representadas n'uma sala, e em familia, não dava importancia alguma o seu auctor;... ainda que o visconde de Almeida Garrett conversava ao mesmo tempo que estava delineando e escrevendo essas paginas, nem por isso lhe faltava a graça e elegancia d'aquella penna immortal.» *As Prophecias do Bandarra* começam com uma parodia á primeira scena do *Alfageme.* De facto a eterna esperança, que tanto caracterisa épicamente a nossa raça, é tambem um thema de ludibrio, que explica os crimes da historia nacional. Garrett achou o symbolo comico d'essa indescorçoavel esperança, nas crédulas trovas tantas vezes falsificadas do pobre sapateito de Trancoso. Attribue-se certa realidade ao typo do boticario sebastianista, personificando um pharmacopola de Lisboa, que hostilisara Garrett na lucta eleitoral; e ainda se contam anedoctas do boticario João da Lança, que em dias de nevoeiro ia para a margem do Tejo esperar o desembarque de Dom Sebastião. Na comedia de Garrett o equivoco do enredo funda-se no nome de Sebastião, primo da filha do rico boticario, que de *Esperado* ou *Encoberto* se torna marido d'ella. Trabalhando na coordenação do Romanceiro, Garrett comprehendeu este veio tradicional das Prophecias, «thezouro da poesia nacional,» que projectava

salvar philologicamente na sua collecção, e que os acontecimentos o levaram a tratar sob o aspecto comico. Na lucta ferrenha do Cabralismo, Garrett vendo o favorito ministro ser feito conde de Thomar em 1845 pela rainha D. Maria II, sentiu o contraste entre a burguezia que dera força á realeza, e aquelle que agora se arreiava com titulos heraldicos, desnaturando-se e tornando-se ridiculo pela macaqueação da fidalguia. A *Sobrinha do Marquez* foi originada n'esse contraste, a que os acontecimentos de 1847 dão toda a luz.

2.º As Viagens na minha Terra — Romanceiro Autobiographia

O assalto aos direitos politicos foi organisado pela refórma do Codigo administrativo de 1842 por Costa Cabral, que assim preparou a representação do poder legislativo para chancellar todos os arbitrios do governo pessoal. A confusão sophistica da *politica* e da *administração*, tornou-se uma base da estabilidade de um regimen de transição: systematicamente pelos codigos administrativos se atacam as garantias municipaes, se fabricam os recenseamentos eleitoraes, e multiplicam os delegados do poder executivo para illaquearem todas as manifestações de liberdade politica. E' assombroso o descáro com que a cada situação partidaria corresponde uma remodelação do Codigo administrativo. Fortificado com este recurso, Costa Cabral fez as eleições de 1842, empregando impunemente todas as violencias, e formando o bloco da sua maioria. O partido Septembrista desnorteado

diante de tão desusados e affrontosos expedientes, não confiou na lucta eleitoral descurando-a, e apenas na Extremadura e Alemtejo conseguiu eleger alguns deputados, que vieram a formar uma pequena minoria. Ainda assim n'esse grupo predominava o ascendente moral; era uma opposição moralmente importante, em que entre Passos Manoel, José Estevam, Sá da Bandeira e Mousinho de Albuquerque se erguia Garrett, com a fulminante eloquencia de quem conhecia os negocios publicos, e de quem servia um ideal acima das paixões do momento. Foi elle o preparador da coalisão que Passos Manoel realisou dos elementos cartistas e septembristas contra a reacção feroz do Cabralismo acobertado com a confiança da rainha e do seu marido D. Fernando Coburgo dirigido pelo conselheiro Dietz.

Mas a coalisão tornava-se impotente: pelo systema da burla eleitoral conseguira Costa Cabral formar um parlamento de individuos subservientes, obscuros funccionarios encarregados de darem votos de confiança, de abafarem discussões, de votarem auctorisações ou delegações do poder legislativo, de concederem *bills* de indemnidade, de approvarem todos os contractos e leis por mais abusivas e iniquas.

Não bastando ainda esta subserviencia do parlamento, que se systematisou e hoje constitue a norma do regimen, tratou Costa Cabral de captar o exercito trazendo-o pago em dia, emquanto as classes activas recebiam os ordenados com atrazo de mezes victimadas pelos rebatedores; lisonjeava os militares dan-

do-lhes gráos nos clubs maçonicos, e alliciando sargentos para conspirarem reforçando a reacção palaciana. Empregou tambem o recurso dos jornaes reptilianos, pagos pelo thezouro para calumniar as individualidades que lhe eram contrarias. As camaras municipaes fôram substituidas por commissões nomeadas pelo governo, abusando da faculdade de fazer milhares de cabos de policia como instrumentos do poder executivo em todos os pontos do territorio nacional. N'esse terrivel Codigo administrativo de 1842 fundou o baluarte da sua resistencia: as juntas de parochia ficaram sob a presidencia dos curas, que dependiam do governo pela congrua; os empregos administrativos eram de nomeação regia, lançando sobre o paiz quatrocentos administradores de concelho, coadjuvados por quatro mil regedores, servidos por trinta mil cabos de policia, todos na irresponsabilidade. Os impostos eram lançados tambem por empregados de nomeação regia, o delegado, o recebedor e o escrivão da administração; o recrutamento era outra segura pressão e illaqueação para submetter as resistencias locaes ou individuaes. Um systema de impostos absurdos era aggravado pelo facciosismo dos empregados, tornando o governo cabralista odioso ás classes industriaes e popular.

Eram improficuos todos os esforços da opposição parlamentar contra este desvario em que a liberdade era a cada instante atacada por prisões affrontosas e demissões de funccionarios; a coalisão de cartistas e septembristas reconhecendo-se impotente, restava um recurso, dar cohesão ás lojas maçonicas para

a revolução. Antes de chegar esse momento previsto por Garrett, elle manteve no parlamento a magestade dos principios, chegando a ser ameaçado de morte e perseguido.

Na sessão de 23 de janeiro de 1842, discutindo o bill de indemnidade pedido á camara pelo governo, Garrett verbera as usurpações dos poderes do parlamento pelo ministerio, e caracterisa a Monarchia representativa: «systema de perpetua lucta de principios, esta machina, bella e maravilhosa sim, mas complicada, e de difficil e continuamente arriscado equilibrio, em que é da viciosa natureza humana, e da irremediavel natureza das cousas, que todos os poderes do estado na porfiada tenção de manterem sua independencia, de moderarem a acção dos outros, naturalmente propendem sempre a exceder a orbita de sua propria acção, naturalmente inclinam a passar da defeza de seus direitos á conquista dos alheios. — Que diremos n'uma sociedade como a nossa, em que para a massa dos cidadãos nem as ideias constitucionaes estão bem definidas, nem os habitos formados, nem a força da opinião organisada? Cujas recordações todas são ainda absolutistas, e que nos embaraços inevitaveis que nos offerece esta infancia tão longa, tão impotente e tão dolorosa do systema representativo, appellamos para a antiga e relaxada facilidade do systema velho...» E arrebatado na consciencia da situação de membro do poder legislativo, exclama: «Não, que ainda hontem eramos vassallos, e ainda não aprendêmos a ser cidadãos, nós, educados no dogma do principio divino, que ainda o outro dia reconhecia-

mos no Princepe o direito — sempre usurpado sim, mas sempre consentido de nos legislar por cartas, alvarás, decretos e avisos; nós que pretendemos ser, e virtualmente somos, representantes de um povo que ainda não conhece nem os limites da obediencia quando vê a força, nem os termos da resistencia quando a não vê, nós temos dobrada obrigação de ser graves e escrupulosos no exame d'este grande processo, severos até á dureza no pronunciar da sentença. O poder executivo violou a Constituição . . . »

Nos seus discursos abundam os flagrantes confrontos das epocas politicas e as deducções da mais evidente doutrina, formuladas com um atticismo de linguagem em que a ironia se alliava com um profundo sentimento nacional. Debalde procuravam desvalorisar as suas ideias acoimando-o de sceptico, e como este expediente não diminuia o surprehendente influxo que exercia na camara, trataram de envolvel-o em responsabilidades pessoaes, que o forçaram a um duello. Estava-se no momento mais hallucinado do cabralismo, quando foi participado á camara em 16 de junho de 1843, que fôram n'essa noite prezos dois deputados Alvaro Martins e Vieira de Magalhães; era então prohibido aos cidadãos pararem nas ruas conversando depois das onze horas da noite. Garrett pediu logo a palavra, affirmando a independencia dos representantes do poder legislativo, requerendo que se nomeasse uma commissão de inquerito para se exigir a reparação de tamanha affronta, reforçando a sua proposta com factos abusivos da força publica que elle pessoalmente observara, como

coronhadas e bayonetadas contra inermes cidadãos, n'uma procissão recente. Nos extractos do seu discurso mandados para o Diario do Governo e para outros jornaes, deram ás palavras de Garrett uma fórma confusa para levarem o resentimento ao commandante da guarda municipal, que era seu amigo. Garrett reconhecendo os perfidos intuitos, dirigiu ao redactor do Diario do Governo uma carta, publicada em 20 de junho, em que esclarecia, que os factos por elle apontados não se tinham passado com a Guarda municipal, cujo commandante é «fidalgo que junta ás suas outras qualidades a de uma exemplar moderação no desempenho da sua difficil auctoridade, e a quem eu, de mais a mais, sou ha muitos annos obrigado por muitas provas de estima e consideração.» E declara que lhe «não fôram por nenhum modo pedidas estas explicações.» N'esta carta Garrett affirmava com hombridade: «Eu disse e repito, que via com magoa e indignação, que *por todos os modos se procurava inspirar aos soldados um espirito de arrogancia, uma ideia de auctoridade, que eram verdadeiras sementes do despotismo.* Disse, e repito, que eu proprio fôra testemunha de factos que indicavam esta funesta e terrivel propensão.» Uma vez imputada esta proeza das bayonetadas e coronhadas á tropa de linha, sae-se o major do regimento de infantaria 7, Joaquim Bento, com uma carta insultuosa contra Garrett, publicada no mesmo Diario do Governo: «desfaz-se em bajulações ao digno commandante da guarda municipal; levanta a censura que dirigiu a este corpo; e volta-se contra os ou-

tros do exercito, que dá como *inspirados por um espirito de arrogancia*, por *uma ideia de auctoridade*, que são as *verdadeiras sementes* da anarchia. D'estas palavras... só se póde tirar uma illação — a de que os commandantes e officiaes do exercito são os instrumentos (não importa se voluntarios, se involuntarios) d'essa sonhada inspiração.

«O snr. Garrett perde o seu tempo quando procura desacreditar os commandantes e officiaes do exercito portuguez, e com muita particularidade os dos corpos estacionados na capital. — Muita gente, é verdade, trabalha por desvairal-os (os soldados), por inspirar-lhes esse espirito de arrogancia, por conduzil-os a fazer e desfazer ministerios; mas semelhante gente não a confunda o snr. Garrett com os commandantes e officiaes do exercito. — Quem melhor do que s. s.ª conhece a gente a que me refiro? Quem mais do que elle lhe segue as pisadas?... Quem?...» O façanhudo major, depois de dirigir algumas chufas grosseiras a Garrett, insinuou uma accusação de covardia: «se alguem me perguntar porque me contento com esta declaração, responderei em duas palavras: por que *satisfações de outra natureza só se exigem a quem as quer e sabe dar.*»

Garrett respondeu a esta carta no Diario do Governo com altura moral: «Eu dei explicações das minhas palavras a uma pessoa de quem sou amigo, principalmente por que me não foi exigida. Se o fôra, não a dava.

«O que na referida carta se diz, e o que se quer dar a entender, n'este ponto e nos outros todos, é falso.

«Mas é falsissimo sobretudo, que um homem de bem *não saiba*, ou *não queira* dar satisfação de outra natureza.

«Eu sei o que basta, quero, sendo preciso, e estou prompto a dar satisfação de qualquer natureza que se me peça, e que se julgue dever eu dar.»

O major é que se viu forçado a propôr o duello, que Garrett acceitou promptamente.

Como se entrevê pela carta de Joaquim Bento, (barão do Zezere, pela Regeneração) ha referencia a trabalhos revolucionarios no exercito, que effectivamente se manifestaram em 1844, e accusa Garrett de cooperar com esses officiaes. Não lhes diz os nomes; mas no duello realisado em 25 de junho de 1843 fôram padrinhos ou testemunhas de Garrett, Antonio Cesar de Vasconcellos e José Estevam de Magalhães, os chefes corajosos da revolta de Torres Novas, contra o ominoso cabralismo. Os jornaes relataram as circumstancias do duello á pistola, em que os contendores *rivalisaram em generosidade;* além dos amigos de ambos, regosijaram-se tambem os «que *só se interessavam no caso, pelo muito que n'elle se podia perder.*»

A casualidade da morte de Garrett como uma perda nacional não passou desapercebida; Castilho publicou na *Revista universal lisbonense* de Junho de 1843 uma relação minuciosa da origem e desfecho d'este duello de Garrett, concluindo com um grande bom senso, e pondo em relêvo a situação especial do poeta:

«A offensa do snr. Garrett ao snr. Pereira requeria homicidio?

«Requeria homicidio a offensa do snr. Pereira ao snr. Garrett?

«Havia, ou faltava na Imprensa ou nos tribunaes, meio legal de reparação para um e para outro?

«Sahiram aquelles dois senhores dos pés dos Arcos das Aguas livres com mais fama de valorosos do que d'antes tinham?...

«Que significa, em abono do Exercito, um tiro disparado no vento pelo desafiante?

«E se em vez de se disparar no vento, esse tiro houvesse derribado, não um Magistrado (que esses póde creal-os de subito a Rainha), não um Deputado (que assás e de sobejo ha quem os substitua), mas um talento insigne, um Poeta de primeira ordem?

«Quem, por um motivo pueril, desfizesse essa cabeça, como poderia jámais indemnisar a sua patria das producções futuras e possiveis d'essa cabeça?

«Pensem e respondam; mas claramente, mas sem argucias, nem phrases empoladas, mas em estylo que homens, mancebos e mulheres comprehendam.

«Lançamos este mote aos partidarios do duello.» [1] Castilho, em um outro artigo em considerações moraes contra o duello, faz uma allegoria da desegualdade entre os combatentes, figurando a satisfação pelas armas entre Homero e Zoilo, mostrando «por uma louvação entre arbitros os haveres do desafiante com os do desafiado, e estabelecendo-se n'essa proporção o *quantum* de cada um para aquelle

---

[1] *Vivos e mortos*, t. V, p. 21 e 27.

jogo.» Garrett era um homem perigoso para o systema da burla liberal, e se o major Joaquim Bento Pereira o não matou, cabendo-lhe em sorte o primeiro tiro e atirando para o ár, foi porque a valentia é incompativel com a indignidade. Comtudo, os amigos de Garrett tinham motivo para apprehensões.

Sabendo o governo que se conspirava contra o ministerio da camarilha, Costa Cabral para justificar as repressões inventou uma *pavorosa:* «o projecto de assassinato contra as pessoas reaes, que devia realisar-se em certa noite, sendo o ponto de reunião a quinta do Armador, na Ajuda, onde chegaram a fazer deposito de armas e munições, que para alli fôram levadas occultas em carradas de pedra. O projecto era... sahirem da quinta armados, seguindo rapidamente pela calçada da Tapada, surprehenderem a guarda do paço das Necessidades, e assassinarem a Rainha, el-rei D. Fernando e seus filhos. A policia secreta, porém, deu-lhes na pista, e fez abortar aquelle sanguinolento projecto. Foi isto em 1843.» [1] Era a segunda *pavorosa*, que abortava pelo ridiculo. Os trabalhos que se faziam eram de organisação de forças da coalisão dos tres partidos, septembrista, cartista e legitimista, por Manoel da Silva Passos sob o influxo directo de Garrett, que ia a Santarem conferenciar com o grande tribuno. Elle sentia a necessidade de vincar fundo na historia nacional este regimem de torpezas, quando dizia no seu discurso sobre a Lei da Decima:

---

[1] *Familias titulares*, vb.º THOMAR, p. 656.

«Conheço a historia do meu tempo, sei-me servir d'ella; e *heide fazel-o*, quando, e contra quem fôr preciso.»

Todas estas monstruosidades que se praticavam o impelliam a severo julgamento.

Não se contentava Garrett de avigorar o sentimento nacional acordando a sua Tradição, retomando os seus estudos do Romanceiro portuguez; a Historia apparecia-lhe como um tribunal, e n'esta crise tremenda de falsificação liberal e de violencias do poder pessoal, elle comprehende a necessidade de sentenciar sobre tantos crimes contra a nacionalidade. Assim, ao lêr no Conservatorio a Memoria que acompanha o drama *Frei Luiz de Sousa* em 6 de Maio de 1843, declara: «este meu trabalho dramatico será o ultimo, inda que Deus me tenha vida por mais tempo; por que esse pouco ou muito que já agora terei de viver, está consagrado, por um especial juramento que tomei a mim mesmo — a uma tarefa longa e pezada que não deixará nem a sésta do descanço ao trabalhador... Incita-o esta ideia, e punge-o, de mais, o amor proprio: porque hoje não póde já deixar de ser para mim um ponto de honra desempenhar funcções de que me não demitti nem demitto — escrevendo, na historia do novo seculo a *Chronica do ultimo rei de Portugal* o Senhor Dom Pedro IV. Assim quasi que dou aqui o ultimo vale a essa amena litteratura...»

Na sua Autobiographia, publicada n'este mesmo anno de 1843, e sob os attentados do cabralismo, torna a alludir á promessa feita na memoria citada: «vae dar-se a uma tarefa longa, e de ha muito preparada, que elle de-

clara ser hoje o objecto e principal cuidado da sua vida. Esta grande empreza é a historia da Revolução de Portugal desde 1820 até ao presente; obra em que sabemos, tem trabalhado largos espaços, para a qual tem ajuntado immensos materiaes, [1] e cujo acabamento e publicação agora considera como um ponto de honra, a que tem de satisfazer, e para o qual tem applicadas toda a energia e todas as forças do seu espirito.» Encontramos ainda uma outra promessa d'este mesmo anno, em que essa obra historica parece uma ameaça, não já com o titulo de *Chronica de D. Pedro IV*, nem de *Historia da Revolução de Portugal desde 1820 até ao presente*, mas simplesmente *Vinte annos da Historia de Portugal*.

No prologo do 1.º volume do *Romanceiro*, datado de 12 de Agosto de 1843, quando estava o Cabralismo triumphante, Garrett tendo sido demittido dos seus *cargos gratuitos*, Inspector geral dos Theatros e Chronista mór do reino, escrevia então: «Eu tenho posto termo,

---

[1] No Catalogo dos Autographos, Diplomas, etc., vêm apontados alguns materiaes: — A QUESTÃO PORTUGUEZA: Collecção de Folhetos e papeis de Questões reaes e pessoaes dos diversos Partidos portuguezes. Vol. IV, colligido por J. B. d'A. G. Londres, 1830. —

— Correspondencia sobre Negocios politicos e litterarios. Cartas de 1826 a 1854.

— Legação de Bruxellas. 1834 a 1836.

Nos seus Discursos nas differentes epocas parlamentares, tinha Garrett todos os elementos para redigir sem esforço os *Vinte annos da Historia de Portugal;* mas os acontecimentos envolveram-o de modo que lhe falhou o tempo material.

ou pelo menos suspenção indefinida a toda a occupação litteraria propriamente dita, para absolutamente me dedicar, emquanto posso e valho, á conclusão de um trabalho antigo, mas interrompido muitas vezes, que agora jurei acabar: são *Vinte annos da Historia de Portugal*, periodo que começa em 1820 e chega aos dias de hoje, mas que não sei se já anda mais enredado e confuso do que o dos mais antigos e obscuros seculos da monarchia.

« Espero começar a publical-o no fim d'este anno; e nenhum tempo ou logar me sobrará portanto para mais nada. » [1] Fazendo a segunda edição do *Romanceiro* em 1853, poz ao trecho acima transcripto esta nota: « Dez annos são passados e a promessa nem começou a cumprir-se. Suppômos o A. receioso de arrostar com a audaciosa responsabilidade de historiador contemporaneo. » *(Rom.*, I, XXVII.) Por ventura o falecimento de D. Maria II, em 13 de Novembro d'este anno, o levou a procrastinar a publicação, que a doença e a sua morte no anno seguinte mallograram definitivamente.

O valor dos *Vinte annos da Historia de Por-*

---

[1] No n.º 872 da *Revolução de Septembro*, de 3 de Novembro de 1843, dá-se noticia da obra em elaboração *Vinte annos da Historia de Portugal:* « é de um genero inteiramente diverso e seria para surprehender... se não tivessemos visto no parlamento que a austera eloquencia da tribuna, a dialectica apertada do homem de estado podiam ser manejadas pelo mesmo talento que no theatro nos faz chorar ou rir a seu sabor, com *Gil Vicente*, com o *Alfageme*, com *Catão*, com *Frei Luiz de Sousa.* »

tugal infere-se do conhecimento intimo dos successos em que o proprio Garrett tomou parte capital, ou assistiu aos determinismos e consequencias; seria, portanto a parte narrativa cheia de revelações e de interesse. Mas ha uma parte, que para nós vale mais ainda: é o juizo que o escriptor formava dos homens que actuaram n'esses acontecimentos, e o protesto de uma consciencia diante de tantas infamias. Testemunha e victima de tamanhas traições e crimes contra a patria sob o regimen por que tanto combatera, praticados de conivencia com a rainha que elle ajudara a enthronisar, Garrett pensou em escrever um livro de historia, um depoimento para o futuro, um protesto, como lição para as gerações vindouras. A penna que traçara esse nitido quadro de *Portugal na balança da Europa*, em 1830, completava-o no processo de *Vinte annos da Historia de Portugal*. Escrevendo em 1848 a *Memoria historica da Duqueza de Palmella*, allude a essa terrivel epoca da lucta contra o cabralismo em 1846, á emboscada do paço e á *intervenção armada* de 1847, em que a Inglaterra e Hespanha sustentaram D. Maria II no seu delirio contra a liberdade da nação. Escrevia ahi Garrett: «não quero encetar aqui discussão alguma politica, e nem sequer historiar, quanto mais avaliar o proceder de ninguem n'estas nossas ultimas e *deploraveis luctas, em que o nome portuguez, a propria existencia da nação tem sido jogada*. Indifferente quem póde sel-o em taes contendas? Mas o dia da historia não chegou ainda. Nenhum partido, nenhuma facção têm os olhos feitos já para soletrar os severos ca-

racteres com que um buril imparcial deve ir gravando em silencio *os espantosos factos d'esta epoca tremenda e unica*.

«Póde estar escripto o livro — mas deve estar, e está, fechado a sete sêllos. Por ora, e para aqui muito menos, nem uma linha d'elle.» (*Obr. comp.*, II, 426.)

Esta parte da sua obra não se perdeu; recompozemol-a coordenando em ordem historica todos os seus opusculos, memorias biographicas, correspondencia, discursos parlamentares, relatorios e manifestos politicos. Na *Oração funebre de Manoel Fernandes Thomaz*, temos o quadro da Revolução de 1820; na *Memoria historica do Conselheiro Vieira de Castro* tracejou a segunda dictadura, ou a Revolução de 1836; as luctas dos cartistas, desde 1842 a 1847, esboçam-se em volta do duque de Palmella, ao narrar as virtudes da falecida esposa d'aquelle chefe politico. Os *Elogios historicos* de Mousinho da Silveira, de Pinto Pisarro (Barão de Ribeíra Sabrosa), a *Carta de Mucio Scevola*, tudo interessa pelos juizos seguros sobre os acontecimentos que são a trama da Historia contemporanea. Garrett não tinha que receiar com a responsabilidade de historiador contemporaneo; essa responsabilidade inteiramente moral consistia mais no julgamento do que na narrativa, e elle julgou sempre com altura e com dignidade de uma consciencia recta.

Na *Memoria historica* da Duqueza de Palmella, allude a que o livro em que historía os factos tremendos da sua epoca deve estar escripto, e que se guarda para tempo conveniente; mas a morte não lhe deixou realisar

esse protesto da consciencia. [1] A essencia d'esse livro existe nos seus Discursos sempre fundados em uma clara comprehensão dos antecedentes historicos dos successos em que era *magna pars*.

Muitas passagens, e por ventura as mais bellas dos seus prologos, encerram elementos autobiographicos, imprescindiveis para o conhecimento da sua evolução litteraria. O que até 1843 fizera fragmentariamente, n'esse anno realisou-o em uma Autobiographia, publicada no III volume do *Universo pittoresco*, de que era redactor Vilhena Barbosa, e que conservara o original. Fiado no anonymo, Garrett elaborou com liberdade o quadro synthetico da sua vida intellectual e politica. O momento explica a opportunidade do facto: era odiosa a hostilidade contra Garrett, demittido infamemente dos seus cargos gratuitos, e acoimado de todas as torpezas, como um escriptor vendido. Insurgiu-se na sua altura moral, e não tendo encontrado nos criticos mais aptos e sinceros um julgamento synthetico, que apenas lhe elogiava o gosto ou a invenção litteraria, elle o formulou com verdade. Se algumas phrases de louvor proprio lhe escaparam na redacção anonyma, fôram apenas epithetos ou adjectivos banaes, já tan-

---

[1] No Catalogo dos Autographos e Ineditos de Garrett, não apparece indicação alguma de trabalho para os *Vinte annos da Historia de Portugal;* bem como não figura o annunciado volume no Prospecto de 1839, *Dois annos da minha vida. Reminiscencias da Emigração e Memorias do Cêrco do Porto.*

tas vezes empregados pelos seus criticos até áquella hora. A Autobiographia é um modelo de julgamento, que por ter ficado esquecido em uma revista mesquinha só muito tarde foi aproveitada pelos criticos, e incorporada nas suas obras. Terminada em 1843, Garrett continuou-a até 1852, quando a entregou a Gomes de Amorim como guia para a biographia que lhe fôra pedida da Allemanha.

N'essa medonha repressão do cabralismo em 1843, Sá da Bandeira e Faustino da Gama fôram a casa de Garrett pedir-lhe para organisar a Associação eleitoral, formada por homens que queriam a reforma politica, empregando os seus esforços na lucta pelo suffragio. Passos Manoel, que desde 1840 trabalhava para a coalisão dos partidos descorçoados pelas reacções do paço, apparecia como o chefe d'este movimento legal; era preciso conferenciar com elle em Santarem, na sua quinta de Alpiarça, onde se confinara como um Cincinato. Garrett foi a Santarem, acobertando o motivo com uma digressão descripta em um excerpto publicado em 17 de Agosto de 1843 na Revista universal lisbonense, com o titulo *Viagens na minha terra.* [1]

---

[1] Entre os papeis de Garrett encontrou Gomes de Amorim duas cartas de Castilho pedindo-lhe alguns trechos das *Viagens na minha terra* para a *Revista universal lisbonense;* Garrett accedeu, apparecendo as primeiras paginas ahi em 17 de Agosto de 1843. As palavras com que as precede Castilho merecem archivar-se: «O escripto, cuja publicação agora encetamos, é exemplar de genero precioso e novo em nossa Litteratura. A seu auctor o snr. Conselheiro Almeida Garrett,

Esta maravilha da linguagem portugueza, em que a sentimentalidade bondosa de Sterne e as finas ironias de Xavier de Maistre, se alliam em uma alma que sente uma raça e que procura acordal-a para a consciencia, é além de uma obra de arte um documento vivo, que para ser bem apreciado precisa de ser comprehendido pelos successos que o suggeriram. E' por isso que as *Viagens na minha terra* são inimitaveis; por que nenhum estylista, por mais pittorescas narrativas que esboce, lhes dá essa atmosphera de vida, que é a luz e a perspectiva d'esses quadros.

Nas *Viagens na minha terra* vem indicada a data da excursão: «São 17 d'este mez de Julho, anno da graça de 1843, uma segunda-feira, dia sem nota e de boa estreia.» Appareceu entre os papeis de Garrett uma carta de Passos Manoel, com o convite para essa excursão, em que estava implicita a conferencia politica. Transcrevemos aqui esse precioso documento:

---

que nos honra com a sua amisade e collaboração, cabe a gloria de ter aberto mais um caminho, que outros, apoz elle, têm seguido e hão de seguir. O Theatro moderno e o Romance patrio, fundou-os elle incontestavelmente. As *impressões de viagens*, como em todos os paizes de adiantada civilisação hoje se escrevem em grande abundancia, estrea-as tambem elle agora.

«No que damos á luz, offerecemos pois aos frivolos um estudo desenfastiado, aos estudiosos uma recreação prestadia, aos engenhos fecundos um incentivo poderoso.»

« Alcaçova, 6 de Julho de 1843.

Meu Garrett

Não pude vêr-te antes de partir. Mas não te dispenso da visita que me prometteste fazer com o Julio a esta deliciosa solidão. Anda lêr esta grande chronica de pedra de Santarem. O P.e Vasconcellos servirá de *cicerone*, e se ainda elle não chegar supprirá outro. Como eu vos espero, não vou a Alpiarça sem chegardes. Quando vieres hiremos juntos vêr aquelles campos de que hasde gostar. E jantaremos na adega do Tôco, servindo-nos de Ganimedes o meu Feitor Garcia, cavalleiro da Conceição por D. Miguel, e de Santa Isabel por Carlos Pretendente. O Julio que tenha esta como sua. José Estevam disse-me que talvez dirigisse a sua viagem de modo que te podesse acompanhar. Cá vos espero. Mas escreve. Teu do C.

Passos M.el » [1]

A esta carta allude Garrett, e á interpretação politica que os jornaes do governo deram accentuando intuitos revolucionarios. O

[1] Publicada no *Culto garrettiano*, n.º 3, p. 6, por Alberto Pimentel. A quinta de Alpiarça é a dois kilometros de Santarem. O Julio é Julio Gomes da Silva Sanches. Muitas das iniciaes que apparecem nas *Viagens na minha terra* indicam personagens septembristas; algumas iniciaes tinham sido esclarecidas pela filha de Garrett; A. Pimentel explica-as: C. T. é o Conde da Taipa; L. S., Luiz Teixeira de Sampaio; D., Damaso Xavier dos Santos, grande proprietario; J. P., Joaquim

poeta morava então na rua do Alecrim: «Eu muitas vezes, n'estas suffocadas noites de estio, viajo até á minha janella para vêr *uma nesguita do Tejo, que está no fim da rua*, e me enganar com uns verdes de arvores que alli vegetam na sua laboriosa infancia nos entulhos do Caes de Sodré. E nunca escrevi estas minhas viagens nem as suas impressões; pois tinham muito que vêr! — Vou nada menos do que a Santarem:... Era uma ideia vaga; mais desejo do que tenção, que eu tinha ha muito de ir conhecer as ricas varzeas d'esse Ribatejo, e saudar em seu alto cume a mais historica e monumental das nossas villas. *Abalam-me as instancias de um amigo*, decidem-me as tonteiras de um jornal, que por mexeriquice quiz encabeçar em designio politico determinado a minha visita.

«Pois por isso mesmo vou: — *pronunciei-me.*»

Este hespanholismo tem aqui todo o relêvo pittoresco; por que o elemento liberal hespanhol dirigido por D. Salustiano Olozaga estava em relações com a coalisão portugueza. O sentimento da natureza, com que desenha a paisagem ribatejana, dá realce á vibração calorosa do amor, com que descreve esses

---

Pedro, ferreiro do Cartacho, grande influente politico alcunhado de *Alfageme*, por comparação com o typo de Fernão Vaz do drama de Garrett; B. d'A., Baroneza d'Almeirim; Barão de A., o Barão de Almeirim; B. de P., Barão do Pombalinho; M. de F., Marquez do Funchal, D., Domingos Antonio de Sousa Coutinho. A referencia a C. J. X. é ao fallecido ministro Candido José Xavier. Na edição de 1904 fôram incluidos em notas estes esclarecimentos.

dois themas fundamentaes das *Viagens na minha terra*, a Menina dos Rouxinoes, a mysteriosa Joanninha, e o *flirt* das tres misses Julia, Laura e Georgina Robinson. Não se escreve assim sem estar profundamente apaixonado. E essa paixão nascente é ahi vagamente indicada, mas com traços de realidade.

Primeiramente, bastam algumas linhas para conhecer o seu gosto de paizagista; como elle, creado entre a poderosa vegetação do Minho, sente a belleza das planuras allumiadas do Ribatejo: «O valle de Santarem é um d'estes logares privilegiados pela nutureza, sitios amenos e deleitosos em que as plantas, o ár, a situação, tudo está n'uma harmonia suavissima e perfeita: não ha alli nada grandioso nem sublime, mas ha uma symetria de côres, de tons, de disposição em tudo que se vê e se sente que não parece senão que a paz, a saude, o socego do espirito e o repouso do coração devem viver alli, reinar alli um reinado de amor e benevolencia. As paixões más, os pensamentos mesquinhos, os pezares e as vilezas da vida não pódem senão fugir para longe. — A' esquerda do valle, e abrigado do norte pela montanha que alli se corta quasi a pique, está um massiço de verdura do mais bello viço e variedade. A faia, o freixo, o álamo entrelaçam os ramos amigos; a madresilva, a musqueta penduram de um a outro suas grinaldas e festões; a congossa, os fettos, a malvarosa do vallado vestem e alcatifam o chão.» (cap. VIII.) E' aqui que descobre «entre um claro de arvore a janella meia aberta de uma habitação antiga mas não delapidada... Pareceu-me entrevêr uma cortina

branca... e um vulto por detraz... Imaginação de certo! Se o vulto fosse feminino!... era completo o romance.» E assim nos leva para o episodio delicioso da Joanninha dos *olhos verdes:* «Estava eu n'estas meditações, começou um rouxinol a mais linda e desgarrada cantiga que ha muito tempo me lembra de ouvir.

«Era ao pé da dita janella!

«E respondeu-lhe logo outro do lado opposto; e travou-se entre ambos um desafio tam regular em estrophes alternadas tam bem medidas, tam accentuadas e perfeitas, que eu fiquei todo dentro do meu romance, esqueci-me de tudo mais.

«Lembrou-me o rouxinol de Bernardim Ribeiro, o que se deixou cahir n'agua de cansado.» — «Um vulto feminino que viesse sentar-se áquelle balcão — vestido de branco...» Com um toque da vara magica do seu estylo acorda o interesse pela *Menina dos rouxinoes*, a dos olhos verdes. E' aqui que revela a nascente paixão, que lhe empolgou a vida:

«Como heide eu então, eu que n'esta Odyssea das minhas viagens tenho de inserir o mais interessante e mysterioso episodio de amor que ainda foi contado ou cantado, como heide eu fazel-o, eu que *já não tenho que amar n'este mundo senão uma saudade e uma esperança* — um filho no berço, e uma mulher na cova.» Referia-se o poeta a Adelaide Deville, falecida em 26 de julho de 1841, e sua filha Maria Adelaide, que lhe ficára d'esse ultimo amor. Para fallar da *Menina dos rouxinoes* entende que é preciso estar

apaixonado, e só os poetas é que tem o privilegio d'essa ideal passividade:

«Este é o unico privilegio dos poetas; que até morrer pódem estar namorados; tambem não lhes conheço outro. — Ora eu philosopho seguramente não sou, já o disse; de poeta tenho o meu pouco, padeci, a fallar a verdade, meus ataques assás agudos d'essa molestia, e bem podéra desculpar-me com elles de certas fragilidades de coração...

«E posto que hoje, faz hoje um mez, em tal dia como hoje, *dia para sempre assignalado na minha vida, me apparecesse uma visão*, visão celeste que me surprehendeu a alma por um modo novo e estranho, — posto que a visão passou e desappareceu... mas deixou gravada n'alma a certeza de que... Posto que seja assim tudo isto, a confidencia não passará d'aqui — tanto basta para se saber que estou sufficientemente habilitado para chronista da minha historia...»

Estava apaixonado, levando a sua confidencia mais longe, por uns *olhos pretos*, talvez de alguma garbosa andalusa. Descrevendo deliciosamente a figura da *Menina dos rouxinoes*, e a nota dissonante mas bella que n'aquella harmonia produzem os olhos verdes, exclama: «São raros e os mais fascinantes olhos que ha.» Fallava de experimentado, que com esses olhos o fascinara D. Luisa Candida; e depois confessa:

«Eu, que professo a religião dos *olhos pretos*, que n'ella nasci *e n'ella espero morrer*... que alguma rara vez que me deixei inclinar para a heretica pravidade do olho azul, soffri o que é muito bem feito que sof-

fra todo o renegado... *eu firme e inabalavel, hoje mais do que nunca,* nos meus principios — fui retemperar a minha fé vacilante na contemplação das eternas verdades, que só e unicamente se encontram aonde está toda a fé e toda a crença... *n'uns olhos sinceros e lealmente pretos.*» (Cap. XII.)

N'este anno de 1843 Garrett fizera excursões por Belem, Linda a Pastora, Cruz Quebrada, Oeiras, Cascaes e Cintra, na investigação dos Cantos populares, que então estava imprimindo no seu Romanceiro e Cancioneiro; foi n'uma d'estas paragens que topou com esses *olhos pretos* que o fascinaram, e que em um baile na quinta dos Palhas o dominaram de vez, inspirando-lhe uma luz nova de poesia, que já brilha nas *Flores sem fructo.*

N'este estado da alma, quem melhor do que Garrett podia fallar de amor?

A narrativa dos amores de Carlos pelas tres misses em 1831, não tem nada comparavel em nenhuma litteratura moderna. Quando Amorim alludiu a este episodio, *(Mem.,* III, 78) ainda não tinha encontrado a nota dos sete peccados mortaes, com que o poeta representava Laura, Julia e Georgina Robinson, com quem tivera o mais exaltado *flirt.* Ao descrever esse episodio da vida de emigrado, apresenta uma consideração sobre a paixão actual:

«E' uma situação de alma esta que não sei que a descrevessem ainda poetas, nem romancistas: desprezam-na talvez ou não a conhecem. Está recebido que as subitas impressões causadas por um primeiro encontro sejam as mais interessantes, as mais poeticas.

«Eu não nego o effeito theatral d'estas primeiras e repentinas sensações; mas sustento que interessa mais ess'outra inesperada e estranha impressão que me faz um objecto já conhecido, que viramos com indifferença até alli, e que de repente se nos mostra tam outro do que sempre o tinhas considerado...

«Mas esta mulher é bella realmente. E eu nunca a vi! Mas aquelles olhos tão divinos! Onde tinha os meus até'gora? Mas este ár, mas esta graça onde os tinha ella escondidos? etc., etc.

«Vão-se gradualmente, vão-se pouco a pouco descobrindo perfeições, encantos; o sentimento que resulta é mil vezes mais profundo, mais fundado, sobretudo, que o das primeiras impressões tam cantado e decantado.»

Philosophava para a occasião; assim lhe appareciam agora esses *olhos pretos*, depois de relações pessoaes e politicas com o marido da mulher que o fascinara.

Poucos darão com o preludio d'estes amores nas *Viagens na minha terra*, procurando-lhe a sua inspiração unicamente nas *Folhas cahidas*. Achando tanto calor n'aquelle typo da *Joanninha*, a Menina dos olhos verdes, procurou-se determinar-lhe a realidade. Gomes de Amorim, que revolveu os papeis de Garrett, para a projectada biographia, achou ahi uma carta de uma prima *Joanna*, cheia de recordações affectivas, e transcrevendo-a no seu texto, conclue: «Acaso seria esta a que depois lhe inspirou aquelle poetico e formoso typo da *Menina dos rouxinoes*, das

Viagens na minha terra? Como não é possivel verifical-o, voltemos á politica.» [1]

No seu opusculo *Culto garrettiano* (n.º 3, p. 17) achou Alberto Pimentel certa realidade na Joanninha, do valle de Santarem, inferindo-a da alludida carta dirigida a Garrett «por uma prima residente em S. Miguel das Aves, ou ahi perto de Santo Thyrso, que o recriminava discretamente por elle a haver esquecido na vida leviana de Lisboa.» E no seu livro *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, volta ao assumpto, não se recordando que a carta cuja copia obtivera do Dr. Carlos Guimarães já estava publicada desde 1884; dá-nos ahi as seguintes noticias, que esclarecem o problema:

«A prima de Garrett tinha duas irmãs: uma Antonia, que desposou José de Menezes,

---

[1] *Memorias biogr.*, II, 239. Eis a carta, que merece ser esclarecida:

«S. Miguel das Aves, Quinta da Carreira, 27 de Outubro de 1836.

«Primo do coração: A sua inesperada carta deu-me gosto e pena: deu-me gosto e obriga-me muito lembrar-se de mim; as expressões com que expende esta lembrança respectiva ao tempo em que viveu na minha companhia — feliz tempo (diz o primo) unico talvez feliz da minha vida — fizeram-me viva impressão; ellas parecem indicar que não (vive?) contente, e eis aqui o que me penalisa e muito.

«Julga-me injusta a seu respeito e certamente não o sou. Sou sua amiga e desejo o seu bem, não posso ser indifferente a seu respeito; não, não o sou. Da mana Antonia não posso dar-lhe noticias, porque directas não as tenho ha muito tempo; é priguiçosa de escrever mas sei que vive. Acceite saudades da Thomasia, minha inseparavel companheira. Adeus, meu rico, Deus lhe dê as venturas e prosperidades que muito do coração lhe deseja a — sua prima e amiga — JOANNA.»

residente na Gollegã; outra Maria Antonia, que parece ter sido freira em Aveiro.

«Seus paes chamavam-se Thomaz de Aquino e Almeida, e D. Antonia de Lima Barreto. D'este consorcio tambem houve um filho, Thomaz de Aquino de Lima e Almeida.

«*Joanna* deixou todos os seus bens a uma senhora D. *Thomasia* Maria Amalia do Amaral, creio que sua sobrinha. — O registo do testamento fez-se na administração de Santo Thyrso em 27 de Abril de 1838. A testadora deve ter falecido n'essa occasião em S. Miguel das Aves, solteira.» (Op. cit., p. 155.)

Evidentemente em 1843, em que se elaboram as *Viagens na minha terra*, a Joanninha não podia ter outra realidade senão a de uma impressão rediviva, um symbolo de uma emoção que elle como artista corporisava. No citado trabalho sobre Santo Thyrso, escreve Alberto Pimentel:

«Eu sempre estive capacitado de que a *Joanninha* era a recordação de uma pessoa querida na vida de Garrett, posta alli n'aquelle formoso Valle de Santarem, como se põe uma tela de estimação na melhor moldura que póde encontrar-se... Lancei os olhos para o passado do poeta, em busca de uma prima, de uma companheira e amiga da infancia, de uma creatura meiga e boa, talvez nada formosa, que annos volvidos, lembra de repente com profunda e doce saudade, n'um sitio em que a gente experimente um grato bem estar de espirito no meio da paz e da harmonia da natureza. Disse isto uma vez ao Dr. Carlos Guimarães, genro do poeta. Elle não repelliu a hypothese e ficou de fazer uma revisão a

toda a correspondencia intima do poeta, no empenho de encontrar algum documento que me desse rasão. Achou uma carta (então já publicada por Amorim) de uma prima que vivia na quinta da Carreira, em S. Miguel das Aves. E essa prima chamava-se *Joanna*, e na carta fazia recriminações a Garrett por a ter esquecido na vida tumultuosa de Lisboa.

«Gritámos: Eureka! Mas appareceu tambem um retrato da signataria da carta, e esse retrato — Deus meu! — abria conflicto com a esthetica de qualquer poeta vulgar, quanto mais com Garrett. Não ha duvida que as *Viagens* dizem a respeito da *Menina dos rouxinoes:* = Joanninha não era bella, talvez nem galante no sentido popular e expressivo que a palavra tem em portuguez, mas era o typo da gentileza e ideal de espiritualidade. =

«Eu não vi o retrato, mas encontrou-o e viu-o o Dr. Carlos Guimarães... que me affiançou — que a *prima da Carreira* não revelava nenhum traço de identificação com a *Menina dos rouxinoes.*» Alberto Pimentel procurou outros elementos de realidade, incompativeis com a passagem rapida do poeta por Santarem e com a paixão nascente dos *olhos pretos* a cujo culto voltara. [1]

Ha nas *Viagens na minha terra* um outro

---

[1] No livro *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, p. 158, vem esta indicação:

«O nonagenario Belchior da Costa crê, que a *Menina dos rouxinoes* fôsse D. Maria Rita de Oliveira, tia de Rodrigo da Costa Alvares, senhora muito intelligente, instruida e sympathica. De mais, tinha os olhos verdes. — Não admira que Almeida Garrett a visse, e re-

amor, mais profundo e inesperado que esse dos olhos verdes e dos olhos pretos — é a Tradição nacional, que elle contempla e escuta na resonancia ineffavel ao descansar em Santarem: «Cruzámos a povoação em todos os sentidos procurando rastrear algum vestigio, confrontarmos algum sitio onde podessemos collocar, pela mais atrevida supposição que fôsse, a tenda do nosso *Alfageme*, com as suas espadas bem = corregidas = as suas armaduras luzentes e bem postas — e o joven Nun'alvares passeando alli por pé, ao longo do rio — como diz a Chronica — namorado d'aquella perfeição do trabalho, e dando a correger a bella espada velha de seu pae ao rustico propheta que tantos vaticinios de grandeza lhe fez, que o saudou Condestavel, Conde d'Ourem e salvador da sua patria.

«Nada podémos descobrir com que a imaginação se illudisse, que nos desse com mais ou menos anachronismo uma leve base tamsómente para reconstruirmos a gothica morada do celebre cuteleiro propheta, que a historia herdou das chronicas romanescas, e hoje o romance outra vez reclama da historia.» Mas appareceu-lhe o typo popular do *Alfageme*, o ferreiro Joaquim Pedro, uma potencia eleitoral da localidade, que era conhecido por essa alcunha: «Uns senhores de Lisboa que

---

parasse na côr dos olhos, e conversasse a dama, e ficasse encantado de sua graça e intelligencia: nem tambem deve admirar, que, por conveniencia social, lhe occultasse o nome, e fôsse buscar para ella o da prima da Carreira, ao qual viria preza alguma recordação da infancia, etc.»

ahi estiveram... pozeram-lhe esse nome, que a gente bem sabe o que é; e ficou-lhe, que agora já ninguem lhe chama senão o *Alfageme*. Mas quanto a mim elle não é Alfageme, ou não o hade ser muito tempo. — O verdadeiro Alfageme, diz que era um espadeiro ou armeiro, cuteleiro ou cousa que o valha, na Ribeira de Santarem; e que foi um homem capaz, e que tinha pelo povo, e que não queria saber de partidos... Mas que estrangeiros que não queria, que esta terra que era nossa e co'a nossa gente se devia de governar.

« — Mas porque chamaram ao mestre Joaquim Pedro o *Alfageme* do Cartaxo?

« Eu lhe digo... o homem nem era assim nem assado. Fallava bem, tinha sua labia com o povo. D'ahi fez-se juiz, poz algumas cousas a direito... ganhou nome no povo, e agora faz d'elle o que quer.» Era uma incarnação do velho typo no regimen representativo. Em Santarem lhe transluz a poesia popular da lenda de *Santa Iria:* «Quem tem uma ideia fixa em tudo a mette. A minha ideia fixa em cousas de arte e litteraturas da nossa peninsula são *Xacaras* e *Romances* populares. [1]

---

[1] As investigações sobre a Poesia popular são reveladas em muitas cartas aos amigos pedindo-lhes a sua cooperação. Silva Abreu em uma carta de 8 de julho de 1839 escrevia a Garrett ácerca do empenho de lhe obtêr cantos populares do Minho: «Ha mais de cinco annos que sahi d'essa capital coberto da protecção e favores de v. ex.ª e lembra-me bem que prometti escrever-lhe para a Belgica no caso de poder arranjar por aqui algumas *Xácaras*, as quaes devia remetter a V. Ex.ª, mandando-as entregar na repartição dos negocios

Ha um de Santa Iria. Porque é a Santa Iria da trova popular tam differente da Santa Iria das legendas monasticas? — Tam simples, tam natural é a narração poetica, quanto é complicada e cheia de maravilhas a que se auctorisa nas recordações ecclesiasticas.» — «E' difficil explicar-se este phenomeno interessantissimo para qualquer observador não vulgar, que n'estas crenças do commum, n'estas antigualhas, desprezadas pela soberba philoso-

---

estrangeiros. Como nada pude obtêr além de duas ou tres que n'esta mesma cidade já tinha alcançado e entregue, não ousei escrever por não roubar tempo a quem de certo não sobrava...» *(Mem.*, II, 515.)

Em carta de 1 de Dezembro de 1842, escrevia Garrett para o Porto a Monteiro para lhe dar parte: «que estão a entrar para a prensa as primeiras folhas de uma collecção de Romances populares, Xacaras, Soláos, etc., etc., que tenho andado a colligir e a limpar, mas preciso, que me mande buscar por ahi algumas mais. Aqui vae a lista das que eu tenho para não mandar d'estas. Isto é da tradição oral; porque do já impresso e disperso pelos livros, tenho mais umas trinta cousas.

«A collecção vae pelo modo e estylo das *Reliques* do Bispo Percy e do *Minestrelsy of Scottish border* de S. W. Scott.» — A lista dos romances que já tinha é a seguinte: 1 — Estava a Bella Infanta. 2 — Conde Alarcos. 3 — Conde de Allemanha: Já o sol dá na janella. 4 — A' guerra, á guerra, moirinhos. Trazei-me uma captiva. 5 — A Morena. 6 — Bernal francez. 7 — D. Claros (vulg. Carlos) d'alem mar. 8 — O caçador foi á caça. 9 — Santa Iria. 10 — A Silvana (é a fonte de *Adozinda)*. 11 — Já se apregôam as guerras (é a fonte da *Isabel* de Costa e Silva). 12 — Girinaldo (aliás Eginaldo, do Eginard de Carlos-Magno). 13 — A noiva estremenha: Deus vos salve minha tia, Na vossa roca a fiar. 14 — Meu padre era de Hamburgo, ou: Nós vinhamos do mar de Hamburgo.

«Já se vê que é nada á vista do que por ahi anda por boccas do povo.» *(Mem.*, II, 713.)

phia dos nescios, quer estudar os homens e as nações e as edades onde elles sinceramente se mostram e se deixam conhecer.»

Este culto da tradição é que lhe dava vigor moral de resistencia e de protesto na violenta crise de 1843 que tempestuava em vesperas de uma revolução; apoiava-se n'este sentimento, como em 1823, em 1827 e 1829, quando no desterro ou no carcere se refugiava na contemplação de um mundo de poesia popular. O que elle chamava a sua ideia fixa era um impulso organico.

No memoravel discurso de 31 de Março de 1837, dizia: «Eu não sou aristocrata nem por nascimento, nem por principios. Mas, ai da nação que, como nação, não fôr aristocrata. Ai da nação que não crê cegamente, e com preconceitos ainda, na sua historia, nas maravilhas dos seus tempos heroicos, nos prodigios e nos milagres de suas epocas fabulosas! Miseravel e desprezivel nação de desalmados *utilitarios*, resequidos em seus calculos de cifras, que abjuram quanto ha de elevado e sublime até n'essas memorias vaidosas, até n'esses pergaminhos que lhes dizem: — Nação portugueza, tu descendes de Egas Moniz e de Nun'alvares. O teu solar está nas ruinas de Gôa, nos muros (ainda que já não têm) de Ceylão — Porque é com este appellar para esta *aristocracia* das nações, que muitas vezes se têm feito prodigios maiores, que se defendem cêrcos como os do Porto, que se ganham batalhas....»

E como os que não comprehendiam este verbo vivificante lhe chamassem poeta, replicava sublimemente:

«Sou poeta e d'essa arguição me honro muito. Mas a minha poesia é a que invoca as grandes memorias nacionaes, não para que o paiz se reja por tradições e por conceitos affonsinos; mas para que n'essas recordações aprendamos a ser tambem como eram nossos avós, e para que, fieis ás necessidades da nossa epoca, aproveitemos comtudo no exemplo dos passados. Sou poeta. Mas a minha poesia é a que falla ao coração do patriotismo, e aos sentimentos generosos da philanthropia. E' a que em Athenas enramou as espadas de Harmodio e de Aristogiton, quando deceparam a cabeça da tyrannia, e restituiram a ordem e a liberdade ao estado.» E ainda em um discurso na sessão de 21 de janeiro de 1840, proclamava: «Senhores, nas tradições dos povos antigos estão preciosidades não só para a litteratura mas para a historia tambem. Todas as nações civilisadas as têm colligido; n'essas tradições se tem achado a resolução de grandes e difficeis problemas. — A memoria do homem, mais tenaz que o bronze e o marmore, assim salvou recordações que nenhuma cousa pôde perpetuar...»

Era pela tradição que elle conseguia vivificar o sentimento de nacionalidade, tão apagado nas instituições e sob os attentados dos seus estrangeiros e estrangeirados dirigentes.

Nas *Viagens na minha terra*, tão poderosa como a tradição ahi apparece tambem a lingua portugueza encarnando o genio da nacionalidade. Aqui a lingua é uma alma que se revela, uma individualidade ethnica, um povo que se affirma na sua expressão espontanea, nas delicadezas da nativa affectividade,

na sua visão poetica do mundo. Garrett poz em relêvo as bellezas implicitas na lingua, e o seu estylo é uma harmonia que não desnatura a melodia natural de que deriva; é este o fino tacto do escriptor, que não visou a ser um estylista, mas a fazer conhecer que a lingua é, como a tradição, uma força da nacionalidade portugueza. Escreve Paul Dubois acerca da Reconcentração da Irlanda:

«Não são os politicos que fazem a nacionalidade, — se é que elles não contribuem ás vezes para desfazel-a — são os nossos laços com o passado, a sobrevivencia em nós dos nossos antepassados, é esta communhão de ideias, de sentimentos, da lingua, que liga cada geração á precedente...» O pamphletario irlandez Thomas Davis é mais cathegorico: «Um povo sem uma lingua nacional é apenas metade de uma nação; deve uma nação conservar a sua lingua mais cuidadosamente do que o seu territorio; é a sua mais solida fortaleza, a sua mais segura muralha.» E accentuava insistindo: «a lingua é a alma da nação. E' o genio do povo, são as suas crenças, as suas tradições, as suas fórmas do espirito e do coração que ella encarna, que ella conserva e que sobrevivem n'elle. E' a chave da nossa historia, da nossa psychologia, da nossa velha litteratura... é ella só por si uma litteratura virtual, um mundo de ideias, de sentimentos em potencia...»

Estas observações, que Thomas Davis applicava á Irlanda que se desnacionalisava deixando a sua lingua pelo uso do inglez, cabem á lingua portugueza, representando a nacionalidade. Edgar Quinet, que estivera em Por-

tugal em 1844, e assistira ás sessões tempestuosas do parlamento, recebeu a impressão da lingua portugueza como expressão de um povo de navegadores costumados a levantar a voz acima dos rugidos do mar. Garrett fez no estylo das *Viagens na minha terra* a synthese social contida na lingua portugueza, dando-lhe as modulações faceis mas profundamente conscientes da sua espontaneidade. Essa facilidade tem a sua rasão; Michelet dá-nol-a a proposito do estylo de Rubens: «A arte eleva-se ao mais alto gráo, quando as condições technicas não a embaraçam, quando ella realisa a sua obra como creação natural, quando por fim a arte se torna natureza.» Tendo estudado muito a lingua portugueza nos seus classicos, e tendo escripto muito na sua actividade jornalistica, litteraria e parlamentar; conhecendo-lhe todos os seus recursos no dialogo dramatico, no rythmo e accentuação poetica, nas cadencias oratorias do discurso academico e politico, na polemica jornalistica, na descripção do romance e nos caprichos da digressão folhetinistica, todo esse saber converteu Garrett em uma espontaneidade em que a arte se identifica com a natureza. O estylo vivo, por que parece fallado, suggestivo, dá-nos estados de consciencia de quem domina as suas impressões, e as traz á objectividade em todo o seu colorido. Tem a plasticidade para representar os aspectos do mundo moral e de fixar os symbolos objectivos que os exprimem.

Este poder da linguagem e do estylo, de que as *Viagens na minha terra* serão sempre o modelo, apparece-nos explicado em umas

phrases do pintor Eugène Delacroix, fallando da facilidade de exprimir pela escrita a sua ideia melhor do que pelo pincel: «Nós passamos a vida a exercer, menos contra vontade, a arte de exprimir as nossas ideias por meio de palavras. O homem que põe em mente como poderá conseguir um favor, desfazer-se de um importuno, enternecer uma bella esquiva, trabalha em litteratura sem em tal cuidar. Todos os dias é preciso escrever cartas, que exigem toda a nossa attenção, ou das quaes ás vezes a nossa sorte depende.

«São estas as razões porque um homem superior escreve sempre bem, sobretudo quando trata de cousas que elle conhece bem.» A grande actividade social e politica de Garrett nas suas complexissimas relações, fizeram-o concentrar na expressão escripta todos os seus recursos mentaes, servindo com altura a verdade dos seus sentimentos e a sinceridade dos seus pensamentos. Era bem dado o epitheto de *o homem da penna de ouro*, como lhe chamou Passos Manoel, servindo-se do seu estylo como de uma potencia que dava força á revolução de Septembro. Nos prologos pessoaes e no desenfado das notas dos seus livros, brilha esse mesmo estylo das *Viagens na minha terra*, que se póde caracterisar com este seu verso: «ingenuo e quasi vulgar», mas em que o purismo classico se allia com o modismo e locução do povo, d'onde exhaure toda a poesia.

E' n'este terrivel anno da violencia cabralista, que a sua alma se retempera nas tradições populares, imprimindo o primeiro volume do *Romanceiro e Cancioneiro geral*. Era a

a ideia fixa, que o anesthesiava dos desgostos da vida e das miserias politicas em que via a nação afundar-se. Luctava no parlamento pela independencia portugueza, mas essa independencia, como observa Paul Dubois, affirma-se sobretudo por «este patrimonio intellectual, moral, social, que o passado lega ao presente, que o presente deve legar ao futuro depois de o ter augmentado, ou pelo menos perservado, e que faz o valor, a força, a individualidade de um povo.» Garrett sentia isto; e tendo visto o povo apathico sob o despotismo e entre as burlas do regimen da Carta outorgada, quiz acordal-o pela sympathia das suas tradições. Esta correlação patentêa-se pela data de 1843. O apparecimento do *Romanceiro* não foi um facto indifferente; a critica litteraria tratou-o com sinceridade, quando ainda estes estudos não estavam generalisados na Europa.

Ao dar noticia da publicação do primeiro volume do *Romanceiro de Garrett*, na *Revista universal lisbonense* de Novembro de 1843, escreveu Castilho uma apreciação critica em que manifesta um sentimento vivo da poesia popular, e do valor esthetico das tradições: «A nossa Poesia *nacional*, isto é, a do nosso Povo e não a dos nossos poetas, a fallada e sentida, e não a escripta e folheada, a dos campos, e não das cidades, das velhas e não dos academicos, conhecia-a o snr. Garrett desde a infancia; havia-lhe tomado o gosto; havia precedido os seus estudos e reflexão; havia-se, como quer que fôsse, identificado com o seu espirito. O seu estylo mesmo, sem deixar de ser culto, sobre nobre e moderno,

respirava aquella sinceridade nativa e graciosa singeleza, que se absorve no trato com os conterraneos, mas não se aprende. *O Camões*, a *D. Branca*,... farão comprehender aos que os lèrem esta verdade... N'aquellas — obras tinha o auctor ensinado o como se haviam de conciliar a indole litteraria nacional, e as excellencias novas das Litteraturas estrangeiras. Restava completar o seu trabalho, offerecer aos que pretendessem caminhar sobre os seus vestigios alguma parte d'aquillo com que elle mesmo se nacionalisára.

«As *Xácaras*, os *Romances* populares deviam ser salvos do esquecimento que os ameaçava para breve, offerecidos a todos, e perpetuados. Era empreza fadigosa e prolixa; mas commetteu-a; e o 1.º volume do *Romanceiro e Cancioneiro geral* (4.º da collecção completa das suas Obras) acaba emfim de sahir á luz. — Os que lêrem este volume ficarão desejando anciosos a continuação. Nós, que d'este numero sômos, supplicamos aos benemeritos editores, os snrs. Bertrands, que forcejem por vencer certa inconstancia, ou antes certa e proverbial priguiça de poeta, que o snr. Garrett padece... A collecção das suas obras é thezouro tão nacional, que bem se nos deve relevar a liberdade com que d'este seu vicio nos queixamos.» [1] Da fusão do elemento tradicional com a esthetica do Romantismo, achou Castilho uma bella imagem: «o antigo e o novissimo fundiram-se e ligaram-se, produzindo, como o bronze e o oiro no incendio de Co-

[1] *Vivos e Mortos*, v, 79.

ryntho, um terceiro metal mais precioso que ambos elles. O snr. Garrett foi em Portugal o introductor d'esta felicissima composição.»

Na *Revolução de Septembro*, de 3 de Novembro de 1843, vem uma conscienciosa apreciação do *Romanceiro;* transcrevemos alguns trechos que interessam a parte biographica: «E' verdadeiramente admiravel o zelo perseverante, a paciencia inexhausta com que um homem das occupações graves do snr. conselheiro Almeida Garrett, assiduo na tribuna, incansavel no gabinete, satisfazendo a todas as altas e importantes missões, de deputado e de magistrado, de homem de estado e de homem de lettras, tem achado tempo para andar (no meio de todas estas tarefas) á procura de cousas tão perdidas, e até agora tão desprezadas. Contam-se já vinte annos desde os seus primeiros trabalhos de collector, segundo o calculo que devemos fazer pelas noticias que elle nos deu na sua *Adozinda* (Londres, 1828). E agora vêmos que incessantemente tem andado ao *rebusco* d'esses fragmentos, pela maior parte tão deformados e alterados, que é preciso ter a fé viva de antiquario, e o olho certo e penetrante de artista para descobrir valia e merecimento de arte em cousas tão toscas e quebradas. Felizmente para a litteratura e para a historia da Litteratura, não só portugueza mas de todo o mundo (porque estas cousas primitivas, apesar de serem essencialmente nacionaes, pertencem a todo o mundo) felizmente que um homem de tão superior talento, e de tão vastos conhecimentos começou este trabalho e persistiu n'elle não obstante as suas difficul-

dades e aborrecimentos, que devem ser infinitos. Um talento vulgar, com uma instrucção mediocre e superficial, teria abandonado a empreza se a começasse; o que é difficil de crêr: em sete seculos de nacionalidade e de lingua portugueza, ninguem o comprehendeu: têm-se julgado todos muito altos para cousa tão baixa.

«Pondera bem o illustre collector na introducção a este volume, que nós eramos a unica nação conhecida que não tinha uma collecção dos seus Romances, Balladas, Xácaras e Soláos populares. Tel-a-hemos agora. D'aqui a dez annos já seria impossivel fazer o que o snr. Garrett ainda conseguiu n'estes ultimos vinte; porque *todas as feições e reminiscencias antigas se vão apagando cada vez mais no nosso paiz*, assim como por toda a parte.

«Mas por toda a parte, e em virtude de uma reacção muito natural, revive o gosto e o enthuziasmo por estas cousas. Em Russia e Polonia tem-se publicado nos ultimos quinze annos uma quantidade de collecções e imitações do mesmo genero. Dinamarca, Suecia e Islandia têm reproduzido, classificado e interpretado de novo as suas *Sagas*. A Allemanha, depois de exhaurir as suas proprias minas, anda trabalhando pelas extranhas; e nas da nossa peninsula têm feito os sabios profundos trabalhos, que sempre apparecem onde quer que chega o zelo e proverbial consciencia do estudo germanico. Segue-a de perto a Inglaterra, que já tinha as magistraes collecções de Ritson, de Ellis, de Percy, de W. Scott, e que agora as poderá comparar com as preciosidades castelhanas que lhe fez adquir

mr. Lockart, pela sua bella traducção. Em França, apoz de mr. Raynouard, têm apparecido muitos laboriosos collectores. A propria Hespanha revive os seus *Romanceros* e *Cancioneros* dos seculos XVI e XVII. Portugal começa tarde para o Romance; mas chegará a tempo ainda de auxiliar o movimento geral da Europa, graças ao snr. Garrett.— Reclama para a nossa litteratura a gloria de ter sido a primeira das duas peninsulares, que n'este seculo resuscitou o gosto da poesia popular. E' sem duvida fundada a reclamação... na *Adozinda* deu os primeiros documentos escriptos á nova e regenerada eschola que por fim prevaleceu em Portugal assim como em Hespanha.»

Occupando-se em 1843 na organisação do *Romanceiro*, começou pelas suas tentativas artisticas de restauração dos vestigios tradicionaes, reunindo ao poemeto da *Adozinda* outras balladas, como a *Rosalinda*, *Chapim de El-Rei*, e a *Miragaia*. O interesse de interrogar a tradição oral popular levou-o n'esse anno de 1843 a fazer digressões entre Bemfica, Campolide, Belem, Linda-a-Pastora, Cruz Quebrada, Oeiras, Cascaes e Cintra. E emquanto ia colligindo versões e variantes d'essas rhapsodias vulgares, subitas emoções lhe assaltaram o espirito, impellindo-o para um novo e vehemente amor. Gomes de Amorim relacionando a sua estação de banhos na Cruz Quebrada no outomno de 1847, com as «repetidas excursões a Oeiras e Cascaes, attrahido por poder invencivel», precisa os comêços d'esta nova paixão: «*Tres ou quatro annos antes* (1843) tivera occasião de dansar n'uma d'essas casas com pessoa que o capti-

vára, tanto pela belleza plastica, como pelas graças do espirito.» *(Mem.*, III, 239.) Amorim encontrando nas *Flores sem fructo*, impressas em 1845, a ode lyrica *Ella* com a data de 184?, e reconhecendo que não podia ter sido inspirada por Adelaide Deville, falecida em 1841, notou que esses versos « têm o caracter e fogo dos que formam parte das *Folhas cahidas;* por isso me parecem irmãos gemeos d'esses, e feitos talvez em... 1843.» *(Mem.*, II, 713.) O doloroso sentimento da morte de Adelaide é anesthesiado por uma paixão absorvente, que lhe vem revelar a expressão do mais deslumbrante lyrismo.

Nas *Folhas cahidas* descreve Garrett o baile em que foi empolgado, na ode incomparavel *Aquella noite*, e como o seu lucto de alma se esvaeceu por estranho deslumbramento no fragor da festa:

Era noite de loucura,
De seducção, de prazer,
Que em sua mantilha escura
Costuma tanta ventura,
Tantas glorias esconder.

....

Eu sentia esse ruido
Como o confuso bramar
De um mar ao longe movido
Que á praia vem rebentar:
E disse commigo: — Vamos,
Os luctos d'alma dispâmos,
A' festa heide ir tambem eu. —

E fui; e a noite era bella,
Mas não vi a minha estrella,
Que eu sempre via no céo,
Cobriu de espesso véo
Alguma nuvem a ella...

Fui; meu rosto macerado,
A funda melancholia
Que todo o meu sêr revia,
Qual o atahude levado
A egypcio festim dizia:
— Como vós fui eu tambem;
Folgae, que a morte ahi vem! —
. . . .

Quem é esta que mais voltas
Gira, gira, sem cessar?
Como as roupas leves, soltas,
Aérias leva a ondular
Em torno á fórma graciosa,
Tam flexivel, tam airosa,
Tam fina! — Agora parou,
E tranquilla se assentou.

Que rosto! Em linhas severas
Se lhe desenha o perfil;
E a cabeça, tam gentil,
Como se fôra devéras
A rainha d'esta gente,
Como a levanta insolente!
Vive Deus! que é ella... aquella,
A que vi na tal janella,
E que triste me sorria
Quando passando me via
Tam pasmado a olhar para ella.
A mesma melancholia
Nos olhos tristes de — luz
Obliqua, viva, mas fria;
A mesma alta intelligencia
Que da face lhe transluz;
A mesma altiva impaciencia
Que de tudo, tudo cança,
De tudo o que foi, que é,
E na erma vida se vê
O raio da vaga esperança,
Pois isto sim que é mulher!
. . . .

Já vinha a palida aurora
Annunciando a manhã fria,
E eu fallava e eu ouvia
O que até áquella hora

Nunca disse nem ouvi...
Toda a memoria perdi
Das palavras proferidas...
Não eram d'estas sabidas
Nem quaes eram nem n'o sei...
Sei que a vida era outra em mim,
Que era outro sêr o meu sêr,
Que uma alma nova me achei
Que eu bem sabia não ter.

E terminando a surprehendente ode,— Que os segredos da ventura—não são para se dizer,—eleva-se á expressão ineffavel da poesia para desaffogar n'esse estado de alma.

Como os trovadores provençaes, elle não póde revelar o nome da mulher que o inspira; mas a poesia symbolisa nos astros, nas flores o nome d'ella, para dar realidade ao ésto das suas fortes emoções. No distico *A Estrella*, diz que ha uma no céo, que só elle vê:

Como as outras não reluz;
Mas dá tão serena *luz*,
    Que, inda bem,
    Não a vê mais ninguem.

E' da mesma inspiração a ode *O pharol e o baixel*, em que descreve a Torre do Bugio, que se destacava na paizagem em que se passava este extasis amoroso:

Como está segura a Torre
    No meio d'agua, não vês?
No cimo a luz da esperança,
    O escôlho da morte aos pés...
Assim *luz* o amor na vida,
    Que é pharol de salvação,
Assim tem aos pés traidores
    O escôlho da perdição.

Na odesinha a *Grinalda*, procurando qual hade ser a flor com que entretecel-a, confessa:

Eu n'esta flor quero
Da *rosa* a belleza,
Do lirio a candura,
Do nardo a doçura...
Diz-me o coração,
Que nem natureza
Fez tal formosura
Nem arte ou cultura.

A mulher amada conhecia e admirava o talento poetico de Garrett, e lisongeada com aquella paixão do homem então mais admirado em Portugal, por galanteria ou provocação pediu-lhe versos. Na ode *Já não sou poeta*, excusa-se do pedido, reincidindo apaixonadamente:

Eu queria apanhar uma *rosa*
De um rosal que já tive no céo,
....
Mas não sou já poeta......

Nas *Minhas azas*, representa o drama subjectivo, em que trocou o puro ideal pela paixão terrena que o avassalla:

Eu tinha umas azas brancas,
Azas que um anjo me deu:
Que em eu cansando da terra,
Batia-as, voava ao céo.

Veiu a cobiça com os seus thezouros, a ambição com as vistosas grandezas, o poder, a gloria, para tentarem o poeta a dar-lhes essas azas brancas, a tudo resistindo:

Mas, uma noite sem lua
. . . .
Deixei descahir os olhos
Do céo alto e das estrellas...
Vi entre a nevoa da terra
Outra *luz* mais bella que ellas.

Cegou-me essa luz funesta,
De infeitiçados amores...
Fatal amor, negra hora
Foi aquella hora de dores!

Tudo perdi n'essa hora
Que provei nos seus amores
O doce fel do deleite,
O acre prazer das dores.

E as minhas azas brancas,
Azas que um anjo me deu,
Penna a penna me cahiram
Nunca mais voei ao céo.

Na grandiosa ode, que intitula *Ella*, descreve quantos amores lhe embalaram a existencia, e como ao achar-se desalentado, morto para todas as esperanças, o poeta chegou a sentir no derradeiro o unico e o primeiro amor:

Eu caminhava só e sem destino
    No deserto da vida,
N'alma apagada a luz, e o desatino
    Na vista esmorecida;...
. . . .
E fui erguer os olhos com despeito
Para o céo, ás estrellas scintillantes,
Queria perguntar se esta era a vida
    Que me fadavam d'antes
    Quando me entrou no peito
Esta ancia, este desejo, esta incendida
    Sêde fatal de amar...
Olhei... e vi o azul do firmamento
    Só, sem nenhum brilhar

. . . .
Mas logo se inundava n'um momento
De uma luz alva, doce e resplendente,
Que me entrou toda a alma . . . .
. . . . suavemente
Enlevada d'aquella doce *luz*
A alma subia, placida subia . . .

Eu subia, subia . . . O brilho, a alvura
Da *luz* mais requintava,
E como que o meu sêr compenetrava,
Então na immensa altura.
Vi, claramente vista, a face pura
Da primitiva, etherea Formosura,
De que a terra só vê reflexo baço
. . . .
Esse mysterio da eternal grandeza,
Que desde a eternidade,
Antes de todo o sêr fez a belleza.
. . . .

O meu amor primeiro,
Unico, derradeiro,
Achei-o, pois: é ELLA. — Ella, um mysterio,
Um sonho — um véo cahido
. . . . eterno imperio
Lhe foi, desde o principio concedido
Em meu sêr immortal. Sou, fui . . . Escripto
Está que sou; que fui, que era já d'ella
Desde que ha sêr em mim,
Não tem comêço, nunca terá fim.
. . . .

Na ode *Nova Heloisa* estabelece o poeta a relação moral do logar com esse amor vehemente a que a mulher quer já resistir confinando-se no isolamento:

Junto á ribeira do Tejo
Ha um valle escuro e quieto,
Que escolheu nova Heloisa
Para novo Paracleto.
Alli um doce bafejo
De perfumes tem a brisa;

. . . .

Onde a relva é mais mimosa
E a verdura mais viçosa;
De alto cume despenhado
Cáe um lençol de agua pura
Nas brancas orlas franjado
De mais reluzente alvura.
Em tôrno da penedia
Cresce o jasmim, vive a *rosa;*
E a hera crêspa e luzidia,
A madre-silva cheirosa
Não deixam chegar o dia
Áquella estancia sombria,
Se não já meio perdidos
Os raios amortecidos...
Luz querida dos amores,
Que alli vivem sós co'as flores!

O nome d'aquelle valle
E' mysterio... não o sei;
Mandado me foi que o cale...
O seu nome calarei.

. . . .

Entre as flores — tantas eram,
Vi *uma, duas*... vi mais...
Que não sei nem qual, nem quaes
O coração me prenderam.

. . . .

Mas vá a bella Heloisa,
Vá para o seu Paracleto,
E que tome por divisa
Triumphar de um doce affecto:
Vá com esse crédo vão
Que a condemna á solidão,
Vá com sua fortaleza
Desafiar a natureza

. . . .

Póde, vá... mas vencer não;
Que no melhor da peleja,
Quando o contrario fraqueja
E' que cede o coração.
Verá então entre as flores
Como riem os amores!

Referindo-se a este periodo das luctas para a implantação do regimen liberal até ás violencias do cabralismo, Garrett reconhece que malbaratara o seu talento artistico: « Por meus peccados fiz mais prosas que versos, e ajudei a gastar com ellas a mocidade da minha alma e a frescura do meu coração; baixei de sobejo ao mundo das realidades, quando tinha azas para me remontar ao ideal, e pairar pelas regiões onde viçam as eternas flores do genio. Fiz, quando não devia, fiz prosa em annos de verso. Quem sabe se a estulta vaidade que m'os fez fazer então, me não levará tambem para o diante — a fazer versos em annos de prosa? »

O poeta n'estas linhas do prologo das *Flores sem fructo* presentia a crise passional que lhe inspiraria as *Folhas cahidas:* « Isto que se entôa e se canta no coração antes e muito mais bello que o repita a lingua, d'esses versos não tornarei a fazer, porque não posso, porque era mister que Deus fizesse *o milagre de me remoçar a alma*, e não o fará. »

O milagre já estava iniciado pela mulher em cujo altar votivo inscrevera *Ignoto Deo.*

As luctas parlamentares tornaram-se improficuas diante da maioria compacta dirigida por José Bernardo, irmão do ministro a quem a rainha nomeara, como prova de reconhecimento, conselheiro de estado effectivo em fins de 1843; reconheceu-se que só restava a revolta. Effectivamente rebentou em 4 de Fevereiro de 1844 em Torres Novas, ao grito de Antonio Cesar de Vasconcellos, coronel de cavalleria, natural d'aquella villa e ahi grande proprietario, e acompanhado de José Es-

tevam Coelho de Magalhães, capitão de artilheria. Foram estes os padrinhos do duello de Garrett, o que leva a inferir a solidariedade do poeta com este movimento. Parte do regimento de cavalleria 4 é que se pronunciou, falhando a adhesão de cavallaria 8, da guarnição de Santarem, com que Cesar de Vasconcellos mais contava. [1] O Conde de Bomfim, tendo-se escapado de Lisboa, e não podendo sublevar o Alemtejo, foi unir-se-lhes em Alcains; e como faltassem ao plano da sublevação os chefes na Extremadura, avançaram para Castello Branco, aonde se lhes ajuntou parte de infanteria 12; por necessidade de resistencia foram-se reforçar na Guarda com caçadores 1, mas reconhecendo-se abandonados tiveram de refugiar-se os revoltosos na praça de Almeida, capitulando com as

---

[1] D'estas perseguições falla Edgar Quinet, que em 1844 se achava em Lisboa:

«Todos sabiam que uma conspiração andava no ár, que n'aquelle mesmo dia rebentaria. — N'essa mesma noite este innocente parlamento era violentamente dissolvido (addiado); muitos dos seus membros foram arrastados para os pontões da fragata Diana, que servia de prisão do estado no meio do Tejo. Soube-se logo da insurreição nas principaes cidades das costas. Todas as garantias fôram suspensas com a Constituição; tinham-se fixado editaes, que seriam passados pelas armas sem culpa formada os suspeitos. Ante estes acontecimentos assombrosos, o que parece incrivel, foi a inacção absoluta de Lisboa. Emquanto todo o corpo de Portugal se agitava convulsivo, sómente a cabeça parecia morta. Nem um signal de colera, nem de sympathia, nem mesmo de temor. — São as provincias que levam atraz de si a capital.» (*Vacances en Espagne*, p. 243.)

tropas do governo em 28 de Abril. Os officiaes compromettidos emigraram para Hespanha.

O cabralismo triumphante, que se armara com uma suspensão de garantias, com a suppressão dos jornaes da opposição, e com auctorisação de despezas para abafar a revolta até dois mil contos de reis, empregou o seu poder dictatorial em mandar prender todos os individuos suspeitos. A *Associação eleitoral permanente* foi considerada cumplice da revolta de Torres Novas.

Garrett era procurado para ser preso; estava n'esse dia jantando em casa do embaixador do Brasil, Antonio de Vasconcellos Menezes Durmond, que o não deixou sahir, offerecendo-lhe o asylo inviolavel do palacio da embaixada. Quando se abriu o parlamento, e o governo accusou a *Associação eleitoral* de nucleo da rebellião, Garrettt, na resposta fulminante com que sustenta o constitucionalismo da Associação, alludindo ao assalto ao seu domicilio e á apprehensão ou roubo dos seus papeis, exclama: «Eu fallo sem nenhum resentimento pessoal; escapei milagrosamente ás iras ridiculas, mas atrozes, d'estes Sejanos pigmeus: digo milagrosamente, porque eu não tinha a menor ideia de me esconder; um amigo em cuja casa jantei, me prendeu para eu não ser preso n'essa noite, que recorda os bellos tempos das *Septembrisadas*, das *Abriladas*, de tudo o que ha de bello na torpeza do absolutismo, que o actual governo tomou para seu modelo. Graças ao zelo d'esse amigo, não gosei de to-

das as paternaes e carinhosas bençãos do governo que felizmente nos rege. [1]

«Escapei-lhe; faço de conta que escapei a bandoleiros na estrada; já me não lembro d'isso. —Ninguem mais se esquecerá n'este mundo de que houve ministros de um paiz livre que ousaram exarar o decreto da custodia nos presidios de Africa! Essa infamia é eterna, vae para a historia... Illudiram a religião da soberana, *e deixaram no seu reinado um perpetuo rasto de sangue.*» E synthetisa com clareza os fins da Associação eleitoral: «conseguir que a opinião do paiz se encaminhasse por todos os modos legaes e constitucionaes para o que nós reputamos indispensavel, a reforma da Carta;... e tenho fé que estes mesmos sacrificios, *estas mesmas perseguições estão concorrendo para firmar a liberdade.*» Estas palavras orientavam os espiritos, e effectivamente a opinião do paiz nas assombrosas eleições de 1845 impoz-se vencendo as brutalidades do governo. A capital apathica só podia mover-se pela vitalidade das provincias.

---

[1] Sobre este desapparecimento de Garrett, lê-se na carta de Silva Abreu, bibliothecario em Braga, explicando o seu retardado agradecimento a Garrett da offerta da *Miragaia*, impressa em 1843:

«Nem Monteiro, nem seus amigos sabiam onde parava o egregio auctor de tão lindo poemeto, e só em geral se ouviam rugir contra elle sentenças ameaçadoras, que felizmente se não verificaram. O tempo e as circumstancias fôram depois amainando delirios...» Menezes Durmond fôra aquelle estudante brasileiro que em 1834 obtivera o emprestimo do exemplar de Gil Vicente da Bibliotheca de Guettingue; era o sustentaculo da reacção cabralista junto do corpo diplomatico.

3.º O ARCO DE SANT'ANNA — FLORES SEM FRUCTO

Depois da rendição da praça de Almeida pelo conde do Bomfim, escrevia José Estevam a Garrett, em data de 23 de junho de 1844, de Cadiz, onde se achava refugiado: «os homens que mandaram em Almeida eram muito inferiores á situação em que se viram, — e muito superiores aos seus cumplices de outras partes. Estou farto de andar atado a cadaveres.» Como se vê no estudo de Xavier Durrieu sobre a situação de *Portugal em 1845*, Bomfim não prolongou a resistencia por mais tempo porque: «Tinham-o prevenido, que a embaixada de Hespanha aconselhara ao seu governo uma *intervenção* immediata; e sabia com toda a certeza que no mez anterior Gonzalez Bravo tinha ajuntado munições e tropas na cidade fronteira de Ciudad-Rodrigo.» [1] Bomfim estava ainda lembrado do odioso *ultimatum* do governo hespanhol, em 1840, em que o ministro Ferrer «*pedia ao governo de Lisboa, que não obrigasse a Hespanha a fazer uma conquista sem gloria.*» Agora, que o interesse das duas familias reinantes as levara a intimo accordo de reacção politica, a ameaça da intervenção hespanhola confundia a resistencia aos desvarios de D. Maria II com o perigo da nacionalidade. Sob esta ameaça os principaes cartistas ou se ausentavam de Portugal ou ficavam na inacção; os vencidos eram arrojados aos carceres, aos pontões, ao degredo, e Costa Cabral dispondo de um po-

[1] *Revue des Deux-Mondes*, 1845, fevereiro, p. 254.

der absoluto legalisado por uma camara subserviente, fazia reformas, que pela brusca violencia suscitaram os levantamentos populares que determinaram a sua queda. E' n'esta temerosa situação de 1844, quando Garrett occupava no parlamento o primeiro logar na opposição contra Costa Cabral, e andava nos trabalhos para organisar-se a coalisão dos partidos, de sua gloriosa iniciativa, é n'essa angustia moral que retoma o primeiro esbôço do romance historico o *Arco de Sant'Anna*, começado no cêrco do Porto em Agosto de 1832.

Dá vontade de perguntar, como tinha Garrett serenidade para a idealisação esthetica, escrevendo esse quadro da lucta de um povo livre contra o bispo-feudal, cheio de fulgurantes ironias contra o regimen parlamentar, e de retratos de typos caricatos do constitucionalismo. Todo o sentido d'esse bello romance se illumina por um dos actos politicos mais ominosos de Costa Cabral — a fórma do restabelecimento das relações de Portugal com a Curia interrompidas desde 1834. Quando Garrett em 1832 delineou o *Arco de Sant'Anna*, visava no typo do Bispo o façanhudo redactor do *Punhal dos Corcundas*, o frade bernardo Frei Fortunato de San Boaventura, que Dom Miguel fez arcebispo de Evora, por prègar a guerra de exterminio contra os liberaes. Teve de interromper a sua obra, quando sahiu do cêrco do Porto como secretario da missão diplomatica do Duque de Palmella ás côrtes européas; mas ao achar-se em 1833 abandonado em Paris, alli o apparecimento do romance historico de Victor Hugo, *Notre Dame de Pa-*

ris, veiu despertar-lhe interesse pela sua interrompida tentativa. Em carta de 12 de junho de 1833, de uma agua furtada da Chaussé d'Antin, escrevia para Hamburgo ao seu amigo José Gomes Monteiro, ahi estabelecido, dando-lhe parte da elaboração do romance: «Não vi ninguem seu no Porto... Comecei alli um romance em prosa, a que dei o titulo de — *Arco de Sant'Anna* — e cujas scenas principaes se passam na cidade velha, que, por estar o meu quartel no Collegio, tive occasião e vagar de estudar.

«Se houver umas semanas de socego de espirito, é provavel que o acabe. — Se leu a *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo, é um tanto n'esse genero o meu romance; se o não leu, recommendo-lhe que o faça.»

O socego de espirito não appareceu, tendo de regressar difficilmente a Portugal, absorvido em seguida nos complicados trabalhos da organisação de um regimen politico, a que se dedicou completamente, e arrebatado na corrente revolucionaria servindo a autonomia e o sentimento da nacionalidade. Outros trabalhos artisticos o dominaram desde 1838, creando o theatro portuguez e a litteratura dramatica; sómente em 1841 é que um impulso intimo o levou a retomar o esbôço de 1832, que intitulara *O Arco de Sant'Anna* ou *a Justiça de Dom Pedro*. Lê-se no Catalogo dos seus manuscriptos esta nota a esse caderno: «Tres sessões; torna para o cavalete em Bemfica — *27 de Agosto de 1841.*» Garrett fôra chamado a tomar parte na commissão nomeada em 9 de junho de 1838 para restabelecer as relações de Portugal com a Curia ro-

mana; as intrigas obscuras e palacianas que elle observou durante essas degradantes negociações, forçaram-o a tomar outra vez o látego do rei Dom Pedro para vêr se acordava a consciencia publica. O manuscripto de 1841 foi copiado de novo: «corrigido em alguns pontos, augmentado em outros — ha um segundo texto com o titulo *O Arco de Sant'Anna.* Tomo I — 1844.

«Serviu esta copia para a primeira edição de 1845.» [1]

Podemos agora accentuar a realidade do quadro, do qual Garrett levantára uma ponta do véo revelando o seu intuito. Na lucta de Dom Miguel, identificando no seu absolutismo

---

[1] No n.º 23 do Diario do Governo, de 27 de Janeiro de 1845, vem a seguinte noticia-annuncio do ARCO DE SANT'ANNA, *Chronica portuense:*

«Está impresso e vae publicar-se immediatamente um romance em dois volumes com este titulo, que não póde deixar de excitar grande interesse aos apaixonados de um genero de litteratura hoje tão popular.

«Diz-se ser um manuscripto achado no Convento dos Grillos, do Porto, por um soldado do Corpo Academico. E' sabido que o Corpo Academico, nos primeiros mezes do cêrco teve o seu quartel geral n'aquelle convento; mas suppômos que, á maneira de Sir Walter Scott, o auctor do romance, para guardar e poetisar o segredo do seu anonymo, juntou ficção a ficção, e fez romance de romance.

«O Arco de Sant'Anna era uma das muitas feições gothicas, um dos munumentos da Meia Edade que caracterisavam a parte antiga da cidade do Porto. Sobre o Arco estava uma capellinha da Santa, que dava o nome ao arco e á rua, rua estreita, escura e tortuosa como eram todas as d'aquelle tempo. Nem o arco nem a capellinha hoje existem, foram sacrificados aos me-

os interesses do throno e do altar, o papa Gregorio XVI reconheceu-o rei de Portugal, e enviava bençãos ás suas tropas com a graça de comerem carne na quaresma para melhor *destruirem e desbaratarem os inimigos declarados da religião*. Os frades e os parochos prégavam o exterminio dos liberaes, emquanto monges fanaticos, de trabuco e punhal, capitaneavam guerrilhas de sicarios. Triumphando a causa pedrista, o dador da Carta não reconheceu os bispos nomeados por D. Miguel, e fez novas nomeações para as sés vagas do reino, e supprimia por um decreto as Ordens monasticas em Portugal. O papa anathematisou as refórmas que feriam os interesses materiaes e canonicos da Egreja, pondo-

---

lhoramentos materiaes da cidade. Reconstruidos porém agora na saudosa imaginação do auctor do romance, são o principal logar da scena onde ella se passa, e o fóco de interesse da sua historia. E' uma legenda antiga incrustada nas antigas pedras de um monumento; é até certo ponto, o mesmo pensamento da *Notre Dame* de Victor Hugo. Felicitamos a nossa litteratura por entrar n'esta carreira.

« A historia passa-se no tempo de D. Pedro Cru. E este Rei, o mais popular e o mais poetico de todos os nossos soberanos, o celebre Bispo do Porto que elle castigou por suas mãos, e as desavenças do povo d'aquella cidade com o seu Prelado e seu Senhor, são as principaes figuras e acção do quadro que nos offerece. — Ha damas, cavalleiros, frades, conegos, procissões, estudantes, e tudo quanto póde entrar n'um romance portuguez da Meia Edade.

« Não diremos nada do estylo, nem fallaremos por nenhum modo, do merito da execução. Pouco mais sabemos da obra do que levamos dito, e reservamo-nos para a examinar quando fôr mais conhecida.

« Vende-se em todas as lojas do costume, » (p. 105.)

se em conflicto com o governo portuguez, que não quiz reconhecer. Pela influencia dos bispos miguelistas ausentes, como Frei Fortunato de S. Boaventura e D. Francisco Alexandre Lobo, suscitou um *scisma* religioso, invalidando os sacramentos, especialmente o matrimonio, praticados pelos bispos e auctoridades ecclesiasticas nomeadas pelos pedreiros-livres. Estavam as cousas n'este pé, quando por falecimento de D. Pedro IV, levaram D. Maria II, na inconsciencia infantil, a dirigir em 20 de Septembro de 1834 uma carta ao Papa, declarando-se *devota e obediente filha;* e como *por graça de Deus rainha de Portugal... com toda a humildade envia beijar seus santos pés.*

Dado este passo sem um plano preestabelecido, o ministerio achou-se diante da intransigencia do papa impondo-se á consciencia da infantil rainha para submetter a nação ao retrocesso clerical. A ida do visconde da Carreira em 1835 para Roma, foi o primeiro passo de submissão do governo; este diplomata sob a direcção dos jesuitas, que D. Miguel restabelecera em Portugal, contrariava as ordens do governo sacrificando sempre as regalias da Corôa ás exigencias cada vez maiores do Vaticano. O casamento de D. Maria II com Fernando Coburgo veiu tornar decisiva a preponderancia da reacção clerical; o Coburgo da Belgica, recommendava aos jovens esposos seus sobrinhos, que se reconciliassem por todos os modos com o papa, para serem reconhecidos reis de Portugal. Organisou-se então a commissão de 9 de junho de 1838, e em data de 7 de Agosto, ambos os

conjuges escreveram uma carta pedindo a Gregorio XVI, que acudisse á Egreja Lusitana. O governo tratava uma cousa com o seu representante em Roma, e um poder occulto mandava outra, resultando serem os ministros desobedecidos impunemente, e acceitarem-se todas as exigencias do papa, taes como — reconhecer os bispos e os parochos que D. Miguel nomeara e o serviram nas luctas sangrentas, pagar o ordenado aos bispos que não quizeram voltar ao reino, e permittir haver communicação directa dos cidadãos com a côrte de Roma em materia de dispensas. Em 1839 o barão de Ribeira Sabrosa escrevia ao seu representante em Roma que «o *partido rebelde*, fanatico e execravel, tem achado abrigo, protecção e apoio em Roma, e na côrte e palacio de SS.» Referia-se ás intrigas de Frei Fortunato de S. Boaventura. Ribeira Sabrosa é arrojado do poder, e Costa Cabral ao serviço do paço e instrumento do marido da rainha, presta-se a levar a cabo o restabelecimento das relações com a Curia, começando por enviar como embaixador o visconde da Carreira, que logo em officio de 9 de Março de 1840 se mostrava advogado do papa não só pela rasão como pelo direito canonico. E revelado este espirito jesuitico do diplomata, deu-se-lhe em 26 de Novembro de 1840 plenos poderes para effectuar o accordo com a Santa Sé!

No seu officio de 28 de junho de 1840, escrevera para o ministro a sua opinião: «Que não só o governo se deve prestar á exigencia do Papa, fundado na disciplina da Egreja e como uma pratica de que elle não prescinde

sem quebra do principio catholico, mas que seria destro e politico mandar S. M. declarar devidamente, que admittirá os Bispos de D. Miguel e os outros que emigraram, no exercicio das suas funcções nas respectivas dioceses...» Era a capitulação de Portugal ante a reacção do Vaticano; e em officio de 1 de julho de 1840 é já cathegorico, escrevendo que isto «era inevitavel por se tratar de um principio estabelecido pelo Concilio de Trento, e consagrado pela disciplina ecclesiastica.» O visconde da Carreira resistiu impunemente ás ordens do Conde de Villa Real, sendo este demittido do poder em 23 de junho de 1841; resistiu tambem a Rodrigo da Fonseca Magalhães, assignando concessões em nome de Portugal fóra das suas instrucções, e não fazendo caso das censuras do ministro, que estranha o reconhecimento dos Bispos miguelistas, sem que os Bispos de D. Pedro fossem egualmente confirmados pelo Papa. E Rodrigo da Fonseca Magalhães chegou-lhe a escrever, que tivesse «todo o cuidade em não dar occasião a parecer que mais está ao serviço da Curia romana, do que ao da Rainha, sua soberana.» Agora a vergonha maior, é que pedindo o visconde da Carreira a sua exoneração, a Rainha o mantém em Roma, como agente d'esta deploravel capitulação; a reacção triumphante, queria apoderar-se de Portugal, como o estava fazendo na Belgica. Rodrigo da Fonseca escreveu officios reservados ao visconde da Carreira, accusando-o de ter violado todas as instrucções que recebera; pelo seu lado o embaixador affirma impudentemente o direito de resolver em favor de Roma para obter a

conciliação pretendida. Vê-se que D. Maria II continuava na sua humildade, e o internuncio Capaccini vinha a Portugal para informar-se dos Bispos nomeados por D. Pedro, trazendo-lhe a *Rosa de ouro*, como premio da miseranda submissão.[1] A facção cabralista dominante desde 1842 apoiava-se nos parochos, favorecendo por seu interesse a reacção religiosa, que estava na sympathia do paço, retrogradando á degradação da Santa Alliança!

Os partidarios de Costa Cabral fizeram do restabelecimento das relações de Portugal com

---

[1] Garrett, em um discurso na sessão de 13 de julho de 1841, referiu-se a este facto: «haverá trez annos, se bem me recordo, que fui nomeado vogal de uma commissão, em que se trataram estes negocios; era isso no tempo em que *os odios latentes e disfarçados* se encobriam ainda com apparencias de attenção e consideração por certas pessoas. *Depois que esses odios se declararam* mais positivamente, que se manifestou o rancor até alli encoberto *contra todos os que tinham uma certa independencia de caracter, não seria eu consultado sobre taes materias*, nem sobre nenhumas; mas fui-o então, e como dei o meu voto, devo em consciencia declarar qual elle foi, e qual o voto unanime de toda aquella commissão, — que era possivel ceder em todos os outros pontos, menos n'um, menos n'aquelle em que o ministerio acaba de ceder. Que ponto era este? Era a *admissão dos bispos appresentados com injuria do padroado real* e *independencia do da Corôa e da Nação portugueza*... Se era possivel admittir que sua magestade a rainha de Portugal reconhecesse por bispos portuguezes e mandasse para as suas sés aquelles que tinham sido appresentados pelo governo do usurpador, devia tel-o feito ha muito tempo, cortando o schisma que dilacerava as consciencias portuguezas. E porque se não fez isso até aqui? Porque sempre se entendeu *que se não podia fazer sem deshonra para a nação* e para a corôa.»

a Curia um titulo de gloria da sua acção politica. «O papa tinha nomeado commissarios seus, que munidos de uma bulla especial, percorriam os campos doutrinando e prégando secretamente, tal como depois do Edito de Nantes os padres calvinistas, ou como os padres catholicos sob o regimen do Terror. Comprehende-se sem difficuldade que partido poderia tirar mais cedo ou mais tarde d'estas hostis disposições o famoso arcebispo de Evora Fr. Fortunato de S. Boaventura, o mais ferrenho campeão de D. Miguel refugiado em Roma com o pretendente.»

Era contra esta conspiração permanente que capitulara Costa Cabral; escreve Xavier Durrieu no seu estudo sobre a situação de Portugal: «Se se examinar de perto os artigos da nova concordata, poder-se-ha demonstrar que Costa Cabral, na sua pressa de reconhecer as sagradas e legitimas attribuições da santa-sé, tratou de restos de barato *certos direitos essencialmente inherentes ao poder temporal.*» [1]

Agora comprehender-se-ha o pensamento do prologo do *Arco de Sant'Anna* datado de 14 de Dezembro de 1844, em que Garrett mostra como o Romantismo emanuelico favoreceu o retrocesso religioso: «estas modas de renascença, esta paixão do gothico em litteratura e architectura, este horror ao classico inspirado pela eschola romantica, tem, sim, ajudado mais do que se cuida as funestas tentativas de reacção e retrocesso social que ha

---

[1] *Revue des Deux-Mondes*, 1845, Fev., p. 260.

trinta annos a esta parte, andam ensaiando oligarchias anãs, do novo seculo para as substituirem ás gigantes aristocracias dos tempos antigos. — Mas como e em que tem concorrido para isto a eschola romantica, a joven litteratura e a joven arte renascença do nosso seculo?

«Walter Scott resuscitou a poesia dos tempos feudaes e nos enthuziasmou por ella; Lamartine fez-nos chorar sobre as ruinas dos mosteiros; Victor Hugo fez-nos carpir a soledade das nossas quasi abandonadas cathedraes. As artes de desenho acudiram ao reclame da poesia e lhe prestaram todos os seus prestigios. Fez-se uma grande rovolução, nos sentidos primeiro, depois nos sentimentos, depois nas opiniões. O feudalismo, que não inspirava senão horror ao homem do seculo dezenove, começou a excitar-lhe a admiração; o monachismo, que era aborrecido e desprezado, obteve dó e compaixão. — Eis aqui como os Jesuitas queriam obscurantizar a França á sombra de Chateaubriand, o immortal defensor da liberdade da imprensa; eis aqui... como ainda hoje, de novo, as pretenções clericaes, por cá e por lá, por toda a parte vão levantando a cabeça, que ninguem diria senão que esta gente vem dos antipodas — ou que são os sete dormentes da Grecia que acordaram agora e não sabem o que por cá foi, n'este ultimo seculo sobretudo.

«Ora, a reacção poetica e religiosa é uma só e a mesma — é outra e mui differente do que a elles querem ou suppõem os taes senhores... molestam e fatigam os povos com as suas tentativas, desmoralisam a sociedade,

atrazam a civilisação, compromettem a causa da religião e a da humanidade.

«E tudo isto, a maior parte d'isto pelo menos, fizemol-o nós, sem querer, com a paixão do gothico. A arte moça, a poesia do seculo XIX está responsavel para com duas gerações.

«O altar está mais seguro do que nunca esteve; mas os seus ministros esperam em vão tornar a devorar a grossura da terra, muito mais, ainda tornar a dominar a terra.

«E os que trabalharam na reacção religiosa e poetica, mais obrigação teem agora de lh'o dizer a elles, e de fazer sentir aos povos esta verdade. Poupar-se-ha muita fadiga inutil, muita desgraça—quem sabe se muito sangue tambem?

«Quando ao cabo d'estas grandes considerações eu concluir que *por isso vou publicar um romance, uma novella*—que dirão os leves de cabeça e mais leves de lingua?...

«Com romances e com versos fez Chateaubriand, Walter Scott, fez Lamartine, fez Schiller, e fizeram os nossos tambem, esse movimento reaccionario, que hoje querem sophismar e grangear para si os prosistas e calculistas da oligarchia.

«Com romances e com versos lhe havemos de desfazer pois o vilão artificio.

«E sim, *é por isto e para isto que hoje publíco um romance, traçado e meio escripto ha doze annos* sob impressões e inspirações mui diversas. Então reflecti que a natureza do assumpto me havia de levar forçosamente onde eu não queria ir, nem levar ninguem. Suspendi a obra, e addiei a sua publicação

para um termo que, agora confessarei com toda a lisura, nunca suppuz que houvesse de ser tam proximo. Imaginei-me: o dia e a condição chegaram mais cedo do que ninguem os podia esperar.

«Ha doze annos, ha dez, ha cinco, ha tres, era inconveniente, era impolitico, não era generoso, que é peior — recordar a memoria de D. Pedro o Cru açoitando por suas mãos um máo bispo.

«De repente, em dois annos, a oligarchia ecclesiastica levantou a cabeça. Póde-se dizer d'elles o que em mui diverso sentido dizia o eloquente panegyrista dos primitivos christãos: São de *hontem* e já invadem tudo, o palacio, a curia, o conselho do principe e as assembleias da nação. Já pretendem com uma exigencia, já dispõem com uma arrogancia!... Já na imaginação atiçam as fogueiras do Rocio, e benzem a corda das forcas do Campo de Sant'Anna. E emquanto não chega esse dia de gloria e de benção, vão aconselhando e approvando quanta crueldade e perseguição podem contra os liberaes, contra os mesmos que suscitaram e dirigiram essa reacção de opinião *sem a qual* nem reis, nem papas lhes faziam suster nas mãos o baculo e a purpura nos hombros.

«Hoje não é já só conveniente, é necessaria a recordação d'aquelle severo exemplo da crua justiça real.

«Hoje é util e proveitoso lembrar como os povos e os reis se uniram para debellar a aristocracia sacerdotal e feudal.

«Não ha medo, repito, que ella volte; mas ha certeza, que tenta voltar: e essa tentativa

só por si, e só em si é uma revolução terrivel.

«*Eis aqui por que hoje se publica e de pouco se concluiu o romance* que aqui vae.

«Grande parte d'elle foi escripto, como já disse, durante o cêrco do Porto. Começado a folgar, e sem mais designio do que o de entretêr o tempo e distrahir o espirito, converteu-se depois em cousa mais séria do que elle queria ser, por pouco que seja — e é.»

Estas revelações de Garrett, que observara de perto as exigencias clericaes na commissão para que fôra nomeado em 1839, provocaram motejos na imprensa cabralista, chamando-lhe visionario; davam-se porém factos clamorosos, que bem justificavam os seus receios. No estudo de Xavier Durrieu sobre *Portugal em 1845*, descrevendo a influencia reaccionaria que exerciam no governo cabralista alguns membros do corpo diplomatico, destaca «o internuncio do papa, monsenhor Camillo di Pietro. Bem quizeramos que a representação da potencia religiosa em Portugal se mantivesse escrupulosamente á parte das estereis agitações da politica. Ainda ha pouco, quando Costa Cabral pedia um bill de indemnidade ás camaras, M. di Pietro foi ainda mais adiante: diz-se que ambicionava uma influencia ao lado da que exercia o enviado brasileiro Drumond. *M. di Pietro convocava para o seu palacio todos os bispos pares do reino, e lhes determinava que votassem a favor de Costa Cabral*. Com um pesar não menos vivo, vêmo-nos egualmente forçados a ajuntar-lhe o ministro de uma potencia constitucional, o *encarregado dos negocios da*

Belgica, Mr. de Beaulieu. Comprehender-se-ha sem difficuldade o credito de que gosa em Lisboa Mr. de Beaulieu, se se notar que *elle representa o tio do proprio rei D. Fernando*, que professa pelo rei dos Belgas uma affeição profunda e uma grande veneração. Antes de Mr. de Beaulieu, Mr. Van de Weyer patenteava nitidamente pela sua attitude a influencia do monarcha belga, e o fim para o qual podia impellir o seu joven sobrinho. Em 1836, por occasião da primeira tentativa que se fez para restaurar a Carta *(Belemsada)*, Mr. Van de Weyer, com toda a notoriedade, foi um dos mais ardentes instigadores do movimento que fracassou em Belem.»

E quando o encarregado de negocios do governo francez mostrava a nenhuma influencia que então a França exercia em Portugal, era-lhe respondido com a propria phrase de Luiz Philippe: «O que temos a fazer em Portugal? *Isso compete ao rei dos Belgas.*» [1]

A Belgica, pelo influxo deleterio do seu Coburgo era o arraial em que se firmara a reacção clerical; e pela mesma via o Coburgo de Portugal obedecia á monita do jesuitismo, arrastando este paiz, que lhe pagava, a um retrocesso degradante. Não foi sómente a questão dos bispos miguelistas, seguiu-se a questão do padroado portuguez no Oriente, e a introducção das irmãs da caridade, sendo para tudo isto nomeado o visconde da Carreira aio do principe herdeiro.

---

[1] *Revue des Deux-Mondes*, Fevereiro de 1845, p. 273.

A questão dos Bispos nomeados por D. Miguel impostos á nação portugueza pelo Papa, tornou-se degradante pela intransigencia da Curia e pela submissão de D. Maria II contradictando as resoluções do ministro dos negocios estrangeiros. A esta questão odiosa dos Bispos reaccionarios que tinham abandonado as sés e se achavam emigrados, allude Garrett, quando retrata o Bispo do *Arco de Sant'Anna:* «d'este máo bispo, raros, rarissimos exemplos houve na nossa terra. O que será d'aqui em diante não sei, desde que o episcopado se tornou electivo — dizem as revelações do mano Lycurgo — o conclave nocturno, em que os cardeaes d'elle são o *irmão Terrivel*, e os irmãos mais ou menos *vigilantes*, que têm o exclusivo de velar pela salvação e salvaterio da Egreja e do estado. Não sei, não sei; e não sou eu que o digo, são elles. Mas se estamos condemnados a ter bispos feitos assim, que vão Suas Excellencias Reverendissimas prègar aos peixinhos do mano Affonso de Albuquerque, porque as homilias acho que será peccado mortal ouvil-as a gente.»

Parece referir-se pelos nomes de guerra aos dois irmãos Antonio e José Cabral. E referindo-se ás homilias, como o *Punhal dos Corcundas* do Arcebispo Frei Fortunato de San Boaventura, considera a influencia do tempo «passado nos campos tumultuosos e *indisciplinados da guerra civil*, palestra a mais desmoralisadora de quantas ha. A oppressão, a violencia, o latrocinio e o homicidio são virtudes ás vezes, no crédo faccioso, são acções indifferentes, quando menos se

praticados contra os do partido contrario. Visinhos, amigos, parentes que sejam, quanto mais perto do nosso coração está a victima, tanto mais se exalta por virtude o crime, porque mais desnatural é.

«Vem depois o descanço da paz — que não é descanço, mas o cansasso da guerra — e são os homens creados n'esta eschola os que têm de ir exercer os cargos todos da republica, sentar-se nas cadeiras curues do senado, julgar nos tribunaes, ministrar nos altares...» (Cap. XXVII.) Eram esses bispos, esses parochos, que pelo influxo da exaltação fanatica arrebanhavam o povo contra os liberaes, eram agora recebidos e subsidiados pelo governo liberal que o papa não reconhecera. E os ministros que foram condemnados como pedreiros-livres, eram os que agora acatavam os direitos canonicos do papa affrontando o direito civil das prerogativas da Corôa.

O romance de Garrett levantou celeuma na imprensa cabralista; era então redactor do Diario do Governo um empregado de secretaria, Carlos Bento da Silva, futuro ministro de situações da simulação regeneradora. Antes de transcrevermos as suas apreciações, importa caracterisal-o com os traços em que allude a elle Xavier Durrieu: «O *Diario* é o orgão official de Costa Cabral; as vantagens materiaes que lhe asseguram as suas relações com o ministro, tornam-o um jornal verdadeiramente rico;... Em politica o Diario tem por principal redactor Mr. Carlos Bento, o fundador, ou para melhor dizer, inventor d'este *Portugal novo*, que decididamente não póde chegar a constituir-se.» Este *Portugal*

novo, eram os Rebello da Silva, Mendes Leal e os litteratos que quebravam lanças pela Carta restaurada. Em uma carta escripta de Cadiz por José Estevam em junho de 1844 a Garrett, diz-lhe: «Tambem tenho visto os litteratos. Têm as mesmas caras e as mesmas manhas que os d'ahi.—Acharam que o Parnaso é no orçamento, e afadigam-se para subir a elle. Aqui têm os litteratos dinheiro, porque têm muito a quem vender, e elles sabem-se pagar.» *(Mem.*, II, 96.) N'este tempo já em Lisboa passava por ser um valente garfo; eis como o inventor do *Portugal novo* se atirou ao *Arco de Sant'Anna:*

«O auctor é anonymo. A quem quizer, se reconcentrar a sua attenção, e reparar no estylo, porque o ha no livro de que tratamos, talvez lhe não fosse muito difficil pôr o dedo em quem no livro pôz a mão. Sejamos porém mysteriosos, já que de mysterio se quiz cercar o romancista. Seja muito embora um manuscripto achado, ou feito achar, no convento dos Grillos na cidade do Porto. Basta-nos saber que foi recopilado por um contemporaneo que soube tornal-o *palpitante de actualidade.*

«O prefacio, esse, parece-nos que não tem a pretenção de ter sido tambem achado; contenta-se de ter sido feito. Diz-se n'elle que os poetas e romancistas que deram á Edade média todo o prestigio que podia nascer de paginas eloquentes, consagradas a este assumpto, foram causa, sem o quererem de o partido ecclesiastico (que lá fóra realmente existe) quizesse aproveitar em beneficio seu, o que tinha sido emprehendido por considera-

ção. Accusa-se este partido de ter querido converter um systema litterario n'uma reacção politica, e de nos querer trazer dos livros para o mundo os castellos feudaes e os costumes das epocas a que a historia já tinha posto o epitaphio.

«Em uma palavra, quiz-se tambem fazer um *Judeu Errante*. Porque não?

«A scena passa-se no tempo de D. Pedro o crú. Fica-nos muito longe para que o auctor possa como Mr. Eugene Sue tirar de um romance conclusões contra cousas actualmente existentes. Mas que querem? O auctor mostra-se no prefacio grandemente assustado e o susto não é o melhor conselheiro.»

Resumindo em quatorze linhas o entrecho do romance, Carlos Bento, paladino cabralista, arremette contra a intenção politica: «O romance muitas vezes é elle tambem artigo do fundo, quando se mette a fazer allusões. E' romance de opposição. D. Pedro o crú, está a parecer-nos que no segundo volume pertencerá á *Associação Eleitoral*. A respeito da Associação, não se cuide se a questão sobre — se as Camaras municipaes têm ou não direito de representar, se acha tratada com alguma extensão por occasião de uma reunião popular contra... Pero Cão, almudeiro do Bispo do Porto. — N'esta obra ha tres entidades que marcham de frente, o romance, o artigo do fundo e o folhetim. — Por isso é que vêmos roubar com toda a indifferença a Anninhas da rua do Arco. Como podemos aterrar-nos quando se approximam os roubadores, se elles entram a fallar em politica como um jornal de agora, só com a differença de

ser com mais espirito? E' preciso desenganarmo-nos. E' livro ou é jornal? Queremos votar. Se são ambas as cousas, votamos contra.

«E mais temos pena, porque devemos votar na *generalidade* contra algumas cousas muito boas, que na especialidade se acham no livro. A scena, por exemplo, do tumulto diante dos paços do Bispo, está o mais pittorescamente escripta; e o modo porque aquelle tumulto se desfaz é tão imprevisto e novo como é natural.»

Resistindo á seducção da obra artistica, o redactor official do Diario do Governo, ataca o auctor do *Arco de Sant'Anna* de homem sceptico, que de tudo se ri, quando era Garrett a individualidade generosa e desinteressada que luctava e soffria por um ideal! As increpações do escriba pódem confrontar-se com as de D. João de Azevedo, da mesma data: «Será nosso o defeito de não podermos acreditar na obra? Suppômos que não. O auctor é que está mui baldo de fé. Em que acredita elle, no livro? E' nos grandes ou é no povo? Em nenhum. O auctor é sceptico. Ri-se de todos. Não confia em ninguem. Com o scepticismo não se funda, destróe-se. A alma de um livro está nas crenças do seu auctor. Quando o que escreve não sente o que diz, o leitor não sente o que lê. — O auctor ri muito de tudo, para que acredite em alguma cousa. Só de vez em quando, é que em vez de gracejo vem aos cantos da bocca a espuma da raiva politica; citaremos: = Em muitas discussões similhantes, preparatorias de não menores infamias, outros parlamentos têm visto levantar-se um truão, homem de estado, a

aconselhar com vileza e crueldade os maiores flagicios, dizendo sandios gracejos e torcendo-se em visagens de bôbo para fazer rir, nos solemnes momentos de angustia publica, outros cumplices tão grosseiros e vendidos como os de Pero-Cão ha quatrocentos annos. =

«Parece o trecho do primeiro artigo de fundo do ultimo aprendiz redactor de um jornal da opposição. O auctor realmente escreveu para a posteridade? Perguntamos. Queriamos saber se escrevendo assim tem a pretenção de cuidar que seja qual fôr o verniz de um estylo, é possivel dar ás exagerações de jornalista a duração de uma obra litteraria. Muita cousa d'este genero que se acha no volume de que tratamos não é do dominio da critica litteraria. E' para ter resposta no artigo de fundo. — Não sabemos o que seja em litteratura escrever um romance da opposição; produz-nos o mesmo effeito de querer em pintura resolver a questão de fazer um painel ministerial.» [1] Não se contentando de estar pago para amesquinhar a obra genial, o redactor do Diario do Governo permitte-se uns bons conselhos: «Queira Deus que o segundo volume seja mais francamente litterario, para que possamos justamente ser seus mais decididos apaixonados.»

Seis dias depois d'este artigo, apparecia na *Revolução de Septembro* um artigo de Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, repleto de ironias: «Mas agora quasi sériamen-

[1] *Diario do Governo*, n.º 42. (19 de Fevereiro de 1845.)

te: esta accusação de scepticismo, que ahi anda mais safada que o diploma de litterato, já nos vae cheirando a caturrice, e traz comsigo ideias de tal orgulho, que fazem... que fazem rir; é o termo.

«Que cada qual julgue boa, e só boa a sua crença, é doutrina corrente: porém que atravesse com a espada da critica o que não tem essas, mas sim outras crenças mui diversas, e que lhe diga:—Crê no que eu creio, ou *morre*, que és *sceptico*—é de mussulmano mais legitimo e chapado que Ferad-Effendy...

«Para rir com tino e gosto, para rir philosophicamente,—porque outro riso é o dos parvos—é necessario crêr, e crêr com muita força, e esta mania de chamar *scepticos* aos que se riem das loucuras que vão por esse mundo é de um requinte de vaidade extremo.» [1]

Ainda na Revolução de Septembro appareceu um outro artigo sobre o *Arco de Sant'Anna*, por Antonio Pereira da Cunha; referindo-se á critica official do Diario do Governo, escreve: «Alguem quiz condemnar este livro, e gritou:—Aqui d'el-rei, que *isto é um romance politico!* Ora verdade seja que o interesse estaria mais resumido, se as allusões a essas cousas que por ahi vão—pelo muito que valem—não destruissem, a miude, a attenção do leitor; mas que querem!—se a maldita politica deu em metter-se em tudo! e é costume velho o tal, que até já se mettia

---

[1] *Revolução de Septembro*, n.º 1170; 24 de Fevereiro de 1845.

nos sermões do Padre Vieira, e mais era um padre — e mais era nos tempos em que só devia cuidar-se em theologias. — Bem quizeramos vêr se lhe achavamos lado, e tinhamos geito para dizer mal d'elle, porque agora que se decidiu que deve resuscitar a *censura litteraria* com todo o seu acre azedume, e que em louvor d'ella se ha de dar cutilada a torto e a direito, que ha de andar tudo em bolandas.» [1]

N'este mesmo numero appareceu um excellente estudo sobre *O Arco de Sant'Anna*, por Antonio de Oliveira Marreca; eis como em poucas linhas resume o romance: «E' no Porto. Reina D. Pedro crú. E' senhor temporal e espiritual do burgo o bispo D. Egidio (se a chronica lhe acertou com o nome.) E este bispo esquecido da sua esposa em Christo, gosta das mulheres casadas, e das solteiras tambem. Anninhas, uma rapariga que mora ao Arco de Sant'Anna, e tem ausente o marido, é requestada, de ordem do prelado, por Pero-Cão, *mordomo ostensivo e mercurio secreto* de sua reverendissima. Resiste, e como resiste, n'uma noite é raptada. Uma visinha e amiga sua intima, ao levantar-se na manhã seguinte, descobre o rapto, e atinando com a origem d'elle, faz amotinar o povo. O povo amotinado corre em tumulto aos paços episcopaes, viciferando palavras de indignação. O bispo paramentado para sahir na procissão de S. Marcos, apresenta-se ao tropel dos populares com aspecto composto e imperturba-

---

[1] *Ibid.*, n.º 1204. (8 de Abril, de 1845.)

vel. Estes titubeam. Mas depois de um torpor momentaneo, renasce mais tremenda a sua irritação. Apparece então Paio Guterres, um clerigo muito bemquisto e respeitado, e á sua voz persuasiva é dissipado o tumulto.

«Comtudo o rapto não ficará por vingar, porque se o grande reparador não se mostra ainda, já se adivinha. El-rei já está nas visinhanças do Porto: vem punir o attentado do bispo por aviso que lhe deram. Levou-lh'o a instigações da amiga de Anninhas, um D. Vasco, estudante e... *(affilhado?)* do bispo. O segundo volume o dirá...—destacando-nos do prologo, desentendendo-nos da intenção que elle manifesta, tornando este primeiro volume como se fôra um pensamento completo, e um quadro acabado, vêmos erguer n'elle dois grandes vultos—o *bispo* e o *povo*—e com esses vultos surgirem duas ideias—o *abuso do poder* e a *reacção popular*. A' roda d'estes dois vultos e d'estas duas ideias se aggregam outros. O bispo, grande senhor e perdulario, cerca-se de frades ociosos e glutões. O prelado prepotente e devasso tem por ministro de seu despotismo e confidente de seus prazeres a Pero-Cão. O povo opprimido mas restribando, porque é generoso e forte, levanta o seu braço para defender uma mulher debil e desamparada; e de caminho, como é rasão, faz seu protesto armado, berrado, e vociferado contra as vexações que soffre e os tributos que paga.—Esta lucta moral do bispo com o povo, do orgulho de um com o sentimento da justiça que anima o outro, da hesitação momentanea do ultimo com o despertar terrivel da sua colera, é bella e de-

scripta com o vigor genial, e o rasgo do pincel dos mais eminentes dramatistas. Raro se encontrará scena de tão estremada perfeição nos mais celebres romances;... Quanto ás crenças do auctor: o auctor crê, porque é poeta. Crê nas grandezas do povo, porque é homem; e tambem crê nas suas miserias, porque é philosopho; não lh'as dissimula; se elle fôra cortezão!... Ri-se como Erasmo, quando se hade rir; e é grave como Tacito, quando lhe convem ser grave.»

Contra o *Arco de Sant'Anna* tambem foi estimulo acerbo a dedicatoria; em carta de Garrett ao septembrista seu amigo Pedro Antonio Borges, escrevia em 22 de fevereiro de 1845: «Fallou-se em certa phrase no fim da dedicatoria do *Arco de Sant'Anna:* phrase que é um facto historico e que se refere a uma alta *personagem* na ordem do mundo. — Creio que ninguem póde duvidar de que não *cortejo* alturas sociaes, e aprecio só os *valores* sociaes.» Vejamos a phrase, em que dedica o livro ao seu valente commandante do Corpo Academico no cêrco do Porto, o coronel João Pedro Soares Luna:

«Pois eu, meu commandante, a esses consules que ahi andam aos coices por esta nossa terra de Portugal, que v. s. e os outros bravos libertaram para viver escravos n'ella, e senhores os taes meliantes que nada fizeram, senão forragear quanto poderam em quanto os mais se batiam — a esses não quero eu, nem quiz nunca, por maiores que elles sejam, ou em taes se tenham, offerecer cousa minha... e mais, outro gallo me cantaria se o fizera.» E terminando a dedicatoria vem a

revelução que feriu a camarilha: «Pois o livro, não o offerecia a nenhum conde, nem duque, nem secretario de estado... Eu sim! *Muito mais alto do que isso me quizeram fazer pendurar* uma dedicatoria... E eu nada: meia volta á direita, e marcha para o caldo de unto da santa independencia.» Suggeriram a Garrett que dedicasse o livro a Dom Fernando Coburgo, que já tinha empolgado Herculano, fazendo-o seu bibliothecario real. Garrett bem sabia que o marido da Rainha era o impulsor de todas estas perturbações politicas, constituindo um triumvirato com o seu aio o allemão Dietz e o chefe do governo Costa Cabral. Quem se lembraria de suggerir a Garrett uma tal indignidade? Exercia em Lisboa uma singular influencia o embaixador do Brasil Antonio de Menezes de Vasconcellos Drumond, dispendendo com toda a sumptuosidade da antiga diplomacia quantias que deslumbravam a burguezia a quem pretendia captar, e actuando nas familias absolutistas para se conciliarem com o regimen da Carta outorgada. Os elementos reaccionarios do corpo diplomatico, como o barão de Marschall, enviado da Austria, e o cardeal di Pietro, internuncio, seguiam as indicações de Drumond, que apoiava com todas as véras o ministro Costa Cabral. Pela sua habilidade, como discipulo do astuto Capacini, Drumond attrahia Garrett para os seus jantares diplomaticos, e a titulo de o salvar de ser preso depois da rendição de Almeida em 1844, offereceu-lhe azylo no seu palacio durante os dias das persigangas. Foi para precaver o poeta contra a tempestade, que Drumond lem-

brara a dedicatoria ao rei D. Fernando. Garrett não quiz *pendurar tão alto a dedicatoria*, e fallou-se n'essa insubmissão, que o levava a preferir os *valores sociaes*. Amorim apontou o facto de ter sido o *Arco de Sant'Anna* escripto em uma meza philippina, que Drumond offerecera a Garrett, a quem tratava por tu.

Outra corrente de hostilidade surgiu das allusões e retratos das individualidades politicas preponderantes do constitucionalismo; destaca-se pela sua eloquencia banal e ôcca o typo de Gil Eanes, synthetisando em um discurso emphatico a rhetorica parlamentar do conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, «o primeiro massador do paiz» como lhe chamava (*Mem.*, II, 635); entre os doridos das allusões grotescas figurava o orador *coruscante* o visconde de Laborim. (*Ib.*, III, 123.) Quando Garrett retomou ao fim de cinco annos o romance para o terminar, alludiu a esses resentimentos: «aborreceu-se muito com as allusões politicas pessoaes que inimigos e máos amigos se empenharam em achar no primeiro volume d'este romance.» Defendendo-se d'esse intuito pessoal, reconhece: «O romance é d'este seculo: se tem o seu argumento do seculo XIV, foi escripto sob as impressões do decimo nono, e não o póde nem o quer negar o auctor. Todas as cousas humanas têm o seu lado torpe, ou feio ou ridiculo. E' permittido á arte viral-as de um ou outro lado quando quer — rir castigando.»

Na *Revista universal lisbonense* de Abril de 1845, Castilho deu noticia apreciativa do romance: «A novella historica intitulada *O*

Arco de Sant'Anna, chronica portuense, tem sido e é ainda, objecto de acceza batalha. Criticas e defensas, tudo está feito, e por ventura com exageração, com paixão.

«Na questão que a proposito do prologo do livro se levantou, não ousamos nós a entrar; é materia cheia de melindres por uma e outra parte. — Outra questão é a das allusões politicas, de que dizem que o livro está coalhado, allusões deliciosas, segundo na côr conformam ou discrepam com a libré de quem as lê. — Dizemos unicamente, que para o nosso particular gosto, ministrialismo e opposição nos parecem damnar egualmente o effeito a escriptos d'este genero, — e dá-nos pena vêr que foi o proprio auctor, quem assim andou arrebicando de ornatos postiços e superfluos o seu monumento, cujo preço e valia elle devia conhecer, como toda a gente. Faz-nos pena, porque todos estes enchertos são tão morredoiros, que dentro em cincoenta annos, nem já intelligiveis ficarão; e a obra em que apparecem é de uma solidez, de uma traça, e de uma tão prima execução, que ha de durar tantos seculos quantos se fallar a nossa lingua.

«Não é pois tanto por nós, como pelos vindouros, que nos affoitamos a pedir ao auctor, que na promettida 2.ª parte do seu romance resista varonilmente a estas veleidades do humor politico.

«Quando o tempo nos houver enterrado a nós, aos nossos artigos de fundo e aos nossos folhetins, a todas as nossas cousas, nomes e memorias; quando outra geração tiver assentado, a rir, o seu novo mundo de materia e

de ideia sobre as ruinas do nosso, este edificio litterario, chamado *O Arco de Sant'Anna*, se lhe mostrará necessariamente desfigurado por uma quantidade de lacunas, que elles já não saberão preencher por mais que o tentem. E quem sabe?!... Talvez que para então, lá ao cabo de éras, que mesmo, *esses enigmas e mysterios se venham a tornar um poderoso atractivo*, e *um pasto poetico* ás imaginações.» Nós que viemos em epoca vindoura e vemos que essa monarchia, que se ostentava entre a banca rota e o jesuitismo, como notou Edgar Quinet em 1844, é a mesma que ainda hoje nos degrada, achamos um alento moral em todos esses quadros, ainda actuaes do *Arco de Sant'Anna.*

Para acudir com alguns subsidios pecuniarios aos emigrados de Torres Novas e de Almeida, uma commissão de septembristas organisou um baile por subscripção, no qual a celebre cantora Rossi-Caccia seria ouvida. Convidaram Garrett para escrever uma poesia dedicada á eximia cantora. A' carta do seu amigo e correligionario Pedro Antonio Borges, em que lh'a pedira, respondeu Garrett, depois de desfazer malevolos equivocos: «Ainda uma palavra sobre os versos da Rossi. Póde-se fallar n'esses versos, alludir ao menos á sua acção generosa a respeito dos emigrados? Se me diz que póde, *faço-os eu*, não quero que os faça mais ninguem senão eu. No baile dos Emigrados, (se se der) querem dar-lhe versos em que se falle na sua acção bonita de os ajudar? *tambem os faço eu.* — Versos só á cantora Rossi, pelo seu talento (aliás que eu admiro) não os faço, *estou doen-*

te. — Está claro agora o negocio e a questão? — Para este ultimo caso e modo, é o snr. Borges mais *que intimo* commigo, não só para m'os pedir, até para os *exigir* de mim. Exige com direito e rasão. Creio que entenderá agora depois d'esta explicação, e que hade reconhecer que foi precipitado e injusto — ... aliás saberia que não faço côrte, *nunca* fiz a nenhum poder, seja qual fôr; que lhe peço para fazer eu os versos á Rossi, quando *se lhe poderem* fazer sómente como eu os sei fazer.

«Eu detesto e despreso, mais talvez que nenhuma cousa, intrigas. Desfaço-as e gosto de as desfazer com a verdade.» O baile foi dado no palacio dos Pinto Basto, no largo das duas Egrejas; ahi foi distribuida a sentida elegia de Garrett *Os Exilados — A' senhora Rossi-Caccia*, em folha avulsa. Acompanha-a a seguinte nota, quando foi encorporada nas *Folhas cahidas:* «Cantando em um baile por subscripção que se deu em Lisboa em 29 de Março de 1845 a favor dos que n'esse anno estavam emigrados por fugir ás perseguições do Governo.»

São de um profundo sentimento essas estrophes:

Elles tristes, das praias do desterro,
Os olhos longos e arrasados de agua
Estendem para aqui... Cravado o ferro
Da saudade têm n'alma; e é negra a magua
A que lhes rala os corações afflictos,
E' a maior da vida — são proscriptos.

Dôr como outra não ha, é a dôr que os mata!
Dizer eu: — Esta terra é minha... minha,
Que nasci n'ella, que a servi, a ingrata!

Que lhe dei... dei por ella quanto tinha,
Sangue, vida, saude, os bens da sorte, —
E ella, por galardão, me entrega á morte! —

Morte lenta e cruel — a de Ugolino!
Bem lhes quizeram dar...
Mas não será assim: sôpro divino
De bondade e nobreza
Não o póde apagar
Nos corações da gente portugueza
Este rancôr de féra,
Que em almas negras, negro e vil impera.

A elegia dos *Exilados* foi publicada no dia seguinte 30 de Março na *Revolução de Septembro*, e recitava-se por toda a parte como uma fórma de enthusiastico protesto. A lucta contra o cabralismo ou o triumvirato do Coburgo, exacerbou-se, quando a minoria da camara dos deputados se esforçou para ser fixado o termo da legislatura de 1842. Nas notas autobiographicas, continuando aquellas que chegavam até 1843, Garrett accrescentou para informação de Gomes de Amorim: «Excitando a minoria da camara, em 1845, a grave questão acerca do termo d'aquella legislatura, foi o snr. Garrett *acintemente nomeado pela maioria* para a commissão que devia dar o parecer a respeito d'este importante objecto, com o intuito de o tornar contradictorio, de o comprometttter com o seu partido, com a camara, e até com o seu paiz; porém o illustre deputado como relator da commissão, zombando dos ardis de seus adversarios, formulou aquelle parecer que fará epoca nos annaes parlamentares do paiz.» *(Mem. biogr.*, III, 138.) As camaras foram encerradas em 20 de Abril de 1845; redigida e as-

signada por Garrett, foi publicada a *Exposição de motivos e principios dos Eleitores reunidos em Lisboa.* Todos os elementos conservadores e avançados se constituiram em Coalisão para sustarem as arbitrariedades do poder por um governo representante da vontade da nação; os trabalhos eleitoraes foram dirigidos por homens de alto valimento: «Manoel Passos com sua previsão dissera a seus amigos:—Vamos ás eleições; havemos vencêl-as, mesmo se o governo nos excluir em massa dos recenseamentos, ou nos fusilar junto da urna. O governo póde chegar a estes extremos, mas nós os chefes, teremos cumprido nosso dever, *e o povo cumprirá tambem o seu. Então a revolução será inevitavel; será uma revolução séria—tremenda.*

«Manoel Passos foi um vidente.» [1]

As eleições de 1845 fôram as mais disputadas de todas as epocas do regimen parlamentar em Portugal até hoje; contra a manifestação do suffragio Costa Cabral empregou a falsificação dos recenseamentos eleitoraes e o fuzilamento á bocca da urna. Depois das representações dos municipios contra a marcha do governo, e das violencias nas assembleias eleitoraes, faltava o appêllo para a revolução. Obedecendo ao facciosismo cego de seu marido, D. Maria II, foi pessoalmente a Thomar em 8 de Septembro de 1845 levar a Costa Cabral o diploma de conde d'aquella cidade. Tornou-se uma vergonha publica este

---

[1] A. Teixeira de Macedo, *Traços da Historia contemporanea*, p. 75.

acto desvairado, publicando-se então uma Xacára, em que a dignidade da rainha e de D. Fernando eram arrastadas com ignominia; a Xacára começava:

Na cathedral de Lisboa
Sinto sinos repicar;
Serão annos de princeza?
De algum santo o festejar?
E' a Rainha que parte
Té ás terras de Thomar. [1]

Na continuação da sua autobiographia escrevia Garrett: «Em 1845 o governo, rendendo homenagens á doutrina da constituição, sustentada por aquella minoria da camara que compoz a commissão de que foi relator o snr. Garrett, procedeu a nova eleição de deputados, empregando todos os meios e tropelias para que a opposição não tivesse accesso á urna, nem assento no parlamento; o paiz porém não pôde ser completamente subjugado pelo partido dominante. Em Evora triumphou a causa da rasão e da liberdade: sahiram d'aquelle collegio os poucos deputados que deviam sustentar na camara os principios da boa causa; um d'estes foi, nem podia deixar de ser, o snr. Garrett, que pelos seus serviços, talentos e elevada eloquencia, se fazia necessario não só ao paiz, mas ao partido que se achava tão contrariado e abatido.»

No meio d'estas luctas mesquinhas, em que o poeta andava ameaçado de morte, o seu espirito refugiava-se na superior idealisação ar-

---

[1] *Musa das Revoluções*, p. 210.

tistica; ao prefaciar em 15 de julho de 1845 a quarta edição da tragedia *Catão*, confessava que «em meio de sérias e trabalhosas occupações da sua vida, tem sabido tirar algumas horas para dar a estes lavores, que rara vez são avaliados dos contemporaneos, mas que a posteridade colloca sempre, depois, acima de todos os outros.» Fôram-se apagando no esquecimento essas luctas em que tantos cahiram desalentados, subsistindo fulgurantes as creações que representavam a mentalidade portugueza. E' d'este anno de 1845 a publicação das poesias lyricas de Garrett *Flores sem fructo;* no prologo datado de 3 de Novembro de 1843 vê-se que se passava uma crise sentimental, que lhe ia suscitar uma nova e surprehendente inspiração. E n'esse livro apparecem as duas fórmas do lyrismo, a arcádica, pseudo-classica, em que continuava a *Lyrica de João Minimo*, dando-lhe apenas a ordem chronologica, e a effusão viva da paixão amorosa e ardente, que vae dominar com toda a vehemencia nas *Folhas cahidas*. Garrett caracterisa no seu prologo estas duas correntes do Lyrismo, lamentando-se de ter gastado a mocidade e frescura de alma nas luctas das facções partidarias, da imprensa e do parlamento: «baixei de sobejo ao mundo das realidades, quando tinha azas para me remontar ao ideal, e pairar-me pelas regiões onde viçam as eternas flores do genio. Fiz, quando não devia, fiz prosa em annos de versos. Quem sabe se a estulta vaidade que m'o fez fazer então, me não levará tambem para o diante *a fazer versos em annos de prosa?*

«Não é minha tenção, mas não o juro;... Isto porém que nasce espontaneo d'alma, que vem, como ejaculação involuntaria de dentro, quando trasborda o coração de jubilo ou de pena ou de admiração; isto que é o fallar do homem para Deus n'aquellas phrases incoherentes, inanalysaveis pelas grammaticas humanas, porque são reminiscencias da lingua dos anjos que elle soube antes de nascer; isto que se entôa e se canta no coração, antes e muito mais bello do que o repita a lingua, *d'esses versos não tornarei eu a fazer*, porque não posso, *porque era mister que Deus fizesse o milagre de me remoçar a alma:* e não o fará.»

Esse milagre fez-se em 1843, quando traçava estas linhas, quando já estava sob a fascinação dos *olhos pretos*, que revelou nas paginas digressivas das *Viagens na minha terra.* Quando Garrett no prospecto das suas obras de 1839, incluiu a reedição da *Lyrica de João Minimo*, annunciava uma *2.ª parte inedita*, em que reuniria muitas outras composições do mesmo genero arcadico, versões dos lyricos gregos e latinos, dando-lhes apenas uma disposição chronologica. Na sua actividade litteraria o Lyrismo ficaria atrazado, predominando n'elle o caracter philintista; mas o repentino milagre que lhe remoçou o espirito, essa paixão amorosa que o dominou não de subito, mas inesperadamente, tornou-o creador da mais surprehendente expressão da poesia lyrica moderna portugueza e de todas as litteraturas. Essa fórma nova, em que á ingenuidade da redondilha popular allía a vibração emocional de Bernardim Ribeiro e de

Christovam Falcão, com o maximo relêvo da realidade vivida e soffrida, torna Garrett o verdadeiro creador de uma bella poesia lyrica, completando a sua iniciadora genialidade. A situação ainda indefinida d'esse amor nascente está implicita no lindo titulo *Flores sem fructo*, que substituiu o da 2.ª parte da Lyrica de João Minimo. Uma vez arrebatado pelo impeto affectivo, que o vae hallucinando, addía a reimpressão dos seus versos arcadicos, que só appareceram em segunda edição em 1853, mais como documento do seu passado litterario, que não renega. O poeta chegou á omnipotencia da expressão lyrica; basta lêr as composições que se intitulam *Nunca mais*, *A Estrella*, o *Pharol e o baixel*, *Grinalda*, *Já não sou poeta*, *As minhas azas*, *Olhos negros*, *Ella*, e *Nova Heloisa*, para reconhecer uma revelação nova do mundo da poesia, a revivescencia da sentimentalidade nacional a que Bernardim Ribeiro e Christovam Falcão deram fórma, sem terem até alli achado continuador. E a verdade philosophica d'esta revelação esthetica patentêa-se nos germens da Cantiga popular, que elle desenvolve em Canções surprehendentes. E emquanto Garrett achava na alma popular esta melodia viva que o conduziu á creação de um verdadeiro lyrismo, era essa mesma alma popular que se insurgia contra o poder nefasto da camarilha, e pela revolução ensinava aos politicos officiaes a via franca da dignidade nacional. N'este terrivel periodo das revoluções populares e contra-revolução palaciana pela emboscada da rainha e da intervenção armada estrangeira, Garrett achou-se servin-

do a causa da nação. Consignou-o na continuação da sua autobiographia: «N'este mesmo anno de 1846, presenceou Portugal, e a Europa viu não sem admiração, um acontecimento que fará epoca nos fastos d'este paiz, *a revolução do Minho*, que tendo por origem os erros da administração e as malversões do executivo, foi *secundada, applaudida e abraçada por toda a nação*, collocando-se á sua frente muitos cavalheiros notaveis, entre os quaes não avultou pouco o snr. Garrett, já como escriptor dos *papeis mais importantes que a opposição produziu para bem dirigir a revolução*, já como influente pacificador, trazendo á ordem e ao caminho legal a Junta que se installara em Santarem; já finalmente como homem de estado, fazendo papel mui conspicuo na confecção da lei para as eleições, na commissão de fazenda e na organisação do ministerio, mostrando sempre uma não vulgar abnegação e desinteresse pessoal.» Não são louvor proprio estes factos, mas um protesto da consciencia sob o acêrvo de calumnias e torpezas iniquas com que os agentes do Coburgo pretendiam annullal-o.

c) A emboscada de 6 de Outubro e a intervenção estrangeira em 1847

O ministerio de resistencia começado pela restauração da Carta em 1842 por Costa Cabral, até á revolução popular chamada da *Maria da Fonte* em 1846, tinha o poder que lhe davam as traições do paço. Na noticia da queda de Costa Cabral, que vem na chronica da *Revista dos Dois Mundos* de 14 de julho de

1846, lê-se: «A nação inteira estava mergulhada em torpôr profundo, e não ligando nenhum interesse a esses debates, mostrava uma egual indifferença por todas as constituições que tinha visto passar. Costa Cabral *era especialmente protegido pela rainha*, ou para melhor dizer, *pela influencia pessoal do esposo coroado de D. Maria;* era a este principe que elle tinha sacrificado os seus collegas, *e ambos elles tinham realisado uma verdadeira restauração do absolutismo.*» Descrevendo a miseranda situação de Portugal em 1845 sob esta reacção do Coburgo acobertada com o nome de Cabralismo, escreve Xavier Durrieu:

«Quando os principes da Casa de Austria vieram sentar-se no throno de Isabel e de Fernando, o seu primeiro cuidado foi aniquillar as franquias nacionaes; os immensos dominios dos reis catholicos, tornaram-se preza dos grandes e dos pequenos aventureiros de Flandres ou da Austria. O recanto acanhado da Peninsula em que se sustenta a dynastia de Bragança dá-nos em ponto pequeno hoje uma ideia do espectaculo que apresentava a monarchia hespanhola no fim do seculo XV. Longe de nós o compararmos ás illustres côrtes de Aragão e de Castella, as duas fracas assembleias que funccionam em Lisboa em virtude da Carta;... Queremos sómente dizer, que do regimen representativo em Portugal não existe n'este momento senão a sombra e as apparencias, e que na *côrte de D. Maria os estrangeiros dispõem de tudo*. Se o rei D. Fernando governa a rainha, elle por seu turno é governado pelo seu preceptor o conse-

lheiro Dietz, homem certamente mui respeitavel, de costumes austeros, de intenções excellentes, mas cuja capacidade está longe de appresentar as mesmas garantias. A datar do golpe abortado da Belemsada, Mr. Dietz tem inspirado *todas as resoluções excessivas* que pela mão da rainha e pelas dos seus ministros têm feito e desfeito a capricho as Constituições. Dietz é bastante indifferente, como o suppômos, ante a Constituição de Septembro, ou ante a Carta outorgada; o que acima de tudo quer, é que o joven rei, seu pupillo amado, ao qual sacrificaria sem hesitar vida e fortuna, domine em Lisboa todo e qualquer poder. — Quando Costa Cabral foi ao Porto para alli derrogar a Constituição de Septembro... o rei D. Fernando esteve a ponto de partir tambem para o Porto para ahi organisar o ataque ou melhor a resistencia contra os revolucionarios; se ficou em Lisboa, foi porque os acontecimentos o puzeram em estado de secundar utilmente o ministro. Foi elle que em vinte e quatro horas deitou a terra a administração de Palmella, que a rainha, suppõe-se que de boa fé, oppozera a Costa Cabral; foi elle que pelos seus emissarios contribuiu o mais poderosamente a desarmar os partidarios da Constituição abolida; foi elle emfim, que no ultimo instante decidiu a rainha a sanccionar a revolução da qual Costa Cabral acabava de tomar a atrevida iniciativa. Desde que uma tal empreza surtiu effeito, não ha que admirar que *o paço e as duas camaras tenham vergado diante da vontade d'este principe*, ante a do seu joven ministro, bem como do seu velho conselheiro.

«Todos trez, d'esta epoca em diante, o principe, o conselheiro e o ministro fórmam no palacio um comité em que se fabricam as novas leis, onde se meditam as grandes medidas, onde, em administração como em politica se chocam as mais importantes resoluções. —

«Se bem se comprehendem como no paço a auctoridade do rei D. Fernando, a de Dietz e de Costa Cabral, chegou a excluir todas as outras influencias até a da rainha;... D'este triumvirato hoje irresistivel... na sua qualidade de ministro Costa Cabral carrega naturalmente com a responsabilidade de tudo o que se faz no paço e de tudo o que ahi se projecta...» Tambem o honesto Dietz era o testa de ferro que aparava as accusações de quantos destempêros politicos fazia o enfatuado Coburgo, [1] general em chefe do exercito e rei pelo ventre, papeis que elle queria exercer a valer na pobre nação que o dotava.

Ao estudar a situação de Portugal em 1845, escrevia Xavier Durrieu: «Se considerarmos as vinte pequenas revoluções, mudan-

---

[1] Em um artigo de Theodore Pavie, *Lisbone et la Cour de Dona Maria*, narrando esta reacção da Emboscada de 6 de Outubro, diz: — «A' frente do partido conhecido pelo nome de Cartista, é preciso *pôr bem em evidencia o rei D. Fernando*, a quem a opinião publica accusa de ceder á influencia de Mr. Dietz, seu antigo preceptor. Nem o professor allemão, nem o seu real discipulo têm prestigio em Lisboa; a peninsula, como se sabe, nunca viu os estrangeiros com bons olhos. Os jornaes portuguezes lançam á cara de Dietz — *aquillo que elles não ousam dizer ao rei em pessoa.*» (*Revue des Deux Mondes*, 1847, t. II, p. 507.)

ças de dynastia ou de Carta, que n'este seculo têm ensanguentado Portugal, poder-se-ha dizer que o povo por qualquer fórma manifestou a sua vontade?... M. de Lasteyrie provou, que n'estas revoluções infructiferas, n'estas revoltas abortadas, as populações não comprehendendo como se poderia regenerar a nação, conservavam-se-lhes completamente extranhas; provou que ellas viam com a mais profunda indifferença um bando de homens, nas camaras ou no governo, fazerem ou desfazerem a seu capricho as constituições.»[1] E descrevendo todas as violencias da situação cabralista, explica-as além do favoritismo do paço por esta apathia nacional: «O erro principal de Costa Cabral e dos seus collegas é o de contar mais do que absolutamente com a tranquillidade, ou antes com o torpôr, ao qual, depois de tantas convulsões e crises, Portugal parece depois de certo tempo resignado. Para os estrangeiros, cuja attenção só tem sido attrahida para este paiz pelo ruido das revoluções sangrentas, uma tal quietação é verdadeiramente incomprehensivel;...» Os partidos que se debatiam n'este duello da Carta outorgada com a Constituição exprimindo a soberania nacional, reconheceram a burla palaciana, e que acima dos seus generaes pretorianos existia uma vontade, que ainda se não manifestara. Alguem tinha acordado a vida emocional na nação, a sua grandeza historica, a sua dignidade nos sacrificios; foi por

[1] *Rev. des Deux Mondes*, 1845. Fevereiro, p. 234. — Ib., Julho de 1841.

esse sentimento que se aproximaram os conservadores cartistas, os elementos legitimistas e septembristas formando a Coalisão contra o ministerio de resistencia. Durrieu descrevendo em 1845 esta aproximação, observa: «Não será o melhor titulo da Coalisão, d'este partido novo, em que vieram congregar-se quasi todos os antigos servidores de D. Pedro, os septembristas moderados e os mais influentes cartistas, o de terem comprehendido que a todo o custo *era preciso contar com a nação*, se quizessem sériamente emprehender regeneral-a? Sem o auxilio da nação, nada de grande nem duradouro; mas no estado de torpôr em que ella se vae degradando, como hade a nação corresponder aos esforços dos que tentarem levantal-a? Não é verdadeiramente um povo industrial e commerciante aquelle que não fôr um povo livre, um povo politico; a historia de todas as epocas o demonstra. Esta verdade, tão antiga como a civilisação humana, uma só nação poderia com auctoridade lembral-a a Costa Cabral...» (Ib., p. 282.)

Ninguem previa que a nação portugueza se manifestasse por um temeroso levantamento popular; e emquanto, depois dos crimes das eleições de 1845, a maioria parlamentar estava segura para legalisar todos os arbitrios do ministro, as provincias do norte por uma espontanea agitação desfizeram esse bloco do favoritismo. Era a revolução denominada da *Maria da Fonte.* Escreve o Duque de Palmella nas suas Notas autobiographicas: «Foi n'estas circumstancias que o descalabro crescente das finanças, o descontentamento da

gente imparcial, algumas leis não sufficientemente preparadas, que entendiam directamente com os interesses e as convicções do povo, produziram na provincia do Minho, em principios de Abril de 1846, um sentimento de resistencia, manifestado ao principio por tumultos populares, aggressões contra a força armada, revolta contra as auctoridades locaes, principalmente contra os exactores da fazenda e agentes do poder judicial. A revolta adquiriu rapidamente uma importancia inesperada. O governo pediu a suspensão de garantias e mandou marchar tropas para as provincias do norte...» [1]

«A revolta do Minho progredira, os povos armados d'aquella provincia arrostando com as bayonetas da tropa de linha, não descorçoando com os revezes, nem desistindo da sua empreza, tinham conseguido repellir em muitos pontos *a tropa já cansada de matança.* O fogo da revolta tinha-se estendido a Traz-os-Montes e a parte da Beira. Alguns chefes militares, com especialidade o visconde de Vinhaes, manifestavam repugnancia em continuar a lucta, e o Logar-tenente da Rainha (o irmão de Costa Cabral) era constrangido a fugir do Porto, e chegava aterrado a Lisboa, onde a sua apparição punha em confusão o conselho de ministros. O partido septembrista considerava a occasião como feliz opportunidade de tornar a levantar a sua bandeira, e desenvolvia por todos os meios, que sabem empregar as facções politicas, a maior activi-

---

[1] *Vida do Duque de Palmella*, III, 289.

dade para promover movimentos em todas as provincias, excitando assim uma sublevação geral.

«Na camara dos pares tinha havido uma sessão quasi tumultuaria, em que os membros da opposição, provocados por uma declaração imprudente do ministro do reino, tinham sahido em massa da sala annunciando que não tornariam a tomar parte nas deliberações.—

«Tenho porém motivos para acreditar que o Duque da Terceira promoveu n'aquella occasião a demissão do ministerio, separando assim a sua causa da do conde de Thomar.»

A Revolução da *Mariá da Fonte* propagava-se a todos os espiritos por um enthuziasmo extraordinario; era um symptoma de que a nação não estava morta, como julgavam os seus exploradores, era uma esperança consoladora. Entoavam-se cantigas hallucinadoras; com as mais caracteristicas se formou o hymno da Maria da Fonte, com uma melodia communicativa tão marcial como a da *Marselheza*. Todas as quadras narrativas eram seguidas do retornello:

> Eia! avante, Portuguezes,
> Eia, avante! sem temer;
> Pela santa liberdade
> Batalhar até morrer.

São numerosas as quadras, que se improvisaram, como gritos de guerra, formando a nossa Marselheza portugueza:

> Viva a Maria da Fonte
> Com uma faca na mão,
> Para matar os Cabraes,
> Que são falsos á nação.

Viva a Maria da Fonte
A cavallo sem cahir,
Com uma corneta na mão
A tocar a reunir.

Viva a Maria da Fonte,
Da foice fez um punhal,
E marchou para Lisboa
Para matar o Cabral.

Esse ladrão do Cabral
Jurou esmagar o povo;
Mas a Maria da Fonte
Vae pôr um governo novo.

Viva o cravo, viva a rosa,
Viva a flor que nasceu honte';
Viva a santa liberdade,
Viva a Maria da Fonte.

Depois da queda de Costa Cabral e da formação do ministerio Palmella, tratou-se de repatriar os emigrados das luctas de 1844; os vencidos de Torres Novas e Almeida vieram de Hespanha, encontrando em todas as povoações portuguezas enthuziasticas ovações, desde Castello de Vide, Abrantes, Barquinha, Torres Novas. Era um espectaculo commovente; uma fórma de protesto nacional contra o despotismo do Coburgo. Em Lisboa fez-se uma subscripção para dar um banquete aos emigrados, e fôram esperados no Tejo em vapores, sendo recebidos com lagrimas de emoção pelo povo no Terreiro do Paço. O banquete foi dado no dia 20 de julho, presidindo o visconde de Sá da Bandeira, sendo Garrett o vice-presidente, que ergueu o segundo brinde saudando a nação portugueza. As suas palavras foram memoraveis:

«Mas, senhores, o nosso Camões disse — *Um fraco rei faz fraca a forte gente;* e eu, invertendo o pensamento, direi com a mesma verdade, que — Um fraco povo faz fraco o forte rei. — Um povo servil, um povo indigno da liberdade faz o rei máo e tyranno. Só de si se devem queixar, como as rãs da fabula, as nações que soffrem reis de páo ou reis serpentes.

«Graças á providencia, não é este o caso da nação portugueza; e, digamos com emphase, que raras vezes o tem sido; porque, *de entre todas as nações do mundo, nenhuma tem luctado tanto com os seus governos para ser grande, para ser livre, como a nossa;* e sempre que fomos infelizes, sempre que nos humilhamos na presença da Europa, sempre que nos degradamos á face do mundo, é porque succumbimos primeiro diante de um máo governo.

«Senhores, os nossos velhos portuguezes foram obrigados a dizer a um rei seu — E senão, não! — Felizmente nós não precisamos de vir a esse extremo. Felicitemo-nos... porque a nossa revolução não tem sido manchada; felicitemo-nos porque o não hade ser; e reunamo-nos todos para que o não seja, e para que esta saude que hoje aqui fazemos seja verdadeiramente á nação portugueza, e não a nenhuma fracção, não a nenhum partido, mas a todos os portuguezes! etc.»

Os discursos mais vibrantes depois do de Garrett, foram os de Passos Manoel e de José Estevam, dois extraordinarios oradores. Terminado o jantar publico, a que assistiram senhoras, passaram os convivas do salão do

Theatro de D. Maria II para os camarotes, representando-se n'essa noite em beneficio das familias dos emigrados pobres o drama de Garrett *O Alfageme de Santarem.* Desde 5 de julho de 1846 que estava em scena este drama, em que o bello quadro de uma revolução popular reflectia «uma grande revolução, que tem além de todos os caracteres brilhantes o magnifico, o transcendente caracter de ser verdadeiramente popular, porque começou pelas mulheres» como pouco antes acabara de dizer no seu brinde á nação portugueza. As allusões aos governos *estrangeiros*, com que o poeta protestara na epoca em que concebeu *O Alfageme de Santarem*, encontravam ainda o mesmo objectivo, a mesma obcecação, actuando como um fermento putrido na desnacionalisação e degradação dos caracteres.

E' aqui que convém narrar o trabalho de unificação intellectual que Garrett procurou dar aos escriptores no meio das implacaveis divergencias politicas:

«Por convite dos snrs. Garrett e José Estevão reuniram-se na sala das sessões do Conservatorio real de Lisboa alguns homens de letras e jornalistas, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre os meios conducentes a levar á execução algumas providencias sobre a nossa imprensa periodica e commercio de livros.

«Estas providencias são principalmente — sobre reforma de serviço do correio; estabelecimento de agencias para o commercio de livros portuguezes no Brasil e paizes estrangeiros; isempção do pórte dos jornaes portu-

guezes e estrangeiros; declaração formal de que *o escriptor publico não deshonra suas convicções auxiliando litterariamente qualquer jornal de principios politicos diversos dos seus proprios*, varias indicações para melhoramentos typograghicos, etc.

«Para maior desenvolvimento do pensamento que parece ter sido origem d'este projecto, foi convidado o snr. Garrett a apresentar n'esta associação os seus trabalhos sobre propriedade litteraria; etc.» *(Rev. univ. lisb.*, t. VI, p. 128.) Na Liga ou Associação promotora dos melhoramentos da Imprensa, Garrett ahi congregou Passos Manoel, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Rebello da Silva, José Maria Corrêa de Lacerda, Antonio dos Santos Monteiro, Rodrigo Felner, José Maria Grande, Visconde de Juromenha, e o Duque de Palmella.

A' Associação protectora da Imprensa portugueza, apresentou Garrett em 27 de Agosto de 1846 o Parecer da commissão sobre a *Neutralidade litteraria.* São bellas as palavras com que desenha a antiga unidade litteraria na evolução affectiva da Edade média: «Nas mais barbaras edades da Europa, no meio do fraccionamento das Nacionalidades modernas, os homens de letras, os homens de arte não quizeram reconhecer nunca soberania de principe nem de povo. Desde uma pobre irmandade de menestreis até á opulenta *Alma mater* de uma Universidade, tudo fraternisava e era commum. O trovador de Provença ou de Catalunha, e o minnesinger de Allemanha, o menestrel de Normandia, de Sicilia ou de Inglaterra, fosse elle rei ou pedisse pelas portas,

todos eram irmãos. O doutor de Coimbra ia lêr n'uma cadeira de Salamanca ou de Paris, o de Bolonha em Lovaina.

«Nascida no grémio maternal do catholicismo, a Sciencia, a Litteratura, a Arte christã tinha o mesmo pensamento sublime, regenerador, grande e divino — o unir os homens pelos vinculos intellectuaes e moraes, de os fazer marchar hombro com hombro na estrada do aperfeiçoamento e da civilisação.»

E partindo d'esta synthese affectiva das litteraturas modernas nas suas origens, Garrett incita a volver á sua *unidade*, que elle acha mais significativa do que *neutralidade*, formulada n'estas palavras:

«Consiste em, que tanto nos jornaes como em quaesquer outras publicações, em todo o ponto de arte, de sciencia, de litteratura, trabalhem promiscuamente todos, sem distincção de côr politica ainda que os jornaes sejam politicos, e do mais opposto partido á pessoa que escreva.» Para realisar este pensamento, Garrett apresentou a fórmula de declaração solemne de adhesão pelas pessoas mais notaveis e influentes de todos os partidos:

— «Os abaixo assignados, escriptores publicos e homens de letras, solemnemente declaram: que entendem ser inteiramente alheio ás questões materiaes e positivas do governo da nação, e á dos partidos em que elle se divide, o mister das letras, das sciencias e das artes, e que por isso não reputam quebra do proprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escriptor em qualquer publicação periodica, empreza ou sociedade, para fins puramente litterarios, embora o espirito d'essas

publicações, emprezas ou sociedades represente ideias diversas das suas nas questões politicas da actualidade.

«Declaram tambem que consideram esta nobre tolerancia como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilisação, e como uma prova de animo generoso; que, finalmente, se honrarão sempre de assim pospôr mesquinhas preoccupações ás conveniencias do progresso moral e intellectual do paiz, não reconhecendo em ninguem o direito de os taxar, a elles ou a outros quaesquer escriptores que se associem ao seu pensamento, de mera constancia politica. — *Rodrigo da Fonseca Magalhães* — *Visconde de Juromenha* — *A. Herculano* — *João Baptista d'Almeida Garrett.*» —

Estavam organisadas Juntas revolucionarias nas principaes cidades, e o movimento popular fôra o impulso para uma acção consciente. Escreve o Duque de Palmella, nas Notas autobiographicas:

«A revolução do Minho na sua origem e na sua primeira phase apresentava sem duvida os caracteres de *um movimento realmente nacional.* Pela primeira vez se tinha visto a tropa, não só tomar a não iniciativa, mas constrangida a ceder ao impulso da força popular. No segundo periodo, porém, da revolução reconhecia-se já evidentemente o pensamento dos individuos que haviam tomado a direcção d'ella, e as tendencias democraticas que se lhe pretendia imprimir.»

D. Maria II aterrada com o movimento nacional que se organisava, chamou o Duque de Palmella para formar um novo ministerio e

aconselhal-a em tamanhas difficuldades. Conta Palmella nas suas Notas autobiographicas: «Não lhe dissimulei desde logo que, segundo a minha opinião, o systema seguido pelo ministerio tinha desconceituado o governo e dado causa a uma tal conflagração. Que ao ponto que tinham chegado as cousas, *não me parecia conveniente nem possivel comprimir a revolução pela força*, e que eu me não atreveria a tomar a direcção dos negocios, sem que a rainha acceitasse por base um systema de conciliação, e procurasse evitar a guerra civil, collocando-se por assim dizer, ella propria á frente da revolução do Minho, e removendo por meio de varias concessões, que no primeiro momento se tornavam indispensaveis, as causas allegadas pela revolta, cuja origem podia attribuir-se ás aggressões que directa ou indirectamente se tinham praticado nos ultimos dois annos contra os principios essenciaes da Carta constitucional.» Encarregado de formar ministerio, viu Palmella a situação, para actuar no plano concebido: «Dois grandes grupos havia identificados com a revolta: o dos homens do povo, que d'ella foram os primeiros fautores, e os politicos de Septembro, que n'ella especularam buscando aproprial-a em seu proveito. As exigencias dos primeiros estavam já satisfeitas com a queda e emigração dos Cabraes, com a abolição do decreto da saude, e a da contribuição directa de repartição; mas as dos segundos eram muito mais difficeis de satisfazer, pelo renascimento quotidiano das que quotidianamente estavam dirigindo ao governo.»

Que exigencias eram essas? Era simples-

mente o cumprimento das promessas feitas no decreto de 10 de fevereiro de 1842 — que ao restaurar a Carta outorgada estabelecia a proxima revisão d'esse codigo politico. Foi sempre illudido o cumprimento de tal compromisso de D. Maria II; para obstar á refórma da Carta entrou Costa Cabral no ministerio em 1842, e teve a confiança absoluta da camarilha para a impedir até ao momento em que o Duque da Terceira deu a demissão do ministerio. Agora o Duque de Palmella defrontava-se com o mesmo problema pendente; escreve elle nas Notas autobiographicas, fallando já do seu governo: «No ministerio mesmo havia homens cujas ideias em certos pontos e com especialidade *ácerca da revisão da Carta constitucional, determinada pelo decreto de 10 de fevereiro de 1842, concordavam com a exigencia quasi geral das Juntas.* Este decreto emanado espontaneamente do throno, ao mesmo tempo em que se proclamava de novo a Carta, tinha ficado sem cumprimento.

«Mas nem por isso se achava revogado e não podia considerar-se extorquido ao Poder real. Julgou portanto o ministerio, que a prudencia e o bem da paz publica lhe impunham o dever de condescender n'este ponto, removendo assim o unico pretexto plausivel de divergencia sobre questões de principios, que podia obstar ao restabelecimento da ordem publica legal.»

Esta mesma exigencia appareceu na commissão da Lei eleitoral baseada sobre o suffragio directo, de 28 de julho de 1846; no relatorio que a precede, redigido por Garrett, lê-se:

«A mesma suprema rasão que em 10 de fevereiro d'esse anno de 1842 pezou na alta sabedoria de V. M. para haver de transpôr, em circumstancias difficeis e extra constitucionaes, alguns dos limites da real prerogativa, mandando immediatamente consultar o voto nacional sobre a *revisão do pacto fundamental da monarchia*, essa mesma rasão agora pede que V. M. attendendo unicamente aos principios do systema que determinou reformar com o concurso da nação, regule por um acto real o modo de consultar essa vontade e de obter esse concurso pela sincera e verdadeira expressão d'aquelle voto na mais livre escolha dos representantes da nação. —

«Apesar, portanto, do nosso respeito e obediencia ás menos importantes disposições da Carta, emquanto não fôrem reformadas, firmadas em tão altos principios, e segundo V. M. os proclamou no seu providente decreto de 10 de fevereiro de 1842, *que tantas vezes foi invocado no parlamento e pela nação portugueza toda, em tantos, tão solemnes e repetidos actos publicos*, não duvidamos propôr a V. M. que se digne mandar estabelecer o methodo directo para as proximas eleições.» Assignaram este relatorio de Garrett, os principaes vultos da politica conservadora, como Rodrigo da Fonseca Magalhães, Joaquim Antonio de Aguiar, José Maria Grande, Jervis, Sanches, Derramado.

Era justamente contra a execução do decreto de 10 de fevereiro de 1842, e para se não realisarem as eleições com o poder dos delegados reformarem a Carta, que começou a urdir-se no paço a conspiração de uma *se-*

gunda Belemsada, conhecida pelo nome da *Emboscada de 6 de Outubro.*

No pequeno preambulo que precede a ballada *As Pêgas de Cintra*, datado de 22 de julho de 1846, escrevia Garrett, sob a impressão d'esse periodo feroz do Cabralismo:

«E que hade um homem escrever que se leia — que se leia por damas bellas e elegantes cavalheiros — quando anda entalado nos biccos da penna o fatal fio da politica, que a faz espirrar e esgravatear em tudo o mais?

«Com as *leis das eleições*, as *questões de fazenda*, e as *organisações ministeriaes*, e não sei que mais cousas taes, foi-se-me de todo a derradeira reminiscencia litteraria que ainda por cá havia. Tenho saudade d'ella, mas foi-se — morreu pela patria! —

«Não sei se morreu bem ou mal, se fez bem ou mal em morrer; mas é certo que morreu.» (*Rom.*, I, p. 267.)

Dom Fernando Coburgo, que queria tornar effectivo o seu titulo de rei consorte, tratou de obter de Palmella a dissolução das Juntas liberaes, porque emquanto funccionassem dispunham de uma forte disciplina. Em carta de D. Fernando ao duque de Palmella, fallando-lhe que se não pacifiquem os povos «por meio de promessas difficeis a cumprir ao Governo e *perigosas no futuro, para a sustentação da ordem*,» termina: «Um outro *negocio deve dar-nos todo o cuidado*, é o modo pelo qual se devem *desfazer as Juntas que se tem formado nos differentes pontos.*»

A Junta de Santarem, presidida por Passos Manoel, que dirigia todas as outras da Extremadura e Alemtejo, espantava a cama-

rilha; escrevia na alludida carta D. Fernando: «Emquanto ao snr. Passos (Manoel) não podemos ajuizar se elle tem realmente no districto de Santarem aquella influencia que se suppõe.» Palmella tratou, talvez com sinceridade, de obter a dissolução da Junta de Santarem.

Depois de serenada a revolução da Maria da Fonte pela demissão do ministerio cabralista, Manoel Passos, por uma transigencia a bem da pacificação nacional, acceitava a Carta *outorgada* de 1826 reformada segundo o Decreto de 10 de fevereiro de 1842 referendado por Mousinho de Albuquerque. Era esta refórma da Carta a base do accôrdo com a Junta de Santarem; o duque de Palmella, presidente do conselho, tendo já escripto particularmente a Passos Manoel, entendeu mandar-lhe um emissario da maior confiança do grande tribuno. Garrett foi o escolhido. Nos *Traços da Historia contemporanea*, de Teixeira de Macedo, consigna-se este facto: «O ministerio resolveu mandar Garrett a Santarem, onde chegara em 31 de Maio (de 1846) encarregado por parte do governo, de tratar com a Junta d'alli, e pedir a Manuel Passos que viesse á capital ultimar estes negocios de accôrdo com o ministerio.—Garrett era amigo particular de Manoel Passos, e conseguintemente a pessoa mais propria para semelhantes negociações. Talento multiplice, dotado de prodigiosa fecundidade, de um tacto finissimo, delicadissimo, para a analyse dos mais difficeis problemas das sciencias e das artes, como para as menores e mais insignificantes cousas da vida.—A Junta de Santarem mandou suas

propostas pelo mesmo Garrett, que seguiu para Lisboa na madrugada do seguinte dia.» *(Op. cit.*, p. 93.)

Este facto tem para nós a importancia de estar relacionado com a publicação em volume d'esse quadro descriptivo das *Viagens na minha terra* que se encerram em uma excursão até Santarem, mas em que ha um mundo de emoção da alma portugueza, a paizagem suave da nossa Extremadura, o sentimento de um passado que se apaga, devendo agora servir de resistencia nos conflictos desvairados do presente. Nas condições que a Junta de Santarem mandou ao governo, lê-se este preambulo: «A Junta governativa, encarregada de dirigir o pronunciamento da Extremadura, estabelecida em Santarem, tendo ouvido a exposição do estado do paiz e das sinceras e leaes disposições do actual ministro, feita por João Baptista de Almeida Garrett, bem assim o convite, que o ex.^mo^ duque de Palmella dirigiu ao presidente da mesma Junta, afim de se tratar promptamente da pacificação do paiz, resolveu unanimemente...

«Que pela *muita confiança, que a Junta tem na lealdade e sincero patriotismo do conselheiro João Baptista Leitão d'Almeida Garrett*, o encarrega (segundo as ideias uniformes da Junta) de tratar de obter as garantias de facto, e actos officiaes, que se necessitam, para que a Junta possa declarar, que o pronunciamento nacional se acha completo no seu fim, e effectivamente garantido; etc.»

Nas suas Notas autobiographicas, escreve Palmella: «Devo fazer a Manoel da Silva Passos, presidente da referida Junta, a justiça de

declarar, que, não obstante a exaltação das suas ideias politicas, elle se houve n'esta crise com muita lealdade, e concorreu, *até com o risco da sua propria vida*, para evitar as desordens que a dissolução dos corpos armados de Santarem e seus suburbios poderia occasionar. —

«*Depois da submissão da Junta de Santarem*, entrou-se por assim dizer *n'uma nova éra.* As auctoridades nomeadas pela rainha foram instaladas em logar das Juntas, a guerra civil deixou de existir.»

O programma da Associação eleitoral de Lisboa, datado de 16 de Septembro de 1846, em alguns dos seus artigos suscitou no paço a hullucinação do egoismo instinctivo, determinando a empalmação do ministerio Palmella: «Que a *soberania nacional* seja proclamada na Constituição como unica origem de toda a auctoridade publica. — Que *as eleições sejam directas;* que o poder constituinte seja exercido sómente pelos deputados para isso eleitos; que se firme a *liberdade da imprensa* com o jury na pronuncia e na sentença; ratificação de todos e quaesquer *tratados dependente de prévia approvação das côrtes; lei de responsabilidade* publica para todos os empregados, *inclusivè os ministros de estado.* Que se reformem os artigos da lei da regencia, para que nunca possa recahir *em estrangeiro, ainda que naturalisado;* a educação dos princepes e todo o serviço da casa real encarregados exclusivamente a portuguezes.»

Garrett não pôde comparecer á discussão d'este programma por se achar então doente

de um ataque de cholerina em Oeiras, mas escreveu á commissão: «Dou o meu pleno assenso á generalidade do projecto, que acho previdente e habilmente redigido, — fiel aos principios que proclamou este grande movimento nacional, que é nosso principal dever interpretar, consolidando os seus resultados com firmeza e prudencia.» Faz em seguida alguns reparos a artigos secundarios, particularisando o da educação dos principes por portuguezes: «Justo e santo o principio como é, dar-se-lhe ia uma traducção ignobil de vingança em *um homem offendido, perseguido e calumniado como eu tenho sido.*» E lembra a necessidade de afastar suspeitas de connivencia miguelista, tendo «occorrido as tentativas absurdas d'estas ultimas semanas.»

Um outro programma formulado pelos membros da passada opposição parlamentar, apresentava este principio: «A assembleia entende dever declarar que julga justa, por necessaria, a revolução que teve principio na provincia do Minho, em Abril de 1846, e que a considera legitimada pela acquiescencia e coadjuvação espontanea e manifesta de toda a nação portugueza.

«E para que esta revolução seja consolidada com instituições proprias e leis efficazes, que possam de futuro prevenir quaesquer perturbações politicas, presta todo o assentimento ao decreto de 27 de maio ultimo, que revalidou o de *10 de Fevereiro de 1842.*»

Bastava a revalidação do decreto de 10 de Fevereiro de 1842, que conduzia á refórma da Carta outorgada, para que D. Maria II, na sua curta intelligencia acceitasse todos os

expedientes para obstar mais uma vez ao seu cumprimento. O Rei-consorte sentia-se visado no programma da Associação eleitoral, e conspirou immediatamente. Lê-se no discurso de lord Stanley: «A decisão estava tomada, *a conspiração estava preparada*, a mina havia sido carregada, e afinal teve logar a explosão. Os officiaes que haviam sido tirados do serviço activo pela administração anterior, aguardavam na antecamara do paço o momento para serem reintegrados; sabiam que estavam alli para esse effeito.» O deputado Osborne affirmou no parlamento inglez: «Entretanto *o Rei-consorte visitava differentes quarteis e substituia alguns officiaes por creaturas suas;* mandou-se proposta ao Conde das Antas, offerecendo-lhe um marquezado e outras distincções se fosse de accordo com a côrte na contra-revolução. Para sua honra eterna cumpre declarar que recusou.»

Faltavam quatro dias para se effectuarem as eleições pela nova lei eleitoral, quando o Coburgo induziu a rainha á odiosa emboscada.

Apesar de habil politico palaciano, Palmella foi ludibriado infamemente. A guerra civil ia recomeçar pela traição de D. Maria II, impellida pelo delirio feudal do marido, que a dominava e se servia do seu nome para affrontar a nação que o subsidiava. Descreve Palmella nas Notas autobiographicas o golpe de estado de D. Maria II, a torpe *Emboscada de 6 de Outubro*, que arrastou a nação á guerra fratricida, e á intervenção armada de potencias estrangeiras, que lhe sustentaram o throno: «A conjuração dos cartistas ou an-

tes dos sectarios do antigo ministerio era flagrante. Por desgraça *comprehendiam-se entre os conjurados quasi todas as pessoas que tinham accesso ao Paço*, e as suas declarações, accusações e intrigas procuravam de dia para dia indispôr a rainha contra nós, e inspirar-lhe as mais injustas desconfianças.»

A chegada de Saldanha a Lisboa, tendo sido chamado para completar o ministerio, veiu dar ás intrigas de D. Fernando um instrumento facilmente suggestionavel, por esse espirito versatil, incoherente e impulsivo, que o tornava conhecido no paço pelo titulo de D. João VII. Como a rainha tremia ao ouvir fallar em guerrilhas *miguelistas*, appareceram então no Minho algumas; e em Lisboa fez-se um achado opportuno de cartas e cartuxame para uma pavorosa. Escreve o duque de Palmella nas Notas autobiographicas: «o incidente foi avidamente aproveitado para fazer acreditar no Paço, que uma grave crise estava eminente, *dando este panico o impulso ultimo a resoluções que ainda estavam latentes.*» Diante d'estes pretextos que motivavam falta de confiança, Palmella em 3 de Outubro expoz á rainha a conveniencia de entregar o poder; ella pediu-lhe que conservasse por alguns dias occulta a sua resolução, e que suspendendo as eleições tomasse medidas oppostas ás que seguia. Na noite de 6 de Outubro foi Palmella chamado ao paço, tendo-se a rainha como em 1836 mudado para Belem:

«Achei, porém, á minha chegada a Belem, pelas 9 horas da noite, reunido no paço um grande numero de pessoas, á frente das quaes

figurava o marechal Saldanha, com quem a rainha me disse que devia entender-me para cumprimento das suas ordens.

«Soube então quaes eram os individuos chamados para o ministerio...

«A scena que o paço apresentava então mais se assemelhava a um quartel general em vespera de combate do que aos aposentos da realeza.

«As salas estavam cheias dos militares mais conhecidos pela sua dedicação ao partido reaccionario. Os agentes da conspiração já se mostravam contentissimos; — Os corpos da guarnição aquartelados no bairro de Belem pegaram em armas;... *vi sahir a comitiva dos generaes, conduzidos por el-Rei até certa distancia*, acompanhados por um corpo de tropas, e dirigindo-se, pelo que depois constou, uns ao castello de San Jorge, outros aos diversos quarteis da guarnição, afim de mudarem os commandantes, de prenderem os officiaes de quem se desconfiava, assegurando a cooperação do exercito para um acto que mais tinha o caracter de uma contra-revolução do que uma mudança de ministerio, aliás tão facil e que tão legalmente se podia executar.»

Transcrevemos aqui o testemunho do erudito orientalista Theodore Pavie, que se achava então em Lisboa fazendo investigações historicas no archivo nacional:

«O paço não deu tempo a que o ministerio Palmella encetasse as refórmas; viu que ia fortalecer-se e durar; decidiu-se a escamoteal-o, a fazel-o desapparecer, em plena capital, que o tinha por assim dizer proclamado.

Sabe-se como se realisou este golpe de estado. Os ministros reunidos no palacio de Belem ás onze horas da noite, viram fecharem-se as portas sobre elles; a guarda do paço por este assoldada e de proposito reforçada, oppôz-se-lhes á sahida. Durante este tempo o regimento dos granadeiros da rainha pronunciou-se; o Arsenal estava ganho; os principaes partidarios da administração do Cabral, avisados do levantamento, esperaram com impaciencia que amanhecesse, e a capital jazia em somno tranquillo.

« A rainha com um traço de penna, ou antes com uma palavra da sua bocca desfazia tudo o que se effectuara durante cinco mezes. No dia seguinte, ao meio dia, é que ella declarou a Palmella que podia ir para sua casa; as eleições estavam suspensas, todos os jornaes supprimidos, excepto o *Diario do Governo*...

« Lisboa não apresentava n'este dia o aspecto de uma cidade sitiada... Ao meio-dia fizeram-se ouvir salvas em muitos pontos ao mesmo tempo;... A' noite... as ruas mais desertas que nunca, tinham um aspecto lugubre; *uma má acção pezava sobre esta cidade indignada e indifferente, que se recolhia em si como* para constatar a sua impotencia e fraqueza. Nenhuns ajuntamentos, nem grupos; demais, estas confidencias de arrebatamento que os francezes fazem sem se conhecerem, estas expansões da praça publica nos dias de perigo, não quadram com o caracter portuguez. —

« Ninguem duvída, que *o paço satisfeito com a sua invencivel tendencia de resisten-*

cia contra o espirito liberal o mais moderado, se sentiu alliviado de um grande pezo; ninguem duvída que julgou ter regressado para sempre a esta liberdade de acção que lhe agrada; mas emquanto a camarilha triumphava, os homens mais influentes e os mais compromettidos do partido septembrista, aproveitando a escuridão de uma noite chuvosa, abandonavam furtivamente a capital, uns para evitarem o carcere. outros para se reunirem aos seus amigos dispersos nas provincias, e ainda em empregos, todos decididos a organisar um movimento insurreccional. Lisboa, é preciso não esquecer, não está em communicação com as outras cidades do reino por uma grande estrada, nem por uma diligencia; os descontentes fugiram assim a cavallo, em barco, como poderam, através dos campos, á maneira dos antigos. Sobre todos os pontos foi dado o alarme: no Algarve, sempre prestes a revoltar-se; em Vizeu, em Coimbra... no *Porto, cidade de resistencia e de organisação politica como Barcelona*, porque é, como a capital da Catalunha, laboriosa, commercial e illustrada. Assim, quando o paço, imprevidente na sua cegueira, mandou ao Porto o duque da Terceira para ahi proclamar a nova ordem de cousas, sabe-se o que aconteceu. O barco a vapor que levava o marechal entrou a barra sem obstaculo, mas não voltou. A população recusou-se a reconhecer a contra-revolução; um grupo de exaltados cercou tumultuosamente o duque da Terceira, fel-o prisioneiro e prendeu-o no castello da Foz, como um refem valioso. —

«Quando o Porto se levanta, Lisboa fica

em cheque, porque Coimbra, a cidade dos doutores e estudantes nunca deixou de organisar uma Junta, e a insurreição traça um circulo ameaçador, que se desdobra sobre toda a fronteira de Hespanha. Immediatamente os insurgentes appareceram em todas as provincias; viram-se agruparem-se em volta de Sá da Bandeira, velho soldado de uma incrivel actividade,... No centro do reino, um grande numero de descontentes de todos as classes e gerarchias juntavam-se em volta de Bomfim, que organisara a turbulenta milicia de Portugal... Finalmente ao sul, um corpo consideravel de partidarios reunia-se sob o commando do conde das Antas... Uma parte do exercito tinha abraçado a causa dos rebeldes...

«A situação em si nada apresentava de novo. Em 1837, Sá da Bandeira e Bomfim tinham tido a missão de derrotarem os marechaes Terceira e Saldanha, que tentavam restaurar a Carta outorgada. D'esta vez, os papeis apenas estavam invertidos; oppunham os marechaes aos chefes septembristas, homens eminentes e populares, que defendiam a causa da opinião publica, altamente manifestada. A offensiva pertencia ao paço, que não temia pôr-se em campo com forças insufficientes, e fazer parada nas praças da capital da pequena divisão, que confiava com todas as suas esperanças ao velho marechal Saldanha. Nada se esqueceu para aquecer o zelo de uma população cuja indifferença é proverbial. D. Fernando tomou definitivamente o titulo de generalissimo, que o parlamento lhe recusara; percorria as ruas a cavallo, escoltado pelos seus dois filhos, que elle fizera logo

coroneis de granadeiros da rainha e do regimento de marinha. — Que luxo exhibiam todos esses sapadores sarapintados... Em frente d'estas fileiras em que se notavam soldados improvisados, marchava o rei em grande uniforme, e o filho mais velho, coronel em miniatura, que parecia proteger com a sua presença e olhar o marechal de barbas brancas; espectaculo que seria tocante indubitavelmente, se se tratasse de defender a independencia do paiz e *não de sustentar a vontade irreflectida de uma côrte mal aconselhada contra todas as aspirações de um povo.*»

Theodore Pavie descreve a derrota de Torres Vedras em que Bomfim perdeu seu filho, e em que Mousinho de Albuquerque foi ferido mortalmente; e como o barão de Cazal bateu Sá da Bandeira em Chaves: «Como contraste a esta desordem, uma esquadra ingleza, de sete navios de linha e de certo numero de barcos a vapor fundeara no Tejo, com mais homens de combate do que tinham os dois partidos belligerantes. — *Tinha a missão declarada de receber a rainha, se os acontecimentos a obrigassem a fugir, e a defendêl a se o paço se visse ameaçado.*» Era o primeiro acto da intervenção armada; continúa Theodore Pavie: «O paço envolvido n'esta lucta fatal, comprehendeu então todo o alcance do golpe de estado que armava contra elle e reunia sob os mesmos chefes os representantes das opiniões as mais oppostas. Recusou-se por muito tempo a ouvir os conselhos das potencias amigas, obstinando-se a correr os riscos de uma guerra que era tempo de terminar, pela razão que começara havia dez annos.

Hoje as ultimas esperanças de salvação parecem quasi fugir-lhe. O paço solta o grito de soccorro e desculpa-se. *Resta saber se a mediação da Inglaterra trará a solução das difficuldades que provêm de tantas causas locaes.* —

«Entrincheirada no palacio das Necessidades desde que as guerrilhas ameaçaram os arredores da capital, a côrte agita-se no meio de mesquinhas intrigas, — vivem muito longe do povo; não vêem em roda de si agitar-se a multidão com as suas emoções e comprehendem pouco os seus soffrimentos; mas quando a realeza, mal aconselhada, quer fechar os ouvidos ao accento da verdade, levantam-se vozes importunas, que lh'as fazem ouvir sob uma fórma severa e violenta. Assim, desde que os jornaes foram supprimidos em Lisboa, uma imprensa clandestina, inencontravel, forçada a mudar de poiso todas as noites, lançou ao publico um jornal, um quarto de papel, que parece levado pelo vento por todas as ruas. Escripto por um homem que affronta as prisões e as perseguições, que a policia busca por toda a parte, que não sabe onde repousar a cabeça, [1] — O *Espectro* é o

---

[1] Referia-se a Antonio Rodrigues Sampaio, que começou a publicar o *Espectro*, in-4.º de quatro paginas, desde 16 de Dezembro de 1846, durando até 13 de julho de 1847, formando ao todo 63 numeros. Soriano na *Vida do Marquez de Sá da Bandeira*, transcreve um trecho com que começara o jornal:

« *O paço é incorrigivel, conspira sempre.* Não acreditamos em coacção: Uma rainha cujo governo é uma têa de Penelope, está julgada. Condemnando todos os systemas, fulminando todos os seus homens, acaba de

nome do periodico, — se encarrega de perturbar o repouso da camarilha face a face, apparecendo-lhe sob a fórma de um accusador publico. A's vezes, como elle proprio diz, vae bater á porta do palacio das Necessidades; incoercivel como um phantasma, rindo-se dos guardas e dos halabardeiros, toma a voz d'aquelles que, depois de terem derramado o seu sangue para erguer em Portugal um throno constitucional, se queixam nobremente de serem demittidos dos seus póstos, postos fóra da lei, e reduzidos a apresentar o peito ás balas dos soldados que elles tinham d'antes guiado á victoria.» O illustre erudito Theodore Pavie termina o seu quadro *Lisboa e a Côrte de Dona Maria II*, com este periodo significativo e antes da affronta da intervenção armada: «Um paiz que assombrou o mundo pelas suas conquistas, pelas expedições audaciosas, que foi o primeiro a abrir novas rótas ao engrandecimento dos povos modernos, não deve revelar-se ao mundo senão pelo triste alardo das suas dissensões e das suas

---

fulminar-se a si propria. *O paço é a espelunca de Caco, aonde se tem sempre reunido os conspiradores.* A purpura dos reis tem servido para varrer a immundicie dos palacios dos cortezãos mais abjectos. Em conclusão, ou a revolução hade succumbir, repetindo-se a bacchanal de *6 de Outubro*, acabando o governo representativo e succedendo-lhe o pessoal, ou *a rainha deve abdicar*, separando-se inteiramente dos negocios publicos com seu marido e com o mestre Dietz, aos quaes se devem umas poucas de revoluções, e o estado de anarchia em que se acha o paiz. Esta abdicação será o unico acto nacional da senhora D. Maria II.»

Este artigo era a reproducção do manifesto datado de 23 de Outubro, que se intitula *O estado da questão.*

miserias.» As chancellarias europêas bem sabiam que essas dissensões e miserias eram obra do estrangeiro Coburgo, que abusava da rainha creança e sem cultura, que accedia a tudo com o medo da *abdicação*.

Em contraposição ao povo silencioso e apathico de Lisboa, nas provincias do norte cantavam-se cantigas sarcasticas celebrando todos os transes da revolução da *Patuleia:*

Viva a Maria da Fonte,
Vem com esporas de prata
A cavallo na Rainha,
E o Saldanha á arreata.

Certo dia lá no Porto
Nobre Duque da Terceira,
Apesar de ser macaco
Cahiu na ratoeira.

Apprende, rainha, apprende,
Mede agora o teu poder,
Tu de um lado, o povo de outro,
Qual dos dois hade vencer?

O Saldanha come ervilhas,
O Conde come morangos,
Coitado do pequenino,
Que elles lá se entendem ambos.

Se as Nações não quizessem
Accudir á Rainha,
Ai, adeus, Saldanha,
Que faziam-te em farinha.

Com a auxilio das Nações
E' que a Rainha venceu, [1]
Adeus, Maria da Fonte,
Teu exercito pereceu.

---

[1] Como commentario ás cantigas politicas do povo, escreveu Oliveira Martins estas estupendas palavras: «... Portugal,

Não voltas mais ao campo,
Que perdeste a victoria;
Com as nações estrangeiras
Não póde haver gloria.

Batidos Sá da Bandeira em Valpassos, o conde de Bomfim em Torres Vedras, e Celestino em Vianna do Alemtejo, ficou de pé a vigorosa resistencia das provincias do norte sob o governo da Junta do Porto, organisada pelo grande cidadão José da Silva Passos. Homem de um excepcional prestigio e de uma actividade inquebrantavel, era presidente da camara municipal do Porto, quando lhe foi transmittida de Villa Franca a noticia de uma nova Belemsada; e ao entrar no gabinete do governador civil em 9 de outubro para rubricar os cadernos eleitoraes para as assembleias do proximo dia 11, soube do officio de Saldanha, que o Duque da Terceira como logar-tenente da rainha ia proclamar no Porto o reconhecimento do novo estado de cousas. José Passos sahiu immediatamente a organisar a resistencia, adherindo logo o commandante da guarda municipal do Porto, Montenegro, mandando tocar os sinos a rebate, e reunindo os commandantes da guarda nacional no quartel de Santo Ovidio, onde estava artilheria 3 sob o commando de Gromicho

---

sendo *uma nação por obra e graça dos seus principes*, teve sempre, tão nitida quanto possivel, a consciencia do seu proprio destino formulada só no pensamento dos seus homens de estado e pensadores.» (Prologo ao *Cancioneiro popular politico*, coll. por A. Thomaz Pires, p. VII.) O pensador que escreveu uma historia de Portugal tendo por base esta ideia, logicamente se elevou pela escada abaixo a estadista e ministro de el-rei D. Carlos.

Couceiro; o regimento de infanteria 6 adheriu ao movimento, e a *patuleia* armada, prompta desde o principio da noite, dirigiram-se para Villar, ao tempo em que os sinos de alarme denunciavam o desembarque do Duque da Terceira. O logar-tenente da rainha foi hospedar-se no palacio do conde de Terena; um cidadão entrou ahi, dizendo que o povo exigia que o emissario fosse prezo para os paços do concelho. José Passos prestou-se a defendel-o, conduzindo-o através da multidão hostil até ao castello da Foz. No dia seguinte, 10 de outubro, nomeou-se a *Junta provisoria do Governo supremo do Reino*, no mesmo espirito de 24 de agosto de 1820. O Conde das Antas foi proclamado presidente, e José Passos, vice-presidente; entre os vogaes apparecem os nomes de Sebastião de Almeida e Brito, e de Antonio Luiz de Seabra. Do norte ao sul de Portugal se reorganisaram Juntas revolucionarias, com os homens mais influentes das localidades pela sua honradez, riqueza ou nascimento. Do paço reclamava-se para Hespanha uma intervenção armada, pelo auxilio das intrigas de Costa Cabral refugiado em Madrid mas ahi com poderes de embaixador; a esquadra ingleza estava no Tejo para proteger Dona Maria II, e o governo hespanhol favorecia ao norte guerrilhas cartistas com dinheiro e munições ás tropas da rainha. Para justificar o pedido da *intervenção armada* ao governo inglez, fez-se valer o sophisma que o agitador escossez Macdonald, commandando guerrilhas miguelistas, pretendia restaurar o throno de D. Miguel, dando assim logar á applicação do tratado da Qua-

drupla alliança de 1834.[1] Pelos discursos dos principaes membros do parlamento inglez, insinua-se que certa influencia deleteria, o Coburgo, levou a esta vergonha eterna da Inglaterra abafar a liberdade de um povo para o entregar aos caprichos de uma rainha creança e tresloucada.

Na sessão de 15 de junho de 1847, lord Stanley ataca o governo inglez pela sua intervenção armada nos negocios de Portugal «contraria ás provisões e positivas estipulações n'ellas consignadas, não só em *opposição aos direitos de uma nação independente*, como tambem — *n'um espirito não imparcial entre os partidos*; e quando o resultado d'essa politica era calculado *para collocar Portugal*

---

[1] Em uma carta de Southern a lord Palmerston em 15 de janeiro de 1847, dando-lhe conta da colligação do elemento miguelista com a Junta do Porto, envia-lhe um numero do jornal septembrista *O Nacional*, que em um artigo de 9 de janeiro traz esta epigraphe tirada do romance de Alexandre Herculano *Eurico*: «*Quando um grande perigo ameaça o paiz, não ha odio entre os* Godos; *são todos irmãos, porque todos são filhos d'esta nobre terra.*» No texto do artigo vem intercalados uns periodos, com que se justifica a colligação: «E' este um d'aquelles casos em que somos obrigados a professar a mesma abnegação, o mesmo patriotismo que induziu o poeta de *Carteia* a sacrificar seus odios, e affeições á felicidade do seu paiz, convencido que salval-o é o primeiro dever do homem:

=«Tambem eu não amo Ruderico; porque a memoria de Witiza nunca morrerá no coração do seu antigo Gardingo. Sei por que meios Ruderico subiu ao throno, que não obteria pela eleição dos Godos. Mas não é a sua corôa que os filhos das Hespanhas têm hoje que defendêr; é a liberdade da patria; é a nossa crença; é o cemiterio em que jazem os ossos de nossos paes;

n'uma posição de sério e protrahido embaraço...» e que «*a mediação de que se lançou recurso não era imparcial.*» E lord Stanley invoca o espirito de Canning para condemnar os ministros que: «*para salvarem uma soberana dos effeitos do seu máo governo interferem afim de coagir as liberdades constitucionaes de Portugal*, convidam uma esquadra franceza a entrar a foz do Tejo, e provocam um exercito hespanhol a invadir os proprios campos de Portugal, que a Gran Bretanha se ligou por tratados a defender de qualquer invasão.» O ministro Palmerston confessa que adopta o principio «que qualquer nação não tem direito a dirigir pela força d'armas a vontade de outra potencia na es-

---

é o templo e a cruz; é o lar domestico; os filhos e as mulheres; os campos que nos sustentam e as arvores que nós plantamos. Para mim de todos estes incentivos apenas restam dois: o amor da terra natal, e a crença do Evangelho. No dia do combate, Eurico despirá a stringe innocente do sacerdocio e vestirá as armas para defender estes objectos queridos dos seus derradeiros affectos.» =

«Estas linhas parecem ter sido escriptas para a nossa causa. Se todos os bons portuguezes seguirem este nobre exemplo de devoção e patriotismo, a causa nacional, não diremos que hade triumphar, porque nem um momento o duvidamos, porém diremos que o triumpho está perto, e que hade ser muito mais glorioso.» *(Livro Azul*, p. 135.)

Por certo Palmerston não inferiu d'esta aproximação do partido miguelista a base para justificar pelo tratado da Quadrupla Alliança a *intervenção* em Portugal; mas é curiosa a justificação pelo trecho do *Eurico* de Alexandre Herculano, que fôra miguelista, e depois liberal da Carta, da qual se tornou acerrimo partidario diante da revolução de 1836.

colha do seu governo ou do seu chefe; — mas se por interferencia se entende a ingerencia em qualquer sentido e extensão, — que toda a historia da connexão entre Inglaterra e Portugal offerece quasi uma não interrompida serie d'essas interferencias da nossa parte; ainda mais a queixa a que o governo se acha mais justamente exposto não é por ter interferido, mas pelo ter feito *em prol do partido máo.*» O Duque de Wellington, tomando parte na questão, diz ácerca do governo cabralista e do que se seguiu á Emboscada: «Sabia que *as medidas do governo portuguez n'aquella epoca haviam sido frequentes vezes objecto das representações* do nosso ministro em Lisboa, — muitas vezes reclamou e instou com o governo portuguez *para que seguisse uma conducta regular.*» Portanto o apoio do governo inglez ás tropelias de D. Maria II, empregando a intervenção armada para sustental-a no throno provinha de uma secreta influencia em contradicção com a politica ministerial. [1] Em carta de 13 de junho de 1847 do Duque de Palmella, datada de Londres, a sua esposa, dizia: «Saberão que a questão da *intervenção armada* em Portugal tem feito aqui uma

---

[1] Escreve Soriano, na *Vida do Marquez de Sá da Bandeira:* «o que mais poderosamente conseguiu a intervenção do governo inglez, segundo o parecer de altas personagens d'aquelle tempo, fôram as instantes rogativas que a rainha D. Maria II e el-rei D. Fernando, seu esposo, dirigiram á rainha Victoria e ao princepe Alberto, por intercessão dos quaes lord Palmerston e os seus collegas se prestaram a abraçar o principio da intervenção.» (t. II, p. 262.)

bulha muito maior do que eu mesmo antecipava. A ponto de ameaçar até a existencia do ministerio. — Entretanto o resultado para nós já não póde ser de desfazer o que está feito. *C'est un fait accompli.* Mas espero que de todos os lados se hade pronunciar uma opinião tão forte a favor do partido nacional portuguez, que este Governo se hade vêr na necessidade de garantir a completa execução (sem sophisma) das condições acceitas pela Rainha.» [1]

Na Camara dos Communs, em sessão de 11 de Junho de 1847, o deputado Hume ao atacar a intervenção, attribue esse acto do ministro Palmerston a uma influencia da côrte: «*Alguma influencia extraordinaria e poderosa* transtornou talvez a cabeça do Governo. Attendeu-se a máos conselhos.»

O deputado Osborne, explica como é que Palmerston só em 27 de Maio chegou «a convencer-se de que devia ser coacto pela força das armas. E' impossivel explicar o arbitrio do nobre lord pelos motivos que usualmente dirigem as pessoas nos negocios ordinarios. *Alludia-se em segredo a influxo mysterioso — a intrigas por detraz da cortina — o que só referia de passagem. — Ha um grande nome occulto n'este negocio;* e quando se dá ensejo para qualquer obra immunda, sempre está prompto como Mephistopheles para enterrar no atoleiro ainda mais as suas victimas e instrumentos. Póde-se dizer que não tardará muito que essa personagem tire o premio da

---

[1] Na *Vida do Duque de Palmella*, t. III, p. 427.

ultima transformação, carregando o nobre lord com o odioso d'ella.» Diz que o coronel Wylde mandado como mediador *se converteu em partidario;* e que «quando a causa de uma dynastia está jogada, quando as circumstancias peculiares da rainha de Portugal devem entrar em linha de conta, não é opportuno á face da Europa mandar *uma pessoa de tão intimas relações com a côrte britanica.*» O deputado Borthwick, na sessão de 14 de Junho, dizendo que o governo inglez impuzera como condição da intervenção a sahida do allemão *Dietz* de Portugal, observa: «*Este personagem*, segundo lhe constava, *jantava em Londres em muito melhor companhia* do que a que podia esperar, e se elle orador não estava enganado, o nobre lord Palmerston não se tinha afastado muito d'este mesmo Dietz, cuja expulsão de Portugal, s. ex.ª exigira como condição para a interferencia ingleza.» Assim se vae revelando como o princepe Alberto levava a rainha Victoria a influir no governo para auxiliar o primo Coburgo de Portugal. O deputado Borthwick aponta os motivos d'estas reacções cartistas e cabralistas: «Pela Constituição de 1838, um Princepe illustre, que mais naturalmente se presume deve ter grande influencia sobre o animo da rainha, não podia exercer o cargo de Commandante em chefe do exercito. Costa Cabral prometteu que se elle fosse nomeado ministro do reino, a antiga Constituição de 1826 seria restabelecida e o illustre Principe nomeado Commandante em chefe do exercito. D'aqui seguiu-se tão negra historia, que não admirava deixasse ella de figurar nas paginas do Livro

Azul apresentado á camara.» O deputado Osborne refere-se a esta mesma origem: «Costa Cabral debutou na vida politica como liberal furioso. A Côrte comprou-o, e tornou-se furioso partidista do absolutismo. — A Constituição de 1838 foi destruida pelas suas intrigas. — Pela Constituição de 1838 o Rei-consorte não podia ser commandante em chefe do exercito, postoque se dizia desejar S. M. ter esse commando.» Vê-se que toda esta série de revoluções que perturbaram a nação portugueza foram provocadas por esse Coburgo sem valor moral, que até pelos seus costumes dissolveu esta pobre sociedade que o acatava. [1] Nos independentes discursos de lords e deputados do parlamento inglez ficaram consignadas essas affrontosas traições em que D.

---

[1] Por carta regia de 17 de Outubro de 1846 D. Maria II reintegrava o marido no Commando em chefe do exercito. Depois da vesania militar veiu-lhe a de ser o *Rei-Artista.*

O Castello de Cintra foi aforado á camara de Cintra pelo Coburgo por 240 reis por anno! Sobre isto escreveu o Abb. Castro: «A uma epoca de decadencia succede muitas vezes outra de restauração, apparecendo um genio bemfazejo que lhe paralisa o impeto; e isto vimos verificado no anno de 1842; porque o Senhor D. Fernando II tomou o Castello de aforamento á Camara da villa de Cintra pela quantia annual de 240...» (*Rev. universal lisbonense*, t. VI, p. 106.) Para o Coburgo, Portugal era um paiz conquistado; muitas riquezas das egrejas foram enriquecer o seu espantoso museu; apoderando-se de quadros, como o de Holbein, como descreve Fialho de Almeida no 1.º fasciculo dos *Gatos*, fazendo o processo á lenda do Rei-Artista, que negociava como qualquer cabeça-de-páo em bric-à-brac. Em uma carta sua a Saldanha encarrega-o de apanhar ao Conde da Silvã umas gravuras de Callot.

Maria II, á parte o seu temperamento grosseiro, era um instrumento passivo do marido de quem muito gostava como mulher. [1]

Em Maudsley encontram-se observações de pathologia mental, que explicam todas as aberrações da rainha D. Maria II, desde que ella começou a influir e a perturbar o governo: a *puberdade*, dando relêvo ás tendencias hereditarias da familia, a alienação, aggravada pelo trabalho ininterrupto de gravidezes successivas: «uma pessoa herda não sómente os caracteres geraes da sua familia, mas tambem certas particularidades de maneiras e de organisação; tanto os pensamentos como as maneiras, os modos de sentir como os humores do corpo, são innatos, e apparecem habitualmente em um ou outro periodo da vida. Não são unicamente as maneiras e o aspecto dos antepassados immediatos que se reproduzem assim algumas vezes, são tambem as maneiras e o aspecto de avós afastados, mesmo sem serem de linha ancestral directa; parece que cada parente possue em potencia de uma maneira latente, o resumo dos seus antepassados,... que se pódem desenvolver de novo na sua posteridade, se por acaso se encontra-

---

[1] Eis uma carta de D. Maria II a Saldanha:

«Meu querido Duque. Peço-lhe que escreva a El-Rey como cousa sua pedindo-lhe para irmos ao bazar do Passeio; não diga que fui eu que pedi isto.»

Outra, ao mesmo:

«Meu querido Duque. — Visto não ter vindo hontem á noite, peço-lhe que appareça por cá hoje, pela volta do meio dia, e que persuada El-Rey a ir ámanhã aos touros. Quando vier então lhe direi porque tenho empenho em ir aos touros. — *Maria.*»

rem estimulos convenientes. Para comprehender qual a natureza d'estas potencialidades latentes, devia-se estudar o seu desenvolvimento no pae, nos irmãos, irmãs, tios, nos filhos, em todos os ramos da arvore genealogica; lêr-se-ia de uma maneira explicita aquillo que se acha implicitamente em si mesmo.» [1] Ao *beiço austriaco*, que veiu imprimir o cunho da sensualidade nos Braganças, a *loucura* de D. Maria I, a *devassidão* de D. João VI e Carlota Joaquina, o *impulsismo* brutal de D. Pedro IV e a tendencia *facinora* de D. Miguel, tudo isso achou condições especiaes para pezarem sobre D. Maria II, que se encontrou aos seis annos de edade sem os cuidados moraes de mãe, que se creou á solta na côrte do Rio de Janeiro, tratada domesticamente como rainha de um throno hypothetico, roubada com ludibrio de um esponsal por um tio sanguinario, e ás ordens de um pae irascivel em Inglaterra, em França, e em Lisboa, onde se acha subitamente aos quinze annos declarada rainha, e casada com um irmão da madrasta (a Imperatriz Amelia) que profundamente odiava. Tudo isto bastava para fazer que essas latentes potencialidades ancestraes se revelassem no seu temperamento; a falta de cultura mental, as falsas ideias que lhe suggeriam os enthuziasmos loucos proclamados no grito *Rainha e Carta!* levaram-a a entregar-se a uma camarilha de mulheres, damas do paço, que a acompanharam nas migrações por côrtes de Inglaterra e França,

---

[1] *Pathologie de l'Esprit*, p. 96.

além das tias, como D. Isabel Maria a devassa e beata Regente de 1826, que preparou a reacção absolutista do mano D. Miguel. Os velhos *amigos de D. Pedro*, diplomatas, ministros e generaes, sentiam-se impotentes diante dos caprichos da infantil rainha, que pelos seus casamentos provocou a *intervenção protectora* das côrtes da Belgica e da Inglaterra.

Depois de ter indicado as potencialidades ancestraes que se manifestam no caracter do individuo por circumstancias que as estimulam, aponta-as em seguida: «E' occasião de notar, que certas qualidades hereditarias não apparecem senão em certas epocas da vida, em que os *substrata* nervosos que nos vêm dos antepassados, entram a funccionar pela primeira vez. Na *puberdade*, por exemplo, produz-se uma revolução corporal e mental, e novos substrata do espirito entram em funcção; caracteres ancestraes, que d'antes se não tinham notado manifestam-se;... durante a *gravidez*, uma menina póde apresentar certas manifestações especiaes do caracter da mãe...» A revolução corporal foi uma enorme gordura adiposa, em que D. Maria II, com o appetite de seu avô D. João VI creou tambem as mesmas carnes molles; a revolução mental foi a *soberba* da archiduqueza austriaca, revelando-se pelo imperio descricionario e insensato através da pratica das fórmulas theatraes da Carta outorgada. Por accidentes provocados por esta *soberba*, em que os phenomenos da gravidez quasi lhe davam a fórma de alienação, D. Maria II tambem chegou a comprazer-se com o facinorismo do tio; Maudsley apontou o phenomeno:

«as experiencias particulares da vida, bem como estas mudanças devidas á evolução corporal, pódem acordar o funccionamento de certos substrata nervosos ancestraes que existiam em repouso, e que assim um accidente da vida veiu pôr em evidencia um d'esses caracteres, que como uma semente que não cahiu na terra, teria permanecido obliterado.» *(Ib.*, 97.) As durezas e ferocidades ordenadas contra os nobres prisioneiros de Torres Vedras, taes como se acham descriptas nos discursos proferidos no parlamento inglez, e como o authenticam as cartas intimas da Duqueza de Palmella a seu marido desterrado de Portugal em 1847, documentam esta regressão do temperamento de D. Maria II.

A Junta do Porto representara respeitosamente á Rainha para que se evitasse a guerra civil; não obteve resposta, mas em nome de D. Maria II foi espalhada uma proclamação em que conclamava: «Onde o rigor for indispensavel gemerá o meu coração; mas *hade ser inexoravel a severidade da justiça.* Se tanto for mister, o *exercito, levando á frente El-rei, meu prezadissimo esposo*, e todos os meus subditos fieis... saberão voar onde a desordem houver alçado o colo, esmagar iniquas esperanças...» E nomeando Saldanha seu Logar-tenente nas provincias do norte, conferia-lhe poderes para «*fazer julgar verbalmente e summariamente em conselho de guerra e logo arcabuzar* os ecclesiasticos ou paizanos que fossem encontrados com armas na mão, e os officiaes militares que commandassem corpos irregulares.»

Quem lêr nos registos officiaes a lista dos

principes com que o Coburgo lançou tentaculos á lista civil do orçamento do estado, vê logo que D. Maria II foi brutalmente sacrificada a esse estado de procreação intensiva desde 1837 até 1853 dando á luz o seu ultimo filho, o undecimo, que não sobreviveu. [1] E' sabido de todos os alienistas as perturbações de espirito que causa a gravidez, como observaram Guislain e Griesinguer, e a que Shae deu o nome especial de *loucura da gravidez*, que com o nome de *loucura puerperal* se continúa depois do parto, e que tambem se confunde com a *loucura da lactação*, como observa Maudsley: «Quasi todas as mulheres são susceptiveis, irritaveis e caprichosas durante estes periodos, e todas as causas de vexação as affecta muito mais sériamente do que de costume; algumas apresentam mudanças de caracter, que chegam até á loucura... *(Pathol. de l'Espr.*, 224.) A série dos principes com que D. Maria II gratificava annualmente Portugal, serviu de fundamento para exaltar

---

[1] Pômos aqui essa série, porque se presta a considerandos:
— D. Pedro v, n. 16 de Septembro de 1837.
— D. Luiz, 31 de Outubro de 1838.
— D. Maria, 4 de Abril de 1840.
— D. João, 16 de Março de 1842.
— D. Maria Anna, 20 de Julho de 1843.
— D. Antonia, 17 de Fevereiro de 1845.
— D. Fernando, 23 de Julho de 1846.
— D. Augusto, 4 de Novembro de 1847.
— D. Leopoldo, 7 de Maio de 1848.
— D. Maria, 3 de Fevereiro de 1851.
— D. Eugenio, 15 de Novembro de 1853.
A rainha D. Maria II morre do ultimo parto.

as suas virtudes conjugaes, como excellente mãe, mantendo os costumes austeros acima dos caprichos eroticos do Coburgo. [1] Mas na politica da nação reflectia-se o effeito da loucura hysterica, provocada pelos casamentos, pela gravidez, partos e chlorose consecutiva. Griesinguer no *Tratado das Doenças mentaes*, diz: «a hysteria é muitas vezes produzida pelo casamento, pela gravidez ou pelo parto.» (Pag. 216.) «Algumas vezes tambem as excentricidades e os caprichos dos individuos profundamente chloroticos, transformam-se pouco a pouco em uma loucura verdadeira.» *(Ib.*, p. 228.)

A ameaça da *abdicação* imposta á rainha, nas publicações clandestinas, levava-a ao delirio, e não admittia conselhos do proprio governo inglez a quem pedia o soccorro da armada e a intervenção; é significativa a seguinte carta dirigida a Saldanha:

«Acaba de cá estar Seymour para nos mostrar um officio de lord Palmerston com conselhos no genero do *grande philosopho Princepe Alberto.*—Eu declarei a Seymour que aqui não havia nada se não houvera protecção estrangeira aos Patuleias; mas de que elle po-

---

[1] Castilho escrevia a Antonio Luiz de Seabra, em carta de 7 de Novembro de 1842:

«O teu afilhado falla já tão claro como tu, e como eu;...

«A comadre vae indo bem, e dentro em pouco vae dar segundo pleonasmo de descendencia. (Emilio, n. 1843.) *Se eu fosse como o Coburgo, e a tola da nação m'os sustentasse, ainda não era máo.» (Mem. de Castilho*, no *Instituto*, vol. XLI, p. 68 — 1893.)

dia estar certo é que eu mais depressa morreria combatendo nas ruas do que abdicar. Elle poz-se a fazer a cara de piégas e foi-se. Já me falta a paciencia para *conselheiros asnos.*» [1]

O governo inglez levado á vergonha da intervenção, começou por accalmar a megéra, impondo-lhe quatro condições como base da acção: amnistia para os crimes politicos; revogação dos decretos que violaram as leis do paiz; convocação immediata de côrtes; e administração, excluindo facciosos cabralistas e junteiros. Estas mesmas condições foram levadas á Junta do Porto, que as não acceitou; o Conde das Antas ao saír para uma expedição ao sul do paiz era feito prisioneiro por Maitland, e uma divisão hespanhola de 10:000 homens entrou no Porto, impondo obediencia a D. Maria II, e a entrega das armas, o que se effectuou pela Convenção de Gramido, assignada em 29 de junho de 1847. Esta debandada chegou a parecer aos *patuleias* uma traição. Lê-se nos *Traços de Historia contemporanea*, de Teixeira de Macedo: «Alguns soldados dos batalhões populares, *julgando-se atraiçoados pelos seus proprios chefes*, e vendo que das mil promessas que se lhes tinham feito, nenhuma se tornaria realisavel, começaram a descarregar as espingardas...

«E assim terminou a guerra civil e a estrangeira, depondo as armas na cidade invicta um exercito de 14:000 homens, valentes como os

---

[1] Correspondencia do Marechal Saldanha: *Cartas das Magestades*, p. 6. Ed. de Guilherme J. C. Henriques.

mais valentes, diante de um exercito hespanhol que D. Maria da Gloria fizera chamar contra o seu povo e contra a cidade que lhe dera e segurara o throno.» [1]

O jogo perfido das chancellarias entre os partidos e o egoismo monstruoso do paço, acham-se representados em uma satira sarcastica, que encerra mais verdade do que os relatorios officiaes e as notas diplomaticas; transcrevêmol-a:

A Cantiga do Trinta e Um

Jogaram o *Trinta e um*
Antas, *Saldanha* e *Terceira*,
Casal, *Vinhaes* e *Bomfim*,
Póvoas e *Sá da Bandeira*.

---

[1] Passados cincoenta e seis annos, escrevia a proposito da visita de Affonso XIII a Lisboa em 1903, o jornal *El Liberal*, o seguinte trecho transcripto pela *Voz Publica*, n.º 4223:

= Do outro lado de lá da fronteira, porém, vê-se com mais perspicacia, e põe-se de certo modo a mão na chaga. Por isso escreve *El Liberal*:

« Produzirá essa visita, no que respeita a intelligencia dos dois paizes, algum resultado vantajoso?

« Assaltam-nos temores, que não. *O povo portuguez olvidou a expedição do duque d'Alba, mas conserva vividamente na memoria a do marquez del Duero. Não da outra, mas d'esta provém a sua instinctiva desconfiança.*

« E continúa crendo que as amisades puramente pessoaes dos monarchas da Peninsula, costumam terminar na remessa d'um exercito a Dona Maria da Gloria, para ajudal-a a suprimir as liberdades publicas.»

E' exacto, perfeitamente exacto. A invasão de Concha e de Mendez Vigo, um dos attentados mais infamantes, que suja as paginas da historia contemporanea, foi o estrangulamento de um povo, devido aos reis de Hespanha e Portugal. =

Era o bolo C'roa de ouro,
Das frescas, de cunho novo,
Que os graúdos bem conhecem,
Mas que mal conhece o povo.

Todos querem possuil-a,
Todos queriam ganhar,
Uns para a trocarem logo,
E outros para a guardar.

O *Terceira*, que é marão,
Pediu CARTA, mas passou;
Lançou as cartas á meza,
Pôz-se a vêr, mas não jogou.

O *Antas*, que é fanfarrão,
Proclamou que ia ganhar,
Pediu CARTA, e disse: «Fico-me.»
Teve medo de passar.

O *Saldanha*, sempre attento,
Cautelloso se mostrava;
Pediu CARTA, e ficou-se;
O Antas observava.

Vendo o *Bomfim*, que no jogo
Já dois haviam — ficado, —
Quiz mostrar-se mais audaz,
Passou... Ficou desgraçado.

O *Casal*, que antes ganhava,
Não quiz agora perder;
Ficou, porém, em máo ponto,
Jogava para entretêr.

Viera o *Póvoas* de longe,
Doente, velho, estropiado;
Mesmo assim chegou á meza,
Tinha o fito no condado.

Começou logo a jogar,
Ficou; e não ficou mal;
Porque o ponto era subido,
E observava o *Casal*.

Vinhaes, que tambem ganhava,
Da meza estava apartado;
Não lhe tinham dado CARTA,
Parecia estar amuado.

Mas, de repente surgiu,
Pediu mais carta, jogou;
E apesar da tal CARTINHA,
Tambem a final — ficou.

Restava o *Sá da Bandeira*,
Que tinha muito perdido;
Pretendia desforrar-se,
Fazendo jogo atrevido.

Com máo ponto, e atrapalhado,
Pediu CARTA, e pediu mais;
E por fim tambem ficou,
Olhando para o *Vinhaes*.

Ninguem tinha Trinta e um;
E os que tinham — ficado,
Cada um mostrando o ponto
Estava tudo empatado.

Respeitavel PERSONAGEM,
Que todos conhecem bem,
Que tinha n'aquelle *bôlo*
Mais interesse que ninguem;

Vendo todos em torpôr,
Em apathia de facto,
Lhes disse então: « Meus senhores,
Deixem, que eu já desempato. »

E convocando os visinhos,
Que logo vem ajudal-a,
Se dirige aos jogadores
E d'esta sorte lhes falla:

« *Senhores! basta de jogo;*
Dura tem sido a lição;
Agora todos para casa,
Se assim o querem... se não... »

E assim findou a lição;
Oxalá não começára!
A lição não só foi dura,
Mas tambem ficou bem cara. [1]

Pelo seu lado o povo tambem julgava os acontecimentos com a sua natural malicia da intuição do bom senso:

O Conde come tripas,
O Saldanha orelheira,
Coitados dos pequenos,
Que p'ra elles é a feira.

Fez bem o Saldanha
Até certo ponto,
De vir para cá
Apanhar tanto conto.

No seu discurso no parlamento inglez disse o deputado Hume: «A França expulsou Carlos X, cujo procedimento *não foi a vigesima parte tão máo como o da Rainha de Portugal.* — O povo portuguez soffria dez vezes mais oppressões do que o povo francez;... que os chefes da revolução em Portugal eram homens mui distinctos e de elevado caracter.

---

[1] *Cancioneiro popular politico*, colligido por A. Thomaz Pires, p. 60. — *Historia de um Fogo morto*, p. 478: ahi escreve José Caldas: «Como se vê, sob a mascara de uma desprezivel allegoria, faz-se n'este folheto baixamente rimado, a apologia da *Intervenção estrangeira* — a maior infamia da monarchia constitucionalista! E como se não bastasse a definir um regimen de traições, de baixos conluios e emboscadas, o povo sobre o qual a prepotencia arremessa este infame vilipendio, acolhe, applaude e divulga o insulto! Nos ultimos dias de 1848 estas quadras correm em todas as mãos, fazendo-se commentarios, apontando-se a fidelidade dos desenhos, desmascarando-se o engenhoso da invenção.» p. 481.

Por isso julgava crueldade, o cumulo da crueldade que a bandeira ingleza fosse empregada em esmagar este povo.»

Pela bocca de Garrett, na camara de 1844, fallou a alma da nacionalidade: «Esta pobre terra já não é senão um pedaço de terra como qualquer outra, uma provincia para um reino — reino, nação, paiz, já não torna a ser. Não vos illudaes; acabou, e acabou ás vossas mãos. — Que heide eu dizer mais? Depois da accusação do parricidio, o orador romano não achava mais que dizer.»

Como o governo de Luiz Philippe (sôgro do Coburgo da Belgica) arrastou a França á vergonha da intervenção armada, uma voz de protesto, eloquente e immortal se fez ouvir em todo o mundo e por fórma que ficou na historia; Edgar Quinet publicou n'esse anno de 1847 um folheto sobre essa iniquidade flagrante *d'une nation qu'on étouffe.* [1] Transcrevemos do opusculo *A França e a Santa Alliança em Portugal* estas inolvidaveis paginas:

«Existia no mundo um povo que se chamava Portugal, e que fraco na apparencia, havia realisado grandes emprezas, mudado as vias do commercio, inaugurado a historia do mundo moderno, com a epoca da industria, pelo descobrimento do Cabo da Boa Esperança e conquista dos confins da terra.

---

[1] *La France et la Saint-Alliance en Portugal.* Paris, Joubert. 1847. In-12, de 70 pag. Incluido nas Obras completas, t. x, p. 55 a 88.

Ninguem, com menos recursos prestou nunca maiores serviços ao genero humano. Foi o primeiro a abrir as portas do Oriente ao Occidente. No tempo em que a Inglaterra e a França apenas conheciam as suas costas, elle descobria e augmentava a immensidade; senhor dos oceanos, as suas frótas, sem rivaes, dominavam sobre mundos cujos limites ninguem conhecia. Depois de ter entregue o globo inteiro á humanidade moderna, este povo creador, fatigado de gloria, de heroismo, de genio, tinha perdido a sua róta. Encalhado no porto jazia desde dois seculos com a certeza que o dia da salvação raiaria para elle.

« A Revolução de 1830 tinha sido o signal do seu resurgimento; tinha saudado a vela do bom soccorro, desde esse momento o povo naufragado fazia esforços para se erguer. A' custa do melhor do seu sangue, nós o tinhamos visto repellir, a exemplo nosso, uma velha dynastia, reassumir sua soberania, reconquistar o throno para o outorgar a D. Maria, a qual não deixou de se desfazer em juramentos de fidelidade e de reconhecimento eterno. Confiado na estrella da França, seguiu-a de longe e cria seguir o seu proprio destino.

«Note-se, antes de tudo, que este renovamento não se limitava á superficie das cousas. Portugal não se contentava com uma imitação esteril, como se julga; o renascimento politico fundava-se sobre o renascimento do proprio espirito portuguez. N'este paiz, que havia dois seculos deixara de pensar, brilhava uma vida intellectual em obras inspiradas pelo amor do paiz e da sua tradição. Numerosos escriptores surgiam, haurindo todos o

seu genio no mesmo sentimento da patria rediviva. Um vislumbre de independencia bastara para dar energia ás almas; a civilisação morta reerguia-se. Quem o acreditaria, se isto não fosse notorio? os quinze annos ultimos produziram mais obras originaes do que os dois seculos; e, segundo a expressão de um homem a quem ninguem aqui negará a auctoridade — M. Almeida Garrett — nunca se tinha visto no espirito publico um movimento tão profundo, um fervor tão sincero, uma esperança tão viva, uma emoção mais verdadeira, uma inspiração tanto indigena, desde a epoca dos *Lusiadas*.

«O que é que produziu este milagre? A ternura pela terra natal, por este paiz outr'ora tão potente, hoje tão miseravel, mas que ao menos, na sua miseria julgava pertencer-se a si mesmo. Era o mesmo ardor que se tinha patenteado em França em 1827 e 1828 com um espirito de patriotismo menos sombrio. Davam-se á faina de pensar, de escrever, como se a patria, a qual tudo se referia, tivesse de lhes ser arrancada. Interpretavam-se com anciedade as chronicas da gloria portugueza; compunha-se o que sempre tinha faltado, um theatro exclusivamente nacional. Eu mesmo observei, quando ahi estive, esta elaboração dos espiritos. Sem que fosse preciso ser grande propheta, eu annunciei [1] que esta conspiração de todos os corações, de todas as intelligencias não deixaria de brilhar; que uma firme vontade de renascer se manifestaria pro-

[1] *Mes vacances en Espagne*, 1846.

ximamente por actos publicos; que esta litteratura não era uma obra de academia, mas um brado de esperança, que ella se harmonisava muito bem com os instinctos da multidão para deixar de concorrer a reanimar este povo, a não ser que apparecesse em dado momento um grande facinora para o assassinar previamente. Isto disse eu, quando nenhum acontecimento exterior m'o confirmava, e aos olhos da Europa esta terra parecia morta. Mas bastava olhar em redor para notar-se que toda a gente estava no segredo do que se preparava. Se já houve movimento que fosse nacional, era-o este, que se effectuava então á luz do mundo. O escriptor conspirava nos livros, o deputado na sua cadeira, o povo no extremo das provincias. Quando o accôrdo se estabelece entre a intelligencia do pequeno numero e a consciencia de todos, é facil prevêr os resultados.

« Accrescente-se a isto, que Portugal n'este novo impeto nada tinha de commum com a Hespanha. Quando se estuda estes dois povos, nota-se que o renascimento de um e do outro se realisava sem que nenhum d'elles sacrificasse algo da sua nacionalidade. Ambos tinham as vistas na França, e ambos parecia que mutuamente se desconheciam. Lisboa e Madrid separados pela historia, são-o hoje mais do que nunca. Portugal, mais fraco, mostrava um espirito desconfiado; de sorte que o mais mesquinho dos povos da Europa era ao mesmo tempo aquelle que melhor guardava no imo do coração a religião da patria. A sombra do estrangeiro, principalmente o hespanhol era-lhe insupportavel. O respeito

de si proprio e da terra natal, era o principio de tudo quanto se podia esperar da regenerescencia portugueza. Emquanto este culto se conservasse, o germen do futuro permanecia; tirando-o, desapparecia tudo; é um povo a quem arrancaes o coração.

«Se existisse um dever para os governos das grandes potencias que se dizem mantenedoras da civilisação, seria seguramente o de preservar, de respeitar, de salvar, no seu principio, esta sociedade inoffensiva, que só se fortificava com a sua gloria do passado. Contava apenas alguns milhões de homens; mas o principio que a fazia subsistir era tão grande como o mundo moderno. Todos os amigos da humanidade se regosijavam de vêr esta nação resurgir do abysmo, apoiada unicamente na memoria dos seus grandes homens. A final, o que é que elles nos pediam? Imploravam o nosso soccorro, como a Grecia em 1825? Não; só pediam que lhes deixassem o seu logar ao seu sol glorioso. Tinham abraçado a causa franceza; receaveis o pedido que se lhes acudisse com sangue e dinheiro? Não; queriam subsistir modestamente e livremente na alliança da Revolução de 1830. Mas isto mesmo não lhes permittistes; arrebatastes a este paiz a unica força em que se apoiava a nacionalidade. Triumphae á vontade; a esperança de tantos homens de coração que trabalhavam para refazer uma patria, é de ora em diante sem sentido. Já não é uma mocidade viva, que tem em si o principio da propria acção; tornastel-o um povo servo, que qualquer póde espesinhar a seu capricho; apunhalaste Lazaro ao erguer-se do sepulchro.—

«Oh! a grande politica. Esta terra sobre que exercem o direito de conquista, entregam-a á Inglaterra. Compartilham o opprobrio, e esta tira o proveito.

«Quanto mais o povo portuguez aspirava a renascer, tanto mais o governo de D. Maria se obstinava a impedir este resurgimento. E' tão bom imperar sobre um povo morto! que paz soberana! que magestosa calma! Tem-se saudades do tranquillo Defunto do antigo regimen, e conta-se fazel-o envolver outra vez na sua mortalha o povo que ficara sagazmente sepultado dois seculos. D'ahi esta espantosa situação de um paiz em que todo o signal de vida é considerado como uma rebellião. A nação quer reviver; a rainha acha mais legitimo governar um cadaver. Como combinar estas duas vontades? Eis o âmago d'este cahos de revoltas, de perjurios, de reconciliações mentirosas, de falsos juramentos, onde a vista mais perspicaz desvaira.

«E' preciso que o confesse para vergonha do meio dia da Europa: esta desgraçada parte do globo ainda nada comprehende da arte de conduzir docemente um povo para a servidão, conservando as fórmas e as vantagens de uma Carta jurada. Apezar dos exemplos a este proposito dados pelos de cima, a lição aproveita lentamente. Para que serve opprimir, se me não deixaes o prazer de fazer alarde? Torturar na polé o reino de Ignez de Castro, eis o que se chama reinar.

«Imaginem, se pódem, uma tyrannia phantastica, convulsiva como uma crise de nervos. Eu vi com os meus olhos deputados cuja discussão encommodava, agarrados, arrancados

de suas cadeiras, e transportados para os pontões de uma fragata ancorada no Tejo para este emprego parlamentar. Ficavamos sabendo, sem mais explicações, que a Constituição fôra abolida, todos os direitos derrogados, por que Sua Magestade a rainha passara mal a noite... Esfregavam-se os olhos, parecia um sonho. Depois, quando se viu que o sonho era uma verdade, cada qual retirava-se para a sua provincia, para onde podia.

«Por fim chegou o momento em que toda a nação foi declarada suspeita. Era em 1846. N'esse dia rebentou o primeiro levantamento; propagou-se de um relance de um extremo ao outro do paiz até ás portas de Lisboa. Não ha que duvidar; não é um motim, é a voz de um povo indignado; está armado, pede justiça, reparação. O perigo aperta. Costa Cabral, o ministro das violencias, foge em um brigue inglez. Quanto á rainha, esse anjo de innocencia, subitamente se illumina, logo que não achou a força pelo seu lado. Pois que! ella ignorava inteiramente que Portugal não dormia sobre rosas; julgava que um ministerio de rapinas, de oppressão, de concussão, de perjurio era a edade de ouro de um paiz; que nada ha no mundo de melhor para um povo que o viver sem leis, sem garantias, ser devorado até á medula pelo imposto, e por fim espingardeado sem culpa formada. Tudo quanto ella tinha feito ácerca d'isto tinha-o meditado, decretado, executado por um excesso de bondade angelica. Porém, já que este povo tinha a insigne mania de não se divertir á sombra da forca, já que era tão extravagante que não achava nenhum prazer nem

nos carceres nem nos pontões, nenhuma satisfação na fome, nenhuma segurança na suppressão dos seus direitos, nenhum orgulho na condição de alimaria, D. Maria da Gloria, depois de muito considerar, conformando-se por delicadeza de alma com tão incrivel phantasia, consentia em privar-se do seu ministro evadido. Ella nomeou um outro que tinha não só a sua confiança, mas tambem a da nação, o Duque de Palmella. De mais, promettia, á fé de soberana, convocar as côrtes para o proximo mez; depois do que, pedia, o que era de toda a justiça, que as provincias revoltadas confiassem inteiramente a ella os cuidados da felicidade publica. Sobretudo, que os seus olhos não fossem mais affligidos com o espectaculo de homens armados para a defeza das leis. Seu coração maternal não podia, em verdade, supportar um tal espectaculo. Que cada qual voltasse socegadamente para sua casa, tratando de si, tendo o bom cuidade de deixar todas as armas offensivas ou defensivas. Lagrimas sellaram o juramento. O povo enterneceu-se; retirou-se com a fronte abatida, pelo seu lado chorando com a bondade da sua rainha, *idolo da sua adoração.*

«Assim que a nação se desarmou por si mesma, que as Juntas se dissolveram, quando já não havia um só homem insubmisso, a Rainha, na mais negra das noites, em 6 de Outubro de 1846, convocou o seu novo ministerio. A hora insolita, os apprestos sinistros, tudo é de deploravel augurio...

«Portugal livre na vespera, adormecido na fé dos juramentos, acorda ao alvorecer manietado de pés e mãos. Ainda outra vez o

regimen da Turquia restaurado para felicidade d'este povo tão amado. Não mais Constituição, nem parlamento, nem leis, nem direito; a edade de ouro das masmorras e da forca vigora. A felicidade publica é de novo levada ao seu auge.

«Se a França fez bem em revolucionar-se em 1830, Portugal fez cem mil vezes melhor em se insurgir em 1846; porque não ha ninguem que pretenda comparar as Ordonances de Carlos x, com a louca tyrannia de D. Maria, que já duas vezes tinha recebido o perdão do seu povo; sem contar que Carlos x, rei do direito divino, sagrado pelo estrangeiro, nada devia á liberdade, emquanto D. Maria, rainha pelo direito da revolução, ao contrario tudo lhe devia. — O movimento que fez com que Portugal pegasse em armas partia não só de um direito, mas de um dever, sem o qual não havia mais honra, nem consciencia, nem vida. Se alguma cousa prova que esta nação é um corpo vivo, não um corpo morto que cada qual póde calcar aos pés, foi precisamente, quando sentiu a injuria e se levantou para castigal-a, para lhe pôr termo.—

«Duas cousas ha a considerar aqui: a primeira, é que a insurreição foi nacional; a segunda, que não foi cruel. A rainha do seu lado tinha um exercito organisado, todos os recursos de finanças que Portugal, endossado pela Hespanha e França póde ainda conter. Sem tropas, sem armas, a insurreição de esfarrapados parecia subjugada no primeiro dia. Porque ia ella, pelo contrario, dominar? Porque esta guerra tinha tomado um caracter unico, até áquelle dia, nas dissenções da Pe-

ninsula. Se vos não cega o espirito de partido, vêr-vos-heis obrigados a reconhecer, que antes d'esta insurreição as guerras civis eram, como na America do Sul, revoltas de soldados; o que lhes faltava era o povo. As violencias de D. Maria tiveram a vantagem de despertar a resistencia e a vida politica no coração das populações; alguma cousa de novo se patenteou. Quantas vezes as tropas da rainha venceram, sem que a sua situação tivesse melhorado? Entre os exercitos um novo combatente tinha surgido,—o povo portuguez, não reunido em massa nas grandes cidades, mas emboscado de traz das fragas, das arvores, nas moutas, nos barrancos, que, interceptando os reforços, offerecia em cada ponto um refugio aos seus amigos, um perigo aos seus inimigos.—Os triumphos da rainha só lhe garantiam Lisboa; as derrotas da Junta compromettiam o Porto.—

«Effectivamente o circulo da insurreição, alargando-se cada vez mais, a rainha sitiada, bloqueada na sua capital pela colera e justo direito de todo o seu reino, estava de antemão previsto o desenlace; não podia tardar. A juncção do Conde das Antas com Sá da Bandeira tinha como consequencia a victoria das leis. Um governo iniquo era forçado a dar garantias sérias para o futuro do povo portuguez; ludibriado, enganado, sempre prestes a sêl-o na sua superstição monarchica, só queria punir a realeza obrigando-a a cumprir os seus juramentos.—A revolução fez um esforço decisivo; concentrou as suas melhores tropas em uma fragata e alguns navios de transporte. Um grito de enthuziasmo saúda

a partida dos soldados; a pequena esquadra navega com segurança. Que direi, afinal? a fróta da França de Julho, as frótas de Inglaterra e da Hespanha revolucionaria, ligadas com injuncção de aprezal-a, de a meter a pique, de massacrar se necessario fôsse a esquadra da revolução de Portugal, o pequeno exercito envolvido sem declaração, sem provocação, agarrado, algemado de repente, atirado de pés e mãos atados ás masmorras de San Julião, á vista dos terraços do palacio da rainha! *E' uma mancha eterna para o nome inglez!* exclamou um orador de Londres... Os inglezes manifestaram por momentos estupefacção e quasi remorso; e na camara dos communs perguntaram qual a garantia que restava a este povo prisioneiro. A palavra de Dona Maria, replicou o ministro. A estas phrases uma immensa gargalhada retiniu por todo o parlamento. —

«Mas se alguma cousa espanta n'este negocio, é o desprezo insultante da consciencia humana. O mais forte lança a culpa sobre o mais complacente. A Inglaterra attribue á França este crime; a França lança-o á conta da Hespanha.

«Effectivamente podia haver n'isto um interesse para todos, menos para a França. Que o povo portuguez seja ferido de morte, comprehendo que a Hespanha herde do cadaver; que aproveite ainda mais á Inglaterra. Porque para Portugal ser uma perfeitura ingleza, uma segunda Irlanda, *é preciso impedir que se fórme ahi um espirito nacional*, um coração de povo. Fazei d'elle um despójo sem vontade, uma mercadoria falsificada, avaria-

da, com as marcas de Londres. — Parece-me que a restauração de um throno por mão do estrangeiro, não foi seguida, em França pelo desfecho mais feliz para o poder restaurado; penso que a sombra das bayonetas alliadas não protegera efficazmente bem o somno do monarcha.

«O amor dos Portuguezes por Dona Maria, *meio assentada em um throno cambaleante*, retomara evidentemente todo o seu encanto, logo que contemplaram, morrões accesos, detidos á vista por inglezes, francezes e hespanhoes, nos golfos, nas costas, nas ilhotas, nos areaes, nas bahias da terra natal, e peor ainda nos caes, nas praças do Porto e Lisboa, dois ou trez mil canhões, promptos a saquear, a dilacerar, a fulminar caritativamente a população á menor apparencia de esfriamento de coração. Já dentro do territorio, eil-o o general Melendez Vigo, que entra a passo de carga em paiz conquistado. Lêa-se a sua proclamação: é da boa eschola do manifesto de Bronswick. Ou conheço mal a nação portugueza e sua execração pelo jugo hespanhol, ou esta franca e leal tomada de posse deve leval-a ao cumulo do seu reconhecimento. *Abrir ao inimigo as portas do seu paiz, haverá nada de mais honroso, de mais hospitaleiro da parte de um soberano?* Outr'ora chamava-se a isto o maior dos crimes, e punia-se com morte. *Hoje faz-se d'isso uma virtude constitucional.* —

«Compara-se o que se fez em Portugal á intervenção reclamada pela Hespanha em 1835! Esta comparação é tambem um embuste; porque, emfim, n'este ultimo caso, as duas cama-

ras estavam pelo menos de accordo para chamarem contra a legitimidade o auxilio de um povo visinho. — No negocio de Portugal nada se encontra semelhante. Onde as camaras, que apoiassem a corôa? onde o accordo dos trez poderes?... Não vejo senão *uma mulher em colera, embaraçada por causa de sua propria tyrannia, que chama para virem violar tudo isto, o povo que lhe deu a corôa, o direito das gentes, e o direito constitucional fundamento unico da vossa auctoridade.* —

«A intervenção forçada, *é um crime da parte do governo.* Quem disse isto? o primeiro conselheiro de Luiz Philippe, Casimiro Périer.

«Seja qual fôr, afinal, a opinião que se professe, é impossivel deixar de vêr aqui um signal precursor.

«No seculo XVI, a Italia official renegou o direito; não tardou a afundar-se. Hoje a Europa official declarou egual guerra á consciencia humana. — Ou a consciencia humana perecerá, ou esta negação clamorosa do direito terminará por abrir um abysmo desconhecido.»

Quinet viu claro; esse abysmo foi a Revolução de 1848, que dissolveu na Europa os ultimos restos da Santa Alliança, e fundou a segunda republica franceza, universalisando o espirito democratico.

1.º Memoria historica da Duqueza de Palmella — A Sobrinha do Marquez

O *perpetuo rasto de sangue* com que os decretos de desterro para os prezidios de Africa manchou o reinado de D. Maria II, fez com que a propria intervenção armada estrangeira

acudisse pela salvação dos vencidos. Este degradante attentado acha-se referido nos discursos do parlamento inglez verberando a joven rainha, [1] e em cartas intimas de pessoas alheias a todo o facciosismo politico. Em carta de 25 de janeiro de 1847, escrevia ao Duque de Palmella, que a rainha mandara saír de Portugal, sua desolada esposa: «Estamos agora cuidando em dar roupas aos pobres prisioneiros de bordo, que estão na maior miseria. Fazem immenso dó. O Fernando, Bomfim, Ce-

---

[1] No memoravel discurso de lord Stanley, no parlamento inglez em 15 de Junho de 1847, descreve-se a situação dos prisioneiros de Torres Vedras: «Não se entregaram á discrição, sim *como prisioneiros de guerra, com as honras militares!* Entre elles havia alguns dos homens mais habeis e distinctos de Portugal. E como foram tratados depois de se entregarem? *(Vozes estrepitosas:* Ouçam, ouçam.) A 30 de Dezembro Mr. Southern escreve: = Sou informado que o Governo tenciona mandar esses cavalheiros para a costa da Africa; castigo que envolve a perda de saude, se não o sacrificio da vida. = Entretanto, Mr. Southern, que manifestara a esperança de ser a sua admoestação acompanhada de successo, escreve o seguinte a 30 de Janeiro:

« = Na noite anterior ao dia de antes de hontem, o conde de Bomfim e os seus companheiros foram repentinamente transportados da fragata aonde se achavam, para o porão do brigue Audaz, prompto a fazer-se de vela para Angola. O commandante recebeu ordem de saír do porto immediatamente; e só deixou de o fazer em consequencia do forte vento que soprava da barra. =

«A 1 de Fevereiro, Mr. Southern diz: = Desde a minha ultima communicação, seis ou sete prezos do brigue Audaz foram mandados para a enfermaria do Limoeiro por motivo de doença; entre elles acha-se o conde de Avilez. Muitos outros se acham enfermos. O conde de Bomfim tem algumas feridas abertas; e o conde de Villa Real, que perdeu uma perna no Chão da Fei-

lestino e varios outros estão na fragata do Registro, e ahi estão melhor, porque vêem as suas familias e estão mais á vontade e já pódem vêr os parentes. — Se o governo vencer, estão mal, porque as ideias d'este, segundo ouço, é *mandar os presos para Africa*... Não sei onde isto irá dar comsigo, a miseria é a maior que é possivel, e todos dizem que está tudo peor que no tempo de D. Miguel.» E em carta de 1 de fevereiro, escreve a duqueza de Palmella: «Lá vão hoje para Angola trinta

---

ra, imperfeitamente amputada, acha-se em tratamento cirurgico. Agora ficam no brigue 38 prisioneiros; e posto que tenham tido tempo para receber soccorros de suas familias e amigos, comtudo jazem na mesma situação apertada e deploravel como d'antes.

«O commandante da embarcação em que estavam estes prisioneiros representou contra a deshumanidade de fazer partir tantos individuos distinctos n'um navio, que não tinha capacidade para conter egual numero dos mais vis criminosos; e que mesmo não poderia levar metade sem pôr em perigo suas vidas. Esta representação... era corroborada pelo attestado do cirurgião do brigue. O commandante foi demittido, e o cirurgião não só foi demittido, mas prezo e posto em processo por ter manifestado os effeitos de mandar os prisioneiros para Angola em tal navio. Os prisioneiros sahiram para o seu destino.»

Na camara dos communs, o deputado Osborne, referindo-se a um outro deputado que entrara na questão, diz: «não citou a abominavel crueldade e perversas exacções que caracterisam a politica do partido da côrte. Tocou de passagem na crueldade usada com os prisioneiros de Torres Vedras, do Conde de Bomfim, e do Conde de Villa Real. Estes actos foram executados sob a auctoridade, poderei dizel-o sem descortezia da joven Senhora despotica *(riso)* que é Rainha de Portugal. O que pensarão da Soberana as mulheres e filhos d'esses infelizes?» —

e um presos, entre os quaes vae o nosso Fernando (Conde de Villa Real) e o Bomfim, com dois filhos. Que horror! Não fazes ideia da afflicção que isto me tem feito, e da má impressão que tem feito no publico! A Rainha perdeu muito mais ainda no conceito publico. A pobre Julia (mulher do Conde de Villa Real) tem ido a bordo, e foi ao paço. Não sei como não morreu, no seu estado de saude. Levou todos os filhos comsigo. As outras senhoras que têm lá marido ou filho tambem foram ao paço. A Rainha respondeu que não dependia d'ella, mas dos seus ministros. A Isabel (depois condessa do Rio Maior) creio que lhe respondeu alguma cousa a isto...

«Mr. Southern, dizem, escreveu uma nota muita forte com respeito á ida para o degredo dos prezos, e dizem tambem que o coronel Wylde *fallou a el-rei, dizendo-lhe que esta medida era até impolitica*, e que havia de ser muito mal vista pelas outras côrtes, *mas a nada se moveram!*» E em post-scriptum: «Sei que os prezos ainda não partiram; faz-se a diligencia para alcançar uma representação com assignaturas de muita gente, pedindo para ser minorada a pena. Não fará nada?...»

Em carta de 9 de fevereiro, alludindo em meia linha á doença que em breve a victimaria, accrescenta: «na verdade, não se póde ter saude agora em Lisboa. Não se vê senão miserias e desgraças.— O Domingos tem dado muito aos pobres presos. Aos que foram para Angola fez elle as provisões, o que custou mais de 300$000 em papel, sem contar a roupa de agasalho para os outros.

«Com effeito os desgraçados lá partiram. A Isabel tinha ido ao paço levar o requerimento, como t'o disse, a semana passada, *mas a Rainha não a quiz receber, parece até impossivel*... Dos trinta e tres degradados só ha tres que não desembarcaram no Mindello!... Tem feito immensa impressão em Lisboa, e se o povo não fosse de lama, decerto teria havido um levantamento. Quando a Julia se foi embora, juntou-se-lhe muita gente á roda da cadeirinha em que ella ia, e a bordo todos choravam.»

Em 21 de Março escrevia a duqueza de Palmella ao marido: «Por ora ainda se não póde chegar a uma convenção. A Rainha é quem mais se oppõe... O paiz já não póde mais tempo com uma guerra assim. Não ha senão miseria e desgraça.» Em 28 de Maio escrevia ao marido: «Como lá fóra se está enganado a nosso respeito! Não só a guerra civil não está acabada, mas hoje mesmo se estão batendo. Desde a uma hora da noite que se ouvem tiros; já se mandou gente para transportar os feridos. Não ha nada mais horrivel do que saber que se estão matando aqui, perto de Lisboa. — Deus me livre de te vêr aqui, *agora com esta intervenção armada! Forte humilhação para a Rainha e para toda a nação!*

«A mim custa-me muito deixar a minha casa, mas hade fazer-me bem mudar de scena, e mesmo de ár.

«Acho mais possivel o ter eu de partir, porque não acho *isto* capaz para tu cá estares...» E na sua ultima carta de 8 de junho de 1847, datada do Lumiar: «não posso di-

zer que tenho experimentado melhoras, ... as cousas publicas, que tanto tem que fazer com a nossa sorte particular, affligem-me muito! E esta traição dos inglezes, — pois não se lhe póde dar outro nome, porque acho que elles deviam ter avisado a Junta de que não deixavam passar os vapores — tem-me affligido muito, e quanto levantou o meu amor proprio!...

«Portuguezes prezos por inglezes na Torre de S. Julião! e alli a bandeira ingleza!...

«E' preciso estar doido ou não ter um boccadinho do amor da patria para se poder ficar contente!... espero uma decisão tua para saber se queres vir para cá, *estando nós debaixo do jugo estrangeiro!...*» [1] A duqueza de Palmella chegou a sahir de Portugal, regressando com o marido, para vir morrer em sua casa em 22 de Abril de 1848. Garrett escreveu a *Memoria historica da Duqueza de Palmella*, glorificando: «esta vida toda da sua familia... e por singular destino ligada

---

[1] Das cartas inclusas na *Vida do Duque de Palmella*, (t. III,) por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho.

Na camara dos communs, em 11 de junho de 1847, Mr. Hume, fallou na affronta da occupação ingleza da Torre de San Julião: «Elle não julgava necessario referir-se ao resultado da interferencia do Governo britanico, e do *aprezamento, sem prévia declaração de guerra, de uma esquadrilha* com uma porção de soldados. — O almirante Parker tinha tomado posse do forte de S. Julião, á entrada do Tejo, a fim de alli conservar a tropa aprezada com a esquadrilha. O almirante declarou, que não se podia encarregar de guardar os prisioneiros, uma vez que não occupasse a fortaleza, pelo que foram desembarcados soldados da marinha ingleza, e

aos mais distinctos caracteres e mais notaveis factos d'este ultimo meio seculo, tão cheio de historia, tão aventuroso e tão extraordinario.» Essa Memoria biographica presta-se a esboçar o quadro das luctas politicas, accentuando esses dias, em que a duqueza em Inglaterra fôra «constante guia e companheira, velando com interesse e com uma anciedade verdadeiramente maternal na augusta rainha, cuja tutella... e a cujo serviço e educação ella de bom grado inteiramente se consagrava.» Na morte da duqueza de Palmella, não teve D. Maria II uma palavra de condolencia por aquella que lhe fôra como mãe no seu exilio;[1] as palavras de Garrett, talvez suscitadas por essa insensibilidade moral, foram uma verdadeira apotheose. Ahi se encontra o reflexo dos tremendos factos da emboscada ou segunda Belemsada, dos desterros e da intervenção armada estrangeira; falla da sua sympathia pelos vencidos: «Os infelizes prisioneiros de Torres Vedras, que inopinadamente

---

deu-se-lhes posse da fortaleza. — Não entrava em duvida, que a posse da fortaleza tinha sido o resultado de motivos honrosos e humanos por parte do almirante Parker, que exigiu fizessem as melhores accomodações possiveis para os prisioneiros; isto porém não era uma méra intervenção, *era uma directa violação do territorio.* Podia talvez attribuir-se este passo ao desejo de prevenir que se exercessem actos de severidade contra os prisioneiros; mas nem por isso deixava o facto de ser uma violação de territorio.»

[1] «Entre as (cartas) que foram dirigidas ao nosso biographado por occasião do seu tremendo desgosto, não encontrámos nenhuma da rainha.» D. Maria Amalia, *op. cit.*, t. III, p. 441.

e sem nenhuns meios, tantos d'elles, eram mandados para o degredo de Angola, foram largamente providos de todo o auxilio que era possivel dar-lhes.

«Nenhum espirito de partido a animou: eram infelizes e perseguidos; tanto bastava. — Depois do combate de Setubal mandou repartir a roupa branca da sua quinta de Calhariz pelos feridos de um e de outro lado.» Garrett allude, sob as impressões do momento, ás «deploraveis luctas em que *o nome portuguez, a propria existencia da nação*, têm sido jogados.» A Memoria historica, escripta em 1848, consigna a impressão viva dos «factos espantosos d'essa epoca tremenda e unica.» Como nas obras do genio grego, em que ha sempre uma verdade objectiva e um fim a que visou o poeta, tambem nas obras de Garrett este criterio leva a achar o reflexo de uma sociedade convulsionada, a que elle procurava dar a altura moral e a harmonia, representando-lhe as individualidades superiores e acordando a tradição.

Alguns poetas novos acharam-se envolvidos n'estas luctas, e sentiram a realidade da estrangulação de um povo; em Augusto Lima e Luiz Augusto Palmeirim pulsou essa vibração de protesto, que ainda vivifica os seus versos. Elles são o documento flagrante do modo como se annullou uma geração, que assistiu satisfeita ao ludibrio da pedantocracia liberal. No Hymno do batalhão academico sentia-se o fogo de uma geração generosa, que se erguia a sacrificar-se pela patria, conhecendo perfeitamente onde estava o perigo:

Embora Lisboa durma
O somno da escravidão,
Hade Coimbra acordal-a,
Ao rouco som do canhão.

Iremos, iremos todos
Através perigos, damnos,
Esmagar nos proprios ninhos
Os reptis palacianos.

O hymno do batalhão academico que tomou parte na revolução da Patuléa, fôra escripto pelo caloroso poeta Augusto José Gonçalves Lima, auctor do primoroso livro de versos *Murmurios*, tambem acompanhado de um prologo por Lopes de Mendonça, collaborador da *Revolução de Septembro* e em lucta contra aș violencias cartistas e ciladas do paço. Era a estrophe choral do Hymno:

Quando da Patria
Sôa o clarim,
Ninguem nos vence,
Morremos, sim!

Effectivamente os bravos academicos não fôram vencidos, mas atraiçoados; e entre os prisioneiros estava o poeta, que na masmorra da Torre de San Julião accrescentava mais quatro estrophes ao seu hymno, escrevendo-as um companheiro de armas e da desgraça: «as quatro quadras, que o auctor da poesia do hymno, o meu sempre lembrado amigo e camarada, Augusto José Gonçalves Lima, improvisou, e eu por carencia de papel, tinteiro e penna, estampei a lapis nas paredes do casebre, que em companhia de varios camaradas, occupava na prisão da Torre de San Ju-

lião, por occasião de passar pela frente da mesma torre uma esquadra ingleza, que, se dizia, ia aprisionar as forças da Junta, que ainda se conservavam em Setubal...:

Oh! talvez, que a estas horas,
Da patria escutando a voz,
Os valentes de Setubal
Livres, pelejem por nós!

Oh! talvez que *o sangue luso*
Derrame o ferro estrangeiro,
Immolando aos pés de um throno,
Generoso um Povo inteiro!

E nós aqui sem podermos
Nossas armas empunhar,
Tendo a sorte de vencidos
Sem primeiro batalhar!

Que nos resta a nós cativos?
Que resta aos pobres escravos?
Fazer votos por que vençam,
Ou que morram como bravos.» [1]

Gonçalves Lima tambem se apagou n'esse periodo da Regeneração, sendo nomeado em 1851 administrador do bairro da Mouraria, e successivamente secretario geral do governo civil de Lisboa, d'onde passou para primeiro official do ministerio do reino. Ao periodo da violencia seguiu-se o da corrupção, que extinguiu todas as resistencias. Antonio Rodrigues Sampaio, desde 1844 redactor da *Revolução de Septembro*, e do jornal clandesti-

---

[1] Em carta a Martins de Carvalho. *Conimbricense*, n.º 4442 (29 de Março, 1890.)

no *O Espectro* desde 16 de Dezembro de 1846 a 13 de Julho de 1847, por seu turno entrou na caverna de Caco, e ahi o fizeram firmar como ministro a glorificação de Costa Cabral elevado a marquez de Thomar.

Sob a emoção da tremenda iniquidade escreveu o poeta Luiz Augusto Palmeirim, um dos vencidos do Alto do Viso, uma Elegia vibrante, *Os Deterrados*, que foi publicada no Porto, e andava copiada como assentimento de protesto:

> De teus irmãos d'armas, oh Povo, lamenta
> Desgraça da sorte, castigo immoral!
> Dos olhos o *pranto furtivo rebenta,*
> *Ao vêr tão abaixo descer Portugal!*
>
> Mal hajam os tigres, de sangue sedentos,
> Que algemam o povo com rijos grilhões;
> Mal hajam ferozes algozes cruentos
> Que intentam, com ferro, comprar corações.
>
> Seu crime é ser livres! e são desterrados!
> Deixando as esposas, não choram por si;
> São esses os mesmos valentes soldados
> Que em lucta renhida luctaram por ti.
>
> E tu os desterras! Rainha, que fazes!?
> Pretendes d'amiga, d'esposa e d'irmão
> Firmar-lhes as crenças, propôr-lhes as pazes,
> Tirando-lhe a vida, negando-lhe o pão?
>
> ....
>
> De extranhas pousadas já fartos os tristes,
> Mendigos d'esperanças, soffrendo o seu mal,
> Se pódem, senhora, que assim os trahistes,
> Saudarem attentos teu sceptro real?
>
> Nos pulsos algêmas, nos rostos a fome,
> Não vês desenhadas, eternas não vês?
> *Mal haja o extranho, que assim te consome*
> *No peito as lembranças do que é portuguez!*

. . . .

Rainha! que fazes? Por entre o rugido
Das ondas do povo não ouves bradar:
Que — São innocentes! que o throno trahido
Em pélago fundo se vae sepultar.

Não ouves os gritos das mães consternadas
Chorando o seu fado, pedindo perdão?
Não ouves as turbas na praça apinhadas,
Por entre soluços bradar — maldição.

Não vês as espadas de trinta valentes
Que o throno te deram, quebradas por ti?...

Em troca de fundas, rasgadas feridas,
Em paga de affectos, Rainha, o que dás?
Desterros injustos, promessas fingidas,
Tormentos sem conta, quebrantos de paz!

. . . .

São victimas tristes de fundas ciladas,
Urdidas nas trévas nos paços d'um rei!
Quem hade, ora avante, julgar respeitadas
Do povo as cabeças á sombra da lei?

(*Poesias*, p. 259-262.)

Na nota a esta vehemente Elegia, lê-se: «Até ao fim da lucta que terminou pela Convenção de Gramido, foi este canto reimpresso umas poucas de vezes, correndo apesar d'isso manuscripto por muitas mãos, e sendo lido com avidez. Póde-se dizer, que este canto foi que começou a fazer conhecido o nome de Palmeirim. Vae offerecido á ex.ma snr.a Condessa de Villa Real, senhora que muito e resignadamente soffreu com os acontecimentos politicos de 1847, em que mostrou um animo varonil e uma provada e sã virtude.»

N'esta Elegia, Palmeirim põe em fóco *o*

extranho, que apagava as lembranças do que é portuguez, e as *fundas ciladas — urdidas nas trévas dos paços de um rei*. Quantos repetiam esses versos viam a personificação do nefasto D. Fernando Coburgo. Palmeirim contava então vinte e dois annos; uma canção escripta pela revolução da Maria da Fonte, (*Meditação*, p. 279) tornou-se popular por todo o paiz com o titulo de *Amores do soldado;* e no beneficio a favor dos militares victimas dos acontecimentos de 1847, fôram de Palmeirim os versos escolhidos para serem recitados por Emilia das Neves. Em seguida, Palmeirim foi empregado no novo ministerio das Obras publicas e a marca official decepou todas as auspiciosas esperanças.

Depois da convenção de Gramido, o poeta revolucionario Luiz Augusto Palmeirim, que revelara um singular talento poetico, ficara silencioso; Costa Cascaes increpava-o d'isso, na ode *O Poeta dormente*:

> Morreu-te o canto, Poeta?
> Sons da portugueza lyra
> Melodiosos vibraste.
> Porque a Lyra então quebraste?
> Porque o teu éstro de outr'ora
> Hoje um som d'ella não tira?

Palmeirim, respondendo-lhe na ode *Não morri*, traz esta estrophe:

> ... as luctas d'esta pobre terra
> Chorei em cantos de crescido amor;
> Musa do povo, caminhando á guerra
> Ouviu-lhe os eccos, pranteou-lhe a dor.

Ao longe... ao longe, no cerrar das filas,
Os ais sentidos de quem morre ouvi;
Chorando as guerras d'estes novos Scyllas,
Ao mundo attesto que inda não morri.

(*Poesias*, p. 179.)

Mas tinha morrido na apathia mental, cahindo na banalidade inexpressiva, assistindo ao apagamento da sua calorosa popularidade.

Em um juizo critico intitulado *Futuro litterario de Portugal e do Brasil*, Alexandre Herculano descrevia em dezembro de 1847 o estado da degradação intellectual da nova geração romantica: «O que é feito de tantos engenhos que despontaram n'esta nossa terra desde que a imprensa libertada chamou os que sentiam chammejar em si um espirito não vulgar ao convivio das intelligencias? Que é feito d'essas trez ou quatro epocas, em que nos ultimos quinze annos, a mocidade parecia querer deixar inteiramente os pequeninos homens-grandes do paiz agitarem-se, o morderem-se, o devorarem-se ácerca dos graves interesses, das profundas questões das bôlhas de sabão politicas? Que é feito d'essa phalange ardente, ambiciosa de uma gloria pura, que principiava a exercitar-se nas lides do entendimento? De tudo isso, de toda essa mocidade brilhante e esperançosa que resta? Algum crente solitario, que deplora em silencio a queda de tantos archanjos. Os outros sacerdotes apostatando da religião das letras atiraram-se á arena das facções, e manchados pela baba dos odios civis, cobertos da lama das praças, arroxeados e sangrentos pelas pu-

nhaladas do pugilato politico, desbaratando em esforços estereis a seiva interior, lá vão disputando no meio de homens, gastos como a effigie da velha moeda, sobre qual hade ser a fórma do ataúde, e como se talhará a mortalha em que o cadaver de Portugal deve descer á sepultura. Que outra cousa de feito, ha ahi sobre que se dispute ainda?»

Herculano escrevia isto depois da infamissima *intervenção armada estrangeira;* elle explica os meios de corrupção que empolgavam os novos espiritos: «O talento que forcejava por fugir do lethargo febril que nos consomme, retrocede ao entrar no templo e volve ao lodaçal onde agonisamos. E' que a turba que ahi se debate, ou o apupa, ou lhe arroja adiante tropêços, ou *o corrompe com dadivas e promessas;* e fallando-lhe ás paixões más, ás ambições insensatas, lhe clama: Vem refocilar-te no lodo. E, desanimado ou tentado, o talento despenha-se, e atufando-se no charco acceita as lisonjas ou o ouro immundo que lhe atiram, embriaga-se com os outros pedidos, e renega da missão sacrosanta que se lhe destinara no céo.» [1] Os processos que se empregavam em 1847, como Herculano observara, tornaram-se depois de 1851 um systema de selecção politica, em que aos poetas, litteratos, jornalistas e professores, que mais cooperassem na degradação mental e moral se abria a carreira das ambições do poder; fizeram-se ministros, e depois

[1] *Revista univ. lisbonense,* t. VII. Dezembro, 9-1847.

da *intervenção armada* conduziram á *administração estrangeira*. Serpa, Corvo, Casal, Rebello, Mendes Leal, emfim todas essas demais glorias da imprensa e do magisterio, fôram seduzidas pelas ambições do poder, e collaboraram na desnacionalisação.

Notando a fraqueza da classe média e da burguezia, em Lisboa, «aquella que pensa e escreve, que produz os artistas, os sabios, e concorre em uma proporção consideravel para a gloria de uma nação» Theodore Pavie, tira a conclusão: «O gosto litterario languesce aqui, e as artes não se pódem naturalisar; falta-lhes a atmosphera d'estes salões onde os espiritos primaciaes se encontram, se excitam pela conversa e se temperam nos seus impetos sob os olhares de alguma Corina. Não se quer dizer com isto que Portugal, e particularmente a sua capital, não contem escriptores distinctos; o paiz que deu o berço a Gil Vicente, a Camões, a Macias, a Sá de Miranda, e a tantos chronistas bem pouco conhecidos, conta ainda poetas e auctores dramaticos, historiadores, cujos nomes se espalhariam com gloria fóra do seu paiz, se tivessem para o seu serviço um idioma mais geralmente estudado. O publico illustrado de Lisboa applaude com enthuziasmo os dramas que o snr. *Garrett* tira da vida privada. O snr. Herculano, inspirando-se nas verdadeiras fontes do passado, refaz a historia do seu paiz sob uma fórma nova; o snr. de Juromenha prepara uma edição das obras ineditas de Camões, e o poeta cego, o snr. Castilho faz viver nos seus bellos versos a lingua vibrante e pomposa dos antigos; mas o numero dos leitores

é limitado, e os escriptores portuguezes, não o esqueçamos, têm de luctar com a invasão das litteraturas franceza e ingleza tanto como contra a indifferença dos seus concidadãos. Apesar dos seus perseverantes esforços, não pódem conquistar a influencia a que tinham direito de aspirar. — O litterato portuguez está portanto bem longe de alcançar esta popularidade que em França dá volta á cabeça, mesmo ás melhores organisadas; trabalha na reconcentração, no silencio das noites que nada perturba.»

Essa sociabilidade necessaria ás idealisações artisticas, Garrett a suscitara cooperando nas representações do Theatro Thalia e nas festas dramaticas do Conde de Farrobo nas Laranjeiras, a que concorrera D. Maria II. E' d'este anno de 1848 a composição e representação da sua bella comedia *A Sobrinha do Marquez*, em que a situação fundamental é a queda do governo do grande ministro de D. José, e a infiltração do elemento jesuitico. Haveria no pensamento do seu quadro da epoca, allusão á queda de Costa Cabral e ás tentativas de reacção religiosa? A hostilidade suscitada contra *A Sobrinha do Marquez* leva a essa suspeita; e no seu prologo Garrett, mostrando como a burguezia, que vencera o elemento feudal, pretendia por seu turno aristocratisar-se, representa-a caricata: «porque o povo, — que olhava com veneração para os arminhos e cottas d'armas das familias historicas, nunca tomou a sério *os brazões dos novos Condes*, e ria ás gargalhadas da economica pelle de gato branco que o poupado burguez punha aos seus hombros de villão

para arremedar a nobreza antiga, e se vestir baratinho de gran'senhor...»

Na tentativa de renovação do Theatro de D. Maria II em principio de 1848 pela concessão do subsidio official, Garrett acudia com a sua cooperação litteraria. Lê-se na *Revista universal lisbonense*, de 9 de Março d'esse anno: «O snr. Garrett brindou a Sociedade com a sua interessante peça *A Sobrinha do Marquez* — a qual, em vista da grande e merecida reputação do seu auctor, bem como do subido merito litterario que possue, hade concorrer muito para o futuro melhoramento do theatro, se lhe não faltarem com os auxilios por que tanto instamos e de que tanto carece.» (t. VII, p. 168.)

A comedia foi representada em 4 de Abril de 1848. [1] Mendes Leal em um pequeno artigo sobre *A Sobrinha do Marquez* allude á

---

[1] Na capa da brochura da edição avulsa, lê-se: *A Sobrinha do Marquez*, Comedia. Representada, a primeira vez, no theatro de Dona Maria Segunda em 4 de Abril de MDCCCXLVIII.

PESSOAS	ACTORES
Marquez de Pombal.	Snr. *Assis*
Padre Ignacio	» *Epiphanio*
D. Luiz de Tavora	» *Tasso*
Manoel Simões.	» *Theodorico*
Tia Monica	Snr.ª *Talassi*
D. Marianna.	» *Soler*
Zephirino.	Snr. *Corrêa*
Zé Braga.	» *Leal*
Secr.º do Marquez	» *José Ant.º*

Povo, Dragões do Marquez, caleceiros, gallegos. — Lisboa. Na Imprensa Nacional, 1848.

malevolencia ou conspiração que se manifestou contra a nova creação de Garrett:

« A apparição da *Sobrinha do Marquez* no theatro nacional *excitou, e devia forçosamente excitar graves conflictos*, como todas as obras de um homem de genio. O publico está affeito á innocencia do melodrama, não é muito que estranhasse aquella figura tão garbosa, tão senhoril e tão nossa, que o poeta teve a coragem de lhe apresentar, em contradição flagrante com as tradições e os habitos da plateia. » Depois, Mendes Leal revela a causa da manifestação hostil:

« A *Sobrinha do Marquez* é uma galeria de retratos surprehendidos nas suas naturaes attitudes, copiados com uma fidelidade de daguerreotypo.

« Através do pensamento intimo, transluz o pensamento da verdade politica. O artista deitou um véo sobre o philosopho, sem o poder esconder de todo. —

Esta edição anonyma foi incorporada nas *Obras de J. B. de A. Garrett*, tomo x, Quinto do THEATRO — *pelo auctor do Catão, Gil Vicente, Luiz de Sousa, Alfageme, etc.* (Egual á tiragem anterior, differindo apenas no ante-rosto e rosto); traz esta segunda edição facticia, a indicação:

« Para os que possuem o Theatro e mais obras do auctor, se completará este tomo com outra peça, preenchendo a paginação regular de um volume. »

Essa nova peça seria a comedia em dois actos *O Conde de Novion*, imitação da comedia franceza *Le chevalier du guet.* Amorim pelo exame do papel do autographo fixou a data d'esta imitação por 1852.

Na *Revolução de Septembro*, n.º 1888, de 28 de junho de 1848, appareceu uma calorosa apreciação da *Sobrinha do Marquez.*

«Tem-se feito por ahi muita critica sem critica, e muito juizo sem juizo. Eu, por mim, não sei como se possa apreciar uma obra d'estas com tanta precipitação e leviandade — não sei sobretudo como se possam, sem as pensar primeiro, julgar as vigilias do genio, e dizer: isto é bom, isto é máo... Lança-se uma duzia de linhas ao papel, formúla-se uma sentença, flagella-se uma reputação, e os lictores d'este proconsulado litterario ficam muito satisfeitos julgando ter cumprido uma obra meritoria. — E' preciso que o saibam todos: a critica não é irresponsavel: a critica não é o arbitrio de uma impressão, é o resultado de uma avaliação justa e sincera. — A férula despotica dos pedagogos enfatuados é já hoje um anachronismo.

«A obra do snr. Garrett foi satisfatoriamente desempenhada por todos os actores, que rivalisaram em zelo e boas diligencias.

«Póde dizer o que quizer a novissima censura — a obra do snr. Garrett, a não ficar no repertorio das plateias, hade seguramente perpetuar-se no archivo de todos os que lêrem... e souberem lêr.» [1]

A *Sobrinha do Marquez*, representada em 4 de Abril de 1848, na recita de gala pelo anniversario de D. Maria II, foi recebida com uma frieza significativa; n'esse mesmo espectaculo representou-se a *Afilhada do Barão*, de Mendes Leal «que foi recebida com extraordinario agrado — emquanto a obra de Gar-

---

[1] *Rev. univ. lisbonense*, t. VII, p. 227.

rett apenas tinha um acolhimento frio.»[1] O facto explica-se pela situação dos dois escriptores: Mendes Leal era um exaltado cabralista, a fórma mais odiosa do cartismo, e Garrett sincero septembrista, propugnador da doutrina da *soberania nacional*. Garrett alludiu a essa hostilidade: «Se alguem queria vêr outra cousa n'uma comedia do tempo do Marquez de Pombal, esse alguem, perdôe-me a sua ausencia, *é tolo;*...»

No Catalogo dos Autographos de Garrett, vem a pag. XV, a seguinte noticia sobre a origem d'esta comedia:

«*A Sobrinha do Marquez*, — Começado o primeiro acto no anno de 1838; foram concluidos os seguintes no anno de 1847.»

Por esta indicação fica authenticada a fórma dramatica inicial; por certo não pôde Garrett proseguir no seu trabalho, porque toda a carga para a elaboração da Constituição politica de 1838 pezou inteiramente sobre elle.[2]

---

[1] Cunha Belem, *Rev. litt. do Seculo*, n.º 89.

[2] O nosso amigo Joaquim de Araujo suppõe que Garrett projectara converter esse esbôço dramatico em um romance historico: «achei uma vez nas capas da edição 1.ª do *Arco de Sant'Anna* (1.º vol., e unico anonymo) entre as especies do catalogo de livros em elaboração do auctor:

— *Um romance historico do tempo do Marquez de Pombal.* —

«Esta obra estava tanto em esbôço, que nem titulo tinha ainda; e nos papeis de Garrett... nem se nos depara o menor vestigio d'ella. Com o seu tino genial, Garrett passou ao theatro a concepção primeira, approximando a queda dos dois dictadores.» (*A Sobrinha do Marquez.* Carta a Th. Braga. *Conimbricense*, n.º 5883, 12-v-904.)

Gomes de Amorim conservou a noticia de ter sido representada *A Sobrinha do Marquez* em francez no theatro de D. Maria II, traduzida por Ortaire Fournier; *(Mem.*, III, 241) era uma distincção excepcional, embora desnaturasse a linguagem peculiar dos dois typos minhoto e alemtejano dos caixeiros do burguez chão e abonado Manoel Simões.

Era n'esta corrente que seria levado para a creação da Comedia nacional, se uma violenta paixão amorosa não acordasse na alma de Garrett o mais vehemente lyrismo. Absorvido completamente n'essa aventura galante, anesthesiava-se diante da situação desoladora em que a rainha faltava ás condições que lhe tinham sido impostas pela *intervenção* ingleza. A aventura amorosa obrigava-o a frequentar a sociabilidade, em que o seu genio litterario era incondicionalmente admirado, como na *Sociedade Thalia*, e *Theatros do Pinheiro* e das *Laranjeiras.* [1] O poeta sentia-se illaqueado; ao publicar na *Illustração* (agosto, de 1846) a ballada das *Pêgas de Cintra*, escrevia em carta a Teixeira de Vasconcellos: «Se soubesse de certa pêga ou pêgas que me perseguem com seu maldito palrear, e me queriam ainda em cima, assacar, a mim gavião, ellas pêgas, as manhas que só ellas têm!»

Da *Sociedade Thalia* encontramos nos jornaes de 1848 os mais extraordinarios elogios

---

[1] Por ventura em algum d'estes theatros particulares foi representada a sua comedia em dois actos *O Conde de Novion*, imitada do francez, em arranjo differente da que se representou no theatro de D. Maria II em 21 de Outubro de 1854.

ás suas recitas e bailes. Citam-se como desempenhando ahi difficilimos papeis: D. Maria Joanna Delgado, Luiz de Carvalho e Daun e Antonio de Carvalho e Daun, Carlos de Sá, Julio Ferreira, Condessa da Lapa, Viscondessa da Asseca, F. de Sá Junior, Duarte Cardoso de Sá, Conde de Mello: «Finda a representação houve um esplendido baile, no qual os actores e espectadores se confundiram para constituir uma magnifica e interessante reunião animada pelo prazer que sempre se encontra em assembléa tão distincta como as que sempre ha na Sociedade Thalia.» (*Rev. un.*, t. VII, p. 165.)

Na noite de 11 de fevereiro salientou-se D. Emilia Krus, D. Maria da Madre de Deus Azevedo Coutinho, e a Condessa da Lapa; entre os cavalheiros figuram como habilissimos Ernesto Biester, o futuro dramaturgo, Alexandre de Castilho, Antonio Maria Berquó, Francisco de Sá. N'esta recita foi distribuida uma poesia saudando as damas da *Sociedade Thalia*:

Com que imperio tão modesto
Sabeis mandar as paixões!
Como o riso e o pranto mésto
Desataes em borbotões,
Indo buscal-o n'um gesto
Ao fundo dos corações!

No artigo da *Revista* (t. VII, p. 131) diz-se que «estes lindos e delicados versos, com que um dos nossos mais mimosos poetas contemporaneos saudou, em 11 do corrente as senhoras que representam na *Sociedade Thalia* — são modelo da maneira como deviamos fal-

lar a essa escolhida Sociedade, que com tanto ardor e gloria está concorrendo mui poderosamente para que a Arte dramatica seja em Portugal o que deve ser.» Serão esses versos de Garrett? Parece inferir-se tal, pelo dizer do articulista e pelo sentimento de feminilidade que predominava em Garrett. E' essa a tonalidade que predomina nas *Folhas cahidas.* [1]

Das representações do Theatro das Laranjeiras em Maio de 1848, lê-se na *Revista universal:* «Nós que tanto folgámos com as primorosas representações da illustre *Sociedade Thalia*, não podemos deixar de noticiar com muita satisfação o começo das representações do Theatro do snr. Conde de Farrobo, que é, como essa Sociedade, uma especie de templo onde, sem profanação, se admira o culto da Arte dramatica, sem quebra de nenhum dos preceitos que tanto a ennobrecem.—Já este anno houve duas representações. Consta-nos que foram excellentes, como sempre, e brilhantemente concorridas. S. M. a Rainha honrou a primeira com a sua real presença. Por emquanto parece que continuam todos os domingos.» *(Rev. un.*, t. VII, p. 262.) A severidade de costumes de D. Maria II, preconisada pelos seus contrarios, é fundamento para se reconhecer que esses espectaculos da quinta das *Laranjeiras* eram elevadas manifestações

---

[1] O Conde de Raczynski, que visitou Portugal, estudando a sua Arte, diz no *Dictionaire historico-artistique*, ácerca de Garrett:

«E' o poeta portuguez mais em voga do nosso tempo, um dos membros mais activos e mais eloquentes da Camara dos deputados.» (1847.)

de arte em harmonia com o gosto e sumptuosidade do Conde de Farrobo, um dos grandes amigos de Garrett. O primacial poeta allumiou com o fulgor do seu genio os *Serões das Laranjeiras*, não como um Petronio extemporaneo, mas como um Goëthe a quem faltou a côrte de Weimar. [1]

Apagadas todas as manifestações da dignidade nacional, vegetava-se diante das ostentações ruidosas de uma monarchia incon-

---

[1] Do drama em 3 actos do Dr. Julio Dantas *Um Serão nas Laranjeiras* é protagonista Garrett, fazendo de escalavrado Petronio, segundo o descreviam as calumniosas diatribes dos jornaes cabralistas. Lê-se no *Diario de Noticias*, dando conta da representação: «N'essa peça *Um Serão nas Laranjeiras* ouvem-se continuamente nomes da nossa melhor sociedade envolvidos cruamente em episodios escandalosos; personagens que são caricaturas mesquinhas da Revista do Anno, sem nobreza, sem individualidade. — N'esse *Serão das Laranjeiras*, a parte altamente esthetica, faustosa, unica, que celebrisou as festas das Laranjeiras, desapparece por completo em rapidas phrases de adulterios, de amantes, de traições e perfidias, como se aquelles salões, onde devia de certo ter passado um ou outro amor livre — não fosse mais do que uma casa de protecção a idyllios prohibidos e paixões criminosas.»

Contra a deturpação de Garrett protestou o jornal *O Mundo*, alludindo á «escabrosidade de situações em que senhoras casadas, mostrando as meias ou citando as ligas de madame Lamballe, fazem a côrte a um velho dandy, grande parlamentar e grande litterato, que, sendo o *pivot* da sociedade do seu tempo, citando Tackeray e usando espartilho, não é o Garrett do cartaz... caricatura boçal de Garrett peralvilho e femieiro...» Este documento patenteou ao fim de meio seculo, como as calumnias vibradas contra Garrett pelos cartistas e palacianos ainda actuam manchando o seu vulto luminoso e puro.

sciente nas suas traições e indifferente mesmo á condemnação dos parlamentos e dos escriptores estrangeiros. [1]

2.º As Folhas cahidas

No meio d'esta tremenda castastrophe politica, passa-se na alma de Garrett a crise vehemente de uma paixão amorosa, começada insensivelmente em 1844, entrando no seu periodo intenso em 1846 e 1847, e que lhe inspirou as expressões mais profundas a que se tem remontado a poesia lyrica. A mulher cu-

---

[1] Escrevia Theodore Pavie, ácerca da *Côrte de D. Maria II*, n'este ominoso periodo:

«A despeito d'esta degradação, Lisboa conserva o gosto das paradas e das demonstrações ruidosas; dir-se-hia que esta capital humilhada procura aturdir-se ante a sua condição actual. O canhão trôa sem cessar no Tejo, e do alto das fortalezas; umas vezes os navios empavezados fazem fluctuar nos áres immensas bandeiras para celebrar o nascimento ou a festa de algum real personagem; outras vezes, as bandeiras a meio páo, as vergas encruzadas, tiros de quarto em quarto de hora, abalam a cidade, annunciando as honras funebres; outras vezes um bergantim dourado, tripulado por vinte remadores, corta as aguas entre salvas ensurdecentes, e o povo olha com complacencia a sua joven rainha, que vae visitar uma esquadra ingleza, ancorada diante do seu palacio. A velha Torre de Belem, que vira melhores tempos, parece misturar-se com magoa a estas salvas pueris, que as suas pezadas peças repetem de longe, como um ecco do passado.» Theodore Pavie observava este culto fetichico da realeza, que se prestava a si propria, para se impôr por tão theatral sumptuosidade a um povo escravisado e roubado. Todos estes apparatos militares punham mais em evidencia a miseria publica, e a boçalidade do governo, que se prestava a fortificar assim a dynastia.

jos *olhos pretos* o fascinaram, como conta nas *Viagens na minha terra*, era já um ideal nas *Flores sem fructo* em 1845; destacando-se das velhas fórmas arcádicas, ahi inicia a creação da poesia vivida: «no segundo dos dois livros das *Flores sem fructo* começam as paixões do coração a tomar posse mais ampla e mais tenaz do poeta. Seria que as desillusões da politica, os desapontamentos da vida publica, as defecções da amisade o levassem a refugiar-se nas chimeras d'esse outro paiz de sonhos, em que o despertar não é todavia nem menos desanimado nem menos triste?

«Não sei: a vida de um poeta hade sempre ter capitulos mysteriosos, transições inexplicaveis e inesperadas: a filiação de suas ideias e de seus sentimentos é quasi sempre *cryptogamica*.—N'esta segunda collecção lyrica — basta a peça que tem por titulo — *As minhas azas* para se vêr que o homem publico, o philosopho, o poeta da gloria e da liberdade pagou emfim o tardio e pezado feudo de sua independencia vencida e subjugada. —As *Folhas cahidas* continuam esse estado.»

Esta phase psychologica poderia explicar-se como uma consequencia ou effeito moral das desillusões politicas ou desapontamentos da vida publica; era mesmo natural essa reconcentração de espirito, ou a vertigem do goso que lhe absorvesse toda a sensibilidade. Mas não foi esse o estimulo. Garrett era um perseguido, e a sua generosa individualidade tornou-se mais sympathica e interessante para as damas da alta sociedade; ellas amaram-o, e como as santas mulheres foram ao seu encontro na via dolorosa. A dos *olhos pretos*,

a que lhe prendera as *azas brancas*, até áquelle momento cantada em odes hallucinantes, arrancou-o a todas as outras influencias femininas, seduziu o poeta. Amando uma mulher casada, sobre elle cahiu todo o julgamento d'essa fatalidade affectiva.

Este aspecto da crise amorosa precisa ser esclarecido. Sabendo Garrett, depois da Emboscada de 6 de Outubro, que existia no paço uma lista de proscripção de todas as pessoas suspeitas, que tinham de ser prezas ou desterradas, escreveu em 14 de Outubro ao esmoler P.e Marcos, para saber se estaria n'ella incluido.[1] O P.e Marcos escrevia-lhe em 16: «Não sabendo, nem podendo perguntar quaes as pessoas escriptas na lista como suspeitas... fallei ao Marquez de Saldanha e lhe mostrei a tua carta... Disse-me, que ouvindo-te faria tirar da lista o teu nome, se n'ella estivesses inscripto... Este modo como procedi teve unicamente por fim segurar a tua pessoa contra qualquer ordem ou mandado...» *(Mem.*, III, 232.) Na abstenção da lucta que se derimia

---

[1] Na apotheose a Garrett, publicada na *Revista universal lisbonense* em 1851, vem uma referencia a esta tentativa de perseguição:

«A mão estupida e brutal dos nossos oppressores ousou levantar-se diante do teu sceptro.

«A terra de Portugal tremeu, e viu que a sua escravidão era certa;

«Porque o mais intimo da sua nacionalidade foi violado.

«Arrastaram pelo chão as nossas Quinas, que eram symbolo da nossa independencia; gememos.

«Atiraram com o diadema dos nossos reis aos pés dos estrangeiros; gememos, porque os tinhamos alça-

exclusivamente pela força armada e intriga diplomatica, não era Garrett indifferente, mas impotente; toda a sua actividade mental estava paralisada ante a brutalidade dos acontecimentos. Amorim, que então o frequentava, escreve: «Ora em Lisboa, ora em Oeiras e na Cruz Quebrada passou o tempo da lucta, quasi entregue á leitura, sem poder darse aos queridos trabalhos litterarios, pela preoccupação e cuidados com que esperava os acontecimentos.» *(Ib.)* E determinando esse influxo passional: «No outomno d'esse anno de 1847 foi tomar banhos para a Cruz Quebrada. D'alli fazia repetidas excursões a Oeiras e Cascaes, attrahido por poder invencivel. — Dos varios passeios d'este anno lhe ficaram impressões indeleveis que ajudaram a compôr o livro das *Folhas cahidas.*» *(Mem.*, III, 240.) N'estes ocios, de uma deliciosa sociabilidade, é que o poeta foi propositalmente empolgado, arrojado a esse *inferno de amar*, onde com elle se precipitou a ardente andaluza.

---

do em nossos escudos, e posto no throno para guarda da nossa liberdade.

«Mas o povo levantará no dia de sua gloria as Quinas santas, e lhes sacudirá a poeira que as mancha.

....

«O nosso Homero moderno desce da tribuna cansado de combater os inimigos da liberdade — e vem ao theatro contar-nos do *Alfageme* que vencia os castelhanos em Aljubarrota;

«Do *Frei Luiz de Sousa*, que os affrontava d'entre as chammas em Almada;

«E nós subimos até elle, que nos chama da miseria em que somos para a grandeza do que eramos.»

Escreve Gomes de Amorim, deixando entrevêr em uma linguagem embrulhada o facto positivo que não ousa declarar: «Não discutirei sobre se seria mais conveniente que o poeta houvesse pervertido donzellas, ou que preferisse *deixar-se perverter pelas que o não eram.*» E accrescenta: «resumindo-me ao que é pessoal ao nosso auctor, direi, que — *muitas mulheres casadas o requestavam á porfia;* li as cartas de quatro ou cinco, e conheci pessoalmente as auctoras»; etc. (*Mem.*, III, 402.) E quando percorreu as trezentas cartas, que a inspiradora das *Folhas cahidas* escrevera a Garrett, chega a affirmar que o poeta fora propositadamente seduzido: «A' parte a exageração dos protestos, continham esses papeis venenosos elementos para perder os proprios santos — que fossem susceptiveis de tentações, porque *essa mulher era bella*... Garrett *foi vencido, seduzido, fascinado pelo poder da belleza* intelligente e instruida, que é *invencivel sempre que se propõe dominar o genio dos homens*, quebrar-lhes o orgulho, escravisal-os, manchar-lhes a gloria e a fama. *Mulheres como aquella*, anjos e demonios a um tempo, *quando a vaidade lhes toma posse das almas, é força que triumphem;* e triumpharão fatalmente...» (*Ib.*, 407.)

Está determinado o movel que levou a seduzir Garrett, a suscitar-lhe uma paixão vehementissima: a *vaidade.*[1] Essa mulher for-

[1] E' suggestivo o retrato de Garrett feito pelas palavras do pintor brasileiro Porto-Alegre, em que revela o seu temperamento facil de seduzir:

mosa, na flôr da belleza, aos *vinte oito annos*, com o seu temperamento hespanhol, recebia de Madrid as confidencias de uma sua amiga, que lhe confiava as cartas de amor que recebia de um poeta glorioso e afamado. Nada mais natural do que desejar receber tambem cartas de um grande poeta portuguez, com as effusões de um culto ainda mais ideal. Garrett estava em fóco, no momento em que o parlamento, a revolução democratica, o theatro patenteavam a supremacia do seu genio. Facil foi seduzir Garrett, que vivia na atmosphera do *eterno feminino;* e as cartas incomparaveis foram tambem ser lidas em Madrid. Declara Amorim, apoiando-se no testemunho de muitos que affirmavam: «que a musa do sublime cantor se orgulhava tanto de lhe terem sido dirigidas essas epistolas, que as mandava mostrar a outra illustre dama de Madrid, querida de um escriptor celebre

---

«Era um homem de *estatura mediana*, de apparencia grave e sympathico, e de uma physionomia expressiva. A parte superior da cabeça era sublime, mas a *inferior humanamente sensual, mórmente a bocca.* Platão e Anacreonte se poderiam encontrar nos seus traços physionomicos. Tinha a voz sonora, forte e flexivel em todas as modulações; a sua conversação era um teclado extensissimo que percorria desde as abstracções philosophicas até ao brilho do lyrismo, assim como passava d'este aos motejos graciosos, áquelles epigrammas que sabe manejar todo o homem altamente educado. A sua palavra era animada por um nobre gesto, o seu trato o do homem social, lhano e simples com os amigos; cortez e aulico com os grandes, reservado e artificioso com os desconhecidos, e jovial e engraçado quando abria o coração.» (Discurso lido no Instituto historico, do Rio de Janeiro, em 1855.)

do reino visinho, recebendo em troca amostras das d'aquelle. Assim se compraziam em comparar os estylos, e a maneira de *amar por cartas* de dois grandes homens!» *(Ib.*, 409.)

A *vaidade* feminina é que levou a inspiradora das *Folhas cahidas* a hallucinar o poeta até ao extremo; e triumphou, na comparação com as cartas do outro namorado poeta hespanhol. Ella estaria um pouco a frio; como hespanhola desenvolta exaltava a inspiração de Garrett até aonde queria. O poeta reconheceu a situação desgraçada em que se achava, envolvido em uma aventura galante com a mulher de um amigo; ella o exacerbava com ciumes, e fazia vaidoso alarde do segredo intimo da sua alma. [1] Nas violentas

---

[1] As cartas d'ella eram *mais de trezentas;* estavam em uma especie de mala ingleza, com um *retrato, madeixas de cabello, flores seccas*... Escreve Amorim, que as examinara ao inventariar o espolio do poeta: «As cartas revelavam intelligencia cultivada e acima do vulgar. Algumas tinham o que afrancesadamente se chama espirito. Começavam todas por esta fórmula banal: *Meu querido amigo.* Outras faziam rhetorica, substituindo com flores murchas as expressões ingenuas do amor verdadeiro. Parece incrivel que aos olhos do amante (e que amante!) aquillo passasse por bom ouro de lei.» *(Mem.*, III, 407.)

Por accordo dos trez inventariantes D. Pedro Pimentel de Brito do Rio, Manoel José Gonçalves e Francisco Gomes de Amorim, o maço das trezentas e tantas cartas foi entregue á dama titular por mão de uma sua amiga. Não foram encontrados n'esse espolio os *rascunhos das cartas amorosas de Garrett;* Amorim era sollicito sobre este ponto, e por isso não as encontrando, empregou novos meios de pesquisa: «Diligenciei obter

luctas dos partidos politicos, Garrett foi vexado pelos jornaes cabralistas devassando-lhe esta paixão em que andava enlevado, por um modo sangrento, como quem o expunha a uma vindicta conjugal.

Referindo-se ás virulentissimas luctas da imprensa jornalistica em 1847, o Dr. Xavier da Cunha, no seu opusculo *As cartas amorosas de Garrett* dá noticia de um jornal de caricaturas que no seu facciosismo cabralista chasquecu o poeta pela paixão em que andava fascinado:

«Cabralistas e patuléas degladiavam-se por todas as fórmas possiveis, e no grupo das publicações sustentadas por aquellle partido (o cabralista) contava-se, dirigido e principalmente redigido por José Joaquim Lopes de

---

as cartas de Garrett, que attestavam a sua fraqueza... Escrevi á senhora a quem tinha mandado entregar o cofre da rhetorica amorosa, para que se dignasse alcançal-as. Respondeu-me, que *na sua presença tinham sido queimadas.*»

Citamos este facto para se reconhecer o absurdo da lenda das Cartas amorosas de Garrett, que existem, segundo affirmam avaros possuidores, authenticando assim a sua proveniencia:

— Do espolio de Garrett tirou D. Pedro Pimentel de Brito do Rio as Cartas de Garrett dirigidas á dama titular! Primeiro absurdo o possuir Garrett as cartas que seguiram o seu destino e nunca lhe foram devolvidas.

— D. Pedro de Brito do Rio offereceu essas cartas ao morgado opulento da ilha de San Miguel, José Jacome Corrêa, que não era homem de letras, e que pela sua vida sensual não apreciaria emoções artisticas.

— José Jacome offereceu as ditas ao illustre açoriano José do Canto, exigindo-lhe reservas na sua revelação.

— José do Canto possuia *quatorze cartas.* «Diz elle

Lima um bi-hebdomadario satirico — *A Matraca.*

«Depois estando já *A Matraca* em seu numero 23, começou de estampar-se, concorrentemente com ella, a chamada *Galleria Pittoresca*, da qual era constituido cada numero por uma pagina de caricaturas lithographadas, — caricaturas cujas allusões não é facil decifrar a quem não esteja assaz versado nas intrigas politicas do tempo.

«Ora n'essas estampas apparece por trez vezes caricaturada a figura de Garrett: em duas d'ellas, a do n.º 5 (notavel por nos apresentar de uma similhança irreprehensivel a physionomia do Poeta) e bem assim a do n.º 7, a caricatura é méramente subordinada a

---

terem sido *achadas dentro de livros comprados no leilão do poeta.* Parece pouco provavel que taes documentos estivessem em poder do auctor, e não da pessoa a quem foram dirigidos.» *(Mem.*, III, 631.)

Vê-se de tudo isto que é uma lenda em contradição com os factos. As 14 Cartas que José do Canto possuia foram confiadas a um livreiro editor em Lisboa, que reconheceu serem extremamente banaes e inferiores á fama que tinham, e por isso não as quiz imprimir.

Este facto traz-nos uma luz nova: essas cartas foram *simuladas* por litterato cartista ou cabralista no momento acceso da lucta, em que Garrett se achava mantendo o partido da Patuléa; era um modo de ridicularisar o poeta,. e de o malquistar. Por esta origem partidaria, é que se explica irem algumas Cartas amorosas de Garrett parar ao paço, onde ainda hoje se conservam; e temos para nós, que Garrett sabendo que as cartas amorosas eram mostradas a alguem em Madrid, confundira a inconfidencia entre as duas damas, com a *simulação* mostrada em Lisboa, entre os rancores politicos. As *cartas verdadeiras foram queimadas* pela destinataria; as *simulações* estão aonde devem estar, nas mãos chôchas que as copiaram dos papeis de José do Canto.

themas politicos; no n.º 22, porém, o delineador da *charge*, sem escrupulo de indiscretamente devassar o inviolavel fôro da vida privada, entendeu por inqualificavel abuso que lhe assistiam direitos de ridicularirar *os dois amantes, apresentando-os em scena, defronte um do outro*, a mirarem-se embevecidos através de suas lunetas monoculares.» [1]

Este desafôro com que a *Sociedade de litteratos sem refolho* atacou Garrett, leva-nos a inferir que as cartas amorosas do poeta foram simuladas pela mesma odiosa facção, que torpemente tentava assim demolir esse vulto

[1] *As Cartas amorosas de Garrett*, p. 7. O illustre bibliophilo Annibal Fernandes Thomaz na sua *Iconographia garrettiana*, descreve estes numeros da *Galleria Pittoresca da* MATRACA, *Periodico moral e politico, por uma Sociedade de Litteratos sem refolho:*

« — N.º 5 (distribuida com o n.º 27.) Caricatura politica.

« — N.º 7 (distribuida com o n.º 29.) Caricatura politica; no segundo plano á esquerda a cabeça de Garrett, de frente, tambem muito semelhante, n'um corpo inclassificavel, coroada por uma especie de mitra posta de través, e ao centro d'ella uma *luz.*»

« — N.º 22 (distribuida com o n.º 44.) Apresenta os dois amantes (Garrett e a viscondessa da L...) «defronte um do outro a mirarem-se embevecidos através de suas lunetas monoculares.» Tem na parte inferior os seguintes versos:

Por largo campo indomita e fremente
Corre a revolução;
Da nossa *Luz* a rapida corrente
Lhe alegra o coração.

«As descripções são feitas á vista dos exemplares que possuo, juntos á collecção completa do jornal.» *(O Conimbricense*, n.º 5.500, de 4 de Agosto de 1900.)

politico. Estava então em moda este genero de falsificação epistolar, como se vê pela Carta de Nicoláo Clenardo, publicada na *Imprensa e Lei*, jornal cabralista. Mendes Leal. que não sympathisava com Garrett, era habil n'esta imitação de estylos.

O prestigio de Garrett na aristocracia feminina provinha d'aquelles dons excepcionaes com que Araujo Portalegre, que o retratou com o pincel, o definiu em nitidos traços de penna resumindo as suas impressões pessoaes. Estas distincções e mesmo venturas, provocavam invejas, e «os que se mordiam de inveja calumniavam-o,» como o consignou o testemunho coétaneo de Amorim. Uma d'essas calumnias era a da velhice de Garrett, para tornarem ridicula a tardia paixão; em 1844 quando o dominaram os *olhos pretos*, contava quarenta e cinco annos e a inspiratriz vinte e cinco. Wagner tinha quarenta e trez annos de edade quando começou a sentir essa absorvente paixão (1813-1856) por Mathilde de Wesendonk, a mulher casada que o admirava quasi religiosamente e que lhe inspirou a opera mais impressionante, o *Tristão e Yseult*, em que o artista dava expressão musical á fatalidade de um amor que só pela morte póde triumphar do dever. Mas, como confessa Garrett, o coração do poeta nunca envelhece; e podia citar Chateaubriand já septuagenario, absorto em uma paixão mysteriosa por uma rapariga de vinte annos que o admirava; ou Goëthe, egualmente velho, ou Miguel Angelo, vivendo na adoração da formosa viuva, a ideal Vittoria Colonna, consagrando-a nos seus incomparaveis Sonetos. Esse amor era

como o de Sigfried e Gutrun; empolgou Garrett e dominou-o, arrancando-o primeiramente á memoria suave e intimo culto de Adelaide Deville, e depois excluindo todas as outras influencias femininas. Nas *Folhas cahidas* reuniu Garrett essas duas attracções, embora apagasse as datas e os nomes em determinadas poesias. Pelos manuscriptos póde Amorim apurar algumas indicações valiosas; assim *O Album* apparece com a data de 1846, 9 de Abril, dedicada a D. Julia Kruz; as *Saudades*, No album de D. Josepha Kruz; o *Retrato*, No album de D. Maria Kruz. Na poesia *O Anjo cahido*, o poeta deixa sentir a nova influencia:

Vi-o eu, o anjo dos céos,
O abandonado de Deus,
Vi-o n'essa tropelia
Que o mundo chama alegria,
Vi-o a taça do prazer
Pôr ao labio que tremia...
E só lagrimas beber.

Ninguem mais na terra o via,
Era eu só que o conhecia...
Eu que já não posso amar!
Quem n'o havia de salvar?
Eu, que n'uma sepultura
Me fôra vivo enterrar?
Loucura! ai cega loucura!

....

Eu só! — Eu morto, eu descrido,
Eu tive o arrojo atrevido
De amar um anjo sem *luz;*
Cravei-a eu n'essa *cruz*
Minha alma que renascia,
Que toda em sua alma puz,
E o meu sêr se dividia.

A poesia *Aquella noite*, em que descreve por uma eloquencia surprehendente como foi empolgado em um baile pela paixão que desvendou em si um estranho sêr, apresenta nos autographos consultados por Amorim, a data de Fevereiro de 1846. Pelo exame d'essas datas e pela intensidade das poesias que acompanham, póde-se seguir chronologicamente a marcha ascencional da paixão, até ao seu dolororo occaso.

Nas *Folhas cahidas*, a poesia *O Album* foi encontrada por Gomes de Amorim em um manuscripto com a data de *Abril 9*—1846; começa pelo verso: «Minha Julia, um conselho de amigo.» Amorim considerava esta dama, que confiara a Garrett o seu album, como sendo D. Julia Kruz. Esta poesia foi encontrada tambem em manuscripto por Julio Girão entre os papeis de sua mãe D. Julia de Clamowse Browne, viscondessa de Villarinho de S. Romão, publicando trez estrophes, [1] e attribuindo-a a seu tio o lente Antonio Girão: «é assignada por *A. G.*, o que faz suppôr Antonio Girão, o que é confirmado pela *Minha Julia*, nome de sua cunhada.» Joaquim de Araujo, encontrando nas *Folhas cahidas* esta poesia, inferiu d'ahi, que D. Julia Clamowse Browne fora confidente dos amores de Garrett: «Mas o que o illustre investigador portuense não sabia, nem seu irmão e meu presado amigo o visconde de Villarinho de S. Romão é, que sua mãe D. Julia de Clamowse

---

[1] *Notas bibliographicas dos Villarinhos de S. Romão e dos Clamowse Browne*, p. 87.

Browne enxugou por ventura as lagrimas do maior escriptor portuguez do seculo XIX.»[1] Pela data da poesia, explicamos por outra fórma o seu apparecimento entre os papeis colligidos por Julio Girão. Manoel Browne, irmão de D. Julia, figurava em Lisboa pelo seu espirito aventureiro e liberal, partidario da Patuléa, acompanhando a Hespanha o Conde das Antas. *(Notas bibliographicas*, p. 89); da mesma politica de Garrett, e pela sua intimidade com o poeta, é que lhe appresentou o Album de sua irmã D. Julia, para lhe escrever alguns versos. Garrett estava no momento intenso dos seus ultimos amores, e a elles allude:

Minha Julia, um conselho de amigo,
Deixa em branco este livro gentil;
Uma só das memorias da vida
Vale a pena guardar entre mil.

....

Tudo o mais é illusão e mentira,
Brilho falso que um tempo seduz,
Que se apaga, que morre, que é nada,
Quando o sol verdadeiro *reluz*.

....

Crê-me, Julia, mil vezes na vida
Eu co'a minha ventura sonhei;
E uma só, d'entre tantas, o juro,
Uma só com verdade encontrei.

---

[1] *Uma confidente de Garrett.* No Conimbricense, n.º 5922. (30 de Agosto de 1904.)

Essa entrou-me pela alma tão firme,
Tão segura por dentro a fechou,
Que o passado fugiu da memoria,
Do provir nem desejo ficou.

Entre os papeis de familia encontrou Julio Girão a poesia *Rosa pallida*, tambem não suspeitando que pertencia a Garrett, com algumas variantes nas *Folhas cahidas;* Gomes de Amorim encontrou-a no manuscripto com a data de *1848—16 de Abril.* Estava a paixão na sua intensidade:

Rosa pallida, em meu seio,
Vem querida, sem receio
Esconder a afflicta côr.
Ai, a minha pobre *rosa!*
Cuida que é menos formosa
Porque desbotou de amor.

. . . .

Coitada, coitada d'ella,
E pensa que era mais bella
A minha rosa gentil?
Coravam-a então desejos,
Desmaiam-a agora os beijos,
Vales mais mil vezes... mil.

A poesia tem mais sete estrophes, cada qual mais ardente, em que o poeta denuncia a sua felicidade, por não poder abafar tanta emoção; como foi ella parar á mão de D. Maria Browne, mãe de D. Julia Clamowse Browne? Era essa senhora fervorosa poetisa, auctora de um livro de versos publicados em 1850, no Porto, com o pseudonymo de *Soror Dolores.* Seu filho Manoel Browne, que vivia em Lisboa, e lisonjeando o gosto litte-

rario de sua mãe, é que obteria de Garrett essa composição intima, que só appareceu publicada em 1853. D. Julia, soffrendo grandes perturbações nervosas, suicidou-se com um frasco de agua de Colonia; e sua mãe, *Soror Dolores*, que creara no Porto um fóco litterario, morreu em novembro de 1861. Taes factos revelam como estas poesias vibrantes se espalhavam em copias avulsas, antes de Garrett reunil-as em volume em 1851, sob o titulo significativo de *Folhas cahidas*.

E' de Agosto de 1846, a poesia que tem por titulo o seu primeiro verso, em que elle se sente como envolto na tunica de Nessus:

> Este inferno de amar como eu amo!
> Quem m'o poz aqui n'alma... quem foi?
> Esta chamma que alenta e consome,
> Que é a vida — e que a vida destróe...
> Como é que se veiu a atear,
> Quando, — ai quando se hade ella apagar?
>
> ....
>
> Só me lembra que um dia formoso
> Eu passei... dava o sol tanta luz!
> E os meus olhos, que vagos giravam,
> Em seus olhos ardentes os puz.
> Que fez ella? eu que fiz? — Não n'o sei;
> Mas n'essa hora a viver comecei.

Com a data de 8 de julho de 1847 é a ode que começa:

> Vem do amor a Belleza,
> Como a luz vem da chamma.
> E' lei da natureza:
> Queres ser bella? — ama.

A poesia *Bella de amor*, encontrada com a data de — Outubro, 1848, appareceu pela primeira vez impressa em 9 de Novembro d'esse anno na *Revista universal lisbonense*, com a inicial G e designada *Versos sem titulo*. Traz o seguinte preambulo: «Ainda não ha muitos dias que uma das mais escolhidas reuniões das Praias applaudiu com verdadeiro enthuziasmo o *improviso* viçoso e brilhante que hoje honra as columnas da *Revista*.

«No breve encanto da sua leitura se conhece o éstro elevado d'onde partiu. O genio de um dos nossos primeiros poetas, auctor de obras de grande vulto, allumia todas as bellezas d'essas poucas linhas.» Seguem-se vinte e um versos, que foram novamente reproduzidos (p. 19) por terem apparecido muito deturpados. Era a praia de Pedrouços, e S. José de Ribamar, onde Garrett frequentava as reuniões animadas da quinta da familia Palha, encontrando-se ahi com a *Bella de amor*:

> Pois essa luz scintillante
> Que brilha no teu semblante,
> D'onde lhe vem o esplendor?
> ....
> Dize, dize: a natureza
> Póde dar tal gentileza?
> Quem t'a deu senão amor?

Embora não fosse encontrada poesia alguma com a data de 1849, é n'esse anno que surge a angustia, que levou ao desespero e rompimento. Na poesia *Goso e dòr*, ha o preludio d'essa crise:

Dóe-me alma, sim; e a tristeza
Vaga, inerte e sem motivo
No coração me poisou.
Absorto em tua belleza,
Não sei se morro, se vivo,
Porque a vida me parou.

E' que não ha sêr bastante
Para este gosar sem fim
Que me inunda o coração.
Tremo d'elle, e delirante
Sinto que se exhaure em mim
Ou a vida ou a rasão.

O ciume terrivel apparece provocado pela alegre desenvoltura da mulher amada; em deliciosas quadras exprobra-lh'a o poeta:

Para todos tens carinhos,
A ninguem mostras rigor!
Que rosa és tu sem espinhos?
Ai, que não te entendo, flor!

As poesias mais vehementes e desalentadas, que representam a estrangulação moral, e a decepção incomportavel, são de julho e agosto de 1850, *Vibora*, *Não és tu*, *Não te amo*, *Cascaes*, *Anjo és*, *Destino*. Mas antes de chegar a este paroxysmo do sentimento, o poeta soffreu muito, e procurou um coração amigo com quem desabafasse.

Na crise decisiva d'estes amores, Garrett escreveu uma longa carta de desafogo intimo a Herculano, resolvendo refugiar-se no placido remanso da casa do erudito amigo na Ajuda. Infelizmente Herculano perdeu essa carta, que seria de um alto valor autobiographico, e resumiu o seu conteúdo a Amorim, passados vinte e um annos: «Essa carta foi

resultado de um vivo desgosto com... O homem fazia dó. Bem sabe que o Garrett morreu (em certas relações) com os mesmos vinte e cinco que tinha trinta annos antes. Queria vir preparar-se aqui para a solidão; queria ir viver no campo, dizer *valè* a Lisboa; mas sobretudo desabafar commigo. Veiu. Fui tão asno que andei com elle a procurar uma vivenda rustica. E o desabafo? Nunca me disse uma palavra sobre as causas d'aquelle excesso. Começou a sahir á tarde e a vir alta noite, a ficar em Lisboa e a reapparecer inesperadamente; depois a obrigar-me a ir com elle passear, o que me encommodava soberanamente, porque eu trabalhava então muito... Nos nossos passeios (por via de regra sobre a estrada de Pedrouços) tinhamos quasi sempre a fortuna de encontrarmos... O carrinho parava, o nosso eremita em projecto punha o pé no estribo do carro, e eu fartava-me de passear sósinho, até que o meu Santo Antão futuro acabasse o colloquio. No fim de tres ou quatro mezes voltou para Lisboa sem me dizer nunca nem porque tinha vindo nem porque se ia.» *(Mem.*, III, 255.) Herculano torna a referir-se a esta carta perdida: «escripta quando, no meio de um grande desgosto, quiz vir estar commigo uns dois ou trez mezes, resolvido, dizia elle, a retirar-se do mundo e a accolher-se á vida rustica. Pobre Garrett, para cuja indole isso era impossivel. Estas duas cartas conservava-as como monumentos de estylo, d'aquelle estylo elegante e aristocratico em que na historia litteraria do nosso paiz não tem, nem terá talvez nunca émulo o grande poeta.» *(Mem.*, II, 474.)

Nas suas *Memorias*, descreve Bulhão Pato, que pelo assômo da primavera de 1849, Garrett fôra passar alguns dias em casa de Herculano, no Eremiterio da Ajuda: «Um dia Almeida Garrett escreveu uma longa carta a Alexandre Herculano. N'esse papel fazia-se *uma confidencia amarga*. O poeta havia levado assim um revés, dos muitos da sua combatida e aventurosa existencia.—

«Estavam quasi todas escriptas as *Folhas cahidas*, quando em 1849, o auctor veiu para o Eremiterio da Ajuda. A serenidade luminosa d'aquella casa convinha ao estado de espirito do poeta em tal momento. Não podia escolher melhor retiro.» *(Mem.*, I, 206 e 211.) Os amores com a *Ignota Dea* estavam interrompidos, e Garrett carecia de solidão, e de um coração amigo; Herculano tinha ternuras na sua rudeza, sahia a passear á tarde com Garrett pelos suburbios da Ajuda, Jardim Botanico, Valle das Romeiras, Carnaxide. Mas, quando o poeta estava mais pacificado de espirito viu uma vez passar uma carruagem com uma dama elegante, afastou-se d'elle e foi cumprimental-a á portinhola. Herculano fartou-se de esperar, conhecendo que aquelle encontro casual foi azo de explicações de arrufos, e de se reaccenderem as chammas latentes. No anno seguinte em julho de 1850 foi Garrett passar o dia com Herculano; ao café appareceu José Maria Grande, director do Jardim Botanico da Ajuda, a convidal-os para irem alli passar a tarde. Ficaram para a noite. Conta Bulhão Pato um novo encontro com a *Ignota Dea:* «Animando a sala havia duas senhoras; uma *casada*, outra solteira.

— Esta senhora chamava-se Mathilde Montufar. [1]

«Oh! que dias de *luz* ha no mundo! *Luz* intensa, scintillante, deslumbradora, que, na tremenda e immutavel antithese da vida, tem de ser contrastada pelas sombras caliginosas e profundas!» (*Mem.*, I, 222.) Bulhão Pato não tracejou a physionomia da senhora casada, apenas fazendo remotissima allusão. Prosegue a narrativa:

---

[1] Bulhão Pato, faz-lhe o retrato: «A solteira era alta; a cinta delgada; o pé andaluz... Amava cegamente e tinha diante dos olhos aquelle a quem d'alli a quatro annos contados havia de entregar o seu apaixonado coração de amante e de esposa.» Na *Revista litteraria do Seculo*, Bulhão Pato falla d'este par: «Conde de Carvalhal e sua mulher Mathilde de Montufar... Já tentei retratal-a no primeiro volume das minhas *Memorias*, mas quem poderá tirar-lhe a graça da figura, o descahido dos hombros, a elevação do collo, o modelado da cabeça fulva, o recorte da bocca, o relampago azul dos olhos, e sobretudo a distincção do ár.

«Depois de alguns trechos de harpa e de piano, a Condessa de Carvalhal, com a sua voz que era um idyllio, recitou alguns encantadores versos de Zorrilla e Campoamor.»

Em uma carta de Garrett á filha, falla-lhe no casamento de Mathilde de Montufar; a ella fez essa poesia dolorosa, e de fatal presagio:

Ai Helena! de amante e esposa
Já o nome te faz suspirar;
Já tua alma singela presente
Esse fogo de amor delicioso
Que primeiro nos faz palpitar!...

. . . .

Doce é a voz que adormece e quebranta,
Mas a mão do traidor... faz gelar.
Treme, foge do amor que te encanta,
E' o amor que te hade matar.

«A meio da noite pediram com instancia versos. Recitou o *Adeus*, das *Folhas cahidas*, então ineditas.

«A disposição dos espiritos, a novidade e extraordinaria belleza d'aquelles versos, a presença do auctor, tudo concorreu para que a sensação produzida fosse grande. Garrett sabia dominar-se, porém a muito custo conteve a commoção.» Pato era um excellente recitador, e transcreve intencionalmente essa estrophe:

> Oh! vae-te, vae, longe, embora!
> Que te lembre sempre e agora,
> Que não te amei nunca... Ai! não;
> E que pude a sangue frio,
> *Covarde, infame, villão,*
> *Gosar-te — mentir sem brio,*
> Sem alma, sem dó, sem pejo,
> *Commettendo em cada beijo*
> *Um crime*... Ai! triste, não chores,
> Não chores, anjo do céo,
> Que o deshonrado sou eu.»

A poesia *Adeus* nunca será egualada na intensidade da emoção e da expressão, que revelam um cahos moral. E' a segunda peça das *Folhas cahidas*, mas pelo encadeamento psychologico antecede a que se intitula *Cascaes*, em que todo esse drama subjectivo está acabado. No *Adeus*, representa-se depois do goso o remorso:

> Oh! vae... para sempre adeus!
> Vae, que ha justiça nos céos.
> Sinto gerar na peçonha
> Do ulcerado coração
> Essa vibora medonha
> Que por seu fatal condão

Hade rasgal-o ao nascer:
Hade, sim, serás vingada,
E o meu castigo hade ser
Ciume de vêr-te amada,
Remorso de te perder.

. . . .

Vae, vae... para sempre adeus!
Para sempre aos olhos meus
Sumido seja o clarão
De tua divina estrella.
Faltam-me olhos e rasão
Para a vêr, para entendel-a:
Alta está no firmamento
De mais, e de mais é bella
Para o baixo pensamento
Com que em má hora a fitei;
Falso e vil o encantamento
Com que a luz lhe fascinei.
Que volte á sua belleza,
Do azul do céo á pureza,
E que a mim me deixe aqui
Nas trévas em que nasci,
Trevas negras, densas, feias,
Como é negro este aleijão
D'onde me vem sangue ás veias,
Este que foi coração,
Este que amar-te não sabe
Porque é só da terra — e não cabe
N'elle uma ideia dos céos...
Oh! vae, vae: deixa-me, adeus!

Uma estranha mudança se operara tambem na mulher amada; na poesia *Não és tu*, datada nos manuscriptos — 13 de julho de 1850, as estrophes fazem lembrar o mais magoado *lied* de Schubert:

Era assim, tinha esse olhar,
A mesma graça, o mesmo ár,
Córava da mesma côr,

Aquella visão que eu vi
Quando eu sonhava de amor,
Quando em sonhos me perdi.

Toda assim: o pórte altivo,
O semblante pensativo,
E uma suave tristeza
Que por toda ella descia
Como um véo, que lhe envolvia,
Que lhe adoçava a belleza.

Era assim: o seu fallar,
Ingenuo e quasi vulgar,
Tinha o poder da rasão
Que penetra, não seduz;
Não era fogo, era luz
Que mandava ao coração.

....

Mas não és tu... ai! não és;
Toda a illusão se desfez,
Não és aquella que eu vi,
Não és a mesma visão,
Que essa tinha coração,
Tinha, que eu bem lh'o senti.

Essa transfiguração mysteriosa leva o poeta a sentir-se dominado por um poder sobre-humano e fatal; na poesia *Anjo és*, datada nos manuscriptos — 8 de Agosto de 1850, a descripção toca no realismo que convulsiona:

Anjo és tu, que esse poder
Jámais o teve mulher,
Jámais o hade ter em mim.
Anjo és tu, que me domina
Teu sêr o meu sêr sem fim;
Minha rasão insolente
Ao teu capricho se inclina,
E minha alma forte, ardente,

Que nenhum jugo respeita,
Covardemente sujeita
Anda humilde a teu poder,
Anjo és tu, não és mulher.

....

Em teu seio ardente e nú
Não vêjo ondear o véo
Com que o sôfrego pudor
Vela os mysterios do amor.
Teus olhos têm negra côr,
Côr da noite sem estrella;
A chamma é vivaz e é bella,
Mas luz não tem. Que anjo és tu?
Em nome de quem vieste?
Paz ou guerra me trouxeste...

Não respondes — e em teus braços
Com phreneticos abraços
Me tens apertado, estreito!...
Isto que me cáe no peito
Que foi?...
Lagrima?
Escaldou-me...
Queima, abraza, ulcéra... Dou-me,
Dou-me a ti, anjo maldito,
Que esse ardor que me devora
E' já fogo de precito,
Fogo eterno, que em má hora
Trouxeste de lá... De d'onde?
Em que mysterio se esconde
Teu fatal, estranho sêr!
Anjo és tu ou és mulher?

O poema admiravel que resume como em vehementissima *stretta* esta paixão, é a Ode que se intitula *Cascaes*; são onze estrophes em verso de redondilha de uma ardencia e insondavel subjectividade, que, sem ousadia affirmamos, em nenhuma litteratura moderna ou antiga poderá encontrar-se composição que

lhe seja comparavel. Como em uma Symphonia é indispensavel que ao immenso saber se allie uma forte inspiração, estas condições dão-se em Garrett, que n'essa Ode trabalhada e simultaneamente espontanea, elle chegou a identificar no seu quadro lyrico a expressão poetica com a mais alta fórma musical. Como em uma Symphonia, a Ode *Cascaes* appresenta dois themas em antithese, e do seu contraste é que deriva a revelação do estado passional. Como nas Symphonias typicas do *Freyschütz* e do *Tannhaüser*, em que dois themas exprimem uma lucta moral, Garrett por um rasgo genial pinta o mundo objectivo, o meio terreno em que se passou o drama psychologico, com que contrasta. Vejamos o primeiro thema:

Acabava alli a terra
Nos derradeiros rochedos;
A deserta, árida serra
Por entre os negros penedos
Só deixa viver mesquinho
Triste pinheiro maninho.

E os ventos despregados
Sopravam rijos na rama,
E os céos turvos, annuviados,
O mar que incessante brama...
Tudo alli era braveza
De selvagem natureza.

Ahi, na quebra do monte,
Entre uns juncos mal medrados,
Sêcco o rio, sêcca a fonte,
Ervas e matos queimados,
Ahi n'essa bruta serra,
Ahi foi um céo na terra.

E logo por antithese transita para o thema subjectivo, n'um crescendo, que termina quasi por um stacato, para confundir as duas desolações:

Alli, sós no mundo, sós,
Santo Deus! como vivêmos!
Como eramos tudo nós,
E de nada mais soubemos!
Como nos folgava a vida
De tudo o mais esquecida.

Que longos beijos sem fim,
Que fallar dos olhos mudo!
Como ella vivia em mim,
Como eu tinha n'ella tudo,
Minha alma em sua rasão,
Meu sangue em seu coração!

....

Ai! sim, foi a tragos largos,
Longos, fundos que a bebi
Do prazer a taça: — amargos
Depois... depois os senti,
Os travos que ella deixou...
Mas como eu ninguem gosou.

Ninguem: que é preciso amar
Como eu amei, — ser amado
Como eu fui; dar e tomar
Do outro sêr a quem se ha dado
Toda a rasão, toda a vida,
Que em nós se annulla perdida.

Agora os dois themas unificam-se em um final, sob o aspecto do mesmo desalento:

Ai, ai! que pezados annos
Tardios depois vieram!
Oh! que fataes desenganos,
Ramo a ramo, a desfizeram
A minha chóça na serra,
Lá onde se acaba a terra!

Se o visse... não quero vêl-o
Aquelle sitio encantado;
Certo estou não conhecel-o,
Tam outro estará mudado,
Mudado como eu, como ella,
Que a vêjo sem conhecel-a.

Inda alli acaba a terra,
Mas já o céo não começa;
Que aquella visão da serra
Sumiu-se na treva espêssa,
E deixou núa a bruteza
D'essa agreste natureza.

Comparavel a isto, sómente a Canção x de Camões, que começa: «Junto de um sêcco, duro e esteril monte...» Esta relação da poesia com a musica, com que interpretamos a ode *Cascaes*, não é uma observação fortuita. A Poesia revelada pela palavra, excede nos seus recursos de expressão os effeitos da musica e da pintura limitadas ás combinações dos sons e das côres; a palavra é viva, e é suggerida pela propria emoção, que váe acordar fóra de nós o sentimento. Raphael pintando as surprehendentes Madonas, ao querer exprimir o seu amor pela Fornarina, recorreu á poesia; o mesmo, Miguel Angelo amando já na sua velhice Victoria Colonna, que lhe inspirara os mais ideaes Sonetos; Salvator Rosa depoz por vezes o pincel, para traduzir as suas emoções em versos satiricos. E Beethoven, que com o maior saber, e na mais alta *expressão* fez da Musica uma linguagem humana, ao remontar-se na Nona Symphonia ao maximo dos effeitos dos sons pelos recursos contrapônticos, finalisou-a pela palavra fallada, com o choral da Ode de Schil-

ler *A' Alegria*. Wagner pôz em evidencia este triumpho da palavra nos recitativos melodicos e quasi fallados do *Parsifal*. Garrett chegara intuitivamente a esta comprehensão e plena posse do Lyrismo.

Quando em 1850 terminava a cantada paixão de Garrett, nascia na alma de Wagner o amor pela mulher que lhe inspirou o libretto e a opera de *Tristão e Yseult*, a concepção musical mais intensa na expressão organica e psychica do amor identificadas pela suprema Arte. A approximação d'estes factos não é uma analogia banal; pela situação de Wagner se comprehende melhor a de Garrett. Na reacção politica que se seguiu ao movimento generoso de 1848, Wagner para fugir á prisão, refugiou-se em Zurich, na capital da Suissa allemã; foi alli que desde 1851 até 1858, teve intimidade com M.me Mathilde de Wesendonk, casada com um americano, que estimava e admirava o grande artista. Na communicação das suas ideias e trabalhos, Wagner e M.me Wesendonk comprehenderam-se, e amavam-se sem se declararem. Foi n'esta vibração emocional que Wagner se serviu da musica como a linguagem ineffavel para exprimir o seu segredo. E quando a paixão irrompeu entre ambos, o artista reconheceu, que diante do dever, que lhe impunha á consciencia a amisade e gratidão ao generoso marido, teve a revelação genial que um amor assim absoluto só se pacificava na morte. Tal foi a ideia generativa que elle symbolisou na paixão de Tristão por Yseult, casada com o rei seu tio. E assim ao escrever essa Opera unica na vehemencia sentimental, Wagner di-

zia: «Quando escrevo o meu poema, estou já inebriado do perfume musical da minha obra.» E mais tarde escrevendo a Mathilde de Wesendonk, dizia-lhe como suprema consagração: «De ter creado o *Tristão* ficarei teu devedor por toda a eternidade.»

Garrett estava na mesma situação de Wagner, e sentiu a collisão moral diante do marido, que muito considerava; os ataques brutaes dos jornaes politicos (como esse da *Matraca*) obrigaram-o ao retrahimento. Esse amor teve um poema vivido, éstos que o poeta reuniu em 1851 nas *Folhas cahidas*, publicadas talvez para renegar as cartas apocryphas que lhe attribuiam, e que se mostravam com a malevolencia da forjada rhetorica. Garrett affrontaria todas as catastrophes, menos a do ridiculo. Se o temperamento o atraiçôou, não lhe cabe toda a culpa. Aquella desenvoltura andalusa da dansa em que foi empolgado, exerceu-se supprindo a falta do idealismo artistico que approximara Wagner de Mathilde; e emquanto um estacava ante o abysmo ou a renuncia equiparada á morte, o outro chegava á posse, e morria a valer. Garrett não sobreviveu ao fim do seu amor; nas quadras *Vibora*, datadas de 13 de julho de 1850, o previra:

Como a vibora, gerado
No coração se formou
Este amor amaldiçoado
Que á nascença o espedaçou.

Para elle nascer morri;
E em meu cadaver nutrido,
Foi a vida que perdi
A vida que tem vivido.

Depois de ter creado o poema historico e o Theatro nacional, vivificado as Tradições do povo e reconstituido a perfeita prosa portugueza, Garrett elevou nos ultimos annos da vida o Lyrismo á sua expressão universalista. Não foi pela synthese philosophica, mas pelo amor; o amor lhe revelou a verdade e sinceridade da emoção, e o conhecimento da Cantiga popular a fórma simples ao mesmo tempo vulgar e sublime. N'aquella epoca do *flirt* de 1831, que descreve nas *Viagens na minha terra*, Garrett compoz a cançoneta *Suspiro d'alma* sobre dois versos populares, para ser lida em portuguez por Georgina Robinson, que insensivelmente passara do *flirt* para a paixão. Era uma voluptuosidade espiritual a modulação d'esses versos pelos labios da bella ingleza. [1] Assim achara a fórma definitiva do lyrismo, que passados annos havia de realisar na segunda parte das *Flores sem fructo* e nas *Folhas cahidas:* tomou uma Cantiga popular, na sua expressão viva e pittoresca, e desenvolveu-a intencionalmente sem a desnaturar, fixando-a na fórma de Cançoneta:

Suspiro que nasce d'alma,
Que á flor dos labios morreu,
Coração que o não entende
Não o quero para meu.

1 «N'esse tempo, apesar das miserias e trabalhos, andava apaixonado; e escreveu aquellas quadrinhas chamadas *Suspiro d'alma*, (*Flores sem fructo*) traduzindo-as e ensinando-as a lêr no original a uma das tres bellas...» (Amorim, *Mem.*, III, 583.)

Fallou-te a voz da minha alma,
A tua não n'a entendeu;
Coração não tens no peito,
Ou é diff'rente do meu.

Queres que em lingua da terra
Se digam cousas do céo?
Coração que tal deseja
Não o quero para meu.

As trez estrophes são constitutivas da Canção quando chega ao seu pleno desenvolvimento na Aria. O poeta adivinhava. Como d'esses dois versos populares, sentidos e expressivos, Garrett, sem os desnaturar ou pretender contrafazel-os, se elevou ao mais delicioso lyrismo de uma consciente subjectividade. Data d'ahi o primeiro passo para a descoberta do verdadeiro Lyrismo que renovou. Garrett não foi logo comprehendido pelos jovens poetas, que metrificavam sem sinceridade e sem emoções; e os criticos nem suspeitavam d'esta esplendida transfiguração que ia perpetuar-se nas *Folhas cahidas*, mas que estava patente desde 1845 nas *Flores sem fructo*.

A proposito das *Poesias* de Palmeirim, escrevia Rebello da Silva: «A sua tendencia é para o auctor de *Dona Branca:* com uma propensão mais indecisa do que directa, porém; porque, o genero em que o joven poeta se inspira melhor pouco entra nas faculdades até hoje reveladas pelo snr. Garrett.

«Poeta eminentemente nacional, e critico felicissimo em descobrir o sentido mais da saudade do povo em sua tradição; pintor admiravel pela simplicidade attica dos seus

quadros, e pela graça transparente do colorido; o snr. Garrett ainda se não inclinou á *Cantiga popular*, ainda não veiu com ella a uma prova conhecida. Fallo da *Cantiga* da actualidade, d'essa palpitação harmoniosa das sensações moraes de um povo, á medida que atravessa pelas crises da existencia. A Canção antiga, tradicional, nas varias fórmas que era de uso receber, ninguem, senão o traductor inspirado do *Bernal Francez* sabe o segredo de a repassar de sentimento natural e de a enfeitar das galas nacionaes tão singelas, e que tão bem lhe ficam sempre.»[1] Referia-se á Canção narrativa, na fórma do romance ou da ballada; a Canção lyrica, que hoje domina pelo seu effeito esthetico, para os contemporaneos de Garrett só os impressionou pelo escandalo. «Em poucos dias... desappareceram as *Folhas;* levadas de bons e de máos ventos... voaram.» Garrett, em uma nota da *Lyrica de João Minimo* provocava esta intenção: «nunca me pude libertar da maldita poesia, que jámais me deu senão desgostos em seu culto publico. No particular, oh sim! muito lhe devo.»

3.º O Arco de Sant'Anna (Conclusão)

A crise amorosa que forçou Garrett momentaneamente em 1849 a fugir da sociabilidade, foi causa de refugiar-se na elaboração esthetica, terminando o seu romance histori-

[1] *Rev. universal lisbonense*, t. IV, 2.ª série, p. 214 (1851.)

co, que ficara no primeiro tomo em 1845. Começa deliciosamente: «Dez annos esteve Cervantes para fazer trasladar e pôr em ordem os manuscriptos de Cid-Hamete Ben-Engeli, e nos dar emfim a ultima parte da historia do Cavalleiro da Mancha. Eu não te fiz esperar senão cinco, leitor amigo e benevolo, por este segundo e derradeiro tômo do bemdito *Arco de Sant'Anna.* — Não tive n'este intervallo, é verdade que não tive, quem me fizesse uma segunda parte subrepticia e calumniosa, como lhe fizeram ao pobre do Miguel Cervantes, que o obrigou a dar tantas satisfações e a torcer até o rumo de sua historia. *Mas criticos e censores não me faltaram*, pragas e praguentos me vieram de toda a parte; e chegaram a accusar-me de Quixotismo, porque sonhei gigantes em moinhos de vento para ter com quem brigar...

«E tudo isto porquê, leitor amigo? Porque ameacei com a ponta do azorrague d'elrei D. Pedro as pretenções absurdas e antievangelicas de certos agiotas do catholicismo que abusaram da boa fé da presente geração...»

«Dizia o meu amigo R. (Rodrigo da Fonseca Magalhães): — Tu não chegas a imprimir nunca o segundo volume do *Arco.* — Imprimo, imprimo, respondi eu, em me chegando outra vez a mostarda ao nariz com estes padrecas ingratos. Valêmos-lhe nós, nós os rapazes do meu tempo, que entrámos a prégar a favor d'elles, em verso e prosa, contra os formidaveis adversarios da época: a Economia politica e a philosophia do seculo passado.» Mas o regresso ao romance do *Arco de*

Sant'Anna proveiu de um outro despeito; Garrett o revela no capitulo *As tres mulheres*, em que volta á obsessão a que quer fugir: «Mas puro, purissimo sangue da Arabia — através de um véo que lhe cobre o rosto, respira o queimor ardente do deserto, e nas fórmas do seu corpo, no seu gesto, no seu ár, revela todo o Oriente...»

Amorim transcreve este outro trecho do *Arco de Sant'Anna*: «E ella era bella, de uma belleza toda judaica, toda arabe. A figura alta e esbelta, as fórmas severas, sem molleza nenhuma nos contôrnos, o rosto oval, a tez morena, os olhos negros, faiscantes, a testa breve, mas perfeitamente desenhada, os sobr'olhos um tanto juntos, o cabello longo, preto, fino — fino de uma fartura surprehendente.» Amorim estava habilitado para affirmar da verdade d'estes firmes e finos traços: «As velaturas são tão leves, tão transparentes as tintas, que por baixo d'ellas se vê o retrato verdadeiro.» (*Mem.*, III, 364.)

Garrett procurara um coração de amigo em que podesse desabafar da intima angustia; é pena que Alexandre Herculano perdesse a carta em que lhe descrevia esta tempestade moral.

Em 1849, n'essa violenta crise moral em que Garrett se refugiou em casa de Herculano, na Ajuda, ahi se occupou a terminar o romance do *Arco de Sant'Anna*, que desde 1844 ficara incompleto. No prologo que acompanha a segunda edição d'esse primeiro volume, datado de = Belem, Septembro, 1851, = allude a esse amigavel convivio e cooperação de Alexandre Herculano, que lhe forne-

ceu alguns documentos indisputaveis que provam a verdade historica do romance: «Estes curiosos e interessantes documentos foram-me communicados pelo illustre reformador da nossa Historia durante a maior força e calor da composição do romance, *em tempos e expansões de boa amisade.*

«Juntos lêmos grande parte dos capitulos, e se emendavam aqui e alli, e se consultavam alfarrabios. Tenho verdadeira satisfação de o dizer aqui.»

Como Herculano trabalhava então na *Historia de Portugal*, tinha á mão as fontes de consulta sobre os velhos costumes administrativos, e dava traços precisos aos quadros medievaes adivinhados por Garrett; mostrava-lhe textos dos chronicons, publicados por Florez na *España sagrada*, o Foral do Porto, transcripto de uma publica fórma do *Corpo chronologico*, o Foral de Gaia, copiado da Chancellaria de D. Affonso III, e varias concordatas com os Bispos do Porto extrahidas da Chancellaria de D. Affonso IV. Mas esta erudição especial não perturbou o colorido vivo da reconstrucção poetica do antigo burgo em revolta contra a absorpção episcopal. Esse velho Porto do *Arco de Sant'Anna*, que tinha de transformar-se na época da febre dos *melhoramentos materiaes* (phrase da politica da Regeneração) conservou-se com o seu aspecto mediévico até muito tarde, representado ainda com feição pittoresca nos romances de Camillo Castello Branco.

O primeiro rascunho do segundo volume do *Arco de Sant'Anna*, tem a nota: «Foi começado em 15 de Agosto de 1849 e acabado

em 9 de Setembro do mesmo anno.» Por esta indicação se precisa bem a época d'essa convivencia fecunda dos dois altos espiritos. Herculano maravilhava-se todas as vezes que Garrett lhe vinha lêr o que escrevera, sem poder explicar quando é que o seu hospede trabalhava. Herculano, seguindo o seu proverbio «Deita-te ás onze, que não és de bronze,» recolhia-se cedo. Garrett trabalhava por alta noite; d'ahi as surprezas da sua actividade. Seriam por ventura os retoques ao romance, porque em data de 7 de Março de 1849 escrevia a Gomes Monteiro: «O *Arco* está quasi acabado. Mas antes d'isso quero que me diga alguma cousa sobre o remate d'elle. Lembre-me alguma cousa *bem nossa*, bem do Porto, bem *tripeira*, porque esta obrita é toda de reminiscencias da minha infancia, da minha terra natal.» [1]

Em 7 de Novembro de 1850 publicava a *Revista universal lisbonense* (t. III, 2.ª série, p. 108) o seguinte annuncio da proxima publicação do segundo volume do *Arco de Sant'Anna;* é uma pagina pittoresca, que denuncia o estylo do mestre:

«Publica-se o segundo volume d'este romance ha tanto tempo esperado com impaciencia.

«Póde-se dizer d'esta obra que o auctor, na primeira parte d'ella, pouco mais fez que desenhar com bastante correcção, e colorir com mais propriedade ainda, o fundo historico do seu quadro, povoal-o de muitas figuras,

---

1 Catalogo Guimarães. *Helena*, p. XXVIII.

umas sérias, outras burlescas, mas todas interessantes; começava a pôl-as em movimento, quando de repente parou, e nos deixou n'aquella estalagem ou taberna de Gaia, em frente da cidade invicta, com o povo amotinado ao norte do Douro, o bispo e a sua procissão do lado do sul cantando tranquillamente as ladainhas.

«Cinco annos são passados sem sabermos o que foi feito da bella Anninhas, da sua amiga Gertrudes, do Vasco e da feia bruxa que o está fascinando.

«Se o bispo tornou para o paço, se a bernarda dos caldeireiros gorou, ou foi por diante, e conseguiu acclamar o — Senatus Populusque Portucallensis — sobre as ruinas do throno episcopal; se a seraphica pansa de Fr. João da Arrifana, o municipal abdomen de Martim Rodrigues, mettidos cada um em sua cuia da balança conseguiram restabelecer o equilibrio do estado e fazer reinar, com o braço e baraço de Pero Cão, a ordem da Varsovia n'aquella inquieta terra do Porto — ou se vem El-rei D. Pedro, que se comeu a pôlpa da ostra e deu metade da casca a cada um dos litigantes... tudo isto saberemos emfim, porque a historia conclue n'esta segunda parte ou volume, que vae publicar-se.

«O segundo volume do *Arco de Sant'Anna* é o 12.º da edição uniforme das Obras do Snr. Almeida Garrett. Todas as outras que faltavam se têm reimpresso successivamente em terceira e quarta edição...

«Está no prélo uma nova, muito melhorada e muito mais correcta edição da *Dona Branca*, formando o 13.º volume das mesmas Obras.»

Quando appareceu o segundo volume do *Arco de Sant'Anna*, publicou-se na *Revista universal lisbonense* um caloroso estudo critico, assignado por V. de Az. (Visconde de Azevedo), que fornece elementos historicos para a elaboração esthetica do incomparavel romance:

«Quem quer que tivesse lido o 1.º tomo do *Arco de Sant'Anna*, não podia deixar de sentir uma viva impaciencia de saber o que se passou entre o amavel estudante Vasco e a velha bruxa de Villa Nova de Gaia. As ultimas linhas do XVIII cap. do romance nos apresentavam a velha taberneira com uma face nova, e era tão energica, tão penetrante a linguagem empregada n'aquella descripção preparatoria, que o leitor, quasi como adivinhando o que ia seguir-se, almejava por presencear a scena de affectuoso e fortissimo sentimento, cujos sós vislumbres tanto poder já tinham sobre a sua imaginação. A curiosa anciedade, que o auctor soube habilmente excitar, augmentada ainda pela prolongadissima demora em ser satisfeita, acha-se de sobejo saciada com o cap. XX do romance.

«Será nas scenas descriptivas, que o *Arco de Sant'Anna* tem de primar emquanto se não extinguir entre nós o sentimento e o gosto.

«Egualmente bello, egualmente perfeito é o nosso romancista na incisão do dialogo, e no, permitta-se-me a expressão, saber pilhar a phraseologia propria dos populares.»

Apreciando o caracter faceto d'este romance historico, em que o auctor — é o primeiro a dizer alto e em bom som, que do XIV seculo

tirou sómente o seu argumento, e que as impressões, sob as quaes escreveu, são todas do XIX», passa a examinar o typo de Gil-Eanes, que logo se tornou conhecido como um retrato copiado do vivo, o conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, que no parlamento hostilisara Garrett na sua empreza da restauração do Theatro nacional:

«O auctor (no cap. 32, o discurso de Gil-Eanes) quiz descrever alli o typo de um d'estes oradores maçantes, de que os *parlamentos modernos appresentam muitas e engraçadissimas copias;* e com effeito, quando se lê aquelle discurso tão cheio de palavrões sonoros, e tão vasio de ideias reaes e positivas, onde o compassado zum zum das phrases academicas martella o pensamento de tal arte, que nem o auditorio póde attingir o que o orador queria dizer, nem elle mesmo sabe o que diz, a gargalhada se escapa ao leitor ainda antes de lembrar-se que vae rir... gargalhada estrondosa, *esparralhada*... Porém, acaso este retrato, em si mesmo tão proprio e tão bem acabado, alguem poderá suppôl-o existente no seculo XIV?

«N'aquelle tempo não se conheciam academias, nem os homens do pórte de Gil-Eanes fallavam jámaes assim, e quando muito apenas um João das Regras seria capaz de aproximar-se d'aquelle estylo, embora soubesse manifestar suas ideias com clareza e precisão. Foi n'este e em alguns outros logares, onde o auctor quiz appresentar pinturas de objectos, cuja existencia ou melhor diremos creação, é nova e privativa de tempos mais modernos, que a verdade e mesmo a verosi-

milhança dos costumes visivelmente se alterou; concordamos em que esta alteração seja em rigorosa litteratura um defeito, mas sem ella como teriamos nós rido com tanta vontade e prazer?»

O critico conhecia a realidade do typo de Gil-Eanes, que era natural do Porto, e por isso soube aprecial-o. Notando algumas falhas no quadro, diz: «parece-nos que, principalmente no 2.º tomo, tinha bastante pressa de acabar: omittiu cousas necessarias para esclarecimento do enrêdo dramatico do romance, que por isso mesmo fica obscuro e deficiente em alguns logares e scenas, que deveriam ter sido desenvolvidas e trabalhadas, apenas ligeiramente as indicou.» Exemplifica: «o amor puro, platonico de Paio Gutterres, quando não era ainda ecclesiastico, esse amor espiritual, desligado da materia, que tanto eleva e engrandece as almas, e que tão bellas cousas forneceu ao celebre Richardson, que pinturas nos não offereceria, sobretudo debaixo de um pincel tão delicado, como o do nosso auctor? — Tambem não achamos cabalmente explicado o modo porque a infeliz Esther tinha meios de se introduzir nos escondrijos, que do Paço episcopal conduziam ao Aljube; pelo dizer do prelado, a velha era avezada a andar por aquelles sitios; como lhe acontecia isso? — se em uma parte a encontramos disfarçada com ulceras para que o terrivel mitrado a não conheça, em outra se nos deixa entrevêr, que elle não ignorava a sua existencia, e os logares que habitava.»

O castigo do Bispo pelo proprio rei justiceiro provocou reparos contra Garrett. O vis-

conde de Azevedo, catholico que obtivera licença de Roma para lêr Voltaire, justifica o thema do *Arco de Sant'Anna:* «um prelado vicioso foi punido, e o governo de uma diocese foi dado, como sempre devera ser, ao ecclesiastico mais digno e virtuoso que n'ella existia; que mais podiam exigir os escrupulosos? Potamio, arcebispo de Braga, foi deposto no 10.º Concilio de Toledo pelo crime de incontinencia, crime, cujas circumstancias o tornavam muito menos odioso, que o do amigo de Fr. João da Arrifana; — nada menos canonico do que o azorrague de El-rei D. Pedro; porém se a punição foi applicada por incompetente executor, soffreu-a quem a devia soffrer, e a moralidade de um romance pensamos que não requer mais que isto. Muito nos agradaria que El-Rei D. Pedro não tivesse feito diante do altar as suas costumadas *zurzidelas:* o auctor sacrificou n'este logar ao effeito dramatico a decencia e a magestade do culto...» [1]

A paixão amorosa estava subjugada pela volta ás luctas politicas; desde 18 de Fevereiro de 1849 Costa Cabral tornara a ser ministro e presidente do Conselho por indicação do duque de Saldanha. Na lucta que foi assim estupidamente provocada, Garrett exerceu uma acção capital, realisando a Coalisão dos partidos e elaborando a refórma de longe reclamada da Carta outorgada.

Em principios do anno de 1849, o duque

[1] *Revista universal lisbonense*, t. III, 2.ª serie, p. 317 a 322.

de Palmella tinha sido visitado por uma illustre e talentosa dama ingleza mirs. Northon; quiz o duque appresentar-lhe o que havia de mais distincto na sociedade portugueza, fazendo os seus convites para a quinta do Lumiar. Garrett era já conhecido de mirs. Northon, que tinha lido e andava traduzindo para inglez o drama *Frei Luiz de Sousa*. Em carta datada de 7 de Março de 1849, a Gomes Monteiro, dizia: «Sabe que o *Frei Luiz de Sousa* foi traduzido em allemão pelo conde de Luckner, e em inglez pela celebre mirs. Northon?» Garrett escreveu na bella ode *Lumiar:*

Nunca me hade esquecer aquelle dia!
Nem os olhos, as fallas e a sincera
Admiração da bella dama ingleza
    Por tudo quanto via.

Descrevendo o passeio com o velho duque, faz o contraste do estado da sua confiança no futuro da patria:

.......que inda cria, inda esperava,
Inda tinha a fé viva da innocencia!...
    Eu, na força da vida
Tristemente de mim me envergonhava.
....
O triste, o que não tem já sol que o aqueça
Sou eu talvez, que á mingua da fé sinto
O cerebro gelar-me na cabeça;
Porque no coração o fogo é extincto.
    Elle não era assim,
Ou sabia fingir melhor do que eu.

Em nota a esta poesia, escreveu Garrett: «Estes versos foram inspirados pela visita da celebrada mirs. Northon á quinta do Lumiar,

onde o falecido duque de Palmella reuniu, para a festejar, alguns poucos amigos escolhidos. Foi nos ultimos dias de sua vida.» O duque faleceu em 12 de Outubro de 1850, ao regressar do estrangeiro. N'esta Ode escripta n'esse mesmo anno, vê-se o estado da alma do poeta diante da torpeza do cabralismo outra vez na pósse do poder:

> Oh! minha pobre terra, que saudades
> D'aquelle dia! Como se me aperta
> O coração no peito co'as vaidades,
> Co'as miserias que ahi vejo andar álerta,
> A' solta apregoando-se! *Na intriga,*
> *Na traição, na calumnia é forte a liga,*
> E fraca em tudo o mais...
> Tu, socegado
> Descança no sepulchro; e cerra, cerra
> Bem os olhos, amigo venerado,
> Não vêjas o que vae por nossa terra.

Garrett synthetisou em um verso a situação de Portugal no ultimo arranco do cabralismo, em que a *violencia* ia ser substituida pela *corrupção* organisada: «onde tudo que é alto vae descendo.» E desceu-se sempre e mais. [1]

---

[1] Garrett fôra da iniciativa de se erigir um monumento ao duque de Palmella, redigindo as bases do programma apresentado á commissão em 28 de Outubro de 1850. Dias depois escrevia-lhe Rodrigo da Fonseca Magalhães prevenindo-o — «que o convite ruidoso aos tribunaes, corporações, etc. — iria causar não sei que ciume por causa do monumento de D. Pedro.» O monumento a Palmella ficou por este motivo sem andamento, e até que por carta regia de 9 de dezembro foi Garrett nomeado vogal «da commissão encarregada de promover a subscripção para o monumento de gratidão nacional para com o immortal duque de Bragança...»

IV

Garrett, sua morte fim de uma Epoca

—

Subjugada a nação portugueza pela intervenção armada segundo as bases do protocollo assignado em Londres em 21 de Maio de 1847, uma das condições da pacificação imposta era o affastamento do governo de todos os individuos que mais se tinham salientado nos dois campos da lucta partidaria. D. Maria II faltou logo ao compromisso, nomeando um ministerio cabralista; de sorte que, toda essa vergonha de sustentar-se um throno chamando o apoio das armas estrangeiras, serviu para continuar o ludibrio, pela segurança da morte moral da nação portugueza. Bem o disse Macchiavelli: «Os homens mudam voluntariamente de governante, pensando que melhoram a sua sorte, mas sae-lhes peior.» A rainha soffria da vesania terrorista da *abdicação*, com que a ameaçava a impren-

sa septembrista, e entregava-se cegamente ao partido cabralista ainda organisado. Saldanha, que fôra o instrumento ostensivo da *Emboscada de 6 de Outubro*, continuava depois da intervenção armada o mesmo plano do paço contra a soberania nacional; e em carta publicada nos jornaes, desvendou o espirito do novo ministerio, declarando, que «preferia uma camara de deputados escolhidos um a um pelo conde de Thomar, a uma camara em que José Passos tivesse um voto de maioria.»

Depois d'este pontapé no protocollo dos plenipotenciarios da Inglaterra, Hespanha e França, seguia-se a chamada de Costa Cabral outra vez ao governo, como *maire du palais*, porque a nação estava quebrada para toda a resistencia. De facto Saldanha prestou-se a mais esta indignidade, entregando ao Conde de Thomar o governo, que constituiu ministerio em 18 de Junho de 1849. Em uma carta do conde de Thomar dirigida de Vigo a Saldanha, vem referida esta transferencia do poder: «Os negocios publicos estavam quasi abandonados em junho de 1849, por que v. ex.ª nem comparecia nas camaras legislativas para sustentar as medidas e a politica do governo, nem os membros do gabinete se entendiam entre si, ou antes não se entendiam a maior parte dos seus membros com o presidente do conselho, podendo dizer-se que existia uma perfeita anarchia ministerial e parlamentar.

«Tinha v. ex.ª pedido a demissão e fugido do parlamento para Cintra!... e *eu recebi ordem para me apresentar no paço das Neces-*

sidades; e, não obstante a minha forte resistencia para acceitar encargo de tanta responsabilidade em circumstancias tão difficeis, foi mistér ceder.

«Acceitei, finalmente, *por obediencia ás ordens da corôa*, e tive a fortuna de apresentar no mesmo dia 18, em que tomei encargo tão melindroso, o ministerio organisado por fórma, que *mereceu a approvação da soberana*, ficando por esta maneira destruidos planos de antemão preparados!...» Esses planos eram a ameaça da *abdicação*, que fazia desvairar a rainha, entregando-se a um ministerio de resistencia. O Conde de Thomar continuou a governar pela força, seguro da impotencia do partido septembrista; e como a imprensa jornalistica o encommodava, apresentou um projecto de lei, que foi conhecido pelo titulo caricato da *Lei das rôlhas*. Garrett de accordo com Alexandre Herculano redigira um *Protesto contra a proposta sobre a liberdade da imprensa* «energico e solemne, contra todas as disposições do dito projecto de lei, em que são postergados os direitos e garantias inallienaveis da liberdade de pensamento, ficando assim seguros de que se essa liberdade tem de perecer, *ao menos os seus nomes não passarão deshonrados á posteridade com a mancha da covardia ou de connivencia em semelhante attentado.*» Foi assignado este protesto por sessenta nomes dos mais distinctos escriptores, professores, jornalistas, medicos e magistrados representando como uma nova coalisão de todos os partidos continuando a resistencia de 1845. Garrett organisando esse protesto contra a lei so-

bre a liberdade da imprensa, mantinha o seu conhecido pensamento da coalisão dos partidos e das refórmas politicas, que se realisaram pelo movimento revolucionario da Regeneração em 1851, em que elle foi o cooperador mais activo e sincero. Era o ultimo lampejo do regimen da Carta outorgada, em que á franca *violencia* se substituiram os processos da *corrupção* dissolvendo todas as forças moraes.

D) A Regeneração em 1851

A nação estava morta para a resistencia, e só um accidente imprevisto poderia agitar este corpo degradado; um movimento militarista determinou a queda do Conde de Thomar e a participação do elemento septembrista no governo, iniciando-se a refórma do processo eleitoral e das bases organicas da Carta. Uma dissidencia pessoal entre Saldanha e o Conde de Thomar (pela demissão de um sobrinho do marechal), fel-o entregar uma representação á rainha contra o seu ministro, em 18 de Dezembro de 1849, pedindo que o demittisse. D. Maria II não gostou da fórmula da petição, e respondeu a Saldanha, mordomo-mór do paço, — que não admittia advertencias sobre o seu governo feitas pelos seus creados. Mandou lavrar o decreto de demissão do cargo de mordomo-mór, que por circumstancias politicas só foi publicado em 7 de Fevereiro de 1850. Os septembristas vendo Saldanha hostilisado pelo paço começaram a dar-lhe apoio, pondo-se a sua imprensa a defendel-o contra Costa Cabral. Este reagiu

pelo projecto de lei de 10 de Fevereiro d'esse anno. Depois das refregas parlamentares, Saldanha fiado no seu prestigio no exercito lançou-se na rebellião, contando com alguns regimentos, e em 7 de Abril deu o primeiro passo, indo revolucionar o regimento que estava em Mafra, que o não seguiu. As decepções succederam-se, e Saldanha teve de refugiar-se na Galliza, d'onde contava retirar-se para Inglaterra. Na carta já referida de Costa Cabral, vem laconicamente descripta esta situação: «E não obstante, o duque de Saldanha, com todo o seu prestigio militar, apenas conseguiu sublevar dois batalhões de caçadores! Foi repellido na Extremadura, na Beira Alta, em Traz-os-Montes, no Porto, e no Minho; desde que partiu de Cintra, aonde se declarou rebelde, até que entrou fugitivo na Galliza, só encontrou o mais completo desprezo do exercito e dos povos!»

José Estevam comprehendeu a situação de Saldanha e offereceu-lhe o apoio do partido septembrista no Porto, para vir pôr-se á frente da sublevação; José Passos de accordo com José Victorino Damasio, auxiliados com Salvador Pinto de França, revolucionaram as forças da guarnição do Porto, propagando-se de prompto o movimento aos regimentos que estavam em Braga e Vianna. Quando já estava triumphante a sublevação, sahiu Saldanha do refugio de Lobios, e em 27 de Abril fez a sua entrada no Porto como um triumphador. Para segurança do throno D. Maria II demittiu logo em 26 de Abril de 1851 o Conde de Thomar, que por seu turno tambem foi refugiar-se na Galliza. Na carta que d'ahi

dirigiu a Saldanha em 1 de Maio, Costa Cabral exprobra-lhe o seu triumpho: «Para se dar o devido valor á revolução de que Portugal está sendo victima, notarei que o montevideano D. Miguel Ximenez — foi quem se conservou no campo da corrupção, e quem alliciou a brava guarnição do Porto... Este facto envergonha-me como portuguez... E' o proprio duque de Saldanha quem confessa estar já na Galliza, quando recebeu a noticia infausta da traição de D. Miguel Ximenez!»

O Saldanha foi recebido com manifestações de jubilo delirante no Porto; houve uma recita de gala no theatro de San João, e entre os vivas de enthuziasmo phrenetico, proclamava-se a immediata reforma da Carta, e muitas vozes suscitavam a necessidade da *abdicação* de D. Maria II. A nomeação que ella fizera do marido para general em chefe do exercito, é que mais reaccendera esta manifestação militarista a favor de Saldanha. Em uma Circular, datada do Porto em 29 de Abril de 1851, Saldanha como dictador glorioso dirigiu-se a todos os governadores civis explicando este movimento da regeneração, protestando préviamente que visava a consolidar o throno de D. Maria II «e as liberdades consignadas na *Carta* constitucional da monarchia *com as refórmas* que a experiencia tem mostrado necessarias, *a fim de que as mesmas liberdades não possam ser sophismadas como até agora á sombra da mesma Carta.*» Era a synthese do regimen feita por quem estava de dentro como cooperador da emboscada de 6 de Outubro e da intervenção armada de 1847.

D. Maria II, receiosa dos aggravos que fizera a Saldanha demittindo-o de vogal do supremo conselho de justiça militar e de primeiro ajudante de campo de D. Fernando, temendo que elle lhe impuzesse a *abdicação*, ao saber que se dirigia sobre Lisboa, mandou entregar-lhe uma carta autographa, cuja minuta foi pedida a Garrett.

Eis a carta, como se encontra entre os papeis do Duque de Saldanha:

«Lisboa, 1.º de Maio de 1851.

«Faço justiça aos sentimentos do Marechal Saldanha quando acredito que elle não é capaz de querer abusar da situação em que se acha. Tenho fé na sua honra, e no seu pundonor de militar e de conselheiro; e entrego confiadamente ao Amigo e ao general de Meu Pai o futuro d'este paiz e da corôa. Peço-lhe que venha immediatamente para Lisboa, e achar-me-ha firmemente resolvida a dar-lhe todo o meu apoio para que se extirpem radicalmente os abusos, para que o systema Constitucional não seja sophismado, e para que o meu nome não possa nunca servir para cobrir injustiças. Está na sua mão impedir que os inimigos da Monarchia não contem por seu triumpho o que só deve ser a victoria da razão e da moralidade. Assim o espero do Duque de Saldanha.

F. Maria.» [1]

---

[1] Texto na *Correspondencia do Marechal Duque de Saldanha*, vol. I, p. 8. Lisboa, 1905; publicação de G. J. C. Henriques. — Gomes de Amorim, *(Mem.*, III, 277) encontrou entre os papeis de Garrett esta car-

Garrett chamado ao paço, quando se soube que Saldanha triumphante já em Coimbra se dirigia a Lisboa, e consultado sobre a angustia do momento deu o parecer que D. Maria II escrevesse directamente a Saldanha, prevendo o effeito da carta. Bastava encontrar-se entre os papeis de Saldanha para se saber que lhe fora entregue; mas o acto praticou-se com a maxima e apparatosa publicidade. [1] Na proclamação que o Barão da Luz, ministro interino do reino, dirigiu aos habitantes de Lisboa, diz: que a Rainha «adoptou sincera e cordealmente o movimento nacional que acaba de completar-se, e de que é garante *o mesmo exercito que o promoveu.*»

Esta indignidade com que D. Maria II se roja diante de Saldanha era a consequencia do medo de perder o throno, ameaçada pelas imposições da *abdicação*, e pelo perigo da popularidade que fortificara Saldanha, cuja

---

ta, e transcrevendo-a, diz: «Ignoro se foi expedida. A minuta é letra de Garrett.» No autographo de Garrett ha esta allusão á *abdicação*, que foi cortada: «Está na sua mão impedir que as funestas illusões que ultimamente se dissiparam, não sejam substituidas por outras, que venham pôr em risco a independencia da nação e do throno.» Ha outras phrases de cortezia, que foram supprimidas pela rainha na sua copia.

[1] No Supplemento ao n.º 103 do *Diario do Governo*, vem a seguinte notificação:

«Na sexta-feira 1.º do corrente, pelas sete horas da manhã, sahiu a barra de Lisboa o vapor *Infante D. Luiz*, levando a seu bordo o conselheiro Reis e Vasconcellos, encarregado de entregar ao Marechal Duque de Saldanha uma *carta autographa de Sua Magestade a Rainha*, na qual a mesma augusta senhora lhe *expres-*

cabeça fraca facilmente se hallucinava com uns pruridos democraticos, que n'este momento podiam arrastal-o como dictador á Republica. Bem avisada foi D. Maria II em ir-lhe ao encontro, capeando o boi que podia ser mordido pela môsca revolucionaria republicana. Esse crime da *intervenção armada* pedida pela rainha D. Maria II contra a nação que lhe dera o throno, teve consequencias tremendas na politica da Europa. A França envolvendo-se na connivencia odiosa com a Inglaterra para esse acto de interferencia, expulsou do throno o seu rei Luiz Philippe; Edgar Quinet o previra. Tambem Macauley, na sessão da camara dos communs em 14 de Junho de 1847, fizera uma previsão, que os acontecimentos confirmaram: «Creio que quando se considera o que se tem feito para melhorar a condição das nações e o caracter dos governos durante este longo periodo de paz — quando se compara o estado da Euro-

---

sava desejos de o vêr quanto antes restituido á capital, afim de poder formar ministerio a que elle deve presidir, escolhendo pessoas que offereçam incontestaveis garantias de que os desejos da Nação sejam fielmente cumpridos. N'este mesmo sentido lhe escreveram os actuaes ministros interinos, instando pela apparição do marechal em Lisboa afim de cessar a incerteza da situação, renascendo a confiança publica, e a influencia governativa.» (Reproduzida depois no n.º 104 do *Diario do Governo.)*

A pedido do ministro do reino, o Barão da Luz, Garrett redigiu tambem os decretos que reintegraram Saldanha nos logares de Mordomo-mór e de Ajudante de campo de D. Fernando, revelando-lhe o ministro, «que o pedido vinha do proprio Saldanha.» (Amorim, *Mem.*, III, 285.)

pa, durante estes trinta e dous annos de paz com o seu estado durante os vinte e tres annos de guerra,—que incorria em grave responsabilidade o que lançasse a primeira faisca sobre uma massa de materia combustivel, que prestes se incendiaria e produziria *uma vasta conflagração*. Quem sabe se o anno de 1850, ou o de 1860 ou o de 1870 terá de ser testemunha de semelhante resultado.» De facto essa faisca incendiaria tinha sido lançada pelo odioso triumvirato, que maquinando a intervenção da Hespanha em Portugal, forçou a Inglaterra a tomar a dianteira e a envolver o governo da França n'essa violação de uma nacionalidade. Os acontecimentos authenticaram a previsão, determinando immediatamente a queda de Luiz Philippe em 24 de Fevereiro de 1848, e a proclamação da segunda Republica franceza em 4 de Maio. A conflagração estendeu-se á Hespanha, á Italia, e ás potencias do norte que ainda sustentavam a Santa Alliança. Na assembleia de Frankfort de 31 de Março de 1848 appresentava-se o projecto da *unidade da Allemanha* constituindo um grande imperio regido pela *vontade nacional;* e congregadas as forças da reacção conservadora, ficou de pé a Constituição de Berlim de 31 de janeiro de 1850. Na Italia repercutiu-se o abalo republicano de 1848, ficando de pé as instituições constitucionaes do Piemonte. Em Hespanha, nas luctas entre cartistas, conservadores e progressistas, é a ideia republicana sustentada pelas armas e sangrentamente reprimida pelo governo de Narvaez. Em Portugal em 12 de Abril de 1848 apparece a proposta da refor-

ma da Carta; a rainha tem medo da omnipotencia parlamentar, e é o proprio Saldanha que a leva a entregar o poder ao Conde de Thomar. No meio d'estas burlas traiçoeiras e covardes é que se manifesta em Portugal a imprensa republicana, sustentando o espirito da Revolução de 1848. E' digna de observar-se essa insurreição dos espiritos; vejamos alguns trechos do folheto *E' tarde*, que chegou a ser refutado no *Diario do Governo:*

«A Snr.ª D. Maria da Gloria veiu para Portugal escudada com o prestigio dos principios liberaes: a não ser assim nunca se teria assentado no throno portuguez; mas apenas se viu rainha, só tratou de os sophismar, de os perverter, de os annullar. Quando, forçada pelas circumstancias—tem admittido nos seus conselhos homens que desejavam o bem d'este paiz, e que pela moralidade e economia com que queriam governar se faziam bemquistos do povo, eram logo por esta snr.ª enganados e escarnecidos, negando-lhes todos os meios para com honra continuarem no ministerio; quando pelo contrario tem tido ministros que delapidando as finanças, fomentando a corrupção, systematisando as violencias eleitoraes, e de todo o genero (e esta tem sido a regra geral) attrahiam sobre si a animadversão unanime do paiz, tem esta snr.ª sustentado com affinco taes ministros, de que são mais salientes exemplos os Cabraes, os Saldanhas, os Tojaes, os Azevedos, os Terceiras, os Oliveiras, os Proenças, etc.

«Umas poucas de vezes tem esta senhora feito revoluções contra o estado de cousas que a vontade dos portuguezes lhe tinha im-

posto, só porque n'esse estado de cousas não podia opprimir e roubar esta infeliz nação, tanto como queria...

«Ella e os seus cortezãos têm juntado o escarneo á tyrannia no momento em que nos estavam opprimindo, em que mandavam matar os nossos companheiros desarmados pelas forças estrangeiras — n'essa mesma occasião nos atiravam á cara com o *perdão offerecido pelo maternal amor, pela regia magnanimidade:* perdão imposto e que tornavam illusorio!

«Nem um sentimento portuguez tem a Snr.ª D. Maria da Gloria: tanto em homens como em cousas só gosta do que vem de fóra; d'este malfadado paiz apenas gosta de vêr o sangue derramado, e por isso depois de Torres Vedras, bradando victoria, dizia que o sangue ainda lhe não sujava o vestido.

. . . .

«por isto vae-se tornando cada dia mais seguida a opinião de que a Snr.ª D. Maria da Gloria tendo já pelas traições, injurias e actos de hostilidade que tem praticado para com este povo portuguez, perdido legalmente a corôa — nem para abdicar tem já direito. —

«Se a oppressão, se as violencias, se os insultos não tivessem crescido, se não tivessem peorado a nossa sorte, se as desconfianças não fossem cada dia mais justificadas, as exigencias seriam as mesmas que foram em 1846; agora não basta: temos sido mais perseguidos; apertaram-nos as algemas emquanto tinham os algozes estrangeiros para os ajudarem; perderam a qualidade de portuguezes chamando os reis seus alliados para

opprimir o povo da terra em que tinham nascido;:... agora que vêem que lhes falta o apoio com que nos escravisaram, é que querem fazer concessões! *E' tarde;* não ha concessões se não abandonando o poder a nossa oppressora e os seus satellites: novas situações requerem novas leis e novos homens; os povos do norte têm-nos ensinado a destruir a tyrannia, e havemos de destruil-a...

«São precisas garantias; não ha nenhuma que seja segura emquanto a moderna Jesabel estiver entre nós.

«Os dois outros alvitres confundem-se um com o outro:

«Monarchia electiva;

«Republica.

«Os acontecimentos precipitam-se; a nação ainda não escolheu; o nosso coração palpita pelas instituições republicanas; desejamol-as, porque temos para nós que são as melhores; o voto geral vae tanto para ahi, que mais anno menos anno é inevitavel que seja essa a fórma do nosso governo; é mesmo provavel que a nação farta dos reis que a tem infelicitado uns pelos seus desvarios, outros pelos seus crimes, abrace estas instituições;...

. . . .

«Paris, a patria da moderna civilisação, nunca a teve mais brilhante do que agora, depois da proclamação da Republica;... o governo provisorio a cuja frente estão Dupont de L'Eure, Arago, Lamartine, Marie, Crémieux, etc., um governo assim é o que nós precisamos, e é o que quer a nação portugueza.—

«Estas opiniões não nos são privativas; se o fossem nenhuma força teriam; são as que geralmente abraça o paiz, e que vão calando nos animos dos que theoricamente lhes eram mais avêssos...»

Este folheto intitulado *E' tarde* appareceu anonymo, datado de: Lisboa, 10 de Abril de 1848.—O cryptonymo *Um patuléa* era José Maria do Casal Ribeiro, que a captação palaciana tornou instrumento da mesma hypocrisia liberal, apparecendo na segunda Regeneração ministro de D. Luiz, e titular tendo passado da aspiração republicana para a sophismação socialista.

No folheto *A Alvorada*, advogam-se as ideias republicanas com enthuziasmo: «A quem te prègar que o povo está infante de mais para ser republicano, dize tu que *mente*. Para serem livres todos os povos estão adultos; assim os seus guias, os depositarios do seu poder, quizessem conduzil-os pela estrada da liberdade.

«A quem te argumentar com os horrores de 1789, dize tu, que ou é mentecapto ou mal intencionado, ou ambas as cousas juntas. A republica d'hoje não é a d'aquelle tempo; então era um ensaio, uma tentativa prematura; hoje é um fructo sazonado da meditação, o unico remedio efficaz para os males do povo: então queria triumphar pelas armas e pela força, hoje ás armas substitue as ideias, á força substitue o direito e a rasão.—

«Povo, a revolução não é só um direito, mas um dever, quando a *petição* e a *eleição* se tornam meios impotentes para obter as reformas de que precisas. Temos pedido, des-

attendem-nos. Queremos eleger, apunhalam-nos.

«Que outro recurso pois nos resta senão uma revolução?

«— Não vês ahi um throno levantado sobre milhares de milhares de victimas, bambalear como se ellas se estorcessem... Não vês a mulher que n'elle assentámos ensurdecer-se aos clamores do povo, reinando sem o povo e contra o povo, para esmagar o qual não se peja, não treme d'ir humilhante supplicar ao estrangeiro um auxilio envilecedor?

. . . .

«E' a monarchia que se mascarára com as fórmulas representativas para melhor illudir e corromper, e fazer-se cruel e oppressora, — é a monarchia que procura o povo para um duello de morte.

. . . .

«O povo, vendo peregrinar a realeza, e implorar de côrte em côrte o favor da diplomacia, tomou a vibora em suas mãos generosas, accalentou-a em seu seio, e agora sente-se mordido por ella mortalmente. —

«Povo, essa realeza que ahi nos está custando tanto dinheiro, tanto sangue, tantas lagrimas, fôra uma creação do patriotismo illudido; hoje é um funesto presente das bayonetas do estrangeiro, que lhe devemos reccambiar.»

No segundo numero da *Alvorada*, chega-se á affirmação: «Povo, a monarchia é o cancro que deves extirpar do corpo social; é a parte gangrenada do corpo social que se deve amputar, para que a putrefação o não tome todo. (p. 5.) Mas essa mulher que para ahi

reina, malquista entre si os portuguezes; em vez de moderar a furia dos partidos, atiçou os odios e as vinganças. Poz-se a favor de uns contra os outros dos dissidentes. Foram os seus interesses e maquinações que armaram o filho contra o pae, o irmão contra o irmão. Foi ella que ateou entre nós o facho abrazador das discordias civis. Compraz-se nos furores da guerra, e folga de contemplar o sceptro retinto em sangue. —

«Para que levariamos nós a fidelidade politica até ao fanatismo por tal mulher? Para que, nas masmorras e no exilio soffreriamos nós sem lagrimas nem queixumes tantas privações, tantos flagicios? Para que affrontariamos o cadafalso e o algoz com denodadas resignações de martyr? Para que seriamos tão prodigos do nosso sangue?... Para que fariamos gemer a nossa cara patria debaixo de ruinas? Para que?... Basta: é doloroso recordar tanto heroismo de valor e de soffrimento. A um reinado de fôrcas e cacete, seguiu-se um reinado de punhal e de assassinato. Mas em 1828 não ha que espantar da tyrannia... No peito de uma mulher é que não cabem nunca sentimentos crueis, e D. Maria parece fazer gala d'estupida e atroce.

«Mulher, é medonho o abysmo que tens cavado a teus pés... abdica o sceptro nas mãos do povo e retira-te. Esse será o unico dia glorioso da tua vida. Tambem Sylla depoz a magestade e se humilhou aos pés da patria. Faze como o conspirador romano, e o povo portuguez perdoará teus crimes. A tua presença n'este paiz é um incentivo á dôr e ao pranto; a tua contumacia uma provocação

á vingança; mas a tua retirada será um titulo á indulgencia do historiador.

«Neta de Carlota Joaquina, retira-te, não obscureças, não manches um dia que nos alvorece tão puro e risonho!» [1]

No jornal *O Regenerador*, que começou a publicar-se em Lisboa em 16 de Abril de 1849, no artigo *As concessões* faz-se a narrativa historica de todas as cavillações palacianas desde 1836; e pergunta, porque demorou para tão tarde as concessões?

«E' porque se contava menos com o poder dos seus soldados que com a cobardia e traição dos chefes populares? E' porque se contava vêr as patas hespanholas esmagando os nossos cadaveres, e as esquadras de Palmerston tingindo o estandarte britanico o sangue dos nossos soldados! —

«E agora é que apparecem no parlamento propostas de transigencias com o Povo! Agora é que se quer cercar o throno (que desaba inevitavelmente) de todos os partidos! Agora é que se quer dar fôro de cidadão aos párias da nossa terra — os progressistas e os realistas! —

«Quando em nossa terra soarem as vozes: *liberdade—egualdade—fraternidade*, o Povo recobrará tudo o que lhe pertence.»

O Republicano, que começou a publicar-se em 1848, proclamava: «A familia dos Braganças tem feito a desgraça d'esta nobre ter-

---

[1] Estes dois folhetos anonymos, publicados em Abril e 25 de Maio de 1848, foram escriptos por José Maria Nogueira.

ra. Outra dynastia é impossivel.» E fallando de Costa Cabral: «Valido de uma rainha perversa, favorito de uma côrte devassa, lembra-te da morte do amante de D. Leonor Telles.» Sobre este thema historico foi D. Maria II discutida em um tremendo parallelismo. «A Duqueza de Mantua tambem sahiu d'esta nobre terra. — Miguel de Vasconcellos tambem recebeu o castigo que seus crimes mereciam.» — «A raça dos Braganças desajudada das luzes e do patriotismo da côrte, soube apenas envilecer o paiz; atraiçoar os seus interesses; esmagar os seus principios de vida, e corrompel-o nos escandalos de uma desregrada prepotencia e nas torpes ostentações de um vicio repugnante.

«Essa rainha aventureira que nós puzemos no throno, resume apenas os delictos e as infamias d'esse bando de bastardos nobilitados, que o patriotismo arrancou dos paços de Villa Viçosa. A providencia condecorou essa mulher insignificante com todas as paixões despreziveis e todos os instinctos depravados dos seus degenerados ascendentes. Sim, D. Maria II é digna neta de D. João IV, que esmagou as liberdades portuguezas, de D. Pedro II, que assassinou seu irmão, que lhe deshonrou o leito e que assignou o tratado de Methuen; de D. João V, que quiz remir os seus crimes vasando nos cofres de Roma a riqueza do paiz; de D. João VI, que fugia quando a patria precisava do seu braço; de D. Carlota Joaquina, que enxovalhou o throno pela concussão e pelo adulterio.

«Maria II... dizem que és boa mãe e boa esposa. Ao paiz pouco importa isso. O povo

tem tambem boa esposa, e boas mães cuja devoção não é paga pelo orçamento.» (p. 4.)

São do maior interesse historico os outros jornaes republicanos de 1848, *A Fraternidade* e *A Republica.*

No meio d'estes enthuziasmos pela Republica de 1848 era preciso uma doutrina politica que se definisse e se applicasse á situação portugueza. Essa doutrina tinha sido entrevista pela intuição genial de Garrett em 1830, no seu livro *Portugal na balança da Europa.* Quando se formava n'esse anno um novo equilibrio europeu pela Revolução de Julho, e não era claro o destino politico de Portugal, escrevera Garrett, como conclusão do seu livro: «Todos daremos o derradeiro sangue pela independencia nacional.

«Mas se a *intriga estrangeira ajudada da traição domestica* prevalecerem e nos tirarem a condição, sine qua non, da nossa independencia... então, reluctantes e forçados, mas deliberadamente resolutos, só nos resta lançar mão... da alternativa: unir-nos para sempre á Hespanha,—se a oligarchia nos obrigar a queimar nos altares da liberdade o palladio da independencia nacional, façamol-o com dignidade e prudencia; nem sacrifiquemos de nossa gloria e nome antigo senão o que fôr indispensavel para evitar a servidão moderna. Talvez uma FEDERAÇÃO...» (Secç. VI, §. XVII.)

E' quaşi certo que ninguem comprehendeu o pensamento de Garrett em 1830; mas a ignominia da intervenção armada de 1847 illuminou alguns espiritos, e a ideia da *Federação* dos Estados peninsulares appareceu a

José Felix Henriques Nogueira como a maior e unica defeza da autonomia de Portugal, formulando-a com nitidez no seu livro *Estudos sobre a reforma em Portugal*, publicado em 1851.

O nome de Henriques Nogueira permaneceu desconhecido entre as glorias officiaes, mas a grande ideia sobreviveu em livros seus, dos quaes a critica e o estado actual da sciencia politica deduzem a sua validez moral e disciplina de uma poderosa intellectualidade. Se algum nome merece a glorificação da historia pela pureza dos altos intuitos altruistas, é o seu. No meio da sociedade civil que soffreu os attentados da monarchia constitucional em 1837, 1839 e 1842, até ás repressões que motivaram os levantamentos de 1844 e 1846, em que a traição real chamou a intervenção armada estrangeira em 1847, e que viu as tropelias do absolutismo mascarado apparentemente reprimido pelo atraiçoado movimento de 1851, Henriques Nogueira surge como o typo do grande cidadão lavrando a sentença contra tantas infamias. Escrevia essas memoraveis e solemnes palavras, que são a base do seu livro:

«Quizera que n'um paiz como o nosso, emancipado por cruentos esforços da tutella humiliante, egoista e sanguinaria da monarchia absoluta, causa do regimen espoliador, traiçoeiro e faccioso da monarchia constitucional, necessitado de restaurar as forças perdidas em luctas estereis e de cicatrizar feridas que ainda gotejam, ávido emfim de gosar as doçuras da liberdade por que tanto ha soffrido, o governo do estado fosse feito pelo povo

e para o povo, sob a fórma nobre, philosophica e prestigiosa da REPUBLICA.» No contexto do livro em que sustenta a generosa ideia, apoia-se nas condições historicas da Federação. No monumento sepulchral que, na sua morte prematura, lhe elevaram alguns amigos no cemiterio dos Prazeres, inscreveram este lemma: *Apostolo fervoroso da liberdade, egualdade e fraternidade;* e sahindo das vagas aspirações, accrescentaram: *Foi strenuo defensor da Doutrina democratica e da Ideia da Federação politica das Hespanhas.* Assignaram estas immortaes palavras, José Estevam Coelho de Magalhães, Antonio Rodrigues Sampaio, Carlos José Caldeira, José de Torres, Sousa Brandão, Carlos Ribeiro, Rolla, Elias Garcia, Betamio de Almeida, etc. Rematava a inscripção: *O futuro julgará suas opiniões e as de muitos que lhe sobreviveram.* Os germens da ideia da Republica federal estavam lançados; o futuro foi tornando-se presente, evolvendo-se de um longo passado historico. O livro de Pi y Margall, *As Nacionalidades*, publicado em 1877, e o desenvolvimento do grande partido federal em Hespanha, que procura coordenar em uma unidade consciente todos os elementos separatistas hespanhoes por meio de um pacto de federação politica, veiu confirmar a concepção e previsão do genial iniciador portuguez. José Felix Henriques Nogueira, nasceu em 25 de Janeiro de 1825, em uma freguezia proxima de Torres Vedras; herdando bens importantes, achou-se com a independencia indispensavel para julgar a acção dos partidos monarchicos, que á falta de ideias têm apenas a cohe-

são dos interesses. O facto de ter vivido em Torres Vedras fel-o conhecer esse tragico episodio dos vencidos de 1847 e das traições que triumpharam d'esse reducto invencivel da causa da nação. O seu espirito achou-se conduzido para a analyse das instituições no excellente livro *Estudos da reforma em Portugal*, indo depois em uma viagem pela Inglaterra, França, Belgica, Allemanha e Hespanha, em 1853, completar os seus estudos sociaes. Em 1854 fundou um jornal *O Progresso*, e collaborava nos jornaes mais lidos, *Panorama*, *Ecco dos Operarios*, *Revolução de Septembro*, *Jornal da Associação industrial do Porto*, e no *Scalabitano*. A sua actividade exercia-se em uma propaganda disciplinada no *Almanach democratico* de 1852 a 1855, no *Almanach do Cultivador*, de 1856 a 1857. Contra a absorpção do centralismo monarchico, trabalhava para avivar a tradição das garantias locaes, publicando em 1856 *O Municipio no seculo* XIX, e preparava um *Catecismo democratico*. Surprehendeu-o a morte com trinta e tres annos de edade em 28 de Janeiro de 1858; foi um desastre para a nação e para as primeiras intelligencias politicas. José Estevam volveu-se para a politica monarchica e foi esterilisar-se no parlamentarismo da facção historica, Sampaio enfileirou-se no grupo regenerador, proclamando o rei como a *unica força*, Casal Ribeiro, o auctor do *E' tarde*, affirma no parlamento que a monarchia é condição da autonomia nacional, e os honestos desertaram da politica desalentados por falta de convicções.

A ideia da Federação, entrevista por Gar-

rett, formulada scientificamente por Henriques Nogueira, recebeu um definitivo relèvo historico em Pi y Margal, completando-a nas condições ethnologicas do Federalismo peninsular como solução positiva da politica hispano-portugueza.

A aspiração democratica que a Revolução de 1848 suscitou na Europa, reflectiu-se em Portugal com todo o seu romantico enthuziasmo. Os estudantes da Universidade de Coimbra, em data de 9 de Abril de 1848, felicitaram os Estudantes de Paris, com uma elevada comprehensão dos acontecimentos: «Quebrastes os grilhões da França, preparastes a unidade da Italia e da Allemanha, emancipastes a Austria, apressastes a queda do absolutismo na Europa, apontastes aos povos a estrada do progresso, creastes-lhes um futuro glorioso...» E relacionando este movimento generoso iniciado pela França com o estado de degradação de Portugal sob o sophisma liberal, lê-se na Felicitação: «Tambem nós levantámos já o brado da emancipação; tambem nós empunhámos as armas em março de 1844, em maio e outubro de 1846; tambem nós derramámos o nosso sangue no campo da batalha; tambem nós seriamos vencedores, se a *Santa Alliança dos Reis* não viesse ingerir-se na nossa causa, *arrancar-nos as armas e atar o pobre Portugal ao póste dos vencidos* para contiuuar a escarnecel-o.» A dissidencia pessoal de Saldanha com o Conde de Thomar e o seu rompimento com o paço, mostraram a sua completa impotencia, tendo de refugiar-se no estrangeiro; foi esta aspiração revolucionaria, mantida

pelo elemento septembrista, que o chamou a Portugal e investiu de uma effectiva dictadura. Foi esta aspiração revolucionaria que deu origem á nova crise da *Regeneração*. Dona Maria II sabia que Saldanha era um aventureiro capaz de seguir um impulso irreflectido, e entregou-lhe o poder incondicionalmente como o ultimo recurso de salvação. Saldanha considerou a Regeneração um pronunciamento militar, e manteve o poder em franca dictadura com recomposições ministeriaes destinadas a illudir o equilibrio entre os elementos cartista e septembrista, tratando de afastar da governação os individuos que manifestavam ideias politicas avançadas. Uma burla indecorosa, de um caracter versatil, sempre movido pelo egoismo nobiliarchico e militar, vaidoso e arrogante, com um passado cheio de actos affrontosos contra a liberdade da nação, como na restauração do absolutismo em 1823, em 1837, em 1842, em 1846 e 1847. Esta doblez de proclamar as generosas aspirações e servir as resistencias conservadoras imprimiu caracter á *Regeneração*, como a ultima maneira de manter a burla da Carta outorgada.

1.º Cooperação de Garrett nas reformas da Dictadura regeneradora

Saldanha ao entrar triumphante no Porto proclamou ás auctoridades constituidas e á nação, que a Carta constitucional de 1826 nunca fôra lealmente cumprida, e que elle vinha restabelecer a pureza do regimen. Uma vez no exercicio da dictadura militar, Salda-

nha não foi mais do que o instrumento palaciano, para que as reformas politicas se não fizessem por iniciativa do parlamento, ou soberania do poder legislativo, mas por deliberação voluntaria de D. Maria II em um *Acto* pessoal *Addicional* á Carta outorgada. E' esta a essencia das tergiversões de Saldanha afastando da dictadura o elemento septembrista. O irmão de Ribeiro Sabrosa continuando-lhe as Memorias politicas, colligiu alguns apontamentos sobre a Revolução de Abril de 1851, e revela esse processo cavilloso da Regeneração, de que Saldanha era o testa de ferro: «Os Septembristas, sobretudo, estão resentidos e em parte com rancor. O duque constante na inconstancia, que é o seu caracter, começa outra vez a dar de mão *ao partido popular, que lhe valeu*, e a congrassar-se com os Cartistas, sendo arguido de estar ligado a José Cabral e até influido por elle.» Escrevia-se isto em 24 de Junho de 1851; e dias depois accrescentava: «E' esta a ultima cara que o Duque tem feito, depois de tantas, pois já é conhecido pela denominação de *homem das caras.*»

E em data de 10 de junho apontava no seu *Diario:* «O Duque por uma fraqueza miseravel, acaba de declarar aos ministros seus collegas... que os seus generaes o abandonaram, e *exigiam mudança de politica;* isto é, que virasse as costas mais uma vez aos progressistas de quem os generaes se arreceavam, e os ministros responderam dignamente pedindo logo a sua demissão; que era talvez o desideratum do Duque *para retrogradar, afagando novamente os Cartistas* modera-

dos, e quem sabe se os cabralistas.» [1] As numerosas reconstituições do ministerio da dictadura regeneradora, e mudanças de pastas, obedeciam a este jogo; lê-se no *Annuario dos Dois Mundos* de 1852 a 1853: «o elemento que tendeu incessantemente a prevalecer no governo portuguez actual é o *cartista*. A' medida que se iam afastando da epoca insurreccional, *o septembrista desapparecia* do gabinete do Duque de Saldanha: primeiramente foi a sahida do Marquez de Loulé e de Franzini, mais recentemente um certo septembrista, o ministro da Justiça Antonio Luiz de Seabra retirou-se tambem. As causas da sahida de Garrett do ministerio dos negocios estrangeiros, não tem que vêr com a politica interior.» (pag. 283.) Garrett era o homem mais temido pelo partido palaciano, pela sua capacidade de trabalho, pela sincera eloquencia parlamentar, pelo alto desinteresse. Provou-o servindo com sinceridade a *Regeneração*, que vinha agora realisar o seu pensamento — a refórma da Carta outorgada e a fusão dos partidos politicos diante das necessidades da nação. Duas vezes intrigas mesquinhas lhe embaraçaram a entrada no ministerio, mas nem por isso deixou de desempenhar todas as importantes commissões diplomaticas, politicas e administrativas de que o encarregaram. Basta indicar esses importantes trabalhos para se avaliar a sua activa cooperação. Em 8 de Março de 1851 foi nomeado pelo

---

[1] No *Conimbricense*, de 26 de julho de 1902. (N.os 5.704-5.)

governo, depois de prévia consulta particular, plenipotenciario para tratar com o representante francez sobre uma Convenção litteraria com a França. Como Garrett era o homem que melhor conhecia a questão juridica da *Propriedade litteraria*, foi elle o chamado para estabelecer a pedida Convenção com o delegado francez, continuando esta delicada commissão sob a dictadura regeneradora, e concluindo-a em 12 de Abril de 1851, estabelecendo-se a Lei da Propriedade litteraria.

Em 3 de Junho de 1851 é encarregado de conferenciar com o Internuncio sobre as bases de uma Concordata com a Santa Sé, commissão laboriosa por causa da perfidia do Internuncio, que foi interrompida, retomando o seu logar de plenipotenciario em 10 de Março de 1853. Em 23 de Junho é nomeado vogal da Commissão encarregada da refórma da Academia real das Sciencias de Lisboa; e tendo-se creado por indicação de Garrett o Conselho Ultramarino, foi nomeado membro d'elle em 23 de Septembro de 1851. Além d'estes trabalhos patentes, outros se lhe encarregavam, como o da redacção dos artigos da refórma da Carta constitucional, que é conhecida pelo titulo de *Acto Addicional;* em 24 de Dezembro de 1851, escrevia-lhe Saldanha: «Meu querido Visconde. Se v. ex.ª permittir, ámanhã pelas duas horas se reunirão os ministros e o amigo Larcher em casa de v. ex.ª para tratarmos do *Acto Addicional*, que primeiro que tudo temos de apresentar á camara de D. D.» (*Mem.*, III, 281.)

Garrett fôra nomeado visconde em 25 de Junho de 1851; não faltou quem o chasqueas-

se de contradictorio acceitando um titulo, quando combatera pelo ridiculo nas *Viagens na minha terra* essa vesania burgueza. No seu testamento confessou Garrett o que o levara a acceitar o titulo: «A' mesma minha filha (D. Maria Adelaide) unica e legitimada, declaro outrosim pertencer a segunda vida que S. M. se dignou conceder-me no *titulo que unicamente acceitei por esta causa, e por dar assim uma ajuda de dote a minha filha*, a quem pouco tenho que deixar... Declaro e protesto que tendo muito, e mui instantemente supplicado para *que me não obrigassem a acceitar para mim a primeira vida do titulo*, e para que esta desde logo se verificasse na dita minha filha, *não pude conseguil-o.*» Conta-se que D. Maria II, no seu odio imbecil contra Garrett se esquivava a assignar o decreto do titulo; Rodrigo da Fonseca Magalhães, insistindo com graça, venceu-a, dizendo: — Vossa magestade compra um homem d'aquelle valor por tão pouco!

Garrett foi chamado para uma Conferencia com os membros do Conselho do Estado para explicações sobre a Convenção litteraria com a França, que assignara em 12 do mez de Abril de 1851; ahi compareceu em 28 de Maio na secretaria de estado dos negocios estrangeiros. Em officio da mesma data communica ao ministro dos estrangeiros o que se passou na Conferencia: «A objecção principal de um dos ditos Senhores de *não termos nós lei interna sobre a referida propriedade*, além de já estar resolvida pelo governo de S. M. quando acceitou as abertas da França, nomeou Plenipotenciario seu, e ordenou que

se tratasse, — é realmente sem fundamento, pois tanto importa que a lei interna se faça depois, como antes da lei externa. E raro será o tratado que, para se pôr em execução, não precise de providencias legislativas que regulem no interior os novos direitos e obrigações que d'elles resultem.» Estas observações eram apresentadas por José Cabral, que tambem considerara «a perda que nos proviria de prohibir entre nós a venda e commercio dos livros roubados a seu legitimo proprietario e impressos em um terceiro paiz, — e nos constrangia a comprar carissimos aos francezes o que dos belgas podiamos haver por modicos preços.» A este ponto respondeu Garrett triumphantemente com uma nota estatistica da alfandega de Lisboa dos annos de 1849 e 1850, mostrando que a importação de livros da França directamente era maior do que a da Belgica directa e ainda por via da Inglaterra.

Garrett collaborou em quasi todas as reformas da dictadura regeneradora; elle foi o espirito dirigente da commissão nomeada por decreto de 23 de Junho de 1851, para reorganisar a Academia real das Sciencias, de Lisboa. Foi elle que ridigiu o novo projecto de Estatutos, decretados em 13 de Dezembro; e por sua influencia é que Antonio Feliciano de Castilho, expulso da Academia em assembleia de 19 de fevereiro de 1851, foi reintegrado como socio effectivo em 1 de Março de 1852; tambem Herculano, que se retirara da corporação por despeito pessoal, voltou por seu influxo a collaborar n'este novo periodo da Academia. Garrett referira-se por vezes

satiricamente á Academia das Sciencias nos seus periodos de decadencia; assim no conto academico *Pelo zurro o burro*, datado de 1818, vem estes traços picarescos:

> Uma Academia
> (Disse a Musa, e safou-se ás gargalhadas)
> Mas que Academia! Oh, venham as brilhantes
> De Londres, de Paris, de Petersburgo,
> Beber aqui sciencia não sabida
> De assopradas, pomposas ninherias.
> Que producções, que producções! Oh quanto
> ....
> Quanto seria mais, quanto fulgira
> Em gordos, grossos, grandes calhamaços
> A portugueza, magestosa Lingua,
> Se os novos sabios no comêço á empreza,
> A antigas manhas não perdendo o affinco,
> Não encontrassem por desgraça nossa
> C'um perfido *Azurrar* — *Zurro* maldito!
> Ficaram no zurrar sempre zurrando.

Em uma nota do poema *Camões* em 1824, (*E*, cant. II) torna a referir-se a este truque: «direi sempre que sem um bom Diccionario de Synonimos, e outro de origens ou Etymologico, nunca chegaremos a fallar uma lingua perfeita e de Nação civilisada. Quem se occupará d'isso? A Academia, que ficou no *Azurrar* em o primeiro e ponderoso volume do seu vocabulario.» Quando Garrett encontrou ensejo como este da dictadura da Regeneração, quiz salvar a gloriosa tradição da Academia reorganisando-a; foram escolhidos novos socios, por uma commissão especial por decreto de 7 de janeiro de 1852, e assim ficaram excluidas varias personalidades retardatarias. Mas a reforma de Garrett só produziu um effeito: a avidez dos subsidios estabe-

lecidos para as commissões litterarias, que se prolongaram indefinidamente e se monopolisaram em uma mesquinha parceria de academicos. Garrett ficou puro d'essa simonia, em que figuram Herculano, Rebello da Silva, Mendes Leal, Castilho e outros. Garrett no seu romance *Helena*, que escrevia em 1853, já se refere com magoa á Academia, ao condemnar a degradação do lyrismo: «eu escrevo uma historia, não faço versos á lua, debruçado nos balcões ideaes de uma creação caprichosa e imaginario estylo... devorado pelo vérme roedor dos negros pensamentos que baloiçam tristemente ao vento da solidão no crepusculo da noite... com tres versos na mesma rima, e um agudo depois em *ão*, coração, desesperação ou similhantes... e embasbacado fica depois o Gremio litterario, o Centro commercial, *e não sei se a propria Academia depois de regenerada.*» (*Hel.*, p. 50.)

Na lucta em que andava empenhado Saldanha para derrubar o governo de Costa Cabral, conta Bulhão Pato, que algumas vezes vira o marechal conferenciar com Herculano no eremiterio da Ajuda. Na commissão nomeada para regulamentar as primeiras eleições regeneradoras, apparece o nome de Herculano juntamente com o de Garrett. Pela participação n'este movimento politico, como cartista sincero Herculano esperava entrar no ministerio em alguma das suas varias recomposições; teve a decepção de o não considerarem em nenhuma d'estas combinações partidarias, e d'ahi o comêço da sua hostilidade, e do abstencionismo de toda a acção e até da actividade litteraria, cahindo em um pro-

gressivo pessimismo. Entre essas varias recomposições do primeiro ministerio regenerador presidido por Saldanha, fallou-se por vezes na entrada de Garrett, principalmente na de 7 de julho de 1851. Na Revolução de Septembro de 4 de julho chegou a insinuar-se sobre a vileza com que fôra «*eliminado da combinação ministerial*, tendo *occasião de conhecer os seus amigos, que o desampararam á menor objecção.*» Saldanha chegou a escrever a Garrett affectando magoa, e Rodrigo da Fonseca Magalhães manhosamente se desculpava denunciando os outros membros do ministerio. Garrett, acima de todas estas miserias, continuou servindo o movimento da *Regeneração* nos trabalhos da Convenção litteraria com a França, nos de Padroado do Oriente, na elaboração da Lei eleitoral, e na redacção das reformas politicas do Acto Addicional. Este desinteresse superior contrastava com o descontentamento de Herculano, que pelo despeito politico sacrificou a sua intimidade com Garrett atacando-o na questão da Propriedade litteraria. Dirigiu-lhe um opusculo com o titulo *Da propriedade litteraria e da recente convenção com a França, ao visconde de Almeida Garrett*, 1851, e feriu-o em um artigo do jornal *O Paiz*, em que o azedume envolvia a sua opposição ao governo. [1] Garrett em carta de 28 de Septembro de 1851, escrevia-lhe:

«Agradeço-lhe as expressões da sua carta; mereço-lh'as só por uma rasão, e é porque

[1] *O Paiz*, n.º 79. Lisboa, 1851.

ha muito e sempre lh'as paguei adiantadas —sem favor de minha parte, é certo; mas n'estes tempos justiça mesmo não se faz sem favor. Não direi o mesmo do seu artigo no *Paiz*, que sinceramente confesso me feriu, não pelas ideias mas pelo modo sarcastico e pelas insinuações de motivos que o infinito numero de intrigantes e malevolos que nos rodeiam aproveitariam de certo para fomento da calumnia, seu pasto e regosijo.

«Jervis pedia-me que respondesse a tal artigo; e eu respondi-lhe que a resposta estava nos meus officios que a secretaria de estado devera ter publicado com a Convenção, assim como o meu relatorio á camara dos deputados em 1838-39. D'ahi a publicação de alguns dos ditos papeis. N'um d'elles citei o seu nome porque ainda estou convencido que até ha no projecto (hoje decretado) um artigo ou paragrapho seu sobre escriptos immoraes ou cousa que o valha. De que ninguem então absolutamente impugnou o principio da propriedade litteraria estou certissimo. E as actas e diarios da camara farão fé.» Com um facto positivo patenteava Garrett a versatilidade de Herculano, renegando por despeitos politicos os principios que seguira apoiando Garrett nos projectos de 1838-39. A referencia a Herculano encontra-se no relatorio que acompanha a Convenção litteraria, datada de 29 de junho de 1851:

«Tão profundas e tão antigas são em mim estas convicções, que ha doze annos já como deputado da nação eu tinha tido a honra de propôr ás côrtes uma lei, que, firmada n'estes principios e elaborada sobre a legislação de

todos os paizes civilisados, obteve ser duas vezes approvada pela camara dos senhores deputados, e seria ha muito lei do estado — se as intervenientes commoções politicas não tivessem obstado a que ella passasse por todos os tramites constitucionaes, — e quanto, em referencia ao meu trabalho, os mais conspicuos jurisconsultos da camara, taes como o falecido conselheiro José Alexandre de Campos, homens de estado e escriptores taes como o falecido conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, e *Alexandre Herculano de Carvalho* a tinham approvado e aperfeiçoado em muitas partes, com as suas luminosas emendas e additamentos.»

Herculano escreveu uma longa carta a Garrett, datada da Ajuda em 29 de Dezembro de 1851, em que accentua a exacerbação politica que se reflectira na sua dissidencia: «Sobre o artigo publicado no *Paiz*, que posso eu dizer a v. ex.ª, que v. ex.ª não saiba como jornalista que mais de uma vez tem sido? V. ex.ª sabe como se escrevem artigos d'aquelles, sobre o joelho, a correr, juntando ás ideias sobre a materia o pensamento politico do jornal. Accresce a isto o meu caracter impetuoso e irascivel, que bem conhece, e explicará naturalmente a dureza das expressões do artigo. No que ahi disse ácerca dos diplomaticos não houve intenção dirigida em especial a v. ex.ª: houve a opinião que faço da diplomacia moderna, exposta núamente, crúamente, selvagemmente até, . . . No resto, a responsabilidade cahia toda sobre o governo: é a doutrina constitucional. Com o governo nenhuma pena tenho de ter sido pouco delica-

do. Por mais que fizesse ficava sempre em divida: ao pateta máo do seu amigo Jervis, que se diverte a calumniar em questões de dinheiro a homens honrados; ao Duque de Saldanha, que manda entregar ao José Cabral as minhas cartas particulares, covardia de que nunca o suppuz capaz;... Na pessoa de v. ex.ª não fallei uma só vez; porque v. ex.ª estava fóra da questão desde que o tratado fôra ratificado.»

No final d'esta carta accentua mais Herculano o seu despeito politico:

«A intrigantes, apesar da *ingenuidade* do meu caracter, não creia v. ex.ª que eu dê ouvidos. De incredulo é que os padres me fizeram uma damnada reputação, como historiador. Para eu saber do que elles (intrigantes) são capazes bastava-me ter seguido tão de perto como v. ex.ª sabe, a existencia do ministerio de 22 de Maio, do berço ao tumulo, e conhecer hoje a historia da formação do dos cinco generaes imaginarios, que se organisava dez ou quinze dias antes d'aquelles ferrabrazes do Walhala scandinavo (e só elles) obrigarem esse pobre marechal Saldanha a demittir os seus demagogos collegas, com as lagrimas nos olhos e o coração esfarrapado pela magua. Quem via e soube o que eu vi e soube n'esses mezes, não ha já intrigante possivel para o enganar. —

«Quer v. ex.ª que eu lhe diga uma cousa com uma d'aquellas effusões de sinceridade que v. ex.ª sabe que tenho muitas vezes? Eu estimo e heide estimar sempre a v. ex.ª (ainda que alguma vez me irrite como succedeu com a Convenção) porque v. ex.ª é uma gran-

de intelligencia e um grande escriptor, com virtudes e defeitos como eu tenho, e como têm todos aquelles a quem Deus não deu uma alma de lama. Agora a quem eu tenho asco invencivel é a esses patuscos que todos nós conhecemos e que sem uma unica virtude, sem uma unica ideia elevada ou generosa, figuram n'esta terra pelos dois titulos com que n'ella se faz fortuna: por tolos no mundo das ideias, e por velhacos no mundo da vida pratica.»

N'este singular documento apparece através do pessimismo de Herculano o desejo que se tornou ideia fixa, de abandonar os livros e refugiar-se na vida rustica. Fallando do seu desinteresse no antagonismo contra a propriedade litteraria, e alludindo á independencia das suas opiniões, diz: «Sacrificaria tambem a essa independencia alguns cruzados mais, que a propriedade litteraria me possa grangear, e com que apressaria a hora em que mais de uma vez fallei a v. ex.ª de me vêr entre quatro serras com algumas geiras de terra proprias, umas botas grossas e um chapéo de Braga, bello ideal de todas as minhas ambições mundanas. Nem a esta ambição, meu amigo, tão energica em mim, homem de paixões energicas, eu sacrificaria o que reputo a verdade.» Herculano estava profundamente despeitado por não ter sido feito ministro, sendo aliás cartista orthodoxo, da confiança de D. Fernando e um dos fautores da Regeneração; d'ahi lhe veiu a renuncia systematica, o pessimismo intratavel e a deserção da vida publica. A Regeneração encetava a politica do fomento, dos melhoramentos ma-

teriaes, e das despezas productivas. Um joven official, sahido da Eschola do Exercito, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, chamado em 21 de Agosto de 1851 para a pasta da Fazenda, em 30 d'esse mez cria o ministerio das Obras publicas. Começaram os trabalhos de engenharia, realisados por officiaes que tinham seguido os cursos da Eschola do Exercito. Quem lê a lista dos alumnos d'este estabelecimento scientifico desde 1837, ahi encontra os nomes de quasi todos os engenheiros que realisaram as transformações d'este paiz sem estradas e quasi incommunicavel. Fontes tornou-se logo o favorito do paço; D. Maria II escrevia directamente ás redacções dos jornaes em phrase laconica: «Não hostilisem o Fontes; é da nossa confiança.» Os melhoramentos materiaes levaram ao regimen dos emprestimos, folgando o funccionalismo por receber em dia e sem descontos os seus vencimentos. Já não era a intervenção armada das potencias estrangeiras, mas preparava-se a intervenção administrativa dos credores estrangeiros. Fontes tornou-se o Calonne portuguez, scindindo-se depois a Regeneração em partido do paço e elemento historico.

Como Garrett servia um ideal não cahiu em desalento por vêr que lhe exploravam a capacidade e o afastavam calculadamente do poder. Não entrou na recomposição ministerial de julho de 1851; a Revolução de Septembro, no seu numero de 4 de julho fallando de ter sido Garrett eliminado da combinação ministerial, escreve: «teve occasião de conhecer os seus amigos, que o desampararam

á menor objecção que se fez ao seu nome...» E Rodrigo defendendo-se, dizia-lhe em carta de 11 de julho: «Olha que os que hoje te fazem zumbaias foram os teus mais fortes detractores, e o serão ámanhã.»

Sendo hostilisado pelo ministerio, nas eleições de 1851, trataram os seus inimigos politicos de lhe impedir a entrada no parlamento. Tinham-lhe medo. Em carta de 6 de Novembro escrevia ao seu amigo José Maria da Silva Leal, ao tempo governador civil do districto de Portalegre, mostrando-lhe todo o empenho em ser eleito por esse circulo:

«Agora, absolutamente para nós, que nem ao Rodrigo o confesso, vou-lhe confessar uma fraqueza minha e um dos principaes motivos do meu empenho por essa eleição. J. Maria Grande—que indignamente se portou commigo, seu amigo e protector e com o governo, que vilmente me trahiu e intrigou aqui—vindo depois a depender de mim (que o servi!) blazonou que a sua eleição era certa ahi, e que eu não seria eleito em parte alguma, etc., etc., etc.—Tenho um capricho, um absurdo ponto de honra em ser eleito em vez d'elle, na sua terra, ás barbas de seus amigos e parentes.—Tenha indulgencia com esta fraqueza; e excluamos o Bibiano que, pelo que vejo, nenhuma falta faz a ninguem.

«Amigo de véras,

Alm.ª G.tt.» [1]

---

[1] De uma zincogravura publicada no Numero unico—Garrett—da Associação da Imprensa portugueza no Centenario do Poeta.

As cousas arranjaram-se, sendo eleito pela provincia da Beira; o ministerio acatava-o como uma potencia, confiando-lhe a resposta ao discurso da corôa, que entrou em discussão em 29 de janeiro de 1852. N'essa resposta falla no jubillo da nação vendo a rainha adherir aos seus votos «e encetar com tanta firmeza e prudencia a grande obra da reforma que foi proclamada, — decretando a revisão da lei fundamental do estado n'aquelles artigos que a experiencia tem mostrado ser indispensavel corrigir e aperfeiçoar para melhor garantia da liberdade...» A rainha e os que a aconselhavam tiveram medo da doutrina do *governo parlamentar*, que tornava o poder legislativo a fonte de todos os actos da auctoridade, segundo as ideias de Montesquieu, sustentadas por Charles Comte e Dunoyer; essa omnipotencia legislativa manifestava-se-lhes na queda de Carlos X e de Luiz Philippe, e era preciso evitar a corrente democratica que invadira o jornalismo. A rainha tomou a iniciativa da reforma da Carta, não já por leis interpretativas de determinados artigos, como em 1842, 1845 e 1849, mas por um additamento ou ampliação da outorga. Na legislatura começada em 15 de Dezembro de 1851, e dissolvida em 24 de julho de 1852, foi appresentado e votado o Acto Addicional, tendo entrado em discussão em 4 de Março quando Garrett entrou na recomposição ministerial encarregando-se da pasta dos negocios estrangeiros. Garrett vira realisada a aspiração das suas luctas: estabelecida a eleição directa; approvação dos tratados, concordatas e convenções pelo parlamento; vota-

ção annual da lei de meios; e a pena de morte abolida nos crimes politicos. E fallando como ministro na sessão de 25 de Março de 1851, ao passo que sustentava o poder da camara para a reforma da Carta, affirmou que este facto excluia todo o pretexto para revoluções.

A cada abalo nacional dava-se na alma de Garrett um recolhimento nas Tradições poeticas, que o embalaram na infancia; depois da reacção absolutista de D. João VI em 1823, é no exilio que o poeta reune no seu manuscripto datado de 1824 o *Cancioneiro de Romances, Xácaras e Soláos, e outros vestigios da antiga Poesia nacional, colligidos a maior parte da tradição oral do povo.*

Em Inglaterra, na segunda emigração, ampliou Garrett o seu peculio com os elementos colligidos pelo Cavalheiro de Oliveira possuidos pelo seu amigo Duarte Lessa; na expedição militar aos Açores em 1831, acompanhou-o esse talisman, enriquecido em Angra com algumas aravias. Sómente em 1843, depois de iniciada a violenta reacção cabralista no anno anterior, é que o poeta vae fortificar o seu sentimento nacional publicando o volume I do *Romanceiro e Cancioneiro geral.* As luctas terriveis, e á mão armada d'essa epoca do cabralismo absorveram-lhe a actividade em creações individuaes de arte incomparavel, e quando em 1851 se produziu o novo abalo politico da Regeneração, é então que publíca o *Romanceiro* contendo todas as xácaras e romances da collecção de longos annos accumulada. O valor d'este trabalho patentea-se notando que elle precedeu em Hespanha

a investigação dos cantos populares da tradição oral, e seguiu-se ás publicações de Hersart de la Villemarqué, dos Cantos populares da Bretanha. E' facil censurar Garrett por não ter respeitado a tradição como um documento ethnico, e a considerava como artista; assim procedera Villemarqué e antes d'este os eruditos inglezes, como Percy e Ellis.

O que assombra na sua intuição critica é a nitidez como classifica os generos da tradição poetica: o *Romance*, que elle destaca como narrativo, a *Xácara*, que se caracterisa pelo dialogo, e o *Soláo* definido pela sua expressão subjectiva ou lyrica. E' verdadeiramente a Canção popular nas suas trez fórmas que evolucionaram creando os trez typos morphologicos da Litteratura: o genero epico, o genero dramatico e o genero lyrico, a que chegaram mais tarde os grandes criticos modernos. Tambem Garrett não possuia, nem em vida d'elle ainda existiam, os materiaes para o estudo comparativo dos Cantos populares portuguezes; elle porém, na sua intuição genial affirma, confessando ser-lhe impossivel demonstrar, que existia um *substratum*, ou fundo ethnico commum, que explicava as similaridades dos Cantos populares das differentes nações da Europa. E na aproximação dos cantos poeticos ao estado social da Edade media portugueza, consultava Herculano, presentindo esse phenomeno de persistencia ethnica pelo qual o presente nos leva a recompôr o passado d'onde proveiu. O *Romanceiro* de Garrett exerceu uma influencia decisiva em Portugal, porque acordou o interesse por estas investigações, que de curiosidades pitto-

rescas passaram a subsidios da Ethnogenia nacional, suscitando o enthuziasmo pelos productos da vida popular que constituem o *Folk-Lore.* Refugiando-se n'estes trabalhos nos momentos de abalo nacional, elle estava creando o interesse que levaria uma outra geração para a sympathia do passado da nacionalidade. Era elle que estava fazendo a revolução *regeneradora.* [1]

Desde 13 de Janeiro de 1852, estava Garrett nomeado par do reino, sendo na carta regia tratado pela sua qualidade de deputado; e como deputado ainda, em 29 de janeiro foi encarregado da resposta ao discurso da corôa. Por decreto de 4 de Março é nomeado ministro dos Negocios estrangeiros, em logar de Jervis de Athouguia, que passou para a pasta da Marinha. A chamada de Garrett ao poder fôra para apparentar o accôrdo septembrista na fusão regeneradora; D. Maria II mostrou-se descontente, e Jervis de Athouguia despeitado por interromper a negociação de um tratado com a Republica franceza, tratou de precipitar a queda de Garrett, cujo governo foi apenas de cinco mezes. Ao

---

[1] Em uma noticia da publicação dos tomos II e III do *Romanceiro*, vêm as seguintes linhas: «N'este livro popular e agradavel, sem tédio nem affectação scientifica estudam-se guiando-se pela melhor escolha as origens da poesia primitiva em toda a graça e riqueza da sua inspiração. Em tão laboriosa collecção o que sobretudo attráe é a verdade moral do trabalho.» *(Rev. universal lisbonense*, t. IV, 2.ª serie, p. 168.) — Na *Historia da Poesia popular portugueza*, tomo II, p. 496 a 517, deixamos estudada esta iniciativa fecunda de Garrett.

entrar no ministerio teve logo Garrett de defender o Acto Addicional na discussão da generalidade. Tendo pela nomeação de ministro perdido o seu logar de deputado, sómente em 8 de Março é que se appresentou o parecer sobre a sua nomeação de par do reino, sendo immediatamente approvado, e tomando posse n'esse mesmo dia. O Acto Addicional entrou na camara dos pares em 11 de Junho de 1852; foi ahi o seu principal sustentaculo. Mal pensava Garrett que esse novo codigo politico levado á pratica o defenderia da traiçoeira accusação que determinou a sua sahida do ministerio. No decreto da exoneração de Garrett, de 17 de Agosto de 1852, lêem-se estas phrases seccas: «Hei por bem conceder-lhe a exoneração que me pediu do cargo de ministro e secretario de estado dos negocios do reino, conservando-lhe as honras do mesmo cargo.» Mais nada; nem a simples fórmula de cortezia banal, que se dá a todas as nullidades que passam pelas cadeiras do poder. E' preciso ser Garrett para salientar-se por uma excepção tão clamorosa.

Na carta lithographada dirigida por Garrett ao encarregado de negocios da França, em 19 de Agosto, encontra-se esboçado este drama do gabinete: «Nunca em minha vida pratiquei acto de que tivesse menos escrupulo. (A assignatura de um tratado.) Sou juiz ha dezeseis annos, costumado ás fórmulas *stricti juris*, e ás austeridades da letra da lei; nunca fui arguido, nem sequer suspeitado de as preterir no mais minimo. E, graças a Deus, adquiri uma reputação de integridade de que não ousaram jámais duvidar nem os meus

mais acerrimos inimigos — que tenho, não sei porquê.

«E' uma das maiores ignorancias em què vivo, a da rasão porque tenho tantos inimigos.

«Se a negociação não estava bem feita, o governo tinha a mais ampla liberdade de a rejeitar, e eu só incorria no que para mim não era nem é de grande sacrificio o sahir do ministerio.

«Imagine v. s.ª a minha admiração e pasmo, quando no dia seguinte ao do referido despacho, me vi accusado de ter *negociado com a França ás escondidas*, em grande segredo, sem consultar o voto do conselho, sem poderes para isso, *um tratado de commercio ruinoso e fatal para o meu paiz!*

«Custava-me a crêr o que ouvia: e pretendi demonstrar o engano em que se estava. Mas apenas fui ouvido — appareceu-me então, com todo o aspecto e força quasi de um crime de lesa-magestade, o da falta do formulario do pleno poder, que eu julgava e devia julgar satisfeito quando assignei;...

«D'esta apparentemente tão forte accusação, cuja *sinceridade* e *lealdade* não quero apreciar, podia desculpar-me, defender-me muito bem, de mais talvez. Não o fiz nem o quero fazer. —

«Alguns jornaes disseram que eu era accusado de doblez e de leviandade, e que devia explicar-me. Não o fiz até agora, porque respeito, mais que tudo, a delicadeza de nossas difficeis circumstancias. —

«Dei a minha demissão como devia. — Para os homens como eu, o poder tem poucas, e pouco duradouras seducções.

«Tenho a consciencia, sei a sciencia, ignoro a arte; esta porém é mais precisa que ess'outras; e eu tenho negação para ella.

«Negociei tratados, um de commercio com os Estados Unidos, que sustentei nas côrtes, outro de Convenção litteraria com a França, que sustentei no conselho de estado, e que ambos foram approvados e ratificados. Estou ha mais de um anno negociando com a Santa Sé os mais difficeis assumptos que tem Portugal na téla diplomatica. Poderia eu ignorar as primeiras e as mais simples regras de uma negociação? Poderia ter o mais simples interesse em faltar a ellas? Ganhava eu ou alguem n'isso? Era ou valia alguma cousa este tratado antes de passar pelos cinco tramites da actual constituição portugueza em qualquer dos quaes póde ser rejeitado?»

Em outro logar d'esta valioso documento escreveu Garrett:

«Hoje (felizmente para mim e para destruir toda a maliciosa interpretação que se possa querer dar ao meu procedimento) depois de promulgado o Acto Addicional á Carta, ainda seguem mais adiante e são mais apertados os tramites constitucionaes; porque, embora approvada pelo ministerio, consultada pelo conselho de estado e tendo a annuencia da corôa, a negociação ainda hade ser submettida, em proposta de lei, ás côrtes, hade ser convertida em uma das camaras em projecto de lei, approvado por ambas, e só depois ser sanccionada pelo rei.

«Todo o tratado portanto, toda a convenção, sem excepção alguma, ainda depois de concluido e assignado pelo ministro ou por

qualquer outro negociador, delegado seu, não é senão a iniciativa do ministro dos negocios estrangeiros e nada mais. Póde ser rejeitado em qualquer das cinco instancias differentes e successivas por que tem de passar: 1.ª, pelo poder executivo no conselho de ministros composto dos agentes responsaveis e solidarios da corôa; 2.ª, pelo poder moderador no conselho de estado, conformando-se a corôa ou não se conformando com o voto do conselho; 3.ª, na camara dos deputados por uma votação negativa; 4.ª, na camara dos pares pelo mesmo modo; 5.ª, no conselho de estado outra vez pela decisão que a corôa tem plena liberdade de tomar, dando ou negando a regia sancção ao projecto de lei que lhe é enviado pelas côrtes — o ministro dos negocios estrangeiros que, ou por si e por sua propria auctoridade tratou, ou por seu delegado fez tratar e approvou, a negociação, deve retirar-se do gabinete apenas em qualquer d'estas cinco instancias fôr reprovado o trabalho que elle fez ou aprovou sob sua responsabilidade.

« E' por estas obvias razões que o ministro dos negocios estrangeiros em todos os paizes propõe, acceita, trata, discute, rejeita e modifica toda e qualquer negociação por seu direito proprio, porque sob sua responsabilidade propria o faz. —

« Forte de minha consciencia, forte das provas não equivocas, constantes e algumas vezes difficeis, que sempre dera das minhas convicções e sentimentos, *inteiramente descuidado de que a mais acintosa malevolencia* as pudesse *nem suspeitar* ... e conside-

rando, como devia considerar e ainda considero, que não faltava senão um mero formulario, que pensei já devia estar preenchido áquella hora, appuz, juntamente com o negociador francez, a minha assignatura á negociação ultimada.»

Quando Garrett entrou na gerencia da pasta dos estrangeiros já achou entaboladas estas negociações, tendo apenas de as ultimar pela urgencia do negociador francez; podia fazer-se isso por uma simples troca de notas, tal era o caracter do assumpto; escreve Garrett na sua carta historiando o facto: «A convenção de que se tratou, e a que se deu o nome, hoje commum mas talvez um pouco fastoso, de *Tratado de commercio e navegação*, não é, como v. s.ª sabe, outra cousa mais do que uma collecção de estipulações internacionaes para regular definitivamente: 1.º, os direitos e obrigações de portuguezes residentes em França e dos francezes em Portugal; 2.º, a reciprocidade dos direitos das duas bandeiras nas entradas, ancoragens e sahidas dos portos de ambas as nações; 3.º, finalmente, os direitos e obrigações mutuas dos nossos agentes consulares em França e dos francezes em Portugal.

«Podia fazer-se isto por uma simples troca de notas, como se fez em Paris em 28 e 29 de julho de 1814 entre o duque de Palmella e o principe de Talleyrand, que estabeleceram entre os dois paizes o principio da reciprocidade agora simplesmente desenvolvido no actual tratado, em que nada se innovou, nada se concedeu além do já concedido, mas sómente se regulou o que estava feito e estipu-

lado. E por isso digo que foi talvez um pouco fastoso o titulo dado ao documento.—

«A iniciativa porém, cumpre dizel-o, foi tomada por Portugal, que offereceu á França um projecto de tratado, no ministerio do snr. conde do Tojal.—A França, acceitando a proposta portugueza, modificou-a, respondeu a ella com um contra-projecto que foi apresentado ao meu antecessor o snr. Jervis de Athouguia.

«S. ex.ª respondeu que lhe dava toda a consideração, e que ia tomar o parecer do gabinete para seguir a negociação.—Durante este processo, que foi longo e lento, instava a legação de França com o respectivo ministro para que se continuasse uma negociação que era Portugal que havia proposto e começado. Foi n'este intervallo que eu tive a honra de ser chamado aos conselhos de S. M., e que tomei a direcção do ministerio dos negocios estrangeiros.»

Jervis de Athouguia levantou a questão da fórmula do pleno poder, determinando pela sua deslealdade a sahida de Garrett do ministerio, retomando elle outra vez a pasta dos negocios estrangeiros, para assignar o mesmo tratado tal como estava, e fazer jus á gran-cruz da Legião de Honra: «Parece que a questão se resumia afinal em resolver quem devia ganhar a gran-cruz da Legião de Honra, se Garrett se Jervis.» *(Mem.*, III, 377.)

Na correspondencia de Jervis para Paris, mimoseava Garrett com o epitheto de *trocatintas;* e fallava contra a Convenção litteraria com a França, feita por Garrett por ordem do ministerio a que elle pertencia, e que

como ministro assignara. E inconscientemente escreve Jervis: «No meu despacho ostensivo fallei da Convenção litteraria que esta administração concluiu com a França. Alexandre Herculano, que é um dos nossos primeiros escriptores, clamava e ainda clama contra aquella Convenção. — O ministro da Belgica instou muito commigo para que respondesse que deviamos esperar até que outras nações fizessem eguaes tratados.» A sahida de Antonio Luiz de Seabra, membro da Junta do Porto, do ministerio da justiça dois dias depois de Garrett, põe em evidencia o verdadeiro motivo da demissão, o afastamento do elemento septembrista.

Vejamos como a imprensa franceza julgou a exoneração de Garrett:

«Em Portugal o corpo está, como se vê, mui decrepito e doente; a alma felizmente cheia de energia. A litteratura portugueza, que é de moda enterrar na cova onde jazem todos os outros esplendores do antigo imperio lusitano, é viva, bastante viva, e nunca, talvez, se despertou um movimento mais unanime e intenso das intelligencias. Não é em verdade, a litteratura de Camões e do seu grande seculo; mas, aonde as ideias mudam, não ha para admirar que a fórma mude tambem.

«A' frente d'este novo movimento litterario, que começa na restauração constitucional de 1833, collocam-se quasi na dianteira dois escriptores que todas as litteraturas pódiam invejar: o visconde de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Alguem já disse com tanto espirito como justeza: *Garrett não é um litterato, é uma litteratura;* e effectiva-

mente o seu talento adapta-se com uma admiravel plasticidade aos generos os mais diversos. Finamente archaico no *Romanceiro*, e no poema da *Adozinda*, poeta do sentimento moderno na *D. Branca* e no *Camões*, creador do drama nacional no *Auto de Gil Vicente* e no *Frei Luiz de Sousa*, (este drama já está traduzido em tres linguas) pintor de costumes no *Arco de Sant'Anna*, no qual faz reviver o XIV seculo portuguez com uma verdade de colorido que lembra as poderosas pinceladas de Walter Scott, finalmente humorista encantador nas *Viagens na minha terra*, Garrett é tambem um dos mais brilhantes oradores parlamentares da Peninsula.» [1].

Fallando-se das crises politicas do ministerio em que entrou Garrett, vem no *Annuario dos Dois Mundos* a narrativa da sua queda: «No mez de Agosto de 1852, o snr. Almeida Garrett, ministro dos negocios estrangeiros de Portugal deu repentinamente a sua demissão. Como explicar esta sahida, que parecia não provir de nenhum dissentimento politico? Garrett explicou a causa em uma carta de 19 de Agosto de 1852 — porque assignara um tratado de commercio com o ministro da França em Lisboa. Garrett não se occultou durante o curso das negociações; procedera com a cooperação dos directores do seu ministerio, dos directores das alfandegas e das contribuições directas. A iniciativa d'este tratado partira mesmo de Portugal sob a administração do Conde de Tojal. Parecia

---

[1] *Annuaire des Deux-Mondes*, 1851-1852, p. 362.

comtudo que os collegas de Garrett o ignoravam, por fórma que submettendo o ministro a convenção assignada por elle á rainha, o conselho manifestou uma surpreza extrema. A assignatura da rainha foi negada ao tratado, tendo como consequencia o ministro de pedir a demissão. Teria Garrett o direito de negociar e de assignar a convenção, no fim da qual puzera o seu nome? Foi isto o que elle discutiu habilmente na sua carta de 19 de Agosto. A seus olhos este direito é constitucionalmente indubitavel. Como ministro dos negocios estrangeiros, elle não tinha ultrapassado os seus poderes negociando e assignando um tratado; a sua qualidade mesmo comprehendia os plenos poderes para uma negociação d'este genero, tanto mais que este tratado tinha de passar pelo conselho de estado, pelas camaras, conforme o Acto Addicional, e por fim pela sancção da rainha. Questão a debater entre os ministros entre si, mas de que derivava outra questão: podia a França admittir que a assignatura de um ministro dos negocios estrangeiros fosse postergada por uma nullidade virtual? Objectava, que em quasi todos os paizes o ministro dos negocios estrangeiros negociava a maior parte das vezes sem poderes particulares os tratados que não eram de uma ordem politica superior. Para sahir d'esta difficuldade, não havia senão a considerar o fundo acima da fórma. Estando os dois governos de accordo em quanto ao fundo, não restava senão dar-lhe uma fórma nova mais regular. Foi o que succedeu e esta convenção está hoje ratificada. De resto este tratado não é mais do

que um conjuncto de estipulações tendo por fim regular os direitos e obrigações dos portuguezes residentes em França e dos francezes residentes em Portugal, a reciprocidade de direitos dos dois pavilhões á entrada e sahida dos portos das duas nações, a posição mutua dos agentes consulares dos dois paizes. Nenhum favor especial era ahi estipulado; mas era emfim para Portugal uma via que *conduziria talvez a achar uma certa emancipação diplomatica da tutella da Inglaterra*, e é n'isso que póde consistir a importancia de uma transacção tão simples em si mesmo, e que *em nada fôra feita para despertar as susceptibilidades inglezas.*» [1]

Os despachos de Jervis referindo-se á influencia do embaixador da Belgica, hostil á Convenção litteraria que embaraçara as fraudes dos editores belgas, e as observações da imprensa franceza ácerca das susceptibilidades da Inglaterra sobre o chamado tratado de commercio com a França, bem nos patentêam a dupla influencia estrangeira, que continuava a actuar na côrte de D. Maria II; Garrett não convinha a esta oligarchia, denunciando-se a profunda má vontade na fórmula odiosamente sêcca da sua exoneração.

Como na imprensa franceza era glorificado o nome do Visconde de Almeida Garrett, a esposa de quem estava separado desde 1837, lembrou-se de lhe escrever, julgando que a situação de titular e de ministro dava azo a augmentar-lhe a mezada: «Inci-

---

[1] *Annuaire des Deux Mondes*, 1852-1853, p. 295.

tavam-n'a porém ainda de longe a escrever ao marido cartas desabridas, pedindo-lhe mais dinheiro, e *ameaçando-o com processos ruidosos.* — Para satisfazer essas exigencias... mandava pagar á consorte pensões relativamente grandes para as suas pósses. Uma das pessoas que fazia esses pagamentos era João Mousinho da Silveira.» (*Mem.*, II, 208.) Em Março de 1853, escrevia Garrett para Paris a D. Luiza Midosi, no meio das angustias politicas que lhe aggravavam a doença mortal:

«Tenho lido a carta que ultimamente escreveste a L. (Luiz Midosi, irmão d'ella) em Novembro e Dezembro do anno passado, e vejo com sentimento que foi inutil e perdido todo o trabalho que tive em te dar informações exactas e sinceras do estado d'esta casa. Cada vez avalias menos bem *a tua e minha posição* e a nossa relativa situação de um para o outro.» (*Ib.*)

«Cuidas que eu tenho obrigação de pedir esmola em Lisboa para que tu vivas sem constrangimento... Esqueces-te de tudo, tudo, e tudo...» (*Ib.*)

«tu sabes como eu, e melhor do que eu, ser impossivel — fazermos vida commum. E' preciso estar louco para uma mulher nas tuas circumstancias, e depois do que se tem passado, e depois de dezesete annos de uma separação irrevocavel, querer, ou propôr semelhante impossivel. Para mim era preferivel a morte, os tormentos mais crueis e ignominiosos. Obrigas-me a dizer-te esta cruel verdade, com repugnancia e violencia o faço.»

«Repugnou-me sempre, e ainda hoje me repugna, vêr o meu nome arrastado pelas au-

diencias publicas e proclamado nas disputas forenses. Mas vejo que não ha outro meio de te socegar e de me socegar a mim. Faça eu o que fizer nunca estarás contente.» *(Ib.)*

Dona Luiza Midosi obedecia ás influencias clericaes, exigindo dinheiro para as suas numerosas devoções de sacristia; vê-se isso pelo seu Livro de Apontamentos, em que assentou a data de 4 de Agosto de 1843, da admissão na Archiconfraria do Santissimo e Immaculado Coração de Maria, na egreja de N. S.ª das Victorias em Paris. Com data de 1851, 1852 e 1853 é Associada do Convento de N. S.ª do Bom Soccorro da Trappe, de Maubec, e do Convento da Assumpcão. As propostas de reconciliação com Garrett eram tambem uma injuncção dos padres que a exploravam, e não um sentimento. As devoções não embaraçavam que tivesse intimas relações com um empregado de um Collegio de Jesuitas Alexandre Desiré L'Etrillard, conductor de omnibus, com quem casou depois do falecimento de Garrett. [1]

Mais do que estas amarguras atormentava-o a situação da filha Maria Adelaide, pela sua debilidade e doentia sensibilidade; visi-

---

[1] Lê-se na correspondencia de Paris para o *Seculo* (9-v-900): «A esposa, que se chamava Luiza Midosi, apenas soube do falecimento do marido, tratou de liquidar e organisar os seus bens, e dois annos depois casou-se com um snr. Alexandre Léttrilard, que era conductor de omnibus, então de vinte e trez annos de edade, mas moço sympathico e intelligente. A esposa muito mais velha que o seu noivo obrigou-o a frequentar as escholas, e o snr. Lettrilard cultivou-se bastante. Negociava em *bric-à-brac*, indo amiudadas vezes a Lis-

tava-a no recolhimento das Salesias, ao Bom Successo, onde tratavam da sua educação, e onde o bigotismo clerical lhe revelou que seu pae ainda tinha viva em França a mulher com quem era casado. D'ahi uma tacita melancholia, que o pae descobriu sem ousar interrogal-a, e que acompanhou toda a sua existencia em um retrahimento de melindrada honestidade, sem nunca querer usar o titulo nobiliarchico que lhe fôra destinado.

2.º Lyrica — Helena *(fragmento)*

Bem se pódem repetir as palavras que em 1837 escreveu Garrett no relatorio da fundação do Theatro portuguez: «Foi mister um esforço de animo bem difficil, e uma contracção bem violenta de espirito, para o trazer em tempos como estes, *aos suaves pensamentos das Bellas Artes*, que, é verdade, em nenhuma desgraça nos abandonam.» Agora em 1853, na burla da Regeneração, mais quebrantado pelas perfidias do que pelas violencias de outr'ora, Garrett sem abandonar as refregas parlamentares refugiou-se n'essa atmosphera de idealisação que só conhecem

---

boa, ao Porto e ás nossas provincias, para comprar objectos antigos, que vendia depois por bom preço em Paris.» Faleceu D. Luisa em Paris em 20 de Maio de 1893. (Vide Pinto de Carvalho, *Lisboa de outros tempos*, vol. II, p. 266.) No referido Livro dos Apontamentos, lê-se:

«Paris, 31 Decembre, 1855:

«Seigneur, vous m'avez fait connaitre ce matin *combien j'etais coupable par le passé, combien il fallait l'expier...*»

os genios creadores. No periodo mais violento da dictadura regeneradora, em 1851, como em contraposição ao militarismo dominante, revelou a Portugal o thezouro dos cantos populares, publicando os volumes segundo e terceiro do *Romanceiro*, como os colligira da tradição oral. A sua acção politica na phase regeneradora, não foi menos importante do que a que exercera na época septembrista. Forçado á inactividade pelos habeis que lhe tomavam a dianteira, volveu-se aos seus estudos queridos, e coordenou as composições lyricas, que sob o titulo de *Primeiros e ultimos versos* completavam com as *Flores sem fructo* os seus poemas menores. Escreve o poeta: «A primeira e mais antiga das collecções é a *Lyrica de João Minimo*, cuja primeira edição havia muitos annos que, já em 1841 estava extincta, e n'esse anno foi revista e preparada pelo auctor para tornar a imprimir-se.» No prologo das *Fabulas* relata o trabalho de revisão a que submettera a *Lyrica de João Minimo*: «N'esse anno, retirado a descançar no campo de grandes fadigas do corpo e de espirito deu emfim algumas horas de mais lazer a repassar as composições de sua infancia litteraria, e a escolher as principaes das que em mais feita edade, lhe tinha arrancado a condescendencia com amigos, ou a irresistivel inspiração de algum objecto ou circumstancia da vida que mais o impressionou.

«Resmas e resmas de papel lhe vimos destruir e queimar ao fazer a escôlha.—Infileirou tudo por generos e datas, algumas das quaes só estavam na pouca exacta reminiscencia do auctor.—ficaria sendo a primeira

essa mesma *Lyrica de João Minimo*, apenas alterada da primitiva edição de Londres em leves differenças de collocação, e acaso addi-tada com alguma composição juvenil que o auctor despresara, mas que reclamavam os seus apaixonados;...—Sómente em principios de 1851 entrou na imprensa o primeiro volume, isto é, a segunda edição da *Lyrica de João Minimo*... Motivos bem notorios de serviço publico vieram reclamar toda a attenção do nosso auctor; e os dois volumes (refere-se ao das *Folhas cahidas)* lá ficaram abandonados na imprensa, meio compostas e meio revistas as folhas. Assim estiveram dois annos até principios do actual, 1853, em que felizmente desembaraçado e liberto, pôde outra vez dar-se aos seus queridos cuidados litterarios.—Na *Lyrica de João Minimo*, tal como no principio d'este anno se publicou, está a infancia poetica, toda a vida juvenil do homem de letras, do artista sincero e innocente, do enthuziasta da liberdade que ainda não conhece, que ama com exaltação, que serve com fervor, e pela qual sacrifica de bom grado a patria, o socego domestico, a fortuna, a saude e quanto os homens mais présam.» Entre as duas edições de 1828 e de 1853 ha profundas modificações; a Ode *A Caverna do Viriatho* (XXXVIII), passou para as *Flores sem fructo*, e na edição de 1853 vêm mais quatorze composições ineditas que se intitulam *Despedidos do campo*, *A um joven Poeta*, *A noiva*, *O Monumento*, *A Morte*, *Sonho prophetico*, *Pedido a um Poeta*, *A Amalia*, *A Julia*, *A côr da rosa*, *Ao Corpo academico* (differente do texto publicado em

1822), *A Delia*, *Faz hoje um anno*. Falta ahi a composição de 1828 *O anno velho*.

As demais composições philintistas e do gosto arcádico, salvas por Garrett d'entre os seus papeis velhos, vieram a formar o volume das *Fabulas e Contos* que ajuntou ás *Folhas cahidas;* trazem datas de 1818 a 1824, o que designa a sua orientação litteraria até á transformação romantica. Garrett apenas conservou ahi vinte Sonetos, um tanto bocagianos, e explica a sua exiguidade: «Tambem comprehende a segunda parte d'estes meus *primeiros versos* alguns Sonetos, poucos. De centos que fiz, e que me fizeram fazer, apenas deixei estes. Não são bons, e eu não gosto do genero, que por indole propria é pretencioso e facticio. Mas confesso que hoje tenho remorso da reacção que promovi contra o Soneto. Tinha ao menos restricções e difficuldades que não tem a solta liberdade das Canções descabelladas e plusquam romanticas, pelas quaes foi substituido; na qual soltura cresceu descompassadamente a turma dos janizaros do Parnaso, que levaram a anarchia poetica além de todas as raias do senso commum.

«Se nós invocassemos ainda o Soneto e a Arcadia e a Academia, como os povos, cansados e enfastiados das orgias da liberdade desenfreada, invocam a tyrannia, ultimo e fatal remedio dos males presentes, que lhes fazem esquecer os passados? Oxalá que não, porque a coisa era muito sensabor e pedante. — Emfim, a historia do mundo não é senão uma série de reacções e contra-reacções. A da litteratura é o mesmo.»

O Soneto é uma fórma litteraria definiti-

va, que se elevou dos rudimentos provençalescos do *Sonet*, mais musical do que poetico, ao typo fixado pelo genio italiano, tornando-se cada vez mais bello como expressão do estado affectivo nas duas Renascenças do seculo XIII e XVI. Petrarcha, que constitue o élo entre estas duas edades, deu-lhe a perfeição summa, em que a emoção realista tem o duplo relêvo esthetico e philosophico. Foi n'esta altura que o Soneto se manifestou na Poesia portugueza com a sentida gravidade de Sá de Miranda até ao arrebatamento de Camões e á suavidade de Diogo Bernardes. E' certo que o Soneto degenerou sob o pedantismo das Arcadias, pelo seu destino louvaminheiro e pelo abuso de uma incomprehendida mythologia. Garrett teria sido o restaurador do Soneto, se para dar fórma á inspiração das *Folhas cahidas*, não tivesse adoptado a fórma da Redondilha popular. Tocou as fontes vivas da poesia lyrica, dirigindo-se á Cantiga do povo. Se tivesse sobrevivido ao seu amor, e philosophado sobre estados de alma teria avançado para a fórma completa e synthetica do Soneto. Coube essa missão a João de Deus, que equilibrando o seu genio poetico entre o canto do povo e os Sonetos de Camões, rehabilitou essa fórma, que Anthero do Quental comprehendendo o seu intuito seguiu, tornando cada Soneto, dos que constituem a parte superior do seu lyrismo, um quadro psychologico, uma synthese emocional do seu pessimismo doente. Não foi uma reacção que fez resurgir o Soneto, foi uma elevação do ideal poetico, e um aperfeiçoamento das fórmas litterarias.

As *Folhas cahidas* representam a expressão suprema do lyrismo de Garrett, e uma iniciação nova na Poesia portugueza; o sentimento que as inspirou irrompeu nos versos que em 1844 separam nas *Flores sem fructo* as composições arcádicas d'essa outra vibração quente, que se communica. Esse intenso drama amoroso dispersou-o Garrett por essas duas collecções confundindo as peças mais apaixonadas com outras convencionaes, para se não conhecer o fio da intriga. O livro terminou, como a crise passional, em 1849; a collecção sob o titulo de *Folhas cahidas* foi pouco depois dada ao prélo, mas mais tarde publicada: «Apesar de estarem no prélo desde 1851, o auctor... não teve paciencia para as augmentar com muitas peças que agora vão, e que então não estavam postas a limpo. Trabalhos mais sérios o distrahiram durante os dois annos que levaram a imprimir tam poucas paginas.» Isto escrevia em Maio de 1853. No seu prologo dizia: «Os cantos que fórmam esta pequena collecção pertencem todos a uma epoca de vida intima e recolhida... Consagrei-os *Ignoto Deo.* E o deus que os inspirou que os aniquille se quizer: não me julgo com direito de o fazer eu.»

Por isso mesmo as *Folhas cahidas* produziram uma curiosidade immensa, authenticada em numerosas edições e parodias. A belleza impressionante da expressão venceu as malevolencias impertinentes, que pretendiam dar ás *Folhas cahidas* um successo de escandalo. Garrett sentiu profundamente essa desnaturação do alto ideal, que muito influiu na sua doença. No discurso que proferiu Re-

bello da Silva á beira da sepultura do poeta revela: «Quem diria, ha poucos mezes colhendo a derradeira manifestação da sua lyra, as *Folhas cahidas*, que ellas seriam verdadeiramente ultimas flores desfolhadas e soltas do grande genio, flores tão frescas, tão viçosas como as dos primeiros dias de juventude? Quem supporia que taes flores formariam a grinalda derradeira do sepulchro? *Deus perdoe áquelles que só tiraram d'ellas os espinhos do martyrio para lh'os cravar no coração.*»

No prologo em que relaciona estas tres partes da sua obra lyrica, diz das *Folhas cahidas*: «*ultima* palavra até agora, mas que não será a derradeira...—As *Folhas cahidas* não são o fim, são a transição.

«O que virá depois... sabe o destino mysterioso de uma existencia á parte... O tempo o mostrará, porque uma vida, que tam longa parece por tam cheia que tem sido, é ainda curta e moça bastante para nos deixar aguardar socegadamente pelo futuro que esperamos d'ella...» O poeta referia-se a um romance contemporaneo que tinha em elaboração, intitulado *Helena*, do qual chegou a escrever de Agosto a Septembro de 1853 um fragmento, que abrangeria uma quarta parte do seu plano. Esse fragmento foi por elle passado a limpo em Abril e Maio de 1854, não avançando mais pela doença progressiva e complicada que o victimou seis mezes depois. O romance de *Helena* é localisado a duas leguas da Bahia, não longe do semi-circulo do Reconcavo; Araujo Portalegre conheceu essa tentativa de exotismo brasileiro, e d'ella falla

no seu discurso no Instituto Historico: «o que mais ambicionava em sua vida foi o logar de representante de Portugal no Imperio do Brasil; e tal era a sua vontade de vêr esta bella natureza e de abraçar os seus mais intimos amigos da Universidade, que lhe mostrou *o começo de um romance brasileiro*, no qual lhe descrevia muitas das nossas plantas pelo que havia observado na Madeira e nas estufas dos jardins botanicos.» [1] Antes dos romances aventurosos passados na America latina, de Gabriel Ferry, Gustave Aymard ou Paul du Plessis, tão plagiados por Mendes Leal no *Calabar* e nos *Bandeirantes*, Garrett sentiu a novidade d'esse meio para a opulencia descriptiva; na impossibilidade de representar a vida da America portugueza, transporta para alli as paizagens da Escossia e da Suissa, com o conforto inglez e a galanteria franceza. Elle confessava com desespêro que qualquer ignorada miss ingleza, logo ao sahir do collegio compunha uma novella com mais vida, graça e invenção do que elle proprio com esforço. Entra aqui por muito a acção de um meio fortemente suggestivo. A *Helena*, pelo fragmento conhecido, tem a tenuidade do sentimento, pouco movimento da acção, e caracteres esboçados, descrevendo mais o typo nos aspectos exteriores. N'este romance ha um viajante francez, o snr. de Bressac, que estivera nas luctas da independencia da Grecia, e desgostoso dos acontecimentos se retirara

---

[1] José Verissimo, *O Centenario de Garrett no Brasil*.

entregando-se dilettantescamente ao amor da botanica; no seu periodo da aventura militar tivera intima amisade com um mancebo brasileiro, e salvara uma creança de nove annos, que adoptara como sua filha, á qual puzera o nome de *Helena*. Lembrou-se de ir um dia herborisar á America, e partiu com a carta do seu amigo, que o recommendava a um tio, o visconde de Itahe. A situação começa com um monologo de contemplação do conde de Bressac diante de uma passiflora que encontrou proximo da Bahia, á qual pôz o nome da sua mysteriosa pupilla. No meio d'este devaneio botanico-paternal, é surprehendido por um preto, typo caricato chamado Spiridião Cassiano de Mello e Mattos, que com outros pretos o veiu buscar em uma canôa para casa de seu amo. Bressac é recebido na intimidade pelo visconde de Itahe, que tem uma filha muito linda chamada Isabel, e uma esposa bastante doente Maria Thereza; falla-se do primo que está em Paris, com quem o visconde projecta o casamento de sua filha; n'este decurso a dona da casa morre de inanição. Em consequencia d'este golpe, o snr. de Bressac persuade o visconde de Itahe a fazer uma viagem á Europa, que é distrahidamente discutida...

O romance de *Helena* ficou interrompido n'este ponto pelo falecimento de Garrett. O desenlace póde prevêr-se pelas palavras e presentimentos do fragmento: O visconde de Itahe vem com a filha á Europa, mas sabe que o sobrinho que tanto amava, e que julgava seu futuro genro, é pretendido pelo snr. de Bressac para a sua pupilla? Travar-se-ia

aqui o conflicto das duas paixões; Helena morre com uma febre nervosa, na sensibilidade romantica, de Bressac consola-se escrevendo monographias sobre a passiflora que o encantara, e Isabel, filha do Visconde de Itahe regressa á patria sem querer casar, sacrificando a mocidade á propaganda evangelica da emancipação dos escravos. [1]

Em principio de Novembro de 1853 Garrett separava-se da filha, que entrava para o recolhimento das Salesias; as cartas que lhe dirigia tendiam para uma certa religiosidade, que se reflecte na *Ave Maria*, incluida nas *Folhas cahidas:*

---

[1] Foi publicado em 1871 esse fragmento da *Helena.* Em uma carta publicada por D. João da Camara na *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, sob o titulo de *Mimi Garrett*, referindo-se a tres annos que passou em Cintra, falla da sua convivencia com a filha de Garrett:

«Ajudei a decifrar o manuscripto de *Helena* para uma nova edição. Fôra escripto na cama, estando Garrett já doente. Uma letra do diabo; em cada linha um enigma. Era o systema do Poeta. D'aqui copiava com maior cautella e emendava morosamente.

«D'esses manuscriptos muitos revelavam o homem das salas, dedicado ás damas e ás modas. Se ellas gostavam de charadas, fazia-lhes elle charadas; d'elle vi muitas, e até uma relação de boas palavras.

«Vi apontamentos curiosissimos: a obra dos *Sete Peccados mortaes*, e, adiante de cada um d'elles, o nome de pessoas, que, segundo o poeta, melhor o representava.

«Não sei que foi feito de tantos manuscriptos de tamanho valor.» (Ap. *Conimbricense*, n. 5731.)

A ti o hymno sagrado
Do coração de um pae vôa, oh Maria,
Pela filha innocente.
. . . .
Despe de mim todo outro pensamento
E vã tenção da terra;
Outra gloria, outro amor, outro contento
De minha alma desterra.
Mãe, oh Mãe, salva o... que implora
Pela filha querida.
De mais tenho vivido, e só agora
Sei o preço da vida,
D'esta vida, tam mal gasta e presada
Porque minha só era...
Salva-a, que a um santo amor está votada,
N'elle se regenera.

Este amor puro eleva-o, e apparecia-lhe sob o aspecto da irremediavel angustia: o presentimento da morte pelos estragos de uma doença profunda, e a orfandade de sua filha ao sahir da infancia.

Um acontecimento publico veiu abalar o mundo politico e dar-lhe uma orientação caracteristica; D. Maria II, que pela sua extrema obesidade tinha perdido ao nascer os infantes D. Leopoldo em 7 de Maio de 1849, e D. Maria em 3 de Fevereiro de 1851, ao dar á luz em 15 de Novembro de 1853 o seu undecimo filho D. Eugenio, succumbiu a uma forte hemorragia. Este accidente estava previsto pelos medicos, de annos atraz. As glorificações da defuncta rainha constitucional repercutiram em todos os campos politicos. Ao apreciar a *intervenção armada* de 1847, Edgar Quinet escrevia: «Como impedir o riso vendo as Juntas revolucionarias de Portugal entregarem-se ao *coração maternal* de Sua Magestade, que acabava de pedir á Hespanha

o favor de a ajudar a espingardeal-as pelas costas, pacatamente e em familia?» *(Vacances*, p. 255.) Agora em 1853, quando era em pompa funeral levada para San Vicente de Fóra, todas as prosas rhetoricas e versalhada retumbante louvaram o seu reinado glorioso e acima de tudo as suas virtudes domesticas e pessoaes. A mentira politica completava-se com a mentira moral, que não provocavam o riso mas o nôjo pelos threnos alugados, que tambem são um documento no juizo da historia. Começou a Regencia de Dom Fernando, desde essa hora de lucto até 16 de Septembro de 1855, ao terminar a menoridade de D. Pedro v. N'estes dois annos deu o regente allemão largas ao seu temperamento sopeado pelos zelos da consorte. As damas disputavam-lhe as attenções; e nos apparatosos bailes do banqueiro Hardy Hislop, que tratava de espalhar as acções da *Companhia central peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal*, o regente brilhava na dupla intriga amorosa e financeira. Pertencendo a esta horda atrazada de principes germanicos, ávidos e devassos, contractados para as familias dynasticas e querendo sustentar á sombra da situação a tradição affrontosa do Feudalismo, D. Fernando trouxe para Portugal esse fermento de corrupção e de costumes grosseiros que se alastrou na degradação social da segunda metade do seculo XIX. A Regeneração tomou o caracter de bambochata, que lhe imprimiu essa Regencia, que se continuou sob o prolongado influxo do Rei-Artista.

A doença de Garrett aggravava-se com esta situação, que era peor do que a violen-

cia; continuou a frequentar o parlamento e a trabalhar em commissões importantes. Preoccupava-o a filha, e fixava a residencia proximo do recolhimento do Bom Successo, para vêl-a mais vezes. Tratou de estabelecer-se definitivamente em Lisboa, para trazer Maria Adelaide para a sua companhia; e desveladamente mobilou casa em Santa Isabel, em frente do cemiterio inglez. [1] Em Septembro de 1854 em uma caminhada a Lisboa foi surprehendido por um aguaceiro; d'ahi proveiu o resfriamento que lhe produziu a bronchite e aggravou a lesão hepatica, que soffria desde a missão da Belgica. Quando Garrett veiu occupar a casa em Santa Isabel, poucos dias passados acamou para não mais levantar-se, expirando em 9 de Dezembro de 1854 ás seis horas e vinte e cinco minutos da tarde.

O jornal *O Arauto* dando a noticia do seu falecimento, allude á sua longa doença, a que resistira: «Por passos contados procedeu a ultima enfermidade do poeta illustre; bem nos andou ella pondo de sobreaviso de que nunca mais a lyra da *Dona Branca* e da *Adozinda* viria despertar o nosso sentimento e conquistar a nossa admiração. — A noticia colheu-nos de improviso, e a dor não foi menos profunda por ter sido de antemão prognosticada.»

Ao escrever a Memoria historica do ministro Vieira de Castro, descreveu a doença que

[1] Gomes de Amorim, nas *Memorias*, t. III, trata este assumpto até ás minimas particularidades, que seria ocioso repisar esses dados.

o victimou, indicando as causas que vieram tambem a actuar no seu proprio falecimento: «o germen da enfermidade a que succumbiu... principalmente se originara das *inquietações de espirito e corpo, da inevitavel irritação do sangue e dos nervos em que forçosamente traz a vida activa politica*, sobretudo aos de forte sentir e de coração generoso.» Pelo seu caracter activo e generoso, Garrett estava condemnado a uma lesão hepatica; e todos os abalos profundos da sua vida das emigrações e revoluções, das luctas parlamentares e partidarias, aggravaram-se ante o crime de lesa-nação em 1847, e com o reconhecimento da burla reaccionaria da Regeneração de 1851. O seu *forte sentir* prostrou-o; com elle findava uma epoca, como lucidamente o formulou Latino Coelho.

3.º Morte de Garrett e resurreição na sympathia nacional

Apenas acompanhado pela filha com doze annos e por dois amigos sem valimento official, Garrett succumbiu quasi na indifferença das personalidades preponderantes do seu tempo. A morte pôz em fóco a fulguração d'aquella vida cheia de luctas; o seu funeral tornou-se espontaneamente uma apotheose. A' redacção do jornal *A Imprensa e Lei*, compete-lhe a gloria de accentuar esse passamento, «lembrando a obrigação em que estavam todos os institutos scientificos e artisticos da capital de fazer a guarda de honra d'esta solemnidade que enche de lucto e dôr a todos

os que amam as lettras e as glorias d'esta terra.» [1] Mais do que a vida, acabava com Garrett uma epoca de sinceridade dos que luctavam com confiança pela liberdade politica, dos que se inspiravam para os seus sacrificios, actos e concepções no sentimento da nacionalidade. E' instructivo observar como a nova geração que se desnacionalisa o amesquinha e quasi o esquece, depois das ruidosas declamações; e tambem como d'esse occaso moral refulge depois a sua memoria como a de Camões annunciando uma alvorada de esperança.

No jornal *Imprensa e Lei* appareceu um folhetim intitulado *Impressões junto do feretro do Poeta visconde d'Almeida Garrett*, em que transluzem algumas notas vivas do momento; ao fallar das exequias solemnes na egreja de Santa Isabel, pergunta, quem convocou todo aquelle ajuntamento; e excluindo a influencia official e politica, accrescenta: «A amisade, as relações intimas tambem não. *A maior parte*, sabemos, *não visitou o enfermo no leito da dôr;...* Convite official ou politico com certeza não é. Vêmos aqui *o ministerio com muitos dos seus rivaes presentes*, preteritos e futuros. Vêmos os jornalistas de todas as côres. Vêmos titulares, generaes, poetas, litteratos, scientificos e artistas.

«A que attribuir, respondemos: é só á civilisação que hoje brilha *nas occidentaes praias lusitanas*, como não brilhou para o

---

[1] *Ecco popular*, n.º 386. Porto. (13 de Dezembro de 1854.)

pobre Camões, nem ainda para o triste e *trasladado* Filinto.—

«A historia da nossa patria, que é de heroes, só de seculos a seculos nos mostra um genio rubricando tão authenticamente a nossa nacionalidade, como esta, a actual, rubríca hoje a do seu genio que expira. Mas ahi está presente o nosso historiador! (Referia-se a Alexandre Herculano, que assistira ás exequias.) Pois bem; elle que compagine este capitulo eloquente de gratidão popular; emquanto o corpo diplomatico, que tambem aqui se acha, registará em nota official este facto honroso para a civilisação europêa.

«Terminadas as exequias... dá-se em todos o nobre desejo e effectiva resolução de ser o feretro levado pelos circumstantes, seguindo atraz e devoluto o côche real que trouxera o corpo de casa para a egreja.—

«Vencida depressa a distancia, chegamos não aos sonhados *Campos Elysios* nem mesmo ao propalado *Pantheon*, mas ao domicilio commum dos finados de Lisboa occidental. O esquadrão que acompanhava junto á artilheria e infanteria alli postados mostram-nos uma brigada em miniatura. Só a infanteria está dentro do Campo... parou o feretro junto do jazigo de um nobre e rico parente do illustre finado (D. Pedro de Brito do Rio, testamenteiro de Garrett);... E logo sôa o canhão: e logo alternam com elle as descargas da mosquetaria.

«Emquanto isto se passa, veiu-nos á lembrança que *o ministro finado tinha sido demittido sem as honras do estylo.* Junto isto ao que pessoa competente nos asseverara de

que modernamente se resolveu não mandar tropa senão aos funeraes dos ministros effectivos e conselheiros de estado, a nossa admiração cresceu por vêrmos que depois de morto é que lhe não escasseavam as honras. — Ainda assim, francamente declaramos que estimamos aquella parte do cortejo que o tornou mais pomposo;...

« Seguem-se os discursos.

« O snr. Alexandre Herculano excusou-se... mostrando antes mais gosto de ouvir outros oradores que estavam presentes. Esta modestia e abnegação além de lhe fazerem honra, levaram-nos n'aquella hora a reflectir que o historiador não deve enthuziasmar-se e que a critica deve ser pautada por todo o sangue frio, por toda a imparcialidade.

« O snr. Antonio Feliciano de Castilho, que occupava mais o centro, é rogado em alta voz, e não se excusando, começou fazendo propostas para uns *Campos Elysios*, onde já podiam domiciliar-se Camões, Filinto e Garrett. Disse mais algumas cousas, não em estylo oratorio e funebre como o caso pedia e o auditorio esperava; sendo terrivel a impressão ao ouvir-lhe dizer — que não estava preparado! — S. ex.ª quiz ser humano, poupando-nos um rasgo de dôr mais violenta: quiz poupar-nos as lagrimas, mas ninguem lh'o agradeceu.

« O snr. Tullio,... subiu á pedra onde se orava. A sua face completamente alterada: o seu cabello mesmo em certo desalinho, mostra que o coração soffria golpe fundo. Começou logo em estylo proprio; mas o sentimento era tal que as lagrimas lhe enbargavam a

falla;... foi o prologo da scena pathetica, que nos ia offerecer o snr. Rebello da Silva.

«Sobe este ao logar citado. A sua face, que era desmaiada por uma quasi absorpção de espirito, ligou a todos n'um profundo silencio. — A opulencia das ideias, o cinzelado da phrase, a imagem, o transporte, a cadencia, já não ferem os ouvidos, vão direitos ao coração. — Acabou pedindo mais patriotismo para as cinzas de Garrett do que houve para Camões, e hoje para os seus ossos.» [1]

A impressão produzida pelo discurso de Rebello da Silva acha-se referida em uma bella pagina litteraria pelo visconde de Benalcanfor, em uma correspondencia para o *Commercio do Porto.*

Nas suas *Cartas lisbonenses*, descrevia passados vinte e tres annos, Ricardo Guimarães a impressão grandiosa do funeral de Garrett: «Eu assisti ao seu enterro. O céo estava pardacento, nebuloso, mas sereno; era um verdadeiro dia de dezembro, em que as tintas sombrias d'este céo habitualmente azul communicavam uma tristeza grave ao sahimento funebre, que seguia vagarosamente pela rua de Santa Isabel, aonde era a mo-

---

[1] E' assignado por Manoel Luiz Machado. *Imprensa e Lei*, n.º 408. (24-XII-54.) No *Arauto* completa-se a narrativa: «Depois o snr. Luiz Augusto Palmeirim recitou uma magnifica poesia do snr. Mendes Leal... Por ultimo o snr. Vieira da Silva fallou em nome das Classes artisticas, que alli se achavam para prestarem os ultimos suffragios ao chefe da moderna eschola litteraria, ao creador do nosso theatro, ao nosso primeiro poeta depois de Camões.»

rada de Garrett, até ao cemiterio dos Prazeres.

«Rebello da Silva fez um discurso, admiravel de imaginação e de sensibilidade.

«*O sol, até alli encoberto, mas que rompera por entre um castello de nuvens cinzentas*, quando o orador subia nos vôos da sua phantasia rica e ardente, dardejou ao mesmo tempo os seus raios luminosos sobre a campa que acabava de encerrar os restos do grande homem, dourando-a, e sobre a musa do panegyrista, cingindo-a de uma auréola deslumbrante, constellando-a de scintillações, accendendo uma immensa pinha de luz nas imagens, nas apostrophes, nos conceitos que jorravam da bocca do orador, coloridos, iriados, brilhantes, como uma catadupa a espadanar pelas rochas, na qual luzissem milhares de prismas.

«A memoria de Garrett era illuminada em cheio pela natureza e pela eloquencia n'aquelle momento, que nunca me hade esquecer, com as reverberações dos fogos de uma dupla apotheose.» [1]

No discurso de Rebello da Silva vem este rapto: «Não vêdes este sol esplendido, que se levanta sobre as nossas frontes, brilhante como o amor da patria na sua alma, e fulgido como a grande imagem da sua gloria? E' o sol da sua posteridade; é o sol dos tumulos; é o sol que doira a fama de Camões em tres seculos de saudade inextinguivel!»

---

[1] *O Commercio do Porto*, de 16 de Dezembro de 1877.

A impressão conservada ainda ao fim de tantos annos por Ricardo Guimarães, faz comprehender a magestade d'esse momento da dupla apotheose. O seu enterro foi tão grandioso quasi, como o de D. Maria II, excedendo-o na significação nacional de uma consciente espontaneidade.

Em uma reunião magna que se fez no Porto em 24 de dezembro de 1854, para se assentar na fórma de prestar uma homenagem a Garrett, José Gomes Monteiro chamou a attenção da assembleia para «*um facto novo na nossa cidade, e*.., novo egualmente *para o resto do paiz.* E' pela primeira vez que os interesses puramente intellectuaes commovem profundamente uma grande população do nosso paiz, e que esta commoção se traduz n'uma manifestação publica por meio de uma reunião popular.—

«Esta inauguração do *espirito publico* ficará sempre associada ao nome de Garrett; e quando, o que não espero, o destino frustre ainda uma vez os nossos esforços para apagar para sempre a feia nodoa de ingratidão, que desde seculos nos avexa; quando fiquem estereis os desejos manifestados por tão conspicuos, como aqui vejo, ainda assim o nome de Almeida Garrett não ficará de todo privado de um monumento.» [1] Era essa obra moral, a creação de um *espirito publico*, o monumento que coroava a obra politica e artistica de Garrett, que não se conseguiu frustrar.

---

[1] Do *Braz Tizana.* (Porto, 1854.) Nas *Divagações e Transcripções* de A. Fernandes Thomaz, p. 103.

No dia seguinte ao do enterro de Garrett, escrevia na *Revolução de Septembro* Lopes de Mendonça: «Mais feliz do que Camões, cujo miserando destino elle engrandeceu em versos immortaes, a corôa da sua incontestavel realeza não lh'a disputavam invejas, nem paixões mesquinhas.—Pôde expirar, sabendo que a patria o exaltaria como o seu mais illustre filho: e *se mais cedo se desviasse do campo das discordias politicas*, tão apaixonadas e injustas sempre, mais cedo tambem a sua gloria brilharia sem sombra nos dilatados horisontes do futuro, que já o seu olhar abraçava.»

Lopes de Mendonça destacava a alta missão constructiva, destinada á acção de Garrett, d'essa mesquinha lucta das facções intrigantes: «Poetas immortaes, para que cubiçaes outro poder, que não seja o do vosso proprio genio... Para que quizestes, gigantes, descer do pedestal, para serdes *ministros de um dia*, de uma hora, tragando as amarguras, que todos provam n'essas regiões tormentosas?—

«Mas, talentos como os do illustre morto obram cem vezes mais na sua acção litteraria, do que os decretos e portarias, que a mão de ministros ephemeros rubricam, na sua passagem rapida e fugitiva. Essas revoluções moraes, em cuja mysteriosa matriz se geram as revoluções sociaes e politicas, são filhas quasi sempre d'estas vocações soberanas. Debaixo d'este ponto de vista devemos nós abençoar aquelle que illustrou a liberdade da imprensa pela magnificencia dos seus escriptos, a liberdade da tribuna, pela excellencia das suas

orações; *aquelle que aviventou a nossa nacionalidade* aos raios poderosos do seu engenho, que, herdeiro de Camões, pôde hombrear com os mais superiores poetas estrangeiros da sua epoca.»

E confrontando as duas épocas historicas em que existiram estes maximos representantes da n acionalidade, accentúa: «Eramos então um povo que descia com o poeta para as regiões funebres da morte: sômos agora um povo, que nos elevamos com o poeta para as perspectivas sublimes da immortalidade.» E como se a obra de Garrett fôsse a muralha defensiva da nacionalidade, exclama com uncção: «E' outro o sol que nos allumia agora, é outro o ár que nós respiramos!» [1]

No jornal legitimista *O Portugal*, escrevia Antonio Pereira da Cunha: «João Baptista d'Almeida Garrett não pertencia ao nosso gremio politico; mas era portuguez e dos portuguezes que amam a sua patria;... e com que amor não queria elle a esta terra, que foi o seu berço, o seu disvelo, a sua inspiração! com que sincera magoa a não via resvalar, de dia a dia para *a medonha voragem da escravidão estrangeira!*

«Aquelle seu receio de que *o velho Portugal perdesse em breve o seu nome* manifestado tão ingenuamente em uma das poesias mais bellas e sentidas que sahiram da sua penna, e *quando se tratava de o vender igno-*

---

[1] *Revolução de Septembro*, n.º 3803. (12-XII-1854.)

bilmente á Hespanha, bem claramente o está mostrando.

«E' como que o protesto patriotico d'esse outro illustre poeta, d'esse outro portuguez de lei, de Camões, que cantara, e que talvez logrou exceder!» [1]

Na narrativa do funeral de Garrett por Antonio Pereira da Cunha aponta-se a nota dominante que alli se destacou: «No meio porém, das pompas ephemeras, inventadas pela vaidade mais ephemera ainda do que ellas, no meio d'essas descargas militares, que não são senão fumo, d'esses emblemas heraldicos tão falsos como os de Capistron, d'esses arminhos do pariato, onde a traça de Job não tardará a fazer o seu ninho — sentia-se por toda a parte a necessidade de exprimir de um modo mais proprio a desolação publica. — Por uma singular e feliz coincidencia, manifestou-se em todos esses discursos a lembrança de *erigir quanto antes um monumento condigno ao chefe da nova eschola.* — Tratese pois do monumento; abra-se uma subscripção; e concorramos todos, ricos e pobres, pequenos e grandes para a solução d'esta divida nacional.»

A ideia do monumento appareceu simultaneamente em Lisboa, no Porto e Coimbra. [2]

---

[1] *O Portugal*, n.º 631. (Dezembro, 1854.)

[2] Quando, logo depois da morte de Garrett, se fallou em erigir-se-lhe um monumento, um estudante talentoso Correia Harcourt, escrevia em Coimbra no jornal *A Instrucção e o Povo*, um alvitre, que merece consignar-se pelo seu espirito synthetico:

«E' uma divida sacratissima — paguemol-a. Vin-

Em data de 22 de Dezembro de 1854 foi dirigido um officio-circular (sem assignatura do *presidente)* aos differentes jornaes de Lisboa, em que Rebello da Silva e Gomes de Amorim, como *secretarios*, davam parte de que estava constituida a — Commissão para promover a homenagem de um monumento á memoria do grande poeta portuguez João Baptista de Almeida Garrett, como fundador da eschola nacional — que elegeu por unanimidade para seu presidente o snr. Alexandre Herculano, e além dos secretarios indicados, para thezoureiro Carlos Krus. As reuniões eram na sala da Inspecção do theatro de D. Maria II. Como vogaes figuravam Antonio José d'Avila, José Ferreira Pestana, Manoel José Gonçalves e Epiphanio Aniceto Gonçalves. Na *Imprensa e Lei*, dando conta d'este pensamento, lê-se que

---

guemos em Garrett a injuria feita a Camões. Não seria digno d'esta geração e d'este seculo elevar sobre o mesmo pedestal o vulto de Camões e o de Garrett? Não seria ainda chegada a hora de uma reparação solemne aos manes irritados do amante de Catherina de Athaide? E não ficaria completo esse grandioso monumento associando-lhe o vulto gigante de Vasco da Gama? D'este modo teriamos reunidos tres grandes vultos da nossa historia, seria uma triade magestosa representando tres phases diversas: a gloria, heroicamente symbolisada no Gama; a decadencia e o aniquillamento, pelo vulto de Camões lavrando o testamento glorioso de uma geração de gigantes; a reparação, pelo busto de Garrett, como symbolo do mundo moderno, e de uma immensa regeneração intellectual.

«A geração, que erguer um monumento d'estes, engrandece-se aos olhos da posteridade, porque eleva o monumento da sua propria grandeza e da sua intelligencia.»

«alguns dos amigos do auctor do *Frei Luiz de Sousa*, — certos de serem correspondidos pelo sentimento publico, tomaram a si este empenho, esperançados em que *o primeiro anniversario funebre de Garrett verá já erguido o monumento.*»

No Porto, o redactor do *Braz Tizana*, José de Sousa Bandeira, convocou para sua casa alguns jornalistas e homens de letras para discutirem a ideia de uma manifestação em honra á memoria de Garrett; fôra em 19 de Dezembro, e concluiu-se, que se fizesse uma grande reunião no salão publico no dia 25 ás 11 horas da manhã. Presidiu o conselheiro Rodrigues Bastos, o antigo chefe de policia absolutista, quando Garrett fôra perseguido, sendo secretarios os snrs. José Fructuoso Ayres de Gouvêa, e Ribeiro da Costa. Leu-se o relatorio dos trabalhos da commissão provisoria e alguns alvitres, entre os quaes se destacava: «elevação de uma estatua de marmore ou bronze n'uma praça publica do Porto, que servisse de testemunho da nossa homenagem, e de estimulo honroso e brilhante aos que se empregam no serviço do paiz e da civilisação.» Em seguida José Gomes Monteiro leu um discurso caloroso, em que aponta vagamente a ideia de um monumento: «Se nós levantarmos, como devemos, um monumento ao visconde d'Almeida Garrett, é ao Porto, a nós mesmos... que erguemos esse padrão.—Concluo propondo que se adopte a seguinte resolução:

«Esta reunião, que representa todas as classes de que se compõe a cidade do Porto, manifesta o desejo de que a cidade perpetue

pelo modo que se julgar mais digno e exequivel, a memoria do seu illustre filho o visconde d'Almeida Garrett.» A proposta foi unanimemente approvada.

A commissão promotora do monumento constava de cincoenta membros, dos individuos mais dinheirosos do Porto, que se desdobrava em duas secções — uma para tratar da construcção do monumento, e outra para dar parecer sobre os differentes projectos, devendo a subscripção ser inteiramente voluntaria No jornal *O Ecco popular*, de 3 de Janeor· de 1855, vem uma linha, que explica a inefficacia de todos os esforços: «O monumento do snr. D. Pedro IV, não tem nada com o do snr. Garrett.»

Esta revelação tambem explica a apathia e dissolução da commissão de Lisboa. E' aqui que cabem explicações especiaes; reunidos os membros da commissão em 19 de Dezembro de 1854 para tratarem da homenagem a Garrett, José Ferreira Pestana propoz para a presidencia Antonio José de Avila, que se excusou dizendo: «que a indole e intuito da commissão tendente a um fim puramente litterario, requeria que o seu pensamento fosse representado por homens de letras, e que por isso o presidente nato era o snr. Alexandre Herculano.» Não estava então presente Herculano, nem a homenagem era sómente litteraria mas nacional. Herculano melindrado por lhe darem uma presidencia rejeitada, appareceu na seguinte sessão de 21 de Dezembro, oppondo-se a que se pedisse a cooperação do governo, e abandonou de vez a commissão, que pela ultima vez se reuniu com poucos vo-

gaes em 25 de janeiro de 1855. E assim ficou frustrada a homenagem devida a Garrett.

No seu livro *Uma viagem á roda de Lisboa*, publicado em 1855, escrevia Francisco Maria Bordalo: «Ha quasi um anno que assistimos ao seu funeral, e ouvimos a palavra eloquente de Rebello da Silva tecer o elogio do finado em pathetico discurso.

«Lisboa estava ahi representada por todas as classes sociaas, e Portugal pelos seus principaes homens de letras;... nenhuma honra mundana faltou ao poeta n'aquella hora de angustia, e as lagrimas corriam espontaneas de todos os olhos — de todos, porque era um grande astro que se sumia no horisonte da nossa terra!

«Isto succedia ha quasi um anno, como dissemos. E que mais se tem feito até hoje pela memoria do auctor da *Dona Branca* e *Frei Luiz de Sousa?*... Nada! nada!... Com vergonha repetimos. — O cadaver do grande poeta continua a azylar-se n'um jazigo emprestado, não se lhe erigiu um mausoléo no campo santo dos Prazeres, não se lhe levantou um monumento em qualquer das praças de Lisboa, a patria não adoptou a sua filha unica... Que menos se faria por um agiota ou contrabandista?... As lagrimas seccaram com a desapparição do corpo, e a memoria dos eminentes serviços prestados pelo poeta á nossa litteratura, esvaiu-se com o seu derradeiro canto. — Sériamente! Pois não se erguerão dois monumentos, embora humildes na fórma, aos dois maiores poetas de Portugal, a Camões e a Garrett! — Esqueceremos

tão depressa o nosso contemporaneo e mestre, como olvidámos o cantor dos *Lusiadas?* Oh! mas a posteridade vingará este, como vingou aquelle.» *(Ib.*, p. 216 a 218.)

No Porto distribuiu-se no entrudo de 1859 uma collecção de lithographias desenhadas por Henrique Luso, intituladas *As Sete Maravilhas do Porto*, e o n.º 3 «representava tres homens a uma banca meditabundos, e um outro carregando ás costas com um plintho em que se lia—GARRETT, 1856—e sobre o qual apenas se viam os pés de uma estatua.

«A legenda dizia: Deu-se principio á obra, mas a commissão ficou ainda pensando onde havia de lançar os alicerces.» [1]

Que vento de desnacionalisação soprou no espirito dos que se proclamavam admiradores e amigos de Garrett este retrahimento? Latino Coelho ao escrever de Garrett esculpiu uma phrase, que bem meditada tudo explica: «Não foi apenas um poeta que no meio das pompas funebres e das cerimonias mortuarias desceu ao tumulo. *Foi uma epoca que se encerrou.*» [2]

A morte de Garrett coincide com o esgotamento da burla politica do liberalismo da Carta outorgada, mudando de processos na Regeneração, que por dictaduras militares veiu impedir o reconhecimento da Soberania

---

[1] Alberto Pimentel, *O Porto ha trinta annos*, p. 189. F. Thomaz, *Iconographia garrettiana*. No *Conimbricense*, n.º 5500.

[2] *Panorama*, tomo XII, p. 162.

nacional acordado pela Revolução de 1848. A *violencia* foi substituida pela *corrupção* systematica.

Quando Garrett morreu em 9 de Dezembro de 1854, já se não tratava do ideal politico; a Regencia, pelo jogo dos papeis de credito, encetava os *melhoramentos materiaes*, que determinaram os ruinosos *emprestimos* e os crescentes e esmagadores *impostos;* [1] e, consequentemente, para a impunidade dos governos a repressão arbitraria e suppressão das liberdades de reunião, de associação, da imprensa, chamando os individuos mais desacreditados ou ineptos para a simulação do regimen. Escreve Maudsley na *Pathologia do Espirito:* «a loucura de uma geração deixa ás vezes por legado uma *ausencia do senso moral* na geração seguinte.» (Pag. 109.) Verificou-se o phenomeno com os herdeiros d'esses ludibriados liberaes que soffreram as forcas, os confiscos e os caceteiros, as emigrações famintas, os terriveis assedios, e á sombra da

---

[1] A trajectoria economica da Regeneração vê-se patente nas finanças portuguezas: em 1851 a divida publica era de 85.621:117$102 reis; em 1901 attingiu a 884 002:260$363 reis. N'esta venda da nação ás praças estrangeiras, ou melhor á *intervenção fiscal* dos prestamistas apoiados pelos seus governos, augmentou a divida 778 380:453$261 reis Ao encargo d'esta divida corresponde a rêde tributaria destinada ao pagamento dos juros. Por isso o professor Nitti escreve na sua obra *Principi di Scienza delle Finanze:* «Alguns estados da Europa, a Turquia, a Grecia, Portugal, etc. estão em condições de *verdadeira vassalagem politica* não obstante a sua autonomia; na realidade são os credores que exercem pressão na sua politica.»

Carta outorgada as duas *Belemsadas*, e as intervenções armadas estrangeiras. [1] A falta de senso moral nos homens chamados ao poder e nos processos da governação unificou os dois partidos da outorga e da soberania nacional; a acção politica de Garrett tornou-se desconhecida, embora permanente nos factos. A acção litteraria amesquinhou-se n'essa desorientação que produziu o *Elogio mutuo;* previra-a Lopes de Mendonça ao noticiar a morte de Garrett: «Perda irreparavel para a epoca em que vocações intellectuaes se desvairam nos conflictos da vida militante e activa; em que vozes inspiradas se extinguem, uma após outra no ruido de um seculo que hesita perante os problemas do seu proprio destino.» [2] Estava estabelecido o Segundo Imperio pela traição do Principe-Presidente e a Europa ia

---

[1] Todos esses homens que serviram a causa de D. Maria da Gloria, pensando que serviam a liberdade da nação, morreram desalentados, quebrados por terriveis decepções, como Trigoso, Mousinho da Silveira, Palmella, os dois Passos. D'estes dois tribunos escreveu Rodrigues de Freitas: «... Passos Manoel, soffreu longos annos, e ás dôres physicas juntaram-se as dôres moraes; em cartas particulares deixou photographada a tristeza que o dominava: o estado physico e moral do irmão era a causa d'isto;... reconheceu-se que no forte cerebro do antigo revolucionario uma cruel revolução se tinha realisado: *enlouquecera.* — Para Passos Manoel foi isto mais cruel do que a série de desenganos que teve durante a vida politica; etc.» *(O Portugal contemporaneo*, p. 42.) Herculano, que sobreviveu á sua epoca, ao sentir-se extranho entre a camada da segunda Regeneração, exclamava: *Isto dá vontade de morrer.*

[2] *Revolução de Septembro*, n.º 3803 (12-XII-54.)

entrar na politica das grandes Nacionalidades, que chegou a pôr em risco a autonomia de Portugal. Era agora que se tornava precisa a obra de Garrett, para vivificar esse sentimento. Não pôde a commissão de que era presidente Alexandre Herculano e secretario Rebello da Silva, levantar o monumento a Garrett; mais do que uma estatua de bronze seria o julgamento synthetico da sua obra por qualquer d'esses dois escriptores. Aguardava-se uma obra promettida de Rebello da Silva, *Vida e Escriptos do Visconde d'Almeida Garrett;* [1] era-lhe facil coordenar os artigos criticos que tinha já publicado no jornal *A Epoca* (1848-49) analysando digressivamente esses diversos livros, embora ficasse uma longa divagação rhetorica nos moldes do seu estudo sobre Bocage. A promessa não se cumpriu; D. Maria II morrera em 1853, e aquella rainha que tanto affrontara a liberdade e a dignidade nacional, com o seu *perpetuo rasto de sangue*, achou no estylo de Rebello da Silva a emphase de um panegyrico que ultrapassou os limites da lisonja. Collocado sob este criterio falso, inhabilitou-se para comprehender a obra de Garrett no que ella tem de mais verdadeiro o — profundo

---

[1] Na *Revista contemporanea* de 30 de Março de 1856, em uma pequena Biographia de Garrett, falla Eduardo de Faria no: «Livro do snr. Rebello da Silva, tão promettido, tão anciosamente esperado, sobre a *Vida e Escriptos* do finado Visconde. O narrador é digno do heroe que vae memorar; o apreciador competentissimo para o objecto que tem de afferir; critico mais que nenhum sufficiente para os grandes livros sobre que hade fazer os seus estudos.»

nacionalismo. Poderia Rebello da Silva ser um brilhante orador parlamentar, um academico estipendiado, um historiador subsidiado pelo governo dos Braganças, e seu ministro, mas estava sob a inhibição de escrever sobre Garrett alguma cousa mais que as pompas rhetoricas.[1]

A verdadeira presidencia de Alexandre Herculano na homenagem a Garrett seria um estudo synthetico sobre essa individualidade que tanto admirara. Ainda em um officio datado de 27 de Dezembro de 1856, excusando-se da vice-presidencia da Academia das Sciencias para que fôra eleito, appresentava o seguinte trecho referente á morte de Garrett: «Não é porque um homem sáe da republica das Lettras que estas perecem. Ainda ha pouco *no céo da nossa Litteratura* desappareceu *a estrella mais fulgurante que, desde Camões, ahi se havia engastado*, e nem por isso as lettras morreram em Portugal. Era, todavia, uma intelligencia que valia bem mais que a minha.» O livro sobre Garrett escripto por Herculano valeria mais do que uma estatua n'uma praça; seria documen-

---

[1] No *Portugal artistico*, de Janeiro de 1855, escreveu Latino Coelho uma rapida biographia de Garrett, para acompanhar a copia lithographica de um retrato daguerreotypo de 1853; e ainda em 1856, começou a publicar em hespanhol, na *Revista peninsular* outra biographia que deixou incompleta.

O *Elogio historico do Visconde de Almeida Garrett* por Mendes Leal, lido na Academia das Sciencias em 19 de Novembro de 1856, e impresso nas suas Memorias, é apenas o começo de um trabalho promettido, e isso mesmo cheio de erros que a rhetorica não encobre.

to litterario de summa importancia, porque ambos os escriptores tinham-se encontrado nas luctas da implantação do regimen liberal, e eram solidarios na iniciação do Romantismo. Mas á sua admiração pelo escriptor contrapunha-se a antinomia politica; Herculano era um empregado de D. Fernando, um cartista militante até á Regeneração, escrevia a *Historia de Portugal* para Dom Pedro V e não para a nação, como o declarou solemnemente, não podia fazer a apotheose de um septembrista, correndo tambem no paço lendas infamantes da memoria de Garrrett, e carecendo o proprio Herculano do favor do governo regenerador para as suas commissões litterarias e birras pessoaes dentro da Academia. Quando Herculano se retirou para Val de Lobos, e fazia face ás despezas da exploração agricola, o gerente da Livraria Moré do Porto offereceu-lhe 1.000$000 reis pela primeira edição de um livro sobre Garrett; o solitario excusou-se, preferindo fazer dinheiro com a reproducção de antigos artigos nos *Opusculos*. Houve um pequeno occaso na gloria de Garrett, [1] não que o accusem as edições das suas obras desde 1854, mas pela persistencia das lendas infamantes que se ligavam ao seu nome, porque lhe desconheciam a vida. Na introducção ao seu discurso sobre

---

[1] Em um artigo *Festas garrettianas*, escreveu o dr. Sousa Viterbo: «Um inexplicavel esquecimento, tão inexplicavel como ingrato, começou de envolver a obra de Garrett, que era quasi exclusivo patrimonio dos finos conhecedores da arte.» *(Diario de Noticias*, n.º 13.107. De 29-v-902.)

a Lei da decima, escreveu Garrett: «Mas vivemos em tempos que basta uma hora de calumnia para destruir o testemunho constante de muitos annos.»

As tremebundas diatribes do padre José Agostinho de Macedo, e as lendas da parentella absolutista, que o intrigaram com o tio bispo, e o deixaram abandonado nas emigrações sem recursos; a má vontade dos litteratos classicistas como Francisco Freire de Carvalho, que espalhava a nota dos plagios dos manuscriptos de D. Frei Alexandre, e o Cardeal San Luiz condemnando como irreverente o poema de *Dona Branca;* as calumnias contra a sua dignidade moral da camarilha que lhe concitava o odio de D. Maria II para o excluir da embaixada da Belgica; o rancor dos cartistas contra o homem que servira a ideia da soberania nacional dando força á Revolução de Septembro; as infamias com que os jornalistas assalariados do cabralismo o delustravam e ridicularisavam nas suas caricaturas sangrentas; as invejas das mediocridades litterarias e dos que se encommodavam com as suas venturas amorosas, e ainda as lamurias da mulher que de Paris lhe extorquia dinheiro, e que os parentes assoalhavam, tudo se accumulava em uma grande sombra para offuscar-lhe não o talento, que refulgia em creações bellas, mas as qualidades moraes — o alto desinteresse, a suprema bondade com que accolhia os novos e servia um grande ideal. Garrett conhecia a atmosphera de hostilidade que o rodeava, e, como affirmou Silva Leal, por occasião da sua morte, em um necrologio publicado no *Instituto*

de Coimbra, em Dezembro de 1854, em que falla das suas constantes relações com o poeta, conhecendo as malevolencias que conspiravam contra elle, tratava todos esses inimigos com longanimidade, e sempre sem resentimento. Essa mesma superior complacencia converteram em cynismo. Os elementos hostis a Garrett, que lhe sobreviveram por longo tempo, mantiveram em volta da sua memoria um espirito de desdem e de malevolencia. Quando em principios de Novembro de 1868 se inaugurou o busto de Garrett no salão do theatro de D. Maria II, convidara a commissão o rei Dom Luiz para o acto solemne; esperou-se debalde o monarcha, encarregando-se Castilho de descerrar as cortinas do busto. Prestou-se Castilho a puchar pelos cordeis, mas recusou-se a fallar, protestando que não era orador. Convidado em seguida Mendes Leal, excusou-se dizendo que não estava preparado. Ao narrar-se no *Diario popular*, de 11 de Novembro, esta solemnidade, lia-se ahi: «Respeitamos a modestia de um, e os melindres de outro; mas o que não é desculpavel — e n'isto vá a censura a quem de direito pertencer — é que se inaugure um busto a Garrett, sem que alguem se levante a honrar-lhe a memoria veneranda.»

Julio Cesar Machado, que viveu em todos os meios que Garrett frequentara, pinta-nos a malevolencia que circumdava aquelle sublime espirito: «Não se ouvia nunca dizer, antigamente quando succedia fallar-se de Garrett: — Que espirito scintillante! — Que verdadeiro e admiravel poeta! — Que prodigioso artista! — Um ou outro o dizia e o escre-

via, não ha duvida; mas no geral, o *diz-se*, a voz de não se sabe de quem, e por algum modo de toda a gente era isto:—Oh! homem todo elle postiço! Cabellos, dentes, barrigas de pernas... Ih!...

«O mais sério porém, é que as accusações feitas ao celebre poeta não diziam respeito unicamente a seus estragos pessoaes, aos artificios de seducção e elegancia a que fosse dado, á phantastiquice que lhe attribuiam. Iam mais longe; iam longe de mais! Feriam-o no que um homem tem de mais sagrado, feriam-o na honra. E essas balelas espalhadas por infames inimigos e por ignaros e degradantes toleirões, dos que se comprazem em fallar sem saberem o que dizem, nem o alcance das invenções de que se tornam ecco, por tal maneira giraram e se estabeleceram que, dizer Garrett chegou a ser o mesmo que dizer o mais ruim immoralão do mundo, homem perigoso e funesto...» [1] E' importante este testemunho, que immediatamente se comprova.

Até o proprio Alexandre Herculano, admirador de Garrett, mas cartista ferrenho e regenerador despeitado, se fez ecco das calumnias ácerca do caracter d'esse vulto excepcional; refere Amorim este trecho do folhetim de certo critico n'um dos jornaes mais lidos de Lisboa, consignando a opinião de Herculano: «Por cem ou duzentas moedas, n'um dia de apuro, o Garrett seria capaz de todas

---

[1] No *Diario de Noticias*, de 17 de Fevereiro de 1881. *(Mem.*, II, p. XX.)

as porcarias que quizerem, menos a de pôr n'um papel a troco de todo o ouro d'este mundo uma linha mal escripta.» *(Mem.*, III, 385, not) Amorim deixa em duvida esta phrase de Herculano, mas nos seus odios implacaveis ou explosivos, Herculano perdia a cabeça e feria fundo. Garrett é que por nenhum ouro venderia á Academia das Sciencias a palha podre do Diccionario de Ramalho, pelo qual Herculano em um dia de apuro recebeu dez contos de reis. [1]

A lenda de descredito contra Garrett chegara tambem até França, soprada de cá, não já contra o *poetasito* da *Dona Branca;* Ferdinand Denis no seu exemplar das *Memoires* do Cavalheiro de Oliveira escreveu na folha branca das guardas da encadernação: «*Garrett était sans aucune espèce de moralité.*» E parece que este prestimoso lusophilo morreu n'essa crença.

Eu mesmo me penitencío, porque no livro *Garrett e os Dramas romanticos* publicado em 1871, e ainda na primeira parte da *Historia do Romantismo em Portugal*, de 1880,

---

[1] Vimos um folheto biographico por Torres Mangas, publicado em Lisboa em 1854, cujo titulo fôra acompanhado por entrelinhas manuscriptas (que gryphamos) de um anonymo desafogando o seu odio contra Garrett:

VIDA DO VISCONDE D'ALMEIDA GARRETT *um dos homens mais depravados de costumes do seu tempo.* PRINCIPE DOS POETAS PORTUGUEZES DO SECULO XIX, *brilhante com as obras poeticas feitas por seu tio o Bispo de Angra.* SEGUIDA DE UM ARTIGO Á MORTE DO MESMO ILLUSTRE POETA *illustre pelas fitas com que o infeitaram* — por Torres Mangas. 1854 Lisboa Imprensa de Francisco Xavier da Silva. (Na livraria Merello.)

estudando com interesse a obra do genial iniciador em um quadro synthetico, fui irreverente reproduzindo alguns traços caricatos recebidos da transmissão inconsciente. [1]

No elenco do plano biographico dado por Garrett a Amorim, vem sob a data de 1847 a vaga indicação *Comerage litteraire.* N'essa epoca era perseguido o poeta pela reacção cartista da *Emboscada;* pacificada a lucta pela intervenção armada estrangeira, Dom Fernando tratou de contrapôr ao prestigio litterario de Garrett a individualidade de Herculano, que detestava os septembristas e era seu bibliothecario. Empregando a regia influencia, quiz fazer a Herculano socio da Academia de Berlin, mas não o conseguiu; voltou-se para o Instituto de França, e foi o diplo-

---

[1] O Dr. Paulo Midosi, nos seus artigos *Os ensaios de Catão*, fallando do 4.º volume da *Historia do Theatro portuguez*, escreve: « O snr. Theophilo Braga, além de alguns peccados litterarios que encontra em Garrett, achou-o sempre Narciso a mirar-se na propria imagem. Physicamente nada lucrava em se revêr; — intellectualmente o trato que tive com elle, as relações de familia ou de affinidade que com elle mantive, deram-me sempre outra ideia contraria á vaidade fôfa que se lhe attribuia. » *(Diario de Noticias*, 1878.)

Na *Revista contemporanea de Portugal e Brasil*, em Abril de 1864, publicou Mendes Leal uma biographia de Garrett para acompanhar uma gravura em cobre do retrato do poeta.

E' de 1873 a *Biographia politica e litteraria do Visconde d'Almeida Garrett* por Domingos Manoel Fernandes, volume de um curioso sem estudos que se accolheu á benevolencia de Herculano, um simples apanhado das referencias pessoaes de Garrett nos seus prologos.

mata Dantas encarregado de distribuir a nota biographica de Herculano aos membros d'aquella corporação scientifica. Em 1852, Mendes Leal, cabralista exaltado, publicava na *Revue lusitanienne*, um paralello entre Herculano e Garrett, attribuindo a supremacia mental ao historiador, como «espirito mais generalisador, mais synthetico e mais potente, traduzindo sob uma fórma nervosa e severa um pensamento sempre viril.» Para elle Garrett «tem o cunho da graciosidade e da suavidade.» E na mesma rhetorica Garrett é o *cysne* do lago, e Herculano é a *aguia* que paira nas nuvens indo para o infinito.

Reflectindo ainda este desdem das altas regiões officiaes contra Garrett, sahiu-se em 1881, o militar cartista de 1847 e ministro regenerador Antonio de Serpa com um livro intitulado *Alexandre Herculano e o seu tempo*. N'esta obra proclama a supremacia de Herculano como a maior gloria do seculo, a mais alta individualidade depois de Camões, e o que exerceu uma acção mais profunda na nação portugueza; Garrett fica ahi em plano secundario. Mas o proprio glorificador de Alexandre Herculano annulla a sua banal affirmação concluindo: «essa influencia não se póde chamar benefica, força é confessal-o, foi a do desalento e tendencias pessimistas que communicava á mocidade que lia os seus escriptos, pela sua descrença nos homens, e pela desconfiança que lhe incutia de que o paiz caminhava para a decadencia.» (Pag. 194.) Esse pessimismo provinha de um despeito pessoal. Pelo contrario, de Garrett concluiu a critica europêa no fim de um seculo:

«Ce poète patriotique est comme une synthese de la vie nouvelle de son peuple. Que n'a-t-il pas entrepris pour donner la vie à un peuple mort! Il a tout essayé. Son génie est d'une étonnante flexibilité.» [1]

Wagner considerava que para bem apreciar a obra de um artista é preciso amal-o pessoalmente, comprehendendo a sua vida. Faltou-nos este criterio; Gomes de Amorim, que acompanhara Garrett na intimidade e o observou em grandes transes da sua vida, determinou publicar em 1881 as *Memorias biographicas de Garrett*, não para appresentar a evolução do seu genio esthetico, mas para dissolver as lendas deprimentes e deixar em evidencia a pureza e validez d'aquelle caracter. Confessa Amorim, que: «consumiu metade da sua vida em indagações as mais minuciosas e adquiriu provas irrecusaveis de que o seu biographado jámais praticou a menor baixeza.» *(Mem.*, III, 385, not.) [2] Tendo-o

---

[1] Arturo Farinelli, *D'Almeida Garrett*, p. 6.

[2] A' falta de Rebello da Silva e de Alexandre Herculano para escreverem uma obra fundamental sobre Garrett, appareceu o trabalho de Gomes de Amorim intitulado *Memorias biographicas de Garrett*, em trez grossos volumes em 8.º grande. Gomes de Amorim, abandonando a sua profissão de chapelleiro, dedicou-se á litteratura, consagrando uma amisade profunda a Garrett, que o accolhera com generosidade e o relacionara com os litteratos do seu meio. Amorim foi para Garrett como aquelle amoravel servo que moía as tintas a Miguel Angelo e lhe lavava os pinceis. Como nasceu o livro das *Memorias?* Por uma circumstancia fortuita. Pediram da Allemanha a Garrett uns apontamentos biographicos para uma Encyclopedia, em 1852;

acompanhado até no desalinho domestico, Amorim desmente essa lenda dos postiços: «Calumniaram-o tambem quando disseram que todo elle era estôfos; nada tinha de emprestimo...» (*Mem.*, I, 213.) A persistencia d'esta lenda depressiva é explicavel; em uma série de Notas diarias de Alfred de Vigny, encontramos: «Tenho considerado, que se tem o caracter de uma das edades da vida. Conserva-se sempre. Tal homem como Voltaire parece ter sido sempre velho; tal como Alcibiades, sempre creança.—E' tambem por isso, que um dado escriptor enthuziasma os homens d'essa mesma edade em que elle parece estacionado.» E' o que se dá com Garrett; diante do *elegante* da epoca da Restauração desappareceu o iniciador das refórmas admi-

---

Garrett encarregou d'isso o seu dedicado Gomes de Amorim, dando-lhe um contôrno das epocas da sua vida, por onde se poderia orientar. N'esta situação Gomes de Amorim, com sinceridade inconsciente submetteu Garrett a um questionario impertinente, que levou o escriptor a dizer-lhe: «Você é secante com essas *perguntinhas;* faz uma obra que ninguem lê.» E' verdadeiramente a synthese do livro. Amorim folheou todo o archivo dos papeis de Garrett, percorreu os Archivos dos Ministerios do reino e estrangeiros, o da Torre do Tombo, não chegando Garrett a vêr os apontamentos biographicos; só passados vinte e seis annos é que appareceu á luz o primeiro volume das *Memorias!* O inquerito foi terrivel, e tanto que Amorim se malquistou com os parentes de Garrett, por causa dos fumos da nobreza, e com a filha e genro do poeta, por causa das revelações ácerca de Adelaide Deville. Do tremendo exame Garrett sahiu immune; não se lhe descobriu uma mancha na vida. E' o unico resultado a que se chega, mas capitalissimo. Quanto ao mais, tiradas

nistrativas e judiciaes, collaborador de Mousinho da Silveira na remodelação da sociedade portugueza, apagou-se o fundador do Conservatorio da Arte dramatica e do Theatro portuguez, o creador de uma lei fundamental de Instrucção publica, o orador inegualavel inspirado da ideia da Soberania nacional, o que achou a Tradição poetica de Portugal, o instituidor que redigiu a Constituição de 1838, e o Acto Addicional de 1851. Tudo se apagou ficando em fóco essa distincção do trajo e das maneiras, que eram apenas reflexo do seu temperamento artistico e não uma simulação aristocratica. [1] Era isto conse-

---

aos tres volumes as paginas de transcripções de documentos officiaes, relatorios e discursos, fica um residúo de pouco mais de duzentas paginas biographicas, a que falta a exposição da evolução litteraria do Romantismo e a critica das Obras de Garrett, e uma ausencia completa de comprehensão politica sobre as origens da Revolução de Septembro, de que Garrett foi o espirito dirigente. Amorim era sincero na sua inconsciencia, dedicando as *Memorias de Garrett* a D. Fernando de Coburgo, que detestava o Septembrismo, e fez um trabalho digno de ser *premiado* pela Academia das Sciencias, e subsidiado pelos ministerios, por portaria para a compra de 600 exemplares dos trez volumes, isto é, um trabalho anodymo para esses argus da pedantocracia liberal, que detestam as revelações da historia e da consciencia nacional. As *Memorias de Garrett*, pelo seu estylo chôcho, e falta de comprehensão historica contrastam com o genio ironico, apaixonado e synthetico do escriptor que pezadamente glorifica.

[1] O retrato de Garrett, feito pelo Dr. José de Arriaga na *Historia da Revolução de Septembro*, é esboçado com todas as côres falsas das lendas malevolas

quencia de uma depressão social que se estava passando; porque o desdem por Garrett

---

dos seus inimigos politicos e das mediocridades litterarias que o detestavam pela supremacia da sua individualidade. Personificando em Garrett o grupo dos Constituintes de 1837, escreve este acervo de traços de um typo grotesco, que o testemunho de contemporaneos que o trataram de perto desmentem:

«Um genio com vaidades e fraquezas femininas e de *dandy* das salas; passava horas inteiras ao *toilette*. Depois de velho usava chinó e pernas postiças, para se tornar mais joven e elegante. Pela elegancia Garrett tudo sacrificava. Se fôsse elegante ser-se democrata era democrata; se fôsse elegante ser-se aristocrata era aristocrata; se era moda ser-se setembrista fazia-se setembrista; e se a moda variava fazia-se cartista. O que elle queria era ser admirado pelo bello sexo e pelo publico, pelo povo e pela aristocracia, nas ruas e nos salões. — As honras e grandezas fascinavam-o, bem como o brilho e esplendor da côrte e dos salões da alta aristocracia, embora muito tempo apparentasse o contrario. Por fim deitou a viseira abaixo e fez-se visconde, para hombrear com a nobreza e ter entrada no paço, como fidalgo e com farda vistosa, que chamasse a attenção das damas da côrte.

«Garrett encommodava-se com o desprezo do paço e da alta sociedade elegante; e desejou ter ahi ingresso, para o admirarem. O ser-se do povo ou da canalha não era chic, elegante, da sociedade fina e dos enamorados das salas; mas Garrett essencialmente vaidoso, encommodava-se por outro lado, com o não ser tambem admirado das massas, ou do povo. Elle desejou ser um popular elegante, a seu feitio, e que mais parecesse com um fidalgo — Triumphou a Revolução em Portugal; Garrett, para ganhar popularidade, tornou-se ardente paladino d'ella, um revolucionario ás direitas. Foi eleito deputado; e como era moda e chic advogar-se a politica de generosidades, de conciliação da familia portugueza, da união de todos os partidos e de outros termos ôcos e pomposos, Garrett fez-se defensor d'essa politica. — Aproveitou a occasião feliz; e abraçou com enthuziasmo a politica de Passos Manoel, ou a politica

estendeu-se á filha, recommendada em todos os discursos e glorificações litterarias para

---

do centro esquerdo. — Vaidoso, versatil, de consciencia facil e dobre, ambicioso de fama, de nome e de grandeza, sem caracter e probidade, politico de especulações baixas, tal é este vulto da historia contemporanea de Portugal, — orador de primeira plana, este grande vulto decidiu da sorte da Revolução de Septembro pela influencia que exerceu no congresso constituinte ou na maioria.

« Era difficil resistir aos seus brilhantes discursos, que faziam sensação tanto dentro como fóra do parlamento. — A falsa politica do centro esquerdo está pois bem representada na figura postiça d'este postiço democrata ou defensor do povo.» *(Op. cit.*, t. II, p. 271 a 273.)

No livro do Dr. Antonio Claro *O Pelourinho* — Critica da nossa historia politica, (p. 230) encontra-se o ecco d'esta animadversão infundada: « Foi um politico destituido de firmeza de caracter. Ambicioso, nunca se importou da coherencia, achando-a impropria para lhe satisfazer a vaidade, um dos seus attributos mais caracteristicos.» E' uma glosa das affirmações que o Dr. José de Arriaga extrahiu das polemicas do jornalismo contemporaneo; vê-se que não lêram a obra de Gomes de Amorim; bem lhe dissera Garrett: — Vossê faz uma cousa que ninguem lê. — Continuando a mesma lenda depressiva, representou-se em 1904 o drama do Dr. Julio Dantas *Um Serão nas Laranjeiras*, contra o qual protestou em Carta aberta Paulino de Oliveira, por vêr ahi Garrett: « esse maximo artista da palavra e da graça portugueza, vêl-o assim caricaturado d'aquella fórma, dizendo baboseiras reles em phrases de espirito — elle o gracil e subtilissimo espirito! — dirigindo insolencias em estylo de cocheiro, a uma velha morgada pretenciosa — elle que não seria capaz de injuriar assim uma mulher, fôsse ella qual fôsse! — acamaradando-se com estouvadinhos ultra-imbecis e archipulhas e com marafonas titulares, que se entretinham a devassar-lhe *collectivamente* a alcôva para motejar do seu espartilho e roubar-lhe os frascos da essencia...» *(Mundo*, n.º 1332, de 4-VI-904.)

ser adoptada pela nação. Não houve uma voz no parlamento que pedisse uma pensão para aquella espoliada creança. [1]

Contra a affirmativa de Antonio de Serpa, no livro *Alexandre Herculano e o seu tempo*, escreveu timidamente Amorim *(Mem.*, III, 473): «Alguns escriptores, aliás dignos de estima pelo seu talento, escrevendo ácerca de Herculano, têm dito d'elle o que só se póde dizer de Garrett. Affirmar, como se lê n'um livro recente, que entre Camões e Herculano não houve mais ninguem em Portugal que a esses dois possa comparar-se, é sacrificar a verdade e a justiça á admiração inconsciente.» Amorim não fundamenta a sua negativa, sendo aliás verdadeira a conclusão: «Herculano em parallelo com Camões é simplesmente

---

[1] D Luisa Midosi exigiu a sua meação, para o que se fez inventario e partilha judicial; competindo á filha de Garrett apenas um legado nas forças da terça. Por morte de D. Jeronyma Deville, tambem uma tia materna a quiz excluir da herança da avó.

Em uma carta de D. João da Camara para a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, descrevendo as festas em honra de Garrett no Porto, consigna algumas recordações pessoaes de D. Maria Adelaide Garrett, que de perto conhecera:

«Com que respeitoso culto a filha fallava do estremecido pae, que lhe dedicou seus mais lindos versos, e que lhe contava historias intimas, e as horas que elle passou n'aquellas grades das Salesias, e o que lhe dizia e os conselhos que lhe dava.

«E a voz d'ella, que encantara o pae com seu balbuciar de creança, encantava-me agora com essas historias d'elle! Que luminoso ella o tornava!...

«*Mimi Garrett* lhe chamavam todos; a Mimi. E, apezar de seus cabellos já quasi todos brancos, de sua figurinha um pouco dobrada antes de tempo por uma

absurdo.» E porque? O homem que negou a existencia da *raça* lusitana, e que no *territorio* portuguez tambem negou as condições para radicar-se a *nacionalidade*, considerando esta um producto accidental das luctas separatistas dos Estados peninsulares no seculo XII; e que ao mesmo tempo, ao escrever a *Historia de Portugal* nos seus primeiros tres seculos, declara que não escreveu essa obra para a nação, mas para um principe que pessoalmente estimava, — este homem não possuiu as qualidades para, como Camões, synthetisar uma epoca. Pelo contrario, Camões e Garrett estão a par «como as duas almas que tiveram mais profundo o *sentimento da*

---

pertinaz doença, ficava-lhe bem o nome, tão meigo era o seu fallar, tão infantil a sua alegria, tão doce o conchêgo que a todos offerecia a sua casa.

«Casada com o Dr. Carlos Guimarães, medico do partido d'aquella camara, entre as sombras frescas da formosissima Cintra levou toda a sua mocidade, envelheceu suavemente, exhalou seu ultimo suspiro.

«A Mimi raras vezes sahia. Lá estava sentada na grande poltrona, na salinha do segundo andar, rodeada de livros, que o marido lia primeiro, porque se offendia todo o seu pudor de senhora e de artista com uma scena escabrosa, uma palavra mal soante. —

«Novos ataques da doença de que sempre soffrêra, lhe pozeram termo á vida.

«A respiração não se fazia sem um esforço de vontade, o que lhe impossibilitava o somno. A vigilia constante alterou-lhe as faculdades; perdeu a memoria, foi pouco a pouco perdendo a rasão que tão luminosa brilhara. Ainda ás vezes queria lêr, e chegando ao fim da pagina, dizia tristemente: Não percebo! Não percebo! — E sempre boa, e sempre santa, com tanto martyrio, não se queixava. E assim morreu.» (Ap. *Conimbricense*, n.º 5730 e 5731.)

raça, e que mais soffreram as catastrophes da *nacionalidade* portugueza. Camões era odiado pelos que serviam o partido de Castella, e que estavam preparando a entrega de Portugal a Philippe II; pelo seu lado, Garrett sustentando o principio da *Soberania nacional* proclamado pela Revolução de Septembro de 1836, era calumniado e perseguido pelos partidarios da Carta outorgada, e dos que tramavam as intervenções armadas estrangeiras contra a liberdade das instituições.» [1]

O movimento a favor de Garrett, dandolhe a resurreição pela *sympathia nacional*, interessando pela sua vida e por ella interpretando a sua obra, começou em 1880. A temerosa corrente de *desnacionalisação*, que arrastou Portugal ao extremo grão de decadencia, a ponto de o considerarem uma nação morta, foi subitamente atacada pelo *Centenario de Camões;* a unanimidade de todas as almas diante d'esse jubileu tres vezes secular, era a emoção de um sentimento patriotico, a que sómente se mostrou contraria a oligarchia do governo e a dynastia da outorga, que na *desnacionalisação* cimentam o seu poder. Entre as manifestações da apotheose a Camões, que pela sua Epopêa eterna tornou rediviva a Nacionalidade portugueza, foi uma das mais significativas a reedição do *Camões* de Garrett, esse poema inspirado pelo desterro e sob as ruinas da liberdade portugueza. Camillo Castello Branco publicando o poema

---

[1] Prefacio ao Estudo *O Frei Luiz de Sousa de Garrett.*

de Garrett em 1880: *Dedicado ao Centenario de Camões*, teve a genial intuição que identificava no mesmo impulso nacionalista aquelles dois soberanos poetas, que synthetisavam duas épocas, uma que se afundava no cativeiro, e outra que resurgia do absolutismo bragantino. A contrafacção da edição camilliana no Brasil em 1880, nas festas do Centenario, fôra uma identica vibração do mesmo espirito que procura fortificar-se pelo nacionalismo. A paixão pelas obras de Garrett, pela glorificação da sua memoria nasceu d'esta synthese affectiva. [1] Todas as phrases eloquentes que fôram proferidas ou escriptas por occasião da morte de Garrett, uniram sempre a sua missão poetica com a de Camões, na expressão do sentimento da nacionalidade portugueza. Repetiram-no os maiores escriptores seus contemporaneos sem se plagiarem, nem cahirem na banalidade rhetorica; é porque n'esse parallelismo existia uma fulgurante verdade. Para a critica européa

---

[1] Foi em 1881, que Gomes de Amorim publicou o 1.º tomo das *Memorias biographicas de Garrett;* esse abalo nacional é que o levou a trazer a lume as compilações ineditas desde 1852, verdadeiramente illegiveis para o vulgo pelas suas extremas minucias e digressões pessoaes. Por isto se vê a irracionalidade d'esta affirmativa: «Em 1881 sahiu á luz da publicidade o primeiro tomo das *Memorias biographicas de Garrett* por Francisco Gomes de Amorim, e desde então começou a exercer-se uma certa reacção benefica, que se tem ido accentuando e que hoje se manifesta tão fervorosa e sympathica n'um brilhante despertar da consciencia nacional.» (*Festas garretianas. Diario de Noticias*, 29 de Maio de 1902. N.º 13.107.)

Garrett representava toda a litteratura portugueza moderna, como Camões toda a gloriosa época da Renascença. E n'este esforço para impedir a corrente da *desnacionalisação*, logicamente se fôram conjugando as emoções patrioticas para se integrarem na celebração do *Centenario de Garrett* em 1899. Numerosas fôram as manifestações que nos centros mais cultos de Portugal e em algumas capitaes europêas constituiram a festa secular da incorporação de Garrett na phalange dos espiritos primaciaes. Em sessão publica, na noite de 4 de Fevereiro, na Academia real das Sciencias, fizemos uma conferencia durante duas horas e meia, em que pela primeira vez foi apresentado um julgamento synthetico sobre Garrett explicando a obra pela época e pela sua vida. [1]

De certo que este julgamento não podia ser comprehendido nem formulado pelos homens que o acompanharam nas suas tres emigrações, pelos que se sentaram junto d'elle nas bancadas do parlamento, pelos que collaboraram com elle nos jornaes e nos gabinetes, pelos que rivalisaram com elle em elegancia e galanteria com as mulheres. Todos o viram em um momento transitorio da sua existencia e não na integralidade e unidade da sua vida. Disseram d'elle phrases amaveis, laudatorias, exaltaram o litterato, e agrupa-

---

1 Noticiando o facto, lê-se no *Seculo:* «Entre todas as commemorações do Centenario garrettiano, que hontem se celebraram, cabe sem duvida o primeiro logar, o logar de honra, á que se realisou na Academia real das Sciencias.» (N.º 613.)

ram-o com outros litteratos como se todos fôssem da mesma craveira; mas não ha n'isto que condemnar; faltava-lhes aquella visão que só dá a altura de um seculo. O seculo XIX está em Portugal completamente representado por Garrett, porque desde a sua morte em 1854 até hoje ficámos pisando o mesmo terreno: mantêm-se o regimen da Carta constitucional outorgada pela qual elle se bateu, fabrica-se uma litteratura sem pensamento philosophico com preoccupações de estylo em vez de intuito social. Os que implantaram o regimen parlamentar da *transição ingleza* soffreram o terror das fôrcas, os carceres e os confiscos, as emigrações e os cêrcos, para outros o explorarem, mantendo este povo sob a pressão dos crédores estrangeiros. A renovação litteraria que se dirigia á elevação da consciencia nacional degenerou em uma effervescencia jornalistica, em que todas as lantejoulas do estylo se empregam para desnortearem a opinião publica e assaltarem o poder exercido na irresponsabilidade. N'este fim de seculo e momento historico, o exame da vida de Garrett, intimamente ligada á vida da nação portugueza, tem a opportunidade de nos ensinar a ser homem; o seu Centenario é mais do que uma glorificação para elle, — uma lição para nós.

Assistimos n'este fim de seculo ao phenomeno das consagrações centenarias das altas individualidades e dos grandes acontecimentos. E' um symptoma de que se está passando na consciencia humana uma orientação que a leva a examinar o percurso social e a glorificar aquelles que impulsionaram esse estadio

progressivo. Desde 1842, que Augusto Comte, em uma carta a Stuart Mill, notava esta tendencia das commemorações humanas, que hoje se converte em costume entre as nações da Europa. Espontaneamente se vão organisando as commemorações dos que serviram a causa da humanidade em vez d'essas estereis santificações do calendario religioso dos que se confinaram no egoismo da sua bemaventurança pessoal. Estabelecendo assim a harmonia dos sentimentos, tão necessaria como a unanimidade dos pensamentos, estas manifestações da *sympathia social* suscitam a creação esthetica das festas publicas, de que o mundo antigo era tão rico e tão poetico, emquanto nós os modernos, com os nossos arraiaes e paradas sômos tão banaes e arrefecidos.

Não basta o procurar datas na vida dos grandes homens ou de gloriosos acontecimentos em um cyclo centenal; é preciso que n'esse percurso se defina um pensamento fecundo ou uma aspiração da sociedade. Foi isto o que deu ao Centenario de Camões a vibração profunda no organismo da nação portugueza: a Epopêa de Camões ficára o imperecivel alento, o *ultimum moriens* de uma nacionalidade que acabava. Garrett, tantas vezes posto em parallelo com Camões, na sua vida e na sua obra, foi proclamado em 1849, dois annos depois da affrontosa intervenção armada estrangeira, *uma nacionalidade que resuscita*. Podemos confirmal-o ao terminar do seculo. E' dentro de um seculo que se observa com segurança a evolução de um facto social; n'esse quadro é que se aprecia com cla-

reza e justiça a acção das individualidades. De todos os homens modernos, é Garrett o que mais caracteristicamente representa o seculo XIX em Portugal, em todas as transformações da nossa sociedade e da nossa mentalidade; é um dos luctadores mais convictos da liberdade politica, nos esforços activos e doutrinarios para a implantação e contra a sophismação do regimen constitucional representativo; é elle que esboça as novas fórmas de uma litteratura, desenvolvendo-a sobre os themas *tradicionaes* de uma nação que ignorava as suas riquezas poeticas. Não saberá apreciar com verdade e altura, quem se contente com phrases de admiração pelos versos inspirados de Garrett, sobre o purismo do seu estylo na prosa, sobre a verdade das paixões nos seus dramas. Todas estas qualidades receberam o maximo relêvo no quadro social do meio seculo em que viveu e em que foi um vigoroso elemento de transformação, e um unificador das almas pelo sentimento de patria. Os seus contemporaneos não reconheceram nitidamente a sua acção social, tão grande como a litteraria, porque estavam deslumbrados pelos marechaes do constitucionalismo e por ministros audazes ou habeis mas sem pensamento de governo. Chamaram-lhe Poeta, cobrindo o desdem com a admiração; e Garrett viu-se forçado a definir-lhes o que era ser poeta, patenteando assim a consciencia luminosa da sua missão social, dando apoio moral a uma sociedade que se achava envolvida na revolução moderna, receiosa do futuro e para a qual o passado era uma pavorosa ruina. Acabaram os frades, os capi-

tães-móres e outras velhas fórmas do regimen catholico-feudal, e ficava um vacuo que a Carta outorgada não podia encher. Garrett teve o dom de comprehender e satisfazer essa necessidade moral, dando ao sentimento portuguez idealisações estheticas que o alentassem: deu-lhe por objectivo uma patria, não embrutecida pela religião nem ludibriada pela monarchia; deu-lhe por expressão uma linguagem vernacula, que era tambem uma raiz vivificante da nacionalidade, mostrando a espontaneidade na prosa, a sonoridade no verso, e a máscula pujança na eloquencia com que sustentou a dignidade de Portugal. O pedestal da estatua de Garrett é todo a época do regimen constitucional-parlamentar; a outros competiu o throno de pinho forrado de velludo, que lhes dá logar nos annaes, a elle o throno da sympathia social, porque dando fórma ao pensamento de uma época, foi a voz de um povo.

A cidade do Porto, que nunca confiou o mandato legislativo a este inclyto filho que a honrou sempre, deixou passar esse enthuziasmo momentaneo de 1854, quando, dias depois do seu falecimento, alguns admiradores trataram de lhe erigir um monumento. Depois do centenario do poeta, appareceu de novo a lembrança d'aquella divida — uma estatua a Garrett; em 17 de fevereiro de 1899 convocou a direcção do Atheneu Commercial do Porto uma reunião, para se tratar do monumento a Garrett, sendo ahi eleita a commissão executiva, a qual por meio de subscripção publica, espectaculos e convites a varias corporações e municipalidades, obteve a quan-

tia de 2.462$255 reis. Todo o enthuziasmo foi logo abafado pelo terror da peste bubonica «fazendo tambem com que a Camara municipal do Porto, forçada a despezas extraordinarias, e absorvida toda a sua attenção em preoccupações gravissimas não podesse cumprir, no praso por ella mesma marcado, o seu patriotico e nobre compromisso para com a memoria gloriosa do visconde de Almeida Garrett.» (Extr. do Relatorio de 1899, p. 25.) Em 7 de Janeiro de 1901, a commissão executiva lançava um manifesto, affiançando: «Garrett deve e hade ter monumento condigno da sua grande obra, como revindicador, que foi, dos direitos do povo, como audaz e temido tribuno, ardente e dedicado defensor das mais puras ideias liberaes, como soldado voluntario e patriotico da liberdade, como poeta de immortaes poemas, como reformador de uma Litteratura decadente, fazendo resurgir e fundando em formosissimas bases o novo Theatro portuguez.

«O bronze tão rijo e duradouro como são as virtudes portuenses, hade bem traduzir o alto pensar e sentir da cidade, que nunca regateou justiça, nem louvores, nem deixou no esquecimento aquelles que a tem ennobrecido...»

N'este documento, convidava a contribuirem com productos industriaes e artisticos para um Bazar-Exposição na primavera, no Palacio de Cristal. Em Lisboa constituiu-se em 24 de fevereiro de 1901 uma sub-commissão, que em circular subscripta pelos principaes nomes da sciencia, litteratura, politica, jornalismo, dizia: «Lisboa, a patria adoptiva

de Garrett, porque aqui teve os seus triumphos litterarios e parlamentares, pois que exhalou aqui o seu ultimo alento, e aqui está o deposito sagrado dos seus restos, Lisboa não podia ficar indifferente, nem extranha ao comêço da sua apotheose; e emquanto não lhe paga a divida inaddiavel da sua trasladação para o Pantheon de Belem, (concepção de Garrett) cumpre-lhe cooperar n'esta louvavel iniciativa do Porto.» [1]

Em 1902 se organisou no Porto um festival e kermesse para custear as despezas do monumento. Coincidiram essas festas com as do tricentenario da fundação do Theatro portuguez por Gil Vicente em 1502, que se celebravam ruidosamente em Lisboa. GIL VICENTE e GARRETT synthetisavam uma mesma elevação social; um creara o theatro como orgão da opinião publica para uma burguezia preponderante, o outro restaurara o theatro para um regimen politico da livre expressão do pensamento; ambos se inspiraram na tradição nacional. Na creação do Theatro portuguez por Gil Vicente observa-se um phenomeno revelador da alta intuição esthetica que o levou a achar os germens tradicionaes que evolucionam com fórma artistica nas litteraturas. Na tragicomedia intitulada *Triumpho do Inverno*, dramatisa o costume popular da expulsão do Inverno allegorisado na *Velha* que é obrigada a passar a *serra*, personificada no typo de Brazia Caiada; approximou-se espontaneamente dos vestigios poeticos da conce-

---

1 Coube-nos a honra de redigir esse appêllo.

pção mythica do Solsticio hibernal, que fôra celebrado pittorescamente nos povos da Europa em Canções bailadas, Bafôrdos, Paradas ou Exodios, Cavalhadas e Soiças, que vieram a misturar-se aos actos liturgicos, como se vê na transformação da Epiphania no typo da *Befana*, ou a *Velha* perseguida no divertimento popular da Italia. Como complemento d'esta concepção, a que se ligam os costumes pittorescos da festa do Maio, promettera Gil Vicente representar uma outra tragicomedia sobre o *Triumpho do Verão*, que não chegou a compôr, mas que existia em esbôço na procissão do Corpo de Deus, com o Cavalleiro e o Drago. O thema completo apparece em rudimentos litterarios medievaes, como o *Débat de l'Hiver et de l'Été*. O que interessa é tirar a lição implicita n'esta elaboração tradicional; a obra litteraria ou artistica deriva organicamente das concepções mythicas primitivas conservadas nos costumes e tradições populares, elevando-se pela elaboração individual á perfeição esthetica. Dada esta evolução natural, o desenvolvimento dos rudimentos litterarios conduzem harmonicamente para a perfeição summa pela relação entre o thema anonymo da collectividade e a fórma individual. E' por isso que a litteratura grega permanece como um assombro modelar, classico, porque n'ella este accordo entre os elementos tradicionaes anonymos e as obras primas individuaes são a plena expressão do bello.

E' assim que o poeta communica com a multidão, e que mutuamente se fecundam; eis a synthese affectiva. Nas épocas de espi-

rito critico, achando-se quasi obliterados os mythos e por vezes apagados os costumes, não é possivel derivar a obra artistica immediatamente do germen tradicional; n'este caso os poetas, que avançam da phase *pessoal* para a *universalista* ou humana, appropriam-se syntheticamente d'esses germens fecundos como Symbolos.

Assim fez Garrett, quando ao crear a Litteratura dramatica se inspirou na missão e no theatro de Gil Vicente, idealisando um formoso drama historico. A Canção dialogada, germen morphologico do Drama, appareceu-lhe já no rudimento litterario do Auto vicentino; e o proprio Gil Vicente torna-se o symbolo do inicio d'esta fórma de arte, entretecendo em volta da sua vida a acção com que exemplifica o Drama moderno.

Garrett na sua investigação dos Cantos populares portuguezes, que colligiu no *Romanceiro* publicado em 1851, chega no exame das fórmas do *Soláo*, da *Xácara* e do *Romance* á comprehensão das tres modalidades da Canção do povo, a cantada, a recitada e a bailada; e com intuição genial considerava o *Soláo* mais lyrico, a *Xácara* mais dramatica, o *Romance* mais narrativo.

Quando se analysa a evolução das Litteraturas modernas, determinam-se as relações das suas fórmas artisticas com os germens tradicionaes e populares que nos vieram da Edade média. Do typo syncretico da Canção lyrica, narrativa e choregica, derivam as creações estheticas do Lyrismo subjectivo, da Epopêa heroica e do Drama de caracter, que se elevaram á perfeição extrema na elabora-

ção dos rudimentos que acompanharam o desenvolvimento escripto das linguas romanisadas. Reconhecidas estas bases pela critica, é vivamente interessante observar como os genios estheticos, vencendo as correntes do gosto dominante, como a do Humanismo na Renascença ou a do Arcadismo do seculo XVIII, se libertam das imitações de um cultismo academico, approximando-se das fontes tradicionaes em que revivificaram a sua inspiração.

Observa-se em Garrett este phenomeno, em que o seu espirito se transfigura. Nascido sob o influxo depressor do mais auctoritario arcadismo, manifestou-se nas fórmas lyricas estreme philintista, reproduzindo no drama as normas da Tragedia philosophica do seculo XVIII. Que poder lhe influiria a libertação do sentimento? Que ideal o tornaria o renovador de uma Litteratura, dando apoio ás almas em uma crise de instabilidade na transição do regimen absolutista para o constitucionalismo liberal?

A *tradição nacional* simplesmente, a tradição acordada na sua alma pela saudade da Patria nos tempos da emigração. Desde logo a sua inspiração tornou-se mais vibrante e communicativa. A Canção narrativa, que se lhe manifestara na sua belleza no *Romanceiro*, em que trabalhou sempre, condul-o á fórma artistica da Ballada na *Adosinda*, ao poema da *Dona Branca*, elevando-se depois á idealisação de *Camões* como Symbolo consciente da Nacionalidade.

Na evolução da fórma dramatica, em que a tradição nacional vivifica a acção historica, como no *Alfageme de Santarem*, chega á iden-

tificação da synthese poetica com a synthese philosophica, inspirando-se do ideal humano, realisando a belleza do universalismo.

Por fim, a paixão amorosa no seu ultimo lampejo da edade empolga-o, e procurando exprimir a intensidade da emoção no Lyrismo subjectivo, approxima-se por uma intuição genial da Cantiga do povo, apodera-se d'essa tonalidade viva, simples e profunda, e cria nas *Folhas cahidas* a fórma bella e incomparavel do lyrismo moderno. São estas as veredas que os genios primaciaes nos abrem, mas só por ellas avançam os que têm a inspiração consciente. Baudelaire formulou este principio: «Todos os grandes poetas tornam-se naturalmente, fatalmente criticos. Tenho pena dos poetas que se guiam só pelo instincto, creio que são incompletos.» Esta consciencia critica põe Garrett acima dos maiores do seu tempo, ficando sempre actual.

Inaugurou-se em Lisboa, em 4 de Fevereiro de 1902, a *Sociedade litteraria Almeida Garrett*, em sessão publica e solemne effectuada na Sociedade de Geographia. Realisava-se o pensamento appresentado quarenta e oito annos antes, no Porto. Na assembleia que se reuniu no Porto em 25 de Dezembro de 1854 para se tratar da elevação de um monumento a Garrett, o professor Luiz Antonio Pereira da Silva formulou a seguinte proposta, que foi unanimemente approvada:

«Proponho, que além de qualquer outro monumento, e tambem como monumento á memoria do eximio benemerito litterato João Baptista d'Almeida Garrett, seja aqui fundada desde já, uma Sociedade promotora dos

estudos historicos, estatisticos e litterarios, que se denominará *Sociedade garrettiana do Porto.*

«Porto, 25 de Dezembro de 1854.»

A corrente deleteria que fez arrefecer no Porto o fervor da apotheose a Garrett, nem mesmo deixou iniciar esse modesto agrupamento de estudos; passado quasi meio seculo, quando a atmosphera de hostilidade se transformara em indifferença, pôde refulgir o mesmo pensamento. Tivemos a honra de proferir a oração inaugural da *Sociedade litteraria Almeida Garrett;* no ecco apagado d'essas palavras, transcreveu um jornal estas phrases: «A corrente da glorificação a Garrett, manifestada no Porto e em Lisboa, é uma chamada ao sentimento nacional. Devemos-lhe esta glorificação, não só pelo encanto da sua palavra e da sua obra, mas por que n'elle vivemos e n'elle sômos. Garrett tambem teve o grande pensamento do *Pantheon nacional;* porém ainda lá não entrou. Esta Sociedade, centro glorificador dos grandes homens, conjugará por certo todas as boas vontades, moverá todas as influencias para tornar effectiva essa aspiração.» [1] E em um diario de grande publicidade, dando conta da inauguração: «Falla ainda da sua vida intima, dos odios e invejas que o perseguiram, que tentaram macular-lhe o nome, e de que a sua alma genial e bondosa ficou para sempre

[1] *Vanguarda*, de 5 de Fevereiro de 1902. (N.º 3839.)

incolume. Cita as suas ideias de estadista, pugnando pela Instrucção publica e por um Pantheon nacional. Acha indispensavel que os seus restos sejam removidos para os Jeronymos, e termina elogiando a ideia de formar-se uma Associação litteraria com o nome de Garrett.» [1] Nas bases da *Sociedade litteraria Almeida Garrett*, que ahi foram lidas, era a primeira o levar a effeito uma edição popular das obras do immortal escriptor; [2] e além de uma bibliotheca garrettiana, realisar conferencias e prelecções litterarias e artisticas. [3] Constituindo-se no momento do maior fervor das representações dos Municipios e gremios litterarios para que se trasladassem os restos mortaes de Garrett para o Pantheon nacional, a nova sociedade poz-se ao serviço d'essa generosa corrente.

Perto de meio seculo jazeu Garrett em um tumulo de emprestimo no cemiterio dos Prazeres, apenas differenciada a sua ossada por um simples cartão com o nome pregado nas tabuas do ataúde. Ninguem se lembrou de cumprir a sua vontade. No jazigo n.º 134 do cemiterio do Alto de S. João lê-se em uma das faces:

«NUNO, JOÃO e ADELAIDE. A sua mãe e

---

1 *Diario de Noticias*, n.º 12996. (Anno XXXVIII.)

2 Realisámos este empenho na edição de 28 volumes in-8.º pequeno *Obras completas de Almeida Garrett* em 1904. Lisboa, Empreza da Historia de Portugal.

3 Servimos esta ideia nas Conferencias sobre Garrett na Academia das Sciencias (sessão publica), no Atheneu Commercial, e Academia de Estudos livres.

a seus dois irmãos poz este monumento D. Maria Adelaide de Almeida Garrett.

«*Roga-lhe seu pae que o faça enterrar aqui, quando Deus chamar á sua presença.* 1843.»

O dr. Paulo Midosi em um estudo critico de 1878 *Os ensaios do Catão*, accrescenta a esta indicação: «Ha uma carta de Garrett de 2 de Junho de 1843, na qual entre outras cousas diz:

«E... a *minha vontade inalteravel e o meu ardente desejo é que as minhas cinzas alli sejam postas.*» [1]

Este pedido era dirigido á familia, á qual competia cumpril-o; não lhe attenderam a inalteravel vontade, teve a prescripção de meio seculo. A nação comprehendeu um outro desejo seu, mais impessoal e alto: que o Mosteiro de Belem fôsse o Westminster portuguez, «verdadeiro PANTHEON, precioso relicario de tudo quanto fôsse gloria do nome portuguez; o *Poet's corner*—para desaggravar

---

[1] Refere-se á carta em que Garrett dava conta da trasladação das cinzas de Adelaide, a sua mãe D. Jeronyma Deville, do cemiterio dos Prazeres para o de S. João:

«*Lá ficou tambem logar para mim.*

«E espero e desejo que minha filha saiba, se eu não viver até lh'o poder dizer, que a minha vontade inalteravel e o meu ardente desejo é que as minhas cinzas alli sejam postas ao pé das de meus filhos e da minha Adelaide.» (Ap. *Mem.*, III, p. 71.) Por ventura os seus ultimos amores, que fôram uma apostasia do culto de Adelaide Deville, modificaram esta vontade inabalavel; talvez a filha assim o entendesse, desinteressando-se do pedido, sobretudo quando depois de 1854 surgiu a esposa legitima, D. Luiza Candida, reclamando em partilha judicial metade dos poucos bens que deixara Garrett, e que fôram ajudar a viver o Lettrillard.

os manes de Camões, para dar pouso honrado ás cinzas de antigos e modernos. —» Numerosos municipios portuguezes representaram ao parlamento para a trasladação de Garrett para o Pantheon de Belem. [1] Ainda a má vontade das regiões officiaes se mostrou indifferente, havendo já então quem se lembrava do pedido do poeta para evitar-lhe a apotheose; outros queriam que se demorasse a trasladação para ir de cambolhada com Castilho, fazendo as despezas de uma só festa. Como juridicamente a ultima vontade só obriga por testamento, o presidente de conselho de ministros, forçado a appresentar ao parlamento o decreto da trasladação, quiz vêr primeiro esse documento. Lê-se no *Seculo:* «Não ha tal disposição no seu testamento, que o snr. conselheiro Hintze Ribeiro *quiz vêr antes de fazer decretar a trasladação para os Jeronymos.*

«Não ha tal disposição, nem cousa que se pareça *ou se possa torcer de modo a parecel-o.* Nenhuma,... e *nem o snr. presidente do conselho faria lavrar o decreto, que o disse elle proprio,* se no testamento do poeta houvesse qualquer determinação sobre o local da sua sepultura.

---

[1] No seu opusculo *Pro Garrett*, em que Joaquim de Araujo publicou a representação de Penafiel ao parlamento, traz a enumeração das Cidades, Municipios e localidades, em numero de trinta e sete, com as colonias da India, Brasil e Paris, que pediram a trasladação do insigne Portuguez para o Pantheon nacional. (Genova, 1902, p. 11 a 14.)

«Viu que não havia; cumpriu honradamente a sua palavra...»

Não cumpriu. Porque no preambulo do decreto de 9 de Julho de 1902, que determina a trasladação dos restos mortaes de Garrett para o Pantheon dos Jeronymos, cala-se cavilosamente todas as mensagens dos Municipios ao parlamento, fundamentando o acto na *moção do convite ao governo* por um par seu amigo pessoal, ao mandar para a meza uma representação particular de uma associação incipiente. Cedendo á forte corrente nacional, que se manifestou em todo o paiz com a mais esplendida significação, o governo imprimiu á trasladação a mesquinhez da inintelligencia. [1]

Quando affluiam de toda a parte as representações para que se trasladassem os restos mortaes de Garrett para os Jeronymos, escrevemos: «Não admira que a glorificação de

---

[1] Eis o decreto para a trasladação de Garrett para o Pantheon dos Jeronymos; do *Diario do Governo:*

«Senhor:—Na sessão da camara dos dignos pares do reino, de 2 de maio ultimo, foi apresentada *uma moção convidando o governo a resolver*, que os restos mortaes do egregio visconde de Almeida Garrett sejam trasladados para o Pantheon dos Jeronymos; e que o dia, em que se realisar este acto solemne, seja considerado de festa nacional.

Esta moção, de todo o ponto conforme ao sentir nacional, como o attestam numerosas representações dirigidas ás camaras legislativas, não chegou a ser votada, considerando-se escusado que o fôsse, por isso que immediata e espontaneamente o governo assegurou, que a tomaria em consideração para ser prestado aquelle honroso tributo á inolvidavel memoria do grande cidadão, eximio poeta, abalisado litterato, eminente

Garrett carecesse da impassibilidade do julgamento de um seculo; toda essa gloria official dos grandes homens do constitucionalismo desvairava as attenções para a obra de um liberalismo sem raizes na consciencia da nação. E até certo ponto pezou sobre a missão social de Garrett um insistente desdem, por isso que a essencia da sua obra fôra levantar a nação pelo amor das tradições da boa terra portugueza. — Disse Garrett uma phrase bem caracteristica: A vida dos grandes homens é a historia das suas patrias. A sympathia social é que nos revela esta intima solidarieda-

---

orador e estadista, que foi João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett.

Os dotes singulares de intelligencia, que o distinguiram, a extraordinaria elevação do estro, a que antes d'elle nenhum poeta portuguez conseguira exaltar-se depois do grande epico, a que dedicou tamanho culto, a riqueza scientifica e litteraria das suas obras o tornam honra e gloria da nação.

Mas o visconde d'Almeida Garrett foi tambem um benemerito; o seu patriotismo e fervorosa dedicação á causa da liberdade, com risco de vida e ruina da sua fazenda, os relevantes serviços nos mais variados ramos da administração publica, na diplomacia e no parlamento, que tantas vezes deslumbrou com os fulgores da sua eloquencia e o poderoso influxo, que tão beneficamente exerceu nas lettras patrias, iniciando uma nova éra da poesia e creando o theatro moderno, o fazem crédor com larga usura do nosso respeito, reconhecimento e gratidão.

Não podia pois o governo deixar de affirmar immediata acquiescencia ao convite, e tanto mais que este lhe era feito com fundamento n'uma *representação da «Sociedade litteraria Almeida Garrett»*, em que ella expressamente declara não pretender *nenhum auxilio do estado nas despezas de trasladação*, que recla-

de, presentindo e antecipando mesmo os resultados da critica. Sómente traçando o quadro das modernas instituições portuguezas é que se vêem com nitidez os contôrnos da biographia de Garrett. E' a synthese de uma epoca em todo o seu esforço de renovação; é a expressão de uma raça ou de uma nacionalidade no que ella tem de mais intimo, de mais delicado e original.» [1] A sua obra é uma fronteira moral da nacionalidade.

---

ma em nome do reconhecimento publico, e que portanto não depende de auctorisação legislativa.

Ao magnanimo coração de vossa magestade e ao seu entranhado amor por todas as glorias patrias será sem duvida mui grata esta justissima homenagem a quem tanto engrandeceu o nome portuguez; e por isso com a maior e mais respeitosa satisfação tenho a honra de propôr á approvação de vossa magestade o seguinte projecto de decreto. Paço, em 9 de Julho de 1902. *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

Attendendo ao que me representou o presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino; e querendo manifestar por modo solemne o preito devido á memoria, por tantos motivos insigne, do visconde de Almeida Garrett; hei por bem determinar, que os seus restos mortaes sejam trasladados para a egreja de Santa Maria de Belem, no dia 3 de maio do proximo anno de 1903, e que por esta razão o mesmo dia se considere de festa nacional e grande gala para todos os effeitos do estylo.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e o faça executar Paço, em 9 de julho de 1902. Rei — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* »

[1] *Garrett no Pantheon*, pag. 5. Coimbra, 1900.

BIBLIOGRAPHIA GARRETTIANA

A) Edições avulsas — Obras completas — Traducções

—

1820

Hymno Patriotico. Porto, 1820. Na Typographia da Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos. 4 pag.

Oh Lusos, á gloria!
Que audaz patriotismo
Do vil despotismo
Só póde salvar.

1

Escravos os Lusos!
Os netos do Gama!
Tal nodoa na fama
Podeis supportar!

Oh Lusos á gloria!
Que audaz patriotismo
Do vil despotismo
Só póde salvar.

2

No seio da patria
Crueis oppressores
Mil ferros traidores
Souberão cravar.

Oh Lusos á gloria! etc.

3

Escravos os Lusos!
Escravo o seu Rei!
Sem patria, sem Lei
Grilhões arrastar.

Oh Lusos á gloria! etc.

4

Mil bençãos aos filhos
Do ousado Mavorte,
Que o p'rigo, que a morte
Não póde atterrar.

Oh Lusos á gloria! etc.

5

Renasce a virtude
Das cinzas do crime
Arrojo sublime
Nos faz triumphar.

Oh Lusos á gloria! etc.

6

O Deus que no Ourique
A Affonso bradou,
De novo jurou
De nos ajudar.

Oh Lusos á gloria! etc.

7

Já livres já somos,
Já patria já temos,
Alegres podemos
Victoria cantar.

Oh Lusos á gloria! etc. [1]

---

[1] «O exemplar que tive tinha esta dedicatoria á penna: Ao Ill.mo Snr. Dr. Rodrigues. O. A. J. B. S. L. A. G. No 3.º verso da quadra 3 a typographia, por erro, compuzera *sem Rei*, sendo esta ul-

1821

O Dia 24 de Agosto. Pelo cidadão J. B. L. A. Garrett. Anno I. Lisboa, 1821. Na Typ. Rollandiana. In-8.º de 53 pag.

E' um Discurso em prosa justificando a Revolução de 1820.

*

Collecção de Poesias recitadas na Sala dos Actos grandes da Universidade de Coimbra, nas noites de 21 a 22 de Novembro, em publica demonstração de regosijo pelo feliz resultado do dia 17... Coimbra, 1821. In-8.º de 59 p.

A ultima poesia é a de Garrett: começa: «Ergo tardia voz, mas ergo-a livre.» Não foi incorporada na *Lyrica de João Minimo* de 1829; apparece com muitas variantes na *Lyrica*, de 1853, pag. 147 com o titulo *Ao Corpo academico.* O primeiro texto foi reproduzido no *Conimbricense* de 14 de Agosto de 1874; e os dois textos estão reunidos nas edições de 1904.

*

No *Patriota*, de 1821, n.º 109, vem versos de Garrett ás Côrtes de 1821.

*

O Retrato de Venus. Poema. Coimbra, Imprensa da Universidade. Anno I (1821). 1 vol. in-8.º Termina em p. 94 o poema em quatro cantos.

Dedicado *A Amor e á Amisade; a Annalia e aos seus Amigos.* Depois da pag. 94 até 156 segue-se um *Ensaio sobre a Historia da Pintura.*

---

tima palavra riscada pelo auctor e substituida por *Lei.*» (Caldas Cordeiro, 14 de Fev. 1904.)

Com o titulo *Hymno patriotico.* Porto, 1822, vem descripto um folheto no Cat. de Livros de José Gomes Monteiro, n.º 1569. Será uma segunda edição?

Amorim cita um *Hymno constitucional.* Porto. Na Imprensa de Alvares Ribeiro, 1820: «Não tenho, nem vi nunca este canto...» (*Mem.*, I, p. 170.) E' evidentemente equivoco com o *Hymno patriotico.*

Na Imprensa da Universidade guardava-se o autographo de Garrett e as provas typographicas do poema. (*Conimbricense*, n.º 5168, 1897.)

Tiraram-se alguns exemplares em formato maior para brindes do auctor. (Gomes de Amorim, *Mem.*, I, 236.)

No *Portuguez constitucional regenerador*, n.º 35 (13 de fevereiro de 1822) falla Garrett da edição do *Retrato de Venus:* «Esta (sc. prova de nenhuma cubiça) foi a absoluta e pura doação, que do manuscripto fiz ao snr. J. Orcel, com a simples obrigação de me dar alguns exemplares para os meus amigos.

«Começou a imprimir-se a obra nos prélos da Universidade pelos fins de novembro passado (1821) quando negocios mais importantes me levaram a Coimbra. (sc. formatura.) Deixei a impressão incompleta, e voltei a Lisboa, onde mais interessantes objectos me chamavam...»

Depois do processo correccional a que Garrett foi chamado em 1822, tambem por uma Pastoral do Patriarcha de Lisboa de 28 de Janeiro de 1824 foi prohibida a leitura do poemeto.

No fim do poema, escreveu Garrett uma ADVERTENCIA, em que vem o seguinte:

«Se me é licito porém dizer duas palavras em meu abono, direi, que tanto o *poema* como as Notas e *Ensaio* são da minha infancia poetica; são compostos na edade de *dezesete* annos. Isto não é impostura; sobejas pessoas ha ahi, que m'o viram começar e acabar então.

«E' certo que desde esse tempo até agora, em que conto quasi *vinte e dois annos*, por tres vezes o tenho corrigido; e até submettido á censura de pessoas doutas e de conhecida philologia, como foi o excellentissimo senhor S. Luiz, que me honrou a mim e a este opusculo com as suas correcções.»

1822

Catão. — THEATRO de J. B. S. L. A. Garrett. Tomo I. Lisboa, Anno II. (1822.) Na Imprensa liberal. Rua Formosa, n.º 42. 1 vol. in-8.º peq. de VI I-132 p.

O *Catão* vae até pag. 90; e até final segue a farça *Corcunda por amor*, de collaboração com Paulo Midosi. Esta farça foi representada pela primeira vez em

Lisboa, no Theatro do Bairro Alto em 29 de Septembro de 1821. Anno I. Na advertencia *A quem lêr*, escreveu Garrett: «Na publicação da farça só me embaraçava uma cousa; e era o consentimento do meu amigo o snr. Midosi, que tanto, ou mais do que eu, havia trabalhado n'ella. Tendo porém convindo em corrermos aventuras de auctor, ambos sahimos a publico, tanto mais animados, quanto, em caso de desfortuna, nos podemos mutuamente imputar o máo exito da empreza.»

Este paragrapho foi cortado na edição do *Catão* de 1845, dizendo-se a p. 22: «A farça hade incorporar-se em um dos tomos seguintes da collecção.» Nunca mais foi reimpressa; sómente na Edição popular de 1904, e na monumental é que foi incorporada.

1822

Oração funebre de Manoel Fernandes Thomaz. Lisboa. Typ. Rollandiana. 1822. In-4.º de 36 pag.

*

O Toucador. Periodico sem politica, dedicado ás Senhoras portuguezas. Lisboa. Na Imprensa liberal. Anno II. (1822.) Rua Formosa, n.º 42.

De collaboração com Luiz Francisco Midosi; appareceram 7 numeros de 16 pag. Amorim cita mais um Numero-prospecto, in-8.º grande, impresso por Nunes Esteves.

1823

O amor maternal, Ode.

No *Chronista*, (Lisboa, 1827) t. I, p. 64, veiu publicada esta Ode, com a seguinte nota: «Boa parte d'esta Ode foi roubada a seu A. e publicada com outras cousas que a desfiguram em uma brochurasinha impressa em Coimbra, em 1823. O plagiato não valia a pena de se notar se aquell'outra publicação não sahisse primeiro á luz.»

*

Discursos e Poesias funebres, recitadas a 27 de Novembro de 1822, em Sessão extraordinaria da Sociedade litterario-patriotica, celebrada para prantear a dôr e

orfandade dos Portuguezes na morte de Manoel Fernandes Thomaz. Lisboa. Typ. Martins, 1823. In-8.º (Traz o Discurso de Garrett.)

*

Heraclito e Democrito, Jornal.

Começou-se a publicar este jornal em Lisboa, em 19 de Março de 1823. Vid. Silva Pereira, *O Jornalismo portuguez*, p. 18. «Tambem Garrett collaborou no anno de 1823 no jornal *Heraclito e Democrito*, publicado em Lisboa... No Catalogo que o poeta fez para meu uso, menciona aquelle jornal.» (Amorim, *Mem.*, II, p. 503.)

1825

Camões, Poema. (Emblema de uma Lyra.) Paris. Na Livraria nacional e estrangeira, rua Mignon, n.º 2, Faub. St. Germain, 1825. — Imprimerie de J. Marcarthy, rue des Petites Ecuries, n.º 47. 1 vol. in-8.º pequeno de VII-216 pp. e uma de erratas.

Na Advertencia, vem o seguinte periodo: «Hoje me veiu ás mãos uma obra em francez de M. Denis, *Scènes de la nature sous les tropiques*, onde encontro um episodio sobre Camões, em que ha parecenças com a minha obrinha. Como foi, melhor o dirá elle que eu, pois este poema se acha composto desde Julho passado, começou-se a imprimir em Janeiro corrente, e sáe acabado da imprensa, hoje 22 de Fevereiro de 1825; a obra de M. Denis publicou-se em Dezembro p. p. — E' notavel coincidencia, e muito me lisongeia.» (p. VII.) Na dedicatoria a Freire Marreco vem apenas *Ao seu amigo M.*

No periodico *Ocios de Españoles emigrados* (Londres, 17 de Agosto de 1825 p. 113) publicou D. José de Urcullu uma apreciação critica do poema *Camões*.

Na brochura da *Lyrica de João Minimo* vem o seguinte annuncio:

OUTRAS OBRAS PORTUGUEZAS QUE SE ACHAM Á VENDA EM CASA DO AUCTOR, E NA DE S. W. SUSTENANCE, 162, PICCADILLY.

Camões — poema em X cantos. *Paris*, 1825 — preço 6s.

Mr. Kinsey na sua Viagem a Portugal, 1829, dá a seguinte ideia d'este poema:

« The Camões, the subject and the hero of which is the immortal author of the Lusiad, the unfortunate bard of Lusitania. There is a novelty in the plan of this poem. Forgetting his old Greek and Roman masters, the autor without becoming the copyst, for he is perfectly. Portuguese throughout, catches the manner of Shakespeare, and sometimes reminds us of the flexibility of Scott, at others of the force of Byron. The adventurous life of Camões, his voyages, his attachments, his misfortunes, and his immortal poem have furnished some splendid pictures; the narrative is romantic, simple. and interesting; and the poetical ornements are numerous and happilly chosen. Admired as this poem is by the Portuguese, we might venture to promise it success if introduced to us in an English dress. » *Kinsey's, Portugal illustrated.*

1826

D. Branca, ou a Conquista do Algarve, *Obra posthuma de F E.* (Emblema) Paris. Em casa de J. P. Aillaud, Quai Voltaire, n.º 11. MDCCCXXVI. In-8.º 4 inn. e 251 pp.

Na Protestação assignada F. E. vem Nota bene, referindo romanescamente que o Editor recebera o manuscripto do Poema « *de F. E. poucos dias antes da sua morte* » E na folha branca seguinte: « O assumpto d'este romance é tirado da *Chronica de D Affonso III* de Duarte Nunes de Leão. » O poema constava de sete cantos, ampliado a dez nas outras edições.

Vem assim annunciado na brochura de Londres:

D. Branca, ou a Conquista do Algarve, romance publicado pelo auctor do CAMÕES. Paris, 1826 — preço 6s.

« Este romance, cujo assumpto é tirado das antigas Chronicas portuguezas, descreve os costumes dos Portuguezes do XIII seculo, e dos Mouros que então occupavam Portugal, e abraça uma das mais interessantes épocas da nossa historia. O seu maravilhoso é a mythologia nacional, as crenças populares de encantamentos, bruxas, possessos, etc. A scena, começada no Convento de Lorvão ao pé de Coimbra, estende-se por parte da Beira, Extremadura, até aos ultimos Algarves. »

«Eis aqui o juizo do mesmo auctor inglez sobre este poema:

«*D. Branca or the conquist of Algarve*, a poem perfectly singular in its kind, and perhaps without exemple in any modern language. Thaugh resembling in some slight degree the Orlando furioso of Ariosto, and in a little also the Oberon of Wieland, it posseses no decided character in common with either. It is a curious combination of the serious, the sentimental, the burlesque, the philosophical and the mervellous; and is aided by the introduction of fairies and enchantments, princes and monks. Without the license and impiety of the Don Juan of Byron, it is still equally extravagant. But Don Juan, we should remark, is a picture of modern manners, while the Dona Branca is a representativ of the ancient stat of society.» — *Ibid* (sc. Kinsy's *Portugal illustrated.)*

1826

Europa e America.

Artigo publicado em Londres no periodico intitulado *Popular*, em 1826. Cita-o Garrett na sua Autobiographia, como tendo-o incorporado com retoques no 1.º cap. do *Portugal na balança da Europa*, em 1830.

*

Carta de guia para Eleitores, em que se trata da opinião publica, das qualidades para Deputado, e do modo de as conhecer. Publicada por J. B. da S. L. de Almeida Garrett, bacharel formado em Leis e Official da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino. Lisboa. Typ. de Desiderio Marques Leão. 1826. In-8.º (Folheto.)

*

O Portuguez, 1826.

Jornal in-folio a 3 columnas, diario politico, litterario e commercial. De collaboração com Paulo Midosi, Joaquim Larcher, Carlos Morato Roma, Antonio Maria Couceiro, e Luiz Francisco Midosi. Appareceu em 30 de Outubro de 1826; foi suspenso por ordem do ministerio do reino em 17 de Agosto de 1827, e os seus redactores presos.

1826-27-34

Parnaso lusitano, ou Poesias selectas dos Auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma Historia abreviada da Lingua e Poesia portugueza. Paris. Editor J. P. Aillaud. Imp. Rignoux. 1826-27. In-18. 5 vol. — 1834, vol. 6.º

O plano geral é de Garrett, embora alterado por José da Fonseca. O tomo VI, de 1834, não pertence a Garrett; comprehende os Satiricos. Tomo I — Epicos; II — Descriptivos, Didacticos, Bucolicos e Heroi-comicos; III — Epigrammaticos, Lyricos; IV — Odes; V — Dramaticos.

1827

O Chronista. In-8.º 4 paginas avulsas. Prospecto do mesmo jornal, não reproduzido n'essa publicação.

*

O Chronista. Semanario. Lisboa. Imp. do Portuguez. O primeiro numero é de 4 de Março de 1827; terminou em Agosto; comprehende 26 numeros.

1828

Adozinda, Romance. Pelo auctor da *Historia da Lingua e Litteratura portugueza* na Collecção intitulada *Parnaso Lusitano*, do Poema *Camões*, Editor da *D. Branca*, etc., etc. Londres, em Casa de Boosey & Son, 1828. 1 vol. in-12, LIII — 122 p. (Preço 6s.)

Traz na ultima pagina s. n. com o annuncio das obras do mesmo Auctor: «No prélo a publicar-se brevemente:

THEATRO: 2 vol. do mesmo formato, contendo as seguintes peças:

Merope — Tragedia em cinco actos.
Albuquerque — Drama em cinco actos.
Catão — Tragedia em cinco actos.
Edipo — Tragedia em tres actos.
Os Namorados extravagantes — Drama em tres actos.
D. Fernando ou o Regulo portuguez — Tragedia em cinco actos.
Uma Comedia portugueza de caracter e costumes nacionaes.
Esta collecção será precedida de um breve quadro da Historia do Theatro Portuguez.»

Da *Adozinda* escreve no annuncio avulso:
«E' uma imitação moderna do genero dos antigos trovadores e menestreis. O assumpto é tirado de uma das cantigas populares e tradicionaes, que se cantam nos campos em Portugal, — como da *Bella Infanta*, do *Conde Anardo*, do *Bernal francez*, etc. Vem precedido de uma Carta ou breve memoria sobre a antiguidade e natureza da poesia romantica popular em Portugal. — O auctor quiz tentar em Portuguez e com os dispersos elementos de nossa archeologia, o mesmo que os mais illustres poetas e romancistas modernos (entre os quaes Sir W. Scott) com tam feliz successo teem conseguido em Inglaterra e Allemanha.»

1829

Lyrica de João Minimo. Publicada pelo auctor do *Resumo da Historia da Lingua e Poesia portugueza*, do Poema *Camões, D. Branca, Adozinda*, etc. Londres. Sustenance e Stretch. 14, Percy Street, Rathbone-Place. MDCCCXXIX. In-8.º peq. de XLIV-303 p. p. Impresso por R. Greenlaw. 36, High Holborn.
Na ultima pag. (204 não numerada), nos annuncios do *Camões, D. Branca* e *Adozinda*, vem: «No PRÉLO: THEATRO — Em 2 vols. contendo diversas tragedias, dramas, comedias, tudo original.»
Na folha avulsa do Annuncio, lê-se:
Lyrica de João Minimo — pelo mesmo auctor. Londres, 1829, preço 6ˢ.
«E' uma collecção de Odes no genero horaciano, e de Canções no estylo romantico. Precede-a uma curiosa noticia da vida e feitos do snr. João Minimo, seu auctor, com a descripção de um Outeiro de freiras em noite de S. João, do convento de Odivellas, e varias outras coisas dignas de menção.»
Contém quarenta composições; só se reimprimiu em 1853, accrescentada com mais quatorze. *A Caverna de Viriatho* foi incorporada em 1843 nas *Flores sem fructo.*

1829

Chaveco liberal. Londres.
Periodico de formato in-12. O 1.º numero appareceu em quarta-feira 9 de Septembro de 1829; era redi-

gido por Garrett, Paulo Midosi, e Ferreira Borges. Era distribuido ás terças-feiras, de tarde. Sahiram 17 numeros, que fórmam 408 paginas.

Imprimia-se em Londres, Greenlaw, 39, Chichester-place, Gray's-Inn-Road; e vendia-se em casa de H. Hunlley, n.º 23. South Audley street. Grosvenor Squire, 9 s por numero avulso.

*

A Lealdade, ou a Victoria da Terceira. Canção. Londres. (No jornal portuguez *O Chaveco liberal*, n.º III, de 23 de Septembro de 1829. Reimprimiu-se em folheto.)

*

A Lealdade em triumpho, ou a Victoria da Terceira, Canção. Ao General Conde de Villa Flor, e ao valoroso batalhão da Senhora D. Maria II. Londres. MDCCCXXIX. Impresso por R. Greenlaw.

Foi depois incorporada em 1845 nas *Flores sem fructo*, com o titulo *A Victoria da Praia*.

Sobre esta edição escreveu o Dr. Sousa Viterbo, na revista musical *Amphion*, n.º 19, anno XI, 15 de Outubro de 1897: «Nós adquirimos ultimamente um exemplar do folheto impresso em Londres, que apresenta uma particularidade interessante que não vemos apontada em nenhum bibliographo. Traz appensa uma parte musical de 8 paginas, intitulada: *A Victoria da Terceira, hymno patriotico, composição de L. V. e S.*»

E accrescenta: «sômos levados a crêr, que o nosso exemplar da *Lealdade em triumpho*, acompanhado do respectivo hymno, deve ser considerado uma verdadeira raridade bibliographica poetico-musical.» Por este mesmo tempo, em Plymouth publicava Paulo Midosi uma *Canção patriotica... dedicada á Rainha* com a *musica composta por F. P. Sant'Iago, um dos martyres da legitimidade*. (Viterbo, *Archeologia poetica-musical e politica.)* Considera-se a composição que acompanha a Ode de Garrett como tendo sido publicada no *Chaveco*, e reunida por algum curioso ao texto poetico de Garrett.

Tambem se attribuiu a Garrett uma Ode de Manoel Passos:

Ode pindarica ao nobre feito dos Leaes Portuguezes nas Praias da Ilha Terceira aos 11 de Agosto de 1829. Londres. Impresso por L. Thompson, 19 Great St. Helen's, Bishopsgate. 1829. In-8.º grande de 7 pag. Começa:

> Se a roda instavel da Fortuna cega
> Não me apontou com fulgido thezouro;
>   O da cythara de ouro,
> Phebo, com amplos dons meu peito rega.
> Elle, ás Musas de eterna juventude
>   Me deu de tenra edade;
> Ellas, no peito os moldes da virtude
> Me imprimiram c'o fogo da verdade,
> E deram-me o punhal d'Alceo minace
> Que os tyrannos da Patria despedace.
>
> (*Misc. Midosi*, vol. 3.º)

No *Conimbricense*, n.º 5.570, (8-IV-1901) em um artigo *Opusculos de Garrett*, cita-se esta Ode como publicação anonyma do Poeta. Com o mesmo titulo vem attribuida a João Bernardo da Rocha Loureiro no *Conimbricense*, n.º 5398, (8-VIII-1899); mas foi escripta por Manoel da Silva Passos, que usava o nome arcadico de *Dameta.*

*

Indicação e Discurso do muito honrado Sir James Mackintosh, na Camara dos Communs na Sessão de Segunda-feira 1 de Junho de 1829, sobre NEGOCIOS DE PORTUGAL. Londres. Impresso por R. Greenlaw, 39, Chichester Place, Gray's Inn Road. 1829. In-8.º grande, de 42 pag.

E' traducção de Garrett; bem merecia incorporar-se nas suas Obras, pelo valor das opiniões do illustre philosopho inglez Mackintosh. Na sua traducção deixou Garrett um signal do seu estylo, quando se trata dos esponsaes de D. Maria com seu tio D. Miguel, e da situação moral de D. Pedro: «Como se lhe rasgariam *os seios d'alma* ao sacrificar assim sua filha!» (p. 11.)

Esta mesma phrase empregou na *Carta de Mucio Scevola*, anonyma, e que o denunciou aos seus adversarios da emigração. No Catalogo dos Livros de Gomes Monteiro, p. 156, lê-se: = traduzido por J. B. d'Almeida Garrett. =

*

Da Educação, por J. B. da S. L. de Almeida Garrett. Livro primeiro — *Educação domestica ou paternal.* — Londres. Em casa de Sustenance e Stretch, 14. Percy Street, Rathbone Place. MDCCCXXIX. In-8.° grande de XXVII-273 pp.

Traz o catalogo dos quatro volumes — *Camões, D. Branca, Adozinda* e *Lyrica de João Minimo* e *Victoria da Terceira*, pelo preço de 1 £. 10 shelings com o *Tratado de Educação.*

Lê-se no annuncio em folha avulsa:

Tratado geral de Educação, para ambos os sexos e para todas as classes, comprehendendo tanto a Educação publica como a privada ou domestica. Por J. B. da S. L. de Almeida Garrett.

«E' obra que foi honrada com a assignatura de Sua Magestade Fidelissima, e a primeira e unica, que appareceu até agora na lingua portugueza sobre este assumpto. O auctor reuniu, como em um quadro, o melhor que anda disperso pelos innumeraveis volumes que tratam de tam importante materia, juntando-lhe suas proprias observações, e appropriando tudo aos costumes e habitos portuguezes. Dividiu a educação em suas tres especies *do corpo, do coração*, e *do espirito;* procurou assignal-as bem; e desde a infancia até á idade perfeita levou o educando por todas ellas, passo a passo.» *Londres*, 1829. — Edição rica, em papel superfino, elegantissima — preço £ 1.

Em todos os exemplares *Da Educação* a primeira folha foi substituida, para eliminar o nome de *D. Leonor da Camara* (depois Marqueza de Ponta Delgada) preceptora de D. Maria II, então de onze annos de edade. Escreve Amorim *(Mem.*, I, 493): «Encontram-se exemplares ora com uma ora com outra d'estas folhas; no que eu possuo, dado pelo auctor, mandei juntar as duas.»

1830

Carta de Mucio Scevola. Ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em portuguez se publicar. Londres. 4 de Outubro, de 1830. Impresso por V. Slater, Fitz roy General Printing-Office, Fitz roy Square. London. In-8.º de 8 paginas. (Anonymo.)

Gomes Monteiro, em Nota bibliographica transcripta por Gomes de Amorim, diz d'este folheto anonymo:

«O auctor da presente noticia foi o unico depositario do segredo d'esta publicação, de que se tiraram 500 exemplares, mas só uns cem seriam distribuidos; os 400 fôram destruidos á minha sahida para Hamburgo.» O segredo era conhecido, porque no *Correio dos Açores*, n.º III, 1830, allude aos *seios de alma*, do conhecidissimo verso do *Camões* de Garrett, e diz que não descobre o anonymo porque não quer. Um outro folheto da emigração cita o opusculo tambem referindo-se aos *seios d'alma;* e no *Padre Amaro* falla-se no talento litterario de um certo folliculario. Continúa Monteiro: «Segundo o plano do auctor deveria ser esta a primeira de uma serie de Cartas politicas ácerca dos negocios da emigração, á imitação das famosas *Cartas de Junius.* Entretanto o estylo denunciava immediatamente o auctor, e essa só circumstancia seria bastante para fazer abortar o premeditado plano.»

Está reproduzida por Gomes de Amorim nas *Memorias de Garrett;* foi incorporada nas duas edições de 1904.

Na Livraria de Fernando Palha existe (n.º 3682) um exemplar que pertenceu a Sebastião de Almeida e Brito, com esta nota no fim:

«Este escripto é sem duvida de Garrett; mas havendo quem o attribuisse ao João Bernardo da Rocha, e dando-lhe noticia d'isso: — Ora essa! (respondeu elle) não vêem lá aquelles *seios d'alma?*»

E a pag. 5 vem sublinhada a phrase.

Os *seios d'alma* é uma phrase empregada por Bocage no celebre verso da Satira contra Macedo: «Gelas a contricção nos *seios d'alma.*» Garrett usou-a pela primeira vez no poema *Camões*, e d'ahi o revelar-se inconscientemente quando a empregava em escriptos anonymos.

*

Ha uma reproducção feita em Rennes em 1830 com o titulo:

Carta de Mucio Scevola, offerecida á contemplação da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda. In-16, de 16 p.

Sobre este ponto escreve Annibal Fernandes Thomaz com a sua competencia reconhecida: «Ha quem affirme que d'ella existe uma 2.ª edição feita em Rennes, e no mesmo anno de 1830, mas isto não é inteiramente verdadeiro. Foi effectivamente reproduzida na integra, n'aquella cidade, e no mesmo anno, não em edição avulsa, mas no n.º v do rarissimo jornal *O Pelourinho*, cuja collecção completa (IX numeros em pequenissimo formato) é actualmente a Fenix dos periodicos da emigração liberal, podendo apenas hombrear com este os 3 numeros do *Precursor* de Garrett...

«As 16 paginas que conta aquelle numero v do *Pelourinho* são, quasi na sua totalidade, preenchidas com a reproducção da *Carta*, tendo apenas além d'esta, e occupada a metade inferior da ultima pagina, uma pequena—Correspondencia—em 12 linhas. N'esta reimpressão, porém, absolutamente conforme com o texto da edição avulsa, apparece o seu titulo um pouco alterado. Emquanto o d'esta ultima é *Carta de M. Scevola. Ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em portuguez se publicar*, na reproducção de O PELOURINHO, inscreve-se: *Carta de M. Scevola offerecida á contemplação da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda.*» (*Conimbricense*, n.º 5889; em 3 de Maio de 1904.) E' crivel que se fizesse uma tiragem maior d'este numero, e d'ahi a natureza de uma segunda edição, que se attribuiu a Manoel Rodrigues da Silva Abreu.

1830

Catão, Tragedia. Pelo Auctor do *Camões*, *Adozinda*, *D. Branca*, etc. — Segunda edição. Londres: S. W. Sustenance, 162, Piccadilly. MDCCCXXX. In-8.º peq. x-119 pag. R. Greenlaw, Printer. 39, Chichester Place.

Prologo de dez paginas. Dedicatoria:

A' MUITO NOBRE
MUITO ANTIGA E SEMPRE LEAL
CIDADE
DO
PORTO
PROPUGNADORA FORTISSIMA
DA LIBERDADE
CONSTITUCIONAL
ILLUSTRE
PELO SANGUE DE SEUS MARTYRES
O. D. C.
TESTEMUNHO DE AMOR E DEVOÇÃO
Á SUA PATRIA.

o Auctor.

Em uma folha avulsa do annuncio da Livraria, impresso em Londres, lê-se:

CATÃO
TRAGEDIA
DEDICADA Á MUITO NOBRE, ANTIGA E SEMPRE LEAL
CIDADE DO PORTO.

Segunda edição muito correcta e augmentada, ornada com as armas da illustre «Cidade da Virgem» abertas por um dos mais habeis artistas inglezes. *Londres*, 1830 — preço 2 s 6 d.

Este drama, já assás conhecido em Portugal, sahiu na primeira edição impresso com muita incuria. Achando-se ha dous annos extincta aquella primeira edição, o auctor approveitou um momento de repoiso para o emendar com muito cuidado e fazer menos indigno da extraordinaria e mui lisongeira indulgencia do Publico. — Tito Livio, Plutarcho e Tacito, commentados pela experiencia de dez annos de revolução, guiaram o auctor d'esta Tragedia nas refórmas que n'ella fez, no desenho de seus caracteres, no colorido de muitas scenas que, na primeira edição, visivelmente mostravam a mão inexperta do pintor, que as traçava sem ter d'onde copiar *d'après nature*. — O assumpto é o mais nobre, mais heroico e mais tragico de toda a historia antiga e moderna. Representando as ultimas agonias da mais forte, mais solidamente constituida republica da antiguidade, — a *moralidade politica* do drama naturalmente reflecte

muita luz sobre a grande questão que agora agita e revolve o mundo; — e mostra (talvez mais claro do que nenhum tratado) a superioridade das modernas fórmas representativas, e a excellencia da liberdade constitucional ou monarchica. O leitor, o spectador tirará sem esforço a conclusão do poeta:

Numquam libertas gratior extat
Quam sub rege pio.»

D'esta edição, escreveu Garrett: «segunda edição authentica do drama, a qual se concluiu em Londres em 15 de Abril de 1830... mui differente da primeira feita em Lisboa em 1822.» — Ainda insiste: correcta e elaborada pelo estudo profundo e quasi teimoso dos Auctores latinos e gregos que trataram de cousas romanas, sómente n'isto differe da primeira...»

*

D'esta edição do *Catão* fez-se uma contrafacção brasileira no Rio de Janeiro, in-16, anonyma. (Possue um exemplar o Dr. Xavier da Cunha.)

*

Elogio funebre de Carlos Infante de Lacerda, Barão de Sabrosa. Londres. Impresso por R. Greenlaw, 39. Chichester place, King's Cross, 1830. Folh. in-8.º de 4 pag. e meia com as iniciaes J. B. S. L. A. G.

No *Correio dos Açores*, n.º III, (Septembro de 1830) vem esta biographia assignada pelas iniciaes J. B. L. G. N'este mesmo numero *Mucio Scevola* é ridicurarisado como *Monsieur Cebola*.

No *Commercio Portuguez*, n.º 73, 4.º anno, de 30 de Março de 1879 foi este opusculo reproduzido; e em 1900, em Lisboa, pelo Dr. Rodrigo Velloso.

*

Portugal na balança da Europa, do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilisado. Londres. L. W. Sustenance. 1830. 1 vol. in-8.º de XV-339 pag. (Anonymo)

1831

O Precursor. Londres. 1831. Impresso por C. S. Bingham, 5, Wilmot Street. Russel Square. In-8.º peq.

Sahiu o 1.º numero em 27 de Outubro; publicaram-se apenas 4 numeros até 16 paginas, mas não apparecem reunidos. (Coll. Midosi, vol. 5, na Academia.)

*

Magriço e os Doze de Inglaterra. Londres. 1 folha. (Destruida.)

Garrett chegou a metter na composição este poema, como se vê pela Carta de 15 de Fevereiro de 1831 a José Gomes Monteiro: «Havia uma folha do *Magriço*, quasi impressa;... lá (sc. Hamburgo) se imprimirá mais barato e tam bem, e a differença dá mais para a perda do que está feito. — Por ora até segunda ordem fica pois suspensa a impressão do *Magriço*.»

1832

Relatorio aos Decretos N.º 22, 23 e 24: Da organisação e da Administração da Fazenda publica (16 de Maio de 1832); — Da organisação administrativa. — Da organisação judiciaria. In-fol. pequeno com paginação independente. — Imprensa nacional.

Começa: «A mais bella e util descoberta moral do seculo passado foi, sem duvida, a differença de administrar e julgar; e a França, que a fez, lhe deveu desde logo a ordem no meio da guerra, e aquella rapidez de recursos de homens e dinheiro, que admiraram a Europa, e mais tarde lhe deveu aquella prosperidade rapida, que foi sentida desde a Paz Geral até ao dia de hoje, e aquella ordem, que a tem salvado no meio de convulsões differentes, e a tem feito apparecer melhorando sempre, e ganhando em liberdade, sem perder em força e segurança.»

Fallando da Administração: «Quanto á Administração, a materia e a fórma são novas para Portugal, e as bases são tomadas da Legislação de França: a administração é a cadeia que liga todas as partes do corpo social e forma d'ellas um todo, fazendo-as referir a elle. A Justiça é a inspectora, que impede que os an-

neis da cadêa se rompam, corrigindo os vicios e os abusos de todas as divergencias; por isso administrar é a regra geral, julgar é a regra particular.»

Contém 16 paginas, e é assignado pelo ministro da Justiça José Xavier Mousinho da Silveira.

Garrett allude a este seu trabalho do primeiro Codigo administrativo portuguez.

1832

Adozinda — Traducção ingleza quasi completa, acompanhada de extensa analyse, no *Foreign Quaterly review.* Vol. x, Published in August and October. MDCCCXXXII. London. (De p. 467 a 472.)

1836

O Portuguez Constitucional. Lisboa, 1836. Jornal.

Sahiu o 1.º numero em 2 de Julho, e terminou em 31 de Outubro, pela queda do governo diante da Revolução de Septembro. Garrett era o redactor principal. O artigo de introducção é uma bella pagina historica do partido constitucional desde 1820.

1837

Manifesto das Côrtes Constituintes á Nação. — 22 de Agosto de 1837. In-fol. com 4 pag.

Tiragem de milhares de exemplares do texto do *Diario do Governo* de 23 de Agosto de 1837, n.º 198. (Reproduzido no tomo XXIV das OBRAS, p. 151, com retoques.) Garrett fôra encarregado pelo Congresso da sua redacção.

*

Da formação da Segunda Camara das Côrtes. Discursos pronunciados pelo deputado J. B. de Almeida Garrett nas sessões de 9 e 12 de Outubro de 1837. Correcto pelo mesmo Orador a rogo de seus amigos, e por elles mandado reimprimir. Lisboa. Na Imprensa Nacional, 1837. Folh. in-8.º de XVII-40 p.

Traz um *Prefacio dos Editores:* «Conseguimos que revisse os seus Discursos, e annotasse alguns logares menos obvios para que ficassem ao alcance de todas

as intelligencias.» O Discurso I (em sessão de 9 de Outubro) vae até pag. 25; o II (em sessão de 12 de Outubro) vae da p. 29 a 39, sendo as restantes de annotações. Precede-o uma Nota preliminar frisando a these sustentada: «Se a classe média deve e lhe convem tomar a supremacia social e absoluta a que a querem chamar.» As notas têm elementos autobiographicos.

1837

O Entre-Acto — Jornal de Theatro.

Sahiu o primeiro numero em 17 de Maio de 1837. Gomes de Amorim (*Mem.*, II, p. 316) julga não ter passado do numero 20.

Na *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos*, t. VIII, p. 6, vem uma noticia ácerca d'este jornal: «Declarava que havia de publicar um numero tres vezes por semana; analysar todas as peças, danças e outros divertimentos que fôssem á scena; dar todas as noticias que interessassem aos theatros, assim nacionaes como estrangeiros; inserir variedades interessantes e agradaveis. Começou por dar noticias ácerca da opera *Os Puritanos* (musica de Bellini) representada no Theatro de San Carlos.» Não tem relação com os jornaes do mesmo titulo de 1840 e 1852.

1838

Camões. Poema. (*Vinheta*) Rio de Janeiro. Imprensa Americana, de J. P. da Costa. Rua do Hospicio, n.º 118. 1838. In-8.º de VII-1 e 181.

E' a reproducção da edição de Paris. Possue um exemplar Joaquim de Araujo.

183?

Adozinda. — Reimpressão brasileira. Dá noticia d'esta contrafacção hoje desconhecida, a *Revolução de Septembro*, n.º 872, de 3 de Novembro de 1843, em um folhetim sobre o 1.º volume do *Romanceiro e Cancioneiro;* ao tratar da *Adozinda* lê-se: «foi traduzida e analysada em inglez no *Foreign Quaterly Review* de 1832, *reimpressa no Brasil.*»

1839

Programma para a publicação das Obras completas... Lisboa, 1839. In-8.º, 4 paginas. (De 20 de Abril.)

Constaria o plano de 18 volumes; ahi se annunciava — *A Padeira de Aljubarrota*, peça dramatica, e outros dramas ineditos. — Foi reproduzido no *Ramalhete*, n.º 70, p. 157. Lisboa, 1839; e na *Revista litteraria* do Porto, p. 381. Amorim incluiu-o nas *Memorias biographicas*, t. II, p. 504. Foi este plano muito alterado desde 1842.

*

Camões. — Segunda edição. Lisboa. Typ. de José Baptista Morando. 1839. — OBRAS I, de XIV-307 p. In-8.º peq.

*

Camões. Poema dedicado á Illustrissima Senhora D. Ignacia Maria de Carvalho e Lima... Bahia. Na Typ. de M. A. da Serva Sousa. 1839. In-8.º

Traz uma dedicatoria em verso e outra em prosa pelo Sousa, que se dá como sendo auctor do Poema. — Existe um exemplar d'esta contrafacção e plagio na Livraria Palha, Cat. n.º 2044.

*

Circular para a Abertura do Curso de Historia. Lisboa. Imprensa Nacional. 1839. Folheto. (Tiragem de 255 exemplares.)

*

Dona Branca ou a Conquista do Algarve. Obra posthuma de F. E. (Vinheta). Bahia. Typ. Constitucional Imperial G. J. D. Barbuda, rua do Tijolo, casa n.º 19. — 1839. 1 vol. in-8.º de 4 pag. s. n. 139 e XVIII de notas. Designação da imprensa repetida.

*

Critica da versão do poema Eliezer (de Florian), por M. Rodrigues da Silva Abreu.

Impressão em paginas avulsas para se ajuntar ao poema impresso em Braga, do artigo que publicou Garrett no *Correio de Lisboa*, n.º 382, de 10 de Septembro de 1839, e assignado A. G.

1840

Catão. (Terceira edição). Lisboa, Typ. de J. B. Morando. 1840. — OBRAS II, (1.º do Theatro). In-8.º de XLIX, 3 s. n., 253 p.
« Esta terceira edição quasi que não altera a segunda.» (Prologo da 4.ª ed.)

*

Programma do Festejo que pelo faustissimo anniversario da Rainha a snr.ª D. Maria II, no dia do nome de El-Rei o snr. D. Fernando, faz o Conservatorio Dramatico de Lisboa. Imprensa Nacional de Lisboa, 1840. In-4.º de 35 pag.
Na 2.ª Parte aponta-se o *Amor e Patria*, drama original portuguez por ***. Era o esbôço da *D. Philippa de Vilhena* tracejado por Garrett para os alumnos do Conservatorio.

*

Discurso do snr. Deputado pela Terceira, J. B. de A. Garrett, na discussão de resposta ao discurso da Corôa, pronunciado na sessão de 8 de Fevereiro de 1840. Lisboa. Imprensa Nacional. 1840. In-8.º gr.
E' o *magico* discurso do Porto Pireu, como lhe chamava Rodrigo da Fonseca Magalhães.

1841

Carta a Sousa Lobo. Nas *Obras dramaticas* de A. M. de Sousa Lobo. Porto, 1841. (E' datada de 12 de Novembro de 1841.) Incorporada nas edições de 1904.

*

Merope. Gil Vicente. Lisboa. Typ. de J. B. Morando. 1841. OBRAS III (2.º do Theatro). In-8.º de 311 pag.

*

Discurso do snr. Deputado por Lisboa, J. B. de A. Garrett, na *discussão da lei da Decima*. Lisboa, Typ. de J. B. de A. e Gouveia. 1841. In-4.º de 23 pag.
(Vem no tomo XXIII, p. 131 e seg. das OBRAS.)

1842

O Alfageme de Santarem, ou a Espada do Condestavel, pelo Auctor do *Catão* e *Auto de Gil Vicente* (Vinheta: Uma espada embainhada). Lisboa, na Imp. Nacional. MDCCCXLII. In-8.º de 148 p. (sem contar ante-rosto e frontispicio), a que se segue o prologo datado de Bemfica 1.º de Outubro de 1841, que prefazem duas folhas.
Na capa da brochura em papel de côr indica-se a representação no Theatro da Rua dos Condes em 9 de Março de MDCCCXLII, e a distribuição dos papeis.

*

Alfageme de Santarem ou a Espada do Condestavel. Drama em 5 actos. No *Archivo Theatral*, do Rio de Janeiro; sem folha de rosto. No fim: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C. 1842. In-4.º a 2 columnas.

*

Um Auto de Gil Vicente. Drama em tres actos. (No *Archivo Theatral* do Rio de Janeiro. Typ. Imp. Constitucional. 1842. In-4.º de 23 pag. a 2 columnas, sem rosto.)

*

Merope. (No *Archivo Theatral* do Rio de Janeiro, folh. in-4.º de 23 pag. a 2 col. sem rosto.) 1842.

1843

Romanceiro e Cancioneiro geral, I. — *Adozinda*, e outros. Lisboa. Typ. da Soc. Propagadora de Conhecimentos uteis. 1843. In-8.º pequeno, de XXIII-216 pag. OBRAS IV (1.º do Romanceiro.)

Garrett alterou o plano na edição integral de 1853.

No *Archivo poetico, ou Collecção de Poesias escolhidas*, t. I, p. 165 a 173 vem o *Bernal francez*, com o titulo:

BERNAL E VIOLANTE

(Romance imitado de uma Cantiga popular lusitana antiquissima e no mesmo estylo), p. 330. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1843. In-8.º

Versão castelhana do *Bernal francez* por Isidoro Gil, no jornal *El Laberinto*, de Madrid, t. II, p. 163-164 de 1843.

*

Miragaia. (Primeira publicação no *Jornal de Bellas Artes*, illustrada por Bordallo Pinheiro e Coelho.) Lisboa, 1843.

*

Memoria historica do Conselheiro Antonio Manoel Lopes Vieira de Castro. Lisboa. Typ. de José Baptista Morando. 1843. Folh. in-8.º de 34 pag. com retrato lith. (Anonyma.)

Incorporado no tomo XXIII das OBRAS, em 1871.

*

Autobiographia de Garrett, que termina em 1843. No *Universo Pittoresco*, t. III, p. 298, 307 e 324. — Prolongou-a em manuscripto até 1851, para Gomes de Amorim se aproveitar nas *Memorias biographicas*. Infelizmente ahi só se encontram duas pequenas transcripções. A *Autobiographia* foi incorporada nas duas edições de 1904, como complemento da Introducção *Garrett e a sua Obra*.

*

Camões. Rio de Janeiro. (No *Archivo poetico*, t. III, p. 283. Typ. Imp. e Constitucional de J. Villeneuve & C.ª). 1843. Reproduz o texto de 1839.

*

Catão. Lisboa, 1843. 1 vol in-16. (Possue um exemplar o Dr. Xavier da Cunha.) *Conimbricense*, n.º 5888.

*

D. Branca. Rio de Janeiro. (No *Archivo poetico ou Collecção de Poesias escolhidas*, t. II, p. 2 a 172. Typ. Imp. e Costitucional de Villeneuve e Comp. 1843.) Reproduz a edição de Paris, trazendo pela primeira vez o nome do Auctor.

*

Jornal de Bellas Artes. Sob a direcção de Garrett, que escreveu a introducção. Lisboa. 1843. In-4.º grande; com 11 estampas lithographicas e em madeira. N.º 1 a 6. Outubro de 1843 a Março de 1844.

Empreza de uma reunião de litteratos e artistas: Almeida Garrett, presidente; Antonio Manoel da Fonseca, vice-presidente; Antonio da Silva Tullio, secretario; Alexandre Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, Silva Abranches, Sousa Lobo, Antonio Bordallo Pinheiro, A. Roquemont, C. Le Grand, F. A. de Sousa, Jorge Cesar de Figanière, J. J. Lopes, J. M. Baptista Coelho, Silva Leal, Mendes Leal, Rebello da Silva, M. A. da Fonseca, M. M. Bordallo Pinheiro, Mauricio José Sendim, Maximo Paulino dos Reis, P. A. Ginglielmini.

1844

Miragaia. Romance popular, pelo Auctor da *Adozinda, Bernal Francez*, etc. e illustrado pelos snrs. Bordallo e Coelho. Lisboa. Typ. da Sociedade propagadora dos Conhecimentos uteis. 1844. In-4.º de 19 pag. (As gravuras são do *Jornal de Bellas Artes.*)

Edição de luxo, da qual diz Garrett: «Devo ao seu favor (sc. os editores do Jornal) não só o terem adornado a minha *Miragaia* com as lindas gravuras em madeira que todos admiram, mas o permittirem que se fizesse com ellas a pequena *edição em separado* com que quiz brindar alguns amigos, apaixonados como eu das nossas antigualhas populares.» *(Rom.*, vol. I.)

Na *Revista universal lisbonense*, escreveu Castilho algumas linhas sobre a edição avulsa da *Miragaia*: «Repartiu o snr. Garrett pelos seus amigos, em cujo numero (assim como no muito maior dos seus admi-

radores) folgamos nós de ser contados, o seu romance de *Miragaia*, primeiro impresso no *Jornal de Bellas Artes*, e agora para este fim reimpresso avulso em um folheto de 19 paginas in-4.º — a sua execução typographica, as quatro peregrinas gravuras em madeira, a belleza do papel e o assetinado das paginas, tudo contribue para tornar esta obra um famoso monumentinho dos rapidos progressos que entre nós começam a fazer as Artes.» *(Vivos e Mortos*, n.º CXXVI, vol. VI.)

*

O Paço de Cintra. (Reproducção da Balada *Por bem. As Pêgas de Cintra.* Lisboa. Imprensa Nacional. 18?....

*

No *Opusculo ácerca da origem da Lingua portugueza*, composto e dedicado ao ill.mo snr. Conselheiro João Baptista de Almeida Garrett, por dois membros do Conservatorio real de Lisboa. Imprensa Nacional. 1844. In-4.º Vem ahi de pag. VII a XV, uma Carta de Garrett.
(Incorporada nas edições das OBRAS de 1904.)

*

Camões, Poema. Lisboa. Imprensa Nacional. 1844. In-8.º

*

Frei Luiz de Sousa por J. B. de Almeida Garrett. Edição do Theatro do Pinheiro. (Vinheta: uma Corôa.) Lisboa. Na Imprensa Nacional. MDCCCXLIV. In-4.º, de VIII-156 pag. (Com o retrato de Garrett, desenho de P. A. Guiglielmini, lith. de Manoel Luiz.)
Consta que a tiragem fôra de trinta e quatro exemplares, para serem distribuidos pelas pessoas que representavam o drama. E' por isso rarissima. Não contem a Memoria que precedeu o drama.

*

Frei Luiz de Sousa... Lisboa. Na Imp. Nac. 1844. In-4.º de VIII-236 pag.

Texto do exemplar anterior. O drama começa a pag. 23 seguindo até 156. Precedeu-o a Introducção e a Memoria lida no Conservatorio da Arte dramatica. — As Notas chegam a pag. 216; e d'ahi até á penultima o Juizo critico de Rebello da Silva; a penultima pag. é o Indice.

*

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Imprensa Nacional. 1844. OBRAS V. (3.º do Theatro.) In-8.º de VIII-236 pag. (Retrato de Garrett.)

A composição typographica da anterior aproveitada para a incorporação nas OBRAS.

*

Frei Luiz de Sousa. (Rio de Janeiro. No *Archivo Theatral*, texto a 2 columnas, in-4.º de 39 pag. Typ. de J. Villeneuve & C.ª 1844.)

Não tem frontispicio; titulo no alto da pagina; o typo em corpo sete, traz as Notas e o Juizo critico de L. A. Rebello da Silva.

1845

Flores sem fructo. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1845. OBRAS VI. (2.º das Lyricas). 1 vol. in-8.º de VII-230 pag.

*

Catão. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1845. In-8.º

*

O Arco de Sant'Anna. Chronica portuense. Manuscripto achado no Convento dos Grillos do Porto, por um Soldado do Corpo Academico. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1845. 1 vol. in-8.º de XXIV-215 pag.

Appareceu anonymo, e só chega ao cap. XVIII. No anterosto não traz indicação de pertencer á collecção das OBRAS DE GARRETT, como se vê no tomo II do *Arco*. de 1850; só foi incorporado em 1851 em nova edição, no vol. XII.

*

Invocação do Poema *Camões*, (27 versos.) Traducção ingleza, no livro *The Ocean Flower*. A Poem. Preceded by an historical and descriptive acount of the Island of Madeira... By T. M. Hughes. London, 1845. In-8.º de IV-309 pag.

*

El Chapin del Rey, ó Parras verdes. Jácara portugueza, versão castelhana de Isidoro Gil, com data de 15 de Julho de 1845. No vol. II do jornal de Madrid *El Laberinto*, p. 318-329. Lê-se em nota: «El presente romance... pertence a la colleccion del *Romancero Portuguez*, que piensa publicar nuestro amigo don Isidoro Gil en union con el entendido escritor y antiguo colaborador del *Laberinto* don Leopoldo Augusto de Cueto.» Parece que esta traducção foi continuada, porque Garrett no prologo da *Miragaia* allude a uma versão hespanhola: «creio que se publicou em um jornal de Madrid, mas *não a vi nunca.*» Joaquim de Araujo notando a falta de informação na obra de Gomes de Amorim, escreve-nos: «Existe esta magnifica especie, e tenho-a aqui á mão, no *Laberinto* de Madrid, que é rarissimo.» Cueto (Marquez de Valmar) affirmava em 1845, no *Laberinto*, vol. II, p. 166, a iniciativa de Garrett na introducção do Romantismo em Hespanha pela sua influencia no Duque de Rivas.

*

Os Exilados. A M.me Rossi Caccia — Cantando no Baile de Subscripção a favor dos Emigrados.

«Edição avulsa (para ser distribuida durante o mesmo baile) em 2 folhas s. n. com 2 pag. e um terço de outra, no formato de 8.º e sem rosto especial. Não traz o nome do auctor, nem a indicação da typographia, e no alto da pag. tem apenas = *A M.me Rossi Caccia — Cantando no baile de subscripção a favor dos Emigrados* = e na 3.ª pagina a designação: Lisboa, março 29, 1845, a que se segue um pequeno florão typographico.

«D'ella se tiraram, além de exemplares em papel branco, outros em papel de côr, e foi depois reproduzida nas *Folhas cahidas*, a contar da 2.ª edição (junta com as *Fabulas)* com modificações no titulo e a seguinte variante nos ultimos versos, etc.» (Annibal Fernandes Thomaz, *Garrettiana*, p. 151.) — «Estes versos foram effectivamente impressos no n.º 1197 da *Revolução de Septembro* de segunda-feira 30 de Março de 1845, dia que se seguiu ao do baile...» (Id. ib., p. 150.)

1845-1846

Na *Revista universal lisbonense*, vol. v, começam os primeiros capitulos das *Viagens na minha terra.*

1846

D. Philippa de Vilhena. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1846. 1 vol. in-8.º de VII-272 pag. Contém as duas Comedias: *Tio Simplicio* e *Fallar verdade a mentir.* OBRAS VII. (4.º do Theatro.)

E' a remodelação do esbôço representado em 1840 com o titulo de *Amor e Patria.*

*

Viagens na minha terra. Lisboa. Typ. da Gazeta dos Tribunaes. 1846. 2 vol. in-8.º pequeno: 1.º de VIII-289 p.; 2.º de 247 p. Erratas s. n. OBRAS VIII e IX.

*

Viagens na minha terra. Lisboa. Na Imp. Nacional. 1846. 2 vol. in-8.º

*

Viagens na minha terra. No Diario do Rio de Janeiro, de 1846-47.

*

Bernal Francez, Noite de S. João e *Chapim de El-Rei*, traducção ingleza por John Adamson, na *Lusitania*

illustrada: Notice on the history, antiquities, litterature etc of Portugal. New Castle upon Tyne. 1846. In-8.º

Garrett incorporou estas traducções no tomo II e III do *Romanceiro.*

1847

Luiz de Sousa, von J. B. de Almeida Garrett. Aus dem Portugiesischen in's Deutsche übertragen von W. L. (Luckner). Frankfurt a M. Gedruckt beis August Orterrieth. 1847. In-8.º grande de VIII-116 pag.

D'esta traducção falla F. A. Varnhagen, no livro da *Litteratura dos Livros de Cavalleria*, Viena, 1872, not. x, p. 327: « Em aquellas (boa convivencia e amisade) havia eu conseguido persuadir ao Conde de Luckner, então encarregado da Dinamarca em Lisboa, que traduzisse em allemão e fizesse publicar o *Frei Luiz de Sousa*, o que elle fez conferindo commigo a traducção, e pedindo que escrevesse para prologo d'ella um artigo ácerca do mesmo Garrett... »

*

Viagens na minha terra, transcriptas no *Publicador Maranhense* em 1847, do texto da *Revista universal lisbonense*, que deu noticia do facto, no tomo VII, p. 19 de 1847-48.

*

O Chapim d'El-Rei ou Parras verdes. Divertissement em 1 acto e 3 quadros. Extrahido da Xácara do Ex.mo Snr. J. B. de Almeida Garrett. Posto em scena pelo snr. Cyriaco Marsigliani. Para se representar no Real Theatro de S. Carlos. (Brazão das Armas port.) Lisboa. Typ. de P. A. Borges. 1847. In-8.º peq. de 8 p.

Dá noticia d'este opusculo J. de Araujo no *Conimbricense*, n.º 5348.

1848

Memoria historica da Excellentissima Duqueza de Palmella D. Eugenia Francisca Xavier Telles da Gama. Lisboa. Imprensa Nacional. 1848. In-4.º gr. de 40 pag. (Com retrato gravado por Collen.)

Não entrou no commercio; reproduzida nas Obras, t. xxiii, de 1871, p. 289.

*

A Sobrinha do Marquez. Comedia pelo auctor do *Catão, Gil Vicente, Luiz de Sousa, Alfageme*, etc. Lisboa. Na Imprensa Nacional. MDCCCXLVIII. In-8.º de xiii-15 a 176 pag.

Na capa da brochura traz a data da representação e os nomes dos actores que a levaram á scena.

D'esta edição não incorporada nas Obras completas como vol. x, e tambem anonyma, deu noticia Joaquim de Araujo: «O que posso estabelecer é que houve uma edição *anonyma;* que Garrett, por motivos que ignoro, a retirou do mercado; que aos seus exemplares se appoz um frontispicio facticio, encorporando-se ás Obras n'uma *segunda* edição, que passa por primeira; e que d'essa incorporação nasceu a nota que se lê na capa, por isso que o volume ficava menor em paginas, que todos os seus irmãos da collecção.» (*Conimbricense*, n.º 5883, de 22-iv-1904.) Esta edição anonyma appareceu descripta pelo seu possuidor Henrique de Campos Ferreira Lima, no *Conimbricense*, n.º 5884, e Joaquim de Araujo, ib., n.º 5888.

*

A Sobrinha do Marquez. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1848. (No ante-rosto é o x vol. das Obras, e o 5.º do Theatro.) In-8.º de xi-176 p.

Na capa da brochura vem esta observação: «Para os que possuem o Theatro e mais obras do auctor, se completará este tomo com outra peça, preenchendo a paginação regular de um volume.»

D'esta observação infere Joaquim de Araujo, que é a incorporação nas Obras, da edição de MDCCCXLVIII, que apparecera avulsa e sem o nome de Garrett.

1849

Memoria historica de José Xavier Mousinho da Silveira. Lisboa. Imprensa da Epoca. 1849. In-8.º de 24 pag.

Tiragem em separado do artigo publicado no jornal *A Epoca*, n.º 52, de 1849.

*

Frei Luiz de Sousa (traducção ingleza.)
Em carta datada de Lisboa, de 7 de Março de 1849, escrevia Garrett a Gomes Monteiro:
«Sabe que *Frei Luiz de Sousa foi traduzido* em allemão pelo Conde de Luckner, e *em inglez pela celebre Miss Northon.*»
Esta dama fôra ostentosamente recebida pelo Duque de Palmella na sua quinta do Lumiar, e ahi tratou intimamente com Garrett. E' natural que ella começasse a traducção ingleza do *Frei Luiz de Sousa*, mas a sua publicação não chegou a effectuar-se como se infere das pesquizas bibliographicas.

1850

Protesto contra a Proposta de lei sobre a Liberdade de Imprensa. Lisboa. Typ. da Rua da Bica de Duarte Bello. 1850. In-8.º de 6 pag.
E' o Protesto dos Sessenta, contra a Lei das rôlhas; redigiu-o Garrett conjunctamente com Herculano.

*

Dona Branca. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1850. OBRAS XIII. 1 vol. in-8.º de XI-269 pag.

*

O Arco de Sant'Anna. Chronica portuense... II. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1850. 1 vol. in-8.º (Dos Editores p. III; Advertencia, p. V-VI) 1-319 p.
No mesmo typo e papel do I vol. de 1845; incorporado nas OBRAS XII (Segundo do *Arco.*)

1851

O Arco de Sant'Anna. Chronica portuense. I. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1851. 1 vol. in-8.º

*

Incorporado na edição das OBRAS XI (Primeiro do *Arco.*) Innocencio indica uma reimpressão tambem do 2.º volume n'este anno.

*

Romanceiro—II. Romances cavalheirescos antigos. Lisboa. Na Imp. Nacional. 1851. 1 vol. in-8.º de XLVI-301 pag. — III. Ib. 1 vol. in-8.º de VI-295 pag. OBRAS XIV e XV: (2.º e 3.º do Romanceiro.)

Esta edição não tinha 1.º vol., porque o de 1843 intitulava-se *Romanceiro e Cancioneiro geral*, e Garrett resolvera não incorporar as Canções populares; por isso, só em 1853 é que completou a collecção com o primeiro volume.

*

Catão. Lisboa. Imprensa Nacional. 1851. 1 vol. in-8.º

*

Relatorio á Lei das Misericordias, de 26 de Novembro de 1851. (No *Diario do Governo*, de 27; e no livro *A Misericordia de Torres Novas*, do Dr. J. A. Maia).

1852

O Catão. Rio de Janeiro. 1852. Citada por Annibal Fernandes Thomaz no *Conimbricense*, n.º 5889, 3 de Maio de 1904.

*

O Camões do Rocio. Comedia em 3 actos por Ignacio Maria Feijó. Lisboa. Typ. do Panorama. S. a.

Escripta de collaboração com Garrett, que não quiz assignar o trabalho. Em carta de 6 de Agosto de 1852 a Gomes de Amorim, escrevia-lhe: «O *Camões do Rocio* tenho escrupulo que se reclame a parte ainda que a maior que n'elle tive.» (*Mem.*, t. II, p. 377.) O auctor das *Memorias* esclarece o caso: «Garrett aconselhou Feijó a escrever esse estudo de costumes portuguezes, tendo por protagonista o celebre Camões, Corregedor do bairro do Reino. Indicou-lhe os personagens, alvitrou o enrêdo e deu-lhe o esqueleto

para que o vestisse. Composta primeira e segunda vez, a peça não conseguiu satisfazer o mestre. A' terceira disse elle, depois de ter lido:
«— Não é isto. Sente-se e escreva.
«Como trez actos não se fazem n'um dia, quando se cançou de ditar, mandou o *auctor* embora. Recompoz mais tarde ou compoz tudo, e entregando a Feijó o borrão, disse-lhe:
«— Parece-me que se deve fazer assim, pouco mais ou menos.» (*Ib.*, p. 375.)

Esta comedia está hoje incorporada nas OBRAS de Garrett, edições de 1904, como de collaboração.

*

Estatutos da Academia real das Sciencias de Lisboa, de 22 de Outubro de 1852.

Garrett fôra nomeado pelo governo da Regeneração para proceder á refórma da Academia.

*

Copia de uma Carta dirigida ao snr. Encarregado de Negocios de França em Lisboa, pelo snr. Visconde de Almeida Grrrett, ultimamente Ministro dos Negocios Estrangeiros em Portugal. (Com data de 29 de Agosto de 1852.)

Lithographia, de que se tiraram pouquissimos exemplares; incorporada nas edições de 1904. — E' a explicação da perfidia que o fez sahir do ministerio.

*

Fra Luigi di Souza. — Dramma in tre atti di G. B. d'Almeida Garrett, tradotto dal portoghese coll' assenso dell'autore, da Giovenale Vegezzi Ruscalla. Torino. 1852. Tipografia Speirani e Tortone. In-8.º peq. de 84 p.

Escrevia Varnhagen: «Foi egualmente por indicação minha, que o meu illustre amigo Cav. Vegezzi Ruscalla, já mui conhecido entre nós pela sua traducção da *Marilia de Dirceu*, passou egualmente a italiano o *Frei Luiz de Sousa*...» (Da *Litteratura dos Livros de Cavalleria*.)

*

La Nièce du Marquis, Comedie en trois actes, avec prologue, par — Traduction libre par Ortaire Fournier. (Na *Revue Lusitanienne*, t. I, p. 282-298; 345-362; 426-456. Lisboa, 1852. In-8.º gr. de 479 p.)

*

Rosalinda, traduzida em francez por Edouard Fournier, e publicada no seu livro *Un Prétendent portugais* au XVI^{me} siècle, p. 127 a 141. Paris. 1852. (Garrett transcreveu-a no tomo I do *Romanceiro*.)

1853

Versos — Lyrica. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1853. — OBRAS XVI. (1.º dos Versos.) In-8.º peq.

Reproducção com grandes modificações da *Lyrica de João Minimo* de 1829. N'esta 2.ª edição acham-se a mais: *Despedidas do campo*, (p. 60); *A um joven Poeta*, (p. 70); *A noiva*, (p. 73); *O Monumento*, (p. 75); *A Morte*, (p. 81); *Sonho prophetico*, (p. 96); *Pedido a um Poeta*, (p. 105); *A Annalia*, (p. 107); *A Julia*, (p. 138); *A côr da rosa*, (p. 141); *Ao Corpo academico*, (p. 155); *A Delia*, (p. 197); *Faz hoje um anno*, (p. 221). Faltam as duas peças: *O anno velho* e *A Caverna de Viriatho*, que passou para as *Flores sem fructo*.

*

Folhas cahidas. Lisboa. Imprensa Nacional. Em casa da Viuva Bertrand. 1853. 1 vol. in-8.º gr., 112 pag.

O prologo é datado de Janeiro de 1853, mas o manuscripto esteve no prelo desde 1851. Lê-se em Innocencio: «A historia das *Folhas cahidas*, da sua composição e dos seus accessorios, sabida apenas de alguns, e como que adivinhada ou presentida por outros, envolve especies cujo desenvolvimento não póde achar aqui logar, ao menos por agora.» (*Diccionario bibliographico*, t. III, p. 313. 1859.) Referia-se a uma edição semi-clandestina, rapidamente esgotada.

*

Fabulas e *Folhas cahidas*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1853. — Obras xvii. (2.º dos Versos.) 1 vol. in-8.º de xxv-213 pag.

No prologo datada de Maio de 1853, dá-se esta edição por mais correcta e ampliada, e dividida em dois livros. Foi incorporada nas Obras completas.

*

Folhas cahidas, pelo Visconde de Almeida Garrett. (Vinheta.) Rio de Janeiro. Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1853. 1 vol. in-8.º grande em papel amarello.

E' a primeira edição com o nome do auctor.

*

Folhas cahidas. Rio de Janeiro. Typ. de N. Lobo Vianna Junior. Rua da Ajuda, n.º 57. 1853. In-8.º de 112 pag., sendo as dez primeiras em caracteres romanos continuando em numeração arabe.

*

Folhas cahidas. Rio de Janeiro. 1853. 1 vol. in-16. (Anonymo.)

*

Folhas cahidas. Reproduzidas no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 1853.

*

Romanceiro. i. Romances de Renascença. (Terceira edição.) isboa. Em casa da Viuva Bertrand e Filhos. 1853. 1 vol. in-8.º de xxviii-301 pag. Indice, s.n.

Como Garrett abandonou o plano de 1843, ficor isolado esse vol. i, (Obras iv, 1.º do Rom.), mas ago'a substituido por este para se uniformisar com o ii e iii do *Romanceiro* de 1851. Chama-lhe terceira edição justificando: «A de Londres de 1828 continla apenas o *Bernal francez;* á de Lisboa de 1843, já lhe

accrescentou mais quatro romances; na presente ha outo, além das novas traducções que n'este intervallo se tem publicado na Europa.

1854

Camões. Poema. Lisboa. Em casa da Viuva Bertrand e Filhos. Imprensa Nacional. 1854. 1 vol. in-8.°

Foi ainda revista e retocada por Garrett, quando doente, e em grande parte destinado para offertas. Não é citada por Innocencio. São datadas de 21 de Março as palavras com que abre a edição: «Foi revista e augmentada pelo auctor ainda com mais escrupulo e esmero do que as antecedentes; que nenhuma d'ellas, e esta menos que nenhuma, se póde dizer reimpressão da antecedente; todas têm sido additadas assim no texto do poema como nas notas.» Traz notas referentes a factos de 1854, e alguns com amargura, como a de pag. 221 a 222 em que allude «a esses — papelões impotentes que erigiram a ignorancia farfalhuda e a impotencia presumpçosa em qualidades de homens de estado.» Era o protesto de uma epoca que findava, e norma futura dos grandes estadistas que já na eschola estudariam para ministros.

*

Carta a Licinio de Carvalho. No drama *Rajah de Bonsoló*. Porto. 1854. 1 vol. in-8.°

*

O Rouxinol. Poesia de A. Garrettt. Romance. Musica de Jacopo Carli. Com o retrato de Garrett. Musica e letra lithographadas; vem na *Homenagem a Garrett* por Jacopo Carli, Op. 31. Folh. de 16 p. (Deposito de Musicas de Villa Nova, Filhos & Com.ª, rua de Santa Thereza, n.° 26. Porto.)

1855

Consulta sobre as — Bases de um Contracto entre o Governo portuguez e uma Companhia para a Colonisação e civilisação da Provincia de Moçambique. (Vem

no Opusculo in-fol. de 11 paginas, datado de 27 de Julho de 1854, publicado pelos interessados em 1855. Ahi vem uma Resposta de Garrett, de 11 de Março de 1854, a um Officio.

1856

O Alfageme de Santarem. Lisboa. Imprensa Nacional. OBRAS XVIII, (6.º do Theatro.) 1 vol. in-8.º de VIII-215 pag.

*

Frei Luiz de Sousa. (Segunda edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1856. In-8.º de VIII-234 pag.

*

Merope — Um Auto de Gil Vicente. Lisboa. Imprensa Nacional. 1856. In-8.º

*

Fabulas — Folhas cahidas. Lisboa. Na Imp. Nacional. 1856. 1 vol. in-8.º de XXXII-288 p.

*

Collecção de Decretos e Regulamentos sobre a Inspecção e regimen dos Theatros. Lisboa. Imprensa Nacional. 1856. 1 vol.

1857

O noivado no Dá-fundo ou Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso. Proverbio n'um acto. Lisboa. Imprensa de J. G. de Sousa Neves. 1857. In-8.º de 22 pag. (Na collecção do *Theatro moderno*, n.º 4, da 1.ª Série.)

Incorporada no tomo X das OBRAS. Na primeira edição da *Sobrinha do Marquez*, de 1847, prometteu Garrett ampliar o pequeno volume com outras pequenas composições.

*

Dona Branca, (na Exposição Garrettiana da Bibliotheca nacional.)

1858

Camões, pelo Visconde de Almeida Garrett. Lisboa. Imprensa Nacional. 1858. In-8.º
(Citada na *Coll. Camoneana* de José do Canto, p. 150.)

*

Flores sem fructo. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1858. In-8.º 1 vol.

*

Fallar verdade a mentir. Comedia em um acto, pelo Visconde de Almeida Garrett (sic.) Rio de Janeiro. A' venda na Livraria de Bernardo Xavier Pinto da Silva, rua dos Ciganos, n.º 43. Folh. in-8.º grande de 40 pag.
Contrafacção brasileira, tirada do tomo VII das OBRAS de Garrett.

*

Catão: Excerptos do — Acto IV, scena 5.ª e 6.ª; Acto V, scena 1.ª, 2.ª e 3.ª Transcriptos no *Discurso historico* pronunciado no dia 29 de Septembro de 1858, por occasião de solemnisar-se a posse dos GGr. .·. Officiaes e dignatarios que compõem o Grande Oriente do Brasil, pelo Dr. Mello Moraes (A. J. de). Rio de Janeiro. Typ. Brasileira. 1860. In-8.º de 38 pag., com 2 de catalogo das obras do auctor.

*

Bosquejo sobre a historia da Lingua e da Poesia portugueza. Transcripto pelo Dr. Mello Moraes no Curso de Litteratura portugueza e brasileira. Rio de Janeiro, 1858-59.

*

Versos — Lyrica. Lisboa. Imprensa Nacional. Em casa da Viuva Bertrand. 1858. 1 vol. in-8.º de VI-287 p.

1859

O Arco de Sant'Anna. Chronica portuense. Lisboa. Imprensa Nacional. 1859. In-8.º, 2 vol.

*

Catão. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1859. In-8.º, 1 vol.

*

D. Philippa de Vilhena — Tio Simplicio — Fallar verdade a mentir. Lisboa. Imprensa Nacional. 1859. 1 vol. in-8.º

*

A Sobrinha do Marquez. (Segunda edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1859. In-8.º, 1 vol.

*

Fabulas — Folhas cahidas. Lisboa. Imprensa Nacional. 1859. In-8.º de xxv-288 pag.

*

Fray Luis de Souza. Drama historicc en tres actos, del Vizconde de Almeida Garrett. Traducido por D. Emilio Olloqui. Lisboa. Imprenta Nacional. 1859. 1 vol. in-8.º grande de 81 pag. (Sem prologo nem notas.)

Garrett desejou que o *Frei Luiz de Sousa* fosse traduzido em castelhano, como revelava em carta de 17 de Fevereiro de 1851 a Varnhagen: «Não fará com que o ponha ahi em castelhano algum d'esses nossos visinhos? Eu estimava. Diga sobre isto: o meu amigo, que tanto contribuiu para que *Frei Luiz* se fizesse tedesco, é que devia fazer nacionalisal-o tambem na lingua e na terra de Calderon.» (Da *Litteratura dos Livros de Cavalleria.*)

Esta versão foi incorporada em 1884 na collecção das *Obras Poeticas* de Olloqui, do Cairo, no tomo III, de p. 289 a 383.

*

Dona Branca. Poema em dez cantos por João Baptista da Silva Leitão, visconde d'Almeida Garrett. (Vinheta.) Porto Alegre. A expensas de H. L. Streccius. 1859. 1 vol. in-8.º de xv-269 pag.

O resto d'esta edição foi adquirido pelo livreiro Laemert, do Rio de Janeiro, que lhe poz outra capa de brochura com o seu estabelecimento.

*

Na *Anthologie universelle.* Choix des meilleurs Poesies lyriques de divers nations, dans les langues originales, por Joaquim Gomes de Souza. Leipzig. F. A. Brockaus. 1859. 1 vol. in-8.º de XXVIII-944 p. A secção portugueza abre com as seguintes poesias de Garrett:

Perfume da rosa, (p. 570); *Bella de amor*, (p. 571); *Voz e aroma*, (ib.); *Lucinda*, (p. 572); *Cascaes*, (p. 572-74); *Não és tu*, (p. 574); *O Anjo e princeza*, (p. 575.)

1860

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1860. In-8.º de VIII-236 pag. e 1 de indice s. n.

Ha exemplares em papel de linho numerados; é designada terceira edição.

*

Fra Luigi di Sousa. Dramma. Milano. 1860. Francesco Pagnoni — Tipografo-Editore. 1 vol. in-8.º peq. de 80 pag. (Pertence á collecção *Fiori di Talia o scelto Repertorio teatrale.*) E' a 2.ª edição da versão de Vegezzi Ruscalla, de 1852.

*

D. Branca — Poema de A. Garrett. — Robert A. Marrey, Editor. N. York. 1860. In-8.º de XV-269 pag. (Prologo da ed. de 1850.) Com uma estampa.

E' considerada edição brasileira suppositicia de New York; lê-se no *Conimbricense*, n.º 5604 (6-VIII-901): «Nós porém sabemos por outras indicações, que o editor tinha effectivamente em 1860 estabelecimento de livros na capital americana.» No *Arauto da California*, n.º 46, vem o annuncio: «Alguns bibliophilos garrettianos offerecem bom preço por esta obra.»

*

Romanzero der Spanier und Portugiesen, von Emmanuel Geibel unt Adolph Friederich von Schat. Stutgart. 1860. In-8.º de XIV-418 pag.

Excerptos do *Romanceiro* de Garrett e das *Fabulas* e *Folhas cahidas*. (Exposição garrettiana da Bibliographia nacional.)

1861

O Retrato de Venus. Rio de Janeiro. Editores Soares & Irmão. 1861. 1 vol. in-8.º de 157 pag.

A' frente d'esta edição, vem a NOTA DOS EDITORES: «Levou-nos a emprehender a reimpressão da presente obra, uma das primeiras de um dos maiores e mais fecundos ingenhos, a quem com rasão Portugal se gloría de haver dado o berço, a circumstancia de haver-se ha muito esgotado a sua primeira edição (feita em 1821) sendo por isso mui rara; e ainda mais o desejo de salvar de um tão injusto abandono ou esquecimento, uma producção digna a tantos respeitos de ser lida... «Além d'isto, achava-se incompleta a Collecção das Obras de tão grande escriptor, á qual por certo não fazia pouca falta esta, que é sem duvida uma das suas mais mimosas producções, etc.»

*

Dona Branca. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1861. 1 vol. in-8.º

*

O Alfageme de Santarem. Lisboa. Na Imp. Nacional. 1863. 1 vol. in-8.º

*

Fra Luigi de Sousa. Dramma (Na Collecção *Italia dramatica*.) 1861. E' a traducção de Ruscalla de 1860, com outro frontispicio.

1863

Romanceiro. Lisboa. Imprensa Nacional. Em Casa da Viuva Bertrand e Filhos. 1863. 3 vol. in-8.º

*

Camões. Poema. Lisboa. Imprensa Nacional. Em Casa da Viuva Bertrand e Filhos. 1863. In-8.º 1 vol.

1864

Portugiesische Volkslieder und Romanzen. Portugiesische und deutsch mit Numerfungen herausgegeben von Dr. Christ. Fr. Bellermann. Leipzig. 1864. In-8.º de xv-284.

Traz versões do Romanceiro de Garrett: *Santa Iria, Justiça de Deus, Conde Nillo*, com o texto portuguez.

1867

Portugal na balança da Europa. Porto. Em Casa da Viuva Moré — Editora. Typ. Commercial. 1867. In-8.º 1 vol. de 346 pag. (OBRAS XIX.)

*

Da Educação. Cartas dirigidas a uma Senhora illustre encarregada da instituição de uma joven Princeza. Porto. Em Casa da Viuva Moré. Typ. Commercial. 1867. 1 vol. in-8.º de 228 pag. (OBRAS XX.)

*

O Retrato de Venus, e o Ensaio sobre a Historia da Pintura. Porto. Casa Moré — Editora. 1867. 1 vol. in-8.º de 288 pag. (OBRAS XXI; traz o *Bosquejo da Historia da Lingua e Poesia portugueza*.)

1868

O Retrato de Venus. Rio de Janeiro. In-8.º peq. (Edição citada por A. Fernandes Thomaz.)

1869

Frei Luiz de Sousa. (Quarta edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1869. In-8.º de VIII-235 pag., mais 3 s. n.

*

Versos — Lyrica. Lisboa. Imprensa Nacional. 1869. In-8.º de 294 pag.

*

Fabulas — Folhas cahidas. Lisboa. Imprensa Nacional. 1869. 1 vol. in-8.º

*

Merope — Um Auto de Gil Vicente. (Na Exposição Garrettiana da Bibliotheca nacional.)

1870

Viagens na minha terra. (Quinta edição.) Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1870. In-8.º 2 vol. de 292 e 252 pag.

*

Flores sem fructo. (Terceira edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1870. 1 vol. in-8.º

1871

Helena. Fragmento de um romance inedito. Lisboa. Imprensa Nacional. 1870. (OBRAS XXII.) 1 vol. in-8.º de LII-185 pag. E' precedido de um Catalogo dos Autographos de Garrett.

*

Discursos parlamentares, e Memorias biographicas. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1871. (OBRAS XXIII.) In-8.º 1 vol. de 440 pag.

*

O Arco de Sant'Anna. Chronica portuense. (Quarta edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1871. In-8.º 2 vol. de 220 e 294 pag.

1872

O Alfageme de Santarem. Lisboa. Imprensa Nacional. 1872. In-8.º 1 vol. de 213 pag.

*

Aus Portugal und Brasilien. Münster. 1872. (Traz poesias lyricas de Garrett traduzidas pelo Dr. Wilhelm Storck.)

1873

Viagens na minha terra. Traducção allemã de Senbert. Leipzig. 1873. 1 vol.

1874

Dona Branca. Lisboa. Imprensa Nacional. 1874. 1 vol. in-8.º de 255 pag.

*

Flores sem fructo. (Terceira edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1874. In-8.º 1 vol. de VII-237 pag.

1875

Romanceiro. — Romances de Renascença. Lisboa. Imprensa Nacional. 1875. In-8.º 3 vol. de XXVII-269; XLIX-313; 309 pag.

1876

Dona Philippa de Vilhena. Lisboa. Imprensa Nacional. 1876. In-8.º 1 vol. de 265 pag.

1877

Escriptos diversos — Colligidos por C. Guimarães. Lisboa. Imprensa Nacional. 1877. (OBRAS XXIV.) 1 vol. in-8.º de 322 pag.

N'este tomo ficou interrompida a collecção das OBRAS, continuada depois da morte de Garrett desde o tomo XVIII.

*

A Sobrinha do Marquez — As Prophecias do Bandarra — Um noivado no Dá-fundo. Lisboa. Imprensa Nacional. 1877. In-8.º 1 vol. de CLXV-138 pag.

(Incorporação das *Prophecias do Bandarra.*)

*

Catão. (Sexta edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1877. In-8.º 1 vol. de 265 pag., 1 de indice.

*

Adozinda: No *Romanceiro portuguez* de Victor Eugenio Hardung. Leipzig. 1877. 2 vol. in-8.º

1880

Camões. — Prefaciado por Camillo Castelllo Branco. (Setima edição.) Porto. Livraria de Ernesto Chardron. 1 vol. in-8.º de LXXI-273 pag. (Com o retrato de Garrett, gravado em cobre d'après Boutard. — Dedicado ao Centenario de Camões.)

*

Camões. Contrafacção brasileira da edição do Porto de 1880, com a falsa designação: Lisboa. Typographia nacional. In-8.º de LXXXIV-285 pag. sem anno.
(Ap. A. Fernandes Thomaz, *Garrettiana*, p. 12.)

*

Camões. Poëme traduit du portugais avec une introduction et des notes, par Henri Faure... orné du portrait de Garrett. Paris. A. Quartin. 1880. 1 vol. in-18 francez. (Retrato a agua forte por Boutard.)

*

Camões: Folhas avulsas mandadas imprimir e distribuir pelo Gabinete portuguez de Leitura do Rio de Janeiro em 1880, por occasião do Tricentenario de Camões: Canto III, est. XII; Canto V, est. I, II e III; — Est. IV; — Est. VI, Gruta de Macáo; — Est. V e VII; — Est. XI, Descripção de Cintra. (Seis folhas; fômos brindados com uma collecção.)

*

Camões: Excerpto do Canto VIII, *A visão.* No *Museu Camoniano*, p. 109 a 124. Porto. 1880.

*

Ignez de Castro. — Scenas do 1.º acto da projectada tragedia de Garrett. Publicadas por Annibal Fernandes Thomaz, no Tricentenario de Camões (1580-1880): Ignez de Castro — Iconographia — Historia — Litteratura. Lisboa. Typ. Castro Irmão. 1880. 1 vol. in-8.º grande.

*

Merope — Gil Vicente. (Quarta edição) Lisboa. Imprensa Nacional. 1880. 1 vol. in-8.º de 309 pag. e 3 s. n.

*

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Imprensa Nacional. 1880. 1 vol. in-8.º (Catalogo Sabugosa, p. 107.)

1881

Romancero. Choix de vieux Chantes portugais, traduits et annotés par le C.te de Puymaigre. Paris. 1881. 1 vol. in-8.º de 280 pag. (Traz romances da collecção de Garrett.

*

I cinque sensi. Traduzida das *Folhas cahidas* por Pietro Turati, nas *Fiori del Sud.* Milano. 1881. In-8.º (No vol. XXX da *Biblioteca contemporanea.)*

*

O X ou a Incognita. Fragmento do Poema heroi-comico. (Nas Memorias biographicas, t. I, p. 216 e na ed. de 1904.)

1882

Versos do V. de Almeida Garrett. Lyrica. (Quinta edição. Porto. Ernesto Chardron, Editor. 1882. In-8.º 1 vol. de VI-288 pag.

*

Discursos parlamentares — Memorias biographicas. Lisboa. Imprensa Nacional. 1882. In-8.º 1 vol. de 463 p. e 1 de indice.

*

Adozinda. Trechos da versão ingleza de 1832, reproduzidos no volume *The Poets and Poetry of Europe,* with introduction and biographical notice. By H. W. Longfellow. Boston Honghton. 1882. (a p. 766.)

1883

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Imprensa Nacional. 1883. 1 vol. in-8.º de VIII-227 pag.

*

Viagens na minha terra. Lisboa. Imprensa Nacional. 1883. 2 vol. in-8.º

*

Discursos e Poesias funebres recitadas a 27 de Novembro de 1822 em sessão extraordinaria da Sociedade litterario-patriotica, celebrada para prantear a morte de Manoel Fernandes Thomaz — primeiro dos Regeneradores portuguezes. (Segunda edição novamente correcta.) Lisboa. Na Typ. de G. M. Martins. 1883. In-8.º de 64 pag. (A Oração de Garrett vem de pag. 5 a 47.)

Lê-se na capa da brochura: « Discursos e Poesias funebres recitadas por *J. B. da S. L. d'Almeida Garrett* e outros, etc.»

1884

Portugal na balança da Europa. Porto. Ernesto Chardron — Editor. Typ. Teixeira. 1 vol. in-8.º

*

O Retrato de Venus e Estudos de Historia litteraria. Porto. Ernesto Chardron — Editor. 1884. In-8.º 1 vol. de 233 pag., com mais 3 s. n.

*

Fallar verdade a mentir. Comedie par le Vicomte de Almeida Garrett. Representée pour la prémière fois à Lisbonne, le 7 de Avril de 1848.

Publicada na *Revue du Monde Latin*, t. II: 1.º livraison, 25 Janvier, p. 27 a 61; e 2.º livraison, 25 Fevrier, p. 148 e 166. Paris. 1884. E' anonyma esta segunda traducção franceza.

*

Fray Luis de Sousa. Traducção castelhana de D. Emilio Olloqui, incorporada nas suas *Obras poeticas*, t. III, de pag. 289 a 383. Cairo. Tipo-Litografia V. Penasson. 1884. 3 vol. in-8.º

Sobre esta versão, escreve J. de Araujo, na sua monographia *Frei Luiz de Sousa, de Garrett:* «A traducção de Olloqui é bem feita; o litterato catalão supprimiu a ultima scena do drama, deixando todavia inadvertidamente entre os personagens o Prior de Bemfica, que só apparece n'aquelle lance.»

*

Odes juvenis de Garrett: a 7.ª e a 9.ª Publicadas no livro *Ilha Graciosa* (Açôres). Descripção historica e topographica, por Antonio Borges do Canto Moniz. Angra do Heroismo. 1884. In-8.º Vêm incluidas no estudo — *O Visconde de Almeida Garrett na Graciosa*, de p. 135 a 142; fôra pela primeira vez publicado na *Revolução de Septembro* de 1 de Julho de 1882. (Vide 1902 e 1903.)

1885

No *Libro dell'Amore*, de Marco Antonio Canini, vol. I, p. 399 a 400; e no vol. IV, p. 234, traz versões de algumas poesias das *Folhas cahidas*. Venezia. 1885. In-8.º grande.

1886

Camões. (Oitava edição.) Lisboa. Imprensa Nacional. 1886. In-4.º grande. 1 vol. de XXIII-271 pag.

Descripta no *Catalogo camoneano* de José do Canto, p. 150: «Magnifica edição de grandes margens, em papel Whatman superior, as paginas ornadas com filetes encarnados, e a impressão de incomparavel nitidez.»

*

Romanceiro — Traduzido em parte por Fernando Wolf, no *Proben Portugiesischer und Katalonischer Wolksromanzen.* Wien. 1886.

1887

La Nave di Caterineta (A Náo Catherinetta.) Romanza portoghese, tradotta in verso italiani, con note, da Ettore Toci. Livorno. Giusti. 1887. In-8.º di 20 pag. (No opusculo: x Ottobre. MDCCCLXXXVII. Nozze Serafini-Boelhouver.) Até p. 8 contém a versão do romance; até ao fim Notas discutindo as opiniões de Garrett, Theophilo Braga, Du Puymaigre e Loiseau. (Imprimiram-se 25 exemplares.)

*

Saudade, traducção latina da Invocação do Poema *Camões*, pelo Dr. Castro Lopes, a p. 132-135 do livro *Musa latina. Amarillides Dircaei aliquot selecta lyrica in latinum sermonum translata.* Potomopoli. 1887. In-8.º 4 fl. prel. XXXI-XXXIX, 139 p. (2.ª edição.)

1888

Lusitania. Canti populari portoghesi, tradotto ed annotati da Ettore Toci. Livorno. Coi lipi de R. Giusti... 1888. In-8.º de VII-179 pag.
(Traz versões de varios romances da collecção de Garrett.)

1889

Coeurs héroiques (Frei Luiz de Sousa) par Henri Faure. Moulins. Imprimerie Crepin Lebland. 1889. In-8.º de 161 pag.

1890

Camoens, Gedicht in zehn Gesäng von J. B. Almeida Garrett. Nach dem Portugiesischen von Adolf Friedrick Graf von Schack. Stuttgart. J. G. Costa. 1890. In-8.º de XVI-172 p. (Na coll. *Orient und Occident*, t. II.)

1893

Memoria historica do Conde de Avilez. Aveiro. Typ. Aveirense. 1893. In-8.º

Publicada pela primeira vez no *Campeão das Provincias* em folhetim typographicamente disposto para ser cortado em paginas soltas. Incluido por Marques Gomes na Bibliotheca historica politica, t. II, p. 653 a 664.

1894

Ur Portugals Samtidige Diktuing, vem Poesias de Garrett traduzidas em sueco por Göran Bjorkmann. Nortelje. 1894.

1896-7

La Jeune Fille aux rossignols. (Traducção das *Viagens na minha terra* publicada na *Revue britanique.*)

1897

Ignès de Castro — Projecto de Drama — Rascunho de algumas scenas. Divulgado por J. de Araujo. Livorno. Typ. de Raff. Giusti. 1897. In-8.º de 15 pag. (Plano schematico dos trez actos, e fragmentos de duas scenas.)

1898

Morte di Camoens (Do poema de Garrett) da Domenico Perrero. Parma. L. Bottei. MDCCCXCVIII. Folh. (No Centenario da India.)

*

O Impromptu de Cintra — Composto e representado em 8 de Abril de 1822, na Quinta da Cabeça em Cintra. (Separata do 3.º fasciculo da *Ave azul*, sob o titulo de *Flores Garrettianas*, p. 5 a 13.) — Homenagem da *Ave azul* no primeiro Centenario de Garrett. Vizeu. Typ. da Folha. 1898. In-8.º grande.

1899

Da Educação. Cartas dirigidas a uma Senhora, etc. (3.ª edição.) Lisboa. Empreza da Historia de Portugal — Sociedade editora. 1899. In-8.º 1 vol. de XXVII-232 pag.

*

Escriptos diversos. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1899. In-8.º peq. 1 vol. de 332 pag.

*

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1899. In-8.º 1 vol. de VIII-197 p. e 1 de indice.

*

Folhas cahidas — Traducção italiana de Tomazzo Cannizzaro. (No Centenario de Garrett.) Messina. 1899. Edição de 150 exemplares.

Contém vinte das mais bellas poesias das *Folhas cahidas*, de p. 9 a 38; com um prologo de Joaquim de Araujo de 1891 lembrando a divida nacional ao poeta. (p. 5 a 7.)

*

La jenne fille aux Rossignols. Roman extrait du Voyage dans mon Pays, de Garrett, avec une introduction sur ce Voyage par Henri Faure. Moulins. 1899. 1 vol. in-8.º de 1 a 43 p. introduction; 45 a 215 texto.)

O livro tem inscripto: CENTENAIRE DU GRAND POETE PORTUGAIS J. B. DE ALMEIDA GARRETT. (4 fevrier, 1905.)

*

Camões. Canto V. Fragmento di versione. (Centenario de Garrett: 1799-1898) por Prospero Peragallo. Padova. Fratelli Gallina. Folheto. (25 exemplares.) Reproduzido na Nova Alvorada, de Famalicão, de Fevereiro.

*

Versi di Almeida Garrett. Versão de Garoglio. Venezia. F. Narotovich. Folh. in-16 de 8 pag. (Contém 3 poesias das *Folhas cahidas*)

*

Le mie ali. Traducção italiana de Prospero Peragallo. No folheto de Leonello Modena: *Almeida Garrett* (1799-1890.) Parma. R. Pellegrini. 1899. In-8.º (Vem a pag. 8.)

*

Passo di Roncisvallo. Traducção de Carduchi, nas Rime Nuove, p. 265. (Do *Romanceiro* de Garrett.)

*

Petits Chefs-d'Oeuvre de Garrett, par Marc Legrand. Moulins. 1899. In-8.º de 16 pag. (Contém: *Mes Ailes, Les cinq-sens, Cascaes, Plaintes de Camoens mourant.)*

*

Flores garrettianas, colhidas por Joaquim de Araujo. Napoli. Pei Tipi di Michele Auria. 1899. In-8.º gr. de 15 pag. (Contém as quatro poesias traduzidas por Canini no *Libro dell'Amore*, uma por Emille Tezza; outra de Pietro Turati, de 1881.)

*

Da Obra de Garrett. Trechos escolhidos no opusculo: *A Garrett* no seu primeiro Centenario, 4-2-1799 a 4-2-1899. Homenagem de Anna de Castro Osorio e Paulino de Oliveira. Lisboa. 1899. In-8.º grande de 48 pag.

De p. 17 a 36 vem: Scena 1 do 2.º acto do *Frei Luiz de Sousa*. Trecho das *Viagens na minha terra*. Scena 3 do 1.º acto do *Auto de Gil Vicente*. *Camões* naufrago. — Trecho do *Arco de Sant'Anna*. Excerpto do canto III da *D. Branca*. *Conde Nilo*, do *Romanceiro*. Pensamentos.

*

O In promptu de Cintra. Publicado pela primeira vez no *Jornal Saloio*, n.º 59, de 4 de Fevereiro de 1899, precedido de um artigo do Dr. Carlos Guimarães, que tambem ahi publicou duas Cartas de Garrett á filha.

*

O In promptu de Cintra. (No n.º 1.º do *Culto garrettiano*. Lisboa. Livraria Editora de Guimarães e Libanio & C.ª s. d. In-8.º folh. de 15 pag. (transcripção do *Jornal Saloio.)*

*

Ode á formosura. Recordação do Saráo promovido pela Sociedade Almeida Garrett no Real Theatro de S. Carlos. (Excerpto da *Dona Branca*. Folha avulsa.) 1899.

*

Adeus, Mãe! Folha avulsa, com uma poesia distribuida pela Sociedade de recreio — Almeida Garrett — de Evora, na noite do Saráo do Centenario de Garrett. Evora. 1899.

*

As minhas azas. Folha distribuida no Theatro Sá de Miranda, de Ponta Delgada (ilha de S. Miguel) no Centenario Garrettiano. (S. typ.)

*

Voz e aroma — Vibora — Barca bella — Rosa e lirio. — Quatro folhas avulsas distribuidas na noite de 4 de Fevereiro de 1899 no Theatro do Principe real, do Porto. Imprensa Portugueza. 1899.

*

Flores sem fructo. Lisboa. 1899. Empreza da Historia de Portugal. (E' a da Imp. Nacional de 1874, com novo frontispicio.)

*

Catão. Lisboa. 1899. Ib. (E' a da Imp. Nacional de 1877, com um novo frontispicio.)

*

Merope. Lisboa. 1899. Ib. (E' a da Imp. Nacional de 1880, com novo frontispicio.)

1900

Camões pelo Visconde de Almeida Garrett — Prefaciado por José de Sousa Monteiro. (Emblema: Corôa sobre o monogramma de letras inclusas I. N. com a faixa a ouro: Sciencias e Artes. O titulo *Camões* sobre chapa gravada, impresso a ouro sobre palmas e ramagens.) In-fol. de papel de linho. Pag. I a IV, anterosto e frontispicio; V a XXIV, prologo: *Garrett e o seu Camões*, em typo italico parangona; de pag. 1 a 186 o texto do poema, tendo cada Canto cabeça e colophão gravados e impressos a côres e ouro. Em 2 fl. s. n. a declaração:

ACABOU-SE A IMPRESSÃO D'ESTE LIVRO
DESTINADO Á
EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS
IMPRESSÃO FEITA NOS PRELOS DA
IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
COM TYPOS
EXPRESSAMENTE GRAVADOS E FUNDIDOS NA MESMA IMPRENSA
A SEIS DE JUNHO DE MIL E NOVECENTOS.

Edição limitadissima, que não entrou no commercio; o director da imprensa Deslandes supprimiu o prologo e as notas de Garrett, deixando assim *truncada* a obra do poeta; mas substituiu-os pela prosa do conselheiro J. Sousa Monteiro, de uma laboriosa rhetorica, para provar que Garrett é o Klopstock portuguez e não o iniciador do Romantismo: «O poeta portuguez foi iniciador de si só porém e para si. A dynastia litteraria que findou n'elle findou de vez. Foi elle D. Affonso Henriques e foi Dom Sebastião...» (p. XXIII.) Os pensamentos d'este prologo foram pelo mesmo estylista aproveitados no seu Elogio funebre academico na sessão solemne de 19 de Fevereiro de 1905, commemorando o quinquagesimo anniversario do transito de Garrett.

*

Catão. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. Sociedade Editora. 1900. 1 vol. in-8.º de 260 pag., 2 s. n.

*

D. Philippa de Vilhena — Tio Simplicio — Fallar verdade a mentir. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900. In-8.º 1 vol. de 265 pag., 2 de indice. (Erradamente notada como 3.ª edição.)

*

A Sobrinha do Marquez — As Prophecias do Bandarra — Um noivado no Dá-fundo. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900. In-8.º 1 vol de XIII (Prologo) a CLXVIII (Sobrinha) e 1 a 138 (as duas Farças.)

*

Merope — Um Auto de Gil Vicente. Typ. da Livraria Moderna. 1900. In-8.º

*

O Alfageme de Santarem. Lisboa. Empreza da Hist. de Portugal. 1900. In-8.º 1 vol. de VII-209 pag.

*

Portugal na balança da Europa. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900. 1 vol. in-8.º de XIX-291 pag.

*

Lyrica — Primeiros Versos. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900. In-8.º de 294 p.

(E' a edição da Imprensa Nacional com um novo frontispicio.)

*

Flores sem fructo. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900. In-8.º de VII-239 pag.

*

Romanceiro. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1900-1901. In-8.º 3 vol. de 277, 213 e 311 pag.

*

Memoria historica do Conde de Avilez. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. Folh.

(Reproducção em folheto do texto pela primeira vez publicado na *Revolução de Septembro*, n.º 1210, de 15 de Abril de 1845.)

*

Raccolta di traduzione dei migliori Poeti portoghesi, por G. Cellini. Roma. MDCCCIC. (Traz poesias lyricas de Garrett.)

*

Morte di Camoens, por Prospero Peragallo. Padova. Typ. Fratelli. Gallina. 1900. (Trecho do poema *Camões*.)

*

Poesie portoghesi e Sivigliane tradotte in italiano. Nuova serie. (Genova, 1899); e *Mazzolino di Poesie Por-*

toghesi e Sivigliane, trad. in italiano. — Parte seconda della nuova serie. Genova. 1900. Da Prospero Peragallo.

Contém trechos: os primeiros 26 versos do Canto v do *Camões*, e 93 do canto x; o Soneto *Porfia de amor;* a canção *A Helena* das *Folhas cahidas;* e as canções *Ramo de cypreste* e *As minhas azas*, acompanhadas do texto portuguez.

*

Brother Luiz de Sousa. A Study with *translated Extracts*, by Edgar Prestagge Altrichan. 1900. Folh. in-8.º gr. de 19 pag. (Traz cinco scenas escolhidas; publicadas pela primeira vez em 1896 na *Dublin Reviw* de Janeiro.)

*

Rosa sem espinho. — Na 4.ª pagina do impresso: Associação dos Jornalistas e Homens de Lettras do Porto. — Saráo em Memoria de Garrett. 4 de Fevereiro de 1900. Folh. obl. de 4 pag.

*

Garrettiana da Bibliotheca nacional (Rio de Janeiro.) Typ. Leuzinger. 1900. In-4.º de 18 pag. (Coordenação de Teixeira de Mello e introducção de J. de Araujo.)

1901

Dona Branca. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1901. 1 vol. in-16, de XI-254 p.

*

Fabulas — *Folhas cahidas*. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1901. In-8.º de 285 pag.

*

Discursos parlamentares — *Memorias biographicas*. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1901. In-8.º de 446 pag.

*

Rosalinda — Ballade portugaise de Almeida Garrett. (No opusculo de Niolosas Kanaroff, Le *Centenaire de Garrett*. Moulins, 1901, da pag. 11 a 15.)

1902

Frei Luiz de Sousa. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1902. In-8.º de VIII (Prologo); 1 a 18, Memoria lida ao Conservatorio; 20 a 183, Drama e Notas; 185 a 197, juizo de Rebello da Silva.

*

Os primeiros Versos de Garrett. Porto. Livraria universal. 1902. Folh. (Publicados por Mendo Bem, pseudonymo de Moniz de Bettencourt.)

*

Camões. Oitava edição. Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos — Livreiro, Editor. Ruas S. José, 75, e Gonçalves Dias, 51. 1902. In-8.º peq. 1 vol. de 253 pag., 1 s. n. de indice.

*

Poesias de Garrett. Homenagem das Typographias do Porto. — 3 de Maio de 1902. — Porto. Typographia Central.

Interessante collecção de Excerptos Garrettianos por occasião das Festas do Porto. Impressões de mais de quarenta folhas avulsas, no mesmo formato, algumas com estampas, formando um volume facticio. A typographia do Hospital do Conde de Ferreira imprimiu o *Suspiro d'alma*. (Comm. de Joaquim de Araujo.)

*

Das Igrejas evangelicas em Portugal: Excerpto extenso do *Portugal na balança da Europa*, com o subtitulo: = O que diz Garrett ácerca da Religião evangelica protestante. = Do Porto, e por occasião das Festas de 1902. =

(Sem l. nem typ. «Publicada a expensas da Mocidade protestante portugueza.»)

*

Côros que serão cantados pelas Escholas Evangelicas do Porto e Gaya na Festa infantil de 31 de Maio de 1902, em honra de Almeida Garrett. 4 pag. in-8.º sem l. nem d. Contém:

1.ª pag.: *Rosa sem espinhos.*
2.ª » : *A flôr da ventura.*
3.ª » : *O Rouxinol.*

*

Frei Luiz de Sousa — Versão italiana pelo Conde Belli di Lionardi.

Lê-se no *Conimbricense*, n.º 5730, de 1902: «Está sendo impressa uma nova versão do *Frei Luiz de Sousa*, esmeradamente feita pelo Conde Belli di Lionardi. Deve apparecer n'uma Bibliotheca intitulada — *Obras primas do Theatro estrangeiro*.»

Aponta do mesmo traductor a versão para italiano das *Viagens na minha terra* (*Conimbr.*, n.º 5708.); e a do *Alfageme de Santarem* por Antonino Mari. (*Ib.*)

1903

Camões. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1903. In-8.º 1 vol. de 270 pag.

*

Odes anacreonticas, compostas e offerecidas ao Senhor Francisco Homem Ribeiro, por J. B. S. L., seu menor creado. (Parte 1.ª, Graciosa, Ilha.) Evora. 1903. Minerva Commercial. In-4.º de 36 pag.

Contém 9 Odes. Introducção até á pag. 12 por A. F. Barata, declarando ter o seu texto sido copiado com exactidão por José do Canto do autographo hoje em poder do Dr. Diogo de Barcellos Machado.

1904

Frère Luis de Souza — Drame en 3 actes, d'Almeida Garrett. Traduction de Maxime Formont. — Notes, Documents, Bibliographie. Livourne. Imprimerie de Raph. Giusti. 1904. 1 vol.

(A expensas de Antonio de Portugal de Faria, que lhe ajuntou o apparato critico.)

Accrescentou-se a esta tiragem:

«Representé à Paris, au Noveau Théatre, le vendredi 2 Mai. 1902.»

Além d'esta traducção, o snr. Sant'Anna Nery publicou em folhetins do jornal *L'Epoque*, uma outra que vae ser impressa em volume a expensas de Antonio de Portugal de Faria.

*

Camões. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1904. In-8.º 1 vol. de 175 pag. (Designada 9.ª edição.)

*

Obras completas de Almeida Garrett. — Grande edição popular, illustrada. Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Theophilo Braga. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal, Editora. 1904. 2 vol. in-4.º grande, a duas columnas, profusamente illustrada por Manoel Macedo e Roque Gameiro.

Vol. I. — Poesia — Theatro (Prosa e Verso.) Prefacio: *Garrett e a sua Obra*, p. v a L. *Bibliographia*. LI a LIX. Secção I, Poesia. Secção II, Theatro. De 1 a 836 pag. (Com retrato.)

Vol. II. — Prosas. De 1 a 840 pag.

N'esta edição das *Obras completas* de Garrett seguiu-se um plano de coordenação combinando a ordem chronologica com a systematisação dos generos litterarios. Pela primeira vez são incorporadas varias composições de collaboração, e muitissimas avulsas, taes como opusculos, as Cartas intimas e a Autobiographia. Foi consagrada á celebração do Quinquagenario da morte de Garrett.

*

Obras completas de Almeida Garrett. Lisboa. Empreza da Historia de Portugal. 1904. In-8.º peq. 28 volumes.

E' o mesmo texto da edição in-4.º grande, pela seguinte disposição:

Vol. 1 — **Retrato de Venus — Historia da Pintura — Fragmentos de poemas ineditos.**
» 2 — **Lyrica** — Vol. 1.º *Lyrica de João Minimo — Fabulas e Contos — Sonetos — Odes anacreonticas.*
» 3 — **Lyrica** — Vol. 2.º *Flores sem fructo — Folhas cahidas.*
» 4 — **Camões**, poema em dez cantos.
» 5 — **D. Branca**, poema em dez cantos.
» 6 — **Adozinda — Romances reconstruidos.**
» 7 — **Romanceiro** — Vol. 1.º *Romances da tradição oral.*
» 8 — **Romanceiro** — Vol. 2.º *Romances da tradição oral — Romances com fórma litteraria.*
» 9 — **Theatro** — Vol. 1.º *Catão.*

Vol. 10 — **Theatro** — Vol. 2.º *Mérope — Inpromptu de Cintra — Corcunda por amor.*
» 11 — **Theatro** — Vol. 3.º *Auto de Gil Vicente — D. Philippa de Vilhena.*
» 12 — **Theatro** — Vol. 4.º *Alfageme de Santarem — Tio Simplicio.*
» 13 — **Theatro** — Vol. 5.º *Fallar verdade a mentir — As prophecias do Bandarra — Um noivado no Dá-fundo — O Camões do Rocio.*
» 14 — **Theatro** — Vol. 6.º *Frei Luiz de Sousa — A Sobrinha do Marquez.*
» 15 — **Arco de Sant'Anna** — Chronica portuense. Manuscripto achado no convenlo dos Grillos, no Porto, por um soldado do Corpo academico. — Vol. 1.º
» 16 — **Arco de Sant'Anna** — Vol. 2.º
» 17 — **Helena** (Fragmento de um romance.)
» 18 — **Viagens na minha terra** — Vol. 1.º
» 19 — **Viagens na minha terra** — Vol. 2.º
» 20 — **Da Educação** — *Cartas dirigidas a uma senhora illustre, encarregada da instituição de uma joven princeza.*
» 21 — **Bosquejo da Historia da Poesia e Lingua portugueza — Outros escriptos — Impressões e viagens.**
» 22 — **Memorias biographicas.**
» 23 — **Portugal na balança da Europa** — *Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilisado.*
» 24 — **Politica** — *Reflexões e Opusculos — Correspondencia diplomatica.* — Vol. 1.º
» 25 — **Politica** — *Reflexões e Opusculos — Correspondencia diplomatica.* — Vol. 2.º
» 26 — **Discursos parlamentares.**
» 27 — **Cartas intimas.**
» 28 — **Garrett e a sua Obra**, por Theophilo Braga. — **Autobiographia de Garrett. (Retrato.)**

1905

Der Mönch von Santarem, oder... von J. B. de Almeida Garrett... Leipzig. s. d. 1 vol. in-16 de 280 p. (E' a traducção allemã das *Viagens na minha terra*, por Adolf Tenbert. Na Universal Bibliothek, p. 972 e seg.)

?

A Donzella dos Rouxinoes. Traducção italiana pelo Comm. Antonio Padula, em um jornal de Napoles (a publicar em volume.)

?

Capitulos das *Viagens na minha terra* em uma Illustração russa.

?

Frei Luiz de Sousa, traducção allemã de Luiza Ey. (Em correspondencia de Hamburgo de 10 de Abril de 1905 dava-se noticia da proxima representação. *Progresso*, n.º 2.)

Obras de J. B. de Almeida Garrett

TOMO I. — *Camões*. Lisboa. Typ. de José Baptista Morando. 1839. 1 vol. in-8.º de XIV-307 p.
TOMO II. — (1.º do *Theatro.*) *Catão*. Lisboa. Typ. de J. B. Morando. 1840. 1 vol. in-8.º de XLII-253 p.
TOMO III. — (2.º do *Theatro.*) *Mérope — Auto de Gil Vicente*. Typ. de J. B. Morando. 1841. 1 vol. in-8.º de 311 pag.
TOMO IV. — (1.º do *Romanceiro.*) *Romanceiro e Cancioneiro geral. Adozinda* e outros Romances. Lisboa. Typ. da Sociedade propagadora de Conhecimentos uteis. 1843. 1 vol. in-8.º de 216 pag. (Substituido em 1853: 1 vol. de XXVIII-301 pag.)
TOMO V. — (3.º do *Theatro.*) *Frei Luiz de Sousa*. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1844. 1 vol. in-8.º de VIII-236 pag. (Com retrato.)
TOMO VI. — (2.º da *Lyrica.*) *Flores sem fructo*. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1845. 1 vol. in-8.º de VII-230 pag.
TOMO VII. — (4.º do *Theatro.*) *D. Philippa de Vilhena — Tio Simplicio — Fallar verdade a mentir*. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1846. 1 vol. in-8.º de VII-271 pag.
TOMOS VIII e IX. — *Viagens na minha terra*. Lisboa. Typ. da Gazeta dos Tribunaes. 1846. 2 vol. in-8.º: 1.º de VIII-289 pag.; 2.º de 247 pag. Erratas s. n.
TOMO X. — (5.º do *Theatro.*) *A Sobrinha do Marquez*. Comedia. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1848. 1 vol. in-8.º de XI-176 pag.

TOMO XI. — *O Arco de Sant'Anna.* Chronica portuense. Lisboa. Na imprensa Nacional. 1851. In-8.º (A 1.ª edição de 1845, não foi incorporada nas *Obras completas.)* — I do *Arco.*
TOMO XII. — *O Arco de Sant'Anna.* II. Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1850. 2.º vol. in-8.º de VI-320 pag. (Reimpresso com o 1.º vol. em 1851.)
TOMO XIII. — *Dona Branca.* Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1850. 1 vol. in-8.º de XI-269 pag.
TOMO XIV. — (2.º do *Romanceiro.) Romances cavalheirescos antigos.* Lisboa. Na Imp. Nacional. 1851. In-8.º de XLVI-301 pag.
TOMO XV. — (3.º do *Romanceiro.)* Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1851. In-8.º de VI-296 pag. (O 1.º do *Romanceiro.* ib. 1853. Vid. tomo IV.)
TOMO XVI. — (1.º dos *Versos.) Lyrica.* Lisboa. Imp. Nacional. 1853. In-8.º
TOMO XVII. — (2.º dos *Versos.) Fabulas — Folhas cahidas.* Lisboa. Imprensa Nacional. 1853. 1 vol. in-8.º de XXV-213 pag.
TOMO XVIII. — (6.º do *Theatro.) O Alfageme de Santarem.* Lisboa. Imp. Nacional. 1856. 1 vol. in-8.º de VIII-215 pag.
TOMO XIX. — *Portugal na balança da Europa.* Porto. Typ. Commercial. 1867. 1 vol. in-8.º de 346 pag.
TOMO XX. — *Da Educação.* Porto. Typ. Commercial. 1867. 1 vol. in-8.º de 288 pag.
TOMO XXI. — *O Retrato de Venus* e Estudo da Historia litteraria. Porto. Typ. Commercial. 1867. 1 vol. in-8.º de 288 p.
TOMO XXII. — *Helena.* Lisboa. Imprensa Nacional. 1871. In-8.º 1 vol. de LII-185 p.
TOMO XXIII. — *Discursos parlamentares.* Lisboa. Na Imprensa Nacional. 1871. In-8.º 1 vol. de 440 pag.
TOMO XXIV. — *Escriptos diversos.* Lisboa. Imprensa Nacional. 1877. In-8.º 1 vol. de 332 p.

Edição geral realisando o Programma de Garrett, de 1838, modificado para incluir novas creações artisticas de 1842 a 1853. Depois da sua morte foi continuada a Edição geral do tomo XVIII a XXIV (1856 a 1877) sem plano. E' indispensavel este Schema bibliographico para coordenar as edições avulsas, que depois fôram incorporadas.

Série chronologica das edições das principaes Obras de Garrett

Retrato de Venus: 1821; 1861; 1867; 1868; 1884; 1904 bis.

Catão: 1822; 1830; 1840; 1843; 1845; 1851; 1859; 1877; 1900; 1904 bis.

Camões: 1825; 1838; 1839 bis; 1843; 1844; 1854; 1858; 1863; 1880 bis; 1880 trad.; (1886; 1890 tr.); 1900; 1902; 1903; 1904; 1904 bis.

D. Branca: 1826; 1839; 1843; 1850; 1857; 1859; 1860; 1861; 1874; 1901; 1904 bis.

Adozinda: 1828; 1843 (no I do *Rom.)*; 1853 (t. I do *Romanceiro.)*

Lyrica de João Minimo: 1828; 1853; 1858; 1869; 1882; 1900; 1904 bis.

Da Educação: 1829; 1867; 1898; 1903; 1904 bis.

Portugal na Balança da Europa: 1830; 1867; 1884; 1900; 1903; 1904 bis.

Merope — Um Auto de Gil Vicente: 1841; 1842; 1842; 1856; 1869; 1880; 1900; 1904 bis.

Alfageme de Santarem: 1842 bis; 1856; 1863; 1872; 1900; 1904 bis.

Romanceiro: 1843 (I do *Rom. e Canc.)*; II, 1851; II, 1851; I, 1853. — 1865; 1875; 1900; 1904 bis.

Frei Luiz de Sousa: 1844 bis; MDCCCXLIV; 1844 Brasil; 1847; 1852; 1856; 1859; 1860; 1861; 1869; 1880; 1883; 1884; 1889; 1902; 1904 bis; 1904 tr.).

Viagens na minha terra: 1845-46; 1856-7; 1870; 1871; 1883; 1896; 1899; 1903; 1904 bis.

O Arco de Sant'Anna: I. 1845; II. 1850; I e II. 1851; 1859; 1871; 1903; 1904 bis.

Flores sem fructo: 1845; 1858; 1870; 1874; 1900; 1904 bis.

D. Philippa de Vilhena: 1846; 1859; 1876; 1900; 1904 bis.

A Sobrinha do Marquez: 1848 bis; 1852; 1859; 1877; 1900; 1904 bis.

Folhas cahidas: 1853; 1853 (quatro contrafacções brasileiras); 1899, trad.

Fabulas — Folhas cahidas: 1853; 1856; 1859; 1860; 1869; 1901.

Um Noivado no Dá-fundo: 1857; 1877 incorporada.

Helena: 1871; 1903; 1904 bis.

Discursos parlamentares: 1871; 1882; 1901; 1903; 1904 bis.

Escriptos diversos: 1877; 1899; 1903; 1904 bis.

B) Manuscriptos coordenados por Garrett em 1852

CLASSIFICAÇÃO DOS MEUS PAPEIS

Trabalhos de Litteratura:

I. THEATRO: *(Autographos.)*

1 — *Merope.* autographo de 1819; id. 1820; id. com a introducção da ed. 1838.
2 — *Catão.* autographo de 1821; id. de 1822 da edição de 1830.
3 — *Um Auto de Gil Vicente.* autographo começado em 11 de Junho de 1838, acabado em 10 de Junho seguinte; id. com a introducção da ed. de 1841.
4 — *A Espada do Condestavel* ou *O Alfageme.* 1841, primeiro esbôço, com fragmentos não aproveitados; id. de 1841, para os ensaios no Theatro da rua dos Condes: «por ora não deseja dar o seu nome ao publico.»

5 — *Frei Luiz de Sousa*, autographo de 1843, começado em 27 de Maio de 1843; id. de 1844, com a Memoria, Prologo; serviu para a edição d'esse anno.
6 — *A Sobrinha do Marquez*, autographo; começado em 1838 o primeiro acto, e terminado em 1847.
7 — *Fallar verdade a mentir*, autographo de 1845; id. das *Prophecias do Bandarra* de 1845; id. de *Um Noivado no Dá-fundo*. Caxias, 1845.

(Ineditos):

8 — *Os Namorados extravagantes*. Drama em 2 actos, representado em Cintra em 26 de Maio de 1822.
9 — *O Inpromptu de Cintra*. Composto e representado em Cintra, na quinta da Cabeça, em 8 de Abril de 1822. (Conservo isto, não pelo que vale, mas para memoria d'esses saudosos dias que, na companhia de amigos, passei no delicioso sitio de Cintra.)
10 — *Lucrecia*, Tragedia, autographo de 1820.
11 — *Edipo em Colona*, tragedia em 3 actos em verso solto, apenas o acto 1.º e parte do 2.º 1820.
12 — *Os Arabes ou o Crime virtuoso*, Drama, parte do 1.º acto. 1821.
13 — *Ignez de Castro*, Drama em tres actos, elenco, e esbôço de trez scenas do 1.º acto.
14 — *O entremez dos Velhos namorados*, esbôço do começo do 1.º acto. 1841.
15 — *El-Rei Serapião*, principio do 1.º acto.
16 — *Auto da Rainha Penélope*, esbôço das duas primeiras scenas do 1.º acto.
17 — *O Cifrão*, elenco de comedia em 2 actos, e principio do 1.º
18 — *Os Illustres Viajantes*, scena para ser representada na quinta do Dá-fundo.
19 — *Conde de Novion*, Comedia em 2 actos imitada da comedia franceza *Le Chevalier du guet*, escripta em 1852, ou pouco antes. Representada em 21 de Outubro de 1854 no Theatro de D. Maria II. (O Ms. ficou em poder de Gomes de Amorim.)
20 — *Affonso de Albuquerque* — Precedido de um prologo á Poesia. Porto. Julho de 1819. (Chegou ao meio do 2.º acto, em verso. — No fim, relação dos personagens, com distribuição de Arias, Cavatinas.)

21 — *Sophonisba* — Porto. Agosto, 1819. (Tem apenas o 1.º acto. Advertencia em fórma de dialogo, discutindo se seria uma traducção da de Voltaire.) Amorim, *Mem.*, I, p. 151, promettera publical-a.

22 — O *Amor da Patria* — Elogio dramatico ao nascimento da Princeza da Beira em 1819. (Composto em Novembro, e representado pelos academicos de Coimbra.

Junto a este Elogio dramatico:

23 — *La Lezione agli amanti.* Opera bufa da rappresentarsi nel R. Theatro di... em verso portuguez polymetrico; dos fins de 1819.

(Perdidos):

24 — *O Infante Santo.* Tragedia. (Annunciada em 1828 com o titulo: *D. Fernando ou o Regulo portuguez*, Tragedia em 5 actos.)

25 — *A Padeira de Aljubarrota.* Comedia. (Annunciada no Prospecto de 1838.)

II. POEMAS: *(Autographos.)*

1 — *O Retrato de Venus*, por Jonio Duriense. Porto, 1818, com dedicatoria em verso Aos Pintores portuguezes: em 3 cantos; id. com grandes variantes da anterior, com Notas e Ensaio sobre a historia da Pintura, 1821, por J. B. S. L. A. Garrett; terceira copia, serviu para a edição de 1821.

2 — *Camões.* Poema em x Cantos. Havre, 1824; contém os oito primeiros cantos e principio do nono e decimo. Lê-se na 1.ª folha: «Comecei este Poema em 12 de Maio de 1824...» Traz a Carta dedicatoria a Marreco datada do Havre, 4 de Agosto de 1824; idem, contendo nove cantos e as Notas = Dedicado a Antonio Joaquim Freire Marreco, por um seu amigo. 1824. Serviu para a edição de Paris; idem, de 1825, falta-lhe o canto I e o II, contém as Notas e o prefacio da 2.ª edição.

3 — *Dona Branca ou a Conquista do Algarve.* Obra posthuma de F. E. Paris. 1826. Serviu para a edição de Paris; traz o fragmento de uma carta a Duarte Lessa.

(Ineditos):

4 — *O Roubo das Sabinas*, poema por J. B. S. L. A. Garrett. Porto. 1820. Poema em 2 cantos em verso solto, constando de 840 versos.

5 — *Affonsaida ou a Fundação do Imperio lusitano*. Angra. 1814 e 1815. Consta dos 3 primeiros cantos, e parte do 4.º, contendo 1600 versos soltos.

6 — *O X ou a Incognita*. Poema heroi-comico em 4 cantos. 1821; contém apenas o 1.º e 2.º, sendo o heroe Garklesto (Garção Stockler, governador militar nos Açores.)

7 — *Magriço e os Doze de Inglaterra*. Poema em 24 cantos (perdidos); apenas se conservaram umas centenas de versos soltos.

(Attribuido):

1 — *Dom Rodrigo* — Poema épico, em 3 cantos. (Fragmento.)

Satira metrificada em decimas octosyllabicas, celebrando as aventuras e anedoctas biographicas de Rodrigo da Fonseca Magalhães, o mais astucioso politico do regimen da Carta. Attribuiu-se a Garrett esta composição, da qual escreve Barbosa Colen: «Uns inclinam-se a que foi escripto pelo Barão de Ribeira de Saborosa, outros affirmam que é de Garrett, — accrescentando um ter visto exemplares impressos com o nome do auctor do *Camões*.» *(Hist. de Portugal*. t. x, p. 103.) Como que pendendo para esta attribuição, apoia-se na *verve* do poema, que revela «uma facilidade em versejar, que denuncia no auctor qualidades de excepção.» *(Ib.*, p. 104.) Isto basta para excluir Pinto Pizarro, que grosseiramente metrificava. O *Dom Rodrigo* chega atē ao despacho do heroe para uma Secretaria de estado em 1822, não sendo continuado apesar da promessa do auctor anonymo.

III. Poesias varias:

Poesias de J. B. S. L. Garrett. Tomo I. Coimbra. Anno I. (1821.) In-4.º grande, em almaço branco. Contém:

A quem lêr.

Sonetos — I, é o 2.º das *Fabulas e Contos*, com variantes; II, é o 10.º ibid.; III, é o 6.º ibid.; IV, é o 3.º ibid.;

v, é o 4.º; vi, inedito; vii, é 8.º; viii, é o 5.º; ix, inedito; x, é o 11.º; xi, é o 7.º; xii, é o 10.º; xiii, inedito; xiv, é o 9.º; xv, intercalado no prologo da *Lyrica de João Minimo*; xvi e xvii, ineditos.

ODES — i, publicada na *Lyrica de João Minimo*. Livro i, 3.ª; ii, é a 1.ª ibid.; iii, é a 2.ª ibid.; iv e v, ineditas; vi, é a 6.ª ibid.; vii, é a 18.ª ibid.; viii, é a 10.ª ibid.; ix, é a 14.ª ibid.; x, é a 5.ª ibid.; xi, e a 17.ª ibid.; xii, inedita; xiii, é a 10.ª do Livro ii; xiv é a 13.ª do Livro i; xv, é a 16.ª ibid.; xvi, inedita; xvii, é a 15.ª ibid.; xviii, é a 1.ª do Livro ii; xix, é a 5.ª ibid.; xx, é a 6.ª ibid.; xxi, é a 3.ª ibid.; xxii, é a 8.ª ibid.; xxiii, é a 2.ª; xxiv, é a 9.ª ib.; xxv, é a 12.ª do Livro i; xxvi, é a 11.ª ibid. (Todos com grandes variantes e ampliações.)

(Diversas):

CANTATA — E' a 4.ª do Liv. i da *Lyrica de João Minimo*.
CANÇÃO (inedita.)
ANACREONTICA (inedita.)
HYMNO Á LIBERDADE (impresso em 1820); traz esta Nota: «Cantado pela primeira vez no Theatro do Porto em 27 de Agosto de 1820. Posto em musica por J. A. Ribas; e em Coimbra por A. F. Sarmento.»
HYMNO A VENUS (inedido.) Lê-se em nota: «E' traduzido quasi litteralmente de Metastasio, cujo original vem n'um Epithalamio.»
MADRIGAL (inedito.)
MOTE E GLOSA (inedita.)
QUADRAS (ineditas.)
CANTATA (inedita.) Lê-se em nota:
«Imitada de uma allegoria franceza...» (Contém este tomo xviii-191 pag.)

Tomo ii, de 254 pag.:

O ROUBO DAS SABINAS. Poema. 1820. Dedicatoria: Ao meu amigo o Snr. José Thomaz da Silva Quintanilha; data de 10 de Março. Anno i. 1821. (Inedito.)
EPICEDIOS — i, é o 8.º do Liv. i da *Lyrica de João Minimo*; ii, é o 9.º ibid.
ELEGIAS — i, inedita; ii, publicada na Collecção de Poesias recitadas na Sala dos Capellos; iii e iv, ineditas.
FABULAS E CONTOS — i, é o 2.º do texto impresso; ii, é o 1.º e 3.º ibid.; iii, idedito; iv, é o 5.º impresso; v, inedito; vi, é o 4.º ibid.; vii, é o 9.º ibid.; viii, é o 6.º ibid.; todos com numerosas variantes.

EPISTOLA (inedita.)
O SONHO PROPHETICO, é a 11.ª do Livro I da *Lyrica de João Minimo.*
A MORTE DE OSCAR, (trad. de Ossian); é a 15.ª do Livro I das *Flores sem fructo*, comprehendendo passagens differentes que não entraram na obra impressa. Traz notas criticas.

Pertenceram estes dois tomos, escriptos na propria letra de Garrett, aos livreiros Bertrands, e hoje na posse do livreiro editor J. Bastos.
N'estes textos de 1821 acham-se os principaes elementos com que Garrett formou em 1828 a *Lyrica de João Minimo*, em 1845 a 1.ª parte das *Flores sem fructo,* e em 1853 as *Fabulas e Contos.*

Entre as Canções do precioso manuscripto vem inedita esta *Anacreontica*, que pela data se refere ao seu primeiro amor com Isabel Hewson:

Quam bella, formosa,
Oh tu, noite amena,
Derramas nos peitos
A paz tão serena!

Descança em teu seio
Toda a natureza;
Com laços fagueiros
Morpheu a tem preza.

Na choça repousa
Dormindo o pastor;
No rustico tecto
Dorme o lavrador.

Não ousa quebrar-se
Nas praias o mar,
Nem zéphiro ao menos
Se atreve a adejar.

Só eu minhas magoas,
Só eu meu tormento
Não posso, não ouso
Callar um momento.

Isbella, oh saudade!
Isbella, oh querida!
Sem ti, que me importa,
De que serve a vida?

Oh pérfidas ondas,
Tam longe a levastes!
Ao pranto formoso
Não vos abrandastes!

Amor, que a meus ais
Pudeste rendel-a,
Não sabes, tyranno,
Não sabes trazel-a!

Ah, se o meu tormento
Te póde abrandar,
E o peito cruel
Meu pranto amolgar;

Por uma só vez
Que a veja consente;
Depois, venha a morte,
Que morro contente.

Angra — Outubro, 1815.

(*Ms.* I, p. 150.)

Hewson, pae de *Isabel*, partiu de Angra para a ilha de S. Miguel, segundo o poeta consignou no seu *Memorandum*. E esse suave idylio perturbado pela separação forçada, terminou em 1818 pelo falecimento de Isabel. O Soneto *A' morte de Isbella* e a *Anacreontica* lançam uma luz deliciosa sobre os primeiros amores do poeta.

A' morte de Isbella

Surge d'entre o cinzel e os mestres dedos
Do sabio Pygmalion, Venus formosa;
Tão bella não surgiu da onda espumosa
O mundo a namorar, e os Deuses ledos.

Eis de amor nunca visto entre os enrêdos
Suspira o triste pela estatua airosa;
E, de artifice de obra tão famosa,
Eil-o amante a queixar-se inda aos penedos.

Tal ao formar-te a natureza, oh bella,
Por ti de amores suspirou perdida;
E o dom que á terra deu, roubar-lh'o anhella.

Viu-te o mundo; adorou-te... Eil-a incendida
Arde em zelos crueis... Misera Isbella!...
E de um golpe sem dó te leva a vida.

Coimbra — Dezembro, 1818.

(*Ms.* I, fl. 16.)

Isbella é o anagramma de *Isabel*; no Soneto descreve-se uma formosa donzella morta prematuramente, e com certeza é *Isabel Hewson*, aquelle seu primeiro amor, agora truncado pela morte depois de cinco annos de apartamento. (Vid. *Garrett e o Rom.*, p. 152 a 154.)

Ainda ao amor de Isabel Hewson referem-se estas Quadras ineditas de Garrett, (*Ms.* de 1821, t. I, p. 163):

Pouco tempo fui feliz

Vêde em mim funesto exemplo,
Vós, que amores loucos seguis;
Penei seculos inteiros,
Pouco tempo fui feliz.

Bellos astros de meu fado,
Dois olhos meigos, gentis,
Já para mim não fulguram,
Pouco tempo fui feliz.

Emquanto, amor, em tuas áras
Curvei humilde a cerviz,
Foi constante o meu tormento,
Pouco tempo fui feliz.

Venturoso o que seus ferros
Não conhece, não maldiz;
Mostrou-m'os rasão cruel,
Pouco tempo fui feliz.

Prazeres da phantasia,
Ah, nem vós já me illudis;
Té mesmo no meu delirio
Pouco tempo fui feliz.

Breve espaço a flôr mimosa
Conserva o lindo matiz;
Foi como ella a minha gloria,
Pouco tempo fui feliz.

Coimbra — 22 de Janeiro, 1819.

Transcrevemos este outro Soneto inedito:

As Pandectas

Não te bastava, oh Roma ambiciosa,
O ter roubado ao mundo a paz fagueira,
E a ferro e fogo Europa, Africa inteira,
Asia toda occupar, reger vaidosa?

Porque dos sabios teus turba nojosa,
De *prudentes* acclama a nossa asneira?
Mandaste contra nós longa fileira
Apagar da razão a luz preciosa.

Que me importam, oh barbara Pandecta,
O teu — *sentido lato* — a *culpa* tua,
Que a acção seja *contraria*, ou bem *directa*?

Ah! permitta a rasão, por gloria sua,
Que novo enxurro godo, ou turco, ou geta
Nova Amalfis te dê n'uma commúa.

Coimbra — 10 de Março, 1819.

Mote

Assassina-me, cruel,
Com a tua propria mão;
Vê em meu sangue nadando
Pedaços do coração.

Glosa

Já de amor curvando ao jugo
Dido bella e malfadada,
Sentindo n'alma chagada
Seu prazer, e o seu verdugo,
Clama accesa c'o refugo,
Que o peito lhe ensopa em fel:
— Onde, Enéas infiel,
Corres cego, aventureiro?
Ah, se me foges, primeiro
Assassina-me, cruel.

Se é verdade, que piedoso
C'o velho pae, c'o filhinho
Vagaste longo caminho
Pel'os salvar caridoso;
Sê commigo generoso,
Não quero outro galardão;
Em meu terno coração
Crava o ferro açacalado,
Castiga-o de haver-te amado,
Com a tua propria mão.

Essas torres, esse muro,
Já por ti só levantava;
Infeliz! imaginava
Ter-te em meus braços seguro.

De meu reino ao reino escuro
Irei agora ullulando.
Espera; vê, miserando,
Como sabe morrer Dido:
O terno peito ferido
Vê em meu sangue nadando.

De espectaculos de horror
Se em Troya te não fartaste,
Se a alma dura não cevaste
Na carnagem, no furor;
Novas scenas de terror
Teus sentidos gosarão:
Em mim, de infausta paixão,
Vê nas chammas crepitando
Em nova Troya estalando
Pedaços do coração.

Coimbra — Junho, 1817.

(*Ms.* de 1821, t. I, p. 160 a 162.)

1 — *Flores sem fructo*, autographos que serviram para a edição de 1843.

2 — *Folhas cahidas*, primeiros rascunhos e copias com datas de 1846 a 1850: *Aquella noite* (fevereiro de 1846); *O Album* (9 de abril); *Este inferno de amar* (agosto de 1846); *Amor e belleza* (8 de julho de 1847); *Rosa pallida* (16 de Abril); *Bella de amor* (Outubro de 1848); *Vibora* (13 de julho); *Não és tu* (ib.); *Retrato* (no Album de D. Maria Krus); *Não te amo* (8 de Agosto de 1850); *Cascaes*, *Anjo és*, *Destino*, do mesmo mez, (1850); *A Maria Kimbal, americana, no dia dos seus annos — 28 de abril de 1853.*

3 — *Catullo*, traduzido e annotado em portuguez por J. B. A. G. 1820 a 1824. Contém as seguintes Odes: *A Cornelio Nepote*, *Ao Pardalsinho de Lesbia*, *A morte do Pardalsinho*, *A Lesbia*, *A Flavio*, *A si mesmo*, *A Furio e a Aurelio*, *A Asinio*, *A Fabulo*, *A Calvo Licinio*, *A' Peninsula de Sirmion*, *Canto nupcial*, *Epithalamio de Peleu e Thetis.*

Em Nota na 1.ª pagina, datada do Havre, em 1824, escreveu: «Emprehendi esta traducção no meu ultimo anno de Coimbra, 1820 a 1821; e de Dezembro a Janeiro d'esse anno, ahi traduzi alguns d'esses poemetos; o que tambem fiz pelo

mar, na minha viagem á ilha Terceira na primavera d'esse anno, e na curta residencia que lá fiz. Em fevereiro de 1824 em Londres, continuei a obra, e agora de novo me cinjo a ella com mais firmes tenções de a levar a cabo. Havre, 29 de Abril de 1824.

«Perdeu-se a maior parte do trabalho e a melhor que aqui estava por copiar. Perdeu-se no naufragio do Porto. Aqui estão só os primeiros ensaios. Londres, 1832.»

IV. Romanceiro.

1 — *Cancioneiro de Romances, Xácaras, Solaos e outros vestigios da antiga Poesia nacional* — colligidos, a maior parte, da tradição oral do povo, por J. B. de Almeida Garrett. 1824. (Contém 5 Xácaras, collacionadas na edição de 1851; id. *Romanceiro*. copias collecionadas na edição de 1851 e 1852, com a Introducção ao *Romanceiro*.

2 — *Adozinda*. autographo do 1.º canto fragmentado e com variantes, os outros completos.

V e VI. Trabalhos sobre Linguagem.

1 — *Apontamentos de estudo, leitura de Classicos portuguezes, collecção de Phrases e palavras peculiares da nossa lingua. 1814.*

2 — *Apontamentos e primeiros trabalhos para a formação de um Diccionario da Lingua portugueza.*

VII. Critica, Historia litteraria.

1 — *Ensaio sobre a Historia da Lingua portugueza.* Paris, 1826.

2 — *Historia do Theatro portuguez.*

3 — *Esquisse sur l'Histoire litteraire du Portugal.*

4 — *Estudo sobre as differentes Edições das Obras de Luiz de Camões.*

— *Lyceu das Damas — Lições de Poesia a uma joven Senhora.* 1823. Pelo indice constava de XXVII Lições, faltando algumas e outras truncadas.

5 — *Manuscriptos litterarios* de D. Alexandre da Sagrada Familia, Bispo de Angra.

VIII. MISCELLANEA.

1 — *Memorandum—Estudos—Leituras—Cartões de Poeta, de moralista.* — A. G. Manuscripto in-4.º de 8 a 242 pag., contendo estudos sobre litteratura, politica, historia, archeologia, versos, apontamentos, taes como: — *Amisade e amigos* — *Apontamentos bibliographicos* — *Critica sobre Le Maire du Palais* de Ancelot — *Sacrilegio* — *Pensamentos moraes, philosophicos e poeticos* de Authores diversos — *Rascunho de versos das Flores sem fructo* — *Solidão, eu te saúdo* — *Constituição, escripto politico* — *Delavigne e Delamartine* — *Lord Byron* — *Apontamentos e assumptos para composições litterarias de diversos generos* — *Apontamentos de historia e de Archeologia portugueza.* (Quasi tudo incompleto.) — *Correspondencia sobre negocios politicos e litterarios,* 1826 a 1854. — *Cartas de familia,* 1830 a 1854.

IX. CONSERVATORIO E INSPECÇÃO DOS THEATROS.

1 — *Leis — Regulamentos — Relatorios — Diplomas.*

X. NOVELLAS E ROMANCES EM PROSA.

1 — *O Arco de Sant'Anna* ou a Justiça de D. Pedro. Tomo I. Porto. — Agosto de 1832. Trez sessões; torna para o cavallete em Bemfica — 27 de Agosto de 1841; Id. tomo I, 1844, copia correcta e augmentada, que serviu para a edição de 1845. — Primeiro rascunho do 2.º volume do *Arco de Sant'Anna* — 1849. Foi começado em 15 de Agosto de 1849 e acabado em 9 de Septembro; id. copia que serviu para a edição de 1850.
2 — *Viagens na minha terra.* 1845. Faltam os cap. III, IV, V, VI e X.
3 — *Helena.* Romance contemporaneo. O ultimo caderno tem a data de Septembro, 1853; id. copia ampliada até ao capitulo XIX.

(Ineditos):

4 — *Komuraley.* Historia brasileira. 1828. O 1.º capitulo de um romance.
5 — *A Excellente Senhora.* 1825. Começo de um romance historico.

6 — *As duas irmãs*, historia d'este seculo. 1827. Apenas 2 capitulos.
7 — *As tres Cidras do Amor*. Conto affonsino. 1839. 3 paginas apenas.
8 — *Memorias de João Córadinho*. 1825. Trez capitulos de um Conto satirico allusivo a essa época.
9 — *O Inglez — Mr. Sheridan Knowles. Brasileiro em Lisboa*. (Folhetins.)
10 — *Ordem do Banho*. Novella historica.
11 — *Diario da minha viagem a Inglaterra*. 1823. Birmingham. (Outubro.)

Trabalhos scientificos e officiaes

I. ADMINISTRAÇÃO.

— Administração — Fazenda nacional.
— Ecclesiasticos — Tribunaes.
— Misericordias — Varios.
— Guarda Nacional. 3 de Agosto de 1838.

II. DIPLOMATICA.

— Economia politica.
— Tratado de Comm. com os Estados Unidos. 1840.
— Missão da Belgica, 1834-36.
— Correspondencia e officios.
— Papeis relativos á Convenção litteraria com a França. 1851.

III. CHRONISTA MÓR DO REINO (Historia.)

— Leis e Correspondencia official.
— Leituras publicas.
— Historia contemporanea. 1838.
— Vinte annos da Historia de Portugal. 1843.

IV, V. ORAÇÕES.

1 — *Oração de defeza*, perante o Conselho de Jurados, em Outubro de 1822, accusado por causa do poema *O Retrato de Venus*.
2 — *Discursos* pronunciados na Camara dos Pares do Reino em sessão de 4 de Março de 1854.

VI. EDUCAÇÃO.

— Instrucção publica.
— Lettras.
— Trabalhos varios.
— Plano geral de Estudos, 2 de Novembro de 1833.
— Tratado de Educação.

VII. POLITICA.

— Constituição politica da Monarchia portugueza. Ms. datado de 15 de Janeiro de 1838.
— Correspondencia politica official e documentos politicos
— Processo do *Portuguez*. 1827.
— Questão portugueza — Collecção de folhetos. Londres, 1830. 4 vol. colligidos.
— Associação eleitoral, 1846.
— Portugal na Balança da Europa.
— Dois annos da minha vida.
— Reminiscencias da Emigração.
— Memorias do Cêrco do Porto.

VIII. DIREITO.

IX. RELIGIÃO.

— Papeis relativos ás Negociações com a Santa Sé celebradas em Lisboa em 1851 e 1852.
— Commissão encarregada de restabelecer as relações com a Côrte de Roma. 9 de Junho de 1838.

Este Catalogo é reconstruido pela propria coordenação de Garrett em 1852, consultada então por Gomes de Amorim, (*Mem.*, III, 594) que lhe conservou as divisões geraes, aproveitando aqui a parte descriptiva do Dr. Carlos Guimarães, no seu Catalogo dos Autographos, (*Helena*, p. XIII a XLV) em que se reconhece a desordem dos papeis depois que D. Pedro de Brito do Rio os entregou a Joaquim Larcher, e este á filha do poeta.

c) Operas sobre Poemas de Garrett

Beatriz de Portugal. Drama lyrico em 4 actos. Offerecido a S. M. El-rei o snr. D. Luiz I por Francisco de Sá Noronha. Poesia de R. C. M. (Reynaldo Carlos

Montóro), versão italiana de Luigi Bianchi. Representado pela primeira vez no Real Theatro de S. João: Porto. Typ. de Manoel José Pereira. 1862. In-8.º de 107 pag. Texto italiano ao lado do portuguez. D'esta opera, tirada do *Auto de Gil Vicente* de Garrett, por Montóro, então residente no Rio de Janeiro, tomou motivos para uma extensa *Phantasia* para piano A. Soller, em um Folio de 30 pag., editada pelo Armazem de Musicas de C. A. Villa Nova.

*

O Arco de Sant'Anna. Drama lyrico em 4 actos por Francisco de Sá Noronha. Poesia de Antonio Corrêa e Ernesto Pinto de Almeida, versão italiana de N. (Tagliapietra.) Porto. Typ. de A. A. Leal. 1866. In-4.º de 51 pag. Representado pela primeira vez no Theatro de S. João, em 5 de Janeiro de 1867. Representou-se depois em S. Carlos, em 20 de Março de 1868.

*

O Arco de Sant'Anna. Drama lyrico em 4 actos... Lisboa. Typ. de Costa Sanches. 1868. In-8.º de 38 pag. 2 s. n. (N.º 14 da 3.ª série da *Galeria Lyrica.)*

*

Frei Luiz de Sousa. Opera em 3 actos. Musica de Francisco de Freitas Gazul, (a versão italiana do drama é de Pietro Bottini.) Não se imprimiu o libreto, mas apenas o seu resumo em Lisboa, Typographia de Costa Sanches. 1891. — Cantou-se pela primeira vez em S. Carlos, em 19 de Março de 1891.
A letra portugueza era de José Romano, e não chegou a imprimir-se.

*

Dona Branca. Drama lyrico em quatro Partes e Prologo, extrahido do Poema do Visconde de Almeida Garrett. Libretto de Cesar Fereal, musica de Alfred Keil. 1.ª edição. Lisboa. 1888. Typ. Castro Irmão. In-8.º peq. de 127 pag. (Texto portuguez ao lado do italiano. Dedicado a D. Luiz I.)

— Ha uma segunda edição da Typographia Lisbonense.
— Outra da Typ. do Commercio de Portugal. 1888. In-8.º, de 129 pag.
Foi cantada pela primeira vez no Theatro de S. Carlos em 10 de Março de 1888.

*

O Chapim d'El-Rei ou Parras verdes. Divertissement em 1 acto e 3 quadros extrahido da Xácara de J. B. de Almeida Garrett. Posto em scena por Cyriaco Marsigliani para se representar no R. T. de S. Carlos (Armas port.) Lisboa. Typ. de P. A. Borges. 1847. In-8.º peq. de 8 pag. Representado pela primeira vez em 20 de Outubro de 1847.

*

Hymno á Liberdade. Porto, 1820. No Ms. de 1821, t. I, fl. 155, traz a data de 25 de Agosto de 1820 com esta nota: «Cantado pela primeira vez no Theatro do Porto, em 27 de Agosto de 1820. Posto em musica por J. A. Ribas. E em Coimbra por F. A. Sarmento».

*

Frondoni e Salvini tambem compozeram Melodias sobre poesias lyricas de Garrett.

*

Alfageme de Santarem. 1842. Córos de Francisco Antonio Norberto dos Santos Pinto.

*

Prophecias do Bandarra. Côro de Joaquim Casimiro.

*

Camões do Rocio. 1852. Aria de Mathias J. Osternole.

D) Retratos typicos

1.—Busto de frente, capa traçada; bigode e môsca, barba cerrada, cabellos em desalinho. Assignado: *Sendim, do vivo del. e lithog.* (angulo inf. direito); *R. Off. lith.* 1834. (angulo inf. esquerdo.) Em baixo: *J. B. de Almeida Garrett, nasceu no Porto. 1800.*

E' o retrato mais antigo do poeta; tem sido muito reproduzido em jornaes e opusculos.

2.—Busto, frente. Com a assignatura em fac-simile. (No ang. inf. direito) *P. A. Guiglielmini fecit.* (A' esq.) *Lith. de Manoel Luiz.*

Reproduzido na edição do *Frei Luiz de Sousa* de 1844.

3.—Meio corpo, frente, mão direita enluvada, na abertura da sobrecasaca. Tem o nome por baixo: O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett. (No ang. inf. d.) *Lith. de M. L. da C.ta R. N. dos M.tos.* (No esq.) *C. Legrand.*

Lith. a dois lapis, fundo amarello: No *Universo Pittoresco* de 1843, acompanhando a Autobiographia de Garrett.—Na traducção allemã do *Frei Luiz de Sousa.*

4.—Meio corpo, sentado n'uma cadeira de espaldar, braço direito apoiado sobre uma meza, e a mão quasi fechada com um livro. Cabeça em tres quartos olhando á esquerda. Por baixo: *O Visconde de Almeida Garrett.* (No ang. inf. d.º) J. Fortig f.t 1855. (No ang. esq.) *Lith. de Lopes e Bastos.*

Copia de um retrato Daguerreotypo de 1853. Tem a declaração por fóra da extremidade inferior da estampa: «A semelhança d'este retrato com o illustre Poeta em 1853 está confirmada por um documento authentico que fica archivado na Torre do Tombo.»

No *Portugal Artistico*, de Janeiro de 1855. Lisboa. Imprensa Nacional.—Na *Revista peninsular*, de 1856, da Typ. Castro Irmão.—Em posição inversa reduzido, na *Revista Contemporanea*, n.º 10, de 1856.—No *Album do Gremio litterario portuguez* do Rio de Janeiro, 1858.—No *Mundo Elegante*, do Porto, n.º 14, de 1858-9.—No *Civilisador*, Porto, 1860-61.—Na *Revista Estrangeira*, de 1853, gravura de Sousa.

5. — Meio corpo, tres quartos, olhando á esquerda. Farda, grã-cruz, sete condecorações. Assignado: *Novaes* (José Ignacio de Novaes.) *Lith. de Vasques & R. Chiado, 61.*

6. — Reproducção do n.º 4, gravura em cobre de Joaquim Pedro de Sousa.
Na *Revista contemporanea de Portugal e Brasil*, 5.º anno. Abril de 1864.
— Id. por Boutard fils, em agua forte.
Na traducção do *Camões* por Henri Faure e na edição do Porto de 1880.

7 — Caricaturas de Garrett. Nos n.os 2 e 22 da *Matraca.* Lisboa. 1847.

8. — Retrato a oleo de Garrett com a farda do Corpo academico, pintado pelo estudante brasileiro Araujo Portalegre, em Paris, em 1833, quando frequentava Garrett na sua agua furtada da Chaussée d'Antin.

9. — Medalha, pelo Centenario do nascimento de Garrett. Cunhada em Paris. 1899.

10. — Retrato de Garrett em *miniatura.* Possuido pela filha do Poeta; phototypado na *Chronica*, jornal de L. da Silva. Representa-o no vigor da mocidade.

11. — Busto em marmore por J. Anastacio Rosa. No Theatro de D. Maria II.

Parodia

A Cabulogia, ou Moral em acção. Parte primeira, por *** Coimbra. Typographia da *Opposição Nacional,* 1845. In-8.º de 15 pag. (Tem no titulo uma vinheta representando um estudante a dormir.)
Contém este folheto uma parodia a parte do Canto V do *Camões* de Garrett. Escreve o Dr. J. Affonso Botelho: «Quando se publicou este folheto, corria em Coimbra, que eram seus auctores A. M. de Couto

Monteiro e Luiz de Bessa Corrêa.» (*Epoca*, n.º 159. Ponta Delgada, 1885.) Garrett lisonjeou-se com a parodia ao bello canto de seu poema; foi reproduzida na *Revista universal lisbonense*, n.º 28, t. IV, de 29 de Janeiro de 1845. N'este opusculo ha trez Sonetos, de Camões, de Bernardes e Bocage tambem parodiados, e duas composições originaes *As Tristes*, e *A Sabbatina*.

FIM

INDICE

Garrett e o Romantismo

Ideia geral do Romantismo

A) Como se esqueceu a Edade média

1.º A Renascença greco-romana e a negação do Nacionalismo

Pag.

2.º AS CRISES NACIONAES E O ROMANTISMO

B) **Como se achou a Edade média**

1.º RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS HISTORICOS

A) *Esgotamento da Dictadura romana*

B) *Regimen Catholico-feudal: O Christianismo*

I

Garrett sob o influxo do Arcadismo

(1799 a 1833)

—

PRIMEIRA EPOCA

1.º Nascimento e seus primeiros amores (Porto e Açores)

2.º Na Universidade de Coimbra

A) **Influencia da Nova Arcadia: Os Elogios dramaticos**

Pag.

B) As Tragedias philosophicas

C) As Farças e Comedias

3.º A Revolução de 1820

A) O Outeiro da Sala dos Capellos

B) A Tragedia Catão

C) Restauração do Absolutismo em 1823

II

Garrett e os aspectos do Romantismo

(1823 a 1834)

SEGUNDA EPOCA

1.º O exilio em Inglaterra: Estudos litterarios (1823)

2.º O exilio em França (1824-1826): Camões e Dona Branca

3.º Regresso a Portugal em 1826: O Portuguez e o Romanceiro

TERCEIRA EPOCA

(1828 a 1834)

1.º Emigração para Inglaterra em 1828. Em Paris em 1832

2.º A Expedição aos Açôres

3.º No Cêrco do Porto

Garrett e os Dramas romanticos

Os Dramas romanticos

III

Garrett e a restauração do Theatro nacional

(1834 a 1854)

—

QUARTA EPOCA

A MISSÃO DIPLOMATICA EM BRUXELLAS

A) A Revolução de Septembro de 1836

1.º Inspecção geral dos Theatros nacionaes

2.º O Conservatorio da Arte dramatica

3.º Construcção do Theatro normal

2.º AS VIAGENS NA MINHA TERRA — ROMANCEIRO AUTOBIOGRAPHIA

3.º O ARCO DE SANT'ANNA — FLORES SEM FRUCTO

c) A emboscada de 6 de Outubro e a Intervenção estrangeira de 1847

1.° Memoria historica da Duqueza de Palmella — A Sobrinha do Marquez

2.º As Folhas cahidas

3.º O Arco de Sant'Anna (conclusão)

IV

Garrett, sua morte fim de uma Epoca

—

D) A Regeneração de 1851

1.º Cooperação de Garrett nas reformas da Dictadura regeneradora

2.º Lyrica — Helena (Fragmento)

3.º Morte de Garrett e resurreição na sympathia nacional

Bibliographia garrettiana